JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 5
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 5
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 6
Prefeitura Municipal de Alto Garças 6
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 7
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 8
Prefeitura Municipal de Apiacás 11
Prefeitura Municipal de Araguaiana 12
Prefeitura Municipal de Araguainha 12
Prefeitura Municipal de Araputanga 12
Prefeitura Municipal de Aripuanã 21
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 22
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 23
Prefeitura Municipal de Cáceres 23
Prefeitura Municipal de Campinápolis 38
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 39
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 39
Prefeitura Municipal de Carlinda 42
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 47
Prefeitura Municipal de Cláudia 48
Prefeitura Municipal de Cocalinho 48
Prefeitura Municipal de Colíder 48
Prefeitura Municipal de Colniza 48
Prefeitura Municipal de Comodoro 58
Prefeitura Municipal de Confresa 58
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 59
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 119
Prefeitura Municipal de Cuiabá 153
Prefeitura Municipal de Diamantino 155
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 155
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 156
Prefeitura Municipal de General Carneiro 157
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 157
Prefeitura Municipal de Indiavaí 157
Prefeitura Municipal de Itanhangá 157
Prefeitura Municipal de Itiquira 158
Prefeitura Municipal de Jaciara 161
Prefeitura Municipal de Jauru 260
Prefeitura Municipal de Juara 260
Prefeitura Municipal de Juruena 273
Prefeitura Municipal de Juscimeira 274
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 274
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 275
Prefeitura Municipal de Nobres 276
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 277
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 278
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 279
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 280

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 281
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 282
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 284
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 331
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 336
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 338
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 338
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 339
Prefeitura Municipal de Paranatinga 344
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 380
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 380
Prefeitura Municipal de Poconé 381
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 382
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 382
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 383
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 383
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 392
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 392
Prefeitura Municipal de Rio Branco 396
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 396
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 397
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 404
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 404
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 405
Prefeitura Municipal de São José do Povo 405
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 406
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 408
Prefeitura Municipal de Tabaporã 408
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 410
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 445
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 446
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 460

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 020/2018

"Regulamentação Da Verba Indenizatória Do Exercício Parlamentar De Vereador, Revoga a Portaria n° 007/2018 E Dá Outras Providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas:

Considerando, A Lei Municipal Nº 1394 De 09 de Fevereiro de 2018, que institui A Verba De Natureza Indenizatória Pelo Exercício Da Atividade Parlamentar E Dá Outras Providências.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituída verba indenizatória do exercício parlamentar, destinada exclusivamente ao ressarcimento das despesas relacionadas ao exercício do mandato parlamentar, no valor de R$ 2.000,00/mensais.

Parágrafo Único - O dispêndio e a aplicação da Verba de que trata o "caput" deste artigo obedecerá às exigências contidas nesta Portaria de Regulamentação da Câmara Municipal de Agua Boa.

Art. 2° - A responsabilidade pela não comprovação dos gastos a serem ressarcidos por meio da verba indenizatória, serão de inteira responsabilidade do Parlamentar, eximindo-se a Câmara Municipal de Água Boa, de qualquer responsabilidade.

Parágrafo Único – A Responsabilidade Individual é de cada Vereador, pela comprovação dos gastos realizados no exercício Parlamentar, diante de qualquer exigência dos órgãos competentes.

Art. 3º - Todos as despesas decorrentes da presente Verba De Natureza Indenizatória Pelo Exercício Da Atividade Parlamentar, serão custeados pela dotação orçamentária própria, definida na LOA/2018 do Município de Água Boa – MT.

Art. 4º - É obrigatória prestação de contas bimestral até o dia 10 do mês subsequente, através de relatórios descritivos de despesas, previsto na Lei de Verba De Natureza Indenizatória Pelo Exercício Da Atividade Parlamentar, elaborados de acordo com o Anexos I e III desta Portaria.

Art. 5º - O pagamento da Verba De Natureza Indenizatória Pelo Exercício Da Atividade Parlamentar, será realizado via depósito em conta corrente, juntamente com a folha de pagamento, em item próprio que não integram a remuneração do Parlamentar.

Parágrafo Único – o vereador que optar pelo não recebimento da verba de natureza indenizatória comunicará, por escrito, à Secretaria Geral do Poder Legislativo, conforme anexo II.

Art. 6º - O parlamentar titular do mandato perderá o direito à verba de que trata esta Lei e Regulamento quando:

I - Investido em cargo público, se acaso tiver que licenciar-se do mandato;

II - Afastado para tratar de interesse particular, sem remuneração;

III - O respectivo suplente encontrar-se no exercício do mandato;

IV – Não apresentar o relatório bimestral das atividades;

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 007/2018.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Sala da Presidência, 25 de julho de 2018

José Ari Zandoná *Presidente*

Luís César de Lara Pinto Filho

1º – Secretário

Alceu Penteado Junior

Secretário Geral

ANEXO I

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VERBA INDENIZATÓRIA

ÓRGÃO:	**CÂMARA MUNICIPAL**
VEREADOR:	**Xxxxxxxxx**
VALOR:	**R$ 2.000,00 (dois mil reais)**
BIMESTRE DE REFERÊNCIA:	**XXXXXX**

Á Secretaria Geral do Poder Legislativo de Água Boa - MT,

Prezado Servidor responsável pela análise da prestação de contas da verba indenizatória;

Considerando a Resolução de Consulta n° 29/2011 do TCE/MT, a qual determina a possibilidade de instituição, mediante lei, de verba de caráter indenizatório aos vereadores, desde que cumpridos os requisitos;

Considerando a Lei Municipal n° 1394/2018, a qual institui a verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar;

Considerando a Portaria n° 020/2018, que dispõem sobre a regulamentação da verba indenizatória do exercício das atividades parlamentares, no âmbito do artigo 4°, que solicita a elaboração de relatório bimestral de despesas;

Apresento abaixo a descrição das atividades realizadas:

DATA/PERÍODO	ATIVIDADE REALIZADA	MATERIAL UTILIZADO
XXXXXX	Citar as atividades realizadas	CITAR OS MATERIAIS QUE ADQUIRIU/UTILIZOU
XXXXXX a XXXXX	EX. ATENDIMENTOS DIVERSOS	EX. CUSTEIO DA CONTA DE CELULAR
DESCREVER TODAS AS ATIVIDADES DO PERÍODO		
IMG	IMG	IMG
Descrição da Imagem	Descrição da Imagem	Descrição da Imagem

Deste modo, resta claro e comprovado a realização de atividades, pertinentes a função legislativa e parlamentar, em benefício do Município de Água Boa - MT.

É o relatório.

Água Boa - MT xx/xx/xxx

ASSINATURA

ANEXO II

Eu, vereador _____, tendo em vista o que dispõem o parágrafo único do artigo 5° da Portaria n° xxx/2018, venho por meio deste informar que opto pelo não recebimento de verba de natureza indenizatória.

Água Boa, xx de xxxx de 2018

_____

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 93/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA**, matrícula nº 539-1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018,

a partir do dia 26 de julho de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 25 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 88, de 29 de junho de 2018.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 12 de julho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Wagner Sales Do Couto

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CONVOCAÇÃO

Convocação

O Presidente da Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo - MT o Srº José Carlos dos Santos Alves, vem a publico convocar as duas Agências participantes e classificadas na Tomada de Preço 001/ Processo 002/2018, Referente a contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para serviços de criação, veiculação, planejamento, pesquisas e produção de material para televisão, rádio, jornal impresso e internet para Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, para que seus representantes legal se façam presente no dia 27 de Julho 2018 as 14:30 horas para a entrega do envelope de nº 05 contendo os documentos de habilitação jurídica das referidas empresas, **"Ideal Agencia de Publicidades Eireli - ME localizada na Rua 03 nº 410 Bairro Cidade Alta, Matupá MT, e Sauvesuk da Silva E Silva LTDA localizada na Avenida Ludovico da Riva nº 1700 no Bairro Cidade Alta em Alta Floresta – MT",** não havendo interposição de recursos por parte de nenhuma das Agências participantes na fase de Julgamento, publicado no Diário Oficial da AMM, no ultima dia 20 e encaminhado por e-mail as Agências participantes as publicações, ficando definido por tanto a entrega do envelope de documentação de habilitação jurídica exigida em edital para próxima Segunda-feira 30 de Julho as 14:30hs na sala de licitações da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, Localizada na Avenida Lions Internacional Oeste nº 2021, Centro.

José Carlos dos Santos Alves

Presidente da CPL

Peixoto de Azevedo 24 de Julho de 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

RESOLUÇÃO Nº. 020/2018 DE 25 DE JULHO DE 2018.

RESOLUÇÃO Nº. 020/2018 DE 25 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe sobre a autorização e concessão de serviços prestados pela comissão permanente da Prefeitura Municipal de General Carneiro – MT".

O senhor MARCELO DE AQUINO, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental "Portal do Araguaia" – CIDESAPA, no uso de suas atribuições legais e regimentais constituídas no Estatuto do Consórcio e, **Considerando** a Lei 11.107/2005 o protocolo de intenções; **Considerando** o disposto no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal n°. 8.666/93, de 21 de junho de 1993;**Considerando** que o Consórcio Portal do Araguaia não dispõe de servidores efetivos, conforme Plano de Cargos e Carreira do Estatuto Social, **Considerando** a necessidade de desenvolver políticas destinadas ao cumprimento das finalidades para as quais foi instituído no que tange a procedimentos administrativos,

R e s o l v e:

Artigo 1º - Autoriza a conceder os serviços da Comissão de Licitação da Prefeitura de General Carneiro MT, conforme prevê o artigo nº 51 da Lei nº 8.666/93 está autorizada a utilizar os serviços da Comissão Permanente de Licitação, do órgão do Poder.

Parágrafo Primeiro - Compete a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de General Carneiro MT o processamento e julgamento das habilitações preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, bem como o julgamento do pedido de inscrição no registro cadastral de fornecedores da Secretaria Executiva do Consorcio, responsável pelas Compras sua alteração e cancelamento.

Parágrafo Segundo – Os trabalhos realizados em sessão serão secretariados por um dos membros da Comissão designado pelo Presidente.

Artigo 2º - Outros serviços correlatos que haja exigência prevista na Lei 4. 320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal, também está autorizada a utilizar a mesma fonte conforme artigo 1º desta resolução.

Artigo 3º - A vigência desta resolução dar-se-á por prazo determinado, ou seja, após ter efetivado o servidor ou se porventura tiver servidor efetivo de outro órgão a disposição deste Consórcio a titulo de Cessão, não havendo cumprido a primeira deste artigo em questão permanece esta resolução com prazo de vigência indeterminado.

Art. 4º Está Portaria terá seus efeitos até 31/12/2020.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 25 (vinte e cinco) de julho do ano de dois mil e dezoito, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental – Portal do Araguaia, 25 (vinte e cinco) de julho do ano de dois mil e dezoito.

MARCELO DE AQUINO

PRESIDENTE DO CIDESAPA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

CANCELAMENTO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto vem por meio deste CANCELAR a publicação n° 1404, Ano 07, página 22 do dia 24/07/2018 do Diário De Contas Do Estado De Mato Grosso (TCE-MT); a publicação n° 3027, Ano 08, página 06 do dia 24/07/2018 do Jornal Dos Municípios (AMM); e a publicação da página 07 do dia 24/07/2018 do Jornal De Grande Circulação (Diário Regional), quanto ao Termo de Ratificação da Inexigibilidade de licitação n° 012/2018.

Peixoto de Azevedo/MT, 25 de julho de 2018.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

MICHELE MOCHI DOS ANJOS

Secretária Executiva do CISVP

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 009/2018 E REGISTRO DE PREÇOS N. 010/2018

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 009/2018

E REGISTRO DE PREÇOS N. 010/2018

Objeto: **Pregão Eletrônico com Registro de Preços para futura contratação de pessoa jurídica para aquisição de material médico para atender as necessidades das unidades de saúde dos municípios integrantes deste Consórcio.**

Realização: Por meio do site www.bll.org.br

Data de Início para acolhimento das propostas eletrônicas: **das 08:00 horas do dia 02/08/2018 até as 17:00 horas do dia 08/08/2018 (horário de Brasília).**

Data e horário de início da sessão: **Dia 09/08/2018 as 09:00 horas (horário de Brasília)**

Data e horário de início da disputa: **Dia 09/08/2018 as 10:00 horas (horário de Brasília)**

Edital Completo: Afixado no endereço Av. Blumenau,500 – Jardim Amazônia, Sorriso/MT.CEP: 78.890-000 – Fone: (66) 3544-3358 E 3544-4109, e na Internet, site www.consorciovaledotelespires.com.br e site www.bllcompras.org.br.

Fundamento Legal: Regida pelas Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 11.107 de 06 abril de 2005, subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Sorriso/MT, 25 de julho de 2018.

Angelica Tamara dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONVÊNIO Nº 38/2018

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AGUA BOA – MT, E A ASSOCIAÇÃO

BENEFICENTE LAR DA CRIANÇA DE AGUA BOA.

OBJETO: O presente Termo de Convênio de Cooperação tem por objetivo o repasse financeiro pelo município de Agua Boa MT, à Associação Beneficente Lar da Criança de Agua Boa MT, a título de Cooperação técnica-Financeira, entre partícipes; consistindo no repasse de recursos financeiros por parte da concedente, tendo como objetivo, dar suporte temporário às crianças e adolescentes até o ponto de estabelecerem-se emocionalmente e socialmente e devolve-los à sociedade.

RECURSOS: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

PRAZO: 25/07/2019.

DATA: 25 de julho de 2018

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 010/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Tomada de Preços nº. 010/2018, realizada no dia 28/06/2018, teve como vencedora a Empresa: **BKP Construtora Ltda-EPP, CNPJ: 16.939.495/0001-59.**

Água Boa, 25 de julho de 2018.

Lucinéia Bernardo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO ADITIVO 001/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratada: Construtora Construvale Ltda

Objeto: Prorrogação da vigencia do contrato e prazo de execução de obra por 30 dias.

Data: 19.07.2018

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 075/2017.

PROCESSO N°. 150/2018

ADESÃO 009/2018

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 075/2017.

Assunto: Adesão a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2017, DO PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2017.**

Órgão Gerenciador do Registro de Preço: **MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA – ESTADO DO MARANHÃO.**

Empresa Vencedora do Certame: **CZAR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP, CNPJ: 11.015.572/0001-60.**

Item	Especificação do item	Qtde	Valor	Valor total
1	SCANNER KODAC i 1150: Scanner Simples/Duplex, Mínimo de 3.000 folhas, incluindo garantia on site de no mínimo 36 meses.	8	1.094,99	8.759,92

Atenciosamente,

Água Boa, 24 de julho de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

CONTABILIDADE
EDITAL Nº11/2018/GP/SFP AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à legislação pertinente em vigor,

FAZ SABER a quem interessar possa, **QUE** será realizada a primeira Audiência Pública para recebimento das propostas para atualização do PPA(Plano Plurianual), e LDO(Lei de Diretrizes Orçamentárias), conforme instrumento de planejamento de que trata o art. 165 da Constituição da República para elaboração da **Lei Orçamentária Anual – LOA/2019**, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Garças – Auditório, como segue:

DIA: 06/08/2018– SEGUNDA FEIRA – HORÁRIO: 14:00h

Alto Garças, 24 de julho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 10/2018/GP/SFP – AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Dom Aquino 346, Centro, em Alto Garças, Estado do Mato Grosso, através do **CLAUDINEI SINGOLANO**, em cumprimento ao art. 37, da Constituição Federal (CRFB/

1988 e alterações), FAZ SABER a quem interessar possa que as **PRESTAÇÕES DE CONTAS**, referentes ao 3º **(TEREIRO)BIMESTRE/2018 e 1º (SEMESTRE)/2018, respectivamente, do RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA(RREO) E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) do EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**, encontram-se à disposição para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, conforme art. 48 da Lei Complementar Federal 101/2000, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), durante o presente exercício, em **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no **DIA 27 DE JULHO 2018 ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS.**

Alto Garças – MT, 24 de julho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 09/2018/GP/SFP

EDITAL Nº 09/2018/GP/SFP

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à legislação pertinente em vigor,

FAZ SABER a quem interessar possa, **QUE** em cumprimento à legislação pertinente em vigor, com especificidade para o que consta no art. 37 da Constituição da República, no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000(Lei de Responsabilidade Fiscal– LRF),e na Lei Orgânica do Município, no que couber, **que os Relatórios Resumido de Execução Orçamentária – RREO - 3º bimestre/2018 e RGF – Relatório de Gestão Fiscal 1º semestre/2018,** está á disposição nos murais do Poder Legislativo/Câmara Municipal e do Poder Executivo/ Prefeitura Municipal**,** a partir desta data, em cumprimento às exigências e formalidade legais vigentes que disciplinam a matéria.

Alto Garças, 24 de julho de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

ATO JUSTIFICADOR

ATO JUSTIFICADOR DA CONVENIÊNCIA DA OUTORGA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Objeto: Concessão de Serviços de Saneamento Básico do Município de ALTO PARAGUAI

Área de Abrangência: Perímetro Urbano

Prazo: 30 Anos.

A Prefeitura Municipal de ALTO PARAGUAI- MT, nos termos no artigo 175 da constituição federal, e pelas leis federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações contidas nas leis federais n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, n.º 9.648, de 27 de maio de 1998 e n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, pelas leis federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e n.º 9.074, de 08 de julho de 1995 com suas alterações posteriores, na lei federal nº 11.445/07 de 05 de janeiro de 2.007, regulamentada pelo decreto 7.217 de 21 de junho de 2.010 e lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. Pela lei Autorizativa No 502/2.017 de 27 de Dezembro de 2.017 e considerando que:

a) O Serviço Prestado, pelo DAE, apesar de muitos esforços, e dedicação do pessoal envolvido, sempre foi insuficiente, ao atendimento adequado, a população, principalmente quando solicitada a cumprir metas, e universalizar os serviços. b) A atual política do Executivo Municipal, em atuar como regulamentador e fiscalizador, dos serviços de saneamento, é mais produtiva e coerente, com o estado atual do sistema de prestação de serviços, de abastecimento de água e esgotamento sanitário. c) Não existe no âmbito da Prefeitura Municipal de ALTO PARAGUAI, uma cultura com acervo técnico, que atenda a demanda exigida, para operar e manter o sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, nos moldes do PMSB. d) A operação pela Prefeitura Municipal implica na necessidade de grandes investimentos em equipamentos, materiais e tecnologias, com consequente redução de investimentos em áreas prioritárias, em razão da incapacidade de autofinanciamento do setor de Saneamento. e) O atual sistema não atende adequadamente a população, exigindo investimentos. f) As empresas privadas com comprovada qualificação detém agilidade no processo de financiamentos em longo prazo, e em condições diferenciadas da Administração Pública. g) A Prefeitura Municipal em parceria com a sociedade pode exercer com eficiência e sem custos adicionais, as atividades de regulação e controle dos serviços de Saneamento, garantindo metas e um serviço adequado à população. h) As empresas privadas com comprovada qualificação podem operar o sistema com eficiência, com procedimentos constantes, e com qualidade e baixo custo. i) A Prefeitura de ALTO PARAGUAI na condição de Poder Concedente irá manter o controle da Política de Saneamento, a Fiscalização dos serviços, e posicionamento decisório nas Tarifas.

Resolve: Promover a licitação que irá outorgar à iniciativa privada com comprovada qualificação, a concessão dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de ALTO PARAGUAI. Esta Concessão terá caráter exclusivo, no perímetro urbano da Cidade, em decorrência da inviabilidade técnica e econômica, de se garantir sistemas alternativos públicos de distribuição de Água, na cidade de ALTO PARAGUAI

ALTO PARAGUAI – 25 de julho de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 213/2018

PORTARIA 213/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar, economizar, dinamizar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010 e 265 de 02/08/2010 que Dispõem sobre o Estatuto e os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Alto Paraguai – MT.

Considerando os princípios constitucionais e a necessidade de cumprimento do limite de gastos com pessoal em conformidade ao art. 19, da Lei 101 de 04/05/2000 – LRF;

RESOLVE:

Art. 1º - Transpor as Servidoras Públicas Municipal, conforme lotação descrita abaixo.

Ø DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de Centro de Reabilitação "Dr. Marzavão de Siqueira".

ZENILDA ALMEIDA CARNEIRO – Serviço de Apoio I- Secretária Recepcionista.

Ø PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de Pronto Atendimento Municipal "Dr. Marzavão de Siqueira".

ZENILDA ALMEIDA CARNEIRO – Serviço de Apoio I- Secretária Recepcionista.

Ø DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de Pronto Atendimento Municipal "Dr. Marzavão de Siqueira".

ANTONIA FRANCILDA DOS SANTOS OLIVEIRA- Serviço de Apoio I- Secretária Recepcionista.

Ø PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de Centro de Reabilitação "Dr. Marzavão de Siqueira".

ANTONIA FRANCILDA DOS SANTOS OLIVEIRA- Serviço de Apoio I- Secretária Recepcionista.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 25 de Julho de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVITE

A Prefeitura Municipal de ALTO PARAGUAI, convida todos os cidadãos de Alto Paraguai, entidades, Comerciantes e Sociedades Organizada, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizada no dia 27 de julho de 2018, Sexta Feira, a partir das 19h 00min, no auditório da Câmara Municipal Localizado a rua Sete de Setembro, 85, Alto Paraguai - MT, 78410-000, para a APRESENTAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO, E DA MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE DE ALTO PARAGUAI, bem como receber comentários e contribuições para elaboração do documento Final.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA 253/2018

CONSIDERANDO o disposto no artigo 141 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão de Investigação Disciplinar, a fim de instruir os processos administrativos disciplinares do município de Alto Taquari-MT, que visam garantir o bom andamento dos serviços públicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão de Investigação Preliminar com os seguintes membros:

I- Shirley Carnielo Lousado - Presidente

II- Tharija Gabriela Grisolia Vaz e Silva - Secretária

III- Ane Caroline Gifani Cruz- Membro

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar o artigo 143 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve obedecer o prazo previsto no parágrafo único do artigo 143 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 30(trinta) dias o prazo de conclusão da Sindicância, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que seja solicitado com antecedência pelo presidente da comissão, devidamente justificado.

3. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 113/2018

DECRETO Nº 113/2018

"Dispõe sobre a nomeação de **Coreógrafo** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coreógrafo**, o Senhor **Daniel Alves Pinheiro**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº.059.779.991-19, da Lei Municipal nº 739/2013 e 950/2018.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 20 de julho de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PORTARIA 251/2018

CONSIDERANDO o disposto no artigo 141 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão de Investigação Disciplinar, a fim de instruir os processos administrativos disciplinares do município de Alto Taquari-MT, que visam garantir o bom andamento dos serviços públicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão de Investigação Preliminar com os seguintes membros:

I- Elise Ester Schmidt - Presidente

II- Marcela Dias Conde - Secretária

III- Angelita Felipe Nunes- Membro

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar o artigo 143 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve obedecer o prazo previsto no parágrafo único do artigo 143 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 30(trinta) dias o prazo de conclusão da Sindicância, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que seja solicitado com antecedência pelo presidente da comissão, devidamente justificado.

3. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 001 AO PREGÃO PRESENCIAL 045/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 145/2018 de 02/05/2018, torna público aos interessados que o Pregão Presencial 045/2018, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0KM DE TRANSPORTE SANITÁRIO COM ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTE DE NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA E/OU SISTEMA DPM, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT, a retificação em Termos do Edital original** e expede o **Edital Complementar nº 001 ao Edital do Pregão Presencial nº 045/2018.** Alterando o horário e data marcada, ficando para dia **08/08/2018** às 07:30 horas (horário de Mato Grosso), conforme determina o parágrafo 4º art. 21 da Lei 8666/93, visto que as alterações afetarão a formulação das propostas. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br ou ainda ligar (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 25 de julho de 2018. Renata Fermino de Oliveira - Pregoeira.

PORTARIA 252/2018

CONSIDERANDO o disposto no artigo 141 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão de Investigação Disciplinar, a fim de instruir os processos administrativos disciplinares do município de Alto Taquari-MT, que visam garantir o bom andamento dos serviços públicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão de Investigação Preliminar com os seguintes membros:

I- Shirley Carnielo Lousado - Presidente

II- Tharija Gabriela Grisolia Vaz e Silva - Secretária

III- Ane Caroline Gifani Cruz- Membro

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar o artigo 143 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve obedecer o prazo previsto no parágrafo único do artigo 143 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 30(trinta) dias o prazo de conclusão da Sindicância, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que seja solicitado com antecedência pelo presidente da comissão, devidamente justificado.

3. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 095 AO 098/2018-RH.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 095/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *RÉGIA CARION PAULA LEAL* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 13 aulas semanais, na Escola Municipal “Profª Elzinha Lizardo Nunes”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, com início em 03 (três) de julho de 2018 e término em 29 (vinte e nove) de setembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 03 de julho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 096/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *NAIARA DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extra-classe desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 horas semanais, no CEI “Profª Maria Alta Medeiros de Oliveira”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 05 (cinco) mes e 18 (dezoito) dias, com início em 19 (dezenove) de junho de 2018 e término em 07 (sete) de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 03 de julho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 097/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALEXANDRA SANCHES CANTOIA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 05 aulas semanais, na Escola Municipal “Profª Elzinha Lizardo Nunes”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, com início em 03 (três) de julho de 2018 e término em 29 (vinte e nove) de setembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 03 de julho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 098/2018-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *FABIO JUNIOR PAES DE MORAIS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer es-

tratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 13 aulas semanais, na Escola Municipal “Profª Elzinha Lizardo Nunes”.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, com início em 03 (três) de julho de 2018 e término em 29 (vinte e nove) de setembro de 2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 003/2017/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 03 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 194/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **GENECI DE MOURA RADIN,** portadora da cédula de identidade nº 1066589381 SJTC/RS e inscrita no CPF sob o nº 002.009.780-80, ocupante do cargo efetivo de **Agente Comunitário de Saúde,** que encontrava-se de Auxilio Doença.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 25 de Julho de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 038/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 059/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS, QUE SERÃO FORNECIDOS PARA PROMOVER PREMIAÇÃO COMO INCENTIVO AO PAGAMENTO DO IPTU EM DIA, CAMPANHA IPTU PREMIADO

EMPRESA – SL MOVEIS LTDA-ME

CNPJ -13.192.860/0001-16, VENCEDORA em todos os itens.

Item	Descrição do Material	Un.	Marca	Qtde	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	APARELHO CELULAR - TIPO SMARTPHONE, TELA 5.0 POLEGADAS, 32GB MEMORIA INTERNA , TECNOLOGIA 3G OU SUPERIOR, PROCESSADOR TIPO QUAD CORE COM VELOCIDADE MINIMA 1.4 GHZ, RESOLUCAO MINIMA DA TELA PRINCIPAL 720 X 1280 (HD), SISTEMA OPERACIONAL ANDROID: CAPACIDADE PADRAO DA BATERIA DE NO MINIMO 2400MAH, BLUETOOTH V4.2, CONEXOES 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, DUAL SIM, SUPORTE AO CARTAO DE MEMORIA MICRO SD ATE 256GB, WI-FI 802.11 B/G/N 2.4GHZ, RESOLUCAO MINIMA CAMERA TRASEIRA 13.0 MP, RESOLUCAO MINIMA DA CAMERA FRONTAL 5.0 MP, COM NO MINIMO LUZ DE FLASH NA CAMERA TRASEIRA.	UN	MULTILASER	3,00	839,00	2.517,00
2	BICICLETA - DO TIPO TIPO MONTAN BIKE, ARO 26, RODAS DE PAREDE DUPLA, 18 MARCHAS, COMANDO DE CAMBIO RAPTFIRE, GUIDAO PRETO, EM ALUMINIO.	UN	CAIRU	3,00	403,00	1.209,00
3	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 240 L, APROXIMADAMENTE, 1 PORTA,TIPO DOMESTICA VERTICAL, COM POTENCIA 1/8 HP, 110 V	UN	ELETROLUX	5,00	1.346,00	6.730,00
4	TELEVISOR - EM CORES,32 POLEGADAS,ENTRADAS: 2 HDMI, 1 USB, VGA,COBERTURA DE CANAIS, VHF, UFH, SINTONIZADOR DIGITAL HD INTEGRADO, PROGRAMACAO AUTOMATICA DE CANAIS,SISTEMA ANALOGICO E DIGITAL,BIVOLT 220V,FUNCAO CLOSED CAPTION,CONTROLE REMOTO ACOMPANHANDO PILHAS, MANUAL DE INTRUCOES, BASE DE SUSTENTACAO DA TV, FONTE DE ALIMENTACAO,CABO PARA A FONTE DE ALIMENTACAO, PARAFUSO PARA FIXACAO DA BASE NO TELEVISOR,GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UN	AOC	4,00	1.105,50	4.422,00

Valor total do Fornecedor R$ 14.878,00 (quatorze mil oitocentos e setenta e oito reais)

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 195/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora **ROBERTA FERNANDES DE OLIVEIRA,** portadora da cédula de identidade 1760391-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 014.433.201-96, cargo efetivo de Técnica Administrativa Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, período compreendido de 25/07/2018 à 20/01/2019.

Artigo 2º - À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, do dia 25/07/2018 à 21/11/2018 garantido pelo salário maternidade previsto pelo PREVIAP – Regime Próprio de Previdência Social.

b) 60 (sessenta) dias, do dia 22/11/2018 à 20/01/2019 pagos pela Prefeitura Municipal, conforme o que prevê a Lei Complementar 109/2014.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 25 de Julho de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- – SL MOVEIS LTDA-ME

CONTRATO N° - 073/2018

OBJETO – AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA CAMPANHA IPTU PREMIADO

VALOR GLOBAL - R$ **14.878,00 (quatorze mil oitocentos e setenta e oito reais)**PRAZO VIGENCIA – 25/07/2018 A 31/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2018.

Extrato do Contrato Nº 016/2018.

Contratante: Município de Araguaiana – MT

Contratado: J. GERIVAN EVANGELISTA CONSULTORIA E ASSESSORIA - ME.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Apoio Administrativo de Forma Geral, quanto a Articulação de Assuntos de Interesse da Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT junto aos Órgãos Governamentais e não Governamentais em Cuiabá – MT, conforme Processo Licitatório – Convite nº 002/2018.

Prazo: O prazo de execução do presente Contrato é de 06 (Seis) meses.

Valor: R$27.540,00 (Vinte e Sete Mil, Quinhentos e Quarenta Reais).

Data: 02/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA,** Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, do Art. 48 da Lei Complementar n.º101 de 04 de Maio de 2000 e da Lei Federal n.º 10.257, de 10 julho de 2001, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que se **realizará dia 03 de AGOSTO de 2018, às 09:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Araguainha**, com a seguinte pauta:

- Avaliação e Apresentação das Metas do 1º Quadrimestre/2018.

Araguainha - MT, em 25 de julho de 2018.

SILVIOJOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal de Araguainha

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA,** Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, do Art. 48 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000 e da Lei Federal n.º 10.257, de 10 julho de 2001, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que se **realizará dia 03 de AGOSTO de 2018, às 09:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Araguainha**, com a seguinte pauta:

- Avaliação e Apresentação das Metas do 1º Quadrimestre/2018.

Araguainha - MT, em 25 de julho de 2018.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal de Araguainha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 225/2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar a pedido, o servidor **GESIMAR FERREIRA DE FREITAS,** matricula nº 1668, ocupante do cargo efetivo de **Zelador**, lotado na Secretaria de Obras e Infraestrutura, **com efeitos a partir de 25/07/2018.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a portaria nº 179/2016.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro (24) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.303/2018

LEI MUNICIPAL Nº 1.303/2018

SUMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Araputanga - MT, Sr. **JOEL MARINS DE CARVALHO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Araputanga, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - **E**sta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de ARAPUTANGA para o exercício 2019 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1.964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2018 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2018, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2017, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2018, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único: Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de metas e prioridades para 2019;

III - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000.

Art. 3º -**A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:**

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.

§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.

§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a saúde e a Educação e a Câmara municipal.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2019

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2018 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2019 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze)

dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder**, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.**

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2019, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária, até 2,0 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.

§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2019, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2019.

§ 2º. No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2019, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2018, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguin-

tes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2018, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 25 - Fica autorizado ao Poder Executivo destinar emenda de iniciativa Parlamentar à Lei Orçamentária no limite de um inteiro e dois décimos (1,2%) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 26 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2019, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 27 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 28 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 29 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 30 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 31 - Até o limite de 30% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único – Para fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial ou, sob a classificação econômica, os grupos corrente e de capital da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 32 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 33 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 34 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2018, o orçamento de 2019 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 35 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 36 – **O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.**

Art. 37 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 38 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2020, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 40 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 41 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 42 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 44 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 45 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de Julho (07) de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 226/2018

'' Dispõe sobre a Designação e Nomeação da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 01/2018. ''

***Joel Marins de Carvalho**, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;*

RESOLVE:

***Art. 1º -** Designar e nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 01/2018:*

Nome	*FUNÇÃO*	*CPF Nº*
I– LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE	*PRESIDENTE*	*781.712.531-72*
II – MÔNICA FERREIRA DOS SANTOS	*MEMBRO*	*017.375.731-64*
III – DAIANY SOUZA LIMA	*MEMBRO*	*033.713.461-88*

Parágrafo Único: A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Processo Seletivo Público.

Art. 2° – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro (24) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.310/2018

LEI MUNICIPAL Nº 1.310/2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um **Crédito Adicional Especial** no montante de R$ 1.382.247,11 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e onze centavos), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

1001 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – ENSINO FUNDAMENTAL

1016 – MANUTENÇÃO, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 10.500,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceitos – PJ.....R$ 20.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

1001 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – ENSINO FUNDAMENTAL

1021 – AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR E VEÍCULOS

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Elementos de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 50.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

1001 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – ENSINO FUNDAMENTAL

2030 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 17.500,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

1001 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – ENSINO FUNDAMENTAL

2030 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte de Recursos: 0.3.15 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 30.811,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

1003 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO

2029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRET. DE EDUCAÇÃO

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Elementos de Despesa: 3.3.90.14 – Diárias – Civil.....R$ 3.500,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

1002 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – EDUCAÇÃO INFANTIL

2031 – MANUTENÇAÕ DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 17.500,00

Fonte de Recursos: 0.3.22 – Transferências de Convênio – Educação-Recurso do Tesouro

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 3.229,50

Elementos de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 4.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

001 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

12 – EDUCAÇÃO

365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

1002 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – EDUCAÇÃO INFANTIL

1013 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES

Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 53.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 40.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.15 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 10.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 17.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

002 – FUNDEB

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMETAL

1001 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – ENSINO FUNDAMENTAL

2039 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte de Recursos: 0.3.19 – Transferências do FUNDEB –(Aplicação em outras despesas da educação básica)

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 100.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

002 – FUNDEB

12 – EDUCAÇÃO

365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

1002 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – EDUCAÇÃO INFANTIL

2035 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – FUNDEB 60 INFANTIL

Fonte de Recursos: 0.3.18 – Transferências do FUNDEB – (Aplicação na renumeração dos Profissionais do Magistério em efetivo exercício na educação básica)

Elementos de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil....R$ 172.000,00

Elementos de Despesa: 3.1.91.33 – Obragações Patronais.....R$ 18.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0071 – AMPLIAÇÃO E QUALIDADE NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2123 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receitas de Impostos e de Transferências de Recursos – Saúde – Recurso da Saúde

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 90.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 15.000,00

08 – SECRETARIA DE SAÚDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO

0072 – ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

2126 – MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL

Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receitas de Impostos e de Transferências de Recursos – Saúde – Recurso da Saúde

Elementos de Despesa: 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita.....R$ 40.000,00

08 – SECRETARIA DE SAÚDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BÁSICA

1000 – GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA

2112 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA

Fonte de Recursos: 0.3.14 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde

Elementos de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 117.806,61

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08– ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005 – ATENÇÃO A FAMILIA

2090 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS – FUMIS

Fonte de Recursos: 0.3.29 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 20.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 4.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1004 – GESTÃO SOCIAL

2091 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA ENTIDADES SEM FINS

Fonte de Recursos: 0.3.29 – Transf. de Recursos de Fundo Nacional de Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.50.41 – CONTRIBUICOES.....R$ 10.650,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005 – ATENÇÃO A FAMÍLIA

2085 – MANUTENÇÂO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA –PBV II - PB

Fonte de Recursos: 0.3.29 – Transf. de Recursos de Fundo Nacional de Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 25.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R$ 4.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 9.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005 – ATENÇÃO A FAMÍLIA

2136 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEAS

Fonte de Recursos: 0.3.29 – Transf. de Recursos de Fundo Nacional de Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 28.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R$ 3.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 5.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005 – ATENÇÃO A FAMÍLIA

2079 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA –PBV II - PB

Fonte de Recursos: 0.3.29 – Transf. de Recursos de Fundo Nacional de Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 50.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R$ 8.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 12.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

241 – ASSISTÊNCIA AO IDOSO

1006 – ATENÇÃO A PESSOA IDOSA

2081 – MANUTENÇÃO DO O SCFV- PESSOA IDOSA

Fonte de Recursos: 0.3.29 – Transf. de Recursos de Fundo Nacional de Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 100.000,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R$ 12.500,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 25.000,00

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

15 – URBANISMO

451 – INSFRAESTRUTURA URBANA

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

1071 – REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, GALERIAS PLUVIAIS

Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recurso Ordinários – Recursos do Tesouro

Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 67.500,00

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R$ 168.750,00

TOTAL .....R$ 1.382.247,11

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes de Superávit Financeiro nos termos do Artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei n. 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de Julho (07) de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 224/2018

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o artigo 17 da Lei Municipal nº 971/2011, datada de 09 (nove) de fevereiro de 2011;

Considerando o Anexo V da Lei Municipal nº 971/2011, tabela de cargos e salários;

RESOLVE:

Art. 1.º- Promover a elevação de Grau dos servidores públicos municipais, relacionados no anexo I, conforme o anexo V, da Lei Municipal nº 971/2011, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT para o mês de JULHO:

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro (24) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezoito (2018).

ANEXO I

ELEVACAO DE GRAU DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CONFORME ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 971/2011.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRAU/ NIVEL	SALARIO R$
Adair Silverio	**Motorista**	**31/07/2006**	D-01	**1.788,08**
Anselis Correia da Silva	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Benacy Bernardes da Costa	**Eletricista**	**14/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Catarino Mendes Ferreira	**Braçal**	**14/07/2006**	D-01	**919,58**
Dorvalino Amâncio da Silva	**Motorista**	**03/07/1991**	E-02	**1.967,74**
Edinerito Antonio da Silva	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Fabio Cesar de Oliveira Soares	**Fiscal de Obras e Posturas**	**14/07/2006**	D-02	**2.404,45**
Hudson Cunha Ramos	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
João Carlos de França	**Braçal**	**20/07/2012**	C-02	**985,58**
Juarez Rodrigues dos Reis	**Mecânico de Caminhões e Carros**	**23/07/2009**	D-02	**2.589,42**
Leandro Pinheiro Bolonha	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**

Manoel Cezario Ribeiro de Lima	**Mecânico de Caminhões e Carros**	**14/07/2006**	D-02	**2.589,42**
Marilin Silva de Albulquerque	**Auxiliar Administrativo**	**06/07/2009**	D-02	**1.072,77**
Pedro Gomes Maciel	**Encanador**	**14/07/2006**	D-02	**1.202,23**
Pedro Ventura Crispim	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Sander da Silva Lemes	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Sebastião Serpa Mota	**Operador de Maq. Pesadas**	**14/07/2006**	D-01	**2.834,09**
Silas Moraes da Costa	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Sivaldo de Oliveira	**Motorista**	**31/07/2006**	D-02	**1.942,09**
Thiago Aparecido Alves dos Santos	**Operador do Smae**	**14/07/2006**	D-02	**1.387,19**
Vanilson Batista dos Prazeres	**Braçal**	**14/07/2006**	D-02	**998,78**
Vidal Anizio Rodrigues	**Operador de Maq. Pesadas**	**14/07/2006**	D-01	**2.834,09**
Zenaide Aparecida dos Santos Moraes	**Operador do Smae**	**14/07/2006**	D-02	**1.387,19**

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE RETIFICAÇÃO

RETIFICAR A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 23 DE JULHO DE 2018, ANO XIII Nº 3026 PAG. 54, REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 106/2018, ONDE LÊ-SE “2.000,00”, LEIA-SE “2.133,36”.

AVISO DE PROCESSO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2018 ORIUNDA DO PREGAO PRESENCIAL/SRP Nº. 026/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que conforme o Decreto nº 3.391 de 19 de Setembro de 2001, o Município de Aripuanã faz a **ADESAO a Ata de Registro de Preços nº. 031/2018 oriunda do Pregão Presencial no Sistema Registro de Preços nº 026/2018 da Prefeitura Municipal de Conquista D’Oeste/MT**, para futura e eventual aquisição de um veiculo (unidade móvel de saúde) tipo van zero km para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste município de Aripuanã, conforme proposta n° 13868.636000/1170-02 - Ministério Da Saúde, originando o processo **Pregão Presencial/SRP nº 043/2018**. Sagrou-se vencedora do referido certame a empresa: **REAVEL VEICULOS EIRELI-EPP** inscrita no **CNPJ/MF sob o nº. 30.260.538/0001-04** com o valor total de **R$ 188.160,00 (cento e oitenta e oito mil e cento sessenta reais).** Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@aripuana.mt.gov.br ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 25 de julho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 3.379/2018

SÚMULA:

“**NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM AMPARO NA LEI MUNICIPAL Nº. 1.230/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em substituição membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, alterando o **Decreto nº 3.080/2017**, que passa a constar com a seguinte formação:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Cristina Cavalcante de Lima – Titular.

Taiane Oliveira de Souza – Suplente.

d) Secretaria Municipal de Administração.

Rejane Lina de Oliveira – Titular.

Lindalva Cruz Cabral – Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aripuanã

Jocielle de Oliveira – Titular.

Daiane Aiuri Centurião de Oliveira – Suplente.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições e nomeações do Decreto nº 3.080/2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 25 dias do mês de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO ADITIVO Nº. 110/2018

AO CONTRATO N° 197/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; ALICE MENDES DE SOUZA NEVES LUDKE EIRELI - EPP; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 128.990,00: VIGÊNCIA 31/07/2018 A 30/10/2018.

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO ADITIVO Nº. 107/2018

AO CONTRATO N° 193/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; CLINICA MEDICA ARIPUANA LTDA- ME**;** ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 97.650,00: VIGÊNCIA 31/07/2018 A 30/10/2018.

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO ADITIVO Nº. 108/2018

AO CONTRATO N° 194/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; P W S SOARES - ME**;** ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 61.320,00: VIGÊNCIA 31/07/2018 A 30/10/2018.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.378/2018.

SÚMULA:

"DELEGA O ATO DE PROCEDER A CONSULTAS E RETIRADAS DE EXTRATOS ATRAVÉS DO AUTO-ATENDIMENTO, MOVIMENTAR CONTAS FINANCEIRAS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal de Aripuanã que atribui competência ao Prefeito Municipal para delegar suas funções administrativas para outras autoridades do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que para dar celeridade ao tratar da coisa pública, não cessando a relação de continuidade das questões administrativas pautado sempre na boa execução destas funções;

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Secretario Adjunto de Finanças, **Marcio Bogo**, devidamente nomeado por meio da Portaria nº 9.154/2017, o Secretario Municipal de Finanças, Sr **Deneval Rodrigues da Silva,** nomeado por meio da Portaria nº 9.186/2017 e a Secretaria Municipal de Administração, Srª **Andreia Cristina Medeiros,** nomeada por meio da Portaria nº 9.804/2018,em nome do Prefeito Municipal, autorizados a proceder à prestação do serviço-meio através de retirada de extratos bancários e acesso ao auto-atendimento com senha específica necessária, nas contas bancárias do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação para gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, CNPJ 30.831.698/0001-58;

I. promover a movimentação financeira das contas do Município junto às Instituições Financeiras competentes;

II. coordenar a programação financeira da Conta;

III. proceder à supervisão, através de retirada de extratos e acompanhamento da movimentação financeira; auto-atendimento e outros meios necessários para a movimentação das contas bancárias;

IV. proceder à prestação do serviço-meio necessário ao funcionamento das Contas, através de senhas específicas necessárias;

V. Abrir contas de deposito;

VI. Autorizar Cobrança;

VII. Receber, passar recibo e dar quitação;

VIII. Retirar cheques devolvidos;

IX. Endossar cheques;

X. Sustar/ Contra-ordenar cheques;

XI. Cancelar cheques;

XII. Baixar cheques;

XIII. Efetuar resgates / aplicações financeiras;

XIV. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XV. Consultar contas/aplic. Programas repasse;

XVI. Solicitar saldos/extratos de investimentos;

XVII. Encerrar contas de depósitos;

XVIII. Cartão transporte – autorizar deb/transf;

XIX. Supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira;

XX. Utilizar o crédito aberto na forma e condições estipulados no contrato;

XXI. Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

XXII. Solicitar talonários de cheque;

XXIII. Efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio;

XXIV. Autorizar débito em conta relativos às operações;

XXV. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XXVI. Efetuar transferência por meio eletrônico;

XXVII. Efetuar movimentação financeira no RPG;

XXVIII. Liberar arquivos de pagamentos no Gerfin/AASP;

XXIX. Solicitar saldos/extratos de operações de credito;

XXX. Emitir comprovantes;

XXXI. Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;

XXXII. Efetuar transferência eletrônica para alivio de numerário;

XXXIII. Consultar obrigações do DDA;

XXXIV. Desempenhar outras atividades correlatas à sua função.

Artigo 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 25 dias do mês de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO ADITIVO Nº. 109/2018

AO CONTRATO N° 195/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; HELDER WAGNER BARROS SARAIVA - ME**;** ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 123.480,00: VIGÊNCIA 31/07/2018 A 30/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N.° 006/CMAS/2018

RESOLUÇÃO N.° 006/CMAS/2018

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DO ANO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **25 de julho de 2018**, em Reunião Ordinária, e registrada na **ata n.° 04/CMAS/2018**, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.° 1.040/96 de Agosto de 1996, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Avenida das Nações n.° 400 – Maracanã Barra do Bugres - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual do ano de 2018 do município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

MÁRCIO APARECIDO DOLAVAL

Presidente CMAS

BARRA DO BUGRES-MT

Barra do Bugres-MT, 25 de julho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE JURAMENTO E POSSE

TERMO DE JURAMENTO E POSSE

1º suplente de vereador senhor Benedito Juliano Josetti da Rosa.

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, as 10h00min (dez) nas dependências da Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, situada nesta cidade, na Rua Belo Horizonte, 70 - centro, nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município de Barra do Bugres/MT, perante a Mesa Diretora sob a presidência do vereador Jonas Manoel de Souza, tomou posse o 1º suplente de vereador senhor **Benedito Juliano Josetti da Rosa**, portador do RG n°1294607-9/PR e do CPF n° 842.709.341-15, diplomado 1º suplente em dezesseis de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, pela coligação HORA DE RENOVAR. Ocupando a cadeira do vereador titular senhor SEBASTIÃO FALANQUE, licenciado do Cargo nos termos do Art. 17 do Regimento Interno, neste ato o mesmo passa a cumprir o mandato de vereador por tempo determinado, prestando o seguinte compromisso e posse. ""PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BARRABUGRENSE E SUSTENTAR A INTEGRIDADE E INDEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO" "Assim Prometo". E para constar, foi lavrado o presente termo, que será assinado pelo Presidente e pelo vereador empossado. Câmara do Município de Barra do Bugres, Gabinete da Presidência em 24 de julho de 2018.

Jonas Manoel de Souza

Presidente

Benedito Juliano Josetti da Rosa

Vereador empossado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 039/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 039/2018. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO E MEIO FIO PRÉ-MOLDADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.** Data da sessão pública: **09/08/2018** às **14 horas 00 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio. 25/07/2018.

PORTARIA Nº 13.917 DE 25 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre instauração de processo administrativo de sindicância que menciona e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Roberto Ângelo de Farias**, no uso de atribuições legais, consoante as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 03, de 04 de dezembro de 1991, e Lei Municipal n.º 3.884, de 06 de outubro de 2017, e bem como os preceptivos da Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e

Considerando a manifestação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar exarada na data de 25 de julho de 2018, enviada ao Exmo. Sr. Secretário-Chefe de Gabinete,

R e s o l v e:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo de sindicância perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em face do Procurador-Geral, o Sr. Emerson Ferreira Coelho Souza, a fim de apurar possível irregularidade por ele supostamente praticada, e bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Determinar que seja oficiado o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na Comarca de Barra do Garças-MT, e a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Município Barra do Garças-MT quanto a instauração do presente processo administrativo de sindicância, com remessa de cópia desta Portaria e de toda a documentação até aqui produzida, informando que tão logo concluído o processo cópia integral será igualmente remetida.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, possui o prazo legal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal para a realização dos trabalhos de apuração dos fatos e elaboração do relatório final, remetendo o processo logo após a autoridade julgadora.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 25 de julho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 081/2018 DISPENSA LICITAÇÃO N° 044/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **RLZ – INFORMÁTICA LTDA - ME, Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de Licenciamento de Sistema de Tributação do Município para atender a Secretaria Municipal de Finanças. **Valor Global: R$ 84.996,00. Validade: 03 de Julho 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 25 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 179/2018

PORTARIA N.º 179/2018

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Vanuzia Oliveira de Souza".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Vanuzia Oliveira de Souza,**portadora do CPF nº 012.454.411-83, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 23/06/2018 a 20/10/2018, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 082/2018.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 23/06/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 448 DE 24 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 31702 de 24 de julho de 2018.

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear a senhora **ARINEIA GRACIELA ARDAIA**, para exercer o cargo de Coordenadoria Administrativa e de Defesa Civil da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 agosto de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando a nomeação no Decreto 008 de 05 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégico

Afixado em: 24.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 022/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **244**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **VANIA RODRIGUES FERNANDES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Buriti, em substituição ao servidor Mauro que está na Coordenação Pedagógica, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/08/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 20 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 021/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **398**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ELOISE DE ALMEIDA PEIXOTO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, em substituição a servidora Marinalva Monteiro Carvalho que está usufruindo de Licença Prêmio, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 25/07/2018 até 22/10/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 19 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 020/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **397**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **HELDRIANE MARIA ARTIAGA DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Assistente Administrativo**, para exercer sua função na Escola Municipal Limoeiro, em vaga livre, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 19/07/2018 até 17/06/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 019/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **341** , firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **RENAN DE ASSIS SOUZA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. História**, para exercer sua função na Escola Municipal Dom Máximo Biennes, em substituição a servidora Valdeci Laurentino Silva que está de atestado médico, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 17/07/2018 até 08/10/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 018/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **342**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JANINE APARECIDA FERREIRA EGUES CANDIA**, denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Província de Arezzo, em substituição a servidora Olivia de Andrade Bonfim que se encontra em processo de aposentadoria, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 26/07/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 017/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **338**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JULIENE LEMES DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Assistente Administrativo**, para exercer sua função na Escola Municipal Pequeno Sábio, em substituição a servidora Lucinda Rocha que está de vacância, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 25/07/2018 até 18/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 12 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 016/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **180**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **CLAUDIA RAMOS DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Guarda**, para exercer sua função na Escola Municipal Santos Dumont, em substituição a Cesar Augusto Rodrigues que está de férias, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/08/2018 até 30/09/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 11 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 015/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **380**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **LUCIMARA LEITE DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Pequeno Sábio, em substituição a Maria José Silva da Costa que usufruirá de licença prêmio, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 29/07/2018 até 26/10/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 11 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 014/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **327**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, em substituição a servidora Benedita Pereira de Carvalho Silva que usufruirá licença prêmio, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 24/07/2018 até 23/10/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 11 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 013/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **329**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MAIARA FERREIRA DO NASCIMENTO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão, em substituição a Antônia Silvestre de Oliveira que está de afastamento sem ônus, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 19/07/2018 até 31/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 10 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 012/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **325**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ELIANE SOARES DO PRADO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Gotinhas do Saber, em substituição a Andreia de Assunção Rodrigues Muniz que usufruirá de licença prêmio, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 19/07/2018 até 16/11/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 10 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 011/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **256**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ADENIRA DE SOUZA CUIABANO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal Novo Oriente, em substituição a Catarina da Silva Campos que está em desvio de função, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/08/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 010/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **363**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MICHELLE KAROLINE MODESTO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função no Centro Municipal de Educação Infantil - CAIC, em substituição a professora Rosinei Aparecida Menezes que pediu exoneração, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/07/2018 até 30/09/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 450 DE 24 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 29959 de 11 de julho de 2018,

R E S O L V EM:

Art. 1º Exonerar a pedido a senhora **PATRÍCIA ALMEIDA OURIVES SILVA**, do cargo em Comissão de Procuradora Adjunta do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 24.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 009/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **038**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **VITÓRIA DE CASTRO DOURADO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal Gotinhas do Saber, em substituição a Evanil de Paula que está em desvio de função, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 13/07/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 018/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **MARCO ANTONIO RONDON SILVA**, Brasileiro, Casado, Residente e Domiciliado na Avenida Sangradouro, N° 96, Bairro Centro, em CÁCERES-MT, portador do RG n° 922534 e CPF nº 594.244.431-53, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 180 dias, o processo seletivo 001/2016, até a finalização do processo seletivo edital 005/2018.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação do **MARCO ANTONIO RONDON SILVA** no cargo de Médico Clinico Geral (20hs), em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico-PAM no Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 17 de novembro 2018.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Julho de 2018.

_____

MARCO ANTONIO RONDON SILVA

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

Afixado em: 10.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 008/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **187**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ZILDA RIBEIRO DE MAGALHAES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal Fazendo Arte, em substituição a Irene Maria Lira que está em desvio de função, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 13/07/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 007/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **257**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ANA GREICE VALEJO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal Fazendo Arte, em substituição a Maria Albina de Araújo que está em desvio de função, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 11/07/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 006/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **JAQUELINE LOPES GARNICA**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua dos Cravos, N° 61, Bairro Jardim Paraiso, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 2183911-5 e CPF nº 029.642.171-57, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 180 dias, o processo seletivo 001/2016, até a finalização do processo seletivo edital 005/2018.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação da, **JAQUELINE LOPES GARNICA** no cargo de Atendente Consultório Dentário, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Especializado Odontológico – CEO do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 17 de novembro 2018.**

Cláusula 3ª – Todas as demais claúsulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Julho de 2018.

_____

JAQUELINE LOPES GARNICA

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

Afixado em: 10.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 006/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **354**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ELIZETE DA GUIA DE ARRUDA SILVA DE MIRANDA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Letras**, para exercer sua função na Escola Municipal Novo Oriente, em substituição a Liliane Ortega que usufruirá de licença prêmio para fins de aposentadoria, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 09/07/2018 até 01/10/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 005/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **352**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MONICIA PEREIRA DE ARAUJO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Vila Real, até a convocação do aprovado no Concurso Público, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 09/07/2018 até 30/09/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 022/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **ROSILENE TONETO**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Avenida Talhamares, N° 1119, Bairro Jardim do Trevo, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 20888414 e CPF nº 722.565.591-49, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 180 dias, o processo seletivo 001/2016, até a finalização do processo seletivo edital 005/2018.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação da, **ROSILENE TONETO** no cargo de Artesão, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 30 de Maio 2018 e término em 27 de novembro 2018.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Julho de 2018.

_____

ROSILENE TONETO

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____ CPF:_____

Afixado em: 10.07.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 004/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **386**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JULIANA TIRELLI QUINTO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Jardim Guanabara, até a convocação do aprovado no Concurso Público, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 04/07/2018 até 30/09/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 003/2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **348**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA EGUES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Brincando e Aprendendo, até a convocação do aprovado no Concurso Público, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 03/07/2018 até 30/09/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO N° 002/ 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **311**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SUELY APARECIDA COUTO NETO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Prof. Pedagogia**, para exercer sua função na Escola Municipal Pequeno Sábio, em substituição a Maria Aparecida Nobre que está de atestado médico, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 02/07/2018 até 31/07/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 09 de julho de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

NOME: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 319/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JUCELIA MARIA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Joaquim Moreira, S/Nº , Bairro Vila Nova, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG nº 2096408-0 SSP/ MT e CPF n.º 049.972.321-06, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **JUCELIA MARIA DA SILVA,** no cargo de **ADI**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** para atender aluno com laudo médico, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **16 de Abril de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de Abril de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 302/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **FABIO BRUNO DOS SANTOS**,brasileiro(a) residente e domiciliado(a) na Avenida 31 de Março, S/Nº, Bairro Jardim São Luís, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 1426857-4 SESP/MT e CPF n.º 012.510.871-08, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **FABIO BRUNO DOS SANTOS,** no cargo de **Guarda**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação - SME, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em vaga livre, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **05 de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ unidade	Projeto atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos	Unid. Orçamentária
07.070.3.0	12.361.1004.2.070	3.1.90.04.00	0.1.19.00.00 Fundeb 40%	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar re-

cursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico.

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de abril de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 001/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 001/2017

O **Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVICÁCERES**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, torna pública a rescisão do contrato de prestação de serviços n° 001/2017, nos seguintes termos:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVICÁCERES, CNPJ: 02.332. 486/0001-90.

CONTRATADA: PRISCILLA DOS SANTOS SEBALHOS 04327081116, CNPJ: 25.149.680/0001-30.

OBJETO: Rescisão do Contrato de prestação de serviços nº 001/2017/ PREVICÁCERES e respectivos termos aditivos (Prestação de serviços técnicos profissionais especializados na orientação contábil, administrativa e financeira), por interesse mútuo das partes, nos termos do artigo 79, inciso II da Lei n° 8.666/93.

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 27/07/2018.

Cáceres/MT, 25 de Julho de 2018.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

Afixado em 25.07.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 016/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **PATRICIA CRISTINE DA SILVA SOUZA**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua dos Caçadores, N° 277, Bairro Cavalhada, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 12439282 e CPF nº 960.733.811-15, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 180 dias, o processo seletivo 001/ 2016, até a finalização do processo seletivo edital 005/2018.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação da, **PATRICIA CRISTINE DA SILVA SOUZA** no cargo de Fonoaudiólogo, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Reabilitação Dom Aquino Correa no Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 17 de novembro 2018.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Julho de 2018.

_____

PATRICIA CRISTINE DA SILVA SOUZA

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

Afixado em: 10.07.18

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 169/2018

PORTARIA N.º 169/2018

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ivanilda Aparecida de Souza".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ivanilda Aparecida de Souza,** portadora do CPF nº. 488.675.861-49, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Meio Ambiente, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/07/2018 a 17/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 077/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário e seus efeitos, a partir de 02/07/2018.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de Julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 170/2018

PORTARIA N.º 170/2018

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Claudio Humberto dos Santos**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Claudio Humberto dos Santos**, portador do CPF nº. 442.400.581-04, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/08/2018 a 02/09/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 085/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 04/08/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de Julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 171/2018

PORTARIA N.º 171/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Luis Marcio Ramos da Silva**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Luis Marcio Ramos da Silva**, portador do CPF nº. 559.514.901-97, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 25/07/2018 a 31/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 002/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 25/07/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de Julho 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 172/2018

PORTARIA N.º 172/2018

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Aleida Maria de Moraes Ferreira".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora***Aleida Maria de Moraes Ferreira,** portadora do CPF nº. 771.354.401-10, *efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/07/2018 a 02/09/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 148/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01/07/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 173/2018

PORTARIA N.º 173/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Lucimara de Barros Rodrigues".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Lucimara de Barros Rodrigues,** portadora do CPF nº. 572.265.391-87, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/07/2018 a 11/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 057/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 20/07/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 174/2018

PORTARIA N.º 174/2018

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Valdeci Laurentino Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora***Valdeci Laurentino Silva,** portador do CPF nº. 452.508.471-53, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em História, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/07/2018 a 01/10/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 036/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 17/07/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 175/2018

PORTARIA N.º 175/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Silvana Aparecida Antonini dos Santos".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora***Silvana Aparecida Antonini dos Santos,** portadora do CPF nº. 345.339.071-72, *efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/07/2018 a 01/09/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 101/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 01/07/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 176/2018

PORTARIA N.º 176/2018

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Lindinalva Dias Bonfim".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Lindinalva Dias Bonfim,** portadora do CPF nº. 580.713.691-87, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 27/07/2018 a 26/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 079/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 27/07/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 177/2018

PORTARIA N.º 177/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Joana D'Arc da Silva Moraes''.**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Joana D'Arc da Silva Moraes,** portadora do CPF nº. 496.240.321-49**,** *efetiva no cargo de Professora com Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/08/2018 a 28/10/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 061/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 01/08/2018.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 178/2018

PORTARIA N.º 178/2018

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Aline Santana Honorio".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora* ***Aline Santana Honorio,****portadora do CPF nº 046.960.311-95, efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 29/06/2018 a 26/10/2018, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 083/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 29/06/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 23 de julho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 23.07.2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018.

AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ, NO DIA **13/08/2018**, **ÀS 13H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA**) LICITAÇÃO, NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, TENDO POR OBJETO A **CONCLUSÃO DA OBRA DE ADEQUAÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO.,** EDITAL COMPLETO NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS (WWW.CAMPINAPOLIS.MT.GOV.BR). MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE (66)-3437-1992.

CAMPINÁPOLIS-MT 25 DE JULHO DE 2018.

GILBERTO FRANCISCO RIBEIRO DE PAULA

PRESIDENTE DA CPL

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2018/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2018/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Princípio da Economicidade;

Considerando o Princípio da Razoabilidade;

Considerando o disposto nos itens 12.6 e 12.7 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016.

Considerando a Declaração de desistência da candidata ERYKA DHEYNYFER DE ARAUJO CARDOSO DE CARVALHO.

RESOLVE

1.**CONVOCAR** candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencados no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 27/07/2018, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverá, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverão se apresentar na Secretaria de Lotação no período improrrogável de 25/07/2018 a 27/07/2018 até as 17:00h

6. A vigência dos contratos dos candidatos ora convocados, constará da respectiva avença, com início a partir da **entrega dos documentos exigidos neste Edital** junto a Diretoria de Recursos Humanos e encerramento em **14/12/2018**, observado em todo caso, o disposto neste Edital e Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 004/2016 e suas alterações.

7. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do candidato ora convocado.

8. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no memento da entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de julho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 043/2018/GPM

Quadro 1. Relação de Candidato Convocado

LEANDRO RIBEIRO PADILHA	**AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL/ SEDE DO MUNICÍPIO**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7744 DE 25 DE JULHO DE 2018

PORTARIA DE Nº 7744 DE 25 DE JULHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO Sr. ***WELLYSON RODRIGURS DE SOUZA,*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE: I – Nomear o Sr.*WELLYSON RODRIGURS DE SOUZA*, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, junto ao GABINETE DO PREFEITO, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 25 de Julho de 2018

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 25 de Julho de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO O **CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 002/2018** TENDO COMO OBJETO A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA MARIA EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES DE CONSTRUÇÃO EXIGIDOS PELO FNDE PARA ESCOLAS DO CAMPO. SENDO O MOTIVO DO CANCELAMENTO, ERRO NO PROJETO BÁSICO. MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE (66)-3437-1992. EMAIL: LICITAPM2013@HOTMAIL.COM

CAMPINÁPOLIS-MT 25 DE JULHO DE 2018.

GILBERTO FRANCISCO RIBEIRO DE PAULA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 034/2018

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial "SRP" nº 034/2018, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 25/07/2018, às 08h00, horário local, com a finalidade de **registrar preços para aquisição futura de veículo ambulância "Tipo A" simples remoção tipo furgão, para atender o Hospital Municipal Leocyr Lazarete**, sendo declarada vencedora do certame a licitante RAVEL VEÍCULOS EIRELI, CNPJ/MF nº 30.260.538/0001-04, vencedora do item (01), com valor unitário de R$ 168.700,00 (cento e sessenta e oito mil e setecentos reais).

Campos de Júlio - MT, 25 de julho de 2018.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PORTARIA Nº 240/2018 DE: 02/07/2018

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

24 de Julho de 2018 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 3.027

PORTARIA Nº 240/2018 DE: 02/07/2018

ONDE SE, VICE-PRESIDENTE

Titular – JOÃO BATISTA DE SOUZA

CPF: 649.589.571-20

RG: 3840309 DGPC/GO

LEIA-SE, **VICE-PRESIDENTE**

Titular – IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA

CPF: 001.350.771-09

RG: 16821947 SSP/MT, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA Nº 240/2018 DE: 02/07/2018

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO -FUNDEB, E DA OUTRAS PROVIDENCÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. – Ficam alterado membros do **Conselho Municipal do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**, no município de Canabrava do Norte-MT as pessoas abaixo devidamente indicadas pela respectiva entidade e órgão representativos, conforme prevê a legislação pertinente;

1. Representantes dos Professores;

Titular – **MARIA JOSEANE ARAGÃO FEITOSA**

CPF: 867.871.791-20

RG: 397985-1 DGPC/GO

Suplente – **MARIA EUZELIA VIEIRA**

CPF: 921.517.521-00

RG: 4238416 DGPC/GO

2. Representantes do Executivo;

Titular – **ROSANIA PEREIRA RAMOS**

CPF: 025.236.521-61

RG: 488093-4 SSP/MT

Suplente – **IDEVALDO DE PAULA FARIA.**

CPF: 003.567.551-93

RG: 4762536 DGPC/GO

3. Representantes do Executivo Municipal (Secretarias);

Titular – **JOÃO BATISTA DE SOUZA**

CPF: 649.589.571-20

RG: 3840309 DGPC/GO

Suplente – **SIRLEIDE SOUZA SILVA**

CPF: 842.202.011-49

RG: 1571608 SSP/DF

4. Representante dos Diretores;

Titular – MARIA APARECIDA REIS TAVARES.

CPF: 938.656.271-53

RG: 174835-2 SSP/GO

Suplente – **FÁTIMA MARIA MOTA**

CPF: 192.194.661-04

RG: 930342 SSP/GO.

5. Representante dos servidores Técnicos Administrativos das Escolas;

Titular – IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA

CPF: 001.350.771-09

RG: 16821947 SSP/MT

Suplente – **VALMERICE NUNES BRITO**

CPF: 947.523.031-91

RG: 460219-9 DGPC/GO

6. Representante dos Pais de Alunos;

Titular – ALDENORA FERREIRA DE SOUZA

CPF: 859.055.851-72

RG: 11723882 SSP/MT;

Suplente MANOEL DIAS DOS SANTOS.

CPF; 628.096.441-87

RG: 1137472-1 SSP/MT

Titular – FERNANDO ALMEIDA DA SILVA.

CPF: 817.082.111-87

RG: 361.1614SSP/GO

Suplente- GLARIA APARECIDA DA COSTA

CPF: 001.814.851-41

RG: 1509410-3 SSP/MT

7. Representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular – **DJALMA FRANCISCO DE SOUSA**

CPF: 487.813.201-91

RG: 701426 SSP/MT

Suplente - MARIA HELENA RODRIGUES MALTA

CPF: 983.197.281-34

RG: 31493411443364 SSP/GO

8. Representante do Conselho Tutelar;

Titular – JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS

CPF: 591.301.051-53

RG: 2285430 SSP/GO

Suplente – **BERNADETE VIANA NUNES**;

CPF: 495.637.341-49

RG: 0701407-4 SSP/MT

9. Representante dos Alunos;

Titular –DALVA GOMES DA LUZ

CPF: 000.083. 291-09

RG: 4301175 DGPC/GO

Suplente – **VALDIRENE SOUZA SILVA**;

CPF: 007.411.481-61

RG: 20996373 SSP/MT

10. Representante dos Estudantes de Educação Básica Publica indicado pela Entidade de Estudantes Secundários;

Titular – MARIA JOSE RODRIGUES DA SILVA

CPF: 921.517.521-00

RG: 423.8416 DGPC/GO

Suplente – **BONFIM ALEXANDRE BARBOSA**;

CPF: 030.477.632-02

RG: 740.790-7 PC/PA

DIRETORIA

PRESIDENTE

Titular – MARIA JOSEANE ARAGÃO FEITOSA

CPF: 867.871.791-20

RG: 397985-1 DGPC/GO

VICE-PRESIDENTE

Titular – IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA

CPF: 001.350.771-09

RG: 16821947 SSP/MT

Artigo 2°. – Este Conselho será redigido pela **Lei nº 295/2007** de 05/03/2007 que Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-sePortaria n. 133/2017 de 27/04/2017, toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito municipal

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Carlinda - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.011,09	51.265,14	55.319,75	51.699,89	56.484,31	66.682,40	48.688,57	49.175,47	49.951,02	49.951,02	51.813,19	52.103,30	637.145,15	0,00
Pessoal Ativo	54.011,09	51.265,14	55.319,75	51.699,89	56.484,31	66.682,40	48.688,57	49.175,47	49.951,02	49.951,02	51.813,19	52.103,30	637.145,15	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	45.307,81	42.561,86	45.883,28	42.909,60	46.826,44	56.417,90	40.252,18	41.013,22	41.729,50	41.729,50	43.237,03	43.473,74	531.342,06	
Obrigações Patronais	8.703,28	8.703,28	9.436,47	8.790,29	9.657,87	10.264,50	8.436,39	8.162,25	8.221,52	8.221,52	8.576,16	8.629,56	105.803,09	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	54.011,09	51.265,14	55.319,75	51.699,89	56.484,31	66.682,40	48.688,57	49.175,47	49.951,02	49.951,02	51.813,19	52.103,30	637.145,15	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Carlinda - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	25.298.961,13	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	25.298.961,13	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	637.145,15	2,52
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.661.439,01	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.978.367,06	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.295.295,11	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Carlinda - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Carlinda - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Documento gerado em 25/07/2018 11:51:54

Página 4 de 4

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by DAMIAO DE SOUZA SANTOS:63005379191 Date: 2018.07.25 11:52:29 BRT Perfil: Titular do Poder Legislativo Instituição: Câmara de Vereadores de Carlinda - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DECRETO Nº 239/2018

SUMULA: "**DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º- Ficam designadosos membros da CPL - Comissão Permanente de Licitação no Município de Carlinda – MT, a partir de 25 de julho de 2018.

DEISE DIONE MUTSCHALL – Presidente.

FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA – Membro

FABIANA DA SILVA FRANÇA – Membro

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 201/2018.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de julho de 2018.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 240/2018

SUMULA: "**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO, PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA

Artigo 1º - Fica nomeada a servidora Sra. **DEISE DIONE MUTSCHALL** para exercer a função de Pregoeiro Oficial nas licitações modalidade Pregão, no Município de Carlinda – MT, a partir de 25 de julho de 2018.

Parágrafo único - Com a finalidade de assistir ao Pregoeiro Oficial no desempenho das suas funções, fica designada Equipe de Apoio, composta pelos seguintes membros:

FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA – Membro

FABIANA DA SILVA FRANÇA – Membro

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto de n.º 60/2018.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de julho de 2018.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
PORTARIA Nº. 14/2018/SAAECG

PORTARIA Nº. 14/2018/SAAECG

"Dispõe sobre a Comissão para fins de Tomada de Contas Especial *a e dá outras providências."*

Luiz Leite de Oliveira, Diretor Geral do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 41, §1º inciso II da Constituição Federal.

Considerando o Julgamento Singular Nº 459/JBC/2017 proferido pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, quando do julgamento do processo 23.553-9/2016;

Considerando as disposições da Resolução Normativa nº 24/2014 do TCE/MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Instauraro processo administrativo de Tomada de Contas Especial, com o objetivo de apurar se os restos a pagar no valor de R$ 473. 217,49, do exercício de 2012, foram cancelados corretamente, quando deveria ter tomado providências para cumprir o que fora determinado pelo Tribunal, no Julgamento Singular nº 459/JBC/2017, conforme consta nos autos do Processo nº 135860/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Processo originário n° 23.553-9/2016.

Art. 2 º - Nomear a Comissão para fins de Tomada de Contas Especial a ser integrada pelos seguinte servidores:

I – MARIZA BARROS BATISTA

II – JAIR ANTONIO ELOY DA PAIXÃO OLIVEIRA

III – MARCUS PAULO RODRIGUES FRATARI

Parágrafo único - A Comissão ficará desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestar a colaboração necessária que lhes for requerida.

Art. 3 º - Dar a Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, quando as circunstâncias o exigirem, para conclusão do processo Administrativo de Tomada de Contas.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Chapada dos Guimarães – MT, 25 de julho de 2018.

LUIZ LEITE DE OLIVEIRA

DIRETOR GERAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1198/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2018,** que tem por objeto o ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo perecíveis: Polpa de Fruta para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT, de acordo com as exigências contidas no Edital e seus anexos,*** teve como Resultado Final onde sagrou-se vencedora a empresa, conforme especificado abaixo:

LOTE 01 (PRINCIPAL – 75%) – POLPAS DE FRUTAS	
EMPRESA	**VALOR TOTAL**
COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI - ME	R$ 77.047,50
TOTAL	**R$ 77.047,50**

LOTE 02 (EXCLUSIVO ME/EPP – 25%) – ALIMENTOS PROTÉICOS CONGELADOS	
EMPRESA	**VALOR TOTAL**
JOAO LUIZ CREPALDI - ME	R$ 26.250,00
TOTAL	**R$ 26.250,00**

Chapada dos Guimarães/MT, 25 de julho de 2018.

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Pregoeiro

Marcela Mª Eloy Paixão Oliveira

Superintendente de Licitações

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1198/2018

Recomendamos a Adjudicação e Homologação da Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2018,** que tem por objeto o ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo perecíveis: Polpa de Fruta para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT, de acordo com as exigências contidas no Edital e seus anexos,*** onde sagraram-se vencedoras as empresas, conforme especificado abaixo:

LOTE 01 (PRINCIPAL – 75%) – POLPAS DE FRUTAS	
EMPRESA	**VALOR TOTAL**
COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI - ME	R$ 77.047,50
TOTAL	**R$ 77.047,50**

LOTE 02 (EXCLUSIVO ME/EPP – 25%) – ALIMENTOS PROTÉICOS CONGELADOS	
EMPRESA	**VALOR TOTAL**
JOAO LUIZ CREPALDI - ME	R$ 26.250,00
TOTAL	**R$ 26.250,00**

Chapada dos Guimarães/MT, 25 de julho de 2018.

ADJUDICO:

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Pregoeiro

HOMOLOGO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
RESOLUÇÃO Nº 019/2018 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO Nº 19/2018

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 20 de Julho de 2018 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cláudia MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando;

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar o Relatório Quadrimestral referente aos meses Janeiro, Fevereiro, Março, Abril de 2018 , em Cláudia-MT.

Art 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, registra-se e cumpra-se.

Art 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS- Cláudia, MT em 20 de Julho de 2018.

Isaias Cavalcante da Silva

Presidente do CMS

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2018

O Município de Cláudia – MT, através de sua Comissão Permanente De Licitação torna Público para conhecimento dos interessados, que decide CANCELAR a TOMADA DE PREÇOS **Nº 003/2018,** tendo como objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO (CÓDIGO DO TCE 380565-4)",** devido a necessidade de readequação na Planilha Orçamentária e no Projeto**.** Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 25 de Julho de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

HEMILIN FERNANDA TIEDT

Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1607/2018, DE 27 DE JULHO DE 2018.
"DECRETA PONTO FACULTATIVO".

DECRETO MUNICIPAL Nº 1607/2018, DE 27 DE JULHO DE 2018.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo artigo 3º, 5º e artigo 64, II, IX, XII da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** em todos os órgãos Públicos Municipais de Cocalinho – MT, dia 27 de julho, próximo sexta feira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo, não se aplica aos servidores dos órgãos da Administração Pública Municipal, que por sua natureza exige regime de plantão permanente, tais como saúde, limpeza pública e etc.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 041/2018, cujo objeto é o registro de preço para futura e eventual aquisição de complemento alimentar e fraldas descartáveis para atender necessidades das secretarias de saúde e ação social do município de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
BELAFORTE COMERCIAL LTDA – ME	29, 30, 31 e 32	4. 692,00
COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI – ME	33, 34, 35 e 36	48. 722,00
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS RIO BRANCO LTDA – EPP	21 e 28	24. 955,00
NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME	01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23 e 25	172. 565,00
NUTRILIFE PRODUTOS NUTRICIONAIS EIRELI – ME	05 e 27	8. 565,00

Colider/MT, 25 de Julho de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 596/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 596/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Lizete Teixeira Balieiro,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2085, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 606/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 606/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Iraci Pereira Scheuermann,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 915, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 613/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 613/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Rosana Nunes dos Santos**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3011, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 593/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 593/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Wesley Aparecido Rodrigues,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 3576, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 612/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 612/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Eumissom Alves Batista,** lotado no Gabinete do Prefeito, matricula nº 1147, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 594/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 594/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Ilsabete Procópio Barros,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1462, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 595/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 595/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Leidiane da Silva Torres Marques,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2016, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 611/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 611/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Norivaldo Alves Vital,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 2750, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2013/2014, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 605/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 605/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Hildo Geraldo Nascimento,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1438, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2013/2014, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 610/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 610/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **José André do Nascimento,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 1739, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 609/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 609/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Eloides Santos da Luz,** lotada na Secretaria Municipal de Finaças, matricula nº 1080, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 608/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 608/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Rúbia de Oliveira Rodrigues,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 3118, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 607/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 607/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Valéria Sperandio,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 3443, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 597/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 597/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Marta Regina Cavalcante Melo,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2598, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 598/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 598/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Socorro Dutra Santos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 3282, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 599/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 599/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Zelia Dulce de Oliveira,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3597, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 600/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 600/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Ruth de Souza Almeida,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3120, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 601/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 601/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Edna da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 898, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 602/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 602/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Gervasio de Santana Teodoro,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1318, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 603/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 603/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Joel Candioto,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1711, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 604/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 604/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Valdinei Ferreira Batista,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3418, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 621/ADM/2018, DE 23 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 621/ADM/2018, DE 23 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Alterar – **A carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas para 30 (trinta) horas** da Servidora Publica Municipal **Édina Fátima Bach,** matricula nº 856, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, a partir do dia **01 de agosto do ano de 2018**, conforme o anexo II da lei 502/2011, Incluído pela lei 685/2017 de 17 de abril de 2017.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se,e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 23 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/07/2018 a 23/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 583/ADM/2018, DE 02 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 583/ADM/2018, DE 02 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Alessandra Vieira Ventura***, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Matricula nº 6320 a partir do dia* ***01 de julho de 2018,*** *conforme Artigo 112 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de julho de 2018,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/072018 a 02/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 584/ADM/2018, DE 02 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 584/ADM/2018, DE 02 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Alterar – **A carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas** da Servidora Publica Municipal **Maricelma de Souza Oliveira, matricula nº 2498, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, a partir do dia 01 de julho do ano de 2018, conforme o anexo II da lei 502/2011, Incluído pela lei 685/2017 de 17 de abril de 2017.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de julho de 2018,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se,e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/07/2018 a 02/08/2018

PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 006/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA, Estado de Mato Grosso, convida toda população para participar da **Audiência Pública** a ser realizada no **dia 31/07/2018**, às **09:00 horas**, no **PLENARIO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** do Município de Colniza em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei Complementar nº 131/2009.

A Audiência terá como objetivo a seguinte pauta:

- Apresentação do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo.

Colniza/MT, 25 de Julho de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 585/ADM/2018, DE 09 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 585/ADM/2018, DE 09 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Marilete Maria da Silva***, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Matricula nº 2506 a partir do dia* ***08 de julho de 2018,*** *conforme Artigo 112 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **08 de julho de 2018,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 09/072018 a 09/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 620/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 620/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Lélcia Fátima dos Santos Almeida**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2028, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2008/2013, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 619/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 619/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Cristiane Tatiara da Silva Werneck**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 657, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 586/ADM/2018, DE 09 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 586/ADM/2018, DE 09 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratar de Interesse particular** a Servidora Publica Municipal, **Esolina Nimer Buss*,*** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1138, a partir do* ***dia 01 de agosto do ano de 2018****, no prazo de 02 (dois) anos, conforme Artigo 102 Inciso VI e Artigo 109 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 9 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 09/07/2018 a 09/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 587/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 587/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Andreia Carvalho Ramos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 286, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 588/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 588/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Edson da Silva Barbosa,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 915, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 618/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 618/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Paulo Sergio Lopes**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2840, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 589/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 589/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Joel de Almeida,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1714, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 617/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 617/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Rogério Alexandre da Silva**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2968, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2011/2016, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 590/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 590/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **José Cezario Neto,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1762, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 616/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 616/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Elias da Silva Almeida**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1001, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 591/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 591/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **José de Ribamar Araújo,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1765, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 615/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 615/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Igor Henrique de Melo Fernandes**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1455, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 614/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 614/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Valdemar Schmitz**, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, matricula nº 3402, a partir do dia **01 de agosto a 29 de outubro do ano de 2018**, referente ao qüinqüênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/072018 a 20/08/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 592/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 592/ADM/2018, DE 20 DE JULHO DE 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Pedro Stringhi,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2853, a partir do dia **01 a 30 de agosto ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de julho de 2018.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/07/2018 a 20/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ADITIVO Nº 125/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 125/2018 AO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 053/2018

DATA: 23/07/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AMG – COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR – EIRELI - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do contrato nº 053/2018 que tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde para o pronto atendimento municipal, proposta nº 13925.505000/1170-05, pelo período de mais 90 (noventa dias) dias, vigorando de 24/07/2018 à 22/10/2018.

EXTRATO ADITIVO Nº 124/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 124/2018 AO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 052/2018

DATA: 23/07/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: DENTAL ALTA MOGIANA – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

OBJETO:prorrogação de prazo do contrato nº 052/2018 que tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde para o pronto atendimento municipal, proposta nº 13925.505000/1170-05, pelo período de mais 90 (noventa dias) dias, vigorando de 24/07/2018 à 22/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 083/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADAS DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

CONTRATADA (O): J JUNIOR MAGALHAES EIRELI

CNPJ: 23.183.754/0001-20

ENDEREÇO: AV. INDUSTRIAL, Nº 373, BAIRRO INDUSTRIAL, CEP. 78. 652-000, CONFRESA/MT.

VALOR TOTAL CONTRATADO: valor global de **R$ 176.132,06 (cento e setenta e seis mil e cento e trinta e dois reais e seis centavos)**, por um período de 06 (seis) meses.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 09/2018, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 25 de julho de 2018

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
VIGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL Nº 59/2012

VIGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPL Nº 59/2012 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE CONFRESA E A EMPRESA LIRA & COSTA LTDA NA FORMA ABAIXO.

O Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av Centro Oeste, n. º286 Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º34.464. 716/0001-50, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **LIRA & COSTA LTDA**, com sede na Rua Sete, nº 1 – Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingu, inscrita no CNPJ sob n0 10.642.203/ 0001-35, e Inscrição Estadual sob n.º 13368115-7, representada neste ato Pelo Sócio **GEZI PEREIRA DE LIRA**, brasileiro, comerciante, portador do RG n.º1279657 SSP/GO e do CPF n.º 330.673.411-04, residente na cidade de Santa Cruz do Xingu MT, **processo licitatório nº 63/2012** doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente ADITIVO nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 001/2012, Processo Licitatório n° 063/2012 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o prazo de **vigência** da Obra, referente ao contrato 059/2012 já qualificado acima por mais 60 dias que passa a vigorar de **18 de Julho de 2018** a **18 de Setembro de 2018**, contrato referente a **obra de execução de serviços de revitalização de praças**, realizado segundo os termos do processo licitatório nº 63/2012 na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2012, a obrigação de promover a renovação do contrato em epígrafe, em razão de interesse entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do contrato ora aditado, e o presente termo passa a ser parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam em só efeito.

CLAUSULA TERCEIRA

3.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município.

Órgão: 07- Secretaria Mun. Viação, Obras e Serviços. Públicos;

Unidade Administrativa: 01–Setor de Habitação;

Projeto Atividade: 1.161– Construção de Praças Públicas;

Código Reduzido: 1078- Obras e Instalações

Fonte: 000- Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.51.00.00.00.00.0000

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (Três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Confresa – MT, 18 de Julho de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

_____

LIRA & COSTA LTDA

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
PORTARIA Nº 125/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **ADILSON EVANGELISTA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 649932 SSP/MT e do CPF nº 458. 598.921-87, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – VISA , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **085/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeito municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 124/2018

"Dispõe sobre Elevação deReferência de Vencimentode servidoresda Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001 e 003/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder**Elevação deReferência de Vencimento**aos servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60,II, da Lei Complementar nº 002/2001,e

nos termos do artigo 41, da Lei Complementar nº 003/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Servidor	Matrícula	Ingresso	Classe Atual	Nova Classe	Efeito Financeiro
MOTORISTA	JUCIMAR DE OLIVEIRA	341	06/05/2003	"C" (03)	"D" (04)	30/07/2018
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	LEOZILDA BATISTA FARIAS SIMOES	607	12/05/2008	"B" (02)	"C" (03)	30/07/2018
	ELIZABETH OTTENIO	347	27/05/2003	"C" (3)	"D" (4)	30/07/2018
PROFESSOR	CLENISMAR ARCANJO GONÇALVES	500	02/03/2006	"D" (4)	"E" (5)	30/07/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em23 de Julhode 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO
PORTARIA Nº 123/2018

"Dispõe sobre Progressãode Classede servidoresda Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Progressão de Classe**aos servidores da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo60,I, da Lei Complementar nº 002/2001,conforme quadro a seguir:

Cargo	Processo	Servidor	Matrícula	Referência de Vencimento Atual	Nova Referência de Vencimento	Efeito Financeiro
MOTORISTA	2902/2018	ELIABCE LINO ALBARES	1052	"V-01" (A)	"V-02" (B)	30/07/2018
TEC. OPE. ASS. ADMINISTRATIVOS	2925/2018	MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS	266	"V-02" (B)	"V-03" (C)	30/07/2018
CONTADORA	2899/2018	CLAUDIA NEUMANN DE ALMEIDA	1040	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/07/2018
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2898/2018	SANDRA FERREIRA JORGE	1041	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/07/2018
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2900/2018	MAYLA CLICIA S. FARIAS	1038	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/07/2018
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	2751/2018	KATIA DA SILVA OLIVEIRA	674	"V-01" (A)	"V-02" (B)	30/07/2018
PROCURADOR DO MUNICIPIO	2922/2018	LUCIANA DORRIGUETE DE OLIVEIRA	1044	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/07/2018
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	2944/2018	MARLI ALVES DA SILVA	614	"V-02" (B)	"V-03" (C)	30/07/2018
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2928/2018	NILSON ALACRINO DA SILVA JUNIOR	1057	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/07/2018
SERVIÇOS GERAIS	2518/2018	RIVANA KELLY ALMEIDA CHAVES	637	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/07/2018
MOTORISTA	2927/2018	SERGIANO AUGUSTO DA SILVA	1049	"V-01" (A)	"V-04" (D)	30/07/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 23 de Julhode 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO
PORTARIA 115/2018

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo efetivo que especifica.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município deConquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, do cargo de **ENFERMEIRO PLANTONISTA**, a servidora **ANA CAROLINE DE LARA,** portadora da Cédula de Identidade nº RG. 2049735-0 SSP/MT e do CPF nº 037.177.771-22, a partir de 03 de Junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 114/2018

"Declara a Vacância do cargo efetivo por aposentadoria de servidor."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a VACÂNCIA do cargo efetivo de **AUXILIAR DE LABORATORIO**, pelaaposentadoria porInvalidez, da servidora**JUDITE MORAIS DOS SANTOS**, matricula 287, portador do RG2708545-5-1 SSP/SP e do CPF 287.839.008-37, a partir de 06 de junho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2018.

Maria Lucia Oliveira Porto

PrefeitaMunicipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 097/2018

TERMO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA**HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, com sede na Rua Quintino Cunha, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº 23.084.435/0001-67, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Anderson Monteiro Gomes da Silva**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 717099, expedida pelo(a) SESDC/RO, e CPF nº 888.663.432-34, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2739/2018** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **TOMADA DE PREÇOS nº001/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a **EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE CENTRO DE MULTIPLO USO DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da Tomada de PreçosNº 001/2018e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de R$ 132.147,11 (**Cento e trinta e dois mil cento e quarenta e sete reais e onze centavos**).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

2.4. Se, após a data de assinatura do contrato, houver qualquer alteração na Lei aplicada, com relação a tributos, taxas ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, que impliquem em aumento ou redução nos custos incorridos nos serviços e de comprovada repercussão nos preços, as mesmas poderão ser avaliadas para que sejam incorporados aos valores contratados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **6 meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

3.2. A execução da obra será iniciada até **15 (quinze) dias** após o recebimento da ordem de serviço, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro fixado no Projeto Básico.

3.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas do presente contrato correrão à expensas da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: *07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL*

UNIDADE: *002 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL*

FUNÇÃO: *08 – ASSISTENCIA SOCIAL*

SUBFUNÇÃO: *244 – ASSISTENCIA COMUNITÁRIA*

PROGRAMA: *0029 – GESTAO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA*

PROJETO/ATIVIDADE: *1 018 – CONSTR. AMPL. OU REFOR. PREDIOS DE ATIV. SOCIAL*

ELEMENTO: *4490.51.00.00.00 (426) – OBRAS E INSTALAÇÕES*

5. CLÁUSULA QUINTA - COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

5.1 A comunicação formal entre as partes se dará, obrigatoriamente, por meio de correspondência em papel timbrado, assinada pelo preposto da parte emitente e protocolada. Poderá ser utilizado, alternativamente, o Livro de Ocorrência da obra.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo(a) contratado(a).

6.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

6.3. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos: **6.3.1.** Mensalmente, a partir da autorização de início da obra, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada. **6.3.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades previstas para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executadas em sua totalidade. **6.4.** A Contratante terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas. **6.5.** A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas. **6.6.** Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada pela Caixa Econômica Federal, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada. **6.7.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual. **6.8.** O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la: **6.8.1.** Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual; **6.8.2.** Da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei n° 8.666, de 1993;

6.9. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.

6.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

6.11.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será retido na fonte conforme disposto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 14/2003).

6.12. O CONTRATANTE se reserva no direito de descontar do pagamento de eventuais débitos da contratada relacionados à obra, como danos e prejuízos contra terceiros, multas e outros que sejam devidos.

6.13. Os pagamentos devidos à CONTRATADA poderão ser sustados pelo CONTRATANTE, nos seguintes casos:

I. Imperfeição nas obras executadas a critério da FISCALIZAÇÃO.

II. Não cumprimento, pela CONTRATADA, de obrigações com terceiros, que possam de qualquer forma, prejudicar o CONTRATANTE.

III. Não apresentação na primeira medição da cópia autenticada da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do (s) responsável (eis) técnico (s) pela execução das obras ora contratadas.

IV. Não apresentação dos comprovantes de quitação com as obrigações previdenciárias.

V. Inobservância de qualquer cláusula deste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar os serviços previstos em projeto, bem como para os serviços complementares eventualmente necessários a critério da fiscalização, de acordo com as especificações técnicas.

b) Facilitar e assistir o exercício da mais completa fiscalização dos trabalhos contratados, fiscalização esta, que não o eximirá em hipótese alguma das obrigações previstas em lei.

c) Fornecer todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários à boa execução do presente contrato.

d) Retirar do canteiro de obras, no prazo de 24 horas, os funcionários, que, a critério da fiscalização, forem julgados inconvenientes.

e) Retirar das frentes de serviços equipamentos, que a critério da fiscalização, forem considerados inadequados para a produção e segurança.

f) Observar, rigorosamente, as disposições dos desenhos do projeto com as determinações da fiscalização assentadas no livro próprio da obra que devidamente rubricadas pelas partes, passam a fazer parte integrante do presente contrato.

g) Tomar as providências para evitar acidentes ou danos de qualquer espécie a seus operários e terceiros, em geral, responsabilizando-se por eventuais prejuízos causados.

h) Manter no canteiro de obras os equipamentos indispensáveis para execução e cumprimento dos prazos estipulados no Projeto Básico.

h.1) Tais equipamentos deverão ser reforçados, espontaneamente ou por solicitação do CONTRATANTE, se ficar evidenciada sua insuficiência para o cumprimento dos prazos contratuais ou a obediência às especificações técnicas. A complementação dos equipamentos, em qualquer hipótese, será feita sem ônus para o CONTRATANTE.

i) Manter no canteiro de obras um livro próprio, com folhas numeradas tipograficamente de 0 a 200, para assentamento das anotações da fiscalização, denominado "Livro de Ocorrência".

j) Obter o consentimento prévio da fiscalização para a publicação de qualquer relatório, ilustração, entrevista ou para o fornecimento de detalhes e informações das obras.

k) Toda e qualquer obra mencionada em quaisquer dos documentos que integram o presente contrato, será executada sob a responsabilidade dire-

ta da CONTRATADA, que se obriga a refazer as partes que não estiverem de acordo com as Especificações Técnicas ou com detalhes executivos porventura fornecidos pela fiscalização.

l) Colocar e manter placas de identificação da obra, e placas de responsabilidade técnica, até o final e definitivo recebimento dos serviços e obras contratados.

m) Respeitar as normas de sinalização diurna e noturna, emanadas dos órgãos competentes do Município.

m.1) Os desvios ou remanejamentos do trânsito, nas áreas de intervenção da obra e necessários à execução das obras, serão viabilizados pela CONTRATADA junto aos órgãos competentes da municipalidade.

n) Ressarcir os prejuízos causados aos equipamentos subterrâneos de concessionárias de serviços públicos, desde que tenha conhecimento oficial antecipado da localização desses equipamentos.

7.2. São, ainda, obrigações da CONTRATADA:

a) Responder pela segurança de todas as pessoas autorizadas a permanecer no Local das Obras;

b) Manter a ordem do canteiro de obras, de forma a evitar quaisquer riscos às pessoas, materiais e equipamentos;

c) Fornecer, manter e operar à suas expensas toda a iluminação, vigilância, cercas e sinalização, onde e quando exigido pelo CONTRATANTE, pela autoridade devidamente instituída ou por necessidade dos serviços em execução, para a proteção e segurança do público, população lindeira e da própria Obra e seus funcionários;

d) Tomar todas as providências necessárias à proteção de impactos ao meio ambiente ou à sua mitigação, às pessoas, ao patrimônio público e privado, ou outras causas surgidas em conseqüências da construção das obras;

e) Elaborar documentações necessárias à regularização de novas áreas de empréstimo e bota-foras.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Para a execução das obras objeto do presente contrato, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Liberar as áreas necessárias à execução das obras;

b) Obter as Licenças Ambientais necessárias à execução das obras. (se necessário)

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura/nota fiscal, em conformidade com a legislação aplicável;

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9. CLÁUSULA NONA - *DAS RESPONSABILIDADES*

9.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é o único e exclusivo responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao Contratante, à coisa, à propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto deste contrato, correndo à suas expensas, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

9.2. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para as obras contratadas, nos termos do Código Civil Brasileiro, sendo que a presença da FISCALIZAÇÃO não a diminui nem exclui.

9.3. É de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento das multas ou sanções a ela aplicadas pela infração à qualquer dispositivo legal.

9.4. É de responsabilidade da CONTRATADA, a qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, às suas expensas, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIREÇÃO DAS OBRAS

10.1. Para a responsabilidade técnica das obras, aqui pactuadas a CONTRATADA designará servidor responsável para seu acompanhamento e fiscalização.

10.2. A mudança do responsável deverá ser comunicada por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e só poderá ser efetivada após a aprovação do CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS

11.1. Responde a CONTRATADA por todos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não se admitindo, em qualquer hipótese, a transferência da responsabilidade para o CONTRATANTE, nem a oneração do objeto do contrato, ou qualquer restrição à regularização e uso do objeto do contrato, bem como pelos tributos federais, estaduais e municipais, que porventura sejam devidos em função ou decorrência do presente contrato.

11.2. Para os efeitos do disposto no artigo 31, da Lei nº 8.212, de 24/07/91 obriga-se a CONTRATADA a apresentar mensalmente a prova de recolhimento e quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão e sujeição às sanções cabíveis.

11.3. Deverá ser enviada ao CONTRATANTE uma via da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), devidamente quitada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 6.496, de 07/12/77.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8. 666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

13.1. A obra ora contratada será considerada entregue definitivamente, somente após sua conclusão total e desde que observadas as Especificações Técnicas constantes do edital e seus anexos.

13.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para sanar os problemas constatados, à suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação pelo CONTRATANTE das penalidades previstas contratualmente.

13.3. Se a CONTRATADA vier a atender à reclamação do CONTRATANTE, no sentido de sanar quaisquer deficiências ou vícios na execução da obra, detectados após o recebimento provisório, após vistoria que a comprove, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que se constituirá na referência inicial para contagem do prazo de responsabilidade e/ou garantia determinado pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

13.4. Se a CONTRATADA não sanar, no prazo pré-estabelecido, as deficiências ou os vícios detectados após o recebimento provisório das obras, o custo da reparação respectiva poderá ser descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA e/ou das cauções, sem prejuízo de qualquer outra medida.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela exatidão dos mesmos, nem a ética profissional pela execução do contrato.

13.6. O recebimento provisório da obra será efetuado na forma do artigo 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sendo precedido de comunicação ao CONTRATANTE.

13.7. Complementarmente, fica estabelecido que:

a) O CONTRATANTE poderá emitir um Termo de Recebimento Parcial para qualquer parte da obra que já tenha sido concluída, com o que será considerada entregue ao CONTRATANTE, que passará a assumir a partir daí a responsabilidade por sua operação e manutenção.

b) A emissão do Termo de Recebimento Parcial não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela guarda dos demais serviços em execução, bem como por quaisquer outras obras, materiais e instalações incorporadas para a execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A subcontratação do objeto do presente contrato, so será aceito na forma da Lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

15.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global. **15.4.** A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013. **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES**

16.1. É vedado à CONTRATADA:

a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. multa compensatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Conquista D'Oeste, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

17.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8. 666, de 1993, a Contratada que:

17.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

18.1. Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da contratada;

b) Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93;

c) Fiscalizar o seu cumprimento, diretamente, por preposto ou através de entidade conveniada ou contratada;

d) Aplicar as penalidades previstas pelo descumprimento total ou parcial do ajustado;

e) Ocupar, provisoriamente, bens imóveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao seu objeto, visando acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais, praticadas pela contratada, bem como na hipótese de rescisão.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR

19.1. Qualquer falta cometida pela CONTRATADA somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito e não considerada como inadimplência contratual, se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com a disposição do Código Civil Brasileiro.

19.2. Ocorrendo motivo de força maior, a CONTRATADA notificará, de imediato e por escrito, a fiscalização que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se o CONTRATANTE fornecer outras instruções por escrito, a CONTRATADA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior.

19.3. Entende-se como força maior ou caso fortuito, os fatos resultantes de eventos físicos ou materiais, imprevistos ou imprevisíveis, ou fora de controle e que por ela não puderem ser evitados, como por exemplo: inundação, terremoto, furacão, guerras, etc.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Para as questões que surgirem na execução deste contrato e que não forem resolvidas administrativamente, define-se o foro do presente contrato como o da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste – MT, 20 de julho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI Responsável Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
RREO 3º BIMESTRE 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.700.000,00	21.700.000,00	3.567.320,41	16,44	9.573.295,65	44,12	12.126.704,35
RECEITAS CORRENTES	21.230.000,00	21.230.000,00	3.307.320,41	15,58	9.123.295,65	42,97	12.106.704,35
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.102.900,00	1.102.900,00	199.791,46	18,12	477.822,38	43,32	625.077,62
Impostos	985.900,00	985.900,00	160.997,60	16,33	397.924,94	40,36	587.975,06
Taxas	112.000,00	112.000,00	38.793,86	34,64	79.897,44	71,34	32.102,56
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
CONTRIBUIÇÕES	641.000,00	641.000,00	113.201,17	17,66	289.002,39	45,09	351.997,61
Contribuições Sociais	600.000,00	600.000,00	97.367,75	16,23	240.873,49	40,15	359.126,51
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	41.000,00	41.000,00	15.833,42	38,62	48.128,90	117,39	-7.128,90
RECEITA PATRIMONIAL	1.180.000,00	1.180.000,00	13.327,01	1,13	38.709,40	3,28	1.141.290,60
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	1.180.000,00	1.180.000,00	13.327,01	1,13	38.709,40	3,28	1.141.290,60
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	41.000,00	41.000,00	8.576,10	20,92	26.152,33	63,79	14.847,67
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.000,00	11.000,00		0,00		0,00	11.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços	30.000,00	30.000,00	8.576,10	28,59	26.152,33	87,17	3.847,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.260.000,00	18.260.000,00	2.968.331,45	16,26	8.278.912,98	45,34	9.981.087,02
Transferências da União e de suas Entidades	8.976.000,00	8.976.000,00	1.415.328,67	15,77	3.746.918,54	41,74	5.229.081,46
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.264.000,00	7.264.000,00	1.161.383,39	15,99	3.404.518,92	46,87	3.859.481,08
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.020.000,00	2.020.000,00	391.619,39	19,39	1.127.475,52	55,82	892.524,48
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.100,00	5.100,00	4.093,22	80,26	12.696,17	248,94	-7.596,17
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.100,00	5.100,00		0,00	458,00	8,98	4.642,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes			4.093,22		12.238,17		-12.238,17

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	470.000,00	470.000,00	260.000,00	55,32	450.000,00	95,74	20.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Alienação de Bens Móveis	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
Alienação de Bens Imóveis	25.000,00	25.000,00		0,00		0,00	25.000,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	440.000,00	440.000,00	260.000,00	59,09	450.000,00	102,27	-10.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	440.000,00	440.000,00	260.000,00	59,09	450.000,00	102,27	-10.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	630.000,00	630.000,00	118.654,42	18,83	265.956,31	42,22	364.043,69
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.330.000,00	22.330.000,00	3.685.974,83	16,51	9.839.251,96	44,06	12.490.748,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.330.000,00	22.330.000,00	3.685.974,83	16,51	9.839.251,96	44,06	12.490.748,04
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.330.000,00	22.330.000,00	3.685.974,83	16,51	9.839.251,96	44,06	12.490.748,04
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.627.288,74			689.320,15		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		2.627.288,74			689.320,15		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.336.900,00	21.009.920,15	3.004.430,68	9.274.426,33	11.735.493,82	2.876.220,77	8.381.186,23	12.628.733,92	8.150.937,56	0,00
DESPESAS CORRENTES	18.480.400,00	18.725.523,85	2.643.431,44	8.490.652,15	10.234.871,70	2.697.256,09	8.083.948,37	10.641.575,48	7.963.304,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.162.100,00	10.187.092,61	1.627.059,27	4.881.547,27	5.305.545,34	1.627.059,27	4.881.547,27	5.305.545,34	4.881.547,27	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	63.200,00	63.200,00		50.000,00	13.200,00	7.653,02	22.666,33	40.533,67	22.666,33	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.255.100,00	8.475.231,24	1.016.372,17	3.559.104,88	4.916.126,36	1.062.543,80	3.179.734,77	5.295.496,47	3.059.090,40	
DESPESAS DE CAPITAL	1.786.500,00	2.214.396,30	360.999,24	783.774,18	1.430.622,12	178.964,68	297.237,86	1.917.158,44	187.633,56	0,00
INVESTIMENTOS	1.749.700,00	2.177.596,30	360.999,24	747.021,54	1.430.574,76	172.839,24	278.861,54	1.898.734,76	169.257,24	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	36.800,00	36.800,00		36.752,64	47,36	6.125,44	18.376,32	18.423,68	18.376,32	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00			70.000,00			70.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	698.100,00	714.400,00	78.117,66	256.805,01	457.594,99	78.119,66	256.805,01	457.594,99	233.142,41	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.035.000,00	21.724.320,15	3.082.548,34	9.531.231,34	12.193.088,81	2.954.340,43	8.637.991,24	13.086.328,91	8.384.079,97	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.035.000,00	21.724.320,15	3.082.548,34	9.531.231,34	12.193.088,81	2.954.340,43	8.637.991,24	13.086.328,91	8.384.079,97	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				308.020,62			1.201.260,72		1.455.171,99	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.035.000,00	21.724.320,15	3.082.548,34	9.839.251,96		2.954.340,43	9.839.251,96		9.839.251,96	0,00
RESERVA DO RPPS	1.295.000,00	1.295.000,00			1.295.000,00			1.295.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	630.000,00	630.000,00	118.654,42	18,83	265.956,31	42,22	364.043,69
RECEITAS CORRENTES	630.000,00	630.000,00	118.654,42	18,83	265.956,31	42,22	364.043,69
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							0,00
Taxas							0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	118.654,42	18,83	265.956,31	42,22	364.043,69
Contribuições Sociais	630.000,00	630.000,00	118.654,42	18,83	265.956,31	42,22	364.043,69
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários							0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes							0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	698.100,00	714.400,00	78.117,66	256.805,01	457.594,99	78.119,66	256.805,01	457.594,99	233.142,41	0,00
DESPESAS CORRENTES	698.100,00	714.400,00	78.117,66	256.805,01	457.594,99	78.119,66	256.805,01	457.594,99	233.142,41	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	698.100,00	714.400,00	78.117,66	256.805,01	457.594,99	78.119,66	256.805,01	457.594,99	233.142,41	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					0,00			0,00		
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS					0,00			0,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.336.900,00	21.009.920,15	3.004.430,68	9.274.426,33	97,31	11.735.493,82	2.876.220,77	8.381.186,23	97,03	12.628.733,92	0,00
Legislativa	926.000,00	926.000,00	104.711,80	378.973,63	3,98	547.026,37	114.459,97	346.374,88	4,01	579.625,12	0,00
Ação Legislativa	926.000,00	926.000,00	104.711,80	378.973,63	3,98	547.026,37	114.459,97	346.374,88	4,01	579.625,12	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	185.000,00	152.030,00	15.946,30	23.919,45	0,25	128.110,55	15.946,30	23.919,45	0,28	128.110,55	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	185.000,00	152.030,00	15.946,30	23.919,45	0,25	128.110,55	15.946,30	23.919,45	0,28	128.110,55	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	3.257.000,00	3.198.670,70	510.597,44	1.572.436,98	16,50	1.626.233,72	507.763,14	1.466.966,09	16,98	1.731.704,61	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	2.940.000,00	2.881.670,70	456.975,29	1.432.162,28	15,03	1.449.508,42	459.101,49	1.338.573,39	15,50	1.543.097,31	
Administração Financeira	317.000,00	317.000,00	53.622,15	140.274,70	1,47	176.725,30	48.661,65	128.392,70	1,49	188.607,30	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	1.350.000,00	1.381.049,00	166.620,81	521.835,18	5,48	859.213,82	173.044,05	510.373,78	5,91	870.675,22	0,00
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00			0,00	40.000,00			0,00	40.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	150.000,00	150.000,00	13.421,75	54.768,09	0,57	95.231,91	14.961,75	53.228,09	0,62	96.771,91	
Assistência Comunitária	975.000,00	1.036.049,00	141.547,14	430.705,33	4,52	605.343,67	146.430,38	420.783,93	4,87	615.265,07	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	165.000,00	135.000,00	11.651,92	36.361,76	0,38	98.638,24	11.651,92	36.361,76	0,42	98.638,24	
FU08 - Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Previdência Social	754.900,00	754.900,00	132.291,07	479.627,95	5,03	275.272,05	153.801,41	412.408,50	4,77	342.491,50	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	601.000,00	601.000,00	131.463,07	348.804,21	3,66	252.195,79	131.463,07	348.804,21	4,04	252.195,79	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	153.900,00	153.900,00	828,00	130.823,74	1,37	23.076,26	22.338,34	63.604,29	0,74	90.295,71	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	4.751.000,00	4.890.129,11	807.165,09	2.164.272,14	22,71	2.725.856,97	637.110,73	1.935.044,80	22,40	2.955.084,31	0,00
Atenção Básica	2.289.000,00	2.090.260,00	249.502,94	706.009,39	7,41	1.384.250,61	253.856,00	698.882,43	8,09	1.391.377,57	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.966.000,00	2.212.570,00	474.925,76	1.146.983,41	12,03	1.065.586,59	300.217,49	925.835,44	10,72	1.286.734,56	
Suporte Profilático e Terapêutico	145.000,00	178.770,00	41.264,14	126.248,84	1,32	52.521,16	41.264,14	126.248,84	1,46	52.521,16	
Vigilância Sanitária	120.000,00	120.000,00	19.153,68	56.472,62	0,59	63.527,38	19.379,91	56.445,61	0,65	63.554,39	
Vigilância Epidemiológica	56.000,00	92.029,11	4.689,77	34.777,66	0,36	57.251,45	4.689,77	34.777,66	0,40	57.251,45	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	175.000,00	196.500,00	17.628,80	93.780,22	0,98	102.719,78	17.703,42	92.854,82	1,07	103.645,18	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	4.213.000,00	4.663.619,38	650.981,94	2.213.040,52	23,22	2.450.578,86	649.838,05	1.906.393,38	22,07	2.757.226,00	0,00
Ensino Fundamental	3.067.000,00	3.523.729,38	503.325,15	1.771.350,80	18,58	1.752.378,58	499.830,90	1.477.588,52	17,11	2.046.140,86	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional	15.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	10.000,00	24.000,00	0,25	11.000,00	4.336,29	12.371,84	0,14	22.628,16	
Educação Infantil	653.500,00	647.390,00	99.173,68	298.562,93	3,13	348.827,07	100.495,77	297.306,23	3,44	350.083,77	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	127.500,00	127.500,00	10.859,92	50.212,03	0,53	77.287,97	10.859,92	50.212,03	0,58	77.287,97	
FU12 - Demais Subfunções	315.000,00	315.000,00	27.623,19	68.914,76	0,72	246.085,24	34.315,17	68.914,76	0,80	246.085,24	
Cultura	315.000,00	315.240,00	14.115,44	38.068,77	0,40	277.171,23	13.692,44	36.211,77	0,42	279.028,23	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	315.000,00	315.240,00	14.115,44	38.068,77	0,40	277.171,23	13.692,44	36.211,77	0,42	279.028,23	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	1.595.000,00	1.725.557,67	197.122,25	704.052,80	7,39	1.021.504,87	209.753,49	695.436,00	8,05	1.030.121,67	0,00
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	461.551,00	56.144,94	107.939,75	1,13	353.611,25	56.144,94	107.939,75	1,25	353.611,25	
Serviços Urbanos	785.000,00	965.555,67	125.935,73	453.340,41	4,76	512.215,26	131.154,92	448.359,60	5,19	517.196,07	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	290.000,00	290.000,00	15.041,58	142.772,64	1,50	147.227,36	22.453,63	139.136,65	1,61	150.863,35	
FU15 - Demais Subfunções	60.000,00	8.451,00			0,00	8.451,00	0,00		0,00	8.451,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	307.000,00	277.001,00	7.894,45	43.900,68	0,46	233.100,32	7.894,45	43.900,68	0,51	233.100,32	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	307.000,00	277.001,00	7.894,45	43.900,68	0,46	233.100,32	7.894,45	43.900,68	0,51	233.100,32	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	50.000,00	50.000,00	53,14	743,14	0,01	49.256,86	53,14	743,14	0,01	49.256,86	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental	50.000,00	50.000,00	53,14	743,14	0,01	49.256,86	53,14	743,14	0,01	49.256,86	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	910.500,00	950.773,29	140.272,86	352.989,04	3,70	597.784,25	138.649,73	345.522,16	4,00	605.251,13	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	75.000,00	116.380,00	31.443,86	40.975,54	0,43	75.404,46	26.819,00	36.350,68	0,42	80.029,32	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	700.000,00	703.073,29	108.829,00	310.785,00	3,26	392.288,29	111.830,73	307.942,98	3,56	395.130,31	
FU20 - Demais Subfunções	135.500,00	131.320,00		1.228,50	0,01	130.091,50		1.228,50	0,01	130.091,50	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	55.000,00	55.000,00	5.192,16	18.546,38	0,19	36.453,62	5.192,16	18.546,38	0,21	36.453,62	0,00
Conservação de Energia	55.000,00	55.000,00	5.192,16	18.546,38	0,19	36.453,62	5.192,16	18.546,38	0,21	36.453,62	
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	1.023.000,00	973.830,00	183.956,43	393.093,59	4,12	580.736,41	180.782,64	389.178,09	4,51	584.651,91	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	1.023.000,00	973.830,00	183.956,43	393.093,59	4,12	580.736,41	180.782,64	389.178,09	4,51	584.651,91	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	260.000,00	311.620,00	17.509,50	132.173,44	1,39	179.446,56	22.179,50	112.843,44	1,31	198.776,56	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Lazer	160.000,00	174.799,00	17.509,50	80.492,78	0,84	94.306,22	22.179,50	61.162,78	0,71	113.636,22	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	100.000,00	136.821,00		51.680,66	0,54	85.140,34		51.680,66	0,60	85.140,34	
Encargos Especiais	314.500,00	314.500,00	50.000,00	236.752,64	2,48	77.747,36	46.059,57	137.323,69	1,59	177.176,31	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00		86.752,64	0,91	13.247,36	13.778,46	41.042,65	0,48	58.957,35	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	214.500,00	214.500,00	50.000,00	150.000,00	1,57	64.500,00	32.281,11	96.281,04	1,11	118.218,96	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	70.000,00	70.000,00				70.000,00				70.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	698.100,00	714.400,00	78.117,66	256.805,01	2,69	457.594,99	78.119,66	256.805,01	2,97	457.594,99	
TOTAL (III) = (I + II)	21.035.000,00	21.724.320,15	3.082.548,34	9.531.231,34	100,00	12.193.088,81	2.954.340,43	8.637.991,24	100,00	13.086.328,91	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	698.100,00	714.400,00	78.117,66	256.805,01	2,69	457.594,99	78.119,66	256.805,01	2,97	457.594,99	0,00
Legislativa	24.000,00	24.000,00	3.517,64	10.548,85	0,11	13.451,15	3.517,64	10.548,85	0,12	13.451,15	0,00
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	3.517,64	10.548,85	0,11	13.451,15	3.517,64	10.548,85	0,12	13.451,15	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	15.000,00	15.000,00	1.754,08	1.754,08	0,02	13.245,92	1.754,08	1.754,08	0,02	13.245,92	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	15.000,00	15.000,00	1.754,08	1.754,08	0,02	13.245,92	1.754,08	1.754,08	0,02	13.245,92	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	123.000,00	123.000,00	22.102,42	53.238,61	0,56	69.761,39	22.104,42	53.238,61	0,62	69.761,39	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	100.000,00	100.000,00	20.071,98	45.002,01	0,47	54.997,99	20.073,98	45.002,01	0,52	54.997,99	
Administração Financeira	23.000,00	23.000,00	2.030,44	8.236,60	0,09	14.763,40	2.030,44	8.236,60	0,10	14.763,40	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	50.000,00	63.000,00	3.066,64	14.952,68	0,16	48.047,32	3.066,64	14.952,68	0,17	48.047,32	0,00
Assistência ao Idoso					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Comunitária	45.000,00	58.000,00	3.066,64	14.952,68	0,16	43.047,32	3.066,64	14.952,68	0,17	43.047,32	
FU08 - Administração Geral	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	100,00	100,00			0,00	100,00			0,00	100,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	189.000,00	192.300,00	30.197,26	86.134,50	0,90	106.165,50	30.197,26	86.134,50	1,00	106.165,50	0,00
Atenção Básica	106.000,00	107.000,00	13.447,62	38.638,82	0,41	68.361,18	13.447,62	38.638,82	0,45	68.361,18	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	59.000,00	61.800,00	12.257,21	34.520,02	0,36	27.279,98	12.257,21	34.520,02	0,40	27.279,98	
Suporte Profilático e Terapêutico	5.000,00	6.000,00	2.100,54	5.973,62	0,06	26,38	2.100,54	5.973,62	0,07	26,38	
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	1.444,54	3.611,35	0,04	6.388,65	1.444,54	3.611,35	0,04	6.388,65	
Vigilância Epidemiológica	4.000,00	4.000,00	557,27	1.671,83	0,02	2.328,17	557,27	1.671,83	0,02	2.328,17	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	5.000,00	3.500,00	390,08	1.718,86	0,02	1.781,14	390,08	1.718,86	0,02	1.781,14	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	202.000,00	202.000,00	13.637,65	70.246,27	0,74	131.753,73	13.637,65	70.246,27	0,81	131.753,73	0,00
Ensino Fundamental	163.000,00	163.000,00	8.085,02	51.554,40	0,54	111.445,60	8.085,02	51.554,40	0,60	111.445,60	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Infantil	36.500,00	36.500,00	5.552,63	18.691,87	0,20	17.808,13	5.552,63	18.691,87	0,22	17.808,13	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	2.500,00	2.500,00			0,00	2.500,00			0,00	2.500,00	
FU12 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cultura	15.000,00	15.000,00	15,75	15,75	0,00	14.984,25	15,75	15,75	0,00	14.984,25	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	15.000,00	15.000,00	15,75	15,75	0,00	14.984,25	15,75	15,75	0,00	14.984,25	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	35.000,00	35.000,00	2.070,74	7.061,89	0,07	27.938,11	2.070,74	7.061,89	0,08	27.938,11	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	2.070,74	7.061,89	0,07	17.938,11	2.070,74	7.061,89	0,08	17.938,11	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	3.000,00	3.000,00	246,44	739,32	0,01	2.260,68	246,44	739,32	0,01	2.260,68	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	3.000,00	3.000,00	246,44	739,32	0,01	2.260,68	246,44	739,32	0,01	2.260,68	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	30.000,00	30.000,00	611,55	5.983,39	0,06	24.016,61	611,55	5.983,39	0,07	24.016,61	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	30.000,00	30.000,00	611,55	5.983,39	0,06	24.016,61	611,55	5.983,39	0,07	24.016,61	
FU20 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	12.000,00	12.000,00	897,49	6.129,67	0,06	5.870,33	897,49	6.129,67	0,07	5.870,33	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	12.000,00	12.000,00	897,49	6.129,67	0,06	5.870,33	897,49	6.129,67	0,07	5.870,33	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1.686.464,87	1.566.791,08	1.597.322,23	1.505.548,92	1.675.680,53	2.824.644,63	1.689.467,70	1.766.802,43	1.510.123,86	1.625.431,00	1.927.022,09	1.767.750,56	21.143.069,90	23.360.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	155.980,29	93.320,41	70.932,04	66.056,46	63.834,66	99.650,27	74.997,04	55.651,26	80.043,81	67.338,81	113.124,64	86.666,82	1.027.596,51	1.102.900,00
IPTU	6.915,10	19.696,15	8.362,37	7.719,08	7.138,62	1.154,79	1.168,08	805,75	807,69	6.173,84	24.106,93	13.294,05	97.342,45	133.000,00
ISS	9.892,07	13.469,42	10.682,96	10.810,72	13.634,56	19.199,92	6.560,04	4.261,77	9.859,61	3.644,00	20.687,53	11.174,49	133.877,09	224.000,00
ITBI	84.588,42	2.610,00	500,00	760,00	1.282,00	1.660,00	240,00		14.810,36	1.200,00	1.000,00	2.336,94	110.987,72	89.500,00
IRRF	47.540,70	46.462,01	44.616,40	41.380,62	37.145,59	75.536,29	57.347,37	42.428,36	44.648,53	42.971,94	46.521,10	41.876,56	568.475,47	539.400,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.044,00	11.082,83	6.770,31	5.386,04	4.633,89	2.099,27	9.681,55	8.155,38	9.917,62	13.349,03	20.809,08	17.984,78	116.913,78	117.000,00
Contribuições	6.655,77	6.406,89		4.995,86	0,00	14.494,67	8.167,85	8.904,13	7.079,08	8.144,42	6.587,35	9.246,07	80.682,09	41.000,00
Receita Patrimonial	12.661,30	11.331,24	15.934,49	7.258,72	6.041,93	5.754,35	6.985,02	5.602,45	6.793,21	5.172,68	6.383,48	6.573,51	96.492,38	1.180.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	12.661,30	11.331,24	15.934,49	7.258,72	6.041,93	5.754,35	6.985,02	5.602,45	6.793,21	5.172,68	6.383,48	6.573,51	96.492,38	1.180.000,00
Outras Receitas Patrimoniais													0,00	
Receita Agropecuária													0,00	
Receita Industrial													0,00	
Receita de Serviços	6.845,00	9.598,30	7.931,57	10.179,70	3.389,60	8.373,27	3.736,33	4.118,15	3.455,05	6.266,70	3.722,03	4.854,07	72.469,77	41.000,00
Transferências Correntes	1.493.463,69	1.435.927,09	1.496.188,92	1.410.139,19	1.598.426,31	2.686.033,97	1.595.223,46	1.692.526,44	1.412.672,71	1.538.508,39	1.797.204,59	1.660.410,09	19.816.724,85	20.990.000,00
Cota-Parte do FPM	414.187,39	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	614.926,64	562.076,40	734.809,64	494.114,29	516.062,73	635.788,83	595.386,01	6.340.266,74	7.760.000,00
Cota-Parte do ICMS	443.072,63	610.619,27	656.150,91	475.107,08	698.303,58	673.295,21	640.408,65	545.004,02	531.601,10	469.711,36	685.404,68	469.357,61	6.898.036,10	6.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	19.430,62	14.483,63	20.072,35	11.251,55	9.123,09	4.698,15	18.904,27	21.290,74	28.870,83	27.040,28	31.355,72	24.268,48	230.789,71	160.000,00
Cota-Parte do ITR	45,41		854,12	151.202,70	42.327,96	43.155,70	40.418,37	305,48	102,46		171,68	169,79	278.753,69	60.000,00
Transferências da LC nº 87/1996	2.224,26	2.224,26	2.224,26	2.224,26	2.224,26	2.224,26	2.257,04	2.257,04	2.257,04	2.257,04	2.257,04	2.257,04	26.887,80	30.000,00
Transferências da LC nº 61/1989													0,00	50.000,00
Transferências do FUNDEB	143.147,37	182.699,33	119.427,85	154.371,02	142.310,49	462.679,89	201.058,64	195.888,97	175.159,77	163.748,75	223.431,23	168.188,16	2.332.111,47	2.020.000,00
Outras Transferências Correntes	471.356,01	156.162,66	303.037,77	168.990,27	244.374,03	885.054,12	130.100,09	192.970,55	180.567,20	357.688,23	218.795,41	400.783,00	3.709.879,34	4.510.000,00
Outras Receitas Correntes	10.858,82	10.207,15	6.335,21	6.918,99	3.988,03	10.338,10	378,00		80,00				49.104,30	5.100,00
DEDUÇÕES (II)	175.792,01	219.412,94	214.744,57	217.355,49	242.348,24	267.659,92	252.812,88	260.733,31	211.389,06	203.414,22	270.995,52	218.287,71	2.754.945,87	3.330.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência													0,00	600.000,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	175.792,01	219.412,94	214.744,57	217.355,49	242.348,24	267.659,92	252.812,88	260.733,31	211.389,06	203.414,22	270.995,52	218.287,71	2.754.945,87	2.730.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.510.672,86	1.347.378,14	1.382.577,66	1.288.193,43	1.433.332,29	2.556.984,71	1.436.654,82	1.506.069,12	1.298.734,80	1.422.016,78	1.656.026,57	1.549.462,85	18.388.124,03	20.030.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2.049.800,00	2.049.800,00	520.265,54	1.178.156,71
Receita de Contribuições dos Segurados	600.000,00	600.000,00	240.873,49	238.093,85
Civil	600.000,00	600.000,00	240.873,49	238.093,85
Ativo	600.000,00	600.000,00	240.873,49	238.093,85
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	629.800,00	629.800,00	265.954,83	240.938,41
Civil	629.800,00	629.800,00	265.954,83	240.938,41
Ativo	629.800,00	629.800,00	265.954,83	240.938,41
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	820.000,00	820.000,00	1.199,05	699.124,45
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	820.000,00	820.000,00	1.199,05	699.124,45
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	12.238,17	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			12.238,17	
Demais Receitas Correntes				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	2.049.800,00	2.049.800,00	520.265,54	1.178.156,71

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	354.000,00	354.000,00	259.448,36	156.726,70	192.228,91	98.909,44	0,00	0,00
Despesas Correntes	353.000,00	353.000,00	259.448,36	156.726,70	192.228,91	98.909,44		
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00						
PREVIDÊNCIA (VI)	401.000,00	401.000,00	220.179,59	153.125,05	220.179,59	153.125,05	0,00	0,00
Benefícios - Civil	400.000,00	400.000,00	220.179,59	153.125,05	220.179,59	153.125,05	0,00	0,00
Aposentadorias	400.000,00	400.000,00	220.179,59	153.125,05	220.179,59	153.125,05		
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	1.000,00	1.000,00						
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	755.000,00	755.000,00	479.627,95	309.851,75	412.408,50	252.034,49	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	1.294.800,00	1.294.800,00	40.637,59	868.304,96	107.857,04	926.122,22		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	1.295.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	388,86	388,86
Investimentos e Aplicações	12.763.985,78	12.412.763,77
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	21.230.000,00	9.123.295,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.102.900,00	477.822,38
IPTU	133.000,00	46.356,34
ISS	224.000,00	56.187,44
ITBI	89.500,00	19.587,30
IRRF	539.400,00	275.793,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	117.000,00	79.897,44
Contribuições	641.000,00	289.002,39
Receita Patrimonial	1.180.000,00	38.709,40
Aplicações Financeiras (II)	1.180.000,00	38.709,40
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	18.260.000,00	8.278.912,98
Cota-Parte do FPM	6.360.000,00	2.832.190,47
Cota-Parte do ICMS	5.120.000,00	2.673.190,05
Cota-Parte do IPVA	128.000,00	121.384,35
Cota-Parte do ITR	48.000,00	32.934,27
Transferências da LC 87/1996	24.000,00	10.833,84
Transferências da LC nº 61/1989	50.000,00	
Transferências do FUNDEB		
Outras Transferências Correntes	6.530.000,00	2.608.380,00
Demais Receitas Correntes	46.100,00	38.848,50
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	46.100,00	38.848,50
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	20.050.000,00	9.084.586,25
RECEITAS DE CAPITAL (V)	470.000,00	450.000,00
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	30.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens	30.000,00	
Transferências de Capital	440.000,00	450.000,00
Convênios	410.000,00	
Outras Transferências de Capital	30.000,00	450.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	470.000,00	450.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	20.520.000,00	9.534.586,25

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	17.409.748,85	8.490.652,15	8.083.948,37	7.963.304,00	71.458,10	65.894,60	65.894,60
Pessoal e Encargos Sociais	9.952.989,61	4.881.547,27	4.881.547,27	4.881.547,27	16.795,61		
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	63.200,00	50.000,00	22.666,33	22.666,33			
Outras Despesas Correntes	7.393.559,24	3.559.104,88	3.179.734,77	3.059.090,40	54.662,49	65.894,60	65.894,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	17.346.548,85	8.440.652,15	8.061.282,04	7.940.637,67	71.458,10	65.894,60	65.894,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.183.833,30	783.774,18	297.237,86	187.633,56	90.821,10	14.865,86	14.865,86
Investimentos	1.147.033,30	747.021,54	278.861,54	169.257,24	90.821,10	14.865,86	14.865,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)	36.800,00	36.752,64	18.376,32	18.376,32			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.147.033,30	747.021,54	278.861,54	169.257,24	90.821,10	14.865,86	14.865,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	70.000,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	18.563.582,15	9.187.673,69	8.340.143,58	8.109.894,91	162.279,20	80.760,46	80.760,46

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	1.181.651,68

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-290.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-37.778,50

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	42.878,08	24.501,76
DEDUÇÕES (XXIX)	2.981.217,09	4.291.351,16
Disponibilidade de Caixa	2.981.217,09	4.291.351,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.143.577,29	4.292.369,16
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	162.360,20	1.018,00
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-2.938.339,01	-4.266.849,40

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.328.510,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	1.328.510,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.627.288,74
Reserva Orçamentária do RPPS	1.295.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	163.297,20	162.279,20	0,00	1.018,00	118.984,97	261.964,01	80.760,46	80.760,46	0,00	300.188,52	301.206,52
PODER EXECUTIVO		163.297,20	162.279,20		1.018,00	118.984,97	261.964,01	80.760,46	80.760,46		300.188,52	301.206,52
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	163.297,20	162.279,20	0,00	1.018,00	118.984,97	261.964,01	80.760,46	80.760,46	0,00	300.188,52	301.206,52

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município									0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	22.330.000,00
Previsão Inicial	22.330.000,00
Previsão Atualizada	22.330.000,00
Receitas Realizadas	9.839.251,96
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	689.320,15
DESPESAS	
Dotação Inicial	22.330.000,00
Créditos Adicionais	689.320,15
Dotação Atualizada	23.019.320,15
Despesas Empenhadas	9.531.231,34
Despesas Liquidadas	8.638.991,24
Despesas Pagas	8.384.079,97
Superávit Orçamentário	1.201.260,72

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	9.531.231,34
Despesas Liquidadas	8.637.991,24

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	18.388.124,03

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	520.265,54
Despesas Previdenciárias Liquidadas	412.408,50
Resultado Previdenciário	107.857,04
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha	-37.778,50	1.328.510,39	-3.516,58
Resultado Primário - Acima da Linha	-290.000,00	1.181.651,68	-407,47

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	163.297,20	0,00	162.279,20	1.018,00
Poder Executivo	163.297,20	0,00	162.279,20	1.018,00
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	380.948,98	0,00	80.760,46	300.188,52
Poder Executivo	380.948,98	0,00	80.760,46	300.188,52
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	544.246,18	0,00	243.039,66	301.206,52

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.921.092,45	25,00	25,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	811.962,35	60,00	71,71
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		30.000,00
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	1.909.705,38	2.820.353,49	2.674.513,94	753.980,80
Despesas Previdenciárias	442.790,60	1.360.846,34	3.568.906,78	2.095.711,26
Resultado Previdenciário	1.466.914,78	1.459.507,15	-894.392,84	-1.341.730,46
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.431.012,97	15,00	19,11

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTRATO
CONTRATO Nº 094/2018

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **L.C. BRANCHER E CIA LTDA EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **L.C. BRANCHER E CIA LTDA EPP**, com sede na Rodovia BR 174 – KM 220, na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 11.423.558/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Luiz Antonio Brancher, portador(a) da Carteira de Identidade nº 884235, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 883. 357.981-68, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2729/2018** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 041/2018** do **Pregão Presencial nº 038/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO TIPO MANILHA PARA ATENDER DEMANDAS DE OBRAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2018, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 329.750,00 (Trezentos e vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;*

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 579, 588, 596 e 599.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS/SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 12 de julho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	L.C. BRANCHER E CIA LTDA EPP Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	

RG:

CPF:

CONTRATO
CONTRATO Nº 095/2018

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **PAULO SERGIO DIAS – POSTO – EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representada neste ato por Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **PAULO SERGIO DIAS – POSTO – EPP**, com sede na Avenida Getulio Vargas, S/N, na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 09.136.878/0002-04, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato

representada pelo(a) Sr.(a) Juarez Aparecida Ribeiro Cabral, portador(a) da Carteira de Identidade nº 60600, expedida pelo(a) MTE/MT, e CPF nº 621.760.561-91, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2441/2018** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 039/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição **FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTIVEIS TIPO ETANOL, GASOLINA, ÓLEO DIESEL E ÓLEO DIESEL BS10 NO MUNICIPIO DE CÁCERES, A VAREJO, COM A FINALIDADE DE ATENDER OS ÓRGÃOS DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, conforme especificações e quantitativos estabelecido no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de Dezembro de 2018, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 172.052,00 (Cento e setenta e dois mil e cinquenta e dois reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto com vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega dos produtos, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 028, 061, 108, 123, 171, 183, 283, 374, 388, 439, 496, 564, 588

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO MENSALMENTE EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA/ FATURA, CONTENDO A QUANTIDADE MENSAL CONSUMIDA, DEVIDAMENTE ATESTADA POR FUNCIONÁRIO DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

8.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

8.3. O pagamento, pelos produtos **efetivamente entregues**, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

8.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

8.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

9.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

9.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

9.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

4.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

10.1. A fiscalização da entrega dos produtos será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

12.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

12.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

12.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

12.7 A multa prevista no item 12.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

12.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALIDADE E EFICÁCIA

13.1 Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 12 de julho de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Responsável Legal da CONTRATANTE	PAULO SERGIO DIAS – POSTO – EPP Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	

RG:

CPF:

RG:

CONTRATO
RGF 1º SEMESTRE 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	978.001,91	823.514,39	708.130,41	715.423,54	738.249,59	1.209.545,04	862.545,23	730.404,11	757.318,71	784.454,64	748.481,42	780.684,52	9.836.753,51	0,00
Pessoal Ativo	978.001,91	823.514,39	708.130,41	715.423,54	738.249,59	1.209.545,04	847.345,23	702.427,15	740.741,75	766.277,68	732.104,46	763.307,56	9.725.068,71	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	806.052,81	751.687,61	650.740,14	648.431,99	671.404,60	1.094.054,76	786.090,16	646.957,55	670.055,50	696.344,63	672.836,86	715.681,07	8.910.337,68	
Obrigações Patronais	71.949,10	71.826,78	57.390,27	66.991,55	66.844,99	115.490,28	61.255,07	55.469,60	70.686,25	69.933,05	59.267,60	47.626,49	814.731,03	
Benefícios Previdenciários													0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas													0,00	
Pensões													0,00	
Outros Benefícios Previdenciários													0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)							15.200,00	27.976,96	16.576,96	18.176,96	16.376,96	17.376,96	111.684,80	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.112,56	10.699,53	0,00	0,00	0,00	15.024,69	0,00	1.376,02	24.335,69	0,00	8.351,65	23.345,17	85.245,31	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.112,56	10.699,53				15.024,69		1.376,02	24.335,69		8.351,65	23.345,17	85.245,31	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	975.889,35	812.814,86	708.130,41	715.423,54	738.249,59	1.194.520,35	862.545,23	729.028,09	732.983,02	784.454,64	740.129,77	757.339,35	9.751.508,20	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	18.388.124,03	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.388.124,03	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	9.751.508,20	53,03
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.929.586,98	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.433.107,63	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.936.628,28	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	54,00	62,67	8,67	2,89	59,78	53,03	-0,97	54,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	42.878,08	24.501,76	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	42.878,08	24.501,76	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	42.878,08	24.501,76	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	42.878,08	24.501,76	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.981.217,09	4.291.351,16	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.981.217,09	4.291.351,16	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.143.577,29	4.292.369,16	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	162.360,20	1.018,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.938.339,01	-4.266.849,40	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.796.198,06	18.388.124,03	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,24	0,13	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-16,51	-23,20	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	10.365.906,44	10.365.906,44	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	57.094,30	110.875,78	0,00
RP Não-Processados	380.948,98	300.188,52	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (**I**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (**II**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (**III**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	17.796.198,06	18.388.124,03	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (**I**)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (**II**)	0,00	0,00
TOTAL (**III**)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.388.124,03	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.942.099,84	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.647.889,86	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.287.168,68	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	18.388.124,03
Receita Corrente Líquida Ajustada	18.388.124,03

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.751.508,20	53,03
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	9.929.586,98	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	9.433.107,63	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.936.628,28	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-4.266.849,40	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.942.099,84	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.287.168,08	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTRATO
CONTRATO Nº 096/2018

"Contrato de prestação de serviço que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE e de outro lado **A C SANTOS SOUZA**".

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, **MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa **A C SANTOS SOUZA** com sede na Rua dos Ipês nº 21, Sol Nascente, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 30.722.023/0001-70, neste ato representada por Andressa Cristina Santos Souza, portador da cédula de identidade RG nº 1861471-0 expedida pela SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 043.212.361-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Administrativo 1800/2017 e Inexigibilidade de Licitação nº 003/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente termo regula-se mediante as disposições da Lei nº.8.666/93, em sua redação atual, juntamente com os elementos integrantes do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente termo tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em prestação de serviços médicos, a serem realizados nos termos da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O prazo para execução dos serviços será em conformidade com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela abaixo:

ITEM	LOCAL DE PRESTAÇÃO DOSERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR(R$)
47233	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	Serviço de enfermagem para realização de plantões de 12 horas ininterruptas (período noturno e diurno, conforme escala); Permanecer no local e atender toda a demanda de urgências e emergências; Se for o caso, acompanhar paciente em transporte	R$ 250,00 (por plantão)

		inter-hospitalar, com suporte básico e/ou avançado, quando solicitado pela Central Estadual de Regulação de Urgência ‘e Emergência.	

D

E

J

U

L

I

O

C

A

M

P

O

S

Parágrafo único – Os serviços que forem executados com vício ou defeito em virtude da ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, serão repostos sobexclusiva e integral responsabilidade do CREDENCIADO, sem ônus para o CREDENCIANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. Os valores dos serviços prestados estão estabelecidos na Cláusula Terceira, deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. CREDENCIADO obriga-se a:

a) Atender aos eventos/ações previstos no presente termo, conforme ordem de serviço;

D

E

J

U

L

I

O

C

A

M

P

O

S

b) Comparecer sem atrasos aos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde para a prestação de serviços, cumprindo integralmente a jornada/horas estabelecidos para cada um;

c) Informar, no caso de impossibilidade de atendimento, com 05 (dias) dias de antecedência, de forma a nãocomprometer a realização do serviço;

5.2. A CREDENCIANTE obriga-se a:

a) Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais do Credenciado, de acordo com a proposta apresentada e após atesto pelo servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento/fiscalização do serviço;

b) Informar ao Credenciado com 05 (cinco) dias de antecedência da realização do evento.

Parágrafo segundo - A ação da Fiscalização não exonera o credenciado de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado se atendidas às seguintes condições:

a) Atestado do recibo ou fatura;

6.2. Não será permitido o pagamento de eventos sem a prévia e formal autorização da Secretaria Municipal de Saúde;

6.3. O prazo de pagamento é o estabelecido no art.5º, §3º e art.40, XIV, “a”da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 **O presente Termo terá vigência até 30 de setembro de 2018, iniciando-se na assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. O credenciado ficará sujeito a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no fornecimento do objeto deste TERMO, incorrendo ainda, na multa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), ambas sobre o valor global do TERMO, no caso do atraso ser igual ou superior a 15 (quinze) dias observando-se também, neste caso, as demais sanções previstas na legislação pertinente, no caso de, sem justa causa e já advertida não cumprira contendo com as obrigações assumidas, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente justificado e aceitos a juízo do CREDENCIANTE.

D

E

J

U

L

I

O

C

A

M

P

O

S

§1º-Após a comunicação por escrito de que será aplicada a multa mencionada no “Caput” desta cláusula, o contratado terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar as irregularidades, caso contrário o CREDENCIANTE ficará no direito de rescindir este TERMO.

§2º- A multa, que porventura for aplicada será descontada do primeiro faturamento seguinte à data da notificação, discriminada na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

§3º- Pela inexecução total ou parcial deste TERMO, o CREDENCIANTE poderá, garantindo a prévia defesa, aplicar ao credenciado as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Suspensão temporária em participação de licitação e impedimento de contratar com o CREDENCIANTE, por um prazo não superior a 02(dois) anos.

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial deste TERMO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº.8.666/93,em sua redação atual, ocorrendo os seguintes motivos:

A) O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

B) Razões de interesse público de alta relevância e pleno conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CREDENCIANTE;

C) O atraso superior de 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CREDENCIANTE, decorrente dos serviços já prestados, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CREDENCIADO o direito de optar pela suspensão temporária do cumprimento de suas obrigações até quê seja normalizada a situação;

D) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do Termo por parte do CREDENCIADO.

§1º-Está assegurado o direito a rescisão contratual para ambas as partes, conforme preceituam os artigos 78 a 80 da Lei n.º8.666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULADÉCIMA–DADOTAÇÃOORÇAMENTÁRIA

*(**356/2017**) 3.3.90.39.00.00.00.00.102 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAPUBLICAÇÃO

11.1. O presente Termo será publicado em forma de extrato, no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo estabelecido pelo Parágrafo Único do Art.61 da Lei nº.8.666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Para dirimir as questões oriundas deste TERMO, não resolvidas administrativamente, será competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda–MT, preterindo outros por mais privilegiados que sejam. E, por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Conquista D'Oeste – MT, 12 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto AC Santos Souza

Prefeita Municipal CREDENCIADO

CREDENCIANTE

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 119/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deldentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **033/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos da portaria nº 045/2018.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 128/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeitado municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS**, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nºexpedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **088 e 089/2018** celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 127/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, PrefeitaMunicipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor RENATO DE SOUZA, portador da cédula de identidade sob o nº 1623101-5, expedida pela SSP/MT e do CPF: 023.094. 771-92, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **087/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 23 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº126/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora**MIRNE MARIA ROMUALDO**, portadora da cédula de identidade sob o nº 11246162 , expedida pela SJ/MT e do CPF: 858.299.351-04, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **086/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 23 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE DESISTÊNCIA/RENUNCIA N° 023/2018

Considerando que o Edital de Convocação n° 075/2018 de 13/07/2018, estabeleceu o prazo de 10 dias para comparecimento na Prefeitura Municipal para entrega da documentação necessária, para posse no Processo Seletivo Simplificado 03/2017.

Considerando o não comparecimento na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu para a entrega da documentação necessária os abaixo relacionados são reconhecidos como desistentes nas vagas oferecidas, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Convocado	Cargo
Daniel Soares Correa	Agente de Mant. E Conservação

Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 78/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 003/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – MOTORISTA/CENTRO

ELVIS BARBOSA ALVES

CARGO: PROFESSOR – PEDAGOGO/AGROVILA

MARIA APARECIDA JACINTO DO CARMO

GERCIANE FRANCISCA PAULINO

SEC. GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2016

Dispõe sobre a reformulação do Código de Vigilância Sanitária do Município de Cotriguaçu, e dá outras providências.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita do Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faço saberque a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DA PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE
CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica reformulado o Código de Vigilância Sanitária do Município de Cotriguaçu que dispõe sobre a proteção, promoção e preservação da saúde, nos aspectos relativos à Vigilância Sanitária, Vigilância, Epidemiológica, Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, e tem os seguintes objetivos:

I - promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

II - assegurar condições adequadas de da qualidade da produção, qualidade na comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluindo procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

III - assegurar condições adequadas para a prestação de serviços de saúde;

IV - executar ações visando o controle de fatores de riscos à saúde.

V- Assegurar condições adequadas à saúde, à educação, a moradia ao trabalho e os transportes;

Art. 2º Cabe à Prefeitura municipal de Cotriguaçu e a Secretaria Municipal de Saúde coordenar as ações de que trata esta Lei e elaborar as Normas Técnicas que as regulam.

Parágrafo único. A destinação de verbas públicas ficará sob a fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, só podendo ser repassadas às instituições públicas, salvo quando se tratar de serviços especiais ou complementares, a critério da própria Secretaria.

1°-A formulação da política, a coordenação e a execução das ações de promoção, proteção e preservação da saúde pressupõem a atuação integrada das esferas estadual e municipal de governo.

2° As ações de promoção, proteção e preservação da saúde de que trata esta lei serão desenvolvidas de forma descentralizada/musicalizada, através de trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área de saúde no Município, sempre buscando assegurar e promover a participação da sociedade.

Art. 3º A Vigilância Sanitária e Epidemiológica devem organizar serviços de captação de reclamações, denuncias, informações e sugestões no próprio local.e denúncias, divulgando periodicamente os dados recolhidos.

Art. 4°- Os estabelecimentos sujeitos as ações da fiscalizadora dos serviços de Vigilância deverão:

Manter o serviço de atendimento à população para recebimento de reclamações, denuncias, informações e sugestões no próprio local;

Fixar em local visível ao público o telefone e o endereço do órgão responsável pela fiscalização sanitária;

CAPÍTULO II

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Seção I

ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por Vigilância em Saúde as ações de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador, que compõem um campo integrado e indissociável de práticas, fundado no conhecimento interdisciplinar e na ação intersetorial, desenvolvidos por meio de equipes multiprofissionais, com a participação ampla e solidária da sociedade, por intermédio de suas organizações, entidades e movimentos, estruturando, em seu conjunto, um campo de conhecimento.

§ 1º. As ações de Vigilância Sanitária abrangem o conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, inclusive o do trabalho, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

§ 2º. As ações de Vigilância Epidemiológica abrangem o conjunto de atividades que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de adotar ou recomendar medidas de prevenção e controle das doenças e agravos à saúde.

§ 3º. As ações de Vigilância em Saúde ambiental abrangem no que se relaciona com o binômio saúde-meio ambiente, o conjunto de medidas de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, incluindo-se as ações específicas de prevenção e controle das zoonoses e enfermidades transmitidas por vetores, bem como dos agravos causados pelas diversas formas de poluição do meio ambiente, que serão exercidas em articulação e integração com outros setores, dentre os quais os de saneamento básico, planejamento urbano, obras pública e meio ambiente.

§ 4º. As ações de Saúde do Trabalhador abrangem o conjunto de medidas que visem à promoção, a proteção e recuperação da saúde, através de atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, visando à redução da morbi-mortalidade, advindas do ambiente do trabalho.

Seção II

DA ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Art. 6º. A Vigilância em Saúde englobará todo o conjunto de ações capazes de investigar, prevenir, diminuir ou eliminar riscos à saúde, provenientes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços relacionados, direta ou indiretamente, com a saúde, abrangendo os setores de: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, destacando as ações de:

I - proteção do ambiente, nele incluído os ambientes e os processos de trabalho e defesa do desenvolvimento sustentável;

II - saneamento básico;

III - alimentos, água e bebidas para consumo humano;

IV - medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse da saúde;

V - serviços de saúde de assistência à saúde, apoio diagnóstico e terapêutico;

VI - produção, transporte, guarda e utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VII - sangue e hemoderivados;

VIII - radiações de qualquer natureza;

IX - incremento do desenvolvimento científico e tecnológico em sua área de atuação;

X - controle da rede de frios, utilização de imunobiológicos;

XII - investigação de doenças de notificação compulsória e agravos;

XIII - supervisão técnica das salas de imunobiológicos públicas e privadas;

XIV - saúde do Trabalhador;

XV - acidentes com produtos tóxicos e animais peçonhentos ou venenosos;

XVI - outros referentes à Vigilância em Saúde; e

XVII - outras estabelecidas por legislação estadual ou federal pertinente.

Art. 7º. As ações de Vigilância em Saúde serão executadas:

I - de forma planejada, utilizando dados epidemiológicos para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática;

II - com efetiva participação da comunidade;

III - de forma integrada com as demais esferas de governo;

IV - de forma articulada com todos os órgãos responsáveis pela defesa da ética profissional e todas as demais organizações voltadas, de qualquer maneira, a objetivos identificados com o interesse e a atuação da Vigilância em Saúde.

Art. 8º. A Vigilância em Saúde do município de Cotriguaçu tem como objetivo a promoção e prevenção da saúde, realizando atividades como:

I - licenciamento e concessão das respectivas Licenças Sanitárias Municipais (Alvará Sanitário) para estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços de saúde e de interesse da saúde;

II - análise de fluxo para estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde,

III - coleta, registro e informações de interesse da saúde, na sua área de competência;

IV - recomendação de medidas de controle apropriadas para situações de risco;

V - identificação dos riscos referentes aos fatores ambientais promovendo junto aos órgãos afins ações de proteção a saúde humana.

Art. 9º. Na ausência de legislação específica para serviços de alta complexidade ou situações emergenciais, uma vez detectados risco potenciais à saúde das pessoas, profissionais ou público em geral, bem como ao meio ambiente, a Vigilância em Saúde, deve tomar medidas a fim de cessar o risco, baseadas em recomendações técnico-científicas nacionais ou internacionais.

CAPÍTULO III

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º. Para os efeitos desta lei entende-se por Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de saúde, abrangendo o controle:

I - de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidos todas as etapas e processos, da produção ao consumo;

II - a prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;

III - dos resíduos dos serviços de saúde e dos serviços de interesse á saúde ou outros poluentes, bem como monitoramento da degradação ambiental, resultantes do processo de produção ou consumo de bens;

IV - de ambientes insalubres para o homem ou propícios ao desenvolvimento de animais sinantrópicos;

V - dos processos e ambientes de trabalho e da saúde do trabalhador.

Art. 11º. O controle sanitário compreenderá, entre outras ações:

I - vistoria;

II - fiscalização;

III - lavratura de autos e termos;

IV - intervenção e/ou interdição;

V - imposição de penalidades;

VI - trabalho educativo;

VII - coleta, processamento e divulgação de informações de interesse para a Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental.

Art. 12º. As ações de Vigilância Sanitária são privativas do órgão sanitário, indelegáveis, intransferíveis a outro, mesmo que da administração direta.

Art. 13º. As ações de Vigilância Sanitária serão exercidas por autoridade sanitária competente, que após exibir a credencial de identificação fiscal terá livre acesso aos estabelecimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário.

Parágrafo único. A fiscalização se estendera à publicidade e à propaganda de produtos e serviços sob controle sanitário.

Art. 14º. Para efeito desta lei entende-se por:

I - autoridade sanitária: agente político ou servidor legalmente empossado ou estabilizado na forma do Art. 19 do ADCT (ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS), CF88, aos quais são conferidos prerrogativas, direitos e deveres do cargo ou do mandato. II - fiscal sanitário: a) Servidor do órgão sanitário, empossado ou estabilizado na forma do Art. 19 º do ADCT (ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS), CF88, provido no cargo que lhe confere prerrogativas, direitos e deveres para o exercício da função de fiscal sanitário. b) Servidor da Secretaria Municipal de Saúde, de nível superior, empossado ou estabilizado na forma do Art. 19º do ADCT (ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS), CF88, podendo esse ser, de qualquer área da saúde, lotado no Departamento de Vigilância Sanitária, designado em portaria para exercer a função.

Art. 15º. São autoridades sanitárias:

I - Prefeito Municipal; II - Secretário Municipal de Saúde; III - Secretário Municipal de Agricultura, no âmbito de sua competência; IV - Dirigentes da Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. São Fiscais Sanitários:

I - os profissionais da equipe municipal de Vigilância Sanitária investidos na função fiscalizadora (agentes fiscais sanitários).

Art. 16º. A equipe municipal de vigilância sanitária, investida de sua função fiscalizadora, será competente para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários.

Art. 17º - Compete à autoridade sanitária e aos fiscais:

I - exercer o poder de polícia sanitária;

II - instaurar Processo Administrativo sanitário;

III – ter livre acesso aos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário para proceder:

a) Vistoria;

b) Fiscalização;

c) Lavratura de autos e termos;

d) Interdição cautelar de produtos, serviços e ambientes;

e) Execução de penalidades;

f) Apreensão e/ou inutilização de produtos sujeitos ao controle sanitário.

g) Licenciamento sanitário Municipal- (Alvará Sanitário)

IV - é privativo da autoridade sanitária:

a) O andamento dos trâmites e atos processuais para o julgamento e conclusão do processo administrativo sanitária.

Art. 18º. O Município, através da Secretaria Municipal de Saúde e seu Órgão de Vigilância Sanitária em articulação com demais Órgãos oficiais de fiscalização do Estado e da União, exercerá o controle sanitário de produtos, locais, meios de transporte, equipamentos e materiais, estabelecimentos e/ou prestadores de serviços que direta ou indiretamente possam interferir nas condições de saúde coletiva ou individual.

Art. 19º. A autoridade sanitária competente realizará suas atividades fundamentada na legalidade e na moralidade administrativa, visando sempre o benefício da coletividade.

Art. 20º. A Vigilância Sanitária deverá trabalhar em consonância com as demais Vigilâncias, com a atenção à saúde, com os Órgãos de proteção ao consumidor e ambiental, na busca de uma ação coordenada objetiva e eficaz no controle dos agravos à saúde.

Seção II

DOS ESTABELECIMENTOS SUJEITOS AO CONTROLE SANITÁRIO

Art. 21º. São sujeitos ao controle sanitário os estabelecimentos de assistência à saúde e os estabelecimentos de interesse à saúde.

§ 1º. Para fins desta lei, consideram-se estabelecimentos de assistência à saúde, os definidos e regulamentados em normas técnicas, destinados principalmente a prevenção de doenças e a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.

§ 2°. Entende-se por estabelecimento de interesse à saúde, aquele que exerça atividade que, direta ou indiretamente possa provocar danos ou agravos à saúde da população.

I - os que produzem, beneficiam, manipulam, fracionam, embalam, reembalam, acondicionam, conservam, armazenam, transportam, distribuem, importam, exportam, vendem ou dispensam produtos e substâncias de interesse à saúde;

II - todos os estabelecimentos que extraiam, produzam, transformam, manipulam, preparam, industrializam, fracionam, importam, embalam, reembalam armazenam, distribuam, comercializam alimentos, assim como os veículos que transportam alimentos;

III - os Laboratórios de pesquisa, de amostras, de análise de produtos alimentares, água, medicamentos e correlatos e de controle de qualidade de produtos, equipamentos e utensílios;

IV - os que prestam serviços de controle de pragas e vetores urbanos- dedetização;

V - os de hospedagem de qualquer natureza;

VI - os de ensino de educação infantil, fundamental, médio, nível técnico e superior;

VII - os de Lazer e diversão, ginástica e práticas desportivas;

VIII - os de estética e cosmética, saunas, casas de banho e congêneres;

IX - os que prestam serviços de transporte de cadáver, velórios, funerárias, necrotério, cemitérios, crematórios e congêneres;

X - as garagens de ônibus, os terminais rodoviários e ferroviários, os portos e aeroportos;

XI - os que prestam serviços de Lavanderia, conservadoria e congêneres;

XII - os que degradam o meio ambiente por meio de poluição de qualquer natureza e os que afetam os ecossistemas, contribuindo para criar um ambiente insalubre para o homem ou propício ao desenvolvimento de animais sinantrópicos;

XIII - outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos a saúde ou a qualidade de vida da população.

Art. 22º. Para efeito desse código consideram-se de estabelecimento de interesse à saúde as seguintes substâncias e produtos, dentre outros:

I - drogas, medicamentos, imunobiológicos e insumos farmacêuticos e correlatos;

II - sangue e hemoderivados;

III - alimentos, águas e bebidas;

IV - produtos tóxicos e radioativos;

V - perfumes, cosméticos e correlatos;

VI - aparelhos, equipamentos médicos, próteses, órtese e correlatos;

VII - equipamentos de proteção individual.

Parágrafo único. Será objeto de interesse sanitário a Saúde do Trabalhador em estabelecimento e ou ambientes diversos.

Seção III

DA LIÇENÇA SANITÁRIA MUNICIPAL- (ALVARÁ SANITÁRIO)

Art. 23º. Os estabelecimentos de assistência à saúde a que se refere o Art. 20º em seu § 1º, e os estabelecimentos de interesse à saúde a que se referem os incisos I a XIII do Art. 20 terão a Licença Sanitária Municipal- (Alvará Sanitário) o expedida pela autoridade sanitária competente, com validade de 01 (um) ano, renovável por períodos iguais e sucessivos, sendo requerido até 31 de março de cada ano.

§1º. Entende-se por Licença Sanitária Municipal– (Alvará Sanitário)o documento expedido por meio de Ato privativo do órgão sanitário competente, contendo permissão para o funcionamento dos estabelecimentos que desenvolvam quaisquer atividades sujeitas ao controle sanitário.

§2º. Os estabelecimentos citados no caput desse artigo não poderão exercer suas atividades sem a Licença Sanitária Municipal- (Alvará Sanitário).

§3º. Os Microempreendedores individuais, os feirantes, os ambulantes e demais prestadores de serviço deverão solicitar a Licença Sanitária Municipal-(Alvará Sanitário)junto a Vigilância Sanitária Municipal, uma vez que desenvolvam atividades de interesse a saúde.

§4º. Os estabelecimentos indicados no caput deste artigo, para obterem a concessão ou renovação da Licença Sanitária Municipal- (Alvará Sanitário)no aspecto sanitário, devem apresentar ao órgão sanitário competente os documentos exigidos na forma do regulamento, relativos à atividade desenvolvida, respeitando os seguintes critérios:

I - após a apresentação dos documentos definidos pelo Decreto estadual 1729/2008 e suas atualizações ou a lei que venha o substituir, cujas cópias legíveis permanecerão arquivadas, será efetuado o cadastro na Vigilância Sanitária Municipal – no Sistema Estadual informatizado de Vigilância Sanitária (SVS-VISA);

II- somente será recebida a documentação e efetivado o cadastro no SVS-VISA se toda a documentação estiver dentro do solicitado, inclusive a taxa paga;

III- a taxa será emitida pelos fiscais sanitários em programa específico da área de tributos e entregue ao solicitante para quitação;

IV - o órgão sanitário competente deverá conceder a Licença Sanitária Municipal- (Alvará Sanitário) ou renovação no prazo de até 60 (sessenta) dias, no caso do estabelecimento atender às exigências regulamentadas acima, caso contrário, determinará através de documentos a adoção das providências cabíveis;

III - até que ocorra a inspeção pelo fiscal sanitário competente, o estabelecimento terá direito à renovação da Licença Sanitária Municipal, atendendo às mesmas exigências do inciso I;

IV - após a visita do fiscal sanitário competente, uma vez constatada não conformidade sanável e que não ofereça risco eminente, no estabelecimento, será emitido Relatório Técnico de Inspeção Sanitária, no qual serão descritas e aprazadas as não conformidades e será mantido a Licença Sanitária Municipal-(Alvará Sanitário), liberada por análise documental, conforme artigo 22, parágrafo 4º e seus incisos.

V- após a visita do fiscal sanitário competente, uma vez constatada não conformidades que ofereçam risco eminente, no estabelecimento, a licença sanitária municipal- Alvará Sanitário, liberada por análise documental, será suspensa temporariamente, até a regularização de todos itens apontados, nos devidos termos de inspeção sanitária. Também poderá ser firmado Termo de Compromisso entre as partes, para a regularização. Este ato permitirá a autoridade sanitária manter a Licença Sanitária Municipal, tomando as medidas cabíveis para a situação de risco encontrada.

VI - decorrido o prazo estabelecido no Relatório Técnico de Inspeção Sanitária e no Termo de Compromisso e não sendo sanadas as não conformidades, caberá a autoridade sanitária competente a suspensão ou o cancelamento do Alvará Sanitário Municipal.

§ 5º. A Licença Sanitária Municipal – (Alvará Sanitário) poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o direito de defesa em processo administrativo, instaurado pela autoridade sanitária.

§6º. Na solicitação inicial, o estabelecimento deve ser inspecionado em prazo não superior a 06 (Seis) meses, contado a partir da data de solicitação da licença, devendo as inspeções posteriores ser realizadas em intervalos não superiores a 01 (ano) anos.

§7º. A Vigilância Sanitária municipal fará uso, para cadastramento, renovação, alteração e outros procedimentos necessários, da listagem de documentos publicada no Decreto Estadual 1729/2008 e de suas atualizações e ou de outra legislação que vier a substituí-lo, a fim de uniformizar as informações uma vez que o sistema de cadastro utilizado é o SVS-VISA, disponibilizado a Vigilância Sanitária municipal pelo Estado.

Art. 24º. Os estabelecimentos de assistência à saúde a que se refere o Art. 20º em seu § 1º, e os estabelecimentos de interesse á saúde a que se referem os incisos I a XIII do Art. 20º**,** somente poderão funcionar segundo a natureza do estabelecimento e de acordo com normas técnicas em vigor.

§1º. Os responsáveis técnicos e administrativos responderão solidariamente pelas infrações sanitárias.

Art. 25º. Os estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário que utilizam, em seus procedimentos, medicamentos sob regime de controle especial, manterão controle e registro na forma prevista na legislação vigente.

Art. 26º. A autoridade sanitária poderá exigir, fundamentadamente, exame clínico ou laboratorial de pessoas que exerçam atividades em estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que produzem ou manipulam produtos de interesse da saúde devem apresentar à autoridade sanitária competente o plano de controle de qualidade das etapas e processos de produção e os padrões de identidade dos produtos e serviços.

Art. 27º. Os estabelecimentos que transportam, manipulam e empregam substâncias nocivas ou perigosas à saúde afixarão avisos ou cartazes nos locais expostos a risco, contendo advertências e informações sobre cuidados com padronização internacional.

Parágrafo único. Os materiais e substâncias a que se refere este artigo conterão, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo internacional correspondente.

Seção IV

DA FISCALIZAÇAO

Art. 28º. Sem prejuízo da ação das autoridades sanitárias Federais, Estaduais e em consonância com a legislação pertinente, a autoridade sanitária municipal competente terá livre acesso a qualquer estabelecimento e ambientes citados em artigos anteriores dessa lei.

Art. 29º. A fiscalização ocorrerá de forma rotineira e com freqüência a ser estabelecida pelo serviço e através de atendimento a denúncias e reclamações da população ou solicitação do Ministério Público e Órgãos afins.

Art. 30º. A fiscalização de que trata este artigo estende-se à propaganda e à publicidade dos produtos e substâncias de interesse á saúde.

Art. 31º. Os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços relacionados aos produtos e substâncias de interesse à saúde são responsáveis pela manutenção dos padrões de identidade, qualidade e segurança, definidos em legislação vigente.

§1°. Os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo, sempre que solicitados pela autoridade sanitária competente, devem apresentar o fluxograma de produção, os documentos e instrumentos que expressem o cumprimento das normas e boas práticas de fabricação e de prestação de serviços.

§2°. Deve ser assegurado aos trabalhadores referidos no *caput* desse artigo, acesso aos documentos e instrumentos que expressem o cumprimento de normas de Boas Práticas de Fabricação e Normas de Boas Práticas de Prestação de Serviços.

Art. 32º. É vedada a instalação de estabelecimentos que estocam ou utilizam produtos nocivos à saúde em área continua a área de residência ou em sobre lojas ou conjuntos que possuam escritórios, restaurantes e similares, e estabelecimentos de educação e saúde, competindo ao Departamento de Controle Urbano a liberação do Alvará de Funcionamento, o controle e a fiscalização.

Art. 33º. A comercialização de produtos importados de interesse à saúde fica sujeita a previa autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 34º. A rotulagem de produtos e substâncias de interesse à saúde deve obedecer às exigências das legislações vigentes e normas técnicas existentes, além das constantes neste código e na sua regulamentação.

Art. 35º. A Vigilância Sanitária Municipal atuará de maneira preferencialmente preventiva, através da educação, orientação e fiscalização sanitária.

Art. 36º. Será obrigatória a fixação em local visível nos estabelecimentos de assistência à saúde e nos estabelecimentos de interesse de saúde, de cartazes e informativos de interesse público determinado pela autoridade sanitária competente, além de outros informativos ao consumidor sobre os serviços prestados.

Art. 37º. Os estabelecimentos de interesse à saúde e prestadores de serviço, os estabelecimentos comerciais, de produção, embalagem e manipulação de produtos e substâncias de interesse à saúde, antes de iniciarem suas atividades, devem protocolar junto a VISA municipal a documentação conforme determina a legislação vigente.

§1°. Todos os estabelecimentos que trata o *caput* desse artigo, devem comunicar à autoridade sanitária competente, as modificações nas instala-

ções e equipamentos, bem como a inclusão de atividades e quaisquer outras alterações que repercutam na identidade, qualidade e segurança dos produtos ou serviços oferecidos a população.

§ 2°. Constatando que a declaração e a comunicação previstas no *caput* e no § 1°, deste artigo, são inverídicas, deverá a autoridade sanitária competente comunicar o fato ao Ministério Público, para fins de apuração de eventual ilícito penal, sem prejuízo da adoção dos demais procedimentos administrativos.

Art. 38º. Todo estabelecimento que mantenha serviço de transporte de pacientes, bem como de produtos e substâncias de interesse à saúde, deve apresentar, perante a autoridade sanitária competente, declaração individualizada de cada veículo, dela fazendo constar, obrigatoriamente, equipamentos e recursos humanos, para fins de cadastramento.

Art. 39º. Os estabelecimentos de assistência à saúde, bem como, os estabelecimentos de produtos e substâncias de interesse à saúde, devem contar com responsável técnico legalmente habilitado e registrado em conselho específico, devendo este estar presente durante o período de seu funcionamento.

Art. 40º. São responsáveis perante a autoridade sanitária competente, pessoas físicas e jurídicas, que mantenham estabelecimentos ou prestem serviços assistência à saúde e assemelhados, juntamente com seus respectivos responsáveis técnicos devidamente credenciados e habilitados junto ao conselho específico.

Art. 41º. Ocorrendo à interdição de estabelecimentos de assistência à saúde e de interesse à saúde, ou de suas subunidades pelos Órgãos de Vigilância Sanitária; a direção municipal do Sistema Único de Saúde - SUS deverá suspender de imediato, eventuais contratos e convênios que mantenha com tais estabelecimentos ou suas subunidades, pelo tempo em que durar a interdição.

Art. 42º. Os Órgãos públicos municipais responsáveis, sempre que solicitados pela autoridade sanitária competente, prestarão as informações necessárias para o cumprimento das disposições desta lei.

Seção V

DOS ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 43º. Todos os estabelecimentos de assistência à saúde e prestadores de serviço à saúde, estarão sujeitos à vigilância e fiscalização municipal no que concernem as questões sanitárias, podendo a autoridade sanitária competente:

I - adotar normas e padrões sanitários definidos em legislações pertinentes;

II - estabelecer normas técnicas especiais referentes às questões sanitárias relativas a estes estabelecimentos e/ou serviços, de interesse peculiar do município.

Art. 44º. Os estabelecimentos de assistência à saúde deverão:

I - descartar ou submeter à limpeza, desinfecção e/ou esterilização adequadas, os utensílios, instrumentos e roupas sujeitos a contato com fluido orgânico de usuário;

II - manter utensílios, instrumentos e roupas em número condizente com o de pessoas atendidas;

III - submeter à limpeza e desinfecção adequadas os equipamentos e as instalações físicas sujeitos a contato com fluido orgânico do usuário;

IV - adotar procedimento adequado na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final e demais questões relacionadas com resíduos de serviços de saúde;

V - manter condições de ventilação e iluminação, níveis de ruído, condicionamento do ar, acondicionamento e manipulação dos produtos relacionados à saúde dentro dos padrões fixados em normas técnicas.

Art. 45º. Os estabelecimentos de saúde que prestam serviços em regime de internação manterão comissão e serviço de controle de infecção hospitalar, cuja implantação, composição e eventuais alterações serão comunicadas à autoridade sanitária competente, conforme normas técnicas específicas.

§ 1°. Entende-se por controle de infecção hospitalar o programa e as ações desenvolvidas, deliberada e sistematicamente, com vistas à redução da incidência e da gravidade dessas infecções.

§ 2°. A ocorrência de caso de infecção hospitalar será notificada, pelo responsável técnico do estabelecimento, à autoridade sanitária competente.

§ 3°. Incluem-se no disposto neste artigo os estabelecimentos que prestam serviços de natureza ambulatorial onde se realizem procedimentos capazes de disseminar infecções.

Art. 46º. Devem implantar e manter programação permanente de controle de infecção os estabelecimentos de assistência à saúde que:

I - assistem usuários em regime de internação hospitalar;

II - assistem usuários em regime ambulatorial e contém Centro Cirúrgico, no qual sejam realizados procedimentos médicos-odontológicos- cirúrgicos ambulatoriais;

III - assistem usuários em regime ambulatorial e realizem procedimentos médicos invasivos em diagnose e terapia;

IV - estejam definidos em legislação.

§1°. É obrigatório aos estabelecimentos citados no art. 45º:

I - a aquisição e utilização de autoclave;

II - utilização de controle químico e biológico para manter o controle de qualidade da esterilização;

III - manter atualizados os registros de controle químico e biológico do processo de esterilização.

Art. 47º.A responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde pelo controle de infecção em seus ambientes de trabalho independe da existência da programação permanente referida no Art. 45º.

§ 1°. Os estabelecimentos de assistência à saúde devem manter comissão de controle de infecção que elabore procedimentos técnicos padronizados e coordene e execute ações inerentes à programação permanente de controle de infecção.

§2°. A composição da comissão de controle de infecção dos estabelecimentos aludidos nos incisos deste artigo deve atender às disposições da legislação pertinente.

Art. 48º. Os estabelecimentos de assistência à saúde e os veículos para transporte de paciente devem ser mantidos em rigorosas condições de higiene, observando-se as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária vigente.

Art. 49º. Os estabelecimentos de assistência à saúde devem adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final e demais questões relacionadas aos resíduos de serviços de saúde, conforme legislação sanitária vigente.

Art. 50º. Devem os estabelecimentos de assistência à saúde possuir condições adequadas, no que se referem à estrutura física, equipamentos, procedimentos, utensílios e documentos, para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação, recuperação e reabilitação da saúde.

Art. 51º. Os estabelecimentos de assistência à saúde devem possuir quadro de profissionais legalmente habilitados e credenciados em seus conselhos específicos, em número adequado à demanda, as atividades desenvolvidas e a legislação profissional vigente.

Art. 52º. Os estabelecimentos de assistência à saúde devem possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo

indispensáveis e condizentes com suas finalidades em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de assistência à saúde que, por suas características e finalidades, destinam-se a prestar serviços em regime de internação hospitalar e em urgência e emergência ambulatorial ou pronto atendimento, devem contar com quadro de profissionais legalmente habilitados nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, em número adequado a demanda e às atividades desenvolvidas, especialmente médicos e enfermeiros.

§1°. Os equipamentos, quando não estiverem em perfeitas condições de uso, devem ficar fora da área de atendimento ou, quando a remoção for impossível, exibir aviso inequívoco de proibição de uso.

§ 2°. Cabe ao proprietário e ao responsável técnico do estabelecimento e/ou serviço, manter atualizado os registros que comprovem a manutenção permanente e reparos dos equipamentos, bem como, disponibilizá-los, sempre que solicitados, aos órgãos fiscalizadores.

Art. 53º. Os estabelecimentos de assistência à saúde que utilizarem, em seus procedimentos, medicamentos ou substâncias sujeitas ao regime de controle especial, devem manter controles e registros na forma prevista na legislação sanitária.

Art. 54º Cabe ao responsável técnico pelo estabelecimento ou serviço zelar pelo funcionamento adequado dos equipamentos utilizados nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, no transcurso da vida útil, instalados ou utilizados pelos estabelecimentos de assistência à saúde.

Parágrafo único. Respondem solidariamente pela qualidade do funcionamento dos equipamentos:

I - o proprietário dos equipamentos, que deve garantir a compra do equipamento adequado, instalação, manutenção permanente e reparos;

II - o fabricante, que deve prover os equipamentos de certificado de garantia, manual de instalação, operacionalização, especificações técnicas dos equipamentos e assistência técnica permanente;

III - a rede de assistência técnica, que deve garantir o acesso aos equipamentos nas condições estabelecidas no item II.

Art. 55º. Todos os estabelecimentos de que trata este capítulo estarão sujeitos às ações de avaliação e controle dos procedimentos, tecnologias e equipamentos adotados.

Art. 56º. Os estabelecimentos de saúde serão construídos ou reformados com a prévia autorização da autoridade sanitária competente, atendendo o que preconiza a legislação sanitária vigente, RDC 50/2002 e RDC 51/2011 e ou as que vierem a substituí-las ou complementá-las.

Parágrafo único. Entende-se por reforma toda e qualquer modificação na estrutura física, no fluxo e nas funções originalmente aprovados.

Art. 57º. Os estabelecimentos de assistência à saúde devem manter de forma organizada e sistematizada os registros de dados de identificação dos pacientes, de exames clínicos e complementares de procedimentos realizados e/ou terapêutica adotada da evolução e das condições de alta, além do nome e número de inscrição no conselho regional do profissional responsável pelo atendimento.

Art. 58º. Todos os estabelecimentos de que trata este capítulo estarão sujeitos às ações de avaliação e controle dos procedimentos, tecnologias e equipamentos adotados.

Parágrafo único. Os registros mencionados neste artigo permanecerão acessíveis às autoridades sanitárias e aos interessados diretos ou representantes legais pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Seção VI

DOS ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 59º. Os estabelecimentos de interesse a saúde são obrigados a informar aos usuários dos serviços, substâncias ou produtos sobre os riscos que os mesmos oferecem à saúde e sobre as medidas necessárias à supressão ou controle desses riscos.

Art. 60º. Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão:

I - manter os produtos expostos à venda e entregá-los ao consumo dentro dos padrões específicos de registro, conservação, embalagem, rotulagem e prazo de validade;

II - utilizar somente produtos registrados pelo órgão competente;

III - estar instalados e equipados de forma a conservar os padrões de identidade e qualidade dos produtos e dos serviços e a prestar a saúde dos trabalhadores e de terceiros;

IV - manter-se em perfeitas condições de higiene e Limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo;

V - manter os meios de transporte de produtos em perfeito estado de conservação, higiene e dentro dos padrões estabelecidos para o fim a que se propõem;

IV - manter pessoal qualificado para o manuseio, o armazenamento, o transporte correto do produto e para o atendimento adequado ao usuário do serviço;

V - utilizar na limpeza, higienização e desinfecções de utensílios, equipamentos, móveis e ambientes produtos e ou substâncias específicas, regulamentados pelo Ministério da Saúde;

VI - possuir instalações sanitárias dotadas de paredes, piso e teto, em condições sanitárias adequadas, água corrente, vasos sanitários, pia, papel higiênico, dispensadores de sabão líquido e papel toalha descartável regularmente abastecido, papel higiênico e lixeiras com tampa com acionamento por pedal. As instalações sanitárias deverão ser em número suficiente ao conjunto de usuários;

VII - descartar resíduos sólidos e líquidos provenientes dos estabelecimentos de acordo com a legislação sanitária vigente;

VIII - possuir áreas destinadas ao armazenamento, acondicionamento e depósito de produtos, matérias-primas e materiais adequados ao volume de produção e/ou comercialização do estabelecimento, a critério da autoridade sanitária competente;

IX - possuir luminosidade e ventilação suficientes à manutenção da qualidade do ambiente e produtos, matérias-primas e materiais armazenados;

X - armazenar e/ou depositar produtos, matérias-primas mantendo distanciamento de piso e parede, de modo a permitir a circulação de ar e a investigação da presença de roedores e outros animais sinantrópicos;

XI - armazenar alimentos, produtos e matérias- primas perecíveis e ainda aqueles que por suas características específicas estejam sujeitos a maiores alterações em decorrência da forma de acondicionamento, em condições de temperatura, luminosidade, aeração e umidade, de acordo com as especificações do produto;

XII - devem o proprietário e o responsável técnico do estabelecimento e/ou serviço, manter atualizado os registros que comprovem a verificação diária de temperatura e umidade do ambiente de armazenamento, bem como dos locais que necessitam de refrigeração, conforme legislação especifica;

XIII - devem os trabalhadores do estabelecimento se apresentar em boas condições de higiene, saúde, portando vestuário adequado aos trabalhos realizados, utilizando todos os equipamentos de proteção individual (EPI'S) e equipamentos de proteção coletiva (EPC'S) afins com a atividade desenvolvida, de acordo com a legislação vigente, e manter atualizada a carteira de vacinação.

Art. 61º. É proibida no estabelecimento a exposição, comercialização e/ou guarda de produtos não compatíveis com a atividade do mesmo;

Art. 62º.O armazenamento e a comercialização de saneantes, desinfetantes e domissanitários nestes estabelecimentos fica condicionada a existência de local, que atenda as especificações do produto.

Art. 63º. É proibida a manutenção e comercialização de animais vivos nas dependências dos estabelecimentos, exceto quando em instalações separadas e aprovadas pela autoridade sanitária competente.

Art. 64º. Os locais destinados à manipulação, beneficiamento e industrialização de produtos de interesse à saúde, além do disposto nos artigos anteriores, devem possuir:

I - piso em bom estado de conservação, de material resistente e compatível com a atividade exercida, mantido sempre em perfeitas condições de limpeza e higienização;

II - paredes em bom estado de conservação, lisas, revestidas com material impermeável e lavável e em cor clara, mantidas sempre em perfeitas condições de limpeza e higienização;

III - dispositivos que impossibilitem o acesso de insetos, roedores e demais pragas e vetores;

IV - utensílios, equipamentos e móveis em número suficiente e compatíveis com as atividades e volume de produção a que se propõe, mantidos sempre em perfeitas condições de funcionamento e higiene;

V - tanques para lavar os panos de limpeza e higienização e DML- Deposito de material de limpeza.

Art. 65º. Os estabelecimentos de interesse à saúde são obrigados a informar aos usuários dos serviços, substâncias ou produtos sobre os riscos que os mesmos oferecem a saúde e sobre as medidas necessárias à supressão ou controle desses riscos.

Art. 66º. Em estabelecimentos como postos de gasolina, bares, restaurantes, lanchonetes e similares, as instalações sanitárias deverão ser separadas por gênero, em número suficiente ao conjunto de usuários.

Art. 67º. Os estabelecimentos de beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, deverão seguir as legislações sanitárias vigentes, devendo ser registrados junto aos órgãos fiscalizadores competentes, em nível municipal e ou estadual e ou federal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ficará responsável pelo cadastro, registro, licenciamento e controle de todos os alimentos de origem animal e vegetal, bem como seus derivados, produzidos, industrializados e comercializados no município.

Seção VII

DOS AÇOUGUES, PADARIAS, CONFEITARIAS E LANCHONETES

Art. 68º. Todos os açougues, padarias, confeitarias e lanchonetes, além do disposto nos incisos do Art. 59º e incisos do Art**.** 63º e demais legislações sanitárias vigentes, deverão conter visor de vidro, com dimensões 0,80 metros de largura X 1,20 metros de comprimento distantes 1,20 metros da base do piso, que permita a visualização da fabricação e manipulação do alimento pelo consumidor.

Seção VIII

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 69º.A instalação e o funcionamento das feiras livres no Município de Cotriguaçu serão regulamentados por esta Lei.

Art. 70º. As feiras livres serão instaladas em locais públicos, em terrenos de propriedade municipal, assim destinados pela legislação em vigor, ou em vias e logradouros públicos, devidamente sinalizados pelo órgão competente, constando o dia, local e horário de seu funcionamento.

Art. 71º. Os dias para funcionamento das feiras livres será estabelecida via Decreto Municipal.

Art. 72º. Todos os interessados em realizar a comercialização de produtos na Feira-Livre deverão ter cadastro na Vigilância Sanitária Municipal.

Parágrafo único. O cadastro será realizado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. requerimento devidamente preenchido e protocolado;

II. cópia do RG, CPF ou CNPJ;

III- relação de produtos que irá comercializar na feira livre.

Art. 73º. Podem ser feirantes as pessoas físicas, maiores ou emancipadas e pessoas jurídicas que não estejam proibidas de comercializar, nos termos da legislação específica vigente.

Parágrafo único. Cada permissão terá um único titular, sendo vedado a este o acúmulo em outra matrícula.

Art. 74º. Deferida a permissão ao requerente, caberá a Vigilância Sanitária Municipal, expedir a Licença Sanitária Municipal- (Alvará sanitário) do ano vigente, que conterá:

I - número de inscrição;

II - nome do permissionário;

III - área de ocupação;

IV - produto a ser comercializado;

V - dados do substituto, quando houver;

VI - outros dados que a Fiscalização julgar necessários.

Parágrafo único. A ficha de identificação será entregue ao permissionário feirante, sob assinatura deste, que deverá obrigatoriamente portá-lo no exercício de sua função, sendo este substituído na renovação anual, transferência ou alteração de ponto de venda.

Art. 75º. A licença será outorgada em caráter pessoal, sendo obrigatória a presença do permissionário feirante ou seu substituto no exercício das atividades.

§ 1º. Quando efetivado o referido cadastro, poderá ter sua revalidação ou permuta de substituto na renovação da licença, que deverá ser anual, no período de 1º de Janeiro a 31 de Março.

§ 2º. O substituto feirante poderá receber intimações, notificações, autuações e demais atos administrativos, que serão sempre expedidos em nome do permissionário titular.

Art. 76º. Para afastamentos por períodos descontínuos das atividades, o permissionário feirante deverá protocolar junto ao setor da Vigilância Sanitária Municipal, com as respectivas justificativas como: comprovantes, laudos e ou atestados que comprovem seu prazo.

Art. 77º. Para exposição e venda dos produtos comercializados na feira livre serão utilizados bancas e veículos especiais, com as devidas estruturas e equipamentos em bom estado de conservação e higienização, conforme padrões, definições e obrigações previstas nesta Lei.

§ 1º. A localização de equipamentos, apetrechos e mercadorias na feira livre será feita de modo a não atrapalhar o acesso de pedestres aos imóveis situados no local.

§ 2º. O número da licença do permissionário feirante ou o seu nome será demarcado no solo ou em outro local apropriado, de modo a facilitar a localização e sua montagem da feira livre.

Art. 78º. É vedado ao permissionário feirante ou aos seus empregados comercializar seus produtos fora do espaço delimitado de sua banca ou no meio da feira livre, entre usuários, sob a pena de multa e demais sanções previstas nesta Lei.

Art. 79º. O comércio de carne "in natura" – bovina, suína, caprina, aves e pescados - deverá atender aos requisitos do SIM e seguintes princípios:

§1º. A carne ‘ in natura” não poderá estar exposta ao ar livre, devendo estar sempre acondicionada em ambiente refrigerado: balcões, caixa térmica com gelo, freezer, geladeira.

§2º. A carne "in natura" não poderá ser embalada em papéis, jornais ou em qualquer outro material não adequado e apropriado;

Art. 80º. Os manipuladores de produtos alimentícios, não poderão em hipótese alguma fazer a cobrança e o recebimento do dinheiro da comercialização;

§1º. Os manipuladores de produtos alimentícios, deverão:

a) Estar com vestimentas de cor clara, limpas, em bom estado de conservação;

b) Utilizar toucas descartáveis e avental de cor clara.

c) Ter asseio pessoal tais como: mãos limpas, unhas curtas sem esmaltes e sem adornos,

d) Ter hábitos higiênicos adequados, tais como não fumar, não tossir, não espirrar, não assuar o nariz, entre outros, durante o exercício de sua atividade na feira.

Art. 81º. A exposição e a venda de produtos alimentícios deverão ser realizadas em bancas revestidas de material inoxidável e ou impermeável, providas de ponto de água limpa e potável e dotada de lixeiras internas e externas.

Art. 82º. Utilizar recipientes próprios para a coleta das águas e demais resíduos resultantes de sua atividade.

Art. 83º. O pescado, aves abatidas, carnes suína, bovinas e caprinas, bem como, seus derivados deverão ser transportados em recipientes térmicos e refrigerados.

Art. 84º. Os queijos frescos expostos à venda, deverão estar devidamente embalados e sob refrigeração. A embalagem deverá ser transparente de forma a permitir a visualização do produto e somente uma unidade por embalagem.

Art. 85º Os salgados fritos e ou assados deverão estar acondicionados em estufas térmicas, com temperatura adequada (65º c).

Parágrafo único. Todos os utensílios e equipamentos empregados na atividade de preparo e manipulação de alimentos serão de materiais de fácil limpeza e higienização, ficando obrigatório o uso de luvas descartáveis no trato com os alimentos.

Art. 86º. Para a atividade de caldo de cana deverão ser cumpridas as seguintes obrigações:

I - o balcão será de material de fácil higienização;

II - o recipiente para a coleta e distribuição do caldo de material inox e os copos usados para venda serão obrigatoriamente descartáveis;

III - a comercialização a granel será feita em recipientes apropriados com suas medidas de volume neles afixados ou gravados e de fácil visualização;

IV - será vedado o uso de recipientes que já tenham sido utilizados para quaisquer outros fins;

V- o engenho utilizado para moer a cana terá suas respectivas engrenagens recobertas para evitar qualquer acidente;

VI - deverá haver uma pia ou recipiente semelhante, sendo este abastecido de reservatório de água limpa e potável para manuseios;

VII - a cana deverá estar acondicionada em local seco e limpo e, em hipótese alguma, depositada no chão;

VIII - os resíduos da moagem da cana deverão ser colocados em sacos plásticos, a fim de manter a limpeza pública.

Art. 87º. As demais bancas com preparo e comercialização de sucos, vitaminas, batidas e outras, deverão utilizar no preparo destes, água potável, e os copos usados para venda serão obrigatoriamente descartáveis;

Art. 88º. Para as atividades que detêm a concessão do comércio de mandioca não será permitido descascá-la ou cozinhá-la durante o exercício de suas funções.

Parágrafo único. A mandioca deverá vir descascada e embalada em embalagens plásticas transparente, caso queiram comercializá-la desta forma;

Art. 89º. Fica expressamente vedado o comércio nas feiras livres e em suas imediações de:

I - CD's, DVD's e mídias similares de procedência ilícita;

II - qualquer tipo de bebida alcoólica;

III - cigarros e afins;

IV - armas de brinquedo que sejam réplicas ou que tenham semelhança com as verdadeiras;

V - fogos de artifício;

VI - qualquer material de caráter pornográfico ou obsceno;

VII - ervas que causem efeito alucinógeno ou sem procedência comprovada;

VIII - qualquer produto de procedência dúbia ou que possa causar riscos à saúde;

Art. 90º. Não será permitido o depósito de materiais e equipamentos, bem como o trânsito ou estacionamento de veículos, seja de responsabilidade do feirante ou de munícipe, que por qualquer motivo ofereça risco à segurança, obstrução ou impedimento quanto à montagem e funcionamento, nos dias, locais e horários da feira livre, sob a pena de apreensão e/ou multa.

Art. 91º. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta Lei ou em legislação específica, o permissionário feirante e seus empregados serão obrigados, antes, durante e depois do horário de funcionamento, observar e cumprir as seguintes disposições:

I - portar junto ao equipamento ou veículo a ficha de identificação, bem como trazer e portar os comprovantes de pagamentos dos tributos;

II - acatar e atender às determinações e instruções da Fiscalização de Feiras Livres, observando, quanto ao público e à fiscalização, as normas da boa educação, inclusive ao apregoar os seus produtos;

III - comercializar produtos em bom estado de conservação e que estejam regulamentados em sua atividade;

IV - colocar suas mercadorias, apetrechos e equipamentos rigorosamente dentro dos limites de sua banca, bem como não pendurar mercadorias na estrutura da cobertura, a fim de não impedir a visão das bancas anteriores e posteriores;

V - montar sua banca ou veículo especial nos locais autorizados pela Fiscalização da Feira Livre;

VI - não deslocar-se de seu posicionamento determinado na feira, exceto sob instrução da Fiscalização da Feira Livre;

VII - afixar sobre as mercadorias, de modo bem visível, as indicações de preços;

VIII - manter devidamente aferidas as balanças indispensáveis ao seu comércio junto ao órgão competente;

IX - manter a balança empregada no exercício de sua atividade em local visível, de forma a permitir ao público acompanhar a pesagem do produto;

X - usar, no exercício de sua atividade, os uniformes, luvas, tocas, jalecos revestimento de acordo com os padrões exigidos;

XI - não utilizar postes ou árvores existentes no local para colocação de mostruários e outra finalidade, fixar ou pendurar qualquer tipo de mercadorias ou estrutura;

XII - não divulgar propaganda de origem política ou diversa da sua atividade;

XIII - observar e atender rigorosamente o horário de funcionamento;

XIV - manter o local limpo durante suas atividades, acondicionando os resíduos em sacos plásticos para o recolhimento pelo serviço de coleta ao término da feira;

XV - utilizar embalagem adequada para embrulhar os gêneros alimentícios, sendo vedado o emprego de jornais, impressos ou qualquer outro material que contenha substâncias prejudiciais à saúde;

XVI - manter rigorosamente a higiene pessoal, do vestuário, do equipamento e do local de trabalho;

XVII - ressarcir os prejuízos causados à propriedade pública ou particular, por si, por seu eventual substituto, ou empregado;

XVIII - não fumar durante o exercício de suas atividades;

XIX - cumprir rigorosamente o disposto:

a) No Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

b) Nas normas do Instituto de Pesos e Medidas no que se refere à aferição das balanças;

Art. 92º. Os permissionários feirantes estão sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo daquelas previstas em legislação específica:

I - notificação;

II - multa;

III - apreensão de bens, produtos e equipamentos;

IV - suspensão do exercício das atividades;

V - revogação do ponto de feira;

VI - revogação da Licença Sanitária Municipal;

Art. 93º. Para os casos de aplicação de multa, ocorrendo reincidência na mesma infração pelo prazo de 01 (um) ano a contar da notificação preliminar, esta será aplicada em dobro.

Art. 94º. A suspensão do exercício das atividades será aplicada ao permissionário feirante reincidente e terá duração de 01 (um) a 10 (dez) dias, definida esta pela gravidade da infração a ser avaliada pela chefia da Fiscalização da Feira Livre.

Art. 95 º. Será revogada a permissão do feirante nos seguintes casos:

I - quando não renovar sua permissão no prazo previsto;

II - quando for condenado por sentença transitada em julgado, pela prática de crime;

III - quando violar os equipamentos de pesos e medidas;

IV - quando participar de feira clandestina ou for flagrado exercendo sua atividade em local não autorizado;

V - quando oferecer ou doar a qualquer servidor, membro da fiscalização, qualquer tipo de mercadoria ou bem material;

VI - quando praticar desacato ou agressão física contra membro da Administração Pública Municipal, no exercício de suas funções, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Art. 96º. A aplicação de qualquer penalidade será, em resumo, anotada no cadastro da Vigilância Sanitária Municipal do permissionário feirante.

Parágrafo único. A permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, tendo em vista o interesse público, sem que possa o interessado reclamar qualquer direito ou indenização.

Art. 97º. Das penalidades aplicadas caberá reclamação por intermédio de requerimento, devidamente protocolado à Fiscalização de Feiras Livres, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da respectiva notificação.

Art. 98º. A fiscalização das Feiras Livres será exercida pelos fiscais designados para esse fim (Vigilância Sanitária e SIM - Sistema de Inspeção Municipal).

Parágrafo único. Os fiscais em serviço nas feiras livres deverão estar munidos de crachá que os identifiquem.

Art. 99º. Os locais onde se encontram dispostas as bancas e os veículos que comercializam mercadorias ficam sujeitos a inspeções de rotina e/ou emergencial tantas quantas forem necessárias e possíveis.

Art. 100º. Não será permitido o comércio ambulante não regulamentado nas pontas das feiras e proximidades.

Art. 101º. No exercício das suas atividades, a fiscalização por seus agentes poderá proceder à autuação de infratores, apreender mercadorias, equipamentos, produtos, bem como veículos utilizados para armazenamento ou exposição de mercadorias, para fins comerciais ou de prestação de serviços, encaminhado os ao depósito municipal, sendo as multas aplicadas de acordo com a legislação em vigor.

Art. 102º. As mercadorias, equipamentos e produtos em geral apreendidos poderão ser retirados no prazo de 07 (sete) dias; expirado o prazo para retirada, serão revertidos ao patrimônio público e poderão, a critério do setor de fiscalização, ser doados a instituições assistenciais locais ou descartados ao aterro sanitário municipal, em caso de procedência duvidosa.

Art. 103º. Diante da apreensão, se constatado que os produtos não apresentam bom estado de conservação ou que sejam de procedência duvidosa, os mesmos serão descartados e encaminhados ao aterro sanitário municipal, independente do prazo mencionado.

Art. 104º. Cabe à Fiscalização da Feira Livre obedecer e fazer cumprir as disposições constantes desta Lei.

Art. 105º. Os casos omissos não constantes nesta Lei serão resolvidos pela Vigilância Sanitária.

Seção IX

DO COMÉRCIO AMBULANTE E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULANTES NAS VIAS E NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 106º. O comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos do Município de Cotriguaçu reger-se-ão pelas normas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se vias e logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum do povo.

Art. 107º. Para os efeitos desta Lei considera-se comerciante ambulante ou prestador de serviços ambulantes a pessoa natural ou jurídica, que exerce atividade lícita e geradora de renda nas vias e nos logradouros públicos do Município de Cotriguaçu, de forma personalíssima ou por meio de auxiliares.

Art. 108º. As atividades do comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes poderão ser exercidas:

I - de forma itinerante, quando o ambulante e seus auxiliares desenvolverem suas atividades, carregando suas mercadorias e equipamentos junto ao corpo;

II - em ponto móvel quando o ambulante e seus auxiliares, estacionados em locais autorizados de vias e logradouros públicos, desenvolverem suas atividades utilizando-se de suportes ou de equipamentos de apoio desmontáveis ou removíveis ou de veículos, automotivos ou não;

III - em ponto fixo quando o ambulante e seus auxiliares desenvolverem suas atividades em equipamentos não removíveis, instalados nas vias e nos logradouros públicos, em locais autorizados pelo Executivo Municipal.

Art. 109º. O comércio ambulante ou a prestação de serviços ambulantes serão classificados:

I - pela forma como será exercido, nos termos dos incisos I, II e III do art. 107º desta Lei;

II - pelo equipamento utilizado, distinguindo-se os apetrechos de transporte manual e o tipo de veículo utilizado;

III - pelo ramo de atividade, relacionado com as mercadorias comercializadas ou com o serviço prestado;

IV - pelo prazo da autorização, que poderá ser anual ou eventual;

V - pelo local ou pela zona definidos para o exercício da atividade.

Art. 110º. O exercício da atividade de comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes dependerá de autorização do órgão competente, sujeitando-se o comerciante ou o prestador de serviços ao pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária – correspondente estabelecida na legislação do Município.

Art. 111º. A autorização para o exercício das atividades será concedida exclusivamente para o fim declarado.

§ 1º. A autorização será expedida mediante Licença Sanitária Municipal - Alvará sanitário e, independentemente do prazo de validade, poderá ser revogada, cassada ou não renovada, desde que as decisões sejam motivadas.

§ 2º. A revogação, a cassação ou a não renovação da autorização não ensejará indenização do autorizado pelo Executivo Municipal.

§ 3º. Não será concedida mais de 01 (uma) autorização, concomitantemente, por pessoa, para o exercício de qualquer atividade prevista nesta Lei.

Art. 112º. O comércio ambulante ou a prestação de serviços ambulantes poderá ser autorizado na modalidade “Percorrendo Bairro”, quando a atividade for desenvolvida em veículo automotor.

Parágrafo único. No estacionamento do veículo deverá ser respeitada a distância mínima de 50m (cinqüenta metros) entre estabelecimentos de comércio localizado ou de comerciantes ambulantes ou de prestadores de serviços ambulantes, que exerçam atividades similares.

Art. 113º. A autorização será:

I - quanto ao tipo:

a) Ordinária: quando se tratar de atividade de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes exercida de forma itinerante, nos termos do inc. I do art. 107º desta Lei;

b) Especial: quando facultar a utilização de bem público de uso comum do povo para atividade de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes exercida em ponto móvel ou ponto fixo, nos termos dos incs. II e III do art.107º desta Lei;

II - quanto à validade:

a) Anual, em regra geral, podendo ser renovada por igual período;

b) Eventual, quando destinada a autorizar o comércio ambulante ou a prestação de serviços ambulantes, em locais onde serão realizados eventos como solenidades, espetáculos, dentre outros.

Art. 114º. A autorização especial deverá atender à legislação do Município no que se refere à utilização do bem público de uso comum do povo, além do pagamento dos preços fixados pela ocupação da área.

Art. 115º. A autorização eventual não poderá ser concedida por prazo superior a 90 (noventa) dias e sujeitará o autorizado aos pagamentos devidos pelo uso do espaço, quando se tratar, concomitantemente, de autorização especial.

Art. 116º. O requerimento de autorização para o exercício de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Vigilância Sanitária, mediante preenchimento de formulário próprio que contenha, no mínimo:

I - o nome, o endereço, a nacionalidade, a filiação e o estado civil do requerente;

II - o ramo da atividade;

III - o equipamento a ser utilizado, quando houver;

IV - a forma de exercício da atividade, nos termos dos incs. I, II e III do art. 107º desta Lei;

V - o período pretendido para a autorização; e

VI - a indicação do local ou da zona requeridos para o exercício da atividade.

§ 1º. O requerimento deverá ser instruído com cópia da documentação arrolada na regulamentação desta Lei.

§ 2º. De acordo com a atividade, o requerimento deverá ainda ser instruído conforme segue:

I - para o comércio ambulante do ramo de alimentação, com certificado de participação em capacitação sobre higiene e manipulação de alimentos, oferecida por instituições reconhecidas e oficiais, salvo as atividades dispensadas pelo órgão sanitário municipal;

II - para o comércio ambulante ou a prestação de serviços ambulantes por meio da utilização de veículos automotores, com documentação do veículo em dia e declaração emitida pela Vigilância Sanitária Municipal, atestando as condições adequadas para o desenvolvimento da atividade e afins;

III - o comércio ambulante de jornais e revistas, com declaração de que não é distribuidor desses produtos.

Art. 117º. Para fins de autorização de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes por meio de veículos automotores, deverão ser observadas as seguintes especificações técnicas, por meio de vistoria:

I - o tanque de combustível do veículo deverá estar em local distante da fonte de calor;

II - quando houver equipamento para preparação de alimentos, esse deverá observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Parágrafo único. Para a autorização de que trata o “caput” deste artigo, os veículos deverão ser licenciados.

Art. 118º. Para fins de expedição de Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, o requerente deverá:

I - efetuar o pagamento da Taxa de Licença Sanitária- Alvará Sanitário;

II - apresentar junto a Vigilância sanitária Municipal a documentação de cadastro e ou renovação de cadastro para a atividade, conforme documentos citados anteriormente.

Art. 119º. A Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário conterá os seguintes elementos:

I - número do alvará;

II - nome do autorizado ou razão social e, se houver nome fantasia;

III - endereço do local autorizado;

IV - número e data do processo que originou a autorização;

V - ramo de atividade;

VII - forma de exercício da atividade, nos termos dos incs. I, II e III do art 107º dessa Lei.

VIII - data da emissão do alvará;

IX - validade da autorização.

Art. 120º. Não será concedida autorização para o exercício do comércio ambulante das seguintes atividades em vias e logradouros públicos:

I - preparo de bebidas ou mistura de xaropes, essências e outros produtos corantes ou aromáticos, para obtenção de refrigerantes, salvo quando permitidos pelo órgão sanitário competente;

II - venda de:

a) Refrigerantes servidos de forma fracionada;

b) Cigarros;

c) Medicamentos;

d) Óculos de grau;

e) Instrumentos de precisão;

f) Produtos inflamáveis;

g) Facas e canivetes;

h) Réplicas de arma de fogo em tamanho natural;

i) Telefones celulares;

j) Vales-transportes e passagens de transporte coletivo;

k) Artigos pirotécnicos;

l) Cartões telefônicos;

m) Produtos de fabricação estrangeira introduzidos irregularmente no País;

n) Produtos com marcas de terceiros não licenciados.

Art. 121º. A renovação da autorização poderá ser requerida anualmente, nos prazos estabelecidos pelo Executivo Municipal.

§ 1º. Para a renovação da autorização, serão exigidos:

I - a atualização dos dados constantes nos incs. I a VI do art. 115º desta Lei;

II - a vistoria dos equipamentos utilizados para o exercício da atividade;

III - os documentos por ramo de atividade, nos termos da regulamentação desta Lei.

§ 2º. As autorizações eventuais não serão passíveis de renovação.

Art. 122º. A autorização para o exercício do comércio ambulante ou da prestação de serviços ambulantes será intransferível.

Art. 123º. Para o exercício da atividade, o comerciante ambulante e ao prestador de serviços ambulantes autorizados ou o auxiliar deverá:

I - portar a Licença Sanitária Municipal- Alvará Sanitário;

II - manter, em lugar visível, o número de identificação fornecido pelo órgão competente;

III - comercializar os produtos e prestar os serviços autorizados;

IV - abster-se de praticar as condutas vedadas por esta Lei;

V - manter limpo o local de trabalho e seu entorno;

VI - instalar coletores de lixo;

VII - tratar o público com urbanidade;

VIII - conservar a higiene e a boa aparência das respectivas instalações;

IX - quando a atividade for exercida mediante a utilização de veículo automotor, relativamente ao estacionamento:

a) Obedecer às normas do Código de Trânsito Brasileiro;

b) Evitar prejuízo e transtorno ao trânsito;

c) Utilizar equipamento de sinalização de acordo com as especificações técnicas do Departamento de Transito;

X - quanto ao manipulador de produtos alimentícios:

a) Estar com vestimentas de cor clara, limpas, em bom estado de conservação; b) Ter asseio pessoal tais como: mãos limpas, unhas curtas sem esmaltes, sem adornos, c) Ter hábitos higiênicos adequados, tais como não fumar, não tossir, não espirrar, não assuar o nariz, entre outros, durante o exercício de sua atividade; d) Utilizar toucas e luvas descartáveis, avental de cor clara. XI - não permitir que animais fiquem aos arredores do local onde o ambulante desenvolve sua atividade; XII - não utilizar produtos perecíveis sem a devida conservação (refrigeração adequada aos produtos que necessitam desta e aquecimento igual ou superior a 65ºc. ao que necessitam de aquecimento); XIII - ficam vedados à utilização de maionese, ketchups, mostarda e outro que não em saches individuais; XIV - fica obrigatório a utilização de álcool gel, e embalagens de uso descartável (copos, guardanapos, pratos, etc) em todas as unidades ambulantes que comercializem produtos alimentícios; XV - é expressamente proibido ao manipulador de alimento realizar a atividade de recebimento do pagamento fruto da venda do produto.

Art. 124º. Fica proibido ao comerciante ambulante e ao prestador de serviços ambulantes:

I - estacionar nas vias e nos logradouros públicos, salvo autorização especial;

II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias e nos logradouros públicos;

III - apregoar mercadorias em voz alta ou molestar transeuntes com o oferecimento de mercadorias e serviços;

IV - vender, expor ou ter em depósito:

a) Mercadoria estrangeira com ingresso ilegal no País;

b) Mercadorias que não pertençam ao ramo autorizado;

V - vender, ceder, emprestar ou alugar seu local de comércio ou prestação de serviços;

VI - transitar pelos passeios públicos, conduzindo cestos ou outros volumes de grande porte;

VII - trabalhar fora dos horários estabelecidos para a atividade autorizada;

VIII - posicionar os veículos ou equipamentos autorizados fora dos horários fixados pelo Executivo Municipal;

IX - Utilizar veículos ou equipamentos sem a devida aprovação e vistoria do órgão sanitário competente;

X - vender seus produtos no interior dos veículos de transporte coletivo;

Art. 125 º. O comércio ambulante de churrasquinho dependerá de autorização especial e somente será autorizado quando:

a) Utilizar gás liquefeito de petróleo – GLP – ou carvão, desde que, nesse caso, os níveis de fumaça sejam mínimos;

b) Manter uma distância mínima de 50m (cinquenta metros) de outro comerciante ambulante de churrasquinho;

c) É vedado o comercio de salada que tenha como base o molho preparado com leite, ovos, e ou maionese industrializada, que necessitam de refrigeração para sua conservação.

Art. 126º. O comércio ambulante de hortifrutigranjeiros dependerá de autorização especial.

Art. 127º. O comércio ambulante de jornais e revistas em ponto fixo dar-se-á mediante autorização especial a ser expedida pela Vigilância Sanitária e será exercido em bancas ou estandes.

§ 1º. O comerciante ambulante de que trata esta Seção fica autorizado, ainda, a vender:

I - livros;

II - cartões telefônicos indutivos e de celulares;

III - cartões postais e de datas comemorativas;

IV - pilhas;

V - Isqueiros;

VI - canetas;

VII - aparelhos de barbear;

VIII - gomas de mascar, balas, doces ou assemelhados;

IX - biscoitos;

X - salgadinhos industrializados;

XI - refrigerantes não fracionados;

XII - picolés industrializados.

§ 2º. Independe de autorização a venda de jornais exercida de maneira itinerante.

§ 3º. A autorização de que trata este artigo não poderá ser concedida a distribuidores de revistas.

§ 4º. Não será autorizado o comércio ambulante de jornais e revistas em veículos de tração animal ou de propulsão humana.

Art. 128º. As bancas e os estandes serão padronizados conforme segue:

I - tipo A, destinado a passeios estreitos, medindo, no máximo, 4m (quatro metros) de comprimento, 2,50m (dois vírgula cinquenta metros) de largura e 2,50m (dois vírgula cinquenta metros) de altura;

II - tipo B, destinado a passeios largos, medindo, no máximo, 5m (cinco metros) de comprimento, 2,50m (dois vírgula cinquenta metros) de largura e 2,50m (dois vírgula cinquenta metros) de altura;

III - tipo C, destinado a praças e parques, medindo, no máximo, 6m (seis metros) de comprimento, 4m (quatro metros) de largura e 2,50m (dois vírgula cinquenta metros) de altura.

§ 1º. As bancas e os estandes sujeitar-se-ão a parecer técnico da Vigilância Sanitária e Secretaria de Infraestrutura.

Art. 129º. Fica proibida, nas bancas e nos estandes de que trata esta Lei, a exposição de publicações referentes a armas e munições.

Art. 130º. A publicidade em equipamentos, bancas ou em estandes somente será permitida se autorizada pelo Executivo Municipal.

Art. 131º. Nas instalações autorizadas para o comércio ambulante de jornais e revistas é permitida a colocação de propaganda de jornais, revistas e cartões em expositores devidamente aprovados pela Vigilância Sanitária, desde que não impliquem aumento da área ocupada.

Art. 132º. Compete à Vigilância Sanitária Municipal, bem como aos demais órgãos do Executivo Municipal, no âmbito de suas respectivas competências, fiscalizar a execução desta Lei e de sua regulamentação.

Art. 133º. Aplicam se ao comércio ambulante e à prestação de serviços ambulantes, no que couberem as disposições concernentes ao comércio localizado.

Art. 134º. Aplicam-se, no que couberem, as disposições da legislação tributária e do Código de Posturas, ambos do Município de Cotriguaçu, aos casos omissos nesta Lei.

Seção x

DOS HOTÉIS E MOTÉIS

Art. 135º. Os estabelecimentos de hospedagem (hotéis, motéis, pensões e correlatos), sem prejuízo as exigências de artigos anteriores dessa lei ou de outras legislações vigentes, deverão:

I - manter roupas de cama e banho desinfetadas e/ou esterilizadas, através da utilização de produtos e métodos devidamente regulamentados.

II - manter as dependências sanitárias, móveis e piso em bom estado de conservação, limpeza e higienização.

III - após serem utilizados os vasos sanitários deverão ser desinfetados e lacrados com fita, com os seguintes dizeres: “AMBIENTE DESINFECTADO”.

§ 1º. É obrigatório o fornecimento de sabonete individual e descartável aos usuários dos estabelecimentos citados no caput desse artigo.

§ 2º. Em motéis é obrigatório o fornecimento de preservativos.

§ 3º. Nos motéis é proibida a comunicação direta com dependências residenciais.

§ 4º. Os estabelecimentos citados no caput desse artigo que realizam serviço de manipulação, produção e fornecimento de alimentos aos seus clientes deverão obedecer às determinações da legislação sanitária vigente para serviço de alimentação.

Seção XI

DOS INSTITUTOS DE BELEZA, BARBEARIAS, SALÕES DE BELEZA E CONGÊNERES

Art. 136º. Os estabelecimento e prestadores de serviço que desenvolvam a atividade de institutos de beleza, barbearias, salão de beleza e congêneres deverão manter todo o instrumental perfuro-cortantes, assim como a rouparia de cama e banho que entrem em contato direto com os usuários e trabalhadores desinfetados e/ou esterilizados, através de métodos aprovados pela legislação sanitária.

§ 1º. Aos estabelecimentos citados no caput desse artigo, sem prejuízo as exigências de artigos anteriores dessa lei ou de outras legislações vigentes, é obrigatório adquirir e utilizar de autoclave;

I - utilizar de controle químico ou biológico para manter o controle de qualidade da esterilização;

II - manter atualizados os registros de controle químico ou biológico do processo de esterilização;

III - usar ou comercializar de produtos ou substâncias, nacionais ou importados, regulamentados no Ministério da Saúde;

IV - usar materiais esterilizados, quando isso não for possível, os materiais deverão ser de uso individual e descartável; Garantir em seu ambiente de trabalho a renovação de ar, de forma natural ou artificial, durante a manipulação e aplicação de produtos que contenham substâncias tóxicas;

V - utilizar EPI’s e EPC’s, conforme orientação de autoridade sanitária;

VI - possuir e utilizar pia exclusiva para limpeza de material como: alicates, espátulas de metal para unhas, escovas de cabelo, pentes, bacias, cubas e outros.

§ 2º. As toalhas usadas nos estabelecimentos citados no Art. 135º devem:

I - ser de tecido ou descartável, de cor clara;

II - ser lavadas e embaladas em saco plástico individualmente;

III - estar acondicionadas em local adequado, de forma organizada em local limpo, seco e arejado, podendo ser prateleira ou armário. As toalhas sujas devem ser armazenadas em local adequado, separadas das limpas, para evitar contaminação;

IV - ser utilizadas uma para cada procedimento, independentemente de ser a mesma cliente.

§ 3º. Os alicates, espátulas e outros materiais de metal, usados nos estabelecimentos citados no Art.135º devem:

I - ser lavados e escovados com sabão líquido, em água corrente abundante, ou lavadora ultrassônica a cada procedimento;

II - após lavados, enxaguados, secos e armazenados em embalagem apropriada para o processo de esterilização;

III - constar na embalagem a data de esterilização e o nome de quem preparou o material;

IV - ter a embalagem sempre aberta na frente do (a) cliente.

§ 4º. É obrigatório aos estabelecimentos e prestadores de serviço citados no caput desse artigo que realizem atividade de depilação:

I - adotar todas as medidas cabíveis para evitar o risco de contaminação;

II - realizar suas atividades em local adequado e com privacidade;

III - utilizar maca com superfície lisa e lavável que permita higienização;

IV- Usar lençol de papel descartável que deverá ser trocado a cada cliente;

V - utilizar mesa auxiliar, com superfície lisa e lavável, para a colocação dos produtos usados no ato da depilação como cremes, talco, cera e acessórios, tipo pinça;

VI - possuir e utilizar lixeira com saco plástico, dotada de pedal e tampa para descarte da cera usada;

VII - no ato do uso, a cera já preparada deverá ser fracionada e colocada em recipientes individualizados;

VIII - usar utensílio para retirar a cera do recipiente "grande" para recipiente de uso individualizado exclusivo para esse fim, não podendo ter nenhum contanto com a pele do cliente;

IX - utilizar somente espátulas de uso individual e descartáveis.

Seção XII

DAS CASAS DE DIVERSÃO, CINEMAS, CLUBES RECREATIVOS E CONGENERES

Art. 137º. As casas de diversão, cinemas, clubes recreativos e congêneres, terão aeração natural e/ou artificial, suficiente à sua capacidade máxima de lotação, que deverá ser declarada no ato de seu cadastramento mediante laudo técnico de engenheiro responsável.

Seção XIII

DAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA E CONGÊNERE

Art. 138º. As academias de ginástica e congênere, devem contar obrigatoriamente com:

I - assistência de responsável técnico, legalmente habilitado atendendo legislação especifica;

II - pisos, paredes e mobiliários devem ser constituídos de material que permita fácil limpeza;

III - colchões, travesseiros, cadeiras, macas e similares devem ser revestidos com material impermeável e integro.

Art. 139º. O estabelecimento deve manter disponível à autoridade sanitária:

I - cadastro dos alunos matriculados;

II - avaliação médica do aluno.

Art. 140º. É vedado o uso, indicação ou venda de anabolizantes, esteroides ou qualquer medicamento no estabelecimento.

Seção XIV

DAS PISCINAS

Art. 141º. As piscinas deverão ser mantidas em condições higiênico-sanitárias adequadas e suas águas deverão atender padrões físico-químicos previsto em legislação específica.

§ 1º. Para efeito desta Lei, conforme o uso, as piscinas são classificadas em:

a) Piscinas particulares: utilizadas exclusivamente por seu proprietário e pessoas de suas relações;

b) Piscinas coletivas: utilizadas em clubes, condomínios escolas, entidades, associações, hotéis, motéis e similares;

c) Piscinas públicas: utilizadas pelo público em geral e administradas por órgãos governamentais;

d) Piscinas terapêuticas: destinadas a processos de tratamento de certos agravos à saúde.

§ 2º. Em relação à área de atividades aquáticas, é obrigação do proprietário e responsável observar:

I - a utilização de piso antiderrapante ou material similar, com revestimento em perfeito estado de conservação, livre de rachaduras e irregularidades, preservando a condição de segurança, principalmente no caso de piso molhado, tanto na área circundante da piscina assim como na área de trânsito entre a mesma e o vestiário;

II - a conservação do revestimento interno, e externo da piscina, relacionado a azulejos e ladrilhos e outros materiais de revestimento, devendo estar livre de trincas, rachaduras e outras deformações que possam colocar em risco a segurança do usuário;

III - a existência de marcação de profundidade, escalonada e gradativa, na borda da piscina e/ou na lateral externa da mesma em números legíveis e visíveis, a uma distância mínima equivalente à largura da piscina;

IV - a manutenção e o perfeito estado de conservação e funcionamento dos equipamentos do sistema de água (bombas, aquecedores de água, filtros e outros) e das instalações hidráulica, elétrica e de elementos carburantes, quando houver;

V - as condições de manutenção do material de apoio às atividades de uso em piscinas, em perfeito estado de conservação, ausentes de perfurações, rachaduras, fungos e outros, mantendo-os, após o uso, em local apropriado, arejado e livre de contato com superfície úmida;

VI - a manutenção do registro dos processos de controle da qualidade da água deve se dar, mediante a supervisão formal, com assinatura e carimbo, do Responsável Técnico, em livro próprio e exclusivo, incluindo as medições de Cloro, pH e Temperatura (da água e ambiente), com periodicidade mínima de 07 (sete) dias;

VII - a instalação de chuveiro para uso exclusivo dos banhistas, em todos os acessos ao tanque;

VIII - o Controle médico-sanitário, dos banhistas, que utilizam piscinas;

IX - todas as piscinas de uso coletivo que não realizam controle médico-sanitário dos banhistas deverão apresentar laudo técnico que garanta que água da piscina não permite a transmissão de doenças;

X - fixar em local visível, principalmente aqueles de acesso aos tanques, o regulamento do estabelecimento e orientações a respeito do uso adequado das áreas das piscinas e demais instalações;

XI - realizar análises laboratoriais semestralmente para controle físico-químico e microbiológica;

XII - toda piscina deve dispor de equipamento de salvamento.

§ 3º. Em relação à estrutura e composição do Tanque D'Água, observar:

I - as piscinas abertas devem estar localizadas a barlavento das fontes poluidoras, isoladas e as desportivas ainda orientadas na direção norte-sul;

II - as piscinas deverão estar separadas da área de trânsito ou das destinadas aos espectadores, por barreira física, de modo a impedir a entrada de não banhistas na área do tanque;

III - o tanque das piscinas não tem limite de forma, porém, deve permitir a perfeita recirculação da água no seu interior, de forma a não comprometer a segurança do usuário. Exceção é feita as piscinas desportivas, que tem sua forma definida pela FINA (Federação Internacional de Natação Amadora).

§ 4º. Todo tanque deverá ter marcas indicadoras de profundidade em suas bordas, no piso externo, próximas aos limites do tanque e nas paredes acima do nível da água, informando claramente aos usuários as profundidades do tanque:

a) Profundidade mínima diferente de 0,60 m;

b) Profundidade igual a 0,60 m;

c) Profundidade igual a 1,20 m;

d) Profundidade igual a 1,80 m;

e) Pontos de mudança de inclinação de piso;

f) Profundidade máxima.

§ 5º. É obrigatória à permanência de guardião de piscinas, nas localizadas nos prédios residenciais, em hotéis, clubes sociais e esportivos, e nas academias de esporte e ginástica, que possuam piscinas com dimensões superiores a 6 m x 6m.

§ 6º. Na existência de Lava Pés, observar que o tanque lava pés deverá ser revestido em piso de cerâmica extra, antiderrapante, não tóxico de fácil limpeza, quimicamente inerte em relação à água e aos produtos utilizados no seu tratamento, limpeza e desinfecção, com ralo de tampa removível, com saída para a rede pluvial e torneira para abastecimento d'água.

§ 7º. A água eliminada das piscinas quando da limpeza periódica deve estar ligada na rede pluvial.

Seção XV

DO SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS

Art. 142º. As empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, nos diversos ambientes, sem prejuízo a legislação sanitária específica que regulamenta tais serviços deverão:

I - funcionar somente após estar devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente;

II - possuir infraestrutura compatível com as atividades desenvolvidas e aprovada pelo órgão fiscalizador competente;

III - possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho;

IV - possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;

V - utilizar somente produtos saneantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrado na ANVISA;

VI - elaborar Procedimento Operacional Padronizado (POP) de forma objetiva, que estabeleça instruções seqüenciais para a realização de operações rotineiras e específicas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

VII - fornecer aos trabalhadores equipamentos de proteção individual adequado aos produtos utilizados;

VIII - possuir vestiários com chuveiros para acesso de manipuladores e aplicadores de produtos;

IX - possuir área específica para higienização dos equipamentos de proteção individual;

X - fornecer ao usuário do serviço, no ato da realização do mesmo, informação sobre os produtos utilizados em que conste: nome, composição e classificação toxicológica dos produtos, natureza do serviço, quantidade empregada por área e instrução quanto a possíveis intoxicações;

XI - utilizar instalações especializadas de uso exclusivo; sendo vedada a instalação do estabelecimento operacional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou residencial, e em áreas adjacentes a residências ou locais de alimentação, centros de educação infantil, escolas e hospitais, atendendo às legislações relativas à saúde, segurança, ao ambiente e ao uso e ocupação do solo urbano;

XII - utilizar instalações operacionais que disponham de áreas específicas e adequadas, para armazenamento, diluição ou outras manipulações autorizadas para saneantes.

Seção XVI

DAS EMPRESAS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA.

Art. 143º. As empresas prestadoras de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios serão cadastradas e licenciadas pela autoridade sanitária, devendo possuir responsável técnico devidamente habilitado pelo seu conselho de classe.

§ 1º. É expressamente proibida à execução destas atividades sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual, exclusivo para este serviço.

§ 2º. Os equipamentos empregados para os serviços de limpeza e desinfecção, devem ser de uso exclusivo para esse fim.

Art. 144º. Os produtos utilizados nesse processo devem possuir registro no Ministério da Saúde e ter sua eficácia comprovada, bem como, a garantia da não existência de odores e resíduos prejudiciais à saúde

Seção XVII

DAS ÓTICAS

Art. 145º. Aos estabelecimentos de ótica aplicam-se as disposições da legislação federal específica, e ainda as contidas neste regulamento.

Art. 146º. Nos termos da lei é vedado ao estabelecimento ótico:

I - confeccionar lentes de grau sem prescrição médica;

II - possuir consultório médico em qualquer de suas dependências;

III - manter estoque e/ou comércio de colírios, soros e outros medicamentos de uso em oftalmologia ou não, bem como de alimentos em geral.

IV - possuir médico oftalmologista, ou cônjuge deste, como proprietário ou sócio, na localidade em que exercer a clínica;

Parágrafo único. É vedado ainda, ao proprietário, sócio, gerente e funcionários, escolher ou permitir escolher, indicar ou aconselhar o uso de lente de grau.

Art. 147º. Qualquer alteração referente ao estabelecimento ótico, tal como, endereço, responsável técnico, alteração de área física construída, mudança de atividade, alteração na razão social e outras, deve ser previamente comunicado ao órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Considera-se alteração referente ao responsável técnico o ingresso, a baixa de responsabilidade técnica, licença médica entre outras.

Art. 148º. O Técnico em Ótica pode orientar aos clientes, técnicas e produtos para higienização de lentes e próteses oculares, sendo vedada qualquer indicação terapêutica.

Art. 149º. Os estabelecimentos óticos devem contar obrigatoriamente com:

I - a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado e atendendo legislação especifica;

II - pisos, paredes e mobiliários devem ser constituídos de material que permita fácil limpeza;

III -possuir lavatório para higienização das mãos provido de sabão liquido, papel toalha e lixeira de acionamento por pedal.

Seção XVIII

DOS SERVIÇOS DE TATUAGEM, COLOCAÇÃO DE PIERCINGS E CONGÊNERES

Art. 150º. Os estabelecimentos destinados à realização de procedimentos de pigmentação artificial permanente da pele e inserção de *piercing*e congêneres deverão atender as disposições da legislação específica vigente além de serem instalados em locais apropriados, não sendo permitida a sua localização em residências, ao ar livre, em locais insalubres ou em locais públicos.

§ 1º. Os estabelecimentos deverão observar as seguintes condições mínimas:

I - Recepção /Espera com dimensionamento compatível com a demanda;

II - sala de procedimento para o atendimento individual. É permitido atendimento simultâneo, desde que, respeitado o distanciamento mínimo de

1,5 metros entre os procedimentos, resguardando a privacidade do cliente quando necessário. Deve ser dotada de lavatório exclusivo para higienização das mãos com água corrente, sabonete líquido, papel toalha descartável e lixeira com tampa a pedal;

III - os móveis e equipamentos devem ser dispostos de forma a manter um espaço suficiente para circulação;

IV - área/sala de processamento de artigos dotada de:

a) Pia com bancada e água corrente para limpeza de materiais;

b) Bancada para o preparo, desinfecção ou esterilização de materiais e disposição de equipamentos;

c) Quando não houver sala de processamento de material, esta atividade poderá estar localizada em uma área dentro da sala de procedimento, desde que estabelecida barreira técnica e disponha de lavatório exclusivo para higienização das mãos;

d) Área específica para guarda de materiais esterilizados dotada de armário exclusivo fechado, limpo e livre de umidade;

e) Área específica para armazenamento de materiais limpos e equipamentos não esterilizados fechada, limpa e livre de umidade.

V – ambientes de apoio:

a) Instalações sanitárias, em bom estado de conservação e higiene, dotada de lavatório exclusivo para higienização das mãos com água corrente, sabonete líquido, papel toalha descartável e lixeira de acionamento por pedal;

b) Depósito de Material de Limpeza (DML) - dotado de tanque, para higienização de materiais usados no processo de limpeza das superfícies do estabelecimento e para o descarte das águas servidas.

VI – condições gerais:

a) Edificação sólida, sem rachaduras, infiltrações, vazamentos ou outras alterações que comprometam sua estrutura física;

b) Boas condições de iluminação e ventilação**,** natural ou artificial;

c) Interligação com o sistema público de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário. Na ausência destes, deverão ser observados os padrões de portabilidade da água e destino de dejetos, conforme preconizado em legislação específica;

d) Piso dotado de ralo sifonado com tampa escamoteável, com inclinação suficiente para o escoamento das águas servidas;

e) Pisos, paredes e tetos revestidos com material liso, lavável, impermeável e em bom estado de conservação e limpeza;

f) Proteção contra entrada e permanência de insetos, roedores e outros animais;

g) Mobiliário e bancadas em bom estado de conservação, revestidos com material impermeável, de fácil limpeza, desinfecção e resistente a produtos químicos;

h) Limpeza regular dos aparelhos de ar condicionado, devidamente registradas com assinatura do responsável e data;

i) Sistema adequado de proteção contra incêndios, conforme preconizado em legislação específica;

j) Os resíduos gerados devem atender a legislação sanitária sobre resíduos de serviços de saúde em vigor.

Art. 151º. Todos os equipamentos e materiais não descartáveis empregados na execução de procedimentos descritos nesta norma técnica deverão ser submetidos a processo de limpeza, desinfecção e/ou esterilização, em conformidade com o preconizado pelo Manual de Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde/MS, ou outro que o complemente, altere ou substitua.

Parágrafo único. As luvas, agulhas, lâminas ou dispositivos destinados a raspar pêlos, empregados nas práticas de que trata esta Norma Técnica, devem ser de uso único. O Material perfuro-cortante deverá ser descartado conforme preconiza a legislação vigente.

Art. 152º. Os produtos saneantes empregados na higienização dos ambientes, materiais e ou equipamentos devem ser de uso profissional, ter registro no MS e serem acondicionados em local próprio para este fim.

Art. 153º. A manutenção preventiva e a corretiva dos equipamentos de esterilização deverão ser validadas com, no mínimo: registro, data e assinatura do responsável.

Art. 154º. É vedada aos profissionais que realizam os procedimentos a prescrição e administração de quaisquer medicamentos (anestésicos, antibióticos, antiinflamatórios e outros) por qualquer via de administração (tópica, oral, injetável e outras) aos seus clientes.

Art. 155º. Não é permitido realizar modificações corporais que caracterizem procedimento cirúrgico.

Art. 156º. É proibido fumar, comer, beber ou manter plantas, alimentos, bebidas, animais, medicamentos de uso pessoal, pessoas e objetos alheios às atividades do setor, na área de procedimentos e de processamento de materiais.

Seção XIX

DAS LAVANDERIAS COMERCIAIS

Art. 157º. As águas residuais devem ter destino e tratamento licenciado pelo órgão ambiental e atender às exigências deste regulamento.

Art. 158º. As lavanderias comerciais devem possuir equipamentos próprios para secagem de roupas e lavatório para higienização das mãos, provido de sabão liquido, papel toalha e lixeira de acionamento por pedal ou lixeira sem tampa.

Parágrafo único. Lavanderias comerciais que realizam atividades para estabelecimentos prestadores de serviços assistência à saúde devem seguir a legislação e normatização vigente.

Seção XX

DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E ESTAÇÕES DE EMBARQUE

Art. 159º. As estações de embarque e desembarque de passageiros devem dispor de instalações sanitárias individuais para ambos os sexos, em número suficiente à população usuária.

§1º. As instalações sanitárias devem estar disponíveis para uso durante todo o horário de funcionamento da estação.

§2º. A manutenção da estação, seus arredores e suas instalações, são de responsabilidade da administração desta.

Art. 160º. Os meios de transporte coletivo devem ser cadastrados e, para o seu funcionamento, devem apresentar:

I - pontos utilizados para descarga dos dejetos das privadas químicas;

II - pontos utilizados para o abastecimento de água, devendo a água utilizada ser potável;

III - os dejetos das privadas químicas devem ter destino final adequado;

IV - os papéis higiênicos devem ser descartados na privada química;

V-os resíduos sólidos devem ser coletados, acondicionados e sofrer destinação final adequada.

Art. 161º. Deve ser garantido o fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletivo adequados aos funcionários encarregados da limpeza e desinfecção das instalações sanitárias.

Seção XXI

DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS (QUÍMICAS, RADIOATIVAS, INFLAMÁVEIS)

Art. 162º. Toda empresa responsável pelo transporte das cargas perigosas químicas, radioativas e inflamáveis, deve providenciar que a mesma seja acompanhada de informações quanto às características dos produtos, ações e orientações primárias para o manuseio, armazenagem e medidas em situações emergências.

§ 1º. O transporte da carga, fica condicionado à prévia autorização do órgão competente.

§ 2º. O condutor do veículo deve ser treinado pela empresa quanto às condições de segurança e ações em situação emergencial.

§ 3º. O veículo deve ser equipado com equipamentos de sinalização emergencial, bem como os de proteção individual.

Art. 163º. Todo transporte de material radioativo deve ser previamente aprovado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, ou outro que vier a substituí-la, e atender a legislação específica existente.

Art. 164º. Todo transporte de material radioativo utilizado em Serviços de Radioterapia e Indústrias, deverá ser notificado à autoridade sanitária, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis de antecedência.

Art. 165º. As rodovias municipais, estaduais e federais, nos cruzamentos com mananciais de abastecimento público de água, devem estar devidamente sinalizadas para prevenir acidentes, especialmente com cargas perigosas.

Seção XXII

DO SERVIÇO DE PINTURA EM VEÍCULOS, OFICINAS MECÂNICAS, BORRACHARIAS, POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E CONGÊNERES

Art. 166º. Os serviços de pintura em veículos, oficinas mecânicas, borracharias, postos de abastecimento de veículo e congêneres, devem ser feitos em compartimentos próprios, de modo a evitar a dispersão de tintas e outras substâncias químicas nas demais seções de trabalho, observado o prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Art. 167º. Os efluentes dos estabelecimentos de que trata o caput desse artigo devem ser tratados conforme Normas Técnicas Específicas.

Art. 168º. Os pneus, novos e usados, ou outros objetos que possam acumular água, devem ser mantidos cobertos, protegidos de modo a não permitir a proliferação de vetores.

Art. 169º. Os pneus usados, prontos para descarte, são de responsabilidade dos proprietários que serão responsabilizados caso deixem em locais que possam trazer prejuízos a saúde da população servindo para a proliferação de mosquitos.

Seção XXIII

DOS ESTABELECIMENTOS FUNERÁRIOS E CONGÊNERES

Art. 170º. Para efeito desta Lei são considerados estabelecimentos funerários e congêneres, as empresas públicas ou privadas que desenvolvam qualquer uma das seguintes atividades:

a) Remoção de Restos Mortais Humanos:medidas e procedimentos relacionados à remoção de restos mortais humanos, em urna funerária, bandeja ou embalagem específica, desde o local do óbito até o Estabelecimento Funerário, adotando-se todos os cuidados de biossegurança necessários para se evitar a contaminação de pessoas e/ou do ambiente;

b) Higienização de restos mortais humanos: medidas e procedimentos utilizados para limpeza e anti-sepsia de restos mortais humanos, com o objetivo de prepará-los para procedimentos de conservação, inumação ou outra forma de destino;

c) Tamponamento de restos mortais humanos: uso de tampões para vedação dos orifícios do cadáver;

d) Conservação de restos mortais humanos: empregos de técnicas, através das quais os restos mortais humanos são submetidos a tratamentos químicos, com vistas a manterem-se conservados por tempo total e permanente ou previsto, quais sejam, o embalsamamento e a formalização, respectivamente.

e) Tanatopraxia / Somato conservação:emprego de técnicas que visam à conservação de restos mortais humanos, reconstrução de partes do corpo e embelezamento por necromaquiagem seguindo as normas sanitárias vigentes;

f) Ornamentação de Urnas funerárias**:** consistem na colocação de flores, véus e adornos decorativos e religiosos, conforme tradições e orientação religiosa;

g) Necromaquiagem: consiste na execução de maquiagem de cadáveres, com aplicação de cosméticos específicos;

h) Comércio de artigos funerários: exposição para venda de artigos funerários, tais como urnas funerárias (caixões), objetos decorativos e religiosos; i) Velório: consiste nas honras fúnebres, conforme tradições e orientação religiosa. Ato de velar cadáveres; j) Translado de restos mortais humanos: todas as medidas relacionadas ao transporte de restos mortais humanos, em urna funerária, inclusive aquelas referentes à sua armazenagem ou guarda temporária até sua destinação final.

Art. 171º. As edificações dos estabelecimentos citados no art. 169º devem observar minimamente as seguintes condições:

a) Não possuir comunicação física com ambiente de domicílio ou outro estabelecimento que realize atividades não relacionadas às atividades constantes neste documento;

b) Rede elétrica em bom estado de conservação e abastecimento com água potável;

c) Reservatório de água potável revestido de material resistente e impermeável com cobertura adequada e capacidade de armazenamento compatível com o consumo;

d) Esgoto sanitário ligado à rede pública somente após tratamento prévio, quando assim se fizer necessário, em legislação específica. Nos locais em que não houver rede pública de esgoto, deve-se utilizar sistema alternativo de tratamento de esgoto, de acordo com Normas da ABNT e ou outros atos normativos que vierem a substituí-las ou complementá-las;

e) Instalações elétricas e hidráulicas embutidas ou protegidas, facilitando a circulação e a higienização do ambiente;

f) Forro ou teto em bom estado de conservação, revestido por material que possibilite limpeza e manutenção;

g) Piso revestido de material resistente, antiderrapante, impermeável e que possibilite processo completo de limpeza e desinfecção;

h) Paredes, portas e janelas revestidas de material resistente, liso e lavável nos locais onde houver procedimentos de higienização, tamponamento, armazenagem temporária ou conservação de restos mortais humanos;

i) Janelas e demais aberturas destinadas à ventilação do ambiente, onde sejam realizados procedimentos higienização, tamponamento, armazenagem temporária ou conservação de restos mortais humanos, protegidas contra a entrada de insetos e outros animais;

j) Condições de manejo de resíduos de acordo com a RDC ANVISA nº. 50/02, RDC ANVISA nº. 306/04, Resolução CONAMA nº. 358/05 e ou outros atos normativos que vierem a substituí-las ou complementá-las.

§ 1º. Os estabelecimentos que apenas comercializam artigos funerários ficam dispensados do disposto no item j.

Art. 172º. Os Estabelecimentos funerários e congêneres, independentemente da atividade que realizam, devem dispor das seguintes dependências:

a) Sala ou área administrativa: ambiente obrigatório, em que se realizam as atividades administrativas do estabelecimento. Essas salas ou áreas não podem funcionar na sala de higienização, tamponamento, conserva-

ção de restos mortais humanos e tanatopraxia nem abrigar as atividades de preparo e esterilização de materiais ou armazenagem temporária de cadáveres;

b) Sala de recepção e espera para atendimento ao usuário: ambiente obrigatório para os estabelecimentos que atendam ao público em suas dependências. Devem apresentar condições de conforto para os usuários. A entrada deve ser independente daquela utilizada para embarque e desembarque de restos mortais humanos. Essas salas ou áreas não podem funcionar na sala de higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia nem abrigar as atividades de preparo e esterilização de materiais ou armazenagem temporária de cadáveres;

c) Instalações Sanitárias: são obrigatórios em todos os estabelecimentos. Devem possuir separação por sexo, com no mínimo um sanitário adaptado para deficientes físicos;

d) Depósito de Material de Limpeza (DML): ambiente obrigatório, exclusivo para guarda dos materiais, equipamentos e saneantes utilizados nos procedimentos de limpeza e desinfecção do estabelecimento, bem como a sua preparação para o uso. Deve possuir área mínima de 2,00 m² e tanque para a realização dos procedimentos de limpeza dos materiais utilizados;

§ 1º. Os estabelecimentos que tenham funcionários em regime de plantão devem dispor de sala de plantonista com área mínima de 6,0 m² e condições de conforto para repouso.

Art. 173º. Os estabelecimentos que realizam o comércio de artigos funerários, além do disposto nos art. 170º e 171º desta Lei devem possuir sala ou área para guarda de artigos funerários. Essas salas ou áreas não podem funcionar na sala de higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia nem abrigar as atividades de preparo e esterilização de materiais ou armazenagem temporária de cadáveres.

Art. 174º. Os estabelecimentos que realizam procedimentos de higienização, tamponamento e ou conservação de restos mortais humanos, além do disposto nos art. 170º e 171º desta Lei deverão possuir as seguintes áreas:

I - área para embarque e desembarque de carro funerário: área exclusiva, com acesso privativo, distinto do acesso público ao estabelecimento funerário, com área mínima de 21 m²;

II - sala para higienização, tamponamento e procedimentos de conservação de restos mortais humanos: sala com acesso restrito aos funcionários do setor, devendo possuir área mínima de 9,00 m² para uma mesa tanatológica, acrescentando-se 5,00 m² por mesa tanatológica adicional. Sendo necessário possuir ainda às seguintes especificações:

a) Sistema mecânico de exaustão;

b) Recursos para lavagem das mãos: pia ou lavatório com torneira ou comando que dispensa o contato das mãos para o fechamento da água, provisão de sabão líquido, além de recursos para secagem das mãos;

c) Mesa ou bancada tanatológica para higienização de restos mortais humanos, com formato que facilite o escoamento de líquidos, feita em material liso e impermeável e que possibilite processos repetidos e sucessivos de limpeza, descontaminação e desinfecção.

d) Vestiários para funcionários diferenciados por sexo, com área para escaninhos e boxes individualizados para chuveiros e bacias sanitárias;

III - sala ou área para higienização e esterilização de materiais e equipamentos. Esse ambiente deve possuir:

a) Acesso restrito aos funcionários do setor;

b) Recursos para lavagem das mãos: pia ou lavatório com torneira ou comando que dispensa o contato das mãos para o fechamento da água, provisão de sabão líquido, além de recursos para secagem das mãos;

c) Bancada com pia em material liso, impermeável para higienização de equipamentos e materiais;

d) Equipamento para compatível com a demanda do estabelecimento e com os equipamentos e materiais que se pretende esterilizar.

Art. 175º. A atividade de preparo e esterilização de materiais pode ser executada na sala para preparo e higienização de restos mortais humanos, desde que haja barreira técnica e as condições descritas no item C sejam observadas. Os recursos para higienização das mãos podem ser apenas um para os dois ambientes.

Art. 176º. Os Estabelecimentos Funerários que oferecerem a armazenagem temporária de restos mortais humanos além do disposto nos artigos 170 º e 171º devem possuir câmara frigorífica exclusiva e compatível com a atividade, constituída de material sanitário e com formato que facilite a execução dos procedimentos de limpeza, descontaminação e desinfecção.

Art. 177º. Para realizar a atividade de translado de restos mortais humanos, além do disposto nos art. 170º e 171º desta Lei, os Estabelecimentos Funerários devem possuir veículo destinado exclusivamente para esse fim; passível de lavagem e desinfecção freqüentes; dotado de compartimento exclusivo para transporte de urnas funerárias, com revestimento em material impermeável e resistente a repetidos processos de limpeza, descontaminação e desinfecção.

Art. 178º. Para realizar a atividade de velório, além do nos art. 170 º e 171º desta Lei, os Estabelecimentos Funerários devem possuir:

a) Sala de velório: ambiente exclusivo e com área mínima de 15 m²;

b) Sala de descanso: sala com condições de conforto para repouso de familiares;

c) Instalações sanitárias, separadas por sexo, anexos a sala de velório ou de fácil acesso; d) Copa: ambiente destinado ao preparo guarda e distribuição de refeições e lanches.

Seção XXIV

DOS CEMITÉRIOS

Art. 179º. Os projetos de cemitérios devem possuir Licença Ambiental e ser aprovados e pelo órgão competente, obedecendo à legislação vigente.

Art. 180º. Todo cemitério em funcionamento fica sujeito à fiscalização da autoridade sanitária devendo o mesmo atender as legislações pertinentes.

Art. 181º. Os recipientes ornamentais devem ser preparados de modo a não conservarem água que permita a proliferação de vetores.

Seção XXV

DOS PRODUTOS E SUBSTÂNCIAS SUJEITOS AO CONTROLE SANITÁRIO

Art. 182º. Compete à autoridade sanitária a avaliação, o controle de riscos, a normatização, a fiscalização, o controle das condições sanitárias e técnicas relacionadas à importação, exportação, extração, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, dispensação, esterilização, embalagem e reembalagem, aplicação, exposição, comercialização e uso, referentes aos produtos e substâncias de interesse à saúde.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo estende-se a propaganda e a publicidade dos produtos e substâncias de interesse à saúde.

Art. 183º. Os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, relacionados aos produtos e substâncias de interesse à saúde são responsáveis pela manutenção dos padrões de identidade, qualidade e segurança, definidos a partir da legislação vigente.

§ 1°. Os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo, sempre que solicitados pela autoridade sanitária competente, devem apresentar o fluxograma de produção e os documentos e instrumentos que expressem o cumprimento da legislação vigente.

§ 2°. Deve ser assegurado ao trabalhador dos estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo, o acesso aos documentos e instrumentos que normatizem o cumprimento de normas de boas práticas de fabricação e de normas de boas práticas de prestação de serviços.

Art. 184º. É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabricação de produtos que contribuam para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda da qualidade dos produtos.

Art. 185º. A fiscalização sanitária municipal deverá realizar análises fiscais dos produtos cuja fabricação, beneficiamento ou industrialização estejam sob sua inspeção e daqueles expostos à venda no sentido de verificar sua conformidade com os padrões de qualidade e identidade vigentes.

Parágrafo único. As analise fiscais e de controle obedecerão à legislação vigente.

Seção XXVI

DOS ALIMENTOS

Art. 186º. Somente poderão ser destinados ao consumo, alimentos, matérias primas alimentares, alimentos "in natura", aditivos para alimentos, materiais, embalagens, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com alimentos que:

I - tenham sido previamente registrados, dispensados ou isentos do registro, no órgão competente, conforme legislação específica em vigor;

II - tenham sido elaborados, reembalados, transportados, importados ou vendidos por estabelecimentos devidamente licenciados;

III - tenham sido rotulados segundo as disposições deste Regulamento e legislação específica em vigor;

IV - obedeçam, na sua composição, às especificações do respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 187º. Não será permitida a venda ou entrega ao consumo, de alimentos alterados, fraudados ou adulterados.

Parágrafo único. Os alimentos com presença de resíduos de drogas veterinárias, de agrotóxicos e afins, de organismos geneticamente modificados, de contaminantes químicos, físicos ou biológicos, deverão observar o estabelecido em legislação específica em vigor.

Art. 188º. Os alimentos deverão ser armazenados, transportados, expostos à venda ou consumo de modo seguro, separados dos produtos saneantes domissanitários, seus congêneres, drogas veterinárias, agrotóxicos e afins ou outros potencialmente tóxicos ou contaminantes.

Art. 189º. É vedado distribuir, comercializar ou expor ao consumo alimentos com prazo de validade vencido, sem prazo de validade ou com a validade adulterada.

Art. 190º. Não será permitido no acondicionamento dos alimentos, o contato direto com jornais, papéis coloridos, plásticos e ou sacolas usadas, ou qualquer outro invólucro que possa transferir ao alimento substâncias contaminantes ou que alterem as características organolépticas.

Art. 191º. Os alimentos manifestadamente deteriorados e os alterados que sejam visivelmente constatadas serão apreendidos e inutilizados sumariamente pela autoridade sanitária.

Art. 192º. Quando a critério da autoridade sanitária, o produto for passível de utilização para fins industriais ou agropecuários, sem prejuízo para a saúde pública ou inconveniente, poderá ser transportado por conta e risco do infrator para local designado, acompanhado por autoridade sanitária que verificará sua destinação até o momento de não ser mais possível colocá-la para consumo humano.

CAPÍTULO IV

DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

Art. 193º. Para efeitos desta lei constitui finalidade das ações de Vigilância Ambiental em Saúde o enfrentamento dos problemas ambientais e ecológicos, de modo a serem sanados ou minimizados a fim de não representarem risco a vida, levando em consideração aspectos da economia, da política, da cultura e da ciência e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento sustentável, como forma de garantir a qualidade de vida e a proteção ao meio ambiente.

Art. 194º. São fatores ambientais de risco à saúde aqueles decorrentes de qualquer situação ou atividade no meio ambiente; principalmente, os relacionados á organização territorial, ao ambiente construído, ao saneamento ambiental, às fontes de poluição, à proliferação de artrópodes nocivos, vetores e hospedeiros intermediários, às atividades produtivas e de consumo, às substâncias perigosas, tóxicas, explosivas, inflamáveis, corrosivas e radioativas, bem como a quaisquer outros fatores que ocasionem ou possam vir a ocasionar risco ou dano à saúde, à vida ou a qualidade de vida.

§1°. Os critérios, parâmetros, padrões, metodologias de monitoramento, ambiental e biológico e de avaliação dos fatores de risco citados neste artigo são definidos neste Código e demais legislações vigentes.

§2°. Proprietários de imóveis, locatários, inquilinos, arrendatários e afins, legalmente estabelecidos ou não, são responsáveis pela manutenção da propriedade em condições sanitárias e ambientais, de modo a não causar danos à saúde pública.

Art. 195º A autoridade sanitária competente, motivadamente e com respaldo científico e tecnológico, pode determinar intervenções em saneamento ambiental, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

§1°. Os Órgãos de controle e monitoramento ambiental deverão desenvolver ações de supervisão das áreas potencialmente contaminadoras.

§2°. A Vigilância Ambiental deverá manter cadastro atualizado das áreas contaminadas.

§3°. Em caso de identificação de área contaminada, que coloque em risco a saúde da população, os Órgãos de controle e monitoramento ambiental deverão em conjunto com a Vigilância em Saúde realizar as intervenções cabíveis.

Art. 195º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente parceria com Órgãos de níveis Estadual e Federal ligados ao meio ambiente, deverá emitir parecer técnico de avaliação de impacto, sobre projetos de organização territorial, assentamentos humanos e saneamento ambiental que, por sua magnitude, representem risco à saúde pública.

Parágrafo único. O parecer referido no *caput* deverá versar, dentre outros, sobre aspectos de drenagem, infraestrutura sanitária, manutenção de áreas livres e institucionais, sistemas de lazer, índices de ocupação e de densidade demográfica.

Art. 196º. Toda e qualquer edificação, urbana ou rural, devem ser construídas e mantidas observando-se:

I - a proteção contra as doenças e agravos transmissíveis e doenças crônicas, inclusive aquelas transmitidas ao homem por animais e vetores;

II - a prevenção de acidentes e intoxicações;

III - a preservação do ambiente do entorno;

IV - o uso adequado da edificação em função de sua finalidade;

V - o respeito a grupos humanos vulneráveis.

Art. 197º. Toda e qualquer edificação, urbana e rural, deverá manter sua área interna e seu entorno, livre de qualquer criadouro de mosquito Aedes aegyptiy.

Seção I

DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA VIVA

Art. 198º. Com relação a veículos de transporte de carga viva:

I - é expressamente proibida a permanência de veículos de transporte de carga viva carregados em área residencial;

II - somente será permitida a permanência de veículos de transporte de carga viva vazios em área residencial mediante higienização prévia em locais adequados;

III - é expressamente proibida a higienização de veículos de transporte de carga viva em área residencial ou em áreas comerciais inadequadas.

Seção II

DO CONTROLE DE ZOONOSES E ENDEMIAS E DA CRIAÇAO DE ANIMAIS

Art. 199º. Para os efeitos desta Lei entende-se por controle de zoonoses o conjunto de ações que visam a prevenir, diminuir ou eliminar os riscos e agravos à saúde provocados por vetor, animal hospedeiro, reservatório ou sinantrópico.

§1°. Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - zoonose: doenças e infecções que podem ser transmitidas para os seres humanos através dos animais de forma natural;

II - doença transmitida por vetor: doença transmitida ao homem por meio de seres vivos que veiculam o agente infeccioso, tendo ou não os animais como reservatório;

III - animal sinantrópico: o que provavelmente coabita com o homem, no domicílio ou Peri domicílio.

§ 2º. Nas ações de controle de zoonose, serão consideradas as alterações provocadas pelo homem, no meio ambiente, que interfiram no ciclo natural das doenças envolvidas.

§ 3°. As campanhas que tenham como objetivo o combate e controle de doenças, agravos e endemias, com uso de inseticidas e quaisquer outras substâncias químicas, deverão seguir protocolos do Ministério da Saúde e órgãos afins.

Art. 200º. Os serviços de controle de Zoonoses no Município serão estruturados segundo os princípios do SUS

Art. 201º.São obrigados a notificar as zoonoses:

I - o veterinário que tomar conhecimento do caso;

II - o laboratório que tiver estabelecido o diagnóstico;

III - qualquer pessoa que tiver sido agredida por animal doente ou suspeito, ou tiver acometida de doenças transmitida por animal.

Art. 202º.É vedado o uso de medicamentos e imunobiológicos sem comprovada eficácia no tratamento de zoonoses que contraponham a recomendação do Ministério da Saúde.

Art. 203º.Não será permitida na área urbana, a criação ou conservação de animais vivos, que pela sua espécie ou quantidade sejam causa de insalubridade ou incomodidade.

§1°. As entidades técnico-científicas, de ensino e os estabelecimentos industriais, desde que devidamente aprovados e autorizados pela autoridade sanitária competente, poderão promover a criação e conservação de animais vivos.

§ 2°. A criação, alojamento e manutenção de cães e gatos nas residências e estabelecimentos particulares, poderá ter sua capacidade determinada pela autoridade sanitária competente, que considerará a quantidade, o porte as condições locais quanto à higiene, ao espaço disponível aos animais e ao tratamento a eles dispensado.

§ 3°. É proibida nas residências em área urbana, a criação, alojamento e manutenção de aves para fins de consumo próprio, sejam de ovos ou de carne, exceto para consumo imediato.

§4°. É proibida nas residências em área urbana, a criação, alojamento e manutenção de caprinos, ovinos, suínos, bovinos e equinos.

§5°. A criação, alojamento e manutenção de animais silvestres e exóticos deverão seguir legislação específica.

§6°. As instalações devem obedecer aos princípios de bem-estar animal e adequar-se às exigências da espécie abrigada no local.

§7°. Todo biotério, mantido por estabelecimento ou instituição pública ou privada, deve contar com responsável técnico cadastrado no Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, bem como dispor de instalações, equipamentos e recursos humanos adequados à execução de suas atividades técnicas.

Art. 204º. Somente será permita a criação, alojamento e a manutenção de animais ungulados em área urbana nas seguintes situações:

I - o emprego de animais no ensino e na pesquisa, nas atividades militares, nas feiras de exposição, nas atividades desportivas, cívicas, zooterápicas ou de lazer e diversão pública, organizadas por órgãos, empresas ou associações devidamente legalizadas, com o alvará sanitário vigente.

II - os animais utilizados em veículos de tração animal, devidamente registrados em órgão público competente – Departamento de Trânsito Municipal – terão sua permanência em área urbana permitida somente em horário comercial, devendo após esse período ser encaminhado para local apropriado.

Parágrafo único. É vedado em qualquer caso à utilização de animais feridos, enfraquecidos ou doentes.

Art. 205º. Todo local destinado à criação, manutenção, hospedagem, adestramento e reprodução de animais deverá adequar-se as condições higiênico- sanitárias e as normas legais e regulamentos pertinentes.

Art. 206º. Toda criação de animais com finalidade comercial caracteriza a existência de criatório, independentemente do total de animais existentes, devendo o proprietário solicitar a autorização do órgão competente, além de submeter seu estabelecimento as demais exigências legais e regulamentares impostas na legislação municipal, estadual e federal.

Art. 207º.O trânsito de animais em logradouros públicos só será permitido quando estes forem vacinados, registrados e estiverem devidamente acompanhados e atrelados, de forma a possibilitar o total controle e contenção do animal.

Art. 208º.A criação em cativeiro e o controle da população de animais silvestres e exóticos obedecerão à legislação específica.

Art. 209º. Os atos danosos cometidos por animal são de inteira responsabilidade de seu proprietário.

Parágrafo único. Quando o ato danoso for cometido por animal sob a guarda de preposto, estender-se-á a este a responsabilidade de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 210º. Visando ao controle de zoonoses, o proprietário de animal doméstico é obrigado a:

I - mantê-lo permanentemente imunizado contra as doenças definidas pelas autoridades sanitárias;

II - mantê-lo permanentemente em perfeitas condições sanitárias e de saúde, compatíveis com a preservação da saúde coletiva e a prevenção de doenças transmissíveis.

III - mantê-lo distante de local onde coloque em risco o controle da sanidade de alimentos e outros produtos de interesse da saúde ou comprometa a higiene e a limpeza do lugar;

IV - adotar todas as providências pertinentes à remoção de dejetos produzidos pelo animal, sendo vedado o lançamento em vias públicas ou seu depósito a céu aberto.

V - permitir, sempre que necessário, a inspeção pela autoridade sanitária competente, no exercício de suas funções, das dependências de alojamento, das condições de saúde e das condições sanitárias do animal sob sua guarda;

VI - acatar as medidas de saúde decorrentes de determinações da autoridade sanitária competente que visem à preservação e à manutenção da saúde e a prevenção de doenças transmissíveis e de sua disseminação;

VII - mantê-lo alojado em locais onde fique impossibilitado de fugir, agredir pessoas ou outros animais;

VIII - é de responsabilidade do proprietário ou preposto o controle reprodutivo de seus animais;

IX - permitir a execução de provas sorológicas e a apreensão e o sacrifício do animal considerado perigoso à saúde, por profissional habilitado.

X - no caso de morte do animal, providenciar remoção e a disposição adequada do cadáver, em local designado e coleta pela Secretaria Municipal de Obras, de acordo com a legislação vigente.

Art. 211º. É proibido abandonar animal em logradouros, imóveis, áreas públicas ou privadas.

Art. 212º. Em caso de comprovação de que o animal seja portador de zoonoses que coloquem em risco a saúde da população, o proprietário poderá tomar as medidas cabíveis somente com orientação por escrito de autoridade competente.

Art. 213º. É proibida a alimentação, permanência e alojamento de animais nas vias, logradouros e áreas públicas, cuja fiscalização compete ao órgão de controle urbano.

Art. 214º. O registro e licenciamento dos veículos de tração animal a que se refere o Código de trânsito Brasileiro, de responsabilidade do município, serão precedidos de parecer favorável de médico Veterinário, no que se refere à saúde do animal.

Art. 215º. Animais de médio e grande porte encontrado solto nos logradouros públicos, deverão ser recolhido pelo Departamento Municipal de Trânsito Municipal.

§1º. Caberá ao poder municipal, juntamente com o Ministério Público, regulamentar critérios para alojamento, manutenção e destinação dos animais apreendidos.

Art. 216º. Todo proprietário de terrenos, cultivado ou não dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros de qualquer espécie, existente dentro de sua propriedade.

Art. 217º.É dever de todo o cidadão adotar medidas para o controle e combate de vetores de Zoonoses, Dengue Chickungunya e Zika, pragas urbanas e demais animais que coloquem em risco a saúde de população.

CAPÍTULO V

DO SANEAMENTO BÁSICO E DO MEIO AMBIENTE

Seção I

DAS AGUAS PARA CONSUMO HUMANO DE ABASTECIMENTO PUBLICO E PRIVADO

Art. 218º. A Secretaria Municipal de Saúde participará da formulação da Política de Saneamento e execução, no que lhe couber, no âmbito do município.

Art. 219º. Todo e qualquer sistema de abastecimento de água, público ou privado, individual ou coletivo, está sujeito à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

§1°. Os Órgãos de Vigilância em Saúde manterão programação permanente de vigilância e controle da qualidade da água fornecida pelo sistema de abastecimento de água para consumo humano, inclusive no caso de soluções alternativas de abastecimento de água para essa finalidade.

§2°. Os Órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito de sua competência, colaborarão para a preservação de mananciais.

§3°.O órgão responsável pelo sistema de abastecimento público de águas enviará às Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Saúde relatórios relativos ao controle de qualidade de água.

Art. 220º. Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de abastecimento de água, públicos ou privados, individuais ou coletivos, devem ser elaborados, executados e operados conforme a legislação vigente.

Art. 221º. Nos projetos, obras e operações de sistemas de abastecimento de água, públicos ou privados, individuais ou coletivos, devem ser obedecidos os seguintes princípios gerais, independentemente de outras exigências técnicas eventualmente estabelecidas:

I - a água distribuída deve obedecer às normas e aos padrões de portabilidade estabelecidos pela legislação vigente;

II - todos os materiais, equipamentos e produtos químicos utilizados em sistemas de abastecimento de água devem atender às exigências e especificações de normas técnicas e ou legislação, a fim de não alterar o padrão de portabilidade da água distribuída;

III - toda água distribuída por sistema de abastecimento deve ser submetida, obrigatoriamente, a um processo de desinfecção, de modo a assegurar sua qualidade do ponto de vista microbiológico e manter concentração residual do agente desinfetante na rede de distribuição, de acordo com normas técnicas e ou legislação;

IV - deve ser mantida pressão positiva em qualquer ponto da rede de distribuição;

V - a fluoretação da água distribuída por meio de sistemas de abastecimento deve obedecer ao padrão estabelecido pela legislação vigente.

Art. 222º. Compete ao Órgão responsável pelo abastecimento de água o exame periódico de suas redes e demais instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de fatores que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Art. 223º. Compete ao Órgão responsável pelo abastecimento de água a implantação, manutenção e funcionamento do sistema, assim como o repasse mensal à Vigilância Sanitária dos resultados dos exames realizados em suas redes.

Art. 224º. Sempre que o Órgão competente da saúde pública municipal detectar a existência de anormalidade ou falha no sistema de água que represente risco à saúde comunicará o fato aos responsáveis para imediatas medidas corretivas.

Art. 225º. Os reservatórios de água potável deverão permanecer devidamente limpos, higienizados e tampados.

Art. 226º. Na construção de reservatório de água, abertura de poços ou aproveitamento de fontes e na adução para qualquer tipo de uso serão observadas exigências contidas em normas técnicas específicas e ou legislação, sendo sua construção autorizada após devido Licenciamento Ambiental.

Seção II

DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 227º. Todo e qualquer sistema de esgotamento sanitário, público ou privado, individual ou coletivo, estão sujeitos à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 228º. Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de esgotamento sanitário, públicos ou privados, individuais ou coletivos, devem ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas estabelecidas pela legislação vigente, por profissional competente com registro no respectivo Conselho.

Art. 229º. A utilização, em atividades agropecuárias de esgotos sanitários ou de lodo proveniente de processos de tratamento de esgotos não será permitida em hipótese nenhuma.

Art. 230º. É obrigatória à ligação de toda construção residencial ou comercial a rede pública de abastecimento de água e a rede coletora de esgoto sempre que existentes, eliminando outros tipos de lançamentos.

§ 1°. A ligação é de responsabilidade do proprietário do imóvel, cabendo ao Órgão responsável pelas redes de água e esgoto sua execução;

§2°. Nos casos em que não existirem as redes, o Órgão responsável pelo esgoto sanitário, orientará os proprietários quanto às medidas a serem adotadas.

§3°. Em áreas não servidas de Sistema de Esgotamento sanitário público os proprietários dos imóveis serão responsáveis por criar mecanismos de destinação adequadas dos resíduos líquidos.

Art. 231º. Toda ligação clandestina de esgoto doméstico, comercial, industrial ou de outra, procedência feita à galeria de águas pluviais deverá ser desconectada desta e ligada à rede pública coletora, mediante acompanhamento do Departamento Municipal de Água e Esgoto, em prazo a ser estabelecido pela autoridade sanitária competente.

Art. 232º. É proibida a introdução direta ou indireta de esgotos sanitários e outras águas residuais nas vias públicas e/ou galerias de águas pluviais.

Art. 233º. A limpeza das fossas deverá ser feita de modo a não causar poluição do ambiente ou transtornos à saúde pública, devendo as empresas que trabalhem nesse ramo, serem cadastradas, licenciadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único. O descarte dos dejetos coletados pela limpeza das fossas deverá ter seu destino final conforme preconiza a legislação vigente específica para este fim.

Art. 234º. Nenhum prédio situado em via pública dotado de rede de água e rede de esgoto poderá ser habitada sem que seja feita a ligação às redes de água e de esgoto e seja provido de sanitários.

Seção III

DOS RESIDUOS SÓLIDOS

Art. 235º. Para efeito desta Lei são considerados **Resíduos Sólidos, os** Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nessa definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível. Dessa definição excluem-se os excrementos humanos;

Art. 236º. Todo e qualquer sistema individual ou coletivo, público ou privado, de geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no Município, está sujeito à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

§1°. Os proprietários de imóveis residenciais ou legalmente estabelecidos são responsáveis pela disposição adequada de resíduos provenientes da manutenção e criação de animais domésticos, de acordo com a legislação municipal, estadual e federal vigente.

§2°. Os responsáveis legais e técnicos pelos estabelecimentos de assistência à saúde e de interesse a saúde, devem seguir na integração que determina a legislação sanitária específica no que se refere ao gerenciamento de resíduos de Serviço de Saúde, desde sua geração até sua destinação final.

Art. 237º. Os responsáveis por imóveis, domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou quaisquer condições que propiciem alimentação, criatório ou abrigo de pragas e animais sinantrópicos e demais animais que possam direta ou indiretamente afetar a saúde.

Art. 238º. É de responsabilidade do Poder Público a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos não contaminados em condições que não representem riscos à saúde individual ou coletiva.

I - os resíduos sólidos residenciais e comerciais devem estar acondicionados em sacos plásticos, para serem removidos pelo serviço de limpeza pública.

II - não será considerado como lixo, resíduos industriais das fábricas e oficinas, restos de materiais de construção, entulhos provenientes de demolição, matérias excrementícias, palhas e outros resíduos de estabelecimentos comerciais e industriais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares; os quais serão removidos a custo dos respectivos inquilinos ou proprietários e depositados em local indicado pela Prefeitura, não sendo permitido jogá-los em terrenos baldios.

III - não será permitida a disposição de lixo domiciliar ou comercial nos passeios públicos, aos sábados ou domingos, após a realização dos serviços de coleta de lixo.

IV - os condomínios, edifícios e prédios de habitações coletivas deverão ser dotados de instalações coletoras de resíduos sólidos, convenientemente dispostas, perfeitamente vedadas e dotadas de dispositivos para limpeza e lavagem.

Art. 239º. Os projetos de implantação, construção, ampliação e reforma de sistemas de coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos devem ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas estabelecidas pela legislação vigente, com acompanhamento de profissional competente com registro no respectivo Conselho.

Art. 240º.A Gestão de Resíduos, com vistas ao desenvolvimento sustentável, requer o envolvimento de toda a sociedade, sendo pautada na não geração, seguida pela redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e, por fim, disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 241º.A recuperação de energia dos resíduos sólidos urbanos poderá ser usada desde que se comprove sua viabilidade técnica e ambiental e seja implantado Programa de Monitoramento de Emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão competente.

Art. 242º. Medidas de redução na fonte (ou prevenção da poluição) devem ser adotadas no próprio local de geração, tais como a residência, o escritório ou a indústria, limitando o uso de materiais e diminuindo a quantidade de resíduos gerados.

§ 1°. Metas de redução de resíduos sólidos devem estar contidas no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada;

§ 2º. Poderão ser instituídas medidas indutoras as iniciativas que contenham prevenção e redução da geração e resíduos sólidos no processo produtivo.

Art. 243º. Fica proibida a reciclagem de resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de assistência e de interesse à saúde.

Art. 244º As instalações destinadas ao manuseio de resíduos com vistas à sua reciclagem devem ser projetadas, operadas e mantidas de forma tecnicamente adequada, a fim de não vir a comprometer a saúde humana e o meio ambiente.

Art. 245º. Todos os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde deverão elaborar e implantar efetivamente o Plano de Gerenci-

amento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS conforme normas técnicas estabelecidas pela legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 246º. Para os fins desta Lei entende-se por Vigilância Epidemiológica ao conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção e a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças e agravos à saúde.

Art. 247º. A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, através da Secretaria Municipal de Saúde, exercerá ações de Vigilância Epidemiológica de fatores de riscos e agravos à saúde, inclusive os casos de doenças transmissíveis, nascimentos e óbitos, que devido a sua magnitude, transcendência e vulnerabilidade sejam consideradas prioritárias pelos órgãos sanitários, para impedir a ocorrência e disseminação de doenças e epidemias, e para reduzir o nível endêmico dos problemas de saúde pública.

Art. 248º. A Vigilância Epidemiológica acompanhará as doenças e agravos à saúde, assim como a detecção e o conhecimento de seus fatores determinantes, através da sistematização de informações, realização de pesquisas, inquéritos, investigações e levantamentos necessários à elaboração e execução de planos e ações, visando ao seu controle e/ou erradicação.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema de Vigilância Epidemiológica os órgãos de saúde públicos e privados definidos por ato administrativo.

Art. 249º. No desempenho das ações de Vigilância Epidemiológica compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I - fazer cumprir a legislação e as normas estabelecidas pelos órgãos federais e estaduais de Vigilância Epidemiológica e dispor, supletivamente, sobre a ação municipal na área específica;

II - gerir, supervisionar, coordenar, controlar, avaliar apoiar e executar ações de Vigilância Epidemiológica no Sistema Municipal de Vigilância à Saúde.

III - obter, consolidar e analisar as informações epidemiológicas e outras de interesse à saúde emanadas dos Distritos Sanitários, para subsidiar a organização, o planejamento, as ações e serviços de saúde no âmbito municipal;

IV - possibilitar o repasse de informações aos órgãos e entidades competentes sobre a situação epidemiológica e o quadro sanitário da população de Castanheira, no cumprimento de suas atribuições regimentais.

Art. 250º. No desempenho das ações de Vigilância Epidemiológica compete à Secretaria Municipal de Saúde, através da rede de serviços próprios ou através da rede de serviços privados:

I - realizar as notificações e investigações de casos de doenças e agravos de notificação compulsória;

II - realizar investigações de casos de doenças e agravos sob investigação obrigatória em sua área de abrangência;

III - registrar e analisar as informações epidemiológicas e outras de interesse à saúde;

IV - coordenar e executar as ações de controle e profilaxia de doenças e agravos.

Art. 251º. As ações de Vigilância Epidemiológica realizar-se-ão em estreita articulação com os serviços da rede de laboratórios de saúde pública e de instituições que utilizem meios diagnósticos, de modo a possibilitar a realização dos exames indicados para o esclarecimento diagnóstico dos casos.

Seção II

DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 252º. Na luta contra as doenças transmissíveis pela melhoria das condições gerais da salubridade, da terapêutica e da prevenção de doenças, serão oferecidas gratuitamente pelos órgãos Estaduais e Municipais, todas as facilidades para:

a) O adequado tratamento dos doentes em estabelecimentos oficiais ou particulares conveniados, inclusive reabilitação completa do paciente;

b) O exame físico - químico e microbiológico de água urbana ou rural em laboratórios oficiais ou conveniados, para consumo humano domiciliar ou para eliminar detecção de nova fonte de água mineral com prioridades terapêuticas ou favoráveis à saúde, a serem comprovadas posteriormente.

Art. 253º. Fica proibido o isolamento em hotéis, pensões, casa de cômodos, habitações coletivas, inclusive edifícios de apartamentos, escolas, asilos, creches e demais estabelecimentos Congêneres e similares.

Art. 254º. Na iminência ou no curso de epidemia, a autoridade sanitária poderá ordenar a interdição total ou parcial, de locais públicos ou privados, onde haja concentração de pessoas, durante o período que entender conveniente.

Art. 255º. Na iminência ou no curso de epidemias consideradas essencialmente graves ou diante de calamidades naturais e acidentais que possam provocá-las, a autoridade sanitária poderá tomar medidas de máximo rigor, inclusive com restrição total ou parcial ao direito de locomoção.

Art. 256º. Quando tiver se esgotado os meios de persuasão ao cumprimento da Lei, a autoridade sanitária recorrerá ao concurso de autoridade policial para execução das medidas de combate às doenças transmissíveis.

Seção III

DA NOTIFICAÇÃO DE DOENÇAS

Art. 257º.É da responsabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS, definir as Unidades de Vigilância Epidemiológica integrantes da Rede de Serviços de Saúde de sua estrutura, que executará as ações de Vigilância Epidemiológica, abrangendo todo o território do Município de Cotriguaçu.

Art. 258º. A Vigilância Epidemiológica, exercerá ação de investigação e promoverá ações e intervenções pertinentes ao cumprimento do que dispõe esta Lei, podendo adotar uma ou mais das seguintes medidas:

I - notificação compulsória de casos;

II - investigação epidemiológica de casos, surtos e epidemias;

III - vacinação obrigatória;

IV - quimioprofilaxia;

V - isolamento domiciliário e/ou hospitalar;

VI - quarentena;

VII - desinfecção e desinfestação;

VIII - saneamento e higienização;

IX - assistência médico-hospitalar.

Art. 259º. São de notificação compulsória, positiva ou negativa, ao Sistema Único de Saúde, os casos suspeitos ou confirmados de:

I - doença que possa requerer medida de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional;

II - doenças e agravos à saúde relacionados pelo Ministério da Saúde;

III - doença constante de relação elaborada pela Secretaria de Estado da Saúde, atualizada periodicamente, observada a legislação federal.

Parágrafo único. É facultado à direção municipal do SUS a indicação de outras doenças e agravos à saúde na relação das doenças de notificação

compulsória na sua área de abrangência, quando a situação epidemiológica assim o justificar, obedecidas as legislações federal ou estadual.

Art. 260º. É obrigatória à notificação à autoridade sanitária local, na seguinte ordem de prioridade, por:

I - médico que for chamado para prestar cuidados ao doente, mesmo que não assume a direção do tratamento;

II - responsável por hospital ou estabelecimento congênere, organização para-hospitalar e instituição médico-social de qualquer natureza;

III - responsável por laboratório que execute exame microbiológico, sorológico, anatomopatológico ou radiológico;

IV - farmacêutico, farmacêutico-bioquímico, veterinário, dentista, enfermeiro e pessoa que exerça profissão afim;

V - responsável por estabelecimento profissional de ensino, creche, local de trabalho ou habitação coletiva em que se encontre o doente;

VI - responsável pelo serviço de verificação de óbitos e instituto médico-legal;

VII - responsável pelo automóvel, caminhão, ônibus, trem, avião, embarcação ou qualquer outro meio de transporte em que se encontre o doente.

§ 1°. O Cartório de Registro Civil que registrar óbito por moléstia transmissível ou de notificação compulsória comunicará o fato, dentro de vinte e quatro (24) horas, à autoridade sanitária local, que verificará se o caso foi notificado nos termos desta lei e a Vigilância Epidemiológica competente adotará as medidas referentes à investigação epidemiológica.

§ 2°. A notificação efetuada à autoridade sanitária local de qualquer das doenças e agravos de notificação compulsória, deve ser feita o mais precocemente possível, pessoalmente, por telefone ou por qualquer outro meio rápido disponível, à autoridade sanitária municipal.

Art. 261º.A inclusão de doença ou agravo à saúde no elenco das doenças de notificação compulsória, os procedimentos, formulários e fluxos de informações necessários a esse fim, bem como as instruções sobre o processo de investigação epidemiológica em cada doença constarão de Normas Técnicas Especiais.

Art. 262º. Recebida a notificação, a autoridade sanitária procederá, na população sob risco, à investigação epidemiológica pertinente para a elucidação do diagnóstico e avaliação do comportamento da doença ou agravo à saúde.

§ 1°. A autoridade sanitária poderá, sempre que julgar oportuna, visando à proteção da saúde pública, exigir e executar investigação, inquérito e levantamento epidemiológico junto de indivíduos e de grupos populacionais determinados.

§ 2°. Quando houver indicação e conveniência, a autoridade sanitária poderá exigir a coleta de material para exames complementares, mediante justificativa escrita.

Art. 263º. Em decorrência dos resultados, parciais ou finais, de investigação, inquérito ou levantamento epidemiológicos de que trata o artigo anterior, fica a autoridade sanitária obrigada a adotar, prontamente, as medidas para o controle de doenças, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente.

Art. 264º. A notificação compulsória de casos de doenças e agravos deve ter caráter sigiloso, obrigando-se a autoridade sanitária e os notificantes a mantê-lo.

§ 1°. Quando se tratar de pacientes portadores de doenças de notificação compulsória, com SIDA /AIDS ou outras características similares, detectadas no âmbito médico – hospitalar – laboratorial ou na própria comunidade, além do disposto no parágrafo anterior, sua identificação se restringirá, exclusivamente, aos profissionais diretamente ligados à sua assistência medica e às autoridades sanitárias notificadas.

§ 2°. Excepcionalmente, a identificação do paciente fora do âmbito médico-sanitário poderá ser feita em caso de grande risco à comunidade, a critério da autoridade e com conhecimento prévio do paciente ou de seu responsável, estando o ato formalmente motivado.

§ 3°. De acordo com as condições epidemiológicas ou com a incidência estatística, a Secretaria Municipal de Saúde poderá exigir a notificação de quaisquer infecções, infestações, contaminações ou agressões constantes das Normas Técnicas Especiais, em indivíduos que estejam eliminando o agente etiológico ou seu derivado para o meio ambiente, ou recebendo agressões ambientais, mesmo que não apresente no momento, sintomatologia clinica alguma.

§ 4º. Incluem - se na exigência referida no parágrafo anterior, as contaminações provocadas por agentes inanimados, físicos ou químicos, causados por ocorrências localizadas e/ ou emergenciais.

Art. 265º. Notificado um caso de doença transmissível, ou observados, de qualquer modo, a necessidade de uma investigação epidemiológica, compete à autoridade sanitária a adoção das demais medidas cabíveis.

Art. 266º.A Secretaria Municipal de Saúde, observando as normas e recomendações pertinentes, fará executar, no Município as vacinações de caráter obrigatório, definidas no Programa Nacional de Imunização, coordenando, controlando, supervisionando e avaliando o desenvolvimento das ações correspondentes.

Art. 267º. Para efeitos deste código entende-se por vacinas de caráter obrigatório, aquelas que devem ser ministradas sistematicamente, a todos os indivíduos de um determinado grupo etário ou à população em geral.

Art. 268º. Para efeitos deste código entende-se por vacinação básica, o número de doses de uma vacina, a intervalos adequados, necessários para que o indivíduo possa ser considerado imunizado, conforme Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde.

Art. 269º As vacinações obrigatórias serão praticadas de modo sistemático e gratuito pelos órgãos e pelas entidades públicas, bem como pelas entidades privadas subvencionadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 270º. As vacinações obrigatórias e seus respectivos atestados serão gratuitos, inclusive quando executados por profissionais em suas clinicas ou consultórios, ou estabelecimentos privados de prestação de serviços de saúde.

Art. 271º.O cumprimento da obrigatoriedade da vacinação será comprovado através de documento de vacinação, conforme legislação vigente.

Art. 272º.A execução da vacinação obrigatória será da responsabilidade imediata da Rede de Serviços da Saúde, composta por Centros de Vacinação, que integram determinados estabelecimentos de saúde referidos pela Secretaria de Saúde competente, cada um com atuação junto á população residente ou em transito, em áreas geográficas ou contíguas, de modo a assegurar uma cobertura integral.

Parágrafo único. Só será dispensado da vacinação obrigatória, a pessoa que apresentar atestado médico de contra indicação explícita da aplicação da vacina.

Art. 273º. O (A) Prefeito (a) Municipal, por proposta da Secretaria de Saúde competente, ouvido o Ministério da Saúde, poderá sugerir medidas legislativas complementares, visando ao cumprimento das vacinações obrigatórias por parte da população de seu território.

Parágrafo único. A vacinação básica será iniciada na idade mais adequada, devendo ser seguida de doses de reforço nas épocas indicadas, a fim de assegurar a manutenção da imunidade conferida.

Art. 274º.A matrícula nas escolas de ensino fundamental, privadas ou públicas municipais, dependerá da apresentação de comprovante de vacinação promovida pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. Compete ainda, à Direção da Escola o encaminhamento do aluno e seus pais ou responsáveis à Unidade de Saúde mais próxima, caso não apresentem na ocasião da matrícula, o comprovante de vacinação.

§ 2º. A Secretaria de Saúde e suas Unidades descentralizadas promoverão a vacinação e expedição do respectivo certificado.

§ 3º. Não havendo condição de promover de imediato a vacinação, o aluno será matriculado com ressalva, devendo retornar ao órgão da Secretaria de Saúde para posterior cumprimento da determinação contida neste artigo.

CAPÍTULO VII

DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 275º. Para efeito dessa Lei considera-se Saúde do Trabalhador o conjunto de medidas que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde, através de atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, visando à redução da morbi-mortalidade, advindas do ambiente do trabalho.

§ 1°. As atividades de prevenção referidas no *caput* deste artigo devem observar o nexo causal.

§ 2°. As atividades de vigilância abrangerão medidas que identifiquem e controlem os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicas, de acidentes e organizacionais entre outros.

Art. 276º.A Saúde do Trabalhador deverá ser resguardada nas relações sociais que se estabelecem entre o capital e o trabalho, no processo de produção, pressuposta a garantia da sua integridade e da sua higidez física e mental.

Parágrafo único. Entende-se por processo de produção a relação que se estabelece entre o capital e o trabalho, englobando os aspectos econômicos, organizacionais e ambientais na produção de bens e serviços.

Art. 277º. Dentre outras obrigações no âmbito da Saúde Pública, relativamente à Saúde do Trabalhador, incumbe ao Sistema Único de Saúde a normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição, destinação final de resíduos e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e equipamentos no processo de trabalho, que será regulamentada através de normas técnicas específicas.

Art. 278º. Cabe ao Sistema Único de Saúde:

I. estimular, apoiar e desenvolver pesquisas sobre a saúde nos ambientes de trabalho, avaliar o impacto que as tecnologias provocam na saúde do trabalhador e estabelecer medidas de controle.

II. promover a capacitação de recursos humanos para atuar na área de Saúde do Trabalhador.

III. a revisão periódica da legislação pertinente à defesa da saúde do trabalhador e a atualização permanente na lista oficial de doenças originadas no processo de trabalho.

IV. utilizar instrumentos de informação e comunicação regulamentadas por Normas Técnicas Especiais ou Portarias, referentes à questão.

Art. 279º.A vigilância sanitária, no âmbito da Saúde do Trabalhador, será realizada em estabelecimentos, empresas e locais de trabalho, pela autoridade sanitária competente, que exercerá a fiscalização abrangendo, dentre outros:

I - condições sanitárias, ambientais e os riscos operacionais dos locais de trabalho;

II - condições de saúde dos trabalhadores;

III - condições relativas aos dispositivos de proteção coletiva e/ou individual;

IV - impacto da organização do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores.

Art. 280º. Conforme estabelecido na legislação vigente cabe ao empregador ou ao seu representante legal:

I - planejar e manter as condições e a organização do trabalho, adequadas às condições psicofísicas dos trabalhadores, executando medidas preventivas quanto aos aspectos de salubridade e periculosidade;

II - permitir e facilitar o acesso das autoridades sanitárias aos locais de trabalho a qualquer dia e horário, fornecendo as informações e dados solicitados;

III - em caso de risco conhecido, dar ampla e constante informação aos trabalhadores;

IV - em caso de risco não conhecido, arcar com os custos de estudos e pesquisas que visem esclarecê-los;

V - uma vez detectado o risco, seja físico, químico, biológico, operacional ou proveniente da organização do trabalho, comunicar aos trabalhadores e implementar a correção dos mesmos;

VI - estabelecer e cumprir programas de treinamento de pessoal, especialmente em áreas insalubres e perigosas;

VII - implantar e programar o Programa de Controle Médico e Saúde Operacional - P.C.M.S.O.;

VIII - fornecer equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, quando for impossível a adoção de medidas de proteção coletiva ou a eliminação dos riscos;

IX - exigir do trabalhador o uso de equipamento de proteção individual acima mencionado;

X- criar e manter em funcionamento a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;

XI - criar e manter os Serviços e Medicina do Trabalho, de acordo com o grau de risco da empresa;

XII - obedecer aos requisitos técnicos contidos na legislação em vigor, relativos a edificações, iluminação, conforto térmico e instalações elétricas necessários à segurança dos trabalhadores;

XIII - obedecer a normas técnicas, contidas na legislação em vigor, relativas ao manuseio, armazenagem de materiais bem como ao uso e manutenção de máquinas e equipamentos.

Art. 281º. Cabe à autoridade sanitária:

I - estabelecer parcerias com instituições das áreas afins, para acompanhamento do processo de fiscalização, sempre que se fizer necessário;

II - determinar correções nos ambientes de trabalho e, quando necessário, tomar medidas para seu cumprimento, observando os seguintes níveis de prioridade:

a) Eliminação de fonte de risco;

b) Medida de controle diretamente na fonte;

c) Medida de controle no ambiente de trabalho;

d) Os equipamentos de proteção individual - EPIs, serão admitidos caso a eliminação ou controle da fonte de risco não se satisfaça dentro do prazo estabelecido no cronograma de implantação das medidas de proteção coletiva, ou nas condições em que o uso dos mesmos seja insubstituível.

IV - adotar como instrumento operacional as legislações referentes à Saúde do Trabalhador e fiscalizar o cumprimento das mesmas, juntamente com os demais órgãos responsáveis pela segurança do trabalhador;

V - adotar normas, preceitos e recomendações dos organismos internacionais do trabalho, na ausência de Normas Técnicas Nacionais e específicas.

Art. 282º. Será facultado ao representante legal dos trabalhadores o acompanhamento no processo de fiscalização.

CAPITULO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADE

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 283º. Considera-se infração sanitária, para os fins desta lei, a desobediência ou inobservância ao disposto em normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem a preservar a saúde.

Art. 284º. Responde pela infração quem por ação ou omissão lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Parágrafo único. Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis que vierem a determinar avaria deterioração ou alteração de locais, produtos ou bens de interesse à saúde pública.

Art. 285º. Proceder-se-á a intervenção administrativa sempre que for constatado risco iminente para a saúde pública e as circunstâncias de fato desaconselharem o cancelamento do Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário ou a interdição do estabelecimento.

§ 1°. Os recursos públicos que venham a ser aplicados em um serviço privado durante a intervenção devem ser cobrados dos proprietários em dinheiro ou em prestação de serviços ao SUS.

§ 2°.A duração da intervenção deve ser aquela julgada necessária pela autoridade sanitária para que cesse o risco aludido no *caput* deste artigo, não podendo exceder o período de 180 dias**.**

§ 3°. A intervenção e a nomeação do interventor serão realizadas mediante decreto, não sendo permitida a nomeação do então dirigente, sócios ou responsáveis técnicos, seus cônjuges e parentes até segundo grau.

Art. 286º. Sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativa, com as seguintes penalidades:

I - advertências;

II - pena educativa;

III - apreensão de produto, equipamento, utensílio ou recipiente;

IV - interdição de produto, equipamento, utensílio ou recipiente;

V - inutilização de produto, equipamento, utensílio ou recipiente;

VI - suspensão da venda ou fabricação de produto;

VII - cancelamento de registro de produto;

VIII - interdição, total ou parcial, do estabelecimento, atividade, equipamento e/ ou produto;

IX - cancelamento da Licença Sanitária Municipal- Alvará Sanitário;

X - imposição de contrapropaganda;

XI - proibição de propaganda;

XII - imposição de mensagens retificadoras;

XIII - suspensão de propaganda e publicidade;

XIV - multa.

§ 1°. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade sanitária competente.

§ 2°. A aplicação das penalidades de cancelamento de registro de produto, cassação de autorização de funcionamento e da autorização especial será solicitada ao órgão competente, quando for o caso.

Art. 287º. A pena de interdição, total ou parcial, do estabelecimento, produto ou equipamento será aplicada quando for constatado indício de infração sanitária em que haja risco ou danos à saúde e perdurará até que sejam sanadas as irregularidades.

Parágrafo único. A interdição perdurará até que sejam sanadas as irregularidades objeto da ação fiscalizadora.

Art. 288º.A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo e será recolhida à conta do Fundo Municipal de Serviços Sanitários.

Parágrafo único. A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias fixadas em UPFM ou outras unidades de referência que venha substituí-la:

I - nas infrações leves: 01 a 50 UPFM;

II - nas infrações graves: 51 a 300 UPFM;

III - nas infrações gravíssimas: 301 a 2.000 UPFM.

Art. 289º. A pena de suspensão temporária ou definitiva de responsabilidade técnica, dos profissionais legalmente habilitados, será solicitada ao conselho das profissões, para os profissionais que no exercício de suas atribuições, incorrerem imperícia, imprudência ou negligência e estes atos gerarem risco à saúde individual ou coletiva, ou comprometer de modo irreversível a proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde da população.

Art. 290º.A pena de contrapropaganda será imposta quando da ocorrência de publicidade enganosa ou abusiva, cujo resultado possa constituir risco ou ofensa à saúde.

Art. 291º. A pena de advertência será aplicada, observado o devido processo administrativo.

Art. 292º. A pena educativa consiste na:

I - divulgação, a expensas do infrator, das medidas adotadas para sanar os prejuízos provocados pela infração, com vistas a esclarecer o consumidor de produto ou o usuário de serviços;

II - reciclagem dos dirigentes técnicos e dos empregados, a expensas do estabelecimento;

III - veiculação, pelo infrator e com custas sob sua responsabilidade, das mensagens expedidas pela autoridade sanitária, acerca do objeto da penalização.

Art. 293º. A pena educativa deve estar vinculada ao objeto da infração e ao dano, bem como:

I - não pode expor as pessoas a constrangimentos;

II - guardar proporcionalidade entre a pena e o dano;

III - não pode incorrer em custos financeiros ao infrator, salvo na veiculação de mensagens necessárias para esclarecimentos ou correção do dano, e ainda da reciclagem.

Art. 294º. As penas de apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação cancelamento, do registro do produto ou equipamento serão aplicadas sempre que se mostrem necessárias para evitar risco ou danos à saúde.

Art. 295º. Para imposição de pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator, quanto às normas sanitárias;

IV - a localidade e a região onde ocorrer a infração;

V - a capacidade econômica do infrator.

Art. 296º. As infrações sanitárias classificam-se em:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aquelas em que seja verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais situações agravantes.

Art. 297º. São circunstâncias atenuantes:

I - não ter sido a ação do infrator fundamental para a ocorrência do evento;

II - procurar o infrator, imediatamente, por espontânea vontade, reparar ou minorar as conseqüências do ato lesivo à saúde pública que lhe foi imputado;

III - ser, o infrator, primário na prática de ilícito de natureza sanitária;

Art. 298º. São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente o infrator na prática de ato lesivo à saúde pública;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de qualquer produto em desacordo com o disposto na legislação sanitária;

III - coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração conseqüências calamitosas para a saúde pública;

V - deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé.

§ 1°. A reincidência torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a infração caracterizada como gravíssima, ou nos casos especificados nesta lei, determina o cancelamento da autorização de funcionamento das empresas.

§ 2°. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes ou agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão da que sejam preponderantes.

§ 3°. A infração de normas legais sobre o controle de infecção hospitalar será considerada de natureza grave.

Art. 299º. Quando o infrator for integrante da administração pública, direta ou indireta, a autoridade sanitária notificará o superior imediato do infrator e, se não forem tomadas as providências para a cessação da infração no prazo estipulado, a autoridade sanitária comunicará o fato ao Ministério Público, com cópia do processo administrativo instaurado para apuração do ocorrido.

Parágrafo único. As infrações sanitárias que também configurarem ilícitos penais serão comunicadas à autoridade policial e ao Ministério Público.

Art. 300º. A autoridade sanitária competente, após constatar a infração e aplicar a sanção cabível através de processo administrativo, comunicará, formalmente, ao conselho de classe correspondente, a ocorrência do fato.

Art. 301º. As infrações das disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

§ 1°. A prescrição se interrompe pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a apuração da infração e conseqüente imposição da pena.

§ 2°. Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Seção II

DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 302º. Considera-se infração sanitária para os fins desta lei, a desobediência ou inobservância ao disposto nas normas legais regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem a preservar a saúde.

Art. 303º. Os fornecedores de produtos e serviços de interesse da saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo.

Art.304º. São infrações sanitárias:

I - construir, instalar ou fazer funcionar hospital, posto ou casa de saúde, clínica em geral, casa de repouso, serviço ou unidade de saúde, estabelecimento ou organização afim, que se dedique à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença de órgão sanitário competente, ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

II - construir, instalar, empreender ou fazer funcionar, atividade ou estabelecimento sujeito a fiscalização sanitária como laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização do Órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.

Pena: advertência, suspensão, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

III - instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, bancos de sangue, de leite humano, de olhos, e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termais, climatéricas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios de análises clínicas e patológicas, oficinas e serviços de óticas, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena: advertência, intervenção, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa;

IV - fazer funcionar, sem assistência de responsável técnico legalmente habilitado, os estabelecimentos onde são produzidos, transformados, comercializados, armazenados, manipulados, analisados, preparados, extraídos, purificados, fracionados, embalados, reembalados, importados, exportados ou expedidos produtos de interesse à saúde.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

V - instalar ou fazer funcionar estabelecimentos de comercio de alimentos em geral sem licença do Órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: advertência, intervenção, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa;

VI - instalar ou fazer funcionar Drogarias e farmácias de manipulação sem licença do Órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: advertência, intervenção, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa;

VII - instalar ou fazer funcionar estabelecimentos diversos de interesse à saúde sem licença do Órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: advertência, intervenção, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa

VIII - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir,

transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual sem registro, licença ou autorizações do Órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, cancelamento do registro do produto, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto,interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

IX - deixar de resgatar a Licença Sanitária Municipal- Alvará Sanitário quando a mesmo estiver disponível no Serviço de Vigilância Sanitária Municipal.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal- Alvará Sanitário e/ou multa.

X - reciclar resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XI - deixar de notificar doença ou outro agravo à saúde, quando tiver o dever legal de fazê-lo.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XII - deixar de notificar epidemia de qualquer doença ou outro agravo à saúde mesmo que não sejam de notificação obrigatória.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XIII - deixar de preencher, clara e corretamente, a declaração de óbito segundo as normas da classificação Internacional de Doenças e/ou recusar esclarecer ou completar a declaração de óbito, quando a isso solicitado pela autoridade sanitária.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XIV - deixar de preencher, clara e corretamente, e/ou reter a declaração de nascido vivo, não enviando a ao serviço de saúde competente.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XV - cobrar, ou autorizar que terceiros cobrem, dos beneficiários do SUS, relativamente aos recursos e serviços utilizados em seu atendimento.

Pena: advertência e/ou multa.

XVI - fraudar, falsificar ou adulterar produto sujeito ao controle sanitário.

Pena - advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da Licença Sanitária - Alvará Sanitário e/ou multa.

XVII - instalar ou fazer funcionar, sem licença sanitária emitida pelo órgão sanitário competente, estabelecimento industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Pena: advertência, interdição e/ou multa.

XVIII - impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados nocivos pelas autoridades sanitárias.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XIX - reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se a execução de medidas sanitárias que visem a prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, a preservação e á manutenção da saúde.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XX - opor-se a exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias.

Pena: pena educativa e/ou multa.

XXI - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções.

Pena: pena educativa e/ou multa.

XXII - desobedecer, desrespeitar ou desacatar a autoridade sanitária competente no exercício de suas funções.

Pena: pena educativa e/ou multa.

XXIII - omitir informações referentes a riscos conhecidos à saúde.

Pena: pena educativa e/ou multa.

XXIV - deixar de observar as normas de biossegurança e controle de infecções hospitalares e ambulatoriais estipuladas na legislação sanitária vigente.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXV - importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produto sujeito ao controle sanitário que esteja deteriorado, alterado, adulterado, fraudado, avariado, falsificado, com o prazo de validade expirado, ou aporlhe nova data de validade, sem data de validade ou data de fabricação.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXVI - comercializar ou armazenar com finalidade de venda, produtos sujeitos ao controle sanitário destinado exclusivamente à distribuição gratuita.

Pena: advertência, apreensão do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXVII - expor à venda, manter em depósito ou transportar produto sujeito ao controle sanitário, que exija cuidados especiais de conservação, sem a observância das cautelas e das condições necessárias a sua preservação.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXVIII - fazer propaganda de serviço ou produto sujeito ao controle sanitário em desacordo com a legislação sanitária.

Pena: advertência, proibição e/ou suspensão de propaganda ou publicidade, contrapropaganda, suspensão de venda ou fabricação do produto, imposição de mensagem retificadora e/ou multa.

XXIX - prescrever e/ou aviar receita médica, odontológica ou veterinária em desacordo com prescrição ou determinação expressa em lei ou normas regulamentares.

Pena: advertência, pena educativa, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXX - deixar de fornecer à autoridade sanitária dados de interesse à saúde, sobre serviços, matérias primas, substâncias utilizadas, processos produtivos e produtos e subprodutos utilizados.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, proibição de propaganda e/ou multa.

XXXI - contrariar normas legais com relação ao controle da poluição e contaminação no ar, do solo e da água, bem como da poluição sonora com evidências de prejuízo à saúde pública.

Pena: advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

XXXII - reaproveitar vasilhame de quaisquer produtos nocivos à saúde para embalagem e venda de alimentos, bebidas, medicamentos, drogas, substâncias, produtos de higiene, produtos dietéticos, cosméticos ou perfumes.

Pena: apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXXIII- manter, em estabelecimento sujeito a controle e fiscalização sanitária, animal doméstico que coloque em risco a sanidade de alimentos e outros produtos de interesse à saúde, ou que comprometa a higiene do local.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXXIV - comercializar ou utilizar placentas, órgãos, glândulas ou hormônios humanos, contrariando as normas legais.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXXV - fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXXVI - coletar, processar, utilizar e/ou comercializar de sangue e hemoderivados ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, em desacordo com as normas legais.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XXXVII - impedir o sacrifício de animal considerado perigoso para a saúde pública.

Pena: advertência e/ou multa.

XXXVIII - manter condição de trabalho que cause danos à saúde do trabalhador.

Pena: advertência, interdição e/ou multa.

XXXIX - construir obras sem os padrões de segurança e higiene indispensáveis à saúde do trabalhador.

Pena: advertência, interdição e/ou multa.

XL - adotar, na área de saneamento básico ou ambiental, procedimento que cause danos à saúde pública.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XLI - distribuir água que não atenda a padrões de portabilidade vigentes, ou sem controle de qualidade, ou sem divulgação adequada de informações sobre a mesma ao consumidor.

Pena: advertência, interdição, contrapropaganda e/ou multa.

XLII - executar toda e qualquer etapa do processo produtivo, inclusive transporte e utilização de produto ou resíduo perigoso, tóxico ou explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiação ionizante, entre outros, contrariando a legislação sanitária vigente.

Pena: advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do produto, interdição, suspensão de venda, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XLIII - deixar de observar às condições higiênico-sanitárias na manipulação de produtos de interesse a saúde, quanto ao estabelecimento, aos equipamentos, utensílios e funcionários.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XLIV - rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena: advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XLV - transgredir qualquer norma legal ou regulamentar destinada à promoção, proteção e recuperação da saúde, inclusive as referidas na presente Lei.

Pena: advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XLVI - dispensar medicamentos, através de via postal, sem autorização da autoridade sanitária competente.

Pena: advertência, apreensão do produto, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, interdição e/ou multa.

XLVII - exercer e/ou permitir o exercício de encargos relacionados com a promoção e recuperação da saúde por pessoas sem a necessária habilitação legal.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

XLVIII - não adotar medidas preventivas de controle ou favorecer as condições para proliferação de vetores de interesse à saúde pública.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XLIX - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

L - descumprimento de normas legais e regulamentares em vigência, que asseguram condições sanitárias e visam o bem da saúde pública.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LI - alterar o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nome e demais elementos objetos do registro, sem a necessária autorização do Órgão sanitário competente.

Pena: interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LII - industrializar produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, conforme determinação de normas especificas.

Pena: advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LIII- comercializar produtos que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação.

Pena: advertência, pena educativa, apreensão do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LIV- fornecer produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança do indivíduo, meio ambiente ou da coletividade, sem informação adequada a respeito de sua nocividade ou periculosidade.

Pena: advertência, apreensão do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, transportar ou utilizar produto ou resíduo perigoso, tóxico, explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiações ionizantes, entre outros, contrariando a legislação em vigor.

Pena: advertência, apreensão e/ou inutilização produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LVI - proceder ao armazenamento, transporte e destinação final de resíduos de forma inadequada, que ofereça riscos à saúde e/ou meio ambiente.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LVII - inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente sua posse.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

LVIII – instalar e fazer funcionar estabelecimentos de saúde sem a aprovação do projeto arquitetônico junto a Vigilância Sanitária, de forma a atender o que preconiza a Legislação vigente.

Pena: advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

LIX - exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal junto aos conselhos de profissões.

Pena: advertência, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LX- proceder à destinação e utilização de cadáveres contrariando as normas sanitárias pertinentes.

Pena: interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LXI – instalar e fazer funcionar funerárias e estabelecimento de somatoconservação contrariando as normas e legislações vigentes.

Pena: advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

LXII - produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar produtos de interesse da saúde, sem os padrões de identidade, qualidade e segurança.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LXIII - fraudar, falsificar, adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos.

Pena: suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LXIV - fabricar, transportar, armazenar, expor ao consumo e comercializar produtos que contiverem germes patogênicos ou substâncias prejudiciais ã saúde, que estiverem deteriorados ou alterados e/ou que contiverem aditivos proibidos ou perigosos.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário e/ou multa.

LXV- deixar de implantar permanente programação de controle de infecção nos estabelecimentos de serviço de saúde, nos quais seja obrigatório programa de controle de infecção.

Pena: advertência, pena educativa, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal -

Alvará Sanitário e/ou multa.

LXVI - manter criação de animal em zona urbana contrariando determinação da fiscalização sanitária.

Pena: advertência, pena educativa, apreensão e/ou multa.

LXVII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação, por pessoas física ou jurídica, de matérias-primas ou produtos sob Vigilância Sanitária.

Pena: advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LXVIII - proceder a mudança de estabelecimento de armazenagem de produto importado sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente.

Pena: advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LXIX - proceder a comercialização de produto importado sob interdição.

Pena: advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LXX - deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sob Vigilância Sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos sob interdição ou aguardando inspeção física.

Pena: advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da Licença Sanitária Municipal - Alvará Sanitário, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LXXI - permitir a proliferação do mosquito Aedes aegypti, por manter criadouros em área residencial e ou comercial, na zona rural ou urbana.

Pena: multa

CAPÍTULO IX

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 305º. As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura de auto de infração, observando os rito e prazo estabelecidos nesta Lei.

Art. 306º. As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo sanitário, sendo que as instâncias julgadoras do processo administrativo serão assim definidas:

1ª instância: Secretária (o) Municipal de Saúde

2ª instância: Secretária (o) Municipal de Finanças

3ª instância: Prefeita (o) municipal

Art. 307º.O responsável para a juntada da documentação e formalização do processo administrativo sanitário e dos ritos processuais será designado pela Prefeita (o), através de portaria.

Seção II

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 308º. O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade sanitária que a houver constatado, devendo conter:

I - nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil;

II - local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;

III - descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V - ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI - assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas, e do autuante;

VII - prazo legal para interposição de recurso, quando cabível.

Art. 309º.O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§1º. Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação no corpo da notificação e deverá coletar assinatura de uma testemunha.

§ 2º. O edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na imprensa oficial ou em jornal local, considerando-se efetivada a notificação 5 (cinco) dias após a publicação.

Parágrafo único. O fiscal sanitário é responsável pelas declarações que fizer no auto de infração, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 310º. Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser cientificado do auto de infração por meio de carta registrada ou por edital.

Art. 311º. Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de 30 (trinta) dias para o seu cumprimento, observado o disposto no § 2º do Art. 309º, ou ainda poderá ser emitido Relatório Técnico de Inspeção Sanitária, elencando as irregularidades e estabelecendo os prazos para as correções.

Parágrafo único. O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

Art. 312º.A desobediência à determinação contida no edital a que se alude no Art.309 º desta Lei, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 313º.O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, bem como o embargo oposto a qualquer ato de fiscalização de leis ou atos regulamentares em matéria de saúde, sujeitarão o infrator à penalidade de multa.

Art. 314º. As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que for notificado, implicando na desistência tácita de defesa ou recurso.

Seção III

DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 315º. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua notificação.

§ 1º. Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá o prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º. Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado,

Art. 316º. Nos casos em que a infração exigir a ação pronta da autoridade sanitária para proteção da saúde pública, as penalidades de apreensão, de interdição e de inutilização deverão ser aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.

Art. 317º. O auto de imposição de penalidade cautelar conterá:

I - o nome da pessoa física e/ou jurídica e seu endereço;

II - o número e a data do auto de infração respectivo;

III - o ato ou fato constitutivo da infração;

IV - a disposição legal ou regulamentar infringida;

V - a penalidade imposta e seu fundamento legal;

VI - a assinatura da autoridade autuante;

VII - a assinatura do autuado, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas.

Parágrafo único. Na impossibilidade de efetivação da providência a que se refere o inciso VII deste artigo, o autuado será notificado via postal ou pelo correio ou por edital na imprensa oficial e ou jornal de grande circulação.

Seção IV

DA ANÁLISE FISCAL

Art. 318º. A apuração do ilícito, em se tratando de produto ou substância sujeitos ao controle sanitário, far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

§1º. A apreensão de amostras do produto para efeito de análise fiscal ou de controle, não será obrigatoriamente acompanhada de interdição do produto.

§2º. Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os casos em que sejam flagrantes os indícios de alteração ou adulteração do produto, hipótese em que a interdição terá caráter preventivo ou de medida cautelar.

§ 3º. A interdição do produto será obrigatória quando resultarem provadas, em análises laboratoriais ou no exame de processos, ações fraudulentas que impliquem em falsificação ou adulteração.

§4º. A interdição do produto, armário, local de guarda e ou do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas pela autoridade sanitária.

§ 5º. O produto, armário, local de guarda e ou estabelecimento somente poderá ser desinterditado pela autoridade sanitária, que deverá emitir despacho para que o fiscal sanitário cumpra a determinação de realizar a desinterdição.

§ 6º. Para a desinterdição do produto, armário, local de guarda e ou estabelecimento, será lavrado termo de desinterdição pelo fiscal sanitário e este será apensado ao processo administrativo sanitário.

Art. 319º. Na hipótese de interdição do produto, prevista no § 2º do Art. 318º, a autoridade sanitária lavrará o termo respectivo, cuja 1ª via será entregue, juntamente com o auto de infração, ao infrator ou ao seu representante legal, obedecidos os mesmos requisitos daquele, quanto à aposição do ciente.

Art. 320º. Se a interdição for imposta como resultado de laudo laboratorial, a autoridade sanitária competente fará constar do processo o despacho

respectivo e lavrará o termo de interdição, inclusive, do estabelecimento, quando for o caso.

Art. 321º.O termo de apreensão e de interdição especificará a natureza, quantidade, nome e/ou marca, tipo, procedência, nome e endereço da empresa e do detentor do produto.

Art. 322º. A apreensão do produto ou substância para análise fiscal, consistirá na colheita de amostra representativa do estoque existente, a qual, dividida em três partes, será tornada inviolável, para que se assegurem as características de conservação e autenticidade, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova, e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial, para realização das análises indispensáveis.

§1º. Se a sua quantidade ou natureza não permitir a colheita de amostras, o produto ou substância será encaminhado ao laboratório oficial, para realização da análise fiscal, na presença do seu detentor ou do representante legal da empresa e do perito pela mesma indicado.

§2º. Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, se ausentes as pessoas mencionadas, serão convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

§3º. Será lavrado laudo minucioso e conclusivo da análise fiscal, o qual será arquivado no laboratório oficial, e extraídas cópias, uma para integrar o processo e as demais para serem entregues ao detentor ou responsável pelo produto ou substância e à empresa fabricante.

§4º. O infrator, discordando do resultado condenatório da análise, poderá, em separado ou juntamente com o pedido de revisão da decisão recorrida, requerer perícia de contra prova, apresentando a amostra em seu poder e indicando seu próprio perito.

§5º. Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja 1ª via integrará o processo, e conterá todos os quesitos formulados pelos peritos.

§6º. A perícia de contraprova não será efetuada se houver indícios de violação da amostra em poder do infrator e, nessa hipótese, prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.

§7º. Aplicar-se-á na perícia de contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal condenatória, salvo se houver concordância dos peritos quanto à adoção de outro.

§8º. A discordância entre os resultados da análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova ensejará recurso à autoridade superior no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinará novo exame pericial, a ser realizado na segunda amostra em poder do laboratório oficial.

Art. 323º. Não sendo comprovada, através da análise fiscal, ou da perícia de contraprova, a infração objeto da apuração, e sendo considerado o produto próprio para o consumo, a autoridade competente lavrará despacho liberando-o e determinando o arquivamento do processo.

Art. 324º. Nas transgressões que independam de análises ou perícias, inclusive por desacato à autoridade sanitária, o processo obedecerá a rito sumaríssimo e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 325º. Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

Parágrafo único. Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, dentro da esfera governamental sob cuja jurisdição se haja instaurado o processo, no prazo de 20 (vinte) dias de sua ciência ou publicação.

Art. 326º. Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

Seção V

DOS RECURSOS

Art. 327º. Os recursos interpostos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto no Art.311º.

Parágrafo único. O recurso previsto no § 8 do Art.322º será decidido no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 328º. Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à conta do Fundo Municipal de Serviços Sanitários**.**

§ 1º. A notificação será feita mediante registro postal, ou por meio de edital publicado na imprensa oficial, se não localizado o infrator.

§ 2º. O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.

Art. 329º. Decorrido o prazo mencionado no parágrafo único do Art. 325º, sem que seja recorrida a decisão condenatória, ou requerida à perícia de contraprova, o laudo de análise condenatório será considerado definitivo e o processo, desde que não instaurado pelo órgão de vigilância sanitária municipal, ser-lhe-á transmitido para ser declarado o cancelamento do registro e determinada a apreensão e inutilização do produto, em todo o município a, independentemente de outras penalidades cabíveis, quando for o caso.

Art. 330º. A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos somente ocorrerão após a publicação, na imprensa oficial, de decisão irrecorrível.

Seção VI

DA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 331º. No caso de condenação definitiva do produto cuja alteração, adulteração ou falsificação não impliquem em torná-lo impróprio para o uso ou consumo, poderá a autoridade sanitária, ao proferir a decisão, destinar a sua distribuição a estabelecimentos assistenciais, de preferência oficiais, quando esse aproveitamento for viável em programas de saúde.

Art. 332º. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa, ou apreciados os recursos, a autoridade sanitária proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, após a publicação desta última na imprensa oficial e da adoção das medidas impostas.

Art. 333º. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

§ 1º. A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição de pena.

§ 2º. Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

CAPÍTULO X

Seção I

DAS TAXAS

Art. 334º. As taxas cobradas pela Vigilância Sanitária são para atender despesas do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Art. 335º. O contribuinte de taxa é pessoa natural e/ou jurídica que desenvolva atividades que sejam objeto da ação de Vigilância Sanitária.

Seção II

DAS TAXAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 336º. Ficam instituídas as Taxas de Serviços de Vigilância Sanitária para o requerimento dos seguintes documentos:

I – licença sanitária municipal – Alvará Sanitário;

II – vistoria e/ou Inspeção Técnica;

III – aprovação de Projeto Arquitetônico;

IV – certificado de Vistoria de caminhões, utilitários, motos ou quaisquer veículos utilizados para transporte de alimentos, produtos de interesse da saúde, pessoas ou equipamentos;

V – 2ª via de documento, inclusive de Licença Sanitária Municipal – Alvará Sanitário por alteração de qualquer dado.

Art. 337º. A Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária tem como fato gerador o poder de polícia exercido por meio da execução das atividades de Vigilância Sanitária ao ser solicitado os documentos descritos no Art. 336º desta Lei.

Art. 338º. São contribuintes da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária, toda pessoa física ou jurídica que desenvolva qualquer atividade de interesse sanitário, já descrita na presente Lei.

Art. 339º. Ficam isentos do recolhimento da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária:

I – a União, o Estado, as autarquias, as fundações, as secretarias públicas municipais e órgãos públicos municipais;

II – as instituições beneficentes, com personalidade jurídica, que se dediquem exclusivamente às atividades assistenciais, sem fins lucrativos, mediante apresentação do correspondente título de filantropia atualizado.

Art. 340º. A Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária é emitida pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, sempre que solicitado os itens descritos nos incisos do Art. 339º desta Lei, conforme a natureza e condição da atividade a ser desempenhada pelo contribuinte.

Art. 341º. A Taxa de Serviço de Vigilância Sanitária deve ser paga através de Guia de Arrecadação Municipal, na rede de arrecadação conveniada e anexada à documentação necessária para a solicitação dos itens descritos nos incisos do Art. 336º desta Lei.

Art. 342º. Para efeito da aplicação das medidas constantes neste Código são adotadas as seguintes definições:

I – certificado de Vistoria de Veículo: é o documento oficial concedido pela autoridade sanitária local que atesta as condições higiênico-sanitárias de veículos para transporte de produtos alimentícios, bebidas, medicamentos, substâncias químicas, pessoas e outras atividades de interesse da saúde;

II – vistoria e/ou Inspeção Técnica: consiste na investigação no local da existência ou não de fatores de risco sanitário, que podem produzir agravo à saúde individual ou coletiva e/ou ao meio ambiente, incluindo a verificação da infraestrutura física e/ou da edificação, de documentos, veículos, equipamentos e produtos;

III - parecer e/ou Relatório Técnico: é o documento emitido pela equipe técnica, expressando um juízo, contendo pronunciamento, recomendação ou opinião em relação à questão técnica específica de sua área de atuação, devendo ser registrado após as assinaturas dos técnicos através do ciente de seu superior hierárquico.

Parágrafo único. Às demais terminologias são aplicadas às definições adotadas por Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Manuais e Roteiros de Inspeção, específicos da Vigilância Sanitária, bem como por outras legislações e literaturas atinentes ao assunto ora em questão.

Art. 343º. O titular da Secretaria Municipal de Finanças se responsabilizará pelo controle e encaminhamento dos débitos tributários não pagos decorrentes das taxas previstas neste Código Sanitário, para inscrição na dívida ativa.

Art. 344º. No estabelecimento em que estiver sendo desempenhado mais de um ramo de atividade, a única taxa devida é a correspondente à sua atividade principal.

Art. 345º. Adota-se a UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município), como referência na cobrança das taxas de serviços da Vigilância Sanitária das ações descritas nas tabelas do Anexo Único ou outra a que vier a substituí-la.

Art. 346º. Toda a arrecadação proveniente das taxas de serviços de vigilância sanitária deverá ser aplicada na melhoria das condições de trabalho e aporte técnico para o desempenho das funções do fiscal sanitário, bem como em ações educativas ao setor regulado buscando a melhoria das condições sanitárias no município.

Seção III

DO PAGAMENTO DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 347º. A Taxa de Vigilância Sanitária será recolhida de acordo com os valores fixados pela tabela abaixo para a concessão ou renovação da licença sanitária municipal - Alvará Sanitário, entrando em vigor à partir de 01 de janeiro de 2017.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	**Taxa UPFM**
INSPEÇÃO SANITÁRIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE	**ALVARÁ SANITÁRIO**
Estabelecimentos de assistência médico, veterinária, odontológica geral e especializada: - até **50** leitos	639
- de **51** a **250** leitos	1292
- acima de **250** leitos	2584
Estabelecimentos de assistência médico-ambulatorial	208
Estabelecimentos da assistência médica de urgência	639
Hemoterapia: - Unidade de Coleta, Transfusão e Processamento de Sangue	1500
- Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue	862
- Agência transfusional	431
- Posto de coleta	208
Serviço de Terapia Renal Substitutiva	1500
Instituto ou clínica de fisioterapia, ortopedia, psiquiatria e psicológica	208
Instituto de clinica de nutrição	
Instituto de beleza: - com responsabilidade médica	639
Clinica de Estética	137
- barbearias, salões de beleza,pedicure (podólogo) /manicure sem responsabilidade tecnica	42
Instituto de massagem, de tatuagem, ótica e laboratórios de ótica	208
Laboratório de análises clínicas, patologia clínica, anatomia patológica, citologia, líquido céfalo-raquidiano e congêneres.	639
Laboratório ou oficina de prótese dentária	197
Posto de coleta de análises clínicas, patologia clínica, citologia, líquido céfalo-raquidiano e congêneres	431
Banco de olhos, órgãos, leite e outras secreções	431
Estabelecimentos que se destinam a práticas de esportes: - com responsabilidade médica	639
Estabelecimentos que se destinam ao transporte de pacientes	208
Clínica médico e consultório veterinário	98
Consultório odontológico	197
Demais estabelecimentos de assistência odontológico-veterinária	208
Estabelecimentos que utilizam radiação ionizante, incluídos os consultórios dentários: - serviços de medicina nuclear - *in vivo*	417
- serviços de medicina - *in vitro*	625
- equipamentos de radiologia médico-odontológica	862
- conjunto de fontes de radioterapia	862
Vistoria de veículos para transporte e atendimento de doentes: - terrestre	208
- aéreo	417
INSPEÇÃO SANITÁRIA EM OUTROS ESTABELECIMENTOS	
Casas de repouso, idosos: - com responsabilidade médica	417
- sem responsabilidade médica	208
Colheita de amostra de produto/substância	208
Inspeção de cooperação com portos, aeroportos e fronteiras	208

Demais estabelecimentos não especificados sujeitos à inspeção sanitária: - Baixa Complexidade	208
- Média Complexidade	1250
- Alta Complexidade	2584
Cadastramento dos estabelecimentos que utilizam produtos de controle especial, bem como os de insumo químicos	208
Indústria de embalagens, tintas e vernizes para fim alimentícios	208
Fabrica de gelo	82
Envasadora de água mineral e potável de mesa	625
Cozinha Industrial, empacotadora de alimento	125
Indústria de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes.	1250
Indústria de saneantes domissanitários	400
Supermercados e congêneres	125
Prestadora de serviços de esterilização	625
Distribuidora/Depósito de alimentos, bebidas e águas minerais	42
Restaurante, churrascaria, *rotisserie*, pizzaria e lanchonete	42
Padaria e confeitaria e similares	42
pastelarias, cafeterias, sorveterias e congêneres	38
Serviço de Buffet e congêneres	38
Distribuidora com retalhamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários	417
Açougue, avícola, peixaria	84
Estabelecimento de aplicação de produtos saneantes domissanitáriosdesinsetizadora e desratização	82
Mercearia e congêneres	42
Comércio de laticínio,derivado e embutidos	417
Dispensário, posto de medicamentos e ervanária	208
Distribuidora sem fracionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários.	417
Depósito fechado de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários	417
Farmácia (manipulação)	625
Drogaria e *Drogstore*	417
Comércio de ovos, bebidas, frutaria, verduras, legumes, quitanda e bar.	21
Atividades funerárias e serviços relacionadas (cremação, somato/conservação, tanatopraxia, transporte/translado e outros).	125
Cemitérios e crematórios	125
Comércio varejista de doces, bombons e de alimentos em geral, não especificados anteriormente.	42
Clubes sociais de lazer e diversão, ginástica e práticas esportivas	42
Comércio varejista de produtos saneantes, domissanitários e correlatos, cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	42
Academia de ginástica, musculação, condicionamento físico, dança, artes marciais e congêneres.	42
Aeroportos	39
Rodoviarias	120
Hotéis, Motéis, Pensões, Albergues e congêneres.	82
Estabelecimentos de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.	42
Quiosques, feirantes/feira livre, serviços de alimentos permanentes e/ou ambulantes e congêneres.	21
Eventos e congêneres médio porte	110
Eventos e congêneres grande porte	220
OUTROS	
Emissão de segunda via de documentos	21
Análise de Projetos arquitetônicos	208
Emissão de parecer técnico ou Vistoria Prévia (a taxa não será cobrada quando o serviço for solicitado para orientação na instalação de novos estabelecimentos)	42
Baixa de Responsabilidade técnica	42
CERTIFICADO DE VISTORIA POR VEÍCULO	
- de caminhões tipo baú, com gerador de frios para transporte de alimentos e transporte de pessoas.	42
- de veículos utilitários para transporte de alimentos	21
- de motos ou quaisquer outros veículos de pequeno porte utilizados para transporte de produtos de interesse á saúde	21
Captação, tratamento e destruição de água e sistema de esgoto	400
Beneficiamento de arroz	77
Produção de farinha de mandioca e derivados	77
Beneficiamento de café	77
Torrefação e moagem do café	77
Fabricação de produtos cerâmicos refratários	38
Coleta de resíduos não perigosos	77
Coleta de resíduos perigosos	197
Comercio atacadista de aves vivas e ovos	77
Lavanderias	38

Parágrafo único. Em relação ao pagamento da Taxa será expedido recibo e procedida averbação no respectivo documento.

Seção IV

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – TVISA

Seção V

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 348º. Os atos, processos e infrações que por ventura não foram discutidos e ou apontados nesta Lei, obedecerão ao disposto no Código Sanitário Estadual de Mato Grosso e na Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1.977 e suas atualizações.

Art. 349º. As normatizações, Regulamentos técnicos, portarias e outras legislações federais e estaduais especificas a determinados segmentos de saúde ou de interesse a saúde, serão utilizadas conjuntamente com a presente Lei para a garantia da saúde da população e das condições sanitárias.

Art. 350º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as demais legislações municipais que regulamentam os assuntos já contemplados na presente LEI.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT aos 02 dias do Mês de Agosto de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal de Cotriguaçu

Registre-se e Publique-se:

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PRESENCIAL - Nº 092/ 2018 PROCESSO 137/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a reabertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 092/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TRATOR COM GRADE NIVEVADORA E/OU ARADORA PARA ATENDER AS NESSECIDADES DA SECRETARIA DE CIDADES E INFRAESTRUTURA"**cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A reabertura desta licitação ocorrerá no dia **07 (sete) de agosto de 2018, às 08:00 (oito horas),** na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência http://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Licitacao/). Cotriguaçu-MT,25 de Julho de 2018. **Edilson Vargas Charneski Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

ATA DE Nº 100/2018 ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, LANCES E DOCUMENTAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/ 2018 PROCESSO 137/2018.

Aos 20 de julho de 2018, às 08:00 (oito) horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu MT, reuniram-se os membros da comissão de licitação, nomeados pela portaria Nº 159/2018, para proceder a abertura e julgamento da licitação em epígrafe, que tem por objetivo, "FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TRATOR COM GRADE NIVEVADO-

RA E/OU ARADORA PARA ATENDER AS NESSECIDADES DA SECRETARIA DE CIDADES E INFRAESTRUTURA", conforme descrição no anexo I deste Edital. O Pregoeiro iniciou os procedimentos de credenciamento de representantes das empresas interessadas em participar deste pregão. Até a hora previamente designada para o início da sessão, 08:30 (oito e trinta) horas não houve comparecimento de qualquer empresa. Às 08:45 (oito e quarenta e cinco)horas o Pregoeiro declarou DESERTO o pregão. Na oportunidade, o Pregoeiro decidiu remarcar nova sessão para repetição deste pregão no dia 07 de agosto de 2018, as 08:00 (oito horas) no mesmo local. Por fim, registrou que a presente Ata. O Pregoeiro deu por encerrado os trabalhos da reunião, lavrando-se a Ata que segue assinada pelo Pregoeiro, juntamente com os membros.

EDILSON VARGAS CHARNESKI

Pregoeiro

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 241/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR Instrução Sumária, para apuração dos fatos descritos pelo Ofício 179/2018, o qual relata conduta irregular do servidor **Paulo Roberto dos Santos**, Servidor Efetivo para o Cargo de Agente de Manutenção e Conservação - Motorista.

Art. 2º - Designar os servidores **Rafaelo João da Silva**, Servidor Efetivo para o cargo de Auxiliar Administrativo, **Edilson Vargas Charneski**, Servidor Efetivo para o cargo de Agente Administrativo e **Geraldo Giliolli**, Servidor Efetivo para o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, para sob presidência do primeiro, constituírem Comissão.

Art.3º - O prazo para concluir os trabalhos será de acordo com os prazos dispostos no Código Disciplinar.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.5º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 040/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.560/2018)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 040/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa do ramo de promoção de eventos, sob demanda, para prestar serviços de organização de eventos, comtemplando alimentação, mobiliário adequado, equipamentos, acessórios, insumos e todos os demais materiais e serviços que envolvam os projetos, programas e comemorações, vinculadas ao Calendário da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, Edital e anexos.

LOTE 01

Empresa Vencedora: CAPRIATA SOUZA LIMA E SOUZA LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 609.799,70 (seiscentos e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

LOTE 02

Empresa Vencedora: CAPRIATA SOUZA LIMA E SOUZA LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 28.498,59 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos).

LOTE 03

Empresa Vencedora: HARAOUI HOTELARIA - EIRELI EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 47.898,33 (quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos).

LOTE 05

Empresa Vencedora: LEITE & TUMELERO LTDA-ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 57.140,00 (cinquenta e sete mil, cento e quarenta reais).

LOTE 06

Empresa Vencedora: LEITE & TUMELERO LTDA-ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 60.191,00 (sessenta mil, cento e noventa e um reais).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Huark Douglas Correia

Secretário Municipal de Saúde

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2018.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 060/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55.555/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento, implantação, customização e sustentação de uma solução web de recepção, validação, monitoramento e armazenamento de documentos fiscais eletrônicos no padrão ICP-Brasil e possíveis formas de integração com sistemas financeiros, visando dotar a administração pública de um instrumento de gestão de documentos fiscais recebidos para fins de conformidade de pagamentos de fornecedores de bens, produtos e serviços

Data/Horário: 08/08/2018 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 08:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Priscila R.N.M.Berber

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 25 de Julho de 2018.

AVISO DE RESULTADO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 037/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004.305/2018)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 037/2018, cujo objeto é** Registro de preço para futura e eventual aquisição de pães para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Cuiabá/MT, com vigência de 12 (doze) meses, conforme cardápio definido pela equipe técnica da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CNE/SME).

LOTES: 01, 02, 03 E 04.

Empresa Vencedora: MOREIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.927.347,01 (um milhão, novecentos e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e um centavos).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2018.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 037/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004.305/2018)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 037/2018,** cujo objeto é Registro de preço para futura e eventual aquisição de pães para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Cuiabá/MT, com vigência de 12 (doze) meses, conforme cardápio definido pela equipe técnica da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CNE/SME).

LOTES: 01, 02, 03 E 04.

Empresa Vencedora: MOREIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Perfazendo um Valor Total de R$ 1.927.347,01 (um milhão, novecentos e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e um centavos).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Alex Vieira Passos

Secretário Municipal de Educação

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2018.

AVISO DE RESULTADO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 040/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.560/2018)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 040/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa do ramo de promoção de eventos, sob demanda, para prestar serviços de organização de eventos, contemplando alimentação, mobiliário adequado, equipamentos, acessórios, insumos e todos os demais materiais e serviços que envolvam os projetos, programas e comemorações, vinculadas ao Calendário da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, Edital e anexos.

LOTE 01

Empresa Vencedora: CAPRIATA SOUZA LIMA E SOUZA LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 609.799,70 (seiscentos e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

LOTE 02

Empresa Vencedora: CAPRIATA SOUZA LIMA E SOUZA LTDA.

Perfazendo um Valor Total de R$ 28.498,59 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos).

LOTE 03

Empresa Vencedora: HARAOUI HOTELARIA - EIRELI EPP.

Perfazendo um Valor Total de R$ 47.898,33 (quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos).

LOTE 05

Empresa Vencedora: LEITE & TUMELERO LTDA-ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 57.140,00 (cinquenta e sete mil, cento e quarenta reais).

LOTE 06

Empresa Vencedora: LEITE & TUMELERO LTDA-ME.

Perfazendo um Valor Total de R$ 60.191,00 (sessenta mil, cento e noventa e um reais).

LOTE 04 FRACASSADO.

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2018.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº4.764/2018)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DOS GRUPOS FORMAIS, INFORMAIS E FORNECEDORES INDIVIDUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDORES FAMILIAR RURAL CONSTITUÍDO EM COOPERATIVAS E OU ASSOCIAÇÕES, DETENTORES DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR Nº 11.326/2006 E ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CON-

FORME CARDÁPIO DEFINIDO PELA EQUIPE TÉCNICA DA COORDENADORIA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR/SME, VISANDO ATENDER: CRECHES E CMEIS (11.690 ALUNOS); EDUCAÇÃO INFANTIL (9.638 ALUNOS);ENSINO FUNDAMENTAL (29.534 ALUNOS) PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (14.000 ALUNOS) EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS (EJA) E PROJOVEM (1.281 ESCOLARES); ENTIDADES FILANTRÓPICAS (2.629ESCOLARES), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS CONSTANTES AO PRESENTE TERMO.

ABERTURA: 10/08/2018 ÁS 14:30H FUSO HORÁRIO DA CAPITAL

LOCAL: AUDITÓRIO PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 e/ou no e-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: www.cuiaba.mt.gov.br – Serviços – Licitações – Ano 2018.

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2018.

Agmar Divino Lara de Siqueira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, torna público que ás 08:00 horas do dia 07 de Agosto de 2018, estará **REABRINDO** o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS EXECUTIVO DE TURISMO COMPLETO, VAN E MICRO ÔNIBUS DE TURISMO COMPLETO POR QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** Pelo motivo de no ato da sessão não ter comparecido nenhum interessado. Portanto considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 07/08/2018. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 25 de Julho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SETOR JURÍDICO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 98/2017

Termo aditivo ao Contrato de Locação nº 98/2017, que tem por objetivo prorrogar o prazo, que entre si fazem o Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Cleonice Prass da Costa e Edilson José da Costa, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MT sob nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na cidade de Diamantino, na Av. Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, bairro Centro, Diamantino – MT, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, e de outro lado, **CLEONICE PRASS DA COSTA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 679 960/SSP-MT, inscrita no CPF sob o nº 468.503.681-68, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n° 6.015/77, com **EDILSON JOSÉ DA COSTA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG n° 1252893-5 SSP/MT, inscrito no CPF n° 362.179.132-91, residentes e domiciliados à Rua Planalto Alegre, s/n°, Vale do Sol, Diamantino-MT, doravante, denominados **LOCADORES**, tem justo e acordado entre si o presente aditivo contratual, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Segunda do contrato, prorrogando a sua vigência para 20/08/2019.

Parágrafo único: Fica o presente aditivo condicionado ao término da futura instalação do Lar Anjo Gabriel, de forma que estando pronto e, em sendo realizada a mudança, antes do término da vigência do prazo aditivado, será automaticamente considerada rescindida a presente locação.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Diamantino – MT, 10 de julho de 2018.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal – Município de Diamantino/MT

LOCADORES:

CLEONICE PRASS DA COSTA

EDILSON JOSÉ DA COSTA

TESTEMUNHAS:

Nome: TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 771.399.689-34

Nome: MARIANA BOTELHO SOUZA

RG: 1231532 SSP/TO

CPF: 038.539.191-97

SETOR RH
PORTARIA Nº 174/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, Licença Maternidade, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **JESSICA ALMEIDA SANTANA,** matrícula 3215-1**,** no período de 20 de Julho de 2018 a 15 de Janeiro de 2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 20 de Julho de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 25 de Julho de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 08 de AGOSTO de 2018, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº.021/2018, objetivando a**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS VISANDO ATENDER AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, E-MAIL neuza@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700/2717.

Feliz Natal – MT, 25 de Julho de 2018.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA JURIDICO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 038/2018.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 038/2018.

Por meio do presente documento O MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT**,** vem **RETIFICAR O CONTRATO Nº 038/2018,** do dia 24 de maio de 2018**,** para o fim de constar que na CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS onde se lê:

"SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06 - Secretaria Municipal de Saúde

001 - Gabinete do Secretário

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

0011 - Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde - SUS

1034 - Aquisição de Veículos e Equipamentos

44.90.52.00.00 - Equipamento e material permanente

01.02.00.00.00 – Saúde (15%)"

Leia-se:

"SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06 - Secretaria Municipal de Saúde

001 - Gabinete do Secretário

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

0011 - Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde - SUS

1034 - Aquisição de Veículos e Equipamentos

44.90.52.00.00 - Equipamento e material permanente

01.23.05.40.00 – Convênio da União - Saúde"

Proceda-se a alteração no Contrato nº 038/2018 e encaminhe para assinatura da empresa contratada MANUPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS LTDA.

Feliz Natal – MT, 27 de Junho de 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2017

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Brasília, N° 229 Gaúcha do Norte – MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 003/2017 o qual foi devidamente homologado e publicado na data do dia 05 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executiva Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prazo máximo de 02 (dois) dias corridos**, contados da data do dia 26 de julho de 2018, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Rua Pará esquina com Rua Brasília, N° 229, centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré-admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão às expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 25 de julho de 2018.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL SEMECEL				
Ordem	Cód.	Nome do candidato	RG	Pontos
22º	14053	CLAUDIANE LÚCIA DE OLIVEIRA	18716288 SSP/MT	12

Gaúcha do Norte-MT, 25 de julho de 2018.

RESOLUÇÃO 001/2018 - CMS/GNT/MT - SISPACTO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAÚCHA DO NORTE/MT

RESOLUÇÃO CMS/GNT/MT Nº 001/2018

Dispõe sobre a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para o ano de 2018 com vista para o Fortalecimento do Planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Gaúcha do Norte, MT.

O Conselho Municipal de Saúde de Gaúcha do Norte/MT, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere as **Leis Orgânicas da Saúde nº 8080 de 19/07/1990 e n° 8142 de 28/12/1990, a Lei Complementar 22/09/1992, a Resolução CIT n°5/2013** e de acordo com a REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04, do dia quatro de julho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Pactuação das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do SISPACTO para o ano de 2018 do município de Gaúcha do Norte/MT.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Registra-se e cumpra-se.

Gaúcha do Norte, MT, 05 de julho de 2018.

_____

Kassia Renostro Ducatti

Presidente do CMS de Gaúcha do Norte/MT

_____

Marcinei Baraba

Secretária Executiva do CMS de Gaúcha do Norte/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO-143

EXTRATO DE CONTRATO N° 043/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: GHALFI & GHALFI LTDA– 05.069.049/0001-14

1.1 **OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, É A PRESTAÇÃO DE EXAMES**

CITOPATOLÓGICO CONVENCIONAL CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT;

VALOR: R$ 8.415,00(OITO MIL QUATROCENTOS E QUINZE REIAS)

DATA: 08/07/2018

VIGÊNCIA: 30/06/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO PR-28

Edital do Pregão Presencial Nº 28/2018

Ata de Sessão Pública de Pregão

Reuniram-se no dia 23 de Julho de 2018, as 08h00min na PREFEITURA DE GENERAL CARNEIRO-MT , o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pela Portaria 262/2017 de 04 de Agosto de 2017, tratando do edital do Pregão Presencial Nº 28/2018 destinado a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MOTOCICLETA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**

Por não comparecer nenhuma empresa interessado em participar desta licitação, o Pregoeiro declarou esta licitação deserta, e encerra a sessão

General carneiro/MT, as 08h50min do dia 23 de Julho de 2.018.

General Carneiro – MT, aos 23 de Julho de 2.018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro

DOMINGOS PAULO ALVES DE ARAUJO NETO

Equipe de Apoio

LILIAN BORGES DO NASCIMENTO

Equipe de apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2018

OBJETO: Aditivo de valor ao contrato PMGN/MT/Nº 137/2018.

DATA: 25/07/2018

VALOR: R$ 35.607,61 (trinta e cinco mil seiscentos e sete reais sessenta e um centavos)

CONTRATADO: CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI ME

Guarantã do Norte, 25 de julho de 2018.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **061/2018 - Srp**, cujo objetoé **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAIS PERMANENTES (MOBILIÁRIOS EM GERAL),** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). A abertura do certame está prevista para ***09/08/2018 às 08h00min*** **(horário de Mato Grosso)**, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 25 de julho de 2018. Sebastião Adilson C. da Silva /Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2018

“MENOR PREÇO – POR ITEM”

A Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT, em 25 de julho de 2018, através da seu Pregoeiro Cleber P. dos Santos e sua Equipe de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07 de agosto de 2018 as 08h00min, a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2018, cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura, pelo site: indiavai.mt.go.br ou solicitados via e-mail: pmindiavailicitacao@gmail.com.

Indiavaí – MT, em 25 de julho de 2018.

Cleber Pereira dos Santos

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ RETIFICAÇÃO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2018.

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público a RETIFICAÇÃO DO RESULTADO da Licitação tipo Pregão Presencial n° 041/2018, instaurada para **“Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, camaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT.”**

ONDE SE LÊ: PNEUS VIA NOBRE LTDA – CNPJ: 01.976.860/0048-91 sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 137.851,20 (cento e trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

LEIA-SE: PNEUS VIA NOBRE LTDA – CNPJ: 01.976.860/0048-91 sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 139.563,20 (cento e trinta e nove mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Itanhangá-MT, 25 de julho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N° 002/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Florianópolis, n° 200, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 348/2017, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00min (Horário Oficial de Itanhangá – MT),** do dia **13 de agosto de 2018,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da **Tomada de Preços nº 002/2018**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para "**Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Construção de 05 salas de aula na Escola Municipal Paulo Freire, com área total de 528,24m², com fornecimento de mão de obra e material no Município de Itanhangá-MT."**

Maiores informações bem como o edital, poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá – MT, 25 de julho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 47 DE 10 DE JULHO DE 2018.

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itiquira e dá outras providências".

O EXMO. SR. HUMBERTO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Itiquiraem especial a Lei nº. 1.001 de 08 de dezembro de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, crédito adicional suplementar no valor de R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06 - Sec. Mun. de Administração, Planej. e Des. Urbano

05 - Fundo Municipal de Previdência Social - ITIPREV

09 - Previdência Social

122 - Administração Geral

082- Previdência

01.50 - Recursos Do Regime Próprio de Previdência (RPPS)

2. 196 - Manutenção e Encargos com o RPPS - ITIPREV

3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições.....R$ 800.000,00

TOTAL .....R$ 800.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

06 -Sec. Mun. de Administração, Planej. e Des. Urbano

05 - Fundo Municipal de Previdência Social - ITIPREV

099- Reserva de Contingência

997 - Reserva do RPPS

099 - Reserva de Contingência

01.50-Recursos do Regime Próprio De Previdência (Rpps)

2. 197–Reserva de Contingência

9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência.....R$ 800.000,00

TOTAL .....R$ 800.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, em Itiquira/MT, aos 10 de julho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DECLARAÇÃO NEGATIVA

(ART. 110, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 379/99 COM ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.024/2018)

EU, _____, Servidor Público Municipal, portador da CI/RG sob o nº_____ e inscrito no CPF/MF nº _____; DECLARO na presente data e para os devidos fins, que cumpro o determinado no art. 110, inciso X, da Lei Municipal nº 379/99, com alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.024/2018.

ITIQUIRA/MT, _____ DE _____ DE_____.

_____

DECLARANTE

PROCURADORIA JURIDICA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 031, DE 09 DE JULHO DE 2018

ONDE LÊ:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
04	ANDERSON ADORNO DE MATOS	TÉCNICO EM RAIO X	OURO BRANCO DO SUL	1º COLOCADO APROVADO

LÊ-SE:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
04	ANDERSON ADORNO DE MATOS	TÉCNICO EM RAIO X	ITIQUIRA	1º COLOCADO APROVADO

Secretaria Municipal de Administração, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira – MT., 24 de julho de 2018.

ODECI TEREZINHA DALLA VALLE

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 006/2018

Data assinatura: 19/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: GAVA PRODUÇÃO GRAVAÇÃO E EDIÇÃO MUSICAL LTDA, CNPJ nº 19.990.708/0001-65

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DO CANTOR SERTANEJO GABRIEL GAVA, EM ATENDIMENTO ÀS FESTIVIDADES DA "XXVIII FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA".

Valor Global: R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Data da vigência: 30/08/2018

Inexigibilidade nº 004/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 007/2018

Data assinatura: 23/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: WORLD MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 12.357.103/0001-92

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DA DUPLA SERTANEJA MAYCK & LYAN, EM ATENDIMENTO ÀS FESTIVIDADES DA "XXVIII FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA".

Valor Global: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Data da vigência: 30/08/2018

Inexigibilidade nº 005/2018

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 040, DE 25 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 013/2017 de 08 de fevereiro de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
01	HELDER ALBERTO LUCZYNSKI VENTURA	FARMACÊUTICO	ITIQUIRA	4º COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 25de julho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 039, DE 25 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 030/2018 de 18 de maio de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00-min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
01	ANDERSOM ADORNO DE MATOS	TÉCNICO EM RAIO X - OURO BRANCO DO SUL	3º COLOCADO CLASSIFICADO
	SILMAR MACHADO DE SOUZA	TÉCNICO EM RAIO X- ITIQUIRA	1º COLOCADO APROVADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

22- CPF do cônjuge, se for o caso

23- CPF do Pai e da Mãe

23- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 25 de julho de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 008/2018

Data assinatura: 25/07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: TAP – PRODUÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº 29.184.337/0001-88

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DA DUPLA SERTANEJA DUDUCA & DALVAN, EM ATENDIMENTO ÀS FESTIVIDADES DA "XXVIII FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA".

Valor Global: R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

Data da vigência: 30/08/2018

Inexigibilidade nº 005/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2018**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II– Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2018.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito AVENIDA LÚCIO MENDONÇA PRIMO, 621, CONJUNTO HABITACIONAL ARCO ÍRIS II– ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 25 de julho de 2018.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIAS 2018 DE Nº. 119 A Nº. 166.

PORTARIA Nº. 119/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor abaixo relacionado, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretor Técnico do Centro Integrado de Atendimento e Atenção em Saúde, a partir de 20 de Abril de 2018.

- ARTUR SILVA MOREIRA – Banco de Sangue.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 120/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica do Centro Integrado de Atendimento e Atenção em Saúde, a partir de 20 de Abril de 2018.

- PATRÍCIA PEREIRA MARTINS – Laboratório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 121/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica do Centro Integrado de Atendimento e Atenção em Saúde, a partir de 20 de Abril de 2018.

- MARI ROSE DE OLIVEIRA SILVA – Epidemiologia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 122/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica do Centro Integrado de Atendimento e Atenção em Saúde, a partir de 20 de Abril de 2018.

- MARI ROSE DE OLIVEIRA SILVA – Especialidades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 123/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica do Centro Integrado de Atendimento e Atenção em Saúde, a partir de 20 de Abril de 2018.

- IRENE FERREIRA LEITE – CTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 124/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- PATRÍCIA FERREIRA RODRIGUES – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 01.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 125/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- CARLA RIGO – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 126/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- ELLEM MARIA ALVES RODRIGUES – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 127/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- LUCIANA WAGNER – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 04.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 128/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor abaixo relacionado, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretor Técnico da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- DOUGLAS LEITE – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 05.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 129/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- FRANCISCA ANDREA PINHEIRO DA SILVA – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 130/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor abaixo relacionado, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretor Técnico da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- HELTON MILHOMEM GALINDO – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 131/18 DE 20 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora abaixo relacionada, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretora Técnica da Unidade de Saúde da Família, a partir de 20 de Abril de 2018.

- BRUNA RAFAELLA FONTANELLI E SILVA DIMEIRA DOS REIS – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 132/18 DE 25 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratar de interesses particulares, por 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, a partir de 02 de Maio de 2018, a Servidora abaixo:

- **LOURENA KATRINE DOS SANTOS –** Técnica em Enfermagem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 25 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 133/18 DE 26 DE ABRIL DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pelo **IMPRO – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS - emitida em 19/10/2012, NIT 1. 900.804.168-8,** conforme Leis nº. 6.226/75 com as alterações das Leis nº. 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94**.**

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre **01/10/ 2001 à 01/07/2011.**

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora **ALICE DE SIQUEIRA SILVA**, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 01/10/ 2001 à 01/07/2011; **num total de 3.559 dias, correspondendo a 09 (nove) anos e 09 (nove) meses 04 (quatro) dias,** no **poder público** reconhecido pelo **IMPRO – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS**, pela servidora **ALICE DE SIQUEIRA SILVA,** para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 26 de Abril de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 134/18 DE 02 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratar de interesses particulares, por 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, a partir de 08 de Maio de 2018, a Servidora abaixo:

- **QUEILA DE OLIVEIRA CARDOSO GOMES –** Assistente Social – Matrícula 371.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 02 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 135/18 DE 02 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a cedência da servidora **VALÉRIA DOROTÉIA TORRES**, nos termos do Art. 130, II, da Lei 1.208/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de **10 de Janeiro de 2018**, para a Secretaria Estadual de Saúde - SES/MT.

§ 1º - A cedência terá vigência entre 10/01/2018 a 10/01/2019 podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§ 2º - A cedência será com ônus para o Município de Jaciara-MT.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 02 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 136/18 DE 04 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo efetivo, a partir do dia 07 de Maio de 2018, conforme segue:

- **MAISA FARIA CABRAL RESENDE –** Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 04 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 137/18 DE 07 DE MAIO DE 2018

"DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** a Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para Contrato Temporário Nº. 002/2018, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do **Processo Seletivo Simplificado,** os seguintes membros:

- **Michele Áurea Aleixo Camillo**

- Rosenete Lemes de Almeida

- Adelson Luiz Menezes Barbosa

- Lorraine Leonel Camargo

- Susimagna Nilde Souza de França

- Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues

Art. 2º - A Comissão acima constituída tem por finalidade realizar, acompanhar, subsidiar e deliberar os trabalhos relativos ao Processo de Seletivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 138/18 DE 09 DE MAIO DE 2018

"INSTITUI A COMISSÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA DOS ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, **nos termos da Lei Federal nº. 9.608/1998 – Lei do Voluntariado**, e dando cumprimento à Portaria /MEC nº. 142. De 22 de Fevereiro de 2018, torna pública a Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntário do Programa Mais Alfabetização da Rede Municipal de Educação do Município de Jaciara-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído a **Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntário do Programa Mais Alfabetização da Rede Municipal de Educação do Município de Jaciara-MT.**

Art. 2º - A **Comissão da Seleção Pública dos Assistentes de Alfabetização Voluntário do Programa Mais Alfabetização da Rede Municipal de Educação do Município de Jaciara-MT,** a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será assim constituída:

I – REPRESENTANTES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

- ROSILENE FERREIRA MENDES- Coordenadora Geral de Educação Infantil;

- SIDINÉIA GUIMARÃES DOS SANTOS BRASILEIRO – Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

- **WANDERLUCY BATISTA FERREIRA** – Coordenadora de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

- **ZÉLIA VIEIRA DE CASTRO –** Diretora de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

II – REPRESENTANTE DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA ROSA:

- JOÃO PEDRO RICARDO DE ARRUDA – Coordenador Pedagógico.

III – REPRESENTANTE DA ESCOLA MUNICIPAL MAGDA IVANA:

- MARIA DO CARMO DUARTE – Coordenadora Pedagógica.

IV – REPRESENTANTE DA ESCOLA MUNICIPAL AMÉLIA FREIRE GOMES:

- LUCILENE SOUZA DA SILVA – Professora.

V – REPRESENTANTE DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA VILLANY DELMONDES:

- SÔNIA MARIA DE ARAÚJO – Coordenadora Pedagógica.

Art. 3º - A Comissão constituída tem por finalidade realizar, acompanhar, subsidiar e deliberar os trabalhos relativos ao Processo seletivo Simplificado de Assistente de Alfabetização Voluntário para atuarem no Programa Mais Alfabetização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 09 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 139/18, de 11 de maio de 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO O Ofício nº 134/2018/AJ/CORESS/MT, de 12/abril/2018, onde se solicita a cedência da servidora Gisele Cavalcante da Silva;

RESOLVE:

Artº 1º - CONCEDER a cedência da servidora **GISELE CAVALCANTE DA SILVA**, nos termos do Art. 130, II, da Lei 1.208/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de **11 de maio de 2018**, para o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS-MT do Município de Rondonópolis-MT.

§ 1º - A cedência terá vigência entre 11/05/2018 a 10/05/2019 podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§ 2º - A cedência será com ônus para o Município de Jaciara-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de maio de 2018

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

Continuação Portaria 139/2018

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria nº 02/2018

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 140/18 DE 11 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a cedência da servidora **NÚBIA MENDONÇA VALADÃO**, nos termos do Art. 130, II, da Lei 1.208/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de **22 de Janeiro de 2018**, para a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social do Estado de Mato Grosso, junto à Unidade do SINE – Sistema Nacional de Emprego de Rondonópolis-MT.

§ 1º - A cedência terá vigência entre 22/01/2018 a 22/01/2019 podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§ 2º - A cedência será com ônus para o Município de Jaciara-MT.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 141/18 DE 11 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Maio de 2018, conforme segue:

THIAGO LIPORACE PIRES DA SILVA – Assessor II – Material Impresso.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 142/18 DE 14 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora – LILIANE DELFINO GUIMARÃES, como FISCAL DE CONTRATOS da Secretaria Municipal de Saúde (Medicamentos), a partir do dia 10 de Abril de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 143/18 DE 14 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor CORNÉLIO CASSIMIRO DE SOUZA, como FISCAL DE CONTRATOS da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir do dia 14 de Maio de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 144/18 DE 14 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora ALYNE ANDRIELY SHUENQUENER DE LIMA, como FISCAL DE CONTRATOS da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir do dia 14 de Maio de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 145/18 DE 14 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 10 de Maio de 2018, conforme segue:

CLEITON GODOI BRASILEIRO – Secretário de Governo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 146/18 DE 14 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERA a portaria nº. 43/18, de 15 de Fevereiro de 2018, de nomeação da Equipe de Apoio da Comissão de Pregão, a partir de 14 de Maio de 2018:

- **MARCOS VINICIOS DE JESUS ABRAHÃO** – Membro;

- **CORNÉLIO CASSIMIRO DE SOUZA** – Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 147/18 DE 14 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERA a portaria nº. 43/18, de 15 de Fevereiro de 2018, de nomeação da Comissão Permanente de Licitação, a partir de 14 de Maio de 2018:

- TIAGO RODRIGO ZENKNER – Presidente da Comissão;

- **MARCOS VINICIOS DE JESUS ABRAHÃO** – Secretário da Comissão;

- **CORNÉLIO CASSIMIRO DE SOUZA** – Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 148/18 DE 17 DE MAIO DE 2018

"NOMEIA A SERVIDORA **ELEUSA ATAIDE PASSOS DIAS** PARA O CARGO EFETIVO DE **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI),** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Servidora ELEUSA ATAIDE PASSOS DIAS, para exercer o cargo efetivo, para os qual foi aprovada através do Concurso Público 01/14, do Município de Jaciara, a partir do dia 18 de Junho de 2018**,** conforme segue:

ELEUSA ATAIDE PASSOS DIAS

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI)

Art. 2º - O vencimento a que terá direito a nomeada acima relacionada, será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 149/18 DE 17 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo efetivo, a partir do dia 18 de Maio de 2018, conforme segue:

- **MARIA APARECIDA CABRAL –** Agente Comunitária de Saúde – ACS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº 150/18 DE 18 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo de Tomada de Contas Especial, com finalidade de apurar supostos atos ilegais ou antieconômicos praticados por agentes políticos e/ou públicos, nos termos do **contrato de repasse 264. 926.58/2006, celebrada pela União Federal, representada pela Caixa Econômica Federal e Município de Jaciara, para implantação do Centro de Convenções, Esportes e Eventos Turísticos.**

Art. 2º - CONSTITUIR Comissão formada pelos servidores conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação deste Ato/Portaria no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas Especial, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

TITULARES:

I. ANA MARGARETE SOLHN – Presidente II. RONIEVON MIRANDA DE LIMA- membro III. CHARLENE SOUZA GUIMARÃES -membro

SUPLENTES:

I. CÉLIO CAETANO DOS SANTOS – membro II. MARIA AILI FERREIRA DE MELO RODRIGUES- membro.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 18 de maio 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Administração 2017-2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 151/18 DE 21 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a funcionária abaixo relacionada, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Maio de 2018, conforme segue:

YASMIM GUIMARÃES CINTRA – Diretor – Georeferenciamento e Mapas.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 152/18 DE 21 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Maio de 2018, conforme segue:

EDSON TAVARES DA SILVA – Coordenador III – Patrimônio Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 153/18 DE 21 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo de Coordenador III – Monitoramento, Projetos e Sistemas, a partir do dia 21 de Maio de 2018, conforme segue:

- ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 154/18 DE 21 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a funcionária abaixo relacionada, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 21 de Maio de 2018, conforme segue:

DAIANE MULLER – Coordenador III - Monitoramento, Projetos e Sistemas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 155/18 DE 22 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pelo **MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - emitida em 05/03/2018, NIT 1.700.171.646-2,** conforme Leis nº. 6.226/75 com as alterações das Leis nº. 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94**.**

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pelo **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – DIRETORIA CENTRAL DE CONTAGEM DE TEMPO E APOSENTADORIA UNIDADE DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA INTEGRADA - emitida em 10/12/2013, NIT 1.700.171.646-2,** conforme Leis nº. 6.226/75 com as alterações das Leis nº. 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94**.**

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pelo **MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - emitida em 05/03/2018, NIT 1.700.171.646-2,** conforme Leis nº. 6.226/75 com as alterações das Leis nº. 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94**.**

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre **10/09/1990 à 10/12/1990, 01/02/1983 à 31/01/1986 e 02/03/1995 à 31/12/1995.**

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora **ELISABETE SANTOS FERNANDES**, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 10/09/1990 à 10/12/1990; **num total de 92 (noventa e dois) dias, correspondentes a 00 (zero) anos 03 (três) meses e 02 (dois) dias,** no **poder público** reconhecido pelo **MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA**, averbar o período de 01/02/1983 à 31/01/1986; **num total**

de 819 (oitocentos e dezenove) dias, correspondentes a 02 (dois) anos 02 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias, no **poder público** reconhecido pelo **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – DIRETORIA CENTRAL DE CONTAGEM DE TEMPO E APOSENTADORIA UNIDADE DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA INTEGRADA,** averbar o período de02/03/1995 à 31/12/1995; **num total de 305 (trezentos e cinco) dias, correspondentes a 00 (zero) anos e 10 (dez) meses,** no **poder público** reconhecido pelo **MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA,** pela servidora **ELISABETE SANTOS FERNANDES,** para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 156/18 DE 22 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERA a Portaria nº 137/15, de 01 de Outubro de 2015, de nomeação dos membros **TITULARES e SUPLENTES**, dos representantes dos respectivos órgãos que integram o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Lei nº 1.528 de 06 de Junho de 2013, as seguintes pessoas:

06 (SEIS) MEMBROS REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DO SUS, SENDO:

03 (três) PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR:

1 - TITULAR: Suely Cristina Castro da Silva de Moraes

SUPLENTE: Patrícia Ferreira Rodrigues

2 - TITULAR: Mirna Aparecida Thomé Monte

SUPLENTE: Paula Eleonora Lima da Silva

3 - TITULAR: Mauro José Ramos

SUPLENTE: Rosangela Ribeiro Ramalho Lopes

03 (TRÊS) PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO:

4 - TITULAR: Ivone Ferreira

SUPLENTE: Ivete Carvalho da Rocha

5 - TITULAR: Fátima Rosane Oleiniczak

SUPLENTE: Vanuberci Franco Monteiro da Silva

6 - TITULAR: Ellys Marina Corrêa Lucchin

SUPLENTE: José Anchieta Pereira de Lima

06 (SEIS) MEMBROS REPRESENTANTES DO GOVERNO E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, SENDO:

03 (TRÊS) REPRESENTANTES DE GOVERNO:

1 - TITULAR: Fabrício Carvalho de Sousa Fabian

SUPLENTE: Luiza Modesto Ferreira

2 - TITULAR: Fábio Ferreira Santos

SUPLENTE: Ana Regina da Silva Ramos

3 - TITULAR: Renata Sousa Lima

SUPLENTE: Maria Helena Almeida

03 (TRÊS) REPRESENTANTES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS:

CLÍNICA PRIORI

4 - TITULAR: Arthur da Silva Moreira

SUPLENTE: Cleusa Caetano de Araújo

CLÍNICA GINCOR

5 - TITULAR: Haitham Mahmud Ahmad

SUPLENTE: Majda Mahmud Ahmad

LABORATÓRIO BIOANÁLISE

6 - TITULAR: Maiquel Delano Rotili

SUPLENTE: Luiz Gonzaga Pivetta

12 (DOZE) REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE USUÁRIOS DO SUS, SENDO:

03 (TRÊS) REPRESENTANTES DE ENTIDADE DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E BAIRROS:

1 - TITULAR: Gerson Rodrigues de Souza

SUPLENTE: Antônio José da Silva

2 - TITULAR: Eurípedes Rodrigues Borges

SUPLENTE: Edinilton Araújo Barbosa

3 - TITULAR: Geni Luiza Gomes

SUPLENTE: Rosilene Ferreira Mendes

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE RELIGIOSA COM ATUAÇÃO EM JACIARA, NA ÁREA DA SAÚDE:

4 - TITULAR: Geraldo Anacleto Pinheiro

SUPLENTE: Gersione Ferreira de Oliveira

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS:

5 - TITULAR: Pedro Soares Neto

SUPLENTE: Vanderlúcia Garcia Nascimento

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE REPRESENTATIVA DE TRABALHADORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AUTÔNOMOS:

6 - TITULAR: Isaias Gomes de Souza

SUPLENTE: José de Oliveira Pereira

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE REPRESENTATIVA DE DEFESA DOS TRABAÇHADORES RURAIS:

7 - TITULAR: Pedro Rodrigues Torres

SUPLENTE: Francisco Canidé da Silva

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AO IDOSO:

8 - TITULAR: Sidneia de Souza Soares Silva

SUPLENTE: Adriana Maforte Silva

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE DA MULHER:

9 - TITULAR: Neusa Vust Maldaner

SUPLENTE: Elena Tereza Herbes

01 (UM) REPRESENTANTE DE ENTIDADE COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E JUVENTUDE:

10 - TITULAR: Marcos Júlio de Souza

SUPLENTE: Roseny Aparecida Marques Lima

01 (UM) REPRESENTANTE DE USUÁRIOS DE ENTIDADE COM A ATUAÇÃONA ÁREA DE SAÚDE MENTAL:

11 - TITULAR: Telma Geane da Silva Pires

SUPLENTE: Leidiane Ferreira da Silva

01 (UM) REPRESENTANTE DE USUÁRIOS DE ENTIDADE COM ATUAÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

12 - TITULAR: Lucia Antônia Melquiades

SUPLENTE: Vanda Neta Trindade

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

MIRNA APARECIDA THOMÉ MONTE

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

GERSON RODRIGUES DE SOUZA

SECRETÁRIA GERAL

ELLYS MARINA CORRÊA LUCCHIN

PRIMEIRA SECRETÁRIA ADJUNTA

RENATA SOUSA LIMA

SEGUNDO SECRETÁRIO ADJUNTO

MAURO JOSÉ RAMOS

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 157/18 DE 23 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR,** o servidor ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA, matricula 8982, da função de SUPERVISOR, dentro do Programa CRIANÇA FELIZ junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 158/18 DE 23 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **INDICAR,** a servidora efetiva MIRNA APARECIDA THOMÉ MONTE, matricula 358-1, Psicóloga, para exercer a função, sem remuneração, de SUPERVISORA, dentro do Programa CRIANÇA FELIZ junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 159/18 DE 24 DE MAIO DE 2018

"INSTITUIR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA 001/2018 DO INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS – INSTITUTO PAIAGUÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUI Comissão de Avaliação do Termo de parceria 001/2018 – firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás – Instituto Paiaguás, composta pelos seguintes representantes:

- **REPRESENTANTE DO PARCEIRO PÚBLICO –** FABRÍCIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN;

- REPRESENTANTE DO PARCEIRO PÚBLICO – ROBSON CASANOVA;

- REPRESENTANTE DA OSCIP – LUCAS EDUARDO ALVES DA SILVEIRA;

- REPRESENTANTES DO CONSELHO DE POLÍTICOS PÚBLICAS – ELLYS MARINA CORREA LUCCHIN;

- REPRESENTANTES DO CONSELHO DE POLÍTICOS PÚBLICAS - RENATA SOUSA LIMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 28 de Maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 24 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 160/18 DE 24 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo de Coordenador III – Média Complexidade, a partir do dia 17 de Maio de 2018, conforme segue:

- MIRNA APARECIDA THOMÉ MONTE.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 24 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 161/18 DE 24 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, da função de Diretor Técnico da Unidade de Saúde da Família, a partir de 24 de Maio de 2018.

- DOUGLAS LEITE – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 05.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 24 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 162/18 DE 24 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor abaixo relacionado, sem remuneração por parte do Município, para exercer a função de Diretor Técnico da Unidade de Saúde da Família, a partir de 24 de Maio de 2018.

- ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA – UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 05.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 24 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 163/18 DE 28 DE MAIO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a funcionária abaixo relacionada, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Junho de 2018, conforme segue:

LEUDIETE MARQUES DA SILVA – Coordenador I – Equipe de Atendimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 28 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 164/18 DE 28 DE MAIO DE 2018

"INSTITUI A IMPLANTAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE ÓBITOS DO MUNICÍPIO DE JACIARA."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a política do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso, que prioriza a redução da mortalidade fetal, infantil e materna.

RESOLVE:

Artigo 1º - INSTITUIR a Câmara Técnica do município de Jaciara de Investigação e de Análise de Óbitos Fetal, Infantil, Mulheres em Idade Fértil – MIF e Maternos.

Parágrafo Único: A Câmara Técnica do município de Jaciara tem caráter eminentemente técnico, multiprofissional, congregando representantes do Sistema de Saúde com objetivo de analisar as circunstâncias da ocorrência dos óbitos fetais, infantis, mulheres em idade fértil e materna, identificando os fatores determinantes e condicionantes da mortalidade e propondo medidas que visem à melhoria da qualidade da assistência à saúde para redução da mortalidade fetal, infantil e materna.

Artigo 2º - A Câmara Técnica de Investigação e de Análise de Óbitos Fetal, Infantil, Mulheres em Idade Fértil – MIF e Maternos será constituída por representantes, titulares e suplentes, das áreas abaixo relacionadas:

ATUAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Vigilância do óbito Fetal Infantil	Patrícia Ferreira Rodrigues	Francisca Andréa Pinheiro da Silva
Vigilância do óbito MIF e Materno	Mari Rose de Oliveira Silva	Hellen Maria Alves Rodrigues
Área Técnica da Saúde da Mulher	Taís Regina M. Cânganí Moreira	Carla Pereira Rigo
Área Técnica de Saúde da criança	Luciana Wagner	Adelson Luiz Menezes Barbosa
Atenção Básica/Saúde da Família	Helton Milhomen Galindo	Bruna Rafaella F. S. D. dos Reis
Investigador (a)	Francisca Andréa Pinheiro da Silva Helton Milhomen Galindo	Adelson Luiz Menezes Barbosa Bruna Rafaella F. S. D. dos Reis

	Luciana Wagner Patrícia Ferreira Rodrigues	Carla Pereira Rigo Hellen Maria Alves Rodrigues
Vigilância Sanitária	Fábio Ferreira Santos	Ana Paola Baseggio
Atenção Básica	Fabrício Fabian	Mari Rose de Oliveira Silva
Informação em Saúde	Inajara Angélica dos Reis Moura	Laura dos Santos Barbosa
Médico Pediatra	Flávia Junqueira A. Marques	José Antonio Marques
Médico Obstetra	Nelson Shigueo Hondo	Yussef Alli Ahmad

Parágrafo Único: A constituição da Câmara Técnica deve estar em consonância com estrutura organizacional da gestão a que pertence (Municipal Regional ou Estadual), dando prioridades às seguinte áreas: Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Informação em Saúde, um médico obstetra e/ou pediatra.

Artigo 3º - A Câmara Técnica de Investigação e Análise de Óbitos Fetal, Infantil, Mulheres em Idade Fértil – MIF e Maternos tem como finalidades:

1. Discutir e analisar detalhadamente cada caso de óbito, com enfoque na evitabilidade avaliando criticamente e promovendo uma reflexão conjunta sobre a prevenção dos óbitos pela ação dos serviços de saúde e outras ações. 2. Desenvolver ações de sensibilização e divulgação acerca da mortalidade fetal, infantil e, objetivando conscientizar os gestores, instituições, equipes de saúde e comunidade para a gravidade do problema e meios de solução; 3. Identificar os problemas relacionados com a assistência de saúde prestada à gestante e a criança, organização dos serviços de saúde, organização do sistema de saúde, condições sociais, da família e comunidade; 4. Recomendar estratégias e medidas de atenção á saúde necessária para a redução da mortalidade infantil, fetal e materna com destaque para as mortes por causas evitáveis; 5. Analisar e emitir parecer sobre os assuntos relativos á óbitos que lhe forem enviados; 6. Zelar pelo ético das informações; 7. Divulgar sistematicamente os resultados e experiências bem-sucedidas;

Artigo 4º - A Câmara Técnica de Investigação e de análise de Óbitos Fetal, Infantil, Mulheres em Idade Fértil – MIF e Maternos terá a seguinte organização e funcionamento:

§ 1º - A função de membro da Câmara Técnica é de relevância pública, não sendo remunerada, e, portanto, garante a sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o membro da Câmara, durante o período das reuniões e ações específicas da mesma;

§ 2º - A Câmara Técnica reunir-se-á, ordinariamente, semanalmente para análise e extraordinariamente quando convocado pela Coordenação da mesma. Deverá ser divulgado previamente o local e horário definido das reuniões.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 28 de Maio de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 165/18 DE 04 DE JUNHO DE 2018

"NOMEIA O SERVIDOR **JOSÉ CARLOS SANTOS DE ARAÚJO** PARA O CARGO EFETIVO DE **PEDREIRO,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Servidor **JOSÉ CARLOS SANTOS DE ARAÚJO**, para exercer o cargo efetivo, para os qual foi aprovado através do Concurso Público 001/2014, do Município de Jaciara, a partir do dia **04 de Junho de 2018.**

JOSÉ CARLOS SANTOS DE ARAÚJO

CARGO: PEDREIRO

Art. 2º - O vencimento a que terá direito a nomeada acima relacionada, será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 04 de Junho de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 166/18 DE 06 DE JUNHO DE 2018

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGA, a pedido, o Afastamento sem Remuneração para tratar de Assuntos particulares, concedida ao servidor ERIC EDRAS DE SOUZA MENDONÇA, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, conforme portaria nº. 94/2018, de 19 de Março de 2018;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir do dia 04 de Junho de 2018, data a qual o servidor retomou suas atividades na Municipalidade.

Jaciara-MT, 06 de Junho de 2018.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LEIS 2018 DE Nº. 1804 A Nº. 1837.

LEI Nº 1.804 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 39 DA LEI 1.208 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009 QUE TRATA DA REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT".**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O artigo 39 da Lei 1.208 de 03 de dezembro de 2009, vigorará com a seguinte redação:

"**Art. 39**. Os valores das tabelas de vencimento que integram os planos de cargos e carreira do Município, de ambos os Poderes, serão revisados anualmente, sempre no mês de Janeiro, com base nos percentuais aprovados em Lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso."

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 05 DE FEVEREIRO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.805 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO SALARIAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JACIARA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MAHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reajuste no importe de **1,81 %**, calculados sobre o índice I.P.CA. (maio/2017- dezembro de 2017), sobre os vencimentos de todos os servidores públicos: efetivos, inativos e pensionistas do Executivo Municipal, e às servidoras do Conselho Tutelar, todos com previsão nas Leis Municipais nº 1180/2009, 1211/2009, 1453/2012, 1454/2012, 1456/2012 e 1457/2012, 1509/2013 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.806 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO SALARIAL, DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E CONTRATADOS DA EDUCAÇÃO- EXCLUSIVAMENTE AO MAGISTÉRIO, DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JACIARA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MAHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido a reposição aos servidores do Magistério, acompanhando os índices aplicados pelo Governo Federal ao Piso Nacional o percentual de **6,81%** sobre os valores correspondentes aos vencimentos dos servidores públicos efetivos, inativos, pensionistas e contratados da Educação Municipal, exclusivamente do Magistério, proporcionalmente à carga horária efetiva que é de 30 horas semanais, previstos nas Leis Municipais n.º 1.211/2009, 1587/2014 de 23.04.2014 e demais alterações.

Parágrafo único: Aos demais Servidores da Educação Aplica-se o índice do quadro geral, de correção da inflação, previstos no Projeto de Lei para os Servidores do Quadro Geral.

Art. 2º. O percentual de reajuste do qual trata o parágrafo único, será aplicado aos vencimentos a partir de 1º de Janeiro de 2018.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.807 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA FIRMAR TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM MÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E NIVELAMENTO DE UMA ÁREA LOCALIZADA NO KM 270, DA BR 364, ONDE SERÁ REATIVADO UM POSTO DE GASOLINA, PELO EMPRESÁRIO SÉRGIO GAUER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber que A Câmara Municipal de Vereadores **Aprovou** e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, nos termos do artigo 23 da Lei Orgânica do Município, com a empresa de propriedade do Senhor "**SÉRGIO GAUER"**, para fins de limpeza e nivelamento de uma área localizada no Km 270 da BR 364, onde será reativado um posto de gasolina.

Art. 2º - Será autorizado o uso dos seguintes bens móveis, nos seguintes termos**:**

a) 01 (uma) patrol b) 01 (uma) pá carregadeira c) 04 (quatro) caminhões

§ 1º. Os bens móveis serão conduzidos por funcionários do Município, a fim de garantir o bom uso e preservação dos equipamentos.

§ 2º. Ficará a encargo do Autorizado, o Sr. **SÉRGIO GAUER,** o abastecimento dos veículos para a finalidade do presente projeto.

Art. 3º - Os veículos, objeto da autorização de que trata o "caput" deste artigo, destina-se, exclusivamente para o uso do AUTORIZADO, com a finalidade de realizar um serviço de nivelamento e limpeza do local onde será reativado uma empresa.

Art.4º - A referida autorização de uso poderá ser plenamente revogada e os bens retomados pela municipalidade, em caso de extrema emergência por parte deste Município.

Art.5º - Os veículos objeto do Instrumento de Autorização de Uso a ser firmado, terão suas cláusulas regidas pelos princípios do Direito Administrativo.

Art.6º - Findo o serviço a que o Termo de Autorização de Uso de bens móveis que faz referência e, não havendo interesse das partes em sua prorrogação, deverão os veículos serem restituídos à Municipalidade com o laudo de vistoria a ser firmado entre as partes.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.808 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS E/OU SERVIDORES EFETIVOS E ESTÁVEIS, ATIVOS E INATIVOS E DOS COMISSIONADOS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACIARA/MT".

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MAHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido o reajuste de **5%** (cinco por cento) sobre os vencimentos dos funcionários e/ou servidores efetivos e estáveis, ativos e inativos e dos comissionados do Poder Legislativo de Jaciara, em parcela única alterando-se, via de consequência, os anexos VI, Tabelas de Vencimentos da Lei Municipal nº. 1.723, de 27 de outubro de 2016, da Câmara Municipal, a partir de 1º de Janeiro do corrente ano.

Parágrafo Único. O percentual de 5% (cinco por cento) descrito no *caput* esta decomposto em 2.53% (dois inteiros e cinquenta e três décimos por cento) de perda inflacionária, adotada o índice oficial do IPCA, contando-se de fevereiro a dezembro de 2017 e 2,47% (dois inteiros e quarenta e sete décimos por cento) de aumento efetivo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, com efeitos retroativos à Janeiro/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 22 DE FEVEREIRO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.809 DE 02 DE MARÇO DE 2018.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.060, DE 13 DE JULHO DE 2007 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL EM RAZÃO DA EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 157 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, Prefeito do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Jaciara, Estado de Mato Grosso, aprovou e ele promulgou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subitens 1.03, 1.04, 7.14, 11.02, 13.04, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviço instituída pela Tabela I da Lei nº 1.060/2007, passam a ter as seguintes redações:

DESCRIÇÃO	ALIQUOTA	LOCAL RECOLHIMENTO
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	2,5%	Estabelecimento Prestador
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	2,5%	Estabelecimento Prestador
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5%	Local da prestação do serviço
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância econgêneres.		
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%	Local da prestação do serviço
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.04 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	4%	Estabelecimento prestador
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento ,pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	4%	Estabelecimento prestador
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2,5%	Local da prestação do serviço
25- Serviços funerários.		
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	Estabelecimento prestador

Art. 2º. A Lista de Serviços instituída pela Tabela I da Lei nº 1.060/2007, fica acrescida dos subitens 1.09, 6.06, 14.14,16.02, 17.24 e 25.05 e passam a vigorar com as seguintes redações e alíquotas:

DESCRIÇÃO	ALIQUOTA	LOCAL RECOLHIMENTO
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	2,5%	Estabelecimento prestador
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5%	Estabelecimento prestador
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5%	Estabelecimento prestador
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2,5%	Estabelecimento prestador
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.24 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.	5%	Estabelecimento prestador
25- Serviços funerários.		
25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5%	Estabelecimento prestador

Art. 3º. O artigo 26 da Lei nº 1060/2007, passa a vigorar com as seguintes alterações, acrescido do inciso III :

"Art. 26. O Município, mediante ato do Executivo, poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 2º. .....
....

III – a pessoa jurídica tomadora ou intermediaria de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 9º do art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 4º. O artigo 129 da Lei nº 1060/2007, passa a vigorar com a seguinte redação , alterando também seus incisos X, XIV , XVII, XX , acrescentando incisos XXI e XXII e acrescentando parágrafos 7º, 8º e 9º:

Art. 129. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicilio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXIII, quando o imposto será devido no local:

X- do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIV- dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII- do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX- do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXI- do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 7º - Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput**ou no § 1o, ambos do art. 8o-A, da Lei Complementar 116/2003, acrescido pela Lei Complementar 157/2016, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§ 8º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 9º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 5º. O Artigo 146 da Lei nº 1060/2007, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo:

Parágrafo único - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota de 2%, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial as leis nº 1455/2012, 1404/2011, 1465/2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 02 DE MARÇO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.810 DE 15 DE MARÇO DE 2018.

"**ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 1731 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016 A QUAL FIXA VALOR MÍNIMO PARA O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL OBJETIVANDO A COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais**,**

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 1731 de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º- Fica fixado em **30 (trinta) UPFM – Unidade Padrão Fiscal do Município**, o valor consolidado mínimo para o ajuizamento da Ação de Execução Fiscal visando à cobrança de dívida ativa da Fazenda Municipal".

§ 1º. Os limites estabelecidos no caput não se aplicam quando se tratar de débitos decorrentes de termo de confissão de dívida realizados em acordo judicial ou extrajudicial.

§ 2º. Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do respectivo débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data da apuração.

§ 3º. Para alcançar o valor mínimo determinado no caput, o órgão responsável pela constituição do crédito poderá proceder à reunião dos débitos de mesma natureza e relativos ao mesmo devedor.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 15 DE MARÇO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.811 DE 16 DE MARÇO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REDUZIR OS JUROS E MULTAS E A CONCEDER PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÉBITOS ORIUNDOS DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – PROGRAMA REFIS -2018."

O Prefeito do Município de Jaciara-MT, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, como também o CTM – Código Tributário Municipal, Faço Saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a **dispensar o pagamento de juros e multas, no percentual de 90 % (Noventa por cento)**, decorrentes de seus créditos tributários e débitos oriundos do Departamento de água e esgoto, cujos fatos geradores tenham ocorridos até 31 de dezembro de 2017, inscritos na dívida ativa ou em execução fiscal já ajuizada.

Parágrafo primeiro: Os benefícios do caput deste artigo compreenderão apenas os pagamentos dos débitos tributários e débitos oriundos do Departamento de água e esgoto **realizados em parcela única**.

Parágrafo segundo: Os benefícios do caput deste artigo abrangerá inclusive o contribuinte que tenha débitos objeto de parcelamento e reparcelamento, desde que esse tenha retornado à origem na dívida ativa.

Parágrafo terceiro: é vedada a negociação de créditos tributários de exercícios isolados, devendo abranger todo o crédito tributário inscrito em dívida ativa;

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado também, a parcelar os créditos tributários da seguinte forma:

Parágrafo primeiro: Em **até 12 (doze) parcelas,** sem redução da multa e juros e condicionado ao pagamento de uma entrada no valor de **25% (vinte e cinco por cento)** do total do débito no ato da assinatura do Termo de confissão do débito.

I. Caso o contribuinte seja optante do parcelamento, nos termos do Art. 2º, deverá ser observado o valor mínimo da parcela, conforme segue:

a). 100,00 (cem reais), no caso de pessoa física, para débitos tributários.

b). 200,00 (duzentos reais), no caso de pessoa jurídica, para débito tributários.

c). 50,00 (cinquenta reais), no caso de débitos oriundos do departamento de água e esgoto.

II. As parcelas serão pagas mensalmente e consecutivamente, em datas estabelecidas no termo de confissão, sob pena de cancelamento do parcelamento após o atraso de 03 (três) parcelas consecutivas, retornando imediatamente o seu saldo devedor á origem da divida ativa para posterior execução fiscal e /ou negativação e protesto, ficando vedado o reparcelamento;

III. É vedada a negociação de créditos tributários de exercícios isolados, devendo abranger todo o crédito tributário e débitos oriundos do departamento de água e esgoto inscrito em dívida ativa;

IV. Consideram-se créditos tributários e débitos oriundos do departamento de água e esgoto, a soma do principal, das multas, da atualização monetária e juros de mora;

V. É vedado o benefício instituído pelo artigo 2º, aos contribuintes que deixaram de pagar parcelamento e/ou reparcelamento anterior.

Art. 3º. A regularização dos débitos fiscais será feito pela Secretaria de Administração e Finanças e os executivos fiscais pelo Departamento Jurídico do Município.

Art. 4º. A Opção pelo benefício desta Lei dar-se-á por iniciativa do contribuinte, mediante requerimento protocolado na Prefeitura, em modelo fornecido pela Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 5º. Será considerado optante dos benefícios instituído por esta lei, somente o contribuinte que comprovar o pagamento da primeira parcela do parcelamento ou a parcela única, a vista.

Art. 6º. O REFIS MUNICIPAL não alcança créditos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, ou qualquer outro débito que não seja autorizado por essa Lei.

Art. 7º. A inclusão no REFIS fica condicionada à desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das despesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem como renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

Parágrafo único. Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte suportar as custas e sucumbências.

Art. 8º. A opção pelo REFIS poderá ser formalizada da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: entre o **dia 20 de março a 20 de junho de 2018**, **para o benefício instituído no artigo 1º da presente Lei,** mediante a assinatura requerimento do " REFIS ", conforme modelo a ser fornecido pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal, bem como o pagamento da 1º parcela.

Parágrafo Segundo: entre o **dia 20 de março a 20 de dezembro de 2018**, **para o benefício instituído no artigo 2º da presente Lei,** mediante a assinatura requerimento do "REFIS", conforme modelo a ser fornecido pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal, bem como o pagamento da 1º parcela.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor a partir de 20 de março de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 16 DE MARÇO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.812 DE 20 DE MARÇO DE 2018.

"**DISPÕE SOBRE AMPLIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA AOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, DENTRO DE SUAS PROPRIEDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criada na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura, o Programa **"Porteira Adentro"**, que visa atender os produtores rurais do município de Jaciara, preferencialmente os mini e pequenos produtores rurais, caracterizados como praticantes da agricultura familiar, e em atividades escolares pedagógicas nos estabelecimentos de ensino municipal destinados a produção de hortaliças e frutas, atendimento esse que será realizado com a Patrulha Agrícola Mecanizada.

Art. 2º- Fica a Secretaria Municipal de Agricultura, com supervisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, responsável pela fiscalização dos equipamentos da Patrulha Mecanizada Agrícola de Jaciara-MT quando cedidos aos produtores agropecuários do Município, para a realização dos serviços do Programa Porteira Adentro.

Parágrafo Único: Entende-se por patrulha mecanizada, o conjunto de equipamentos constituídos por:

I – Trator com implemento

II- Retroescavadeira

III – Caminhão Caçamba

IV- Motoniveladora

V- Pá Carregadeira

VI- Escavadeira Hidráulica

Art. 3º - Para a utilização da patrulha mecanizada agrícola ou parte dela, os produtores deverão estar devidamente inseridos no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria Municipal de Agricultura onde deverão requerer a execução do serviço por ele pretendido por meio de Requerimento, mencionando o local, o número aproximado de horas a serem empregadas e o tipo do serviço a ser realizado, obedecendo ao cronograma de uso dos equipamentos, que será estabelecido segundo os cadastros na referida secretaria.

Art. 4º - Fica estipulado um período máximo de 30 (trinta) horas anuais por produtor, para o uso dos equipamentos da Patrulha Agrícola ou parte dela, sendo considerado o ano agrícola de 01 de janeiro a 31 de dezembro, salvo com relação à Retroescavadeira e Motoniveladora cujo período máximo será de 15 (quinze) horas e o Caminhão Caçamba de 05 (cinco) diárias.

Art. 5º - O produtor rural será exclusivamente responsável pelo uso correto dos equipamentos da patrulha mecanizada no que tange às questões ambientais, pois os serviços a serem realizados serão indicados por ele. A área a ser trabalhada pela patrulha mecanizada agrícola deverá estar totalmente livre de tocos, pedras e afloramento de rochas e quaisquer outros materiais que possam danificar as máquinas, equipamentos e/ou implementos.

§1º. O produtor assinará declaração expressa de responsabilidade pelo uso correto dos equipamentos em atendimento ao artigo anterior.

§2º. Fica vedada a atividade em áreas de declive acentuado que impeçam os trabalhos, danifiquem os equipamentos ou coloquem em risco à vida do condutor.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, os produtores de agricultura familiar devem atender os seguintes requisitos:

I – Tenham residência no Município de Jaciara;

II – Produtores cuja propriedade não ultrapassem 04 (quatro) módulos fiscais;

III – Produtores que trabalhem exclusivamente com a mão de obra familiar ou possua, no máximo 02 (dois) empregados registrados permanentemente;

IV – Mínimo de 70% da renda familiar da exploração agropecuária tem que vir do estabelecimento;

V – Esteja quite com o departamento municipal de tributos;

VI – que não possua débitos relativos a serviços anteriores da mesma natureza;

VII – Não possuir trator agrícola e/ou equipamentos que compõem a Patrulha Agrícola;

Paragrafo Único: Não serão atendidas operações em que o produtor tenha condições de realiza-las com recursos próprios.

Art. 7º - Fica criada a taxa de serviços da patrulha mecanizada agrícola, que tem como fato gerador o uso dos equipamentos agrícolas, a ser recolhida aos cofres do Município, e que será destinada exclusivamente ao fundo da Agricultura Familiar.

I – Os valores da referida taxa são expressos em UPFM/JAC (Unidade Padrão Fiscal do Município de Jaciara). Seguem os valores nas alíneas abaixo:

a. Retro escavadeira – 11 UPFM/JAC por hora;

b. Trator com implemento – 7 UPFM/JAC por hora;

c. Caminhão Caçamba – 20 UPFM/JAC por diária;

d. Motoniveladora (patrol) – 11 UPFM/JAC por hora;

e. Pá Carregadeira – 11 UPFM/JAC

f. Escavadeira Hidráulica – 11 UPFM/JAC

II – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável poderá autorizar por meio de documento formalizado, a título gratuito, que a patrulha mecanizada rural realize até 05 (cinco) horas para pequenos produtores rurais que não tiverem condições de arcar com as despesas da taxa do caput do presente artigo.

Paragrafo Único: Todo recurso arrecadado deverá ser aplicado exclusivamente no Programa, e conforme a disponibilidade financeira poderá ser incorporada à Patrulha Mecanizada Agrícola, outros equipamentos ou insumos que venham contribuir para um melhor desempenho das atividades e melhor produtividade nas propriedades rurais.

Art. 8º - O pagamento da taxa deverá ser antecipado e será recolhido através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, emitido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: Uma vez deliberada a execução e efetuado o pagamento, os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior.

Art. 9º - Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de pagamento antecipado, os serviços pleiteados pelo interessado não forem iniciados, o valor por eles pago será restituído mediante requerimento protocolado na Prefeitura pela parte interessada.

Art. 10º - Se o número de horas trabalhadas excederem o valor correspondente ao que foi pago por antecipação, a Secretaria Municipal de Agricultura, deverá comunicar ao Departamento Municipal de Tributos mediante memorando próprio, informando a quantidade de horas excedentes, a fim de que estas horas sejam cobradas do agricultor para qual foi executado o serviço.

$1º O beneficiário, após receber do departamento de Tributos a Notificação para pagamento, terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o recolhimento de ser débito os cofres públicos do Município.

$ 2º Caso o débito não for recolhido dentro do prazo fixado, o mesmo deverá ser corrigido à época do pagamento pela mesma sistemática de cálculo que são os tributos municipais.

§ 3º. O abastecimento do combustível utilizado pelas máquinas/equipamentos, objeto de autorização de uso, é da própria Prefeitura Municipal, sendo esta despesa já incluída no cálculo do valor estimado das horas/diária efetivas dos equipamentos.

Art. 11º - Os equipamentos da patrulha mecanizada agrícola serão utilizados para fins agrícolas, pecuária e piscicultura, ficando vedado o empréstimo dos equipamentos e também a utilização para outras finalidades, não especificadas na presente lei.

Art. 12º - A Secretaria de Agricultura poderá propor a efetivação de Convênio com Entidades que possuam objetivos comuns para execução do presente programa.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 20 DE MARÇO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.813 DE 21 DE MARÇO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DOAÇÃO COM ENGARGOS DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL PARA A EMPRESA MILLENIUM BIONERGIA S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito do Município de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, em especial o artigo 19, faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, AUTORIZADO realizar a doação de uma área de 27 hectares, localizada no distrito industrial, matriculado sob nº. 1.577, fls. 77, do Livro 2E, perante o Cartório do Registro de Imóveis de Jaciara/MT, avaliado em **R$ 245.181,06** (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e seis centavos), conforme avaliação anexa, para a seguinte empresa:

MILLENIUM BIOENERGIA S.A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 21.543.596/0001-46.

Art. 2º- A doação de que trata o art. 1º desta Lei independe de concorrência, em vista da existência de relevante interesse social e de ser feita com encargo, de conformidade com o art. 19 da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º- A donatária obriga-se, como encargo da doação:

a) Utilizar o terreno doado para ampliar suas instalações, geração de novos empregos e a sua produção industrial, devendo iniciar a construção dentro do **prazo de 6 (seis) meses**, contados da assinatura da escritura pública de doação e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município,. b) Realizar, anualmente, a doação de 0,5 % do lucro líquido da empresa, para o Município implementar suas ações sociais.

Parágrafo único: O recurso proveniente dessa doação, será realizado em um fundo municipal, o qual deverá ser gerido por um conselho, composto por representantes da Câmara Municipal, membros do Ministério Público, membros da Defensoria Pública, Membros da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como entidades representativas da sociedade civil.

Art. 4º - Na Escritura Pública de doação do imóvel constará obrigatoriamente cláusula em que a donatária se obrigue a atender à finalidade e aos prazos referidos nessa, sob pena de reversão automática do objeto doado ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 5º - A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão, obrigatoriamente, os encargos da donatária, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, nos termos do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, sob pena de nulidade do ato.

Art. 6º - Mediante autorização expressa do Poder Legislativo e Poder Executivo, poderá a empresa beneficiada hipotecar ou dar em garantia a instituições Financeiras ou Bancárias, o terreno recebido em doação, para fins de levantamento de empréstimos destinados à instalação e manutenção do empreendimento ou ao desenvolvimento do complexo de suas atividades industriais dentro do Município.

Art. 7º - Na hipótese do artigo anterior, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93.

Art. 8º - Faz parte da presente Lei, o mapa da área doada, matrícula, carta de intenção da empresa, avaliação do bem imóvel, bem como projeto do empreendimento.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 21 DE MARÇO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.814 DE 21 DE MARÇO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE REPOSIÇÃO SALARIAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS E ALTERAÇÃO DAS LEIS Nº 1.417 DE 13 DE MARÇO DE 2012, 1.458 DE 02 DE JULHO DE 2012, 1.495 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012 E 1.752 DE 05 DE JUNHO DE 2017 DA PREV-JACI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE JACIARA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNCIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Jaciara aprovou e ele SANCIONA A seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido à reposição (Revisão Geral Anual) com índice do IPCA de 1,81 (um inteiro e oitenta e um décimo por cento), sobre os vencimentos dos funcionários efetivos e comissionados do Prev-Jaci – Fundo Municipal de Previdência Social de Jaciara-MT, alterando-se o anexo I da Lei 1.417/2012, anexo II da Lei Municipal nº 1.458/2012, anexo I da Lei 1. 495/2012 e anexo I da Lei 1.752/2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário..

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 21 DE MARÇO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.815 DE 28 DE MARÇO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAÇÃO DE TERRENO PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – URBANO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o município de Jaciara-MT, a firmar convênio com quaisquer entidades sem fins lucrativos, de acordo com a Portaria 747/2014, de 01 de Dezembro de 2014, e alterações promovidas por meio da Portaria 778 de 11 de Dezembro de 2014, e Portaria 500 de 24 de Setembro de 2015, todas do ministério das cidades, com resultado homologado pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida – entidades aprovada pela resolução 214 do conselho curador do fundo de desenvolvimento social – CCFDS, de 15 de novembro de 2016, visando a construção de moradias populares destinados a famílias com rendas familiar de até **R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).**

Art. 2º O convênio, tem como objeto atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade através de unidades habitacionais.

Art. 3º. O município poderá outorgar escritura pública as respectivas entidades que vier a firmar convênio com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo de 180 dias (cento e oitenta) podendo ser prorrogado pelo período não superior a 6 meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º - O imóvel, de propriedade do Município de Jaciara, localizado na zona urbana desta cidade, totalizando 109.731,12 m², localizado no Loteamento Jardim Aeroporto II, na Avenida José de Bia, Município de Jaciara/MT, **conforme planta anexa** será doado exclusivamente a promover a construção de unidades residenciais para às famílias que detenham renda conforme normas do Programa Minha Casa Minha Vida, a ser operacionalizada pela Caixa Econômica Federal no âmbito do "Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV", do Ministério das Cidades, para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, instituído pela Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, pelo que fica também autorizada a sua desafetação para tal fim.

§ 1º - O imóvel constará dos bens e direitos integrantes do patrimônio da entidade aprovadas pelo CCFDS, conforme Art.1º desta Lei, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, sendo observadas, quanto a tais bens e direitos, as seguintes restrições:

I - não integra o ativo da associação;

II - não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da associação;

III - não compõem a lista de bens e direitos da entidade, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV - não pode ser dado em garantia de débito de operação da associação;

V - não são passíveis de execução por quaisquer credores da associação, por mais privilegiados que possam ser;

VI - não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre os citados imóveis.

VII- A entidade aprovada poderá incorporar o terreno objeto dessa Lei de doação a empresa de construção civil com acerco e capacidade técnica legitimada para a produção e comercialização das unidades habitacionais.

§ 2º - As unidades residenciais, a que se refere o artigo anterior, serão destinadas a famílias com renda mensal entre R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) conforme normas do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha vida – urbano faixa 1,5, que serão organizadas pela entidade conforme norma estatutária, sob pena de reversão ao patrimônio do Município de Jaciara-MT.

§ 3º - As famílias de renda referidas no § 2º deverão estar enquadradas nos planos habitacionais, filiada a entidade sem fins lucrativos, além de preencher os requisitos exigidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

§ 4º As construções deverão ter no mínimo 43m² (quarenta e três metros quadrados) de áreas construídas.

Art. 5º - Igualmente dar-se-á a revogação da doação caso a donatária deixe de dar início à execução das obras de engenharia civil nos imóveis, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da escritura pública doação dos bens, na forma da lei, e fica a entidade responsável pelo cadastramento das famílias, promover as tratativas necessárias com vista aos recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida para construção das unidades habitacionais.

Art. 6º - Em qualquer das hipóteses preconizadas nos artigos antecedentes, a revogação operar-se-á automaticamente, independente de aviso, interpelação ou notificação da donatária, com a reversão dos bens ao patrimônio do Município de Jaciara-MT .

Art. 7°. O imóvel objeto da doação ficará isento do recolhimento dos seguintes tributos municipais:

I. ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis:

a) quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação; e

b) quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal.

II. IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, apenas enquanto permanecer sob a propriedade do Donatário.

III - Quando da construção do imóvel, a associação terá isenção de 50% (cinquenta por cento) do ISSQN sobre a obra.

Art. 8º- A presente lei terá como objetivo principal:

a) a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas;

b) criar e fomentar novos postos de trabalho diretos e indiretos, especialmente por meio da cadeia produtiva da construção civil;

c) atender a demanda habitacional do município, com oferecimento de moradias dignas as famílias carentes.

Art. 9º . O Município de Jaciara-MT, juntamente com a entidade, realizará minucioso cadastro socioeconômico das famílias que serão beneficiadas pelas unidades habitacionais de que trata esta Lei.

Art. 10º. É obrigatório aos futuros beneficiados ou mutuários à comprovação dos seguintes dados:

a) ser maior de dezoito anos;

b) renda familiar bruta mensal a partir de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) de acordo com o Programa Minha Casa Minha Vida - urbano;

c) ter residência fixa no Município há mais de dois anos;

d) não possua outro imóvel e que tenha sido beneficiado por nenhum programa habitacional;

Art. 11º - Fica autorizado o poder publico municipal celebrar convênio com a entidade para fiel execução da presente Lei.

Art. 12º. O poder público Municipal fica autorizado a executar dentro dos limites e/ou no interior da área desta doação, terraplanagens, infraestruturas de água, esgoto e pavimentação, dentro dos limites de seu orçamento.

Art. 13º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da donatária.

Art. 14º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 28 DE MARÇO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.816 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO E ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JACIARA-MT, PARA O DECÊNIO 2015-2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1. 676/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015".

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais**,** FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera-se o anexo I, que trata das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências, de acordo com o diagnóstico elaborado pela Conferência de Avaliação do Plano Municipal de Educação – 2017, cujas metas e estratégias passam a vigorar nos termos do Anexo devidamente retificado.

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 05 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

ADNAN ALLI AHMAD

Secretario Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria Nº. 05/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

ANEXO I

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1- Ofertar Educação Infantil para 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME e universalizar a oferta de Educação Infantil em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos até 2016.

Indicadores:

1 A - Número de crianças de 04 a 05 anos atendidos em relação a população desta faixa etária X 100.

1 B - Número de crianças de 0 a 03 anos atendidos em relação a população desta faixa etária X 100.

Estratégias:

1.1. Instituir mecanismo de colaboração entre setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade;

1.2. Assegurar que todas as instituições de Educação Infantil tenham seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) consolidados;

1.3. Implantar no 2º ano de vigência deste Plano a Proposta Curricular para Educação Infantil de 0 a 5 anos no município e implementar durante a vigência do Plano.

1.4. Garantir relação professor\criança, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade);

1.5. Assegurar, no prazo de vigência deste PME, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) municipais que assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação; d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo; e) mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos; f) quadra coberta; g) adequação às características das crianças especiais;

1.6. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como, de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.7. Ampliar a oferta às crianças de 0 à 3 anos de idade, através da construção de duas novas creches num prazo de quatro anos, a contar da aprovação deste plano em parceria com o Estado e União;

1.8. Ampliar a oferta às crianças de 4 e 5 anos de idade, através da construção de uma unidade de ensino infantil, bem como ampliação e adequação das unidades de educação infantil no prazo de dois anos, a partir da aprovação deste plano em parceria com o Estado e União, priorizando este atendimento nas Escolas Municipais;

1.9. Implementar avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.10. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais

de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.11. Oportunizar e assegurar em colaboração com os outros entes federados, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga, possibilitando a relação computadores/crianças nas instituições de Educação Infantil, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação como mais um ambiente de aprendizagem;

META 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 100% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Indicador

2 A - Número de crianças e adolescentes de 06 e 14 anos matriculados no Ensino Fundamental/pelo total de população desta faixa etária X 100.

2 B- Quantidade de alunos no Ensino Fundamental com idade adequada/ pelo total de matrículas no Ensino Fundamental X 100.

2 C - Quantidade de alunos no Ensino Fundamental com defasagem idade/fase/ano/ total de matriculas no Ensino Fundamental X 100.

2 D- Quantidade de alunos no Ensino Fundamental com repetência/total de matriculas no Ensino Fundamental X 100.

2 E - Quantidade de alunos no Ensino Fundamental com abandono/total de matriculas no Ensino Fundamental X 100.

Estratégias

2.1. Consolidar a identidade do Ensino Fundamental, aperfeiçoando a concepção curricular que proporciona formação geral e específica;

2.2. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;

2.3. Estimular o acesso às tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo;

2.4. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.5. Garantir relação professor/aluno, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade);

2.6. Reduzir em 100% (cem por cento) a distorção idade/ano, com qualidade na aprendizagem;

2.7. Reduzir em 100% (cem por cento) a repetência e a evasão no ensino fundamental, primando pela qualidade da Educação.

2.8. Estabelecer, no prazo de um ano após aprovação deste plano, padrões mínimos de infraestrutura para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo: a. Espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente; b. Instalações sanitárias e para higiene; c. espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar; d. Adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos deficientes; e. Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas; f. Mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos; g. Quadra coberta;

2.9. Garantir que o número de alunos em sala de aula não ultrapasse o limite de espaço mínimo a que cada aluno tem direito, possibilitando ao professor trabalhar em um ambiente propício à realização do ensino;

2.10. Garantir alimentação saudável e de qualidade, promovendo capacitações para nutrição escolar, valorizando costumes alimentares da região e garantindo a compra de 30% da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar, conforme Programa Nacional de Aquisição de Alimentos - PNAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2.11. Manter e buscar a permanência constante do aluno na escola, proporcionando um ensino de qualidade, garantindo o rendimento escolar do aluno por ano ou por ciclo respeitando as especificidades e as demandas da comunidade, a partir do primeiro ano do Plano.

2.12. Retomar e efetivar o uso da Ficha de Controle do Aluno Infrequente – FICAI, com vistas a reverter os quadros de baixas frequências, baixo aproveitamento escolar, evasão e distorção idade-ano;

2.13. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com as áreas de Saúde, da Assistência Social, Conselho Tutelar e do Ministério Público;

2.14. Melhorar o aproveitamento dos alunos do ensino fundamental, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

META 3 : Alfabetizar todas as crianças até o máximo 8 anos de idade até o final deste PME.

Indicador

3 A - Quantidade de crianças alfabetizadas ao final do 3º ano do Ensino Fundamental pelo total de crianças matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

3.1. Estruturar o Ensino fundamental de 9 anos a fim de garantir alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano; 3. 2. Incentivar a utilização de avaliação formativa e processual como estratégia de acompanhamento do desempenho do aluno e aprimoramento do trabalho pedagógico;

3.3. Elaborar e implementar plano plurianual de formação e atualização de docentes e profissionais da educação para atuação no Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com as orientações legais vigentes. 3.4. Oportunizar aos docentes e profissionais da educação, acesso a cursos e formação continuada, visando ao aprofundamento de estudos e o atendimento das demandas decorrentes do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula.

3.5. Garantir que todas as escolas organizadas em Ciclos de Formação Humana tenham o Coordenador Pedagógico e Coordenador de Ciclo/Professor Articulador em todos os ciclos, com espaço físico específico e adequado para atender a demanda.

META 4 - Garantir em parceria com a União e o Estado a oferta de Ensino Médio a 100% da demanda, com acréscimos anuais de 25% até 2017.

Indicadores:

4 A- Número de matriculas no ensino médio em relação a população escolarizável.

4 B- Percentual da população de 15 a 17 anos do Ensino Médio aprovados no município.

4 C- Percentual da população de 15 a 17 anos do Ensino Médio reprovados no município.

4 D- Percentual da população de 15 a 17 anos do Ensino Médio Desistente no município.

Estratégias:

4.1. Articular com a SEDUC-MT a relação professor/estudante, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características desta etapa de ensino, conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade;

4.2. Consolidar a identidade do Ensino Médio, aperfeiçoando a concepção curricular que proporciona formação geral e específica;

4.3. Fomentar através da SEDUC-MT e os IFs programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo para jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

4.4. Fortalecer políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, respeitando-se sempre os direitos e garantias fundamentais da Constituição da República, em especial à liberdade de consciência;

4.5. Estimular a participação dos adolescentes jovens e adultos nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

4.6. Fomentar através da SEDUC-MT e os IFs a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, e das pessoas com deficiência.

4.7. Ofertar, em parceria com Estado e União, cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender demandas específicas, especialmente as comunidades do campo, trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais e adolescentes em processo de ressocialização.

4.8. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir em regime de colaboração, a presença do aluno e o apoio à aprendizagem.

Meta 5. Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as seguintes médias no IDEB:

IDEB 2015 2017 2019 2021

Anos Iniciais do Ensino Fundamental 5,2 5,5 5,7 6,0

Anos finais do Ensino Fundamental 4,7 5,0 5,2 5,5

Anos Iniciais do Ensino Fundamental 4,3 4,7 5,0 5,2

Indicadores

5 A- Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.

5B- Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1. Assegurar que todas as modalidades tenham desencadeado o processo para a elaboração do seu projeto político – pedagógico, com observância das Diretrizes Curriculares e/ou politicas estadual e municipal, com efetiva participação da comunidade; (nova)

5.2. Ofertar curso de formação continuada aos profissionais da Educação, prioritariamente no local de trabalho, de forma articulada e integrada com a prática no contexto do processo educativo; (nova)

5.3. Implantar proposta Curricular do Ensino Fundamental nos três primeiros anos de vigência do PME e implementar durante a vigência do mesmo, conforme estabelecido nas Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica e Base Nacional Comum dos Currículos com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental, respeitada as diversidades Regionais Estadual e Local;(nova)

5.4. Orientar as políticas das redes públicas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com menores índices e a média nacional, através do apoio e uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas, garantindo a equidade da aprendizagem e reduzindo as diferenças entre as médias dos índices da rede estadual e municipal até o último ano de vigência deste PME.

Meta 6: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo atingir as médias com melhoria da proficiência no Exame Nacional do Ensino Médio, de forma a alcançar em dois anos, 50% da participação dos estudantes concluintes do ensino médio, e 80% até o final da vigência deste plano.

Indicadores:

6 A - Média do IDEB do Ensino Médio.

6 B- numero de alunos que terminaram o Ensino Médio e realizaram o ENEM pelo total de alunos que terminaram o Ensino Médio

Estratégias:

6.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação Interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino médio, respeitando a diversidade regional, estadual e local;

6.2. Assegurar que no quinto ano de vigência deste plano, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino médio tenham alcançados o nível suficiente de aprendizagem em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

6.3. Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

6.4. Formalizar e executar os planos de ações articuladas (estado e município) dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnicos e financeiros voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores, e demais profissionais de educação, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar pública;

6.5. Participar da busca ativa da população de 15 a 19 anos que se encontra fora da escola, para sua inserção no ensino médio, numa articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e Saúde, Conselho Tutelar e a Secretaria de Estado de Educação;

6.6. Desenvolver ações articuladas entre SEDUC, SMECDL, Assistência Social, Conselho Tutelar e Secretaria de Esporte com objetivo de diminuir o índice de evasão e repetência escolar no Ensino Médio;

6.7. Estimular parcerias entre SEDUC, SMECDL, Assistência Social, Conselho Tutelar e Secretaria de Esporte na criação de programas de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas pelos adolescentes e jovens;

META 7 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Indicador

7 A - Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos no Ensino Fundamental na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

7.1. Manter em parceria com a União, Estado e Município programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a continuidade e conclusão da educação básica;

7.2. Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação

profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

7.3. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, nas diversas modalidades educativas;

7.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

7.5. Buscar parceria com a União para reestruturação e aquisição de equipamentos e mobiliários voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

7.6. Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

7.7. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculada ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

7.8. Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e utilização de diretrizes nacionais;

7.9. Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

META 8 - Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para 100% (cem por cento) da demanda existente até o final deste PME.

Indicador.

8 A - Número de demanda de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e médio do município/ pela população de jovens e adultos do município X 100.

Estratégias:

8.1. Estabelecer parceria com Estado para a realização de mapeamento e busca ativa de jovens e adultos fora da escola, com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, por residência ou local de trabalho, visando identificar a demanda e programar a oferta da EJA desde a alfabetização ao ensino médio;

8.2. Alfabetizar todos os jovens e adultos no município com garantia da continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade até o término deste plano;

8.3. Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características da demanda da EJA, conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade e com a agenda territorial Municipal.

8.4. Garantir acesso gratuito a exames de certificação de conclusão e/ou de prosseguimento de estudos nos ensinos fundamental e médio.

8.5. Estabelecer parcerias entre União, Estado e Município, envolvendo Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Ambiental, Cultura e Desporto, executando ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos.

8.6. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados e os sistemas de ensino para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

8.7. Apoiar o Fórum Permanente de Debates de Educação Jovens e Adultos para que realize, anualmente, em todos os sistemas de ensino a partir da aprovação deste plano, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização e demais etapas da educação de jovens e adultos, buscando o contínuo aperfeiçoamento dos programas públicos oferecidos.

8.8. Garantir imediatamente após a aprovação deste plano, a participação contínua do Fórum Permanente de Debates de Educação Jovens e Adultos, nas discussões de propostas e diretrizes para EJA, bem como, nos processos de avaliação e acompanhamento de programas, assegurando o cumprimento das metas deste Plano;

8.9. Garantir salas anexas equipadas, no campo, para atender alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA com aulas presenciais;

8.10. Assegurar um profissional técnico para atender as necessidades de pais alunos cujo os filhos menores de 10 anos necessitem de acompanhamento enquanto estudam para que não haja desistências.

META 9 - Universalizar, para a população de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Indicadores

9 A- Número de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação atendidos em relação a população total de população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação do município.

9 B- Número de escolas no município com Sala de Recursos em relação ao número de escolas do município.

Estratégias:

9.1. Estabelecer parceria com o Estado para realizar o mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, por residência ou local de trabalho.

9.2. Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiências, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação, além de incluir os profissionais da educação que tenham algum tipo de necessidade especial.

9.3. Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

9.4. Garantir a oferta de educação inclusiva, no contra turno vedado à exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovido à arti-

culação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

9.5. Garantir salas de recursos multifuncionais e ofertar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, da rede pública e privada de educação básica sempre que se fizer pertinente ou necessário.

9.6. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com finalidade de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma, a assegurar a atenção integral ao longo da vida, conveniando instituições filantrópicas que trabalham com esse fim;

9.7. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

9.8. Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no período diurno para contemplar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

9.9. Fortalecer o atendimento especializado aos estudantes da educação especial inclusos na Educação de Jovens e Adultos.

9.10. Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham impedimento comprovado por meio de laudo médico.

9.11. Atender a demanda pelos serviços e apoios especializados como complementação do processo de escolarização.

9.12. Expandir o atendimento às pessoas com surdez, garantindo intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes surdos nas salas regulares, investindo na formação de recursos humanos, em parcerias com as IES públicas e organizações não governamentais.

9.13. Fortalecer e ampliar transporte adaptado para estudantes com deficiência das escolas urbanas e do campo.

9.14. Capacitar os profissionais da educação das unidades escolares estaduais e municipais, bem como, assessores pedagógicos estaduais e equipe Técnica Pedagógica da SMECDL, para que se assegure, na proposta pedagógica, a inclusão dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

9.15. Disponibilizar livros de literatura e didáticos em Braille, falados e em caracteres ampliados, às escolas que têm estudantes cegos e de baixa visão, bem como, livros adaptados para alunos com deficiência física, por intermédio de parcerias com instituições de assistência social, cultura e organizações não governamentais, União, Estado e Município.

9.16. Estabelecer parcerias com a área de saúde e assistência social do Estado e Município, previdência e outras instituições civis afins, para aplicar testes de acuidade visual, auditiva e demais exames especializados nos estudantes das instituições de educação básica.

9.17. Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

9.18. Apoiar ações e programas de inclusão digital às pessoas com necessidades educacionais especiais.

9.19. Oferecer qualificação profissional por polo aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, considerando as demandas locais e visando sua colocação e permanência no mercado de trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais.

9.20. Elaborar estudos e assegurar monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higienização, alimentação e locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar de acordo com a legislação vigente.

9.21. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

9.22. Garantir parcerias com equipes multidisciplinares para diagnosticar possíveis deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

9.23. Garantir equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos adequados para atendimento de alunos com deficiência no ensino regular.

META 10 - Ofertar educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até o final deste PME.

Indicadores

10 A - Número de alunos que moram no campo e são atendidos na escola do campo/número de alunos do campo que frequentam Educação básica X 100.

10 B - Número de alunos que mora no campo e frequenta a escola de Ed. Básica na área urbana/número de alunos do campo que frequentam a Educação básica x 100.

Estratégias.

10.1. Estabelecer parcerias Estado/municípios para a realização de mapeamento a cada dois anos para busca ativa de estudantes fora da escola em parceria com as áreas de assistência social, saúde e demais instituições de assistência ao homem do campo, por residência ou local de trabalho.

10.2. Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade.

10.3. Universalizar a oferta da educação básica no e do campo, respeitando as peculiaridades de cada região, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica com base na agroecologia e na socioeconomia solidária.

10.4. Continuar a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.

10.5. Implementar e garantir cursos profissionalizantes nas escolas do campo, de acordo com a demanda, com profissionais capacitados nas áreas técnicas, atendendo a singularidade de cada região e suas diferentes formas de produção, por intermédio de parcerias firmadas entre as diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra de forma equilibrada e outras demandas locais.

10.6. Destinar área específica às práticas agroecológicas, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo.

10.7. Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União Estado e Município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural.

10.8. Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e Município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e as normas

de acessibilidade que garantam a segurança das crianças com deficiência, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos alunos e assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos alunos oriundos da zona rural e urbana quando houver necessidade, conforme legislação vigente.

10.9. Elaborar, implantar, implementar e avaliar a proposta curricular para a Educação Infantil que respeite a cultura do campo e a Educação Ambiental, Educação Indígena, Educação Especial, Diversidade Étnico Racial;

10.10. Garantir a permanência e funcionamento das escolas do/no campo e que sejam respeitadas as especificidades dos povos do campo.

10.11. Garantir as instalações da Escola Municipal Agrícola para formação da Escola do Campo, que atenda a população campesina, levando em conta sua cultura e diversidade até 2019;

10.12. Garantir o cumprimento da LDB e das Políticas Públicas para atendimento da Educação Básica do e no Campo até 2019.

META 11 - Oferecer até 2024, Educação Integral em jornada ampliada em no mínimo, 10% das escolas públicas do município de modo a atender 9,8% dos alunos da Educação Básica.

Indicadores

11 A- Número de estudantes matriculados na Educação Básica com carga horária entre 5 a 7 horas diárias/número de matrículas na Educação Básica X 100.

11 B - Número de escolas de Educação Básica com carga horária entre 5 a 7 horas diárias/ número de escolas na Educação Básica no município X 100.

Estratégias:

11.1. Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

11.2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

11.3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como, da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

11.4. Atender às escolas do campo, na oferta de Educação Integral em Jornada Ampliada, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

11.5. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus e teatros;

11.6. Garantir que todos profissionais de Educação que atendem no contra turno tenha formação inicial e continuada até o final deste plano.

META 12- Fomentar o fortalecimento das IES, mediante realização de parcerias que possam reverter simultaneamente para a formação de profissionais de nível superior e o atendimento das demandas e necessidades das instituições educacionais do município.

Indicador

12 A - Proporção de docências que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na educação básica.

Estratégias

12.1. Incentivar a realização de estudos e pesquisas que contribuam para o aprimoramento do trabalho pedagógico e melhoria da qualidade da educação do município;

12.2. Estabelecer parcerias com universidades, sistemas de ensino e instituições de Ciência e Tecnologia, de forma a incrementar o desenvolvimento nas áreas científica, social, cultural e econômica, através de projetos de pesquisa, de extensão e de abrangência social;

12.3. Estimular o desenvolvimento e a consolidação de cursos de pós-graduação nas IES (Instituto de Educação Superior), visando à formação cada vez mais qualificada de profissionais e de docentes nas diversas áreas;

12.4. Formar parceria e incentivar a criação de cursos em nível superior, destacadamente à que se refere em formação em licenciatura e demais áreas do conhecimento, considerando a necessidade do município;

12.5. Possibilitar a inclusão no ensino superior de afro descendente, indígena, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;

12.6. Garantir a criação de conselhos universitários para acompanhamento e controle social das atividades das IES (Instituto de Educação Superior), visando assegurar a sociedade o retorno dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão;

12.7. Estimular a inclusão de representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos Universitários;

12.8. Ampliar em 10% anualmente, a partir da aprovação deste plano, o número de bolsas nas IES para garantir acesso e permanência dos alunos de baixa renda, tendo como contrapartida dos beneficiados a prestação de serviço para a própria instituição ou para atendimento de demandas sociais;

12.9. Buscar parcerias para implantar no mínimo 05 cursos de Educação Profissional Tecnológica e 07 de pós-graduação através da IES até o final da vigência deste plano;

12.10. Apoiar os cursos de graduação e pós-graduação à distância priorizando as universidades públicas, a partir da aprovação deste plano;

12.11. Buscar parcerias com órgãos federais para a qualificação em pós-graduação (mestrado e doutorado), visando estimular a qualificação de docentes das escolas públicas;

12.12. Estimular a inclusão, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, de parcerias e projetos envolvendo professores e alunos de licenciaturas de Ensino Superior, com vistas à capacitação dos docentes e profissionais da escola;

12.13. Observar, no que diz respeito à educação superior, as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação, formação de professores, educação especial e educação de jovens e adultos.

META 13 - Assegurar e ampliar em regime de colaboração entre união, estado e município, com qualidade, os programas de formação inicial e continuada, promovendo o acesso de todos os profissionais da educação do município.

Indicadores

13 A - Número de curso de graduação e pós-graduação voltado para a educação no município.

13 B - Número de professores que atuam na Educação que realizam formação continuada.

13 C - Número de profissionais não docentes que atuam na Educação que realizam formação continuada.

Estratégias

13.1. Assegurar a formação profissional para desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;

13.2. Estabelecer parceria com as instituições de nível superior do município ou da região, para a oferta de cursos de licenciaturas conforme as necessidades locais;

13.3. Garantir cursos de formação continuada para os profissionais da educação que já atuam nas escolas de ensino regular, para trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais;

13.4. Incluir nos currículos e programas dos cursos de formação de profissionais da educação, temas específicos de inclusão, Direitos Humanos, diversidade ambiental, cultural, socioeconômica e étnico-racial;

13.5. Garantir, já no primeiro ano de vigência deste plano, que os sistemas estaduais e municipais de ensino mantenham programas de formação continuada de professores em todas as áreas do conhecimento e demais profissionais de educação contando com a parceria das instituições de ensino superior sediadas no município ou região;

13.6. Fortalecer a formação continuada dos profissionais de educação através da criação do centro de formação dos profissionais da educação no município.

13.7. Ofertar através de parceria com instituições de nível superior programas de pós-graduação e pesquisa em educação observando as necessidades das unidades de ensino;

13.8. Identificar e mapear, nos sistemas de ensino, pessoal técnico e administrativo que necessitam de formação profissional;

13.9. Elaborar e implementar, no prazo de dois anos a partir da vigência deste plano, em parceria com a união, estado e município programas de formação profissional (PROFUNCIONÁRIO) para os não docentes;

13.10. Garantir entre 33,33% da carga horária dos professores efetivos e contratados para a preparação de aulas, avaliações e reuniões pedagógicas, conforme o artigo 37 da Lei 930/03 de julho de 2003;

13.11. Garantir a participação dos profissionais da educação em Congressos Educacionais, Municipais, Estaduais e Nacionais e em assembleias de sindicato que o represente;

13.12. Disponibilizar verbas para desenvolvimento de pesquisas e divulgação na área da educação assim como formação continuada para além da sala do educador;

13.13. Reestruturar e equipar a biblioteca municipal com acervo atualizado e lotar profissional com formação na área;

13.14. Garantir, a partir do 1º ano de vigência do plano, a formação de todos os profissionais da educação para trabalhar com a informática educacional/ inclusão digital, a ser desenvolvido pelo Núcleo Tecnológico Municipal, disponibilizando atendimento nos período matutino, vespertino e noturno e finais de semana; num prazo de 3 anos;

13.15. Implementar programas de orientação à prevenção de doenças funcionais, garantindo tratamento gratuito adequado a todos os profissionais da educação;

13.16. Garantir aos docentes contratados hora de trabalho pedagógica, garantindo 33,33% da jornada de trabalho aos Profissionais contratados receberem 10(dez) horas pedagógicas até 2018;

13.17. Ofertar qualificação permanente para todos os profissionais da educação;

13.18. Oferecer cursos de formação continuada sobre história e cultura Afro-brasileiras e relações étnico raciais e indígenas aos profissionais da educação;

13.19. Oferecer formação continuada aos profissionais da educação pública e privada referente à Educação Ambiental, Educação Indígena, Educação Especial, Direitos Humanos, Diversidade Étnico Racial;

13.20. Acompanhar e avaliar a formação docente inicial e continuada dos profissionais da educação.

META 14 - Desenvolver Programas de Qualidade de Vida, prevenção, atendimento à saúde aos profissionais da educação, durante a vigência deste Plano.

Indicador 14 A- Programa de Qualidade de Vida implantado.

Indicador 14 B- Número de profissionais da educação pelo número de profissionais participantes do programa.

Estratégias:

14.1- Garantir parcerias com as instituições públicas de saúde e assistência social para implantação do Programa Qualidade de Vida;

14.2- Oferecer o Programa de Qualidade de Vida a todos os profissionais da rede pública em parceria com a rede estadual de ensino incluindo os ativos e inativos; 14.3- Garantir infraestrutura e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades do programa;

14.4- Realizar levantamento e análise dos motivos que acarretam o número elevado de profissionais da Educação em situação de desvio de função legal;

14.5- Encaminhar e acompanhar os profissionais da educação em desvio de função legal para o Programa de Qualidade de Vida;

14.6- Realizar o processo legal juntamente com o jurídico e Recursos Humanos aos profissionais da Educação de readaptação que estiver nesta condição por mais de 02 (dois) anos.

14.7 – Realizar o processo legal juntamente com o jurídico, PREVJAC e Recursos Humanos aos profissionais da Educação que estão em afastamento por doença por mais de 2 (dois) anos para viabilizar o processo de aposentadoria.

14.8- Garantir a todos os profissionais da educação encaminhados para readaptação a avaliação de uma Junta Médica.

META 15 - Garantir salários condignos, equiparação salarial a todos os profissionais da educação, tomando como referência o piso salarial profissional nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal e/ou conforme a Lei do piso profissional nacional 11.738/2008.

Indicador

15 A- Percentual do piso salarial nacional pago aos profissionais da educação do magistério no município.

Estratégias

15.1 Garantir que até o ano de 2020 seja equiparado o Piso Municipal dos Profissionais da Educação ao Piso Nacional independente da jornada de trabalho.

15.2. Garantir que toda verba destinada à Educação seja depositada em conta própria e gerida pelo gestor da pasta.

15.3. Garantir concursos públicos para ingresso na rede pública de ensino, mediante disponibilidade de vagas com posse imediata, respeitando o plano de carreira, a habilitação e as qualificações exigida para os cargos.

15.4. Garantir que os profissionais de contratos temporários da rede pública de ensino tenham direito à remuneração de férias e décimo terceiro.

15.5. Assegurar 02 horas de formação continuada semanais, computadas na hora de trabalho dos profissionais técnicos e apoio da educação.

15.6. Assegurar que a rede municipal de ensino constitua seu quadro de profissionais do magistério, com 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo.

15.7. Assegurar que o quadro de profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação, nas suas diferentes funções, seja ocupado por profissionais efetivos.

15.8. Garantir as metas pertinentes a Formação dos Profissionais e Valorização do Magistério, incluídos nos demais capítulos deste Plano.

15.9. Assegurar de forma gradual, a equiparação salarial entre a rede Municipal e a rede Estadual, tendo o prazo de seis anos a partir da aprovação deste plano.

15.10. Garantir o enquadramento dos profissionais que ingressaram na carreira com o Magistério e realizaram graduação em cursos de licenciaturas até 2019;

15.11. Garantir Valorização aos profissionais que atuam na função de coordenação pedagógica (escola e SMECDL), Assessoramento Pedagógico e Coordenação de Projetos, remuneração com gratificação de acordo com o PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários).

META 16 - Assegurar, imediatamente, após a aprovação deste PME a efetivação da Gestão Democrática da Educação no âmbito das Escolas Públicas Municipais.

Indicadores

16 A - Número de escolas públicas que realizaram a eleição direta para diretor em relação ao numero de escola no município.

Estratégias

16.1 Ampliar os programas de apoio, formação aos conselheiros, dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselhos Regionais, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e outros, bem como, os representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento das Políticas Públicas;

16.2 Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares como instrumentos de participação e fiscalização da Gestão Escolar Educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo, garantindo a participação da comunidade escolar;

16.3 Apoiar, técnica e financeiramente a Gestão Escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação de recursos, visando à ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da Gestão Democrática, em suas dimensões pedagógicas, administrativa e financeira, jurídica e contábil-financeira;

16.4 Estimular e ampliar a participação em Programas de Formação e aprimoramento da Gestão Democrática aos Gestores das Unidades de Ensino, aos demais profissionais da Educação que compõem as lideranças das Unidades de Ensino e aos técnicos que atuam na rede de Ensino.

16.5 Promover a autonomia financeira da Secretaria Municipal de Educação e escolas mediante repasses de recursos, diretamente aos CDCEs dos estabelecimentos de ensino, a partir da aprovação deste plano;

16.6 Assegurar a autonomia administrativa, financeira e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, garantindo o repasse direto dos recursos (federal, estadual e municipal) para despesas de manutenção e desenvolvimento de ensino a partir da aprovação deste plano;

16.7 Criar e implantar o sistema de avaliação institucional e sistêmica, assegurando a participação efetiva da comunidade escolar, órgão representante da educação do município e da categoria dos profissionais e estudantil, composta de forma paritária, a partir da aprovação deste plano;

16.8 Criar e Implantar o Conselho Municipal de Educação a partir da aprovação deste plano

META 17 – Assegurar condições para execução, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação, a partir de sua aprovação.

Indicador

17 A - Quantidade de acompanhamento e avaliação realizadas durante a vigência do PME.

Estratégias

17.1 Constituir um Fórum Permanente a cada dois anos para acompanhamento e avaliação do presente plano, tendo como membros representantes da SMECD, Assessoria Pedagógica, Sindicato, Conselhos Educacionais, Gestores Escolares, Instituições Religiosas e profissionais da Educação pública e privada;

17.2 Coletar dados necessários para avaliação das metas e estratégias do PME para assegurar a efetivação das mesmas.

META 18 - Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, destinados à Educação, conforme previsto em lei.

Indicador

18 A - Percentual de recursos investidos na Educação Municipal anualmente.

Estratégias:

18.1. Garantir, imediatamente, a aplicabilidade dos recursos destinados à Educação conforme a Lei Orgânica Municipal;

18.2. Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que definem os gastos admitidos como manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nessa rubrica;

18.3. Assegurar que na vigência deste plano a aplicação de, no mínimo, 25% sendo acrescido o percentual, de forma gradual, até atingir os 35% dos recursos financeiros públicos à Educação Municipal;

18.4. Assegurar outras fontes de receita à Educação, incluindo a vinculação de todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 05 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.817 DE 11 DE ABRIL DE 2018.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO SOCIAL SÃO LOURENÇO – ASSL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais**,**

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada e reconhecida de Utilidade Pública a **Associação Social São Lourenço - ASSL,** associação sem fins lucrativos, com sede em Jaciara - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 27.607.417/0001-73, por se tratar de entidade dedicada a manter, administrar e desenvolver hospitais e seus bens patrimoniais, bem como outros estabelecimentos de saúde de forma gratuita ao público alvo, segundo os parâmetros e normatizações legais que regem o Sistema Único de Saúde- SUS.

Art. 2º. A presente declaração terá vigência enquanto perdurar a Entidade com seus objetivos filantrópicos e assistenciais, bem como cumprir as exigências da Lei nº 515 de 21 de Agosto de 1992.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 11 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.818 DE 11 DE ABRIL DE 2018.

"ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 1592 DE 2014 A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXILIO FINANCEIRO AOS PORTADORES DE DOENÇA RENAL CRÔNICA EM TRATAMENTO POR HEMODIÁLISE FORA DO DOMICILIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito do Município de Jaciara-MT, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº 1592 de 2014, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O auxilio financeiro concedido pelo Município de Jaciara a cada munícipe em tratamento fora do domicilio, será no importe de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** mensais e correrá a contada dotação orçamentária de número:

1.01.01.10.011001.08.08.244.08.244.0024.08.244.0024.2012.0000.3.3.90.48.00.00 1.001.

Parágrafo único: O valor a título de auxilio fixado no artigo anterior poderá reajustadoa cada biênio, em razão de defasagem, conforme disponibilidade orçamentária.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 11 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.819 DE 11 DE ABRIL DE 2018.

"ALTERA O ARTIGO 117 DA LEI 1208 DE 2009 A QUAL DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JACIARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Jaciara-MT **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 117º da Lei nº 1208 de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 117º. A critério da Administração poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, prorrogáveis por mais 2 (dois) , sem remuneração.

§ 1º A licença referida no caput poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Uma nova licença para os fins de que trata o caput só poderá ser concedida após o interstício de 1 (um) ano de um período a outro."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 11 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.820 DE 11 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DOS ATOS LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE JACIARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Jaciara-MT **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído como veículo de divulgação oficial dos atos licitatórios do Município de Jaciara, os seguintes diários eletrônicos:

a) Diário oficial de contas do Estado de Mato Grosso (www.tce.mt.gov.br/diário); b) Jornal oficial dos Municípios de Mato Grosso (diariomunicipal.org/mt/amm).

Parágrafo único: As publicações nos endereços eletrônicos acima mencionados, não limita a possibilidade de publicação no site da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 11 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.821 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

"ALTERA LEI N.º 1.723/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara/MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Altera o Anexo II da Lei Municipal n.º1.723/2016, para vigorar conforme tabela que se segue:

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

(Aplica-se apenas a Revisão Geral Anual nos termos da Constituição Federal)

Cargo	Símbolo	Padrão	Vencimento
Dirigente Almoxarifado	CM/DASS	CC1	1.316,32

Dirigente Patrimônio	CM/DASS	CC2	2.654,98
Chefe de Gabinete	CM/DASS	CC2	2.654,98
Assessor de Imprensa	CM/DASS	CC3	3.861,75
Coordenador Legislativo	CM/DASS	CC4	4.834,95
Assessor Parlamentar	CM/DASS	CC4	4.834,95
Assessor Jurídico	CM/DASS	CC4	4.834,95
Coordenador Administrativo	CM/DASS	CC5	6.800,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigar na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.822 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

"**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL, EM REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, PARA FINS DE ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº 8.869 DE 2016 E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES."**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato administrativo para prestação de serviço, por prazo determinado, para admissão de pessoal em caráter temporário, para atender a necessidade de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria do Governo Federal, conforme vagas no anexo Único, desta Lei.

Art. 2º. As contratações previstasno artigo 1º terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, vedado o desvio de função.

Parágrafo Único – Havendo vacância durante o prazo do contrato, poderá o município contratar em seu lugar outro profissional para preenchimento da vaga.

Art. 3º. É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores das administrações direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, exceto as acumulações permitidas pela Constituição.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar processo seletivo, visando ao preenchimento das vagas previstas nesta Lei.

Art. 5º. Aplicam-se ao pessoal contratado os mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores públicos do Município.

Art. 6º. O contrato firmado, de acordo com os termos desta Lei, extinguir-se-á sem direito à indenização:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado;

III – por conveniência da Administração;

IV – quando o contratado incorrer em falta disciplinar;

V – pelo término do Programa.

Art. 7º. Os contratados, na forma desta Lei, serão segurados do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias disponibilizadas para a efetivação do programa.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 19 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

ANEXO ÚNICO
CARGO: VISITADOR
ESCOLARIDADE: ENSINO MÉDIO COMPLETO
VAGAS: 05
CADASTRO DE RESERVA: 05
PNE: 01
CARGA HORÁRIA: 40 HS
SALÁRIO: 1.100,00

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.823 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

"**ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 1.013 DE 2005, A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS COM EMPRÉSTIMOS DE MAQUINÁRIOS E CONSECUÇÃO DE SERVIÇOS MÚTUOS PARA MELHORAMENTO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS QUE LIGAM A SEDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT,no uso de suas atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º. Da Lei nº. 1013 de 2005, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação com todos os Municípios circunvizinhos até 31 de Dezembro de 2018, com empréstimos de maquinários e consecução de serviços mútuos para o melhoramento e a manutenção das estradas que ligam à sede do nosso Município."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 19 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.824 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS DE ATLETA LOCAL CONVOCADO PARA O CAMPEONATO MUNDIAL DE MUAY THAI 2018."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MAHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores, APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas até o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para participação do representante do Município de Jaciara/MT, no Campeonato Mundial de Muay Thai a realizar-se em Cancun - México, de 10/05/2018 à 19/05/2018.

Art. 2º O candidato representante do Município de Jaciara se trata de ROBERIO CIRIACO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 613.850.173-09, e RG nº 2004023043834 SSPDS/CE, residente na Rua 03 Cohab São Lourenço - Jaciara/MT, convocado para compor a Seleção Brasileira Permanente de Muay Thai, representando o País no World Muay Thai Championships 2018 (Campeonato Mundial de Muay Thai 2018).

Art. 3º As despesas previstas nesta Lei, correrão através da seguinte dotação: 01020104.122.0002.2006.0000.3.3.90.48.00.

Art. 4º A prestação de contas das despesas autorizadas por esta Lei é de inteira responsabilidade do beneficiário.

§ 1º O prazo para a prestação de contas será de no máximo 30 (trinta) dias a contar da realização do Evento, sob pena de devolução integral do montante ao Erário.

§ 2º As Notas fiscais e/ou Recibos deverão ser entregues diretamente no Setor de Prestação de Contas desta Prefeitura Municipal, para conferência e posterior arquivamento junto ao respectivo Empenho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 19 DE ABRIL DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.825 DE 18 DE MAIO DE 2018.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CÃMARA DE DIRIGENTES E LOGISTAS DE JACIARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais**,**

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada e reconhecida de Utilidade Pública a **CÃMARA DE DIRIGENTES E LOGISTAS DE JACIARA – CDL JACIARA,** associação sem fins econômicos, com sede em Jaciara - MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.183.162/0001-87, por se tratar de entidade dedicada à promover a aproximação entre dirigentes e empresas visando estreitar o companheirismo e a colaboração recíproca.

Art. 2º. A presente declaração terá vigência enquanto perdurar a Entidade com seus objetivos filantrópicos e assistenciais, bem como cumprir as exigências da Lei nº 515 de 21 de Agosto de 1992.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE MAIO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.826 DE 18 DE MAIO DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, PRECEDIDA DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JACIARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACIARA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Jaciara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder com a concessão administrativa do serviço público de iluminação pública e ativos de iluminação pública pertencentes ao Poder Público Municipal, localizados nos logradouros públicos, na forma de parceria público-privada, mediante prévio processo público de manifestação de interesse e licitação na modalidade de concorrência.

§1°. Para fins da concessão administrativa prevista neste artigo, aplica-se, no que couber, todas as disposições normativas, diretrizes e princípios da Lei Federal n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e da Lei Federal n° 8. 987, de 13 de fevereiro de 1995, com suas alterações posteriores.

Art. 2°. Os recursos arrecadados com a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública, a que se referem a Lei Municipal n° LEI Nº 1019, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005, serão depositados em conta especial objetivando o adimplemento dos serviços de iluminação pública do município.

Art. 3°. Para a elaboração e aprovação de projetos que subsidiem a modelagem de parceria público-privada que será objeto de execução do contrato de parceria público-privada, o município, agindo diretamente ou de forma consorciada, poderá proceder com processo de manifestação de interesse – PMI, na forma contida no art. 21 da Lei Federal 8.987/1995 (Lei Geral das Concessões), no §1º do art. 3º da Lei Federal 11.079/2004 (Lei das PPPs) e Decreto n.º 5.977/2006.

I - Deverão ser condições para a manifestação de interesse público, a apresentação de projetos que demonstrem:

a) efetivo interesse público, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;

b) estudo técnico de viabilidade, mediante demonstração das metas, resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;

c) a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos;

d) a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado.

II - A aprovação do projeto fica condicionada ainda ao seguinte:

a) elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro;

b) demonstração da suficiência da origem dos recursos para seu custeio;

c) demonstração da viabilidade jurídica.

§1º. Fica ao encargo do Poder Executivo a normatização do Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de parcerias público-privadas por decreto.

§2º. A empresa deve apresentar atestado de viabilidade técnica.

Art. 4°. O acompanhamento da parceria público-privada terá a fiscalização e acompanhamento das Secretarias de Infraestrutura e Urbanismo e de Planejamento, as quais ficam delegadas a atribuição de aceitação do Boletim de Medição dos serviços prestados pela concessionária, bem como a de autorização de pagamento ou compensação da contraprestação mensal devida pelo Município e demais responsabilidades definidas no Edital da licitação e instrumentos correlatos.

Art. 5°. O prazo de vigência, do contrato de parceria público-privada que trata esta lei será de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período. As hipóteses de término do contrato, bem como os demais termos da contratação, e será definido pelo edital da licitação e seus anexos, com base em estudos técnicos e preliminares que comprovem a conveniência e a oportunidade da contratação, viabilidade jurídica, econômico-financeira, operacional, técnica e orçamentária da parceria público-privada, e a melhoria da eficiência nos emprego dos recursos públicos, observados os limites e as prescrições da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e legislação pátria correlata.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias 01 06 015 452 0017 2056 0000 – Manutenção e encargos com Serviços de Iluminação Pública.

Art. 7°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE MAIO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.827 DE 18 DE MAIO DE 2018.

"ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.318, DE 14/01/11, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 2º, da Lei 1.318, de 14 de janeiro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O valor da verba indenizatória será de R$ 3.000,00 (três mil reais) aos vereadores e ao Presidente da Mesa Diretora."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE MAIO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.828 DE 18 DE MAIO DE 2018.

"REGULAMENTA O USO DE PLACAS E MEIOS CONGÊNERES DE INAUGURAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JACIARA/MT"

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que o Plenário desta Casa aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei regulamenta o uso de placas e meios congêneres de inaugurações de obras públicas no Município de Jaciara/MT.

Art. 2º. Nas placas comemorativas das inaugurações de obras públicas deverão constar as informações básicas acerca da respectiva obra, tais como:

I – data do início e término da obra;

II – valor inicialmente previsto e valor final efetivamente gasto na sua execução, expressos em moeda corrente;

III – nome do órgão ou entidade integrante da Administração Pública responsável pela edificação;

IV – nome do Administrador Público que iniciou e concluiu a obra;

V – nome do Administrador Público Federal ou Estadual, em caso de cofinanciamento.

Art. 3º. É vedada a inserção de informação de caráter político-partidário e autopromocional, sobretudo relacionadas a pessoas e/ou cargos que não tiveram nenhuma relação com o empreendimento.

Parágrafo Único. Está compreendida na vedação do *caput* a menção de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, organização social ou partido político.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE MAIO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.829 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa no âmbito do Município, tendo as seguintes atribuições:

I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;

II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal da Pessoa Idosa;

III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas a pessoa idosa, zelando pela sua execução;

IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal n° 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal n2 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do doso), bem como as leis de caráter municipal;

V. Denunciar a autoridade competente e ao Ministério Publico o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições denuncia e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instancias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;

VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capitulo II desta Lei;

IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo especial Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. Elaborar seu regimento interno;

XI. Participar ativamente da elaboração do Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII. Divulgar os direitos das pessoas e idosas, bem Como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII. Convocar e promover as conferencia de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIV. Realizar outras ações que considerar necessário a proteção do direito da pessoa idosa.

§ 1º. Aos membros do Conselho Municipal de Direitos da pessoa idosa será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública especialmente aos programas prestados a população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

§ 2º. A filosofia que orientará a ação do Conselho será a valorização da família e a integração de gerações.

Art. 2º – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será composto de forma paritária entre o poder publico estadual/municipal e a sociedade civil, e terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante da OAB-MT, Subseção de Jaciara MT;

II – 1 (um) representante do Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal;

III - 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaciara-MT;

IV – 1 (um) representante da Secretaria de Saúde

V – 1 (um) representante da secretaria de Educação

VI – 1 (um) representante Sociedade Civil;

VII – 1 (um) representante do Abrigo Sombra da Acácia de Jaciara;

VIII – 1 (hum) representante da Central das Associações de Bairros de Jaciara.

§ 1º - Os nomes dos representantes, de que tratam os Incisos I à IX, deste artigo, deverão ser apresentados, acompanhados de respectivos Suplentes, pelos seus órgãos, através de Ofício dirigido ao Prefeito Municipal, que providenciará as suas nomeações como membros do Conselho.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitindo a recondução por 01 (um) período.

Art. 3º - As funções dos membros do Conselho serão consideradas como de relevante interesse público e não farão jus a qualquer espécie de remuneração.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e dispor sobre outras normas de organização, no máximo de 90 (noventa) dias, após a sua instalação.

Art. 5º - O Conselho terá uma Diretoria, composta por um (01) Presidente – um Vice-Presidente – um (01) Secretário e um (01) Tesoureiro, cujos integrantes serão eleitos, entre seus membros, para um período de (02) anos.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 706 de 01 de julho de 1998.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 04 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.830 DE 05 DE JUNHO DE 2018.

"INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, AS COMEMORAÇÕES ALUSIVAS AO DIA MUNICIPAL DE ORAÇÃO".

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Jaciara – Estado de Mato Grosso, o **"DIA MUNICIPAL DE ORAÇÃO"**, a ser comemorado anualmente, no dia 24 do mês de junho, integrando o Calendário Oficial do Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 05 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.831 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

"**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA CELEBRAR TERMO DE USO DE MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO OPERADORES DE MÁQUINAS PARA REALIZAR INFRAESTRUTURA INICIAL PARA AS INSTALAÇÕES DO RESTAURANTE - CASA COLONIAL - DE PROPRIEDADE DO SENHOR LUAN GARCIA DE CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber que A Câmara Municipal de Vereadores **Aprovou** e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, nos termos do artigo 23 da Lei Orgânica do Município, com o Senhor **LUAN GARCIA DE CAMPOS**, para fins realização de infraestrutura inicial para as instalações do restaurante "Casa Colonial", situado às margens da rodovia BR 364, no KM 280.

Art. 2º Será autorizado o uso dos seguintes bens móveis, nos seguintes termos**:**

d) Pá carregadeira e) Caminhão basculante f) Moto niveladora

§ 1º. Os bens móveis serão conduzidos e operados por funcionários do Município, a fim de garantir o bom uso e preservação dos equipamentos.

§ 2º. Ficará a encargo do Autorizado, o Sr. **LUAN GARCIA DE CAMPOS,** o abastecimento dos veículos para a finalidade do presente projeto.

Art. 3º. Os veículos, objeto da autorização de que trata o "caput" deste artigo, destina-se, exclusivamente para o uso do AUTORIZADO, com a finalidade de realizar um serviço de limpeza e nivelamento da área destinada ao empreendimento.

Art. 4º. A referida autorização de uso poderá ser plenamente revogada e os bens retomados pela municipalidade, em caso de extrema emergência por parte deste Município.

Art. 5º. Os veículos objeto do Instrumento de Autorização de Uso a ser firmado, terão suas cláusulas regidas pelos princípios do Direito Administrativo.

Art. 6º. Findo o serviço a que o Termo de Autorização de Uso de bens móveis que faz referência e, não havendo interesse das partes em sua prorrogação, deverão os veículos serem restituídos à Municipalidade com o laudo de vistoria a ser firmado entre as partes.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.832 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

"**DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA CELEBRAR TERMO DE USO DE MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO OPERADORES DE MÁQUINAS PARA REALIZAR INFRAESTRUTIRA INICIAL DE UM LOTEAMENTO NO MUNICÍPIO DE JACIARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber que A Câmara Municipal de Vereadores **Aprovou** e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, nos termos do artigo 23 da Lei Orgânica do Município, com o Senhor JOÃO BATISTA PEREIRA , para fins de limpeza e nivelamento de uma área de 4.4612 hectares, onde será realizada um empreendimento de loteamento residencial, próxima ao Bairro Zé Araçá.

Art. 2º Será autorizado o uso dos seguintes bens móveis, nos seguintes termos **:**

g) Pá carregadeira h) Caminhões i) Moto niveladora

§ 1º. Os bens móveis serão conduzidos e operados por funcionários do Município, a fim de garantir o bom uso e preservação dos equipamentos.

§ 2º. Ficará a encargo do Autorizado, o Sr. JOÃO BATISTA PEREIRA**,** o abastecimento dos veículos para a finalidade do presente projeto.

Art. 3º - Os veículos, objeto da autorização de que trata o "caput" deste artigo, destina-se, exclusivamente para o uso do AUTORIZADO, com a finalidade de realizar um serviço de limpeza e nivelamento da área destinada ao empreendimento.

Art. 4º - A referida autorização de uso poderá ser plenamente revogada e os bens retomados pela municipalidade, em caso de extrema emergência por parte deste Município.

Art. 5º - Os veículos objeto do Instrumento de Autorização de Uso a ser firmado, terão suas cláusulas regidas pelos princípios do Direito Administrativo.

Art. 6º - Findo o serviço a que o Termo de Autorização de Uso de bens móveis que faz referência e, não havendo interesse das partes em sua prorrogação, deverão os veículos serem restituídos à Municipalidade com o laudo de vistoria a ser firmado entre as partes.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.833 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

"**ESTABELECE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS RELATIVAS AO ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, RELATIVOS AOS PRESTADORES DE SERVIÇO ENQUADRADOS NO ITEM 22 E SUBITEM 22.01 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXO DA LEI Nº 1060, DE 13 DE JULHO DE 2007 E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º, 15º, I , 52º, II da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o Código Tributário Municipal,

CAPÍTULO I

Das Obrigações Acessórias de Declaração, de cadastro e fornecimento de informações, dos Serviços Tributáveis.

Seção I

Da Obrigatoriedade das Declarações e Fornecimento de Informações

Artigo 1º - A concessionária de serviços, descritos no item 22 e subitem 22.01, da lista de serviços anexo da LEI Nº 1060, DE 13 DE JULHO DE 2007, e suas alterações, que explore o referido serviço no trecho compreendido no município de Jaciara – MT, se obriga a:

I – Encaminhar ao Município cópia do contrato assinado com o contratante, com todos os seus anexos;

II – Encaminhar ao Município termo de declaração onde indica os nomes dos responsáveis (pessoas físicas) pela gestão dos serviços de exploração da rodovia, contendo, também, os seus cargos e funções, inclusive o local de trabalho;

III – encaminhar, por meio eletrônico, ao Município, os demonstrativos mensais de receita, sendo esta desdobrada em receita de pedágio, de cessão de uso da área da rodovia, de propaganda, de outros serviços prestados aos usuários e quaisquer outros previstos na lista de serviços do anexo da LEI Nº 1060, DE 13 DE JULHO DE 2007 e suas alterações.

IV – Encaminhar ao Município cópias dos contratos de prestação de serviços de terceiros, com a obrigação de informar os faturamentos e pagamentos mensais efetuados;

V – Encaminhar ao Município cópias dos contratos de cessão de direito de uso da área da rodovia a terceiros, instalação de placas e outdoors de publicidade e propaganda e de outros serviços;

VI – Encaminhar, por meio eletrônico, ao Município a Declaração Mensal de Serviços Prestados e a Declaração Mensal de Serviços Tomados;

Artigo 2º - O contratante dos serviços descritos no Art. 1º - de exploração de rodovias, ou o órgão estatal responsável pela concessão de rodovia, em trecho de rodovia compreendido no Município de Jaciara – MT, se obriga a:

I – Encaminhar, por meio eletrônico, ao Município, cópias dos demonstrativos financeiros da concessionária, que são encaminhados conforme disposto em contrato;

II – Relatório do movimento mensal de veículos, por tipo e número de eixos;

III – Comunicação mensal do valor recebido da concessionária, por tipo de receita.

Artigo 3º - Fica atribuída à concessionária dos serviços descritos no Art. 1º, em relação aos serviços que lhe são prestados (na qualidade de tomador dos serviços) por empresas não estabelecidas no Município - a responsabilidade de efetuar a retenção do imposto na fonte pagadora e o devido recolhimento aos cofres municipais.

Artigo 4º - Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 18 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.834 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE AS PRORROGAÇÕES DOS PRAZOS PREVISTOS NO ARTIGO 1º, §§ 1º e 2º DA LEI 1.527, DE 06 DE JUNHO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescido de mais 06 (seis) meses, o prazo previsto no artigo 1º, § 1º da Lei Junho de 2013, alterado pela LEI Nº 1667, DE 04 DE MAIO DE 2015, de forma improrrogável.

Art. 2º. Fica acrescido de mais 06 (seis) meses, o prazo do artigo 1º, § 2º da Lei 1.527, de 06 de junho de 2014, alterado pela LEI Nº 1667, DE 04 DE MAIO DE 2015, de forma improrrogável.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 21 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.835 DE 26 DE JUNHO DE 2018.

"Autoriza a instituição de Programa Escola de Pais – Dois Mundos, Um Só Propósito e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo através da Secretaria Municipal de Educação a Instituir o "PROGRAMA ESCOLA DE PAIS – DOIS MUNDOS, UM SÓ PROPÓSITO", na forma de tema transversal, nas escolas de rede pública de ensino do município de Jaciara.

§ 1º. O "PROGRAMA ESCOLA DE PAIS – DOIS MUNDOS, UM SÓ PROPÓSITO" se destina aos pais, educadores, responsáveis, cuidadores dos alunos do ensino fundamental das escolas da rede pública municipal.

§ 2º. As escolas da rede privada do município de Jaciara poderão aderir à implementação do "PROGRAMA ESCOLA DE PAIS – DOIS MUNDOS, UM SÓ PROPÓSITO" em seus estabelecimentos, destinados aos alunos do ensino fundamental.

Art. 2º. As escolas da rede pública poderão, por força desta Lei, realizar seminários, palestras, dinâmicas de grupos, simpósios ou qualquer outra forma de explanação, abordando assuntos para explanação, abordando assuntos para promoção de uma maior aproximação da família com a escola, na perspectiva de uma educação integral.

§ 1º. A escola de pais, independente da modalidade de explanação, deverá ser oferecida de forma rotineira nas escolas da rede pública de ensino do Município, respeitando o limite máximo de 15 (quinze) dias entre uma e outra explanação.

§ 2º. As explanações deverão ter duração de, no máximo, 2 horas, sendo facultada a Direção da escola municipal a escolha da modalidade e o responsável pela abordagem do tema "Escola de Pais", sendo admitida a substituição dos educadores por profissionais ou pessoas estranhas a escola, mas que estão diretamente ligadas ao objetivo desta lei.

Art. 3º. As apresentações deverão:

I. Buscar uma mudança de atitude, a qual refletirá diretamente no ambiente escolar e na sociedade; II. Trazer problemas vividos pelas famílias; III. Dividir experiências vividas e conhecimentos profissionais, para a solução dos embates encontrados no seio familiar/sociedade; IV. Discutir, reforçar e preservar princípios e valores; V. Proporcionar condições de desempenhar bem o seu papel diante da sociedade.

Art. 4º. Nas dependências das escolas municipais deverão ser afixados, permanentemente, cartazes e informativos de material referente ao Programa.

Art. 5º. A implementação do "PROGRAMA ESCOLA DE PAIS – DOIS MUNDOS, UM SÓ PROPÓSITO" nas escolas da rede pública do Município não retira qualquer autonomia pertinente a sua respectiva grade curricular e ao seu projeto político-pedagógico.

Art. 6º. As escolas públicas municipais deverão fazer, anualmente, um balanço geral de tudo que foi desenvolvido relativamente ao "PROGRAMA ESCOLA DE PAIS – DOIS MUNDOS, UM SÓ PROPÓSITO", inclusive, apresentando os resultados aos alunos, pais e comunidade em geral.

Parágrafo único – No balanço geral apresentado pela escola deverá constar as estratégias a serem desenvolvidas no ano subsequente, em prol da melhoria do "PROGRAMA ESCOLA DE PAIS – DOIS MUNDOS, UM SÓ PROPÓSITO".

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 26 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.836 DE 26 DE JUNHO DE 2018.

Cria o programa "Filho da Terra" que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de oportunidade para a apresentação de grupos, bandas, cantores ou instrumentistas locais na abertura de eventos musicais que recebem ou contenham financiamento público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. É obrigatória oferta de oportunidade para apresentação de grupos, bandas, cantores ou instrumentistas locais na abertura de eventos musicais que contenham ou recebam financiamento público municipal.

Parágrafo Único – Equipara-se ao financiamento para fins dessa lei, toda e qualquer disponibilização de espaços públicos, suporte físico, estrutural, de pessoal ou outra natureza, emanado do poder público municipal, destinado à realização do evento principal.

Art. 2º. Consideram-se grupos, bandas, cantores, ou instrumentistas locais aqueles residentes no município; no caso de pluralidade de componentes aquela coletividade que contemple a maioria dos integrantes que no município tenha sua residência.

Art. 3º. Esta Lei será regulamentada por Decreto.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 26 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LEI Nº. 1.837 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

"ALTERA O PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 8º DA LEI Nº. 1.811 DE 16 DE MARÇO DE 2018 A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REDUZIR OS JUROS E MULTAS E A CONCEDER PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÉBITOS ORIUNDOS DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – PROGRAMA REFIS -2018 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais**,**

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo 1º, do artigo 8º DA LEI Nº. 1.811 DE 16 DE MARÇO DE 2018 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º. A opção pelo REFIS poderá ser formalizada da seguinte forma:

*Parágrafo Primeiro: entre o dia 20 de março a **03 de agosto de 2018**, para o benefício instituído no artigo 1º da presente Lei, mediante a assinatura requerimento do "REFIS", conforme modelo a ser fornecido pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal, bem como o pagamento da 1º parcela"*

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – EM 28 DE JUNHO DE 2018**.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria Nº 02/2018.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 013/2018

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 013/2018,** foi vencedora a empresa **GIDEOLI COMERCIO DE FERRO, AÇO E ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP** ao valor global de R$ 409.719,28 (Quatrocentos e nove mil, setecentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 25 de julho de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

DECRETOS 2018 DE Nº. 3412 A Nº. 3424.

DECRETO Nº. 3.412 DE 26 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que 01/05/2018 é feriado Nacional quando se comemora o **DIA DO TRABALHO**, e recairá na Terça-feira;

CONSIDERANDO finalmente a própria conveniência pública, uma vez que os órgãos Estaduais e Federais não terão expediente nessa data;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nas Repartições Públicas Municipais, no dia 30/04/2018, segunda–feira, exceto para os serviços públicos considerados essenciais de Segurança, Saúde e Limpeza Pública;

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 26 DE ABRIL DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.414 DE 24 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO E O PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, E DAS TAXAS, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será lançado em 30 de junho de 2018 , em Cota Única ou em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º. O contribuinte será notificado, mediante a entrega em seu domicilio indicado no cadastro imobiliário, acerca do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e das Taxas, que com ele são cobradas, relativos ao exercício de 2018, bem como, sobre o prazo para pagamento dos referidos tributos.

Parágrafo Primeiro. Os contribuintes terão os seguintes benefícios:

I**.** Desconto uniforme e universal de **15% (quinze por cento),** para pagamento à vista, ***até 30 de julho de 2018*** , data do vencimento dos tributos;

II. Possibilidade de pagamento em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas do valor sem desconto, sendo a primeira com vencimento em **30de julho de 2018 e as demais a cada 30 (trinta) dias.**

III. Para a concessão de parcelamento, deverá o contribuinte se dirigir ao setor de fiscalização tributária do Município de Jaciara, a fim de emissão das guias.

Parágrafo Segundo. Somente fará jus ao desconto de 15%, o contribuinte que não tenha inscrição na dívida ativa de débito oriundos de I.P.T.U.

Art. 2º. Sobre o tributo e as parcelas vencidas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, atualização monetária anual pela Variação da Unidade Padrão Fiscal do Município, bem como multa moratória a partir da data do vencimento de 2% (dois por cento), conforme o disposto na Lei nº. 1.060/07, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

Art. 3º. O IPTU e as Taxas que com ele são cobradas e não recolhidas no exercício a que se referir o lançamento, serão inscritos em Dívida Ativa.

Parágrafo Primeiro. O crédito remanescente de qualquer parcela não quitada no exercício será inscrito como Dívida Ativa, computados, quando do pagamento, juros, multa e correção monetária, calculados a partir da data mencionada no *caput* do artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo Segundo. Em caso de interposição de apontamento em cadastro de inadimplentes e ou ação executiva judicial, o contribuinte arcará, ainda, com as despesas processuais de custas e honorários advocatícios, sendo que, somente após o pagamento das mesmas, é que caberá pedido de parcelamento dos débitos tributários já apontados e ou ajuizados.

Art. 4º. A Prefeitura disponibilizará aos contribuintes, sem caráter de notificação, guia contendo o nome do contribuinte e indicação fiscal do imóvel, o valor do imposto, os prazos para pagamento e prazo para a impugnação da exigência, visando a facilitação do processo.

Parágrafo único. O contribuinte que não receber o carnê para pagamento do IPTU do exercício de 2018, deverá requerer sua emissão na Administração Municipal, junto ao Setor de Tributação, situada na Avenida Antônio Ferreira Sobrinho, 1.075 - Centro, promovendo, na ocasião, a retificação de seu endereço e atualização cadastral.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA-MT- EM 24 DE MAIO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3.415 DE 25 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE NO PAÇO MUNICIPAL NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Movimento Nacional de paralisação dos Trabalhadores do setor de transportes rodoviários, que vem provocando desabastecimento em postos de combustíveis e prejudicando a circulação de veículos particulares e públicos em geral;

CONSIDERANDO as informações oriundas dos meios de comunicação, no sentido de que o movimento ainda persiste e não há previsão de breve retorno à normalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar prejuízo aos munícipes e o risco do desabastecimento de insumos básicos e combustíveis;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica SUSPENSO O EXPEDIENTE no paço municipal, no dia 25/05/2018, sexta–feira, a partir das 15hs00min, exceto para atendimentos aos serviços públicos considerados essenciais como de Segurança, Saúde e Limpeza Pública;

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 25 DE MAIO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.416 DE 27 DE MAIO DE 2018.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NO SETOR DE EDUCAÇÃO E REDUÇÃO DE CONTIGENTE EM OUTROS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Movimento Nacional de paralisação dos Trabalhadores do setor de transportes rodoviários, que vem provocando desabastecimento em postos de combustíveis e prejudicando a circulação de veículos particulares e públicos em geral;

CONSIDERANDO toda a situação que afeta não só JACIARA, mas todas as cidades brasileiras nos últimos dias, adotamos essa medida, minimizando os transtornos, especialmente na educação, onde alunos e servidores dependem do transporte coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de ter essa sensibilidade de entender as dificuldades em situações excepcionais como a vivenciada;

CONSIDERANDO as informações oriundas dos meios de comunicação, no sentido de que o movimento ainda persiste e não há previsão de breve retorno à normalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar prejuízo aos munícipes e o risco do desabastecimento de insumos básicos e combustíveis;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO NO SETOR DA EDUCAÇÃO e REDUÇÃO DE CONTIGENTE nos setores da administração pública no dia 28/05/2018, segunda-feira.

ARTIGO 2º - O PONTO FACULTATIVO nos termos desse decreto, se aplica apenas ao dia 28 de maio de 2018 (segunda-feira) e a equipe administrativa fará uma análise "dia a dia" da situação;

ARTIGO 3º- Os serviços essenciais como: coleta de lixo, manutenção de distribuição de água, segurança, fiscalização e orientação do trânsito serão mantidos, podendo ter, no entanto, reduções de contingente. Na saúde, as unidades de urgência e emergência de pronto atendimento, bem como os Postos de Saúde da Família também funcionarão regularmente;

ARTIGO 4º -Será ponto facultativo também nas unidades escolares da rede municipal de educação. Na secretaria de Educação todas as diretorias e o corpo técnico estarão funcionando normalmente.

ARTIGO 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 27 DE MAIO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.417 DE 28 DE MAIO DE 2018.

"A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA – MT, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2018, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PESSOAL, OBJETIVANDO O PREENCHIMENTO DE 01 (UMA) VAGA PARA ATUAÇÃO JUNTO AO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 8.869/2016 E FINANCIADO ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS), PARA AS FUNÇÕES DE VISITADORES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO nº 002/2018, à vista do relatório da Comissão do mesmo, depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de classificação final de todos os cargos referentes ao Processo Seletivo nº 002/2018.

§ único - O prazo de validade do Processo Seletivo nº 002/2018 é até a data de 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º. O Processo Seletivo, ora homologado, dar-se-á para contratação temporária de servidor conforme necessidade do quadro, e, quando se der, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos selecionados, sob pena de nulidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT, EM 28 DE MAIO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMAD

Prefeito Municipal Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMAD

Prefeito Municipal Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.418 DE 29 DE MAIO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que 31/05/2018 é feriado Nacional quando se comemora o Corpus Christi, e recairá na Quinta-feira;

CONSIDERANDO finalmente a própria conveniência pública, uma vez que os órgãos Estaduais e Federais não terão expediente nessa data;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nas Repartições Públicas Municipais, no dia 01/06/2018, sexta–feira, exceto para os serviços públicos considerados essenciais de Segurança, Saúde e Limpeza Pública;

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 29 DE MAIO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.419 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Regulamenta a transferência de titularidade do Responsável Tributário, disciplina a inscrição do Co-responsável no Cadastro Imobiliário do Município de Jaciara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de normatização de rotinas e procedimentos para requerer a transferência de responsável tributário de imóvel, no Cadastro Imobiliário Tributário do Município de Jaciara-MT;

DECRETA:

Art. 1º. Os procedimentos referentes à transferência no Cadastro Imobiliário de titularidade do Responsável Tributário somente serão efetivados mediante processo administrativo, iniciado por requerimento do interessado ou de ofício pela autoridade administrativa e após cumpridas as exigências contidas neste Decreto.

Parágrafo único. Para efeito deste Decreto, nos termos do CTM, considera-se Responsável Tributário o contribuinte que seja o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem.

Art. 2º. Estão autorizados a requerer a transferência de titularidade do responsável tributário no Cadastro Imobiliário:

I - O proprietário do imóvel;

II - O titular do domínio útil;

III - O possuidor.

IV - O alienante;

V - O inventariante, em nome do Espólio.

§ 1º Na hipótese dos incisos I e II deste artigo, o requerente deverá apresentar:

a) Certidão atualizada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca em nome do novo proprietário ou do novo titular do domínio útil; ou

b) Documento emitido pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU; ou

c) Documento emitido pela Secretaria Estadual quando se tratar de posse de terras de domínio do Estado de Mato Grosso;

§ 2º Na hipótese do inciso III, o requerente deverá apresentar prova da posse, com apoio nos seguintes documentos:

a) Contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda, por instrumento particular ou por meio de escritura pública;

b) Conta de energia e de água em nome do possuidor e/ou cônjuge e/ou filho;

c) Declaração firmada por duas pessoas, indicando CPF e RG das duas, atestando que o requerente se encontra na posse do imóvel.

§ 3º Na hipótese do inciso IV, o alienante do imóvel deverá comprovar a realização da venda mediante apresentação de escritura pública de compra e venda, compromisso ou contrato de compra e venda particular, com as assinaturas do alienante e do adquirente, bem como o requerimento preenchido e assinado e reconhecido firma da assinatura, pelo adquirente com o endereços atualizados.

§ 4º Na hipótese do inciso V, o requerente deverá apresentar Termo judicial ou extrajudicial de Nomeação de Inventariante pelo:

a) Cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão;

b) Herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho;

c) Testamenteiro.

§ 5º A atualização cadastral mencionada no parágrafo anterior fica condicionada a apresentação de cópia da Certidão de Óbito.

§ 6º Até que se proceda à alteração cadastral prevista no inciso V, o Cadastro Imobiliário Municipal terá como titular o espólio do de cujus, considerando o inventariante como seu administrador legal.

§ 7º Na hipótese do inciso V deste artigo, caso não tenha sido firmado ainda, o compromisso do inventariante, o pedido de transferência de responsável tributário no cadastro imobiliário poderá ser requerido sucessivamente, na forma prevista no art. 1.797, do Código Civil, disposta no § 4º deste artigo.

Art. 3º Para fins específicos deste Decreto, possuidor é aquele que tem a posse mansa e pacífica de determinado imóvel, podendo comprovar a aquisição mediante documentação de compra e venda não registrada em cartório.

Parágrafo único. Caso não haja meios de comprovação na forma prevista no caput deste artigo, o possuidor poderá firmar termo de responsabilidade de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 4º Será admissível à representação por instrumento procuratório para os fins indicados neste Decreto, desde que instruído o processo com procuração com fins específicos, descrevendo a exata localização do imóvel.

Parágrafo único. O instrumento procuratório deverá público.

Art. 5º Para fins exclusivos deste Decreto, o possuidor poderá requerer a transferência de responsável tributário no Cadastro Imobiliário, desde que

apensado ao processo administrativo um dos seguintes documentos, juntamente com o ANEXO I deste Decreto:

I - escritura pública de compra e venda;

II - certidão relativa à decisões judiciais que impliquem na transmissão do imóvel, versando sobre adjudicação, usucapião, separação ou divórcio e formal de partilha;

III - recibo e/ou contrato de compra e venda;

IV - compromisso de compra e venda;

V - termo de responsabilidade;

§ 1º O documento apresentado pelo requerente, nas hipóteses dos incisos III e IV deverá, obrigatoriamente, conter a descrição correta da localização do imóvel, nome completo do alienante e do adquirente, bem como ter o reconhecimento de ambas as firmas.

§ 2º O termo de responsabilidade, de que trata o inciso V, deverá ser firmado pelo requerente interessado, em formulário próprio, e será integrado ao processo administrativo de transferência do sujeito passivo no Cadastro Imobiliário, podendo ser aproveitado nos casos de parcelamento de débitos inscritos em Dívida Ativa.

Art. 6º O termo de responsabilidade de que trata o inciso V do artigo anterior, deste Decreto, deverá ser apresentado devidamente preenchido pelo possuidor requerente, sempre que:

I - Não possuir qualquer documento que comprove a aquisição do imóvel;

II - Não puder ser comprovada a cadeia sucessória através dos documentos de compra e venda;

III - Em qualquer pedido de transferência de sujeito passivo, no Cadastro Imobiliário, realizado por possuidor.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o termo de responsabilidade será aceito pelo Cadastro Imobiliário como documento hábil para a transferência de direitos hereditários.

Art. 7º Sempre que a transferência requerida se enquadrar nas hipóteses dos incisos I e II, do artigo 6º, deste Decreto, além do Termo de Responsabilidade deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Declaração dos confrontantes, devidamente identificado, atestando que o possuidor requerente detém a posse do imóvel;

II - Laudo/Relatório de sindicância in loco realizado pela fiscalização tributária , constatando a veracidade das declarações prestadas pelos confrontantes, bem como a duração da posse.

Art. 8º Nos processos acompanhados dos documentos listados nos artigos 6º e 7º, deste Decreto, o procedimento de transferência no Cadastro Imobiliário Tributário deverá, obrigatoriamente, conter despacho deferitório do chefe do setor;

§ 1º Nos casos em que existam débitos ajuizados ou na dívida ativa a transferência só ocorrerá com a quitação ou parcelamento dos débitos existentes;

§ 3º A existência de ação de execução fiscal, não impede que o interessado firme, em nome do contribuinte inscrito no Cadastro Imobiliário, termo de parcelamento e confissão da dívida, registrando, no respectivo documento, que o faz em nome daquele, devendo o feito tramitar pela procuradoria.

Art. 9º O procedimento administrativo de que trata o presente Decreto, deverá conter, obrigatoriamente, para transferência da responsável tributário, além dos documentos listados nos artigos anteriores, os seguintes documentos , preferencialmente autenticados e/ou com reconhecimento de firma;

I - Requerimento do sujeito passivo;

II - Cópia legível do CPF/CNPJ e CI/RG do requerente;

III - Cópia legível do CPF/CNPJ e CI/RG do novo sujeito passivo ou contrato social acompanhado da última alteração contratual e CNPJ;

IV - Cópia do comprovante de água, energia elétrica ou telefone da residência do requerente:

V. Identificação da inscrição imobiliária.

Art. 10 O contribuinte deverá apresentar cópia dos documentos, juntamente com o documento original, para que sejam vistadas pelo servidor competente, quando não houver autenticação de cartório.

Art. 11 A alteração de titularidade cadastral de que trata este Decreto só será efetuada diante da inexistência de quaisquer débitos relativos ao imóvel objeto do requerimento, ou mediante quitação ou adesão a parcelamento firmado nos termos da legislação vigente, desde que quitada pelo menos a primeira prestação.

Art. 12. Ao novo titular ficará atribuída a condição de responsável Principal pelo pagamento dos débitos lançados contra o imóvel, tributários ou não.

Art. 13 . Caso existam débitos relacionados ao imóvel, a alteração de que trata este Decreto não excluirá do cadastro o nome do responsável anterior, o qual permanecerá nos registros, inclusive para fins de emissão do carnê do IPTU, como compromissário (co-responsável).

Parágrafo único. Nos casos em que a alteração de titularidade for requerida pelo titular anterior, este deverá apresentar documento, com a assinatura com reconhecimento de firma em cartório, em que o novo responsável foi cientificado.

Art. 14. Havendo débitos inscritos em Dívida Ativa não ajuizados relativos à unidade imobiliária, a fiscalização tributária poderá aceitar o Termo de Responsabilidade, como parte integrante do processo de parcelamento de débitos, se devidamente acompanhado dos documentos listados nos incisos I e II do art. 7º deste Decreto.

Art. 15 . As declarações prestadas pelo contribuinte no ato de requerimento de atualização da titularidade do responsável tributário não implicam na sua aceitação, pela Administração Tributária, que poderá revê-las a qualquer época, independente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 16 A atualização cadastral proposta por este Decreto não implica no reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel, sendo tais atualizações de caráter essencialmente administrativo-fiscal.

Art. 17. Caberá à fiscalização tributária, por meio do Cadastro Imobiliário decidir e implementar a mudança da titularidade do Cadastro Imobiliário nos termos deste decreto, arquivando-se o respectivo processo para futura auditoria.

Art. 18. A fiscalização tributária, poderá solicitar outros documentos que julgar necessários a conclusão do processo, sendo , sempre que possível e necessário, a verificação " in loco" a fim de esclarecimentos acerca da posse ou propriedade do imóvel.

Art. 19. Quando não for possível promover a autenticidade dos documentos apresentados e das assinaturas a tributação poderá solicitar ao contribuinte que se proceda a autenticidade dos documentos e /ou reconhecimento de firma por meio de Cartório.

Art. 20 .Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 12 DE JUNHO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE RESPONSAVEL TRIBUTÁRIO

Nº CADASTRO IMOBILIÁRIO_____

DADOS DO IMÓVEL_____

Inscrição Imobiliária_____

Logradouro Número_____

Complemento_____

Bairro_____ CEP_____

DADOS DO REQUERENTE

Nome_____ CPF_____

RG_____ Telefones_____

Endereço_____ Número_____

Complemento_____ Email_____

Bairro_____ Cidade_____ UF_____ CEP_____

REQUERIMENTO

Venho requerer a TRANSFERÊNCIA DE RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO no Cadastro Imobiliário do(s) imóvel (eis) em referência conforme Decreto N° 39/2019 e de acordo com os documentos solicitados no mesmo e anexados a este requerimento. Declaro, sob as penas das Leis Federais nº 4.729/65 e nº 8.137/90 e sob pena de aplicação das multas previstas no CTM, que as informações e os documentos apresentados neste pedido são a expressão da verdade. Declaro ainda estar ciente de que a não apresentação da documentação e informações necessárias à instrução do pedido ou a apresentação incompleta poderá ensejar no seu arquivamento sem exame do mérito.

Jaciara_____, de_____de 2018.

_____

REQUERENTE

DECRETO Nº. 3.420 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

“ DISPÕE SOBRE O DESCONTO EM FOLHA PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS “

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de normatização de rotinas para o desconto em folha de servidores para débitos fiscais municipais ;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desconto em folha de débitos fiscais municipais, mediante autorização expressa e escrita do servidor, perante o departamento de Recursos Humanos;

Art. 2º. Em se tratando de débitos parcelados, o servidor deverá primeiramente aderir ao programa específico junto ao setor de Fiscalização Tributária, trazendo cópia do parcelamento junto ao setor de Recursos Humanos;

Art. 20 .Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 18 DE JUNHO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

NOME DO SERVIDOR_____

MATRÍCULA E LOTAÇÃO_____

RG_____ Telefones_____

Endereço_____ Número_____

Complemento_____ Email_____

Bairro_____ Cidade_____ UF_____ CEP_____

REQUERIMENTO

Venho ATRAVÉS do presente termos, autorizar o desconto em folha , a partir da data_____do seguinte débito:

Cadastro_____, valor,_____ forma de pagamento (à vista ou pacelado)_____. Caso seja parcelado, anexo ao presente termo, negociação junto ao setor de fiscalização tributaria, sendo os descontos da seguinte forma:

Nº _____de parcelas, no valor de R$_____.

Jaciara_____, de_____de 20_____.

_____

NOME DO SERVIDOR E MATRÍCULA

DECRETO Nº. 3.422 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL NOS DIAS QUE MENCIONA, NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições e ;

Considerando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

Considerando a necessidade de planejamento das atividades e o não prejuízo da efetividade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica e do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

I - 22 de junho de 2018, sexta-feira, em virtude do jogo do Brasil x Costa Rica; e

II - nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período matutino.

Art. 2º Fica decretado horário de funcionamento especial das 8h às 12h, em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, em:

I - 27 de junho de 2018, quarta-feira, em virtude do jogo do Brasil x Sérvia;

II - nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período vespertino.

Art. 3º Caberão aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT- EM 19 DE JUNHO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.424 DE 05 DE JULHO DE 2018.

"ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições e ;

Considerando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

Considerando ausência de expediente nos dias em que ocorreram os jogos;

Considerando o prejuízo no bom desenvolvimento dos trabalhos em todas as Secretarias, bem como o acumulo de trabalho;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o horário de funcionamento, a partir do dia 09 de julho até o dia 31 de julho, no **ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL,** exceto aquelas que já detém horário de funcionamento de 8h diárias, da seguinte forma:

a) Período matutino: Das 08h às 11h b) Período vespertino: Das 13h às 17h30

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT- EM 05 DE JULHO DE 2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO - 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0001133

DANILO RIBEIRO DA

SILVA

16,00 15,00 9,00 30,00 - 70,00 29/01/1996 1º Classificado Excedente

0000175

STEFANY ANDRESSA

NOGUEIRA DA SILVA

16,00 12,00 6,00 30,00 - 64,00 04/07/1994 2º Classificado Excedente

0001120

JULIANA BORGES DE

SOUZA

16,00 12,00 15,00 20,00 - 63,00 16/04/1999 3º Classificado Excedente

0000555

LEONARDO DE

ARAUJO MACHADO

16,00 12,00 12,00 20,00 - 60,00 18/10/1994 4º Classificado Excedente

0000919

MONALLIZER BRITO

DA SILVA

20,00 9,00 9,00 20,00 - 58,00 03/03/1987 5º Classificado Excedente
0001385
FLARIO GOULART DE
BORBA
8,00 15,00 15,00 20,00 - 58,00 08/01/1980 6º Classificado Excedente
0000928
ORIVALDO LUIZ
PINHEIRO
12,00 12,00 12,00 20,00 - 56,00 19/06/1979 7º Classificado Excedente
0001378
WILLIAN DO CARMO
VILANOVA
16,00 6,00 12,00 20,00 - 54,00 13/05/1994 8º Classificado Excedente
0000770
HEITOR MEZZOMO DA
SILVA
4,00 15,00 15,00 20,00 - 54,00 25/06/1990 9º Classificado Excedente
0000480
JEAN APARECIDO
RODRIGUES DE
VASCONCELOS
12,00 9,00 12,00 20,00 - 53,00 12/10/1991 10º Classificado Excedente
0001367
PAULO MARCAL DE
MORAES
12,00 12,00 9,00 20,00 - 53,00 24/10/1985 11º Classificado Excedente
0000507
PABLO FERNANDES
CORREA
4,00 12,00 6,00 30,00 - 52,00 01/09/1995 12º Classificado Excedente
0001212 KAIO CÉSAR BUENO 8,00 12,00 12,00 20,00 - 52,00 01/03/1989 13º Classificado Excedente
0001044
NELTY FERREIRA DE
OLIVEIRA JUNIOR
8,00 12,00 12,00 20,00 - 52,00 08/01/1993 14º Classificado Excedente
0001278
FABIO ROBERTO
CANHETE ALLI
8,00 12,00 9,00 20,00 2,00 51,00 23/05/1973 15º Classificado Excedente
0001293
LAURA DA SILVA
RAMOS
8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 19/08/1977 16º Classificado Excedente
0000650
DEYSE SCORPIONI DE
OLIVEIRA
16,00 9,00 15,00 10,00 - 50,00 20/08/1988 17º Classificado Excedente
0000392
GABRIEL HENRIQUE
VIANA DA SILVA
16,00 15,00 9,00 10,00 - 50,00 03/02/1998 18º Classificado Excedente
0000078
MATHEUS DEVANIR
SCHUENQUENER DE
LIMA
8,00 12,00 9,00 20,00 - 49,00 05/10/1994 19º Classificado Excedente
0001043
SIDNEI FRANÇA DA
SILVA
12,00 12,00 15,00 10,00 - 49,00 10/12/1979 20º Classificado Excedente
0000891
MARCOS FERREIRA
DA COSTA
12,00 12,00 15,00 10,00 - 49,00 03/02/1984 21º Classificado Excedente
0000609
VANDERSON
FERREIRA DA SILVA
12,00 15,00 12,00 10,00 - 49,00 02/10/1993 22º Classificado Excedente
0000484
DIONATAN BATISTA
PARIS DE MATOS
12,00 15,00 12,00 10,00 - 49,00 11/01/1998 23º Classificado Excedente
0000370
DARIANA ESTEFANIA
MELO DA SILVA
16,00 6,00 6,00 20,00 - 48,00 10/11/1997 24º Classificado Excedente
0000377
ELIAS SMERDECK DA
MASCENA
16,00 9,00 3,00 20,00 - 48,00 12/01/1978 25º Classificado Excedente
0000906
JOELSON DA CRUZ
FIGUEIREDO
12,00 6,00 9,00 20,00 - 47,00 08/11/1989 26º Classificado Excedente
0000328
DAVIS LEANDRO
PIRES DE SOUZA
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 12/08/1998 27º Classificado Excedente
0000357
GUSTAVO NUNES
SCHWENK
12,00 9,00 15,00 10,00 - 46,00 13/10/1998 28º Classificado Excedente
0001204
FLAZIONEY OLIVEIRA
ASSIS

12,00 15,00 9,00 10,00 - 46,00 04/10/1994 29º Classificado Excedente

0000332

CAROLINE

NASCIMENTO SILVA

4,00 9,00 12,00 20,00 - 45,00 20/11/1992 30º Classificado Excedente

Página 1 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

0000853

BLENDA POTTRATZ

XAVIER

20,00 6,00 9,00 10,00 - 45,00 06/06/1995 31º Classificado Excedente

0001280

JHEIMISOM DE

OLIVEIRA

BITTENCOURT

8,00 15,00 12,00 10,00 - 45,00 03/07/1989 32º Classificado Excedente

0000410

MARILIA APARECIDA

DA SILVA

12,00 9,00 3,00 20,00 - 44,00 13/09/1984 33º Classificado Excedente

0000691

FELIPE GONÇALVES

JACOMO

12,00 9,00 3,00 20,00 - 44,00 25/05/1988 34º Classificado Excedente

0000425 GILMAR JOSE GOMES 16,00 6,00 12,00 10,00 - 44,00 24/02/1985 35º Classificado Excedente

0001352

JOISE FERREIRA

RIBEIRO

8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 08/11/1988 36º Classificado Excedente

0000814

THALES EDUARDO

CALOU

8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 12/05/1998 37º Classificado Excedente

0000635

JULIEMERSON ALVES

BATISTA

12,00 9,00 12,00 10,00 - 43,00 07/03/1992 38º Classificado Excedente

0001143

HENRIQUE SOARES

DA SILVA NETO

12,00 9,00 12,00 10,00 - 43,00 07/05/1998 39º Classificado Excedente

0001007

DIANA CLAUDIA DA

SILVA LUBAS

12,00 12,00 9,00 10,00 - 43,00 08/05/1989 40º Classificado Excedente

0000757

JESSICA CRISLAINE

BORGES DOS SANTOS

4,00 9,00 9,00 20,00 - 42,00 01/07/1996 41º Classificado Excedente

0000962

WELLYNGTON DA

SILVA YANAGUITA

8,00 12,00 12,00 10,00 - 42,00 11/08/1989 42º Classificado Excedente

0000986

HUGO COELHO DA

SILVA CRUZ

8,00 12,00 12,00 10,00 - 42,00 15/08/1995 43º Classificado Excedente

0001128

TIAGO PEREIRA DOS

SANTOS

8,00 15,00 9,00 10,00 - 42,00 03/01/1997 44º Classificado Excedente

0001406

VITOR KAYNA ARAUJO

RODRIGUES

8,00 15,00 9,00 10,00 - 42,00 03/10/1997 45º Classificado Excedente

0001429

SAVIO GODINHO

TEIXEIRA

16,00 12,00 3,00 10,00 - 41,00 20/08/1994 46º Classificado Excedente

0000090

WILSON WALDISON

BOAVENTURA

4,00 15,00 12,00 10,00 - 41,00 14/08/1972 47º Classificado Excedente

0000040

MARIA EDI LAMAR

BARBONSA CALDIM

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 28/12/1965 48º Classificado Excedente

0001216

THAIS CRISTINA DE

OLIVEIRA

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 27/02/1998 49º Classificado Excedente

0000128

ROMEU CASTILHO

MARTINS JUNIOR

8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 11/04/1983 50º Classificado Excedente

0001149

ROBELSON HUGNEI

DE FRANÇA GALINDO

12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 13/09/1976 51º Classificado Excedente

0001270 ALDO ALVES BEZERRA 12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 05/04/1979 52º Classificado Excedente

0000815

EVERTON VICENTE
ORTEGA
12,00 12,00 6,00 10,00 - 40,00 03/09/1981 53º Classificado Excedente
0000536
JOSIMAR DA SILVA
CHAGAS
12,00 12,00 6,00 10,00 - 40,00 23/03/1991 54º Classificado Excedente
0000996
KATIA FERNANDA
ARAUJO DA SILVA
4,00 6,00 9,00 20,00 - 39,00 21/06/1978 55º Classificado Excedente
0000812
DENNER CLERIO
CORDEIRO
4,00 9,00 6,00 20,00 - 39,00 15/05/1993 56º Classificado Excedente
0001332
MAILSON BARBOSA DA
SILVA
4,00 9,00 6,00 20,00 - 39,00 31/10/1994 57º Classificado Excedente
0000613
MATYELI MARIA DE
OLIVEIRA
4,00 9,00 6,00 20,00 - 39,00 08/04/1999 58º Classificado Excedente
0001299
RAIMUNDO COELHO
DE SOUSA
8,00 12,00 9,00 10,00 - 39,00 21/02/1961 59º Classificado Excedente
0000212
CLAYTHON LUIZ DE
OLIVEIRA
8,00 12,00 9,00 10,00 - 39,00 20/09/1988 60º Classificado Excedente
0000468
DARLAN ALVES DA
SILVA
8,00 12,00 9,00 10,00 - 39,00 30/11/1994 61º Classificado Excedente
0000705
JOSE CEZÁRIO
FEITOSA
8,00 15,00 6,00 10,00 - 39,00 20/05/1970 62º Classificado Excedente
Página 2 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000229
SUELLEN DE FRANCA
NASCIMENTO
4,00 12,00 12,00 10,00 - 38,00 24/02/1989 63º Classificado Excedente
0000366
PAMELLA MARA DE
SOUZA NUNES
4,00 12,00 12,00 10,00 - 38,00 21/11/1989 64º Classificado Excedente
0001013
ANA LAURA BARTUCCI
MARCATO
8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 23/11/1994 65º Classificado Excedente
0000721
ELIZEU COSMOS
SANTOS
12,00 9,00 6,00 10,00 - 37,00 20/07/1995 66º Classificado Excedente
0000603
NAIARA DA SILVA
GOMES
8,00 6,00 12,00 10,00 - 36,00 29/09/1995 67º Classificado Excedente
0000442
HELENO ABADIO
CANDIDO
8,00 9,00 9,00 10,00 - 36,00 17/08/1980 68º Classificado Excedente
0001173
MATHEUS DA SILVA
PEREIRA
8,00 12,00 6,00 10,00 - 36,00 05/09/1998 69º Classificado Excedente
0000658
KAIO NORBERTO DA
SILVA ALIXANDRI
12,00 15,00 9,00 0,00 - 36,00 20/01/1996 70º Classificado Excedente
0000892
DAVISON RIBEIRO
MENDES
4,00 12,00 9,00 10,00 - 35,00 19/09/1990 71º Classificado Excedente
0001259
YTALO ARAUJO
GOMES
4,00 12,00 9,00 10,00 - 35,00 27/07/1996 72º Classificado Excedente
0001131
GUSTAVO MATHEUS
FERREIRA
8,00 15,00 12,00 0,00 - 35,00 27/12/1995 73º Classificado Excedente
0001322
CATARINO MORAIS DE
SOUZA
12,00 6,00 6,00 10,00 - 34,00 24/11/1969 74º Classificado Excedente
0000338
MATEUS MIRANDA DE
OLIVEIRA
16,00 3,00 15,00 0,00 - 34,00 17/02/1997 75º Classificado Excedente

0000486
VANESSA BENITEZ
GEROLI
16,00 6,00 12,00 0,00 - 34,00 04/08/1987 76º Classificado Excedente
0001108
HERLON ANTONIO
QUEIROZ DA SILVA
8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 17/06/1984 77º Classificado Excedente
0000564
FAGNER PEREIRA
CATARINO
8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 21/07/1994 78º Classificado Excedente
0001306
JHENNEFER
ALESSANDRA
FONTANELLI DA SILVA
8,00 12,00 3,00 10,00 - 33,00 29/05/1989 79º Classificado Excedente
0000350
BRUNO HENRIQUE
MARTINS DOS SANTOS
8,00 12,00 3,00 10,00 - 33,00 11/01/1994 80º Classificado Excedente
0001323
ANSLEY ROBERTO DE
DEUS
4,00 12,00 6,00 10,00 - 32,00 27/04/1998 81º Classificado Excedente
0000630
IVANETE CARVALHO
DA ROCHA MEDEIROS
12,00 3,00 6,00 10,00 - 31,00 14/06/1975 82º Classificado Excedente
0000994
DAIANE REINALDO
PEREIRA
8,00 3,00 9,00 10,00 - 30,00 06/02/1990 83º Classificado Excedente
0000584
CLEBER ROBERTO
MARTINS SANTANA
8,00 6,00 6,00 10,00 - 30,00 28/07/1979 84º Classificado Excedente
0000949
GABRIEL PAULINO
DOS SANTOS
8,00 6,00 6,00 10,00 - 30,00 10/10/1997 85º Classificado Excedente
0000466
HENRIQUE BRAZOTO
HAUBRICHT
8,00 9,00 3,00 10,00 - 30,00 19/02/1990 86º Classificado Excedente
0001271
GABRIEL SANTOS
MARTINS
12,00 9,00 9,00 0,00 - 30,00 20/09/1997 87º Classificado Excedente
0000771
EDIMAR ARAUJO DA
SILVA
8,00 9,00 12,00 0,00 - 29,00 04/06/1975 88º Classificado Excedente
0001359
QUELTON DOURADO
NASCIMENTO
8,00 12,00 9,00 0,00 - 29,00 26/07/1993 89º Classificado Excedente
0000793
FELIPE DINIZ
CAMAPUM
4,00 15,00 9,00 0,00 - 28,00 01/02/1998 90º Classificado Excedente
0000849
JOÃO BATISTA
AMARAL FREITAS JR
8,00 3,00 6,00 10,00 - 27,00 19/11/1994 91º Classificado Excedente
0000879
JANAINA BEZERRA
DIAS
4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 23/02/1985 92º Classificado Excedente
0001144 RAUL CASSIANO ALLI 8,00 12,00 6,00 0,00 - 26,00 04/10/1994 93º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000642
ROSSANO
MARCONDES
BARBOSA
4,00 12,00 9,00 0,00 - 25,00 11/09/1975 94º Classificado Excedente
0000390 JACQUES MARQUES 4,00 15,00 6,00 0,00 - 25,00 05/05/1978 95º Classificado Excedente
0001073
WANDERLEI ALMEIDA
DOS SANTOS
12,00 3,00 9,00 0,00 - 24,00 10/04/1977 96º Classificado Excedente
0001206 NOELI POTTRATZ 12,00 9,00 3,00 0,00 - 24,00 21/04/1971 97º Classificado Excedente
0001360
THAISY ROSANE
MORAES DA SILVA
12,00 9,00 3,00 0,00 - 24,00 05/04/1990 98º Classificado Excedente
0000805
RADYELLE FERNANDA
SILVA DE OLIVEIRA
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 01/05/1994 99º Classificado Excedente

0000797
JACKSON FERREIRA
JACINTO
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 11/12/1997 100º Classificado Excedente
0001276
ROMERIO SILVA
NUNES
8,00 9,00 6,00 0,00 - 23,00 01/10/1982 101º Classificado Excedente
0000608
ALINE CRISTINA
SANTOS PESSOA
8,00 9,00 6,00 0,00 - 23,00 22/01/1995 102º Classificado Excedente
0001121
JAINY BORGES DE
SOUZA
4,00 12,00 6,00 0,00 - 22,00 09/09/1996 103º Classificado Excedente
0000168
MAX SILVAN ANTONIO
DIAS SILVA
4,00 6,00 9,00 0,00 - 19,00 11/03/1991 104º Classificado Excedente
0000829
VANESSA BATISTA DA
SILVA
4,00 9,00 6,00 0,00 - 19,00 10/04/1985 105º Classificado Excedente
0000294
SILENE FARIAS DOS
SANTOS
4,00 12,00 3,00 0,00 - 19,00 12/12/1976 106º Classificado Excedente
0000997
POLIANA ARAUJO DA
SILVA (PP)
4,00 3,00 0,00 10,00 - 17,00 05/02/1984 107º Classificado Excedente
0001130
DANIELLE MENDONÇA
GUIMARÃES
8,00 3,00 6,00 0,00 - 17,00 26/12/1996 108º Classificado Excedente
0001266
JEAN DE OLIVEIRA
BITTENCOURT
4,00 6,00 6,00 0,00 - 16,00 03/01/1995 109º Classificado Excedente
0001400
RAFAEL RIBEIRO
LOPES
4,00 6,00 3,00 0,00 - 13,00 13/08/1985 110º Classificado Excedente
Página 4 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (COZINHA ÚNICA) - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0001382
MARIA APARECIDA
DIAS
16,00 9,00 9,00 50,00 - 84,00 13/10/1979 1º Classificado Excedente
0001394
KATSUENE DINIZ
SANTOS
16,00 9,00 9,00 50,00 - 84,00 14/08/1987 2º Classificado Excedente
0000897
ANA PAULA DIAS DOS
SANTOS
20,00 6,00 6,00 50,00 - 82,00 01/11/1989 3º Classificado Excedente
0000661
MARIA APARECIDA
MARTINS CELUPI
16,00 6,00 6,00 50,00 - 78,00 07/09/1958 4º Classificado Excedente
0001346
CINIRA DE SOUZA
UCHOA
16,00 6,00 6,00 50,00 - 78,00 10/06/1976 5º Classificado Excedente
0000866
JUCILENE DOS
SANTOS HUNGRIA
16,00 9,00 3,00 50,00 - 78,00 30/07/1983 6º Classificado Excedente
0000224
CRISTIANI FONSECA
DOS SANTOS
16,00 9,00 3,00 50,00 - 78,00 19/08/1985 7º Classificado Excedente
0000007 JORCIENE MONTEIRO 12,00 6,00 6,00 50,00 - 74,00 20/09/1973 8º Classificado Excedente
0000699 SIRLEI STUELP 16,00 3,00 3,00 50,00 - 72,00 20/12/1973 9º Classificado Excedente
0000263
TANIA MARIA DA SILVA
ARAUJO
20,00 6,00 6,00 40,00 - 72,00 09/05/1971 10º Classificado Excedente
0001026
FERNANDA DO
NASCIMENTO
8,00 9,00 3,00 50,00 - 70,00 10/05/1996 11º Classificado Excedente
0000173
ELIETE MARIA LIMA DA
SILVA
16,00 3,00 0,00 50,00 - 69,00 29/09/1976 12º Classificado Excedente

0000427
LUCIA HELENA INACIO
CANDIDO
16,00 3,00 0,00 50,00 - 69,00 19/11/1981 13º Classificado Excedente
0000839
NILCELENE
GONÇALVES DA SILVA
12,00 3,00 3,00 50,00 - 68,00 14/06/1977 14º Classificado Excedente
0000956
FAWIANE BARBOSA
CUNHA
12,00 6,00 0,00 50,00 - 68,00 12/11/1985 15º Classificado Excedente
0000248
IDELMA GOMES
GARCIA
20,00 3,00 3,00 40,00 - 66,00 26/03/1976 16º Classificado Excedente
0001371
ELANDE ALVES DA
SILVA
20,00 6,00 0,00 40,00 - 66,00 12/02/1979 17º Classificado Excedente
0001187
ELISANGELA NERYS
FERREIRA
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 02/10/1984 18º Classificado Excedente
0000205
MARIZETE DE
OLIVEIRA RODRIGUES
BARBOSA XAVIER
16,00 9,00 0,00 40,00 - 65,00 04/01/1977 19º Classificado Excedente
0000472
SOLANGE SIVIRINA
FERREIRA
12,00 9,00 3,00 40,00 - 64,00 22/04/1979 20º Classificado Excedente
0000550
LEANDRA RESENDE
DOS SANTOS DE
ALMEIDA
16,00 0,00 6,00 40,00 - 62,00 13/03/1974 21º Classificado Excedente
0000187
JESSICA JAQUES
RIBEIRO E SILVA
16,00 3,00 3,00 40,00 - 62,00 22/03/1998 22º Classificado Excedente
0000119
RONI BRITO DOS
SANTOS
12,00 3,00 3,00 40,00 - 58,00 06/09/1989 23º Classificado Excedente
0000297
IVONE BARBOSA
DOURADO
16,00 9,00 3,00 30,00 - 58,00 15/03/1974 24º Classificado Excedente
0001342
LUZIA DE SOUZA
MASSA ARANTES
20,00 6,00 0,00 30,00 - 56,00 25/08/1973 25º Classificado Excedente
0000943
CLAUDIA MACIEL
ESTEVES
20,00 6,00 0,00 30,00 - 56,00 27/08/1979 26º Classificado Excedente
0000169
MARIA SELISMEIRE
BRAGA
12,00 3,00 0,00 40,00 - 55,00 05/09/1966 27º Classificado Excedente
0001055
ROSIVANIA MARTINS
LESSA
16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 19/01/1980 28º Classificado Excedente
0001069
CLARA LUCIA DA
COSTA
8,00 3,00 3,00 40,00 - 54,00 18/02/1975 29º Classificado Excedente
0001008 NAIR ROSINIESKI 12,00 6,00 6,00 30,00 - 54,00 08/05/1972 30º Classificado Excedente
0001228
ELIZANGELA CALDAS
DA SILVA
12,00 9,00 3,00 30,00 - 54,00 03/09/1982 31º Classificado Excedente
Página 5 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000732
SIDINEIA MAGNY
SOARES
8,00 3,00 0,00 40,00 - 51,00 10/11/1978 32º Classificado Excedente
0000121
ELIZETE SMERDECK
DA MACENA
8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 15/05/1975 33º Classificado Excedente
0000209
CLAUDINEIA GOMES
DA COSTA
16,00 3,00 0,00 30,00 - 49,00 08/05/1983 34º Classificado Excedente
0000126
NAJARA BARBOSA DE
OLIVEIRA

12,00 6,00 0,00 30,00 - 48,00 29/11/1989 35º Classificado Excedente 0001014
ANAIR CEZARIO
FEITOSA
16,00 9,00 3,00 20,00 - 48,00 28/11/1966 36º Classificado Excedente 0000594
GISLENE OLIVEIRA DA
SILVA
8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 11/07/1980 37º Classificado Excedente 0001316
DALVIANO DO
NASCIMENTO SILVA
12,00 3,00 0,00 30,00 - 45,00 30/06/1986 38º Classificado Excedente 0000211
JOELMA PRADO
RODRIGUES
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 22/07/1973 39º Classificado Excedente 0000368
ENIR ROSA DE
OLIVEIRA
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 21/06/1975 40º Classificado Excedente 0000795
VALQUIRIA CRISTINA
CASTELLI
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 29/05/1985 41º Classificado Excedente 0001368
BRUNO DA SILVA
COIMBRA
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 09/05/1996 42º Classificado Excedente 0000977
JARDINETE ALMEIDA E
SILVA
8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 22/03/1985 43º Classificado Excedente 0000818
ROSELI PEREIRA
ROCHA DOS SANTOS
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 03/01/1981 44º Classificado Excedente 0000762
LUCENI BORBA DA
SILVA
8,00 12,00 3,00 20,00 - 43,00 09/04/1969 45º Classificado Excedente 0000276
REGIANE MORAIS LIMA
OLIVEIRA RODRIGUES
8,00 3,00 0,00 30,00 - 41,00 27/07/1981 46º Classificado Excedente 0000950
ARMEZINA NOGUEIRA
DE SOUZA
12,00 6,00 3,00 20,00 - 41,00 26/02/1966 47º Classificado Excedente 0000998
MARLY DE SOUZA
SILVA
12,00 9,00 0,00 20,00 - 41,00 02/08/1984 48º Classificado Excedente 0000508 JOSE ALVES CORREIA 8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 07/08/1963 49º Classificado Excedente 0000920
FRANKLIN TAIANAN
PARADA FRANCO
8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 15/07/1994 50º Classificado Excedente 0001006
DINARIA MARIA
GALDINO
12,00 3,00 3,00 20,00 - 38,00 19/04/1968 51º Classificado Excedente 0000073
ELZA MARIA MARTINS
SANTOS
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 14/09/1967 52º Classificado Excedente 0001337
DAIANE DA SILVA
ALVES
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 06/04/1989 53º Classificado Excedente 0000958
RAIMUNDA ALVES
XAVIER
12,00 0,00 3,00 20,00 - 35,00 18/03/1980 54º Classificado Excedente 0000845
CRISTIANE PEREIRA
CORREA
12,00 3,00 0,00 20,00 - 35,00 02/03/1994 55º Classificado Excedente 0000979
IRANILSOM MARTINS
FERNANDES
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 17/01/1987 56º Classificado Excedente 0001340
BENEDITA EMILIA
QUEIROZ
8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 09/04/1962 57º Classificado Excedente 0000885
JOAQUINA MARIA
BRITO LUSTOSA DA
SILVA
8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 21/02/1966 58º Classificado Excedente 0000376
TATIANA DA ROSA
LOCATELLI
16,00 3,00 3,00 10,00 - 32,00 30/12/1985 59º Classificado Excedente

0001126
IRENILDA OLIVEIRA DE
SOUZA
12,00 3,00 6,00 10,00 - 31,00 02/03/1973 60º Classificado Excedente
0001255
ANGELA CALDAS
PEREIRA DA SILVA
SANTANA
4,00 3,00 3,00 20,00 - 30,00 12/09/1980 61º Classificado Excedente
0001104
ALESSANDRA SANTOS
DE SOUZA ALVES
4,00 6,00 0,00 20,00 - 30,00 28/06/1983 62º Classificado Excedente
Página 6 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000968
BEATRIZ DIAS
FERREIRA
12,00 3,00 3,00 10,00 - 28,00 24/05/1975 63º Classificado Excedente
0000867
ANA CLAUDIA DOS
SANTOS
4,00 0,00 3,00 20,00 - 27,00 20/03/1987 64º Classificado Excedente
0000418 VANDERLEIA FRANCO 4,00 3,00 0,00 20,00 - 27,00 18/02/1971 65º Classificado Excedente
0000237
LUCIANA MARIA
SILVEIRA
8,00 3,00 3,00 10,00 - 24,00 12/05/1974 66º Classificado Excedente
0000551
VALDECY FRANCISCO
DE CARVALHO
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 02/07/1966 67º Classificado Excedente
0001248
SANDRA DAS VIRGENS
ARAUJO
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 01/11/1979 68º Classificado Excedente
0000710
VALDIVINA PEREIRA
DOS SANTOS
12,00 6,00 0,00 0,00 - 18,00 16/11/1966 69º Classificado Excedente
0000629 ROSIMEIRE DA SILVA 0,00 0,00 6,00 10,00 - 16,00 01/07/1977 70º Classificado Excedente
0001289 MARIA LUIZA DA SILVA 0,00 0,00 3,00 0,00 - 3,00 10/11/1966 71º Classificado Excedente
0000426
ELITA INACIO
CANDIDO
0,00 3,00 0,00 0,00 - 3,00 11/04/1962 72º Classificado Excedente
Página 7 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (EDUCAÇAO) - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000995
ELISAMA ALVES DE
MOURA
20,00 12,00 9,00 50,00 - 91,00 28/01/2000 1º Classificado Excedente
0000610
GADIEL JORGE
BONIFACIO
20,00 12,00 6,00 50,00 - 88,00 26/05/1998 2º Classificado Excedente
0000260
THAIS MASSA DE
JESUS
20,00 12,00 3,00 50,00 - 85,00 17/10/1991 3º Classificado Excedente
0001225
PAULA LUANA ROCHA
DE SOUZA
16,00 12,00 6,00 50,00 - 84,00 08/10/1992 4º Classificado Excedente
0001214 NEUSA SILVA MACEDO 12,00 9,00 12,00 50,00 - 83,00 29/07/1964 5º Classificado Excedente
0001075
MARCIA DIAS DOS
SANTOS
20,00 6,00 6,00 50,00 - 82,00 19/12/1987 6º Classificado Excedente
0000932
MAYKELLY BRUNA
MONÇÃO MATOS
20,00 6,00 6,00 50,00 - 82,00 27/03/1993 7º Classificado Excedente
0000482 SABRINA BIASIBETTI 16,00 6,00 9,00 50,00 - 81,00 03/01/1996 8º Classificado Excedente
0000096
JELDSON DELFINO
RODRIGUES
12,00 9,00 9,00 50,00 - 80,00 11/02/1988 9º Classificado Excedente
0000282
ESDRAS PAULO SILVA
VASCONCELOS
16,00 12,00 12,00 40,00 - 80,00 26/04/1990 10º Classificado Excedente
0000709 GABRIELA SOARES 16,00 12,00 12,00 40,00 - 80,00 05/05/1995 11º Classificado Excedente

0000053
MARIA ADRIANA DE
ASSIS
20,00 6,00 3,00 50,00 - 79,00 06/05/1978 12º Classificado Excedente
0001197
ELIZANGELA MARIANA
DE SOUZA LOPES
16,00 6,00 6,00 50,00 - 78,00 29/07/1979 13º Classificado Excedente
0000200
POLIANE
BITTENCOURT
MARTINS
16,00 6,00 6,00 50,00 - 78,00 21/07/1987 14º Classificado Excedente
0000157
JESSICA ADRIANA DE
LARA ALMEIDA
16,00 6,00 6,00 50,00 - 78,00 08/01/1991 15º Classificado Excedente
0000778
CLAUDINEI PESSOA
DE ARAUJO
16,00 9,00 3,00 50,00 - 78,00 30/05/1976 16º Classificado Excedente
0000162
ANGELICA MARIA DA
SILVA
16,00 9,00 3,00 50,00 - 78,00 04/05/1992 17º Classificado Excedente
0001065
JOSUE ABNER LEAL
DE OLIVEIRA
16,00 9,00 3,00 50,00 - 78,00 24/01/2000 18º Classificado Excedente
0000285
MARIA APARECIDA
PEREIRA DOS SANTOS
16,00 12,00 0,00 50,00 - 78,00 25/10/1974 19º Classificado Excedente
0000858
SILVANIA LINS DE
ESPINDOLA
16,00 12,00 0,00 50,00 - 78,00 01/09/1980 20º Classificado Excedente
0001020
MARCILENE MARIANO
DE SOUZA
16,00 12,00 0,00 50,00 - 78,00 02/02/1982 21º Classificado Excedente
0000808 WANIA JANE MOLINA 20,00 12,00 6,00 40,00 - 78,00 19/01/1974 22º Classificado Excedente
0000306
MARIA RENILDA DE
MELO
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 21/06/1965 23º Classificado Excedente
0000106
JOSIVALDO BALBINO
DA SILVA
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 07/08/1978 24º Classificado Excedente
0000449
IVONE ALVES GOMES
DA SILVA
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 12/04/1990 25º Classificado Excedente
0001405
ROSALINA ADVENTO
DE OLIVEIRA
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 01/11/1995 26º Classificado Excedente
0001203
THAINARA BORGES DA
SILVA
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 30/09/1998 27º Classificado Excedente
0000424
KELIANE FERREIRA
MARTINS
16,00 12,00 9,00 40,00 - 77,00 31/07/1991 28º Classificado Excedente
0000715
LUIZA MODESTO
MONÇÃO
20,00 6,00 0,00 50,00 - 76,00 27/09/1981 29º Classificado Excedente
0000487
EDIVANIA LONDE
RIBEIRO
8,00 9,00 9,00 50,00 - 76,00 24/07/1977 30º Classificado Excedente
0001230
ELISANDRA SOARES
DOS SANTOS
16,00 6,00 3,00 50,00 - 75,00 17/05/1978 31º Classificado Excedente
0001232 EDILANE SILVA LEITE 20,00 12,00 3,00 40,00 - 75,00 06/08/1994 32º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL
0000107
MARIA ROSILDA DOS
SANTOS
12,00 6,00 6,00 50,00 - 74,00 14/10/1979 33º Classificado Excedente
0000258
LUCIANA ALVES DOS
SANTOS
12,00 6,00 6,00 50,00 - 74,00 12/12/1991 34º Classificado Excedente
0000476
THAIS ARIELLY

VALERIO DA SILVA
12,00 9,00 3,00 50,00 - 74,00 26/08/1992 35º Classificado Excedente 0000002
CRISLANE CAMILO
DOS SANTOS
12,00 9,00 3,00 50,00 - 74,00 16/06/1993 36º Classificado Excedente 0000038
MAGNO ANTONIO
LEANDRO DOS
SANTOS
16,00 12,00 6,00 40,00 - 74,00 14/06/1975 37º Classificado Excedente 0000074
LEIVA ADRIANA
MICHELATO MAXIMINO
16,00 12,00 6,00 40,00 - 74,00 23/11/1976 38º Classificado Excedente 0000384
STEPHANY KARINA DE
SOUZA
16,00 12,00 6,00 40,00 - 74,00 08/10/1991 39º Classificado Excedente 0000016
ROSINETE ANASTACIA
DE OLIVEIRA
20,00 3,00 0,00 50,00 - 73,00 16/11/1984 40º Classificado Excedente 0001094
DANIELLA COSTA DE
OLIVEIRA
8,00 9,00 6,00 50,00 - 73,00 01/04/1994 41º Classificado Excedente 0001025
ERIKA LUANA ALVES
DA SILVA
8,00 12,00 3,00 50,00 - 73,00 12/07/1995 42º Classificado Excedente 0000714
JANETE BORGES DA
SILVA
16,00 0,00 6,00 50,00 - 72,00 18/04/1980 43º Classificado Excedente 0000393
VANILSA DIAS
FAGUNDES
16,00 3,00 3,00 50,00 - 72,00 24/02/1973 44º Classificado Excedente 0000716
LURDES MODESTO
FERREIRA
16,00 3,00 3,00 50,00 - 72,00 26/01/1978 45º Classificado Excedente 0000653
HELENA QUEIROZ DA
SILVA
16,00 3,00 3,00 50,00 - 72,00 03/10/1998 46º Classificado Excedente 0000012
ANDREIA RODRIGUES
DA SILVA
16,00 6,00 0,00 50,00 - 72,00 25/11/1984 47º Classificado Excedente 0000032
MARIA SOLANGE DE
ARAUJO
20,00 9,00 3,00 40,00 - 72,00 03/08/1975 48º Classificado Excedente 0000708
RAISSA GONÇALVES
MATOS
12,00 3,00 6,00 50,00 - 71,00 23/11/1998 49º Classificado Excedente 0001268 CLEONICE RODER 12,00 6,00 3,00 50,00 - 71,00 24/04/1980 50º Classificado Excedente 0001401
GESIEL BRANDÃO
ROCHA
12,00 6,00 3,00 50,00 - 71,00 29/12/1987 51º Classificado Excedente 0001291
WELITON ALVES
GARCIA
12,00 6,00 3,00 50,00 - 71,00 23/12/1990 52º Classificado Excedente 0000605
KARINE KETTLY
LOURENÇO DOS
SANTOS
12,00 6,00 3,00 50,00 - 71,00 04/04/1997 53º Classificado Excedente 0000581
ROSELEI CRISTINA
ALMEIDA DE OLIVEIRA
12,00 9,00 0,00 50,00 - 71,00 10/02/1983 54º Classificado Excedente 0000733
ANA DE CAMPOS
RODRIGUES
16,00 6,00 9,00 40,00 - 71,00 10/05/1991 55º Classificado Excedente 0000185
JOELMA CARNEIRO DE
MORAIS
8,00 6,00 6,00 50,00 - 70,00 18/03/1946 56º Classificado Excedente 0001210
ROSILENE
RODRIGUES OLIVEIRA
DA SILVA
16,00 0,00 3,00 50,00 - 69,00 31/01/1986 57º Classificado Excedente 0000886
ANA PAULA AMORIM
OLIVEIRA
12,00 3,00 3,00 50,00 - 68,00 02/10/1990 58º Classificado Excedente 0001390

JESSICA KAROLINA DE
SOUZA FERRARI
12,00 3,00 3,00 50,00 - 68,00 02/04/1991 59º Classificado Excedente
0000652
ROSINETE RAMALHO
DA SILVA
16,00 6,00 6,00 40,00 - 68,00 21/06/1981 60º Classificado Excedente
0000411
ROSA FERREIRA DE
FRANÇA
16,00 9,00 3,00 40,00 - 68,00 06/03/1967 61º Classificado Excedente
0000970
CICERO UMBELINO DE
SOUZA
16,00 9,00 3,00 40,00 - 68,00 11/07/1974 62º Classificado Excedente
0000831
HIANDRO RAFAEL DE
LIMA SILVA
16,00 9,00 3,00 40,00 - 68,00 30/07/1999 63º Classificado Excedente
Página 9 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000934
ALINE MENDES
LEGRAMANTE
8,00 3,00 6,00 50,00 - 67,00 03/07/1983 64º Classificado Excedente
0001347 MARI HELENA SILVA 12,00 9,00 6,00 40,00 - 67,00 23/09/1993 65º Classificado Excedente
0000081
JESILAINE DA SILVA
OLIVEIRA
12,00 12,00 3,00 40,00 - 67,00 01/02/1985 66º Classificado Excedente
0000600
LAURA MENDES
FERREIRA ARRABAL
12,00 3,00 0,00 50,00 - 65,00 30/08/1982 67º Classificado Excedente
0000916
NATACHA PRISCILA
CANFILD RODRIGUES
12,00 3,00 0,00 50,00 - 65,00 14/01/1991 68º Classificado Excedente
0000485
CLEONICE BORGES DA
SILVA
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 05/01/1971 69º Classificado Excedente
0000827
MARIA DE FATIMA
PEREIRA CAVALCANTE
NUNES
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 22/09/1974 70º Classificado Excedente
0000174
LIZANGELA MARIA DE
LIMA SOUZA
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 08/11/1978 71º Classificado Excedente
0000491
ALESSANDRA AMORIM
OLIVEIRA
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 13/06/1981 72º Classificado Excedente
0000454
LUCINEIA ALVES
ANTONIO JACOB
CARVALHO
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 25/08/1981 73º Classificado Excedente
0000058
ANDRADE DE SOUZA
CARVALHO
16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 02/02/1984 74º Classificado Excedente
0000577 MARIA LUIZA LEITE 16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 08/06/1985 75º Classificado Excedente
0000006
FRANCISCA TEREZA
DA SILVA SANTOS
16,00 9,00 0,00 40,00 - 65,00 26/10/1962 76º Classificado Excedente
0000619 THAIS FERREIRA DIAS 8,00 6,00 9,00 40,00 - 63,00 22/02/1998 77º Classificado Excedente
0000646
ADRIANO ALEF DA
CRUZ ROCHA
8,00 9,00 6,00 40,00 - 63,00 14/01/1996 78º Classificado Excedente
0000272
SIDNEI ROBERTO
MORAIS
8,00 15,00 0,00 40,00 - 63,00 29/05/1964 79º Classificado Excedente
0000990
ELIZETE DENIZ
PEREIRA
16,00 3,00 3,00 40,00 - 62,00 09/10/1976 80º Classificado Excedente
0000118
DEYSE LOHANA
JERONIMO PINHEIRO
16,00 3,00 3,00 40,00 - 62,00 18/07/1996 81º Classificado Excedente
0000018 SILVANA RACIS 16,00 6,00 0,00 40,00 - 62,00 03/09/1970 82º Classificado Excedente
0000055
MARIA DENISE LINO
DA SILVA

16,00 6,00 0,00 40,00 - 62,00 06/11/1978 83º Classificado Excedente

0000031

MICHELE FELIX

RODRIGUES

16,00 6,00 0,00 40,00 - 62,00 28/08/1993 84º Classificado Excedente

0000383

ANA ELIZA APARECIDA

DA COSTA MOREIRA

12,00 3,00 6,00 40,00 - 61,00 04/09/1987 85º Classificado Excedente

0000817 MARIA INEZ RACIS 12,00 6,00 3,00 40,00 - 61,00 25/05/1976 86º Classificado Excedente

0001029

EDNEIDE FERRAZ DE

MATOS

12,00 6,00 3,00 40,00 - 61,00 09/05/1978 87º Classificado Excedente

0001091 AURIANE LIMA ABREU 12,00 6,00 3,00 40,00 - 61,00 11/03/1986 88º Classificado Excedente

0000870

THAIZA ALVES

GOUVEIA

12,00 6,00 3,00 40,00 - 61,00 31/12/1993 89º Classificado Excedente

0000113

TELMA LIMA DOS

SANTOS

16,00 9,00 6,00 30,00 - 61,00 24/05/1967 90º Classificado Excedente

0001415

FABIO EVAGELISTA DA

SILVA

16,00 9,00 6,00 30,00 - 61,00 04/05/1968 91º Classificado Excedente

0000020

NAYARA CRISTINA

ALVES DE SOUZA

16,00 9,00 6,00 30,00 - 61,00 07/05/1996 92º Classificado Excedente

0000461

LUDIMILA FORTUNATO

DOS SANTOS

4,00 6,00 0,00 50,00 - 60,00 03/10/1997 93º Classificado Excedente

0000707

FANNY ROBERTO

FRANÇA SILVA

8,00 3,00 9,00 40,00 - 60,00 26/02/1986 94º Classificado Excedente

0000029

VALDIR MIGUEL

BINELLO JR

8,00 9,00 3,00 40,00 - 60,00 12/01/1991 95º Classificado Excedente

0000871

SIRLENE BORGES DA

SILVA MACHADO

16,00 3,00 0,00 40,00 - 59,00 12/02/1979 96º Classificado Excedente

0000602 GLEICIANE DE SOUZA 16,00 3,00 0,00 40,00 - 59,00 13/04/1989 97º Classificado Excedente

Página 10 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

0000612

ELAINE MARIA SILVA

DE SOUZA FERREIRA

12,00 3,00 3,00 40,00 - 58,00 16/08/1974 98º Classificado Excedente

0000616

KELLY CRISTINA

MOREIRA FERREIRA

DA SILVA

12,00 3,00 3,00 40,00 - 58,00 12/01/1980 99º Classificado Excedente

0000754

GABRIELA DE SOUZA

ALVES

12,00 3,00 3,00 40,00 - 58,00 08/10/1988 100º Classificado Excedente

0000375 SIMONE DE OLIVEIRA 16,00 6,00 6,00 30,00 - 58,00 04/07/1977 101º Classificado Excedente

0000063

HOSANA APARECIDA

PEREIRA DOS SANTOS

16,00 6,00 6,00 30,00 - 58,00 09/09/1978 102º Classificado Excedente

0000534

MARCELANJE MARIA

DA SILVA ROCHA

16,00 6,00 6,00 30,00 - 58,00 08/12/1994 103º Classificado Excedente

0000614

ALINE ROSA DOS REIS

RAMOS

4,00 3,00 0,00 50,00 - 57,00 27/09/1983 104º Classificado Excedente

0000314

ELIZANGELA PAULA

FACCO DA SILVA

8,00 3,00 6,00 40,00 - 57,00 16/09/1979 105º Classificado Excedente

0000582

ANDREIA MORAES DE

SOUZA

8,00 3,00 6,00 40,00 - 57,00 28/11/1982 106º Classificado Excedente

0000017

MARIA APARECIDA DA

SILVA

8,00 6,00 3,00 40,00 - 57,00 12/03/1984 107º Classificado Excedente

0000875

PRISCILA MAGNA

ROCHA DE MEDEIROS

8,00 6,00 3,00 40,00 - 57,00 23/11/1992 108º Classificado Excedente
0000382
MARIA DE LOURDES
VITURINO DE SOUZA
8,00 9,00 0,00 40,00 - 57,00 23/02/1970 109º Classificado Excedente
0000530
LETICIA VIEIRA DA
SILVA
8,00 9,00 0,00 40,00 - 57,00 07/12/1999 110º Classificado Excedente
0000308
IRAMAIA DE OLIVEIRA
GOMES DANTAS DA
SILVA
12,00 6,00 9,00 30,00 - 57,00 14/04/1979 111º Classificado Excedente
0000402
JANAINA NEVES DA
SILVA
4,00 9,00 3,00 40,00 - 56,00 20/11/1998 112º Classificado Excedente
0001015
KEICIANE MOREIRA DE
SANTANA
4,00 12,00 0,00 40,00 - 56,00 13/09/1993 113º Classificado Excedente
0001314
KATIA SILVA CRUZ
SANTANA
20,00 3,00 3,00 30,00 - 56,00 08/12/1980 114º Classificado Excedente
0000177
LEIVA CARVALHO DOS
SANTOS
20,00 6,00 0,00 30,00 - 56,00 09/11/1972 115º Classificado Excedente
0000015
ADELINA MARIA DE
OLIVEIRA MOREIRA
12,00 3,00 0,00 40,00 - 55,00 22/08/1982 116º Classificado Excedente
0000971
FANAWIA BARBOSA
CUNHA
12,00 3,00 0,00 40,00 - 55,00 11/05/1984 117º Classificado Excedente
0000076
ELIZANDRA ROSENO
ALEXANDRE
16,00 3,00 6,00 30,00 - 55,00 01/09/1983 118º Classificado Excedente
0000976
MARCOS ALEXANDRE
DE MENEZES
16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 24/10/1961 119º Classificado Excedente
0000706
ROSELY BALESTRIN
GOMES
16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 06/03/1966 120º Classificado Excedente
0000062
MARLY BORBA DE
FARIA RULIM
16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 06/09/1969 121º Classificado Excedente
0000394
FRANCIELE CAMILO
LEARDINI
16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 21/06/1989 122º Classificado Excedente
0000873
GEOVANY PEREIRA DA
COSTA
16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 27/08/1996 123º Classificado Excedente
0000075
ANA PAULA EUSEBIO
PEREIRA
8,00 3,00 3,00 40,00 - 54,00 04/11/1986 124º Classificado Excedente
0000347
ANTONIA CASTORINA
SOARES
8,00 6,00 0,00 40,00 - 54,00 24/07/1961 125º Classificado Excedente
0000607
MARINALVA
CONCEIÇÃO DE
OLIVEIRA
8,00 6,00 0,00 40,00 - 54,00 01/08/1972 126º Classificado Excedente
0000103
EDILSON MACEDO
PINHEIRO
12,00 6,00 6,00 30,00 - 54,00 16/10/1976 127º Classificado Excedente
0001059
JAQUELINE SOUZA DA
SILVA
12,00 9,00 3,00 30,00 - 54,00 13/03/1985 128º Classificado Excedente

0001351
CRISLAINE DE ARAUJO
GONÇALVES LIMA
12,00 9,00 3,00 30,00 - 54,00 09/05/1997 129º Classificado Excedente
0000741
JOSE DANIZETE
ARAUJO
4,00 6,00 3,00 40,00 - 53,00 18/03/1962 130º Classificado Excedente

0000021
AILTON FRANCISCO
MENDES
4,00 6,00 3,00 40,00 - 53,00 31/01/1972 131º Classificado Excedente
0000475
ANDREIA CRISTINA DA
SILVA
4,00 6,00 3,00 40,00 - 53,00 28/05/1988 132º Classificado Excedente
0000910
VERIDHIANY SANTOS
DE OLIVEIRA
4,00 6,00 3,00 40,00 - 53,00 03/08/1996 133º Classificado Excedente
0000440
EURIDES JESUS DOS
SANTOS
20,00 0,00 3,00 30,00 - 53,00 28/10/1976 134º Classificado Excedente
0000459 KEILA SANTOS SILVA 8,00 9,00 6,00 30,00 - 53,00 07/09/1983 135º Classificado Excedente
0000099
LUCIVANE
FORTUNATO DOS
SANTOS
16,00 3,00 3,00 30,00 - 52,00 23/07/1964 136º Classificado Excedente
0000644
ANGELA ABADIA
APARECIDO
16,00 3,00 3,00 30,00 - 52,00 13/08/1986 137º Classificado Excedente
0000451
EDINA MARIA DA SILVA
BORGES
8,00 3,00 0,00 40,00 - 51,00 14/08/1973 138º Classificado Excedente
0001058
DEBORA REGINA
CUNHA SANTOS
8,00 3,00 0,00 40,00 - 51,00 06/11/1982 139º Classificado Excedente
0000973
VALDIRENE BATISTA
DA CRUZ
8,00 3,00 0,00 40,00 - 51,00 15/08/1989 140º Classificado Excedente
0000303
LUCICLEIDE DA SILVA
DOMINGOS
12,00 3,00 6,00 30,00 - 51,00 05/08/1991 141º Classificado Excedente
0000884
KARINY DA CRUZ
SILVA
12,00 3,00 6,00 30,00 - 51,00 02/05/1996 142º Classificado Excedente
0000904
JULIA SALETIS DA
SILVA TORRES
12,00 6,00 3,00 30,00 - 51,00 05/04/1973 143º Classificado Excedente
0001408
JOSIANE DE JESUS
CORDEIRO
12,00 9,00 0,00 30,00 - 51,00 20/07/1994 144º Classificado Excedente
0000231
PAULO HENRIQUE DE
ALMEIDA FRANÇA
4,00 3,00 3,00 40,00 - 50,00 05/07/1984 145º Classificado Excedente
0001112
MARIA SILVANEIDE
LOPES DA SILVA
4,00 6,00 0,00 40,00 - 50,00 02/04/1989 146º Classificado Excedente
0001389
ELENILDA BALBINO DA
SILVA
20,00 0,00 0,00 30,00 - 50,00 23/03/1987 147º Classificado Excedente
0000527
MARIA GLORIA GOMES
DA SILVA
8,00 9,00 3,00 30,00 - 50,00 29/03/1982 148º Classificado Excedente
0000859
ANA GISELY RAMALHO
SILVA LOPES
8,00 12,00 0,00 30,00 - 50,00 23/03/1991 149º Classificado Excedente
0001042
IRISMAR DE FRANÇA
DOURADO
16,00 3,00 0,00 30,00 - 49,00 18/01/1975 150º Classificado Excedente
0001384
MARIA AUXILIADORA
SAMPAIO
16,00 3,00 0,00 30,00 - 49,00 14/01/1981 151º Classificado Excedente
0001409
ROSEMILDA DA SILVA
BARROS
12,00 3,00 3,00 30,00 - 48,00 31/08/1977 152º Classificado Excedente
0001011
ROSIMARA
CAVALHEIRO
12,00 3,00 3,00 30,00 - 48,00 04/07/1978 153º Classificado Excedente
0000280
HARISON CLEITON
MAFFI
12,00 3,00 3,00 30,00 - 48,00 14/08/1982 154º Classificado Excedente
0000072

VALDETINA RUBIO DA
SILVA
12,00 3,00 3,00 30,00 - 48,00 26/09/1982 155º Classificado Excedente
0000518
CLAUDENICE DE MORI
CONCILIO
4,00 3,00 0,00 40,00 - 47,00 01/07/1973 156º Classificado Excedente
0000310
JOSELITA ALVES
GOMES
8,00 3,00 6,00 30,00 - 47,00 20/04/1974 157º Classificado Excedente
0000881
EVANIR XIMENES
QUEIROZ
8,00 3,00 6,00 30,00 - 47,00 12/01/1975 158º Classificado Excedente
0001115
DEUSELIA LOPES DA
SILVA
8,00 3,00 6,00 30,00 - 47,00 05/11/1988 159º Classificado Excedente
0000611
LUCIANA PIRES DA
SILVA
8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 18/04/1981 160º Classificado Excedente
Página 12 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0001354
KARINE SOARES DOS
SANTOS
8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 11/06/1997 161º Classificado Excedente
0001320
JENIFER SAMARA
BORGES DA SILVA
8,00 9,00 0,00 30,00 - 47,00 15/08/1994 162º Classificado Excedente
0001100
EUNICE ARRUDA DE
OLIVEIRA
12,00 6,00 9,00 20,00 - 47,00 13/11/1967 163º Classificado Excedente
0001116
DEUSELIA LOPES DA
SILVA
0,00 3,00 3,00 40,00 - 46,00 15/10/1990 164º Classificado Excedente
0000184
LUCE MEIRE
FORTUNADO DOS
SANTOS
4,00 6,00 6,00 30,00 - 46,00 17/07/1965 165º Classificado Excedente
0001024
MARILENE CANDIDA
JAIME
12,00 3,00 0,00 30,00 - 45,00 02/10/1978 166º Classificado Excedente
0000559
CRISLAINE SANTOS
CASTELLI
12,00 3,00 0,00 30,00 - 45,00 26/03/1995 167º Classificado Excedente
0000202
MIRIAN APARECIDA
PEREIRA TEIXEIRA
16,00 3,00 6,00 20,00 - 45,00 30/05/1988 168º Classificado Excedente
0000656
MILENE RAYNE
PEREIRA DE SOUZA
16,00 3,00 6,00 20,00 - 45,00 22/12/1994 169º Classificado Excedente
0000115
LUCIANA DE FREITAS
RODRIGUES
16,00 6,00 3,00 20,00 - 45,00 12/05/1978 170º Classificado Excedente
0000221
MARIA DE FATIMA
PEREIRA
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 13/08/1964 171º Classificado Excedente
0000329 NEUMA FELIX PEREIRA 8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 20/08/1966 172º Classificado Excedente
0001220
VERA LUCIA DE
MORAES RAMOS
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 19/03/1975 173º Classificado Excedente
0000718
VERA LUCIA DE SOUZA
SANTOS DE OLIVEIRA
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 27/08/1979 174º Classificado Excedente
0000729
MARISTELA ALVES
MARTINS ESTEVAM
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 10/05/1986 175º Classificado Excedente
0001412
RAYSTEM SOARES DE
SOUSA
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 06/12/1996 176º Classificado Excedente
0000823
SIRLEI BORGES DA
SILVA
8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 11/11/1977 177º Classificado Excedente
0000098

ERIKA LILIAN RAVAZI
ARGUELHO
8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 30/10/1978 178º Classificado Excedente
0000824
MERCEDES NOGUEIRA
DA SILVA
8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 01/09/1992 179º Classificado Excedente
0000626
REGINALDO MORAIS
DE LIMA
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 24/07/1978 180º Classificado Excedente
0000408
DEBORA DOS SANTOS
CHAGAS SOUZA
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 26/03/1988 181º Classificado Excedente
0001256
GEOVANA DA SILVA
PINHEIRO
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 13/03/1993 182º Classificado Excedente
0000664
CILENE DOURADO DO
NASCIMENTO
BARBOSA
16,00 6,00 0,00 20,00 - 42,00 07/04/1961 183º Classificado Excedente
0000219
LILIANE DAYANE
RAMALHO GOMES
8,00 0,00 3,00 30,00 - 41,00 18/05/1988 184º Classificado Excedente
0001247
MARIA ALICE PEREIRA
RUBIO
8,00 3,00 0,00 30,00 - 41,00 12/06/1965 185º Classificado Excedente
0000167
VERA LUCIA
NASCIMENTO
SANTIAGO DOS
SANTOS
8,00 3,00 0,00 30,00 - 41,00 08/11/1973 186º Classificado Excedente
0000750
PAULO ROBERTO DE
OLIVEIRA DA SILVA
12,00 3,00 6,00 20,00 - 41,00 23/06/1983 187º Classificado Excedente
0000728
NOEMI MODESTO
MORAES FERREIRA
12,00 6,00 3,00 20,00 - 41,00 31/08/1968 188º Classificado Excedente
0000082
LUCY DA SILVA
GOMES
8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 04/09/1991 189º Classificado Excedente
0000085
LUCENY DA SILVA
GOMES
12,00 3,00 3,00 20,00 - 38,00 13/10/1987 190º Classificado Excedente
0000951
LAURA APARECIDA DE
OLIVEIRA E SOUZA
12,00 6,00 0,00 20,00 - 38,00 03/11/1975 191º Classificado Excedente
Página 13 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0001348
QEZIA MARIA DE
ARAUJO SOUZA
12,00 6,00 0,00 20,00 - 38,00 23/04/1976 192º Classificado Excedente
0000388
MARIA JOSE DIAS DOS
SANTOS
12,00 6,00 0,00 20,00 - 38,00 20/03/1980 193º Classificado Excedente
0001063
EUZI TEODORO
FERREIRA
4,00 0,00 3,00 30,00 - 37,00 31/10/1980 194º Classificado Excedente
0001254
ROMILDA LUCIANO DA
COSTA
4,00 3,00 0,00 30,00 - 37,00 01/12/1966 195º Classificado Excedente
0000071
JOSE CARLOS
PEREIRA DOS SANTOS
8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 18/12/1960 196º Classificado Excedente
0000422
MARIA DE FATIMA
FURTADO
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 15/03/1964 197º Classificado Excedente
0001207
MARIA DE OLIVEIRA
ALVES
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 08/08/1966 198º Classificado Excedente
0000724
REGINA DE OLIVEIRA
PEREIRA
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 02/09/1997 199º Classificado Excedente
0001003

GLEICE GOMES
ARAUJO
0,00 6,00 0,00 30,00 - 36,00 18/03/1982 200º Classificado Excedente
0000083
ANA CLAUDIA DE
OLIVEIRA FREITAS
16,00 0,00 0,00 20,00 - 36,00 03/02/1991 201º Classificado Excedente
0001282
LUANA CARLA
PEREIRA DE AGUIAR
4,00 9,00 3,00 20,00 - 36,00 01/03/1991 202º Classificado Excedente
0000143
ELIZETE LOURENÇO
DA SILVA
12,00 3,00 0,00 20,00 - 35,00 17/06/1973 203º Classificado Excedente
0000521
KELHEM VIEIRA
CABRAL DE OLIVEIRA
8,00 0,00 6,00 20,00 - 34,00 21/04/1990 204º Classificado Excedente
0000726
MARIA ROSA DE
JESUS OLIVEIRA
BORGES
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 13/01/1958 205º Classificado Excedente
0000836
MARIA APARECIDA
BORGES DE SOUZA
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 19/09/1962 206º Classificado Excedente
0001202
SIRLENE MARIA DOS
SANTOS
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 06/02/1983 207º Classificado Excedente
0000437
EUZENILDE FERREIRA
DE SOUSA VEIGA
8,00 6,00 0,00 20,00 - 34,00 19/10/1977 208º Classificado Excedente
0000830
VALDIRENE DE SÁ DE
SOUZA
12,00 6,00 6,00 10,00 - 34,00 23/02/1988 209º Classificado Excedente
0000697
MARTA LUCIO
PEREIRA RODRIGUES
4,00 3,00 6,00 20,00 - 33,00 09/04/1961 210º Classificado Excedente
0000935
GANILSA PEREIRA DA
SILVA
4,00 3,00 6,00 20,00 - 33,00 10/10/1969 211º Classificado Excedente
0001296
MICHAELA NATHALIA
DUARTE DA SILVA
4,00 6,00 3,00 20,00 - 33,00 29/10/1995 212º Classificado Excedente
0000772
LUCILIA MARIA DE
SOUZA
8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 19/09/1970 213º Classificado Excedente
0000717 MARLI DE BRITO 8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 22/05/1976 214º Classificado Excedente
0001076
LORRAYNE SANTOS
RAMOS DA SILVA
12,00 0,00 0,00 20,00 - 32,00 10/05/1997 215º Classificado Excedente
0001077
JUCILENE FERREIRA
SALES
8,00 0,00 3,00 20,00 - 31,00 04/10/1973 216º Classificado Excedente
0000234
ANA LUCIA DE JESUS
MARTIR
8,00 0,00 3,00 20,00 - 31,00 17/02/1996 217º Classificado Excedente
0000025
CILBENE RICARDO DE
ARRUDA
4,00 3,00 3,00 20,00 - 30,00 15/10/1964 218º Classificado Excedente
0001032
ROSIMAYRE
RODRIGUES DE
OLIVEIRA
4,00 3,00 3,00 20,00 - 30,00 24/05/1996 219º Classificado Excedente
0001137
CARLA AGATA
LENDENGUES
4,00 3,00 3,00 20,00 - 30,00 05/07/1998 220º Classificado Excedente
0000627
LUCILENE CORREA DA
SILVA DE LIMA
4,00 6,00 0,00 20,00 - 30,00 16/06/1979 221º Classificado Excedente
0001283
RONICLEI MANOEL
DOS SANTOS SILVA
0,00 6,00 3,00 20,00 - 29,00 06/09/1988 222º Classificado Excedente
0000843 SELMA SANTOS FELEX 12,00 3,00 3,00 10,00 - 28,00 21/04/1981 223º Classificado Excedente

Página 14 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

0001209

JOELINE SEBASTIANA

DA SILVA

4,00 3,00 0,00 20,00 - 27,00 18/03/1964 224º Classificado Excedente

0000455

REGINALDO JACOB

CARVALHO

4,00 3,00 0,00 20,00 - 27,00 06/04/1981 225º Classificado Excedente

0001178 MARINEZ DE OLIVEIRA 8,00 3,00 6,00 10,00 - 27,00 14/03/1973 226º Classificado Excedente

0000445

KELLYANNE LIMA DA

CONCEIÇÃO

8,00 3,00 6,00 10,00 - 27,00 18/09/1988 227º Classificado Excedente

0001253

EDILSON ALVES DA

SILVA

4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 06/06/1969 228º Classificado Excedente

0000255

MARIA DE FATIMA

MASSA DE JESUS

4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 16/07/1969 229º Classificado Excedente

0000005

ROSIANE DOS SANTOS

BERNARDO

4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 25/05/1981 230º Classificado Excedente

0001052

MARIA ISLANEIDE

ALVES DOS SANTOS

4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 13/04/1982 231º Classificado Excedente

0000235

ANDREIA MORAES DE

CARVALHO

12,00 0,00 3,00 10,00 - 25,00 17/07/1978 232º Classificado Excedente

0000640

MICHELLY CRISTINA

FERREIRA DOS

SANTOS

12,00 3,00 0,00 10,00 - 25,00 04/06/1994 233º Classificado Excedente

0000901 MARIA IVES DE SOUZA 16,00 9,00 0,00 0,00 - 25,00 28/04/1968 234º Classificado Excedente

0000447

DULCINETE MAGNY

SOARES

4,00 0,00 0,00 20,00 - 24,00 25/10/1973 235º Classificado Excedente

0000929

PAULO ROBERTO

SANTOS COSTA

8,00 3,00 3,00 10,00 - 24,00 04/09/1956 236º Classificado Excedente

0000146

UEBERTOM RICARDO

CAVALCANTE

0,00 3,00 0,00 20,00 - 23,00 15/02/1993 237º Classificado Excedente

0001185

MARCELO RODRIGUES

VILARIM

4,00 3,00 6,00 10,00 - 23,00 22/09/1977 238º Classificado Excedente

0000800

MARTINHA BARBOSA

DE SOUZA

0,00 6,00 6,00 10,00 - 22,00 28/06/1961 239º Classificado Excedente

0000645

BIANCA RAINE

PEREIRA DE SOUZA

16,00 3,00 3,00 0,00 - 22,00 30/07/1999 240º Classificado Excedente

0000575

NILZA RODRIGUES

AFONSO

8,00 0,00 3,00 10,00 - 21,00 22/09/1958 241º Classificado Excedente

0000010

ANTONIA RODRIGUES

DINIZ FERREIRA

8,00 0,00 3,00 10,00 - 21,00 26/05/1966 242º Classificado Excedente

0001269

MAITANA NUNES DE

OLIVEIRA

8,00 3,00 0,00 10,00 - 21,00 19/04/1999 243º Classificado Excedente

0000700

JOSENEIDE DIVINA

ALVES

12,00 6,00 3,00 0,00 - 21,00 04/07/1970 244º Classificado Excedente

0000747

MARIA SELI DE BRITO

BACA

0,00 0,00 0,00 20,00 - 20,00 28/10/1974 245º Classificado Excedente

0001410

DAIANE DIAS DOS

SANTOS

4,00 0,00 6,00 10,00 - 20,00 29/07/1990 246º Classificado Excedente

0000432

MARIA MADALENA DA

SILVA ALVES

0,00 3,00 6,00 10,00 - 19,00 13/03/1987 247º Classificado Excedente

0001051

LUCAS EDUARDO

FILHO

0,00 6,00 3,00 10,00 - 19,00 27/03/1991 248º Classificado Excedente
0001298
JOSILEIDE BATISTA
GALDINO
8,00 0,00 0,00 10,00 - 18,00 21/10/1964 249º Classificado Excedente
0000820
MARIA FORTUNATO DA
SILVA
12,00 0,00 6,00 0,00 - 18,00 29/12/1967 250º Classificado Excedente
0000311
MARIA ALDJANE DO
NASCIMENTO SILVA
4,00 0,00 3,00 10,00 - 17,00 09/03/1986 251º Classificado Excedente
0000855
ROSEMARY
RODRIGUES DE
MOURA
4,00 3,00 0,00 10,00 - 17,00 01/11/1979 252º Classificado Excedente
0000936
ROSIMAR PEREIRA DA
SILVA BERNDT
8,00 6,00 3,00 0,00 - 17,00 15/10/1970 253º Classificado Excedente
0000531
PAULA ANDREIA DE
JESUS
12,00 3,00 0,00 0,00 - 15,00 23/04/1982 254º Classificado Excedente
0000144
IVANEIDE SOUZA DOS
SANTOS
4,00 0,00 0,00 10,00 - 14,00 01/09/1963 255º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL
0000753
GENIY VITORINO DE
SOUZA
0,00 3,00 0,00 10,00 - 13,00 13/04/1968 256º Classificado Excedente
0000088
ESTELA MAGNA
PEREIRA DE MORAIS
SILVA
0,00 3,00 0,00 10,00 - 13,00 03/06/1983 257º Classificado Excedente
0000300
SILENE FRANCISCA
DOS SANTOS
4,00 6,00 3,00 0,00 - 13,00 28/03/1981 258º Classificado Excedente
0001000
LUCINEIDE
RODRIGUES DE
SOUZA
0,00 0,00 0,00 10,00 - 10,00 23/05/1986 259º Classificado Excedente
0001010
CLEIDE MARIA DOS
SANTOS
0,00 0,00 6,00 0,00 - 6,00 01/10/1966 260º Classificado Excedente
0000097
ADJANIRA ALVES DOS
SANTOS
0,00 0,00 6,00 0,00 - 6,00 06/06/1972 261º Classificado Excedente
0000160
MARIA GREGORIO DE
SOUZA DE OLIVEIRA
4,00 0,00 0,00 0,00 - 4,00 15/09/1960 262º Classificado Excedente
0000876
JOSIVANIA MARIA
CASTELUBER
0,00 3,00 0,00 0,00 - 3,00 30/07/1970 263º Classificado Excedente
0001002
IVANETE RODRIGUES
GOMES
0,00 3,00 0,00 0,00 - 3,00 18/02/1974 264º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL
ASSISTENTE SOCIAL - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000399
GISLENE MARA
CARDOZO
4,00 6,00 6,00 40,00 - 56,00 10/07/1974 1º Classificado Excedente
0000428
HELIDA IVANNA
FERREIRA DA SILVA
RIBEIRO
8,00 12,00 12,00 20,00 2,00 54,00 26/09/1974 2º Classificado Excedente
0001047
VANDERLEY
SCARABELI
16,00 3,00 12,00 20,00 - 51,00 13/04/1974 3º Classificado Excedente
0000037
MARIA LEILA SOARES

DE OLIVEIRA
12,00 9,00 9,00 20,00 - 50,00 25/10/1981 4º Classificado Excedente
0000903
SIMONE CASAROTTO
SILVA
8,00 6,00 12,00 20,00 - 46,00 07/06/1983 5º Classificado Excedente
0000494
LEIDIANE FERREIRA
DA SILVA
8,00 12,00 6,00 20,00 - 46,00 07/07/1986 6º Classificado Excedente
0000735
NADIR DE OLIVEIRA
MORAIS DA MATA
4,00 3,00 12,00 20,00 2,00 41,00 07/05/1967 7º Classificado Excedente
0000288
ELIANE MEDIANEIRA
DA SILVA
12,00 6,00 3,00 10,00 - 31,00 11/07/1973 8º Classificado Excedente
0001355
MARIA LINDALVA
AVELINO VIEIRA
8,00 3,00 9,00 10,00 - 30,00 28/07/1966 9º Classificado Excedente
0000125 VANESSA DE OLIVEIRA 4,00 3,00 0,00 0,00 - 7,00 03/04/1993 10º Classificado Excedente
Página 17 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000223
EDINES NUNES DE
FARIAS
16,00 15,00 9,00 50,00 - 90,00 30/09/1966 1º Classificado Excedente
0000180
LUCIENE DA SILVA
ALMEIDA
16,00 9,00 12,00 50,00 - 87,00 04/12/1981 2º Classificado Excedente
0000238
AUDENIA MARIA
ALVES DE ALMEIDA
16,00 12,00 9,00 50,00 - 87,00 18/07/1981 3º Classificado Excedente
0001311
GLLEYCE KELLY DOS
SANTOS CHAVES
8,00 15,00 12,00 50,00 - 85,00 31/12/1993 4º Classificado Excedente
0000541
ANGELICA DE JESUS
PAGANARDI
12,00 9,00 12,00 50,00 - 83,00 20/04/1984 5º Classificado Excedente
0000792
RAIANE PASSELE DOS
ANJOS
16,00 3,00 12,00 50,00 - 81,00 18/02/1999 6º Classificado Excedente
0001148
CLEUZA MARIA DOS
SANTOS PEREIRA
16,00 6,00 9,00 50,00 - 81,00 24/11/1967 7º Classificado Excedente
0000648 DIREMA DE SOUZA 16,00 6,00 9,00 50,00 - 81,00 27/09/1975 8º Classificado Excedente
0000091
NILZA ROCHA
SANTANA
16,00 6,00 9,00 50,00 - 81,00 28/05/1977 9º Classificado Excedente
0000745
NATALIA DE BRITO
BACA
16,00 9,00 6,00 50,00 - 81,00 04/12/1995 10º Classificado Excedente
0000133
ELLEN JULIANY
GEROLI MICHELATO
16,00 9,00 15,00 40,00 - 80,00 29/05/1996 11º Classificado Excedente
0000291
VALDECI BATISTA DA
GLORIA DA SILVA
16,00 12,00 12,00 40,00 - 80,00 29/11/1973 12º Classificado Excedente
0000070
VIVIANE BEZERRA DA
SILVA
16,00 12,00 12,00 40,00 - 80,00 21/11/1978 13º Classificado Excedente
0000323 ANGELICA CARVALHO 16,00 12,00 12,00 40,00 - 80,00 10/12/1990 14º Classificado Excedente
0000601
CAMILLA ANTONIA DA
SILVA CARVALHO
16,00 12,00 12,00 40,00 - 80,00 09/09/1998 15º Classificado Excedente
0000079
ELAINI SOARES DE
LIMA
8,00 15,00 6,00 50,00 - 79,00 17/03/1982 16º Classificado Excedente
0000453
ANA PAULA GOMES
CASTRO DOS SANTOS
12,00 15,00 12,00 40,00 - 79,00 08/07/1988 17º Classificado Excedente
0001374
VANUZA DE JESUS

DOS SANTOS
16,00 3,00 9,00 50,00 - 78,00 12/04/1978 18º Classificado Excedente
0001167
SILMARA ALVES
RODRIGUES
20,00 9,00 9,00 40,00 - 78,00 06/09/1990 19º Classificado Excedente
0000429 EVELLIM SANTOS LIMA 12,00 6,00 9,00 50,00 - 77,00 12/06/1995 20º Classificado Excedente
0000036
ANA CAROLINA
FRANÇA FERREIRA
12,00 6,00 9,00 50,00 - 77,00 11/05/1998 21º Classificado Excedente
0000056
MARLY PEREIRA DA
MOTA
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 19/10/1948 22º Classificado Excedente
0001085
JENNIFER VERICIMA
DOS SANTOS
8,00 9,00 9,00 50,00 - 76,00 23/04/1992 23º Classificado Excedente
0000779
TAHYNA DUARTE
TELES
8,00 12,00 6,00 50,00 - 76,00 09/08/1996 24º Classificado Excedente
0001243
MARIA APARECIDA
MATOS
8,00 15,00 3,00 50,00 - 76,00 22/03/1974 25º Classificado Excedente
0000722
EDNEIA POLESE
KAPPES
4,00 9,00 12,00 50,00 - 75,00 09/04/1979 26º Classificado Excedente
0000909
GABRIELY ALGEMIRA
DA SILVA ALVES
4,00 12,00 9,00 50,00 - 75,00 08/11/1999 27º Classificado Excedente
0000159
JOSIANE SOUZA DE
OLIVEIRA
20,00 9,00 6,00 40,00 - 75,00 04/01/1985 28º Classificado Excedente
0000914
AILA CAROLINE DE
CASTRO SILVA
8,00 15,00 12,00 40,00 - 75,00 03/05/1999 29º Classificado Excedente
0000340
RAFAELA DE OLIVEIRA
PEREIRA
12,00 9,00 3,00 50,00 - 74,00 30/07/1991 30º Classificado Excedente
0000413
DANIELA ROBERTA
BEZERRA DA SILVA
12,00 9,00 12,00 40,00 - 73,00 20/02/1982 31º Classificado Excedente
0001393
ROBSON TIAGO DE
OLIVEIRA
12,00 9,00 12,00 40,00 - 73,00 02/06/1987 32º Classificado Excedente
Página 18 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0001198
JULIA CAVALCANTE
BARBIERI
12,00 9,00 12,00 40,00 - 73,00 06/12/1998 33º Classificado Excedente
0001301
CIDILANE FERREIRA
DE JESUS
12,00 9,00 12,00 40,00 - 73,00 05/01/1999 34º Classificado Excedente
0000064
GIULYANE PANLANDIM
SANTANA
12,00 12,00 9,00 40,00 - 73,00 11/02/1998 35º Classificado Excedente
0001103
SUZANY LOPES
FLORENCIO E SILVA
4,00 6,00 12,00 50,00 - 72,00 16/05/1990 36º Classificado Excedente
0001396
FRANCIELE
RODRIGUES LAMEIRO
4,00 9,00 9,00 50,00 - 72,00 10/02/1987 37º Classificado Excedente
0000775
LEUZILAINE PIRES
SOUZA DA SILVA
8,00 12,00 12,00 40,00 - 72,00 27/03/1990 38º Classificado Excedente
0000585
KAMILA GALDINO
FERNANDES
8,00 12,00 12,00 40,00 - 72,00 06/01/1996 39º Classificado Excedente
0001012
CREUSA MARIA DE
JESUS CAVALCANTE
12,00 9,00 9,00 40,00 - 70,00 31/10/1969 40º Classificado Excedente
0000548
THAIANNY
RODRIGUES DE

OLIVEIRA
12,00 9,00 9,00 40,00 - 70,00 20/06/1995 41º Classificado Excedente
0001180
THYFANY ROBERTA
DE OLIVEIRA
12,00 12,00 6,00 40,00 - 70,00 22/12/1996 42º Classificado Excedente
0001196
ALINE DA SILVA
SANTOS
4,00 6,00 9,00 50,00 - 69,00 16/08/1981 43º Classificado Excedente
0000047
ELAINE CARDOSO DA
SILVA LANGNER
8,00 6,00 15,00 40,00 - 69,00 07/05/1962 44º Classificado Excedente
0001235
JOICE NAIARA
SOARES DA SILVA
8,00 9,00 12,00 40,00 - 69,00 27/06/1991 45º Classificado Excedente
0000568
FRANCIENI JACOBI
NOGUEIRA
8,00 9,00 12,00 40,00 - 69,00 26/07/1991 46º Classificado Excedente
0000742
MARCELA TIAGO DE
OLIVEIRA
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 06/04/1983 47º Classificado Excedente
0001099
MICHELLE BARBOSA
DA SILVA DOS SANTOS
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 23/01/1992 48º Classificado Excedente
0000773
DALILA
MASCARENHAS DA
SILVA
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 24/08/1994 49º Classificado Excedente
0000051
CAMILA MARIANA
CACERES BARBOSA
DE OLIVEIRA
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 21/10/1996 50º Classificado Excedente
0000574
HELLEN PATRICIA
ARAUJO DA COSTA
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 06/11/1996 51º Classificado Excedente
0000939
DANIELE DE CASTRO
MARTINS
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 18/02/2000 52º Classificado Excedente
0000412
PATRICIA FERREIRA
DE ALMEIDA
16,00 6,00 6,00 40,00 - 68,00 20/05/1994 53º Classificado Excedente
0000900
FRANCIELLY DA SILVA
TORRES
4,00 9,00 15,00 40,00 - 68,00 24/02/1995 54º Classificado Excedente
0000590
GENYFFER MICHELLE
COSTA
4,00 12,00 12,00 40,00 - 68,00 30/03/1993 55º Classificado Excedente
0000319
MARIA ESTELA
PEREIRA DOS SANTOS
12,00 6,00 9,00 40,00 - 67,00 24/04/1985 56º Classificado Excedente
0000905
FERNANDA DA SILVA
TORRES
12,00 6,00 9,00 40,00 - 67,00 24/12/1996 57º Classificado Excedente
0001373 DELBA LESSA GARCIA 12,00 9,00 6,00 40,00 - 67,00 15/03/1982 58º Classificado Excedente
0000787
EDUARDA DE
OLIVEIRA ANANIAS
12,00 9,00 6,00 40,00 - 67,00 01/05/1992 59º Classificado Excedente
0001049
ANA CAROLINE
BARROS LIMA
12,00 9,00 6,00 40,00 - 67,00 04/09/1993 60º Classificado Excedente
0000946
ANA BHEATRIZ
NOVAES SALVIANO
12,00 12,00 3,00 40,00 - 67,00 12/01/1998 61º Classificado Excedente
0000386
VALDENY LOPES
FERRAZ
8,00 9,00 9,00 40,00 - 66,00 14/12/1973 62º Classificado Excedente
0000207
JOICE HELENA VIEIRA
DOS SANTOS
8,00 12,00 6,00 40,00 - 66,00 03/01/1996 63º Classificado Excedente

0000204

SIDINEIA GUIMARÃES
DOS SANTOS
BRASILEIRO
4,00 6,00 15,00 40,00 - 65,00 16/04/1981 64º Classificado Excedente
0000061
NEUZA GABRIELE DO
CARMO
4,00 12,00 9,00 40,00 - 65,00 08/08/1986 65º Classificado Excedente
0001040 CAMILLA SUARES 4,00 12,00 9,00 40,00 - 65,00 02/09/1992 66º Classificado Excedente
0000458
FRANCIELE
RODRIGUES LIMA
4,00 12,00 9,00 40,00 - 65,00 18/06/2000 67º Classificado Excedente
0000109
FRANCIELE FERREIRA
DOS SANTOS
12,00 6,00 6,00 40,00 - 64,00 14/03/1995 68º Classificado Excedente
0001082
ALESSANDRA
RODRIGUES PEREIRA
12,00 9,00 3,00 40,00 - 64,00 20/03/1992 69º Classificado Excedente
0000663
MAIZA VIEIRA DOS
ANJOS
12,00 9,00 3,00 40,00 - 64,00 27/11/1995 70º Classificado Excedente
0000241
KEDMA RODRIGUES
SILVA
4,00 3,00 6,00 50,00 - 63,00 01/10/1984 71º Classificado Excedente
0000712
ELISSANDRA
BARBOSA DA SILVA
8,00 3,00 12,00 40,00 - 63,00 29/10/1985 72º Classificado Excedente
0001179
ADRIELLE DA SILVA
MOTA
8,00 6,00 9,00 40,00 - 63,00 26/10/1992 73º Classificado Excedente
0001109
CAMILA LINHARES
PEREIRA
8,00 6,00 9,00 40,00 - 63,00 21/05/1999 74º Classificado Excedente
0000776
JULIANA BORGES
SANTOS ZILKE
12,00 9,00 12,00 30,00 - 63,00 09/06/1985 75º Classificado Excedente
0000322 CAROLINE AMARAL 12,00 9,00 12,00 30,00 - 63,00 30/01/1996 76º Classificado Excedente
0000987
MARIA RAQUEL
SANTANA RAITZ
12,00 12,00 9,00 30,00 - 63,00 29/07/1967 77º Classificado Excedente
0000523
MARTA RODRIGUES
DE CARVALHO
12,00 12,00 9,00 30,00 - 63,00 31/01/1975 78º Classificado Excedente
0000999
GABRIELA GARCIA
CUNHA DE FRANÇA
12,00 12,00 9,00 30,00 - 63,00 03/10/1978 79º Classificado Excedente
0000027
ELISAMA DE SOUSA
SILVA GOMES
12,00 12,00 9,00 30,00 - 63,00 11/11/1995 80º Classificado Excedente
0000065
ANA PAULA
RODRIGUES PAULINO
12,00 12,00 9,00 30,00 - 63,00 18/04/1997 81º Classificado Excedente
0001358
DEIZIANE TEIXEIRA
SIMIONI
4,00 9,00 9,00 40,00 - 62,00 20/01/1990 82º Classificado Excedente
0000725
JAQUELINE MAFALSKI
MENDES
4,00 9,00 9,00 40,00 - 62,00 07/08/1996 83º Classificado Excedente
0000153
JESSICA DAIANE
RIBEIRO DOMINGUES
4,00 12,00 6,00 40,00 - 62,00 21/09/1989 84º Classificado Excedente
0000669
LARISSA OLIVEIRA DA
SILVA
4,00 12,00 6,00 40,00 - 62,00 10/06/1991 85º Classificado Excedente
0001201
ROMANTHIELY
FERREIRA DE ASSIS
8,00 12,00 12,00 30,00 - 62,00 04/07/1997 86º Classificado Excedente
0000636
LUCIA GOMES DA
GAMA
12,00 6,00 3,00 40,00 - 61,00 31/03/1972 87º Classificado Excedente
0000066
CLEONICE
RODRIGUES DE
SOUZA DE CARVALHO
16,00 3,00 12,00 30,00 - 61,00 21/03/1968 88º Classificado Excedente

0000405
ALAICE DE ALENCAR
SOUZA
16,00 6,00 9,00 30,00 - 61,00 26/04/1991 89º Classificado Excedente
0000041
PRISCILA JULIANA
BUFETI GOMES DA
CRUZ
16,00 6,00 9,00 30,00 - 61,00 05/05/1993 90º Classificado Excedente
0000554
JEFT EZO DANILO
FARIA BRANDÃO
4,00 12,00 15,00 30,00 - 61,00 28/06/1998 91º Classificado Excedente
0000822
ROSANGELA OLIVEIRA
NETO
8,00 3,00 9,00 40,00 - 60,00 27/02/1987 92º Classificado Excedente
0000894
MEIRE GONÇALVES
PINA
8,00 6,00 6,00 40,00 - 60,00 08/09/1970 93º Classificado Excedente
0000122
ELIZABETH
SMERDECK DA
MASCENA FERREIRA
8,00 6,00 6,00 40,00 - 60,00 26/12/1979 94º Classificado Excedente

0000116
WELLEN DAYANE
PAULINA JERONIMO
ROSENDO
8,00 9,00 3,00 40,00 - 60,00 03/08/1988 95º Classificado Excedente
0001318
ALINE MORAES DE
SOUZA
8,00 9,00 3,00 40,00 - 60,00 21/07/1997 96º Classificado Excedente
0001022 ANA MARIA DE SOUZA 12,00 9,00 9,00 30,00 - 60,00 10/11/1964 97º Classificado Excedente
0001139
PATRICIA SOUSA
BOCARDO DA SILVA
12,00 9,00 9,00 30,00 - 60,00 02/09/1990 98º Classificado Excedente
0000618
TATIANA TRAJANO
BORGES
12,00 9,00 9,00 30,00 - 60,00 24/04/1997 99º Classificado Excedente
0001361
MARILENE DOS
SANTOS
12,00 12,00 6,00 30,00 - 60,00 19/12/1973 100º Classificado Excedente
0000343 TATIANE DE SOUZA 12,00 12,00 6,00 30,00 - 60,00 14/02/1986 101º Classificado Excedente
0000479
MARTA NUNES DE
AMORIM
12,00 12,00 6,00 30,00 - 60,00 26/04/1995 102º Classificado Excedente
0001142
MILENA GONÇALVES
DE JESUS SANTANA
12,00 12,00 6,00 30,00 - 60,00 07/10/1998 103º Classificado Excedente
0000675
LAISE SANTOS
ALMEIDA
4,00 6,00 9,00 40,00 - 59,00 09/05/1993 104º Classificado Excedente
0001171
TAMIRIS FERNANDA
PEREIRA DE SOUZA
4,00 9,00 6,00 40,00 - 59,00 28/02/1990 105º Classificado Excedente
0001264
THAYS NAFAELLA
VIEIRA DE SOUZA
4,00 9,00 6,00 40,00 - 59,00 11/07/1991 106º Classificado Excedente
0000403 GRAZIELE DIEHL 4,00 9,00 6,00 40,00 - 59,00 08/05/1997 107º Classificado Excedente
0000643
MARIANA MAIRA
BARBOSA XAVIER
8,00 6,00 15,00 30,00 - 59,00 18/06/1999 108º Classificado Excedente
0000389
SIRLEIA SOARES DE
QUADROS
8,00 9,00 12,00 30,00 - 59,00 03/01/1971 109º Classificado Excedente
0000194
ANANDA CRISTINA
DUARTE DE SOUZA
8,00 9,00 12,00 30,00 - 59,00 15/01/1999 110º Classificado Excedente
0000464 MARIA DE OLIVEIRA 8,00 12,00 9,00 30,00 - 59,00 16/10/1972 111º Classificado Excedente
0001037
FERNANDA LIMA DOS
SANTOS ROCHA
8,00 12,00 9,00 30,00 - 59,00 13/07/1981 112º Classificado Excedente
0000668

ADRIELLY MENDONÇA
HUBNER
8,00 12,00 9,00 30,00 - 59,00 28/05/1998 113º Classificado Excedente 0000967
ALVARO VINICIUS
FACCO DE JESUS
GOMES
16,00 3,00 9,00 30,00 - 58,00 08/06/1999 114º Classificado Excedente 0000239
VIVIANE AMANCIO
QUEIROZ SILVA
16,00 9,00 3,00 30,00 - 58,00 15/05/1986 115º Classificado Excedente 0001402
AMANDA DA SILVA
SANTANA
4,00 12,00 12,00 30,00 - 58,00 25/09/1996 116º Classificado Excedente 0000172
MAYRA GABRIELE
LIMA DE SOUZA
4,00 12,00 12,00 30,00 - 58,00 06/06/1998 117º Classificado Excedente 0000674
DEBORA RODRIGUES
DE OLIVEIRA
20,00 9,00 9,00 20,00 - 58,00 06/09/1981 118º Classificado Excedente 0000124
MARCIELE MARIA
CANDIDA RODRIGUES
8,00 0,00 9,00 40,00 - 57,00 28/08/1997 119º Classificado Excedente 0000509
MAGNA VIEIRA
CABRAL
8,00 3,00 6,00 40,00 - 57,00 13/12/1979 120º Classificado Excedente 0001217
KAROLINY MIKAELE
RODRIGUES SILVA
8,00 6,00 3,00 40,00 - 57,00 08/11/1995 121º Classificado Excedente 0001151
CASSIMIRA
SEBASTIÃO DOS
SANTOS
12,00 6,00 9,00 30,00 - 57,00 22/01/1992 122º Classificado Excedente 0000606
ELIZABETH DA ROCHA
SOUZA
12,00 6,00 9,00 30,00 - 57,00 01/03/1999 123º Classificado Excedente 0000150
MICHELI ARAUJO
GIROTTO
12,00 6,00 9,00 30,00 - 57,00 01/05/1999 124º Classificado Excedente 0000450
MARIA AUXILIADORA
PEREIRA
12,00 9,00 6,00 30,00 - 57,00 22/04/1983 125º Classificado Excedente 0001246
CICERA CAROLLINNE
ALVES DA SILVA
OLIVEIRA
12,00 9,00 6,00 30,00 - 57,00 24/07/1988 126º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000526
KESIA CHAVES DE
ANDRADE
12,00 9,00 6,00 30,00 - 57,00 25/08/1990 127º Classificado Excedente 0000274
KELLY CRISTINA DA
SILVA
12,00 9,00 6,00 30,00 - 57,00 09/07/1997 128º Classificado Excedente 0000763
MARLICE BARBOSA DA
SILVA
12,00 12,00 3,00 30,00 - 57,00 29/11/1984 129º Classificado Excedente 0000094
SIMONE RODRIGUES
DA CRUZ
4,00 6,00 6,00 40,00 - 56,00 19/06/1995 130º Classificado Excedente 0000336
THALITA YNNARA
SILVA SANTOS
4,00 9,00 3,00 40,00 - 56,00 31/05/1997 131º Classificado Excedente 0000620
SOLANGE BATISTA
GALDINO DA SILVA
8,00 6,00 12,00 30,00 - 56,00 03/03/1985 132º Classificado Excedente 0001375 DEOZIANI SIMIONATTO 8,00 9,00 9,00 30,00 - 56,00 12/07/1971 133º Classificado Excedente 0000918
ELISANGELA DE
SOUZA SILVA
8,00 9,00 9,00 30,00 - 56,00 14/02/1978 134º Classificado Excedente 0000068
PAULA CATIUSSIA
RODRIGUES DOS

SANTOS FABRIS
8,00 9,00 9,00 30,00 - 56,00 07/03/1990 135º Classificado Excedente
0000141 ROSELI SIMIONI 8,00 12,00 6,00 30,00 - 56,00 20/10/1973 136º Classificado Excedente
0000677
HELLEN CAROLINE
GOMES SOARES
8,00 12,00 6,00 30,00 - 56,00 02/04/1995 137º Classificado Excedente
0000662
ELISAMA ANDRADE DA
SILVA
4,00 9,00 12,00 30,00 - 55,00 23/03/1998 138º Classificado Excedente
0000286
CLARI LEOBET DE
ANDRADE
8,00 15,00 12,00 20,00 - 55,00 12/09/1974 139º Classificado Excedente
0001045
NAGILA LORRAYNE
CAMPOS
12,00 3,00 9,00 30,00 - 54,00 14/06/1991 140º Classificado Excedente
0000008
WEMERSON
MARCIANO DOS
SANTOS
12,00 3,00 9,00 30,00 - 54,00 23/04/1995 141º Classificado Excedente
0000474
JULYELLE ALVES
BATISTA
12,00 3,00 9,00 30,00 - 54,00 29/10/2010 142º Classificado Excedente
0000488
ELIENE RODRIGUES
DOS SANTOS
12,00 6,00 6,00 30,00 - 54,00 10/05/1974 143º Classificado Excedente
0001101
PAULA CONCEIÇÃO DA
LUZ SILVA
12,00 6,00 6,00 30,00 - 54,00 08/12/1993 144º Classificado Excedente
0000524
PAMELA RODRIGUES
DE CARVALHO
12,00 9,00 3,00 30,00 - 54,00 22/09/1994 145º Classificado Excedente
0000698
RAYANE CRISTINA
MARTINS DO
NASCIMENTO
12,00 9,00 3,00 30,00 - 54,00 29/12/1996 146º Classificado Excedente
0000498
PRISCILA SANTOS
SILVA
16,00 12,00 6,00 20,00 - 54,00 11/08/1983 147º Classificado Excedente
0000701
DAYANE FERREIRA
RAGALZI
8,00 3,00 12,00 30,00 - 53,00 26/06/1993 148º Classificado Excedente
0001039
JUDETE MATOS VIEIRA
SILVA
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 28/11/1976 149º Classificado Excedente
0000398
ROSANGELA
NASCIMENTO DE
MORAES
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 14/11/1981 150º Classificado Excedente
0000283
ADRIANA MIRON
SANCHEZ
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 16/04/1985 151º Classificado Excedente
0000267
ERIKA CRISTINA
CORREA DE MATTES
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 31/05/1991 152º Classificado Excedente
0000269
KATIA APARECIDA
TAVARES DOS
SANTOS
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 21/09/1994 153º Classificado Excedente
0000500
ANDREZA DOS
SANTOS SILVA
FEITOSA
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 26/02/1996 154º Classificado Excedente
0000988
BRUNA SOARES
PEREIRA ALVES
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 27/02/1996 155º Classificado Excedente
0000869
MILENA RENATA
ROCHA DOS SANTOS
8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 11/08/1999 156º Classificado Excedente
Página 22 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000307
MARCIA DINISIA

SABOCINSKI
8,00 9,00 6,00 30,00 - 53,00 16/04/1973 157º Classificado Excedente 0001018
MARCILIANE BRAGA
RODRIGUES
8,00 12,00 3,00 30,00 - 53,00 18/10/1988 158º Classificado Excedente 0000048
JESSIKA AUEINY DE
OLIVEIRA PINTO
8,00 12,00 3,00 30,00 - 53,00 05/06/1995 159º Classificado Excedente 0000317
VANUZA FERREIRA DA
SILVA
8,00 12,00 3,00 30,00 - 53,00 21/06/1998 160º Classificado Excedente 0001050
ADRIELLY ASSOLINI
DA SILVA
12,00 12,00 9,00 20,00 - 53,00 17/08/1993 161º Classificado Excedente 0000543
EDINA APARECIDA
GONÇALVES SANTOS
16,00 3,00 3,00 30,00 - 52,00 05/02/1964 162º Classificado Excedente 0000730
ANDREIA CARDOSO
DOS SANTOS
16,00 3,00 3,00 30,00 - 52,00 08/09/1986 163º Classificado Excedente 0000244
ANTONIA BATISTA
TRINDADE RIBEIRO
4,00 9,00 9,00 30,00 - 52,00 13/06/1965 164º Classificado Excedente 0000739
VERA LUCIA DE
OLIVEIRA SANTOS
4,00 9,00 9,00 30,00 - 52,00 25/01/1974 165º Classificado Excedente 0000305
SILVANA HENRIQUE
DA SILVA
4,00 9,00 9,00 30,00 - 52,00 04/05/1990 166º Classificado Excedente 0000639
EDILAINE SCORPIONI
DE OLIVEIRA
4,00 9,00 9,00 30,00 - 52,00 20/05/1991 167º Classificado Excedente 0000802
NADIR DOS SANTOS
MACHADO
8,00 15,00 9,00 20,00 - 52,00 23/08/1978 168º Classificado Excedente 0001205 VALDETE MENDES 12,00 3,00 6,00 30,00 - 51,00 08/11/1965 169º Classificado Excedente 0000557
ARLETE DELFINO
TERRA
12,00 6,00 3,00 30,00 - 51,00 09/03/1980 170º Classificado Excedente 0000511
GABRIELI ANA DE
JESUS
8,00 3,00 9,00 30,00 - 50,00 28/09/1994 171º Classificado Excedente 0000270
LUCELIA TAVARES
FILHA DOS SANTOS
8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 13/08/1974 172º Classificado Excedente 0000108
JANAINA DE JESUS
FERREIRA BUENO
MARQUES
8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 26/04/1989 173º Classificado Excedente 0001132
GEANE SOUSA
RIBEIRO
8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 20/09/1989 174º Classificado Excedente 0000837
LORRAINY JANAINA
RODRIGUES RIBEIRO
8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 02/06/1995 175º Classificado Excedente 0001317
JOSIANE LOPES DOS
SANTOS
8,00 9,00 3,00 30,00 - 50,00 27/07/1989 176º Classificado Excedente 0000592
NADILLA FERNANDA
ALVES FERREIRA
8,00 9,00 3,00 30,00 - 50,00 27/09/1996 177º Classificado Excedente 0001080
LEILA PEREIRA
BARBOSA
12,00 9,00 9,00 20,00 - 50,00 02/08/1978 178º Classificado Excedente 0001111
TATIANE ROSALINO
PEDROSO
12,00 9,00 9,00 20,00 - 50,00 26/02/1986 179º Classificado Excedente 0000330
DEIZE REGINA COSTA
NUNES
12,00 9,00 9,00 20,00 - 50,00 24/09/1996 180º Classificado Excedente 0000761
GABRIELLA BORBA
BORGES

12,00 12,00 6,00 20,00 - 50,00 06/07/1999 181º Classificado Excedente

0000216

ELIONAY RODRIGUES

DA SILVA

16,00 12,00 12,00 10,00 - 50,00 24/03/1991 182º Classificado Excedente

0001041

RAISA MARIA DOS

SANTOS

4,00 6,00 9,00 30,00 - 49,00 06/08/1992 183º Classificado Excedente

0000359

KAROLAINE DE

OLIVEIRA DA SILVA

4,00 6,00 9,00 30,00 - 49,00 09/10/1998 184º Classificado Excedente

0001249 DENISE SCORPIONI 4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 01/11/1982 185º Classificado Excedente

0001016

JULIANA TEIXEIRA DA

SILVA RAMOS DE

ALMEIDA

4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 02/04/1984 186º Classificado Excedente

0001413 THAIS MARIA SOARES 4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 31/03/1989 187º Classificado Excedente

0000254

EDILAINE RUFINO DA

SILVA

4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 25/06/1990 188º Classificado Excedente

Página 23 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

0001414

PAULA ELISA

LAZZARIM

4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 13/11/1996 189º Classificado Excedente

0000372

LETICIA OLIVEIRA

AZEVEDO

4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 23/04/1999 190º Classificado Excedente

0000104 FABIANA LUFT ATIPO 8,00 9,00 12,00 20,00 - 49,00 09/12/2000 191º Classificado Excedente

0000077

WANESSA RAMOS

ALMEIDA DA COSTA

8,00 15,00 6,00 20,00 - 49,00 08/09/1997 192º Classificado Excedente

0000470

MARIA APARECIDA DA

COSTA MACEDO

12,00 0,00 6,00 30,00 - 48,00 08/12/1973 193º Classificado Excedente

0001190

SILVANI SANTANA DE

OLIVEIRA SOUZA

16,00 3,00 9,00 20,00 - 48,00 02/11/1969 194º Classificado Excedente

0000850

NATALIA ORTEGA

CAMOLEZI

16,00 6,00 6,00 20,00 - 48,00 29/11/1985 195º Classificado Excedente

0000112

ADRIANO DE OLIVEIRA

RODRIGUES

16,00 6,00 6,00 20,00 - 48,00 11/04/1987 196º Classificado Excedente

0000348

SIRLENI CARDOSO

CANOVAS

16,00 9,00 3,00 20,00 - 48,00 28/12/1970 197º Classificado Excedente

0000688

ROSINEIA BEZERRA

REINER

16,00 9,00 3,00 20,00 - 48,00 25/02/1984 198º Classificado Excedente

0000086

LUZIANE ANDRADE

COELHO PEREIRA

4,00 0,00 3,00 40,00 - 47,00 30/04/1986 199º Classificado Excedente

0001106

JOSINA ELIETE DOS

SANTOS

8,00 3,00 6,00 30,00 - 47,00 28/10/1978 200º Classificado Excedente

0001421

FERNANDA CARDOSO

DA SILVA

8,00 3,00 6,00 30,00 - 47,00 30/01/1981 201º Classificado Excedente

0000334

ANDREIA DA CRUZ

TRINDADE SILVA

8,00 3,00 6,00 30,00 - 47,00 29/05/1983 202º Classificado Excedente

0000067

LADY MILLA MARTINS

SANTOS

8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 27/10/1995 203º Classificado Excedente

0000533

MARINES LIMA

MARTINS DA SILVA

12,00 6,00 9,00 20,00 - 47,00 07/06/1990 204º Classificado Excedente

0000490

IZABEL ALCANGELO

DA SILVA

12,00 6,00 9,00 20,00 - 47,00 04/02/1996 205º Classificado Excedente

0000785
THAYSSANARA
VALADARES NAZARE
12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 02/09/1989 206º Classificado Excedente
0001302
RAQUEL VALENDORF
GOMES
12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 30/12/1989 207º Classificado Excedente
0000651
PATRICIA SIMONE
RAUBER
12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 10/05/1990 208º Classificado Excedente
0000039
ADJANE ADDA SIMIONI
DO NASCIMENTO
12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 07/11/1991 209º Classificado Excedente
0000766
ROMANTIELE
KEROLAY BARBOSA
CALISTO
12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 15/01/1995 210º Classificado Excedente
0001169
JANAINA FERNANDES
DE FRANÇA
12,00 12,00 3,00 20,00 - 47,00 20/11/1993 211º Classificado Excedente
0000013
PATRICIA GONÇALVES
CARDOSO
4,00 3,00 9,00 30,00 - 46,00 30/04/1995 212º Classificado Excedente
0000171
LAIS GABRIELE LIMA
SOUZA
4,00 3,00 9,00 30,00 - 46,00 01/03/1997 213º Classificado Excedente
0000360
FLAVIA DA SILVA
FONSECA MARTINS
8,00 3,00 15,00 20,00 - 46,00 27/10/1989 214º Classificado Excedente
0000161
LUCIANA JACI DE
ALMEIDA OLIVEIRA
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 03/09/1981 215º Classificado Excedente
0000182
JOELMA APARECIDA
DIVINO
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 21/05/1985 216º Classificado Excedente
0000731
GLEICIANY DE
OLIVEIRA SANTOS
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 01/06/1998 217º Classificado Excedente
0001364
SANIELI ALVES
BATISTA
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 07/06/1999 218º Classificado Excedente
0001166
JANAINA MONTEIRO
DE SOUZA
8,00 12,00 6,00 20,00 - 46,00 16/05/1990 219º Classificado Excedente
0001377
WILLIAN GALINDO DE
SOUZA
4,00 15,00 6,00 20,00 - 45,00 07/12/1995 220º Classificado Excedente
Página 24 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000930
LEANDRO GALDINO
DOS SANTOS
8,00 0,00 6,00 30,00 - 44,00 30/08/1985 221º Classificado Excedente
0001147
IVANILDES DE JESUS
LISBOA REINALDO
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 30/12/1964 222º Classificado Excedente
0001098
THAYSLAINE DA SILVA
SOUZA
8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 16/01/1997 223º Classificado Excedente
0001163
GABRIELLA PULTRINE
PORTES
8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 16/04/1998 224º Classificado Excedente
0000023
SANDRA SILVIA
GONÇALVES XAVIER
12,00 3,00 9,00 20,00 - 44,00 20/11/1991 225º Classificado Excedente
0000129
VERA JANES PEREIRA
DE MORAIS
12,00 6,00 6,00 20,00 - 44,00 03/06/1985 226º Classificado Excedente
0000647
GISLAINE APARECIDA
GALDINO
12,00 6,00 6,00 20,00 - 44,00 08/07/1995 227º Classificado Excedente
0001213
LUCIANA BARBOSA

DOS SANTOS
12,00 9,00 3,00 20,00 - 44,00 01/06/1993 228º Classificado Excedente 0000014
JOSEFA MARIA
FERREIRA
16,00 9,00 9,00 10,00 - 44,00 14/02/1965 229º Classificado Excedente 0001114
MARIA ZELIA
FERREIRA
4,00 3,00 6,00 30,00 - 43,00 28/08/1964 230º Classificado Excedente 0000057
LUCINEIA ALVES DOS
SANTOS
4,00 3,00 6,00 30,00 - 43,00 24/06/1981 231º Classificado Excedente 0000462
NAYARA CARDOSO DA
SILVA
4,00 3,00 6,00 30,00 - 43,00 15/03/1989 232º Classificado Excedente 0000369
MARIA LUCIA MELO DA
SILVA
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 30/03/1971 233º Classificado Excedente 0001272
JOSEANE MARTINS
DOS SANTOS
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 14/01/1986 234º Classificado Excedente 0000985
ERICA CRISTINA DE
SOUZA
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 19/07/1989 235º Classificado Excedente 0000696
MARIA GLORIA DE
SOUZA OLIVEIRA
4,00 6,00 3,00 30,00 - 43,00 27/06/1993 236º Classificado Excedente 0000196
SANDRA PINHEIRO DE
OLIVEIRA
8,00 3,00 12,00 20,00 - 43,00 18/03/1976 237º Classificado Excedente 0000186
SUELY CANDIDA DE
SOUZA
8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 10/09/1982 238º Classificado Excedente 0001046
JURAILDES CATARINA
FERREIRA
8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 12/04/1986 239º Classificado Excedente 0000137
NATALIA GARCIA DA
SILVA MARQUES
8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 24/09/1995 240º Classificado Excedente 0000826
VONEIDE PEREIRA DE
SOUZA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 15/05/1980 241º Classificado Excedente 0000019
CASSIENE DE SOUZA
PARRON
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 20/02/1984 242º Classificado Excedente 0000890
ROSIMEIRE DOS
SANTOS TEIXEIRA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 05/03/1990 243º Classificado Excedente 0000155
ABDA NAIANNY DO
NASCIMENTO
OLIVEIRA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 19/07/1995 244º Classificado Excedente 0001356
QUEILIANI DOURADO
SILVA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 18/04/1996 245º Classificado Excedente 0000233
KARIN DENIZ
CARVALHO
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 16/04/1998 246º Classificado Excedente 0001193
DANIELLY LEMES
BARBOSA OLIVEIRA
8,00 12,00 3,00 20,00 - 43,00 01/10/1993 247º Classificado Excedente 0001262
ANDRESSA COSTA DA
SILVA
4,00 6,00 12,00 20,00 - 42,00 01/01/2000 248º Classificado Excedente 0000251
LUANA SOARES
GONÇALVES
4,00 12,00 6,00 20,00 - 42,00 16/09/1988 249º Classificado Excedente 0000806
VANESSA DE MORAES
FEITOSA
4,00 15,00 3,00 20,00 - 42,00 12/03/1994 250º Classificado Excedente 0001215 DINAMAR GUIMARAES 12,00 3,00 6,00 20,00 - 41,00 01/08/1984 251º Classificado Excedente 0000457
JESSICA LIMA DA
SILVA

12,00 3,00 6,00 20,00 - 41,00 28/08/1993 252º Classificado Excedente

Página 25 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

0001191

ADRIANA ALVES DOS

SANTOS

12,00 3,00 6,00 20,00 - 41,00 15/12/1995 253º Classificado Excedente

0000069

LEIDIANE DARLEN

RAMALHO GOMES

4,00 3,00 3,00 30,00 - 40,00 11/09/1984 254º Classificado Excedente

0000188

MARINALVA VITURINO

DE SOUZA

4,00 6,00 0,00 30,00 - 40,00 25/10/1975 255º Classificado Excedente

0000024

CRISTIANI MARTINS

DE ALMEIDA

8,00 3,00 9,00 20,00 - 40,00 29/03/1983 256º Classificado Excedente

0000852

NATHALIA APARECIDA

KONRAD DO

NASCIMENTO

8,00 3,00 9,00 20,00 - 40,00 11/01/1997 257º Classificado Excedente

0001321

ELIANE RUFINO DE

ANDRADE

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 25/02/1967 258º Classificado Excedente

0000203 DEYSE LIS MOSER 8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 01/12/1978 259º Classificado Excedente

0000874

VANUZA ROCHA

OLIVEIRA SOUZA

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 27/07/1981 260º Classificado Excedente

0001084

ANTONIA SANTOS DE

SOUZA

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 08/05/1982 261º Classificado Excedente

0000497

MARCIA CRISTINA

RODRIGUES DA

COSTA

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 30/12/1983 262º Classificado Excedente

0001161

IDIMARA PEREIRA

LEMOS

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 19/12/1988 263º Classificado Excedente

0000672

CATIELE PASSELE

DOS SANTOS

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 31/08/1998 264º Classificado Excedente

0001140

LILIAN CAROLINE DOS

SANTOS RODRIGUES

8,00 6,00 6,00 20,00 - 40,00 28/10/1999 265º Classificado Excedente

0001239

ROSIVALDA NUNES

SANTOS GONZAGA

8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 06/04/1982 266º Classificado Excedente

0000342

ANA QUEZIA SILVA

ALVES

8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 03/01/1988 267º Classificado Excedente

0000942

VANESSA PEREIRA

DOS SANTOS

8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 25/07/1991 268º Classificado Excedente

0001001

PAMELA DOMINGUES

RIBEIRO DA LUZ

8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 23/11/1994 269º Classificado Excedente

0000245

TEREZINHA DE JESUS

PEREIRA

12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 28/12/1956 270º Classificado Excedente

0000907

SILVERIA CABRAL DE

SOUZA

12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 21/09/1978 271º Classificado Excedente

0000346

TATIANI CARLA

MOREIRA DA SILVA

12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 22/04/1981 272º Classificado Excedente

0000253

SILMA AGUIAR

OLIVEIRA GOMES DOS

SANTOS

4,00 6,00 9,00 20,00 - 39,00 09/04/1980 273º Classificado Excedente

0000760

EVELYN KAREN

GONÇALVES DE

SOUZA

4,00 9,00 6,00 20,00 - 39,00 04/01/1995 274º Classificado Excedente

0000868
EMYLAINE MIRELLA
SOUZA DE OLIVEIRA
4,00 9,00 6,00 20,00 - 39,00 07/01/1998 275º Classificado Excedente
0000257
DANIELE CASTRO DE
LIMA
4,00 9,00 6,00 20,00 - 39,00 15/09/1999 276º Classificado Excedente
0000385
MARILEUZA
RODRIGUES DOS
SANTOS
8,00 9,00 12,00 10,00 - 39,00 21/02/1980 277º Classificado Excedente
0000436
VALDINEIA VICENTE
DA SILVA
8,00 12,00 9,00 10,00 - 39,00 13/11/1980 278º Classificado Excedente
0000059
MARIZETTI JACI DE
ALMEIDA
12,00 0,00 6,00 20,00 - 38,00 31/01/1985 279º Classificado Excedente
0000598
MARILENE APARECIDA
PORFIRIO
12,00 3,00 3,00 20,00 - 38,00 27/01/1968 280º Classificado Excedente
0000045
MARIA ENI GOMES
FERREIRA
12,00 3,00 3,00 20,00 - 38,00 30/10/1972 281º Classificado Excedente
0001125
LINDINALVA MARTINS
DOS SANTOS
16,00 3,00 9,00 10,00 - 38,00 30/05/1981 282º Classificado Excedente

0000685
JOCEANE BATISTA DA
SILVA SANTOS
8,00 0,00 9,00 20,00 - 37,00 25/04/1981 283º Classificado Excedente
0001275
NATALY CRISTINA
XAVIER FABIAN
8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 12/10/1987 284º Classificado Excedente
0000135
JESSICA COTRIN
SILVA
8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 29/01/1991 285º Classificado Excedente
0000452
LEDIANE RODRIGUES
AFONSO DA SILVA
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 08/03/1981 286º Classificado Excedente
0000441
ALLAN KARDEC
RIBEIRO FILHO
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 06/11/1992 287º Classificado Excedente
0001021
TAYNARA DE SOUZA
BUENO
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 11/11/1997 288º Classificado Excedente
0000240
TATIANE GOMES DA
SILVA
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 17/12/1997 289º Classificado Excedente
0000191
TALITA RAQUEL
SANTOS DA SILVA
8,00 6,00 3,00 20,00 - 37,00 14/12/1998 290º Classificado Excedente
0001244
THAYNARA GABRIELLE
BORGES MATOS
8,00 9,00 0,00 20,00 - 37,00 03/08/1997 291º Classificado Excedente
0000593
SONIA APARECIDA
SANTOS ALVES
GOMES
12,00 6,00 9,00 10,00 - 37,00 26/03/1979 292º Classificado Excedente
0000456
GRACIELA GOMES DA
SILVA
12,00 6,00 9,00 10,00 - 37,00 11/10/1986 293º Classificado Excedente
0001089
SILVIA FERREIRA DA
SILVA
12,00 9,00 6,00 10,00 - 37,00 26/08/1983 294º Classificado Excedente
0000510
LAURA WCELL
FERNANDES CABRAL
12,00 9,00 6,00 10,00 - 37,00 01/11/1987 295º Classificado Excedente
0001165
JULIANE MONTEIRO
DE SOUZA
4,00 3,00 9,00 20,00 - 36,00 26/12/1994 296º Classificado Excedente
0001127

MARIA IVONETE DOS
SANTOS
4,00 6,00 6,00 20,00 - 36,00 23/04/1983 297º Classificado Excedente
0000183
ANDREIA DE ALMEIDA
SILVA
4,00 9,00 3,00 20,00 - 36,00 18/06/1983 298º Classificado Excedente
0000134
ERIKA DE LIMA
PESSOA
4,00 9,00 3,00 20,00 - 36,00 18/08/1983 299º Classificado Excedente
0000546
PRISCILLA DE SOUZA
VASCONCELOS
4,00 9,00 3,00 20,00 - 36,00 26/11/1988 300º Classificado Excedente
0000151
CRISTIANE AMORIM
DE ARAUJO
4,00 9,00 3,00 20,00 - 36,00 23/10/1989 301º Classificado Excedente
0000503
BRUNA OLIVEIRA DA
GUIA REZENDE
8,00 6,00 12,00 10,00 - 36,00 05/05/1995 302º Classificado Excedente
0000471
JOSCIELE FERREIRA
DE SOUZA SOUZA
8,00 9,00 9,00 10,00 - 36,00 17/07/1983 303º Classificado Excedente
0000256 KETLYN FRONZA 8,00 9,00 9,00 10,00 - 36,00 21/07/1999 304º Classificado Excedente
0000528
DOLCINA VICENTE DE
OLIVEIRA
8,00 12,00 6,00 10,00 - 36,00 07/03/1982 305º Classificado Excedente
0000163
JACILENE DIAS DA
COSTA
8,00 6,00 9,00 10,00 2,00 35,00 16/06/1974 306º Classificado Excedente
0000549
BRUNA MAYARA DOS
SANTOS OLIVEIRA
4,00 9,00 12,00 10,00 - 35,00 08/03/1987 307º Classificado Excedente
0000033
MONICA ALVES DE
MELO BABILONIA
8,00 0,00 6,00 20,00 - 34,00 28/09/1973 308º Classificado Excedente
0001135
SIMONE SOARES
LENDENGUES
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 28/10/1969 309º Classificado Excedente
0000993
DENISE LINO DE
JESUS FERNANDES
ALMEIDA
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 05/01/1976 310º Classificado Excedente
0000208
EVANILDE DA
CONCEIÇÃO OLIVEIRA
SILVA
8,00 3,00 3,00 20,00 - 34,00 09/07/1986 311º Classificado Excedente
0000654
RITA DE CASSIA
GONÇALVES QUEIROZ
12,00 6,00 6,00 10,00 - 34,00 01/04/1975 312º Classificado Excedente
0000373 ANA INES FACCO 12,00 6,00 6,00 10,00 - 34,00 27/02/1981 313º Classificado Excedente

0000197
VANIA LUCIA DA SILVA
NASCIMENTO DE
SOUZA
12,00 6,00 6,00 10,00 - 34,00 07/09/1982 314º Classificado Excedente
0000704
HELLEN JURIANE
LOPES E SILVA
4,00 3,00 6,00 20,00 - 33,00 24/07/1991 315º Classificado Excedente
0000992
DAIANA PATRICIA
GALDINO
4,00 3,00 6,00 20,00 - 33,00 06/04/1992 316º Classificado Excedente
0000578
SONIA CRISTINA
ALVES
4,00 6,00 3,00 20,00 - 33,00 05/12/1984 317º Classificado Excedente
0001250
CASSIELEN
GONÇALVES DE
ALMEIDA
4,00 6,00 3,00 20,00 - 33,00 28/02/2000 318º Classificado Excedente
0001231
ELAINE TEIXEIRA
BARBOSA
8,00 3,00 12,00 10,00 - 33,00 18/03/1995 319º Classificado Excedente

0000660
MARIA APARECIDA
PAES DE SOUZA
8,00 6,00 9,00 10,00 - 33,00 12/09/1968 320º Classificado Excedente
0000840
MARTINA ADRIELE
MARTINS RIBEIRO
8,00 6,00 9,00 10,00 - 33,00 07/03/1996 321º Classificado Excedente
0000917
BRUNA DE LIMA
SANCHES
8,00 6,00 9,00 10,00 - 33,00 20/10/1998 322º Classificado Excedente
0001119
MICHELI DA SILVA
SANTOS
8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 20/06/1995 323º Classificado Excedente
0000801
FRANCISCA ALVES DA
ROCHA
16,00 3,00 3,00 10,00 - 32,00 28/07/1974 324º Classificado Excedente
0000404
EDNEUZA MORAES
GOMES
4,00 9,00 9,00 10,00 - 32,00 29/12/1971 325º Classificado Excedente
0000960
ROSELAINE SILVA DE
SOUZA
8,00 0,00 3,00 20,00 - 31,00 08/02/1982 326º Classificado Excedente
0000003
JANIELLE LIMA DOS
SANTOS
12,00 3,00 6,00 10,00 - 31,00 20/05/1991 327º Classificado Excedente
0001036
ANDREIA RODRIGUES
DOS SANTOS
4,00 3,00 3,00 20,00 - 30,00 23/04/1987 328º Classificado Excedente
0001136
MARIZETE DOS
SANTOS DE SOUZA
4,00 6,00 0,00 20,00 - 30,00 26/12/1998 329º Classificado Excedente
0001381
RAIMUNDA PEREIRA
DE SOUZA DE
OLIVEIRA
8,00 3,00 9,00 10,00 - 30,00 02/09/1972 330º Classificado Excedente
0000974 ALINE GARCIA DE LIMA 8,00 3,00 9,00 10,00 - 30,00 10/01/1992 331º Classificado Excedente
0000789
KELLY KARINY
GANDES SILVA
8,00 3,00 9,00 10,00 - 30,00 17/04/1997 332º Classificado Excedente
0000655
ROSA MARCAL DA
CRUZ
8,00 0,00 0,00 20,00 - 28,00 17/02/1976 333º Classificado Excedente
0001363
MARIA DAS GRAÇAS
OLIVEIRA
8,00 3,00 6,00 10,00 - 27,00 15/03/1952 334º Classificado Excedente
0000515
ZELIA FERREIRA DA
SILVA OLIVEIRA
8,00 3,00 6,00 10,00 - 27,00 25/11/1982 335º Classificado Excedente
0000495
ADRIANA SEBASTIÃO
MACEDO DA COSTA
8,00 6,00 3,00 10,00 - 27,00 16/02/1990 336º Classificado Excedente
0000345
MAYSIS GABRIELLE DE
SOUZA PEREIRA
8,00 6,00 3,00 10,00 - 27,00 12/02/1992 337º Classificado Excedente
0000969
THAYNARA FERREIRA
DIAS
8,00 6,00 3,00 10,00 - 27,00 20/07/1995 338º Classificado Excedente
0000089
TALITA CARNEIRO DE
MORAES
8,00 6,00 3,00 10,00 - 27,00 05/10/1999 339º Classificado Excedente
0000687
ROGERIA BEZERRA
REINER
12,00 9,00 6,00 0,00 - 27,00 12/01/1985 340º Classificado Excedente
0000324
MARIA APARECIDA DE
SOUZA PEREIRA
4,00 3,00 9,00 10,00 - 26,00 25/02/1969 341º Classificado Excedente
0000694
DELMANI DE SALES
FRANCO
4,00 3,00 9,00 10,00 - 26,00 16/03/1997 342º Classificado Excedente
0001265
FABRICIA RODRIGES
DO NASCIMENTO
4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 20/07/1992 343º Classificado Excedente
0000193

DIONAYRE MAGDA
FRANCA SANT´ANNA
4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 13/03/1999 344º Classificado Excedente
Página 28 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000788
THAYS KAROLLAINY
FERREIRA
4,00 9,00 3,00 10,00 - 26,00 01/05/1999 345º Classificado Excedente
0001153
MARIA THAMILLIS
ALVES MACEDO
8,00 0,00 6,00 10,00 - 24,00 29/08/1996 346º Classificado Excedente
0001424
ANDREA SILVA
SANTOS RIBEIRO
8,00 6,00 0,00 10,00 - 24,00 17/04/1981 347º Classificado Excedente
0001341
ANNA PAULA FRANÇA
MARTINS
8,00 6,00 0,00 10,00 - 24,00 21/02/2010 348º Classificado Excedente
0000496
DARLEI PEDRO
SEBASTIÃO MACEDO
12,00 6,00 6,00 0,00 - 24,00 29/07/1966 349º Classificado Excedente
0001267
AMANDA CAROLINA
MIRANDA REIS
4,00 3,00 6,00 10,00 - 23,00 04/07/1998 350º Classificado Excedente
0001219
IODETE XIMENES DE
QUEIROZ
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 17/06/1973 351º Classificado Excedente
0000851
SILVIA DAS CHAGAS
LENDENGUES
4,00 6,00 12,00 0,00 - 22,00 14/07/1981 352º Classificado Excedente
0001118
DANIELE SANTOS
SILVA
4,00 9,00 9,00 0,00 - 22,00 12/08/1998 353º Classificado Excedente
0000666
MAURA ALVES
OLIVEIRA
12,00 3,00 6,00 0,00 - 21,00 10/03/1957 354º Classificado Excedente
0000764
ROSILENE DOS
SANTOS
4,00 0,00 3,00 10,00 - 17,00 04/09/1982 355º Classificado Excedente
0000273 THAYNA DE SOUZA 4,00 9,00 3,00 0,00 - 16,00 04/06/1997 356º Classificado Excedente
0000624
MARCELA DELFINO DE
ARAUJO
4,00 3,00 3,00 0,00 - 10,00 06/10/1980 357º Classificado Excedente
Página 29 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
INSTRUTOR TÉCNICO DA DECEL - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000293
ADRIELLY GOMES
TEIXEIRA
4,00 12,00 12,00 50,00 - 78,00 06/01/1992 1º Classificado Excedente
0000054
NILSON FLAVIO
PULTRINI JUNIOR
12,00 15,00 9,00 30,00 2,00 68,00 11/05/1991 2º Classificado Excedente
0000898
ANDRESSA DE
FRANÇA FEITOSA
BRASILEIRO
DAMASCENO SANTOS
12,00 9,00 12,00 30,00 - 63,00 04/01/1995 3º Classificado Excedente
0000423
ALEX MAYCON DE
SOUZA ALMEIDA
8,00 6,00 6,00 40,00 - 60,00 22/12/1990 4º Classificado Excedente
0000540
DOUGLAS FELIX
PEREIRA
12,00 6,00 12,00 30,00 - 60,00 09/10/1991 5º Classificado Excedente
0000880
SIMONE LUIS DOS
SANTOS
4,00 6,00 15,00 30,00 - 55,00 08/02/1989 6º Classificado Excedente
0000678
FAGNER ARTUR
QUEIROZ DA SILVA
4,00 12,00 9,00 30,00 - 55,00 07/07/1994 7º Classificado Excedente
Página 30 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

INSTRUTOR TÉCNICO DE ARTES - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000469

CLAUDIA ROSA LOPES

RIBEIRO

4,00 6,00 6,00 40,00 - 56,00 06/05/1982 1º Classificado Excedente

0000980

MACLEIDE BARBOSA

DA SILVA

4,00 15,00 6,00 30,00 - 55,00 05/08/1989 2º Classificado Excedente

0001328

ALEXSANDRO

BARBOSA DA SILVA

8,00 3,00 12,00 30,00 - 53,00 23/07/1993 3º Classificado Excedente

0001353

NAIARA VIANA

RODRIGUES PAULINO

12,00 12,00 6,00 20,00 - 50,00 14/11/1995 4º Classificado Excedente

0000769

JONATHAN GALDINO

DOS SANTOS

8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 28/11/1989 5º Classificado Excedente

0001027 GEORGE LUIZ MUNIZ 8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 03/12/1994 6º Classificado Excedente

0001038

JEFFERSON LUIS

BARBOSA

4,00 6,00 6,00 30,00 - 46,00 16/02/1999 7º Classificado Excedente

0001326

KATIA SOARES

BARBOSA

4,00 12,00 9,00 20,00 - 45,00 10/08/1972 8º Classificado Excedente

0001072

THAMYRES DOS

SANTOS LOURENÇO

8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 06/02/1998 9º Classificado Excedente

0001088

CLAUDIONOR ALVES

DE OLIVEIRA

4,00 3,00 9,00 10,00 - 26,00 10/07/1965 10º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

INSTRUTOR TÉCNICO DE ARTES - CONTAÇÃO DE HISTÓRIA, MÚSICA - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0001062

ROSINEIDE CHAVES

TELIS SANTOS

16,00 9,00 6,00 40,00 - 71,00 13/10/1976 1º Classificado Excedente

0000448 DIRCEU MOREIRA 16,00 6,00 6,00 40,00 - 68,00 13/11/1980 2º Classificado Excedente

0001260 IZABELLA DA SILVA 20,00 6,00 6,00 30,00 - 62,00 09/07/1992 3º Classificado Excedente

0000439

BRUNO HENRIQUE

MARQUES DOURADO

4,00 6,00 6,00 40,00 - 56,00 27/02/1989 4º Classificado Excedente

0000092

SIRLENE RODRIGUES

DE OLIVEIRA

12,00 6,00 6,00 30,00 - 54,00 15/06/1976 5º Classificado Excedente

0000838

THAYNA NAYANNA

BORGE DE SOUZA

8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 13/08/1996 6º Classificado Excedente

0001224

MARCELO MARTINS

DE SOUZA

8,00 9,00 6,00 30,00 - 53,00 05/08/1985 7º Classificado Excedente

0000832

LUCIANA APARECIDA

BARBOSA LEAL

8,00 9,00 3,00 30,00 - 50,00 25/09/1984 8º Classificado Excedente

0001339

GUILHERME CARDOSO

MENDES

12,00 12,00 3,00 20,00 - 47,00 16/07/1998 9º Classificado Excedente

0000842

ANNA KAROLINY

CABRAL SILVA

8,00 3,00 9,00 10,00 - 30,00 02/02/1995 10º Classificado Excedente

0000975

VANESSA DE OLIVEIRA

NASCIMENTO

8,00 6,00 6,00 10,00 - 30,00 10/12/1986 11º Classificado Excedente

0000684

PAULO JOSE PAES DE

SOUZA

4,00 9,00 6,00 10,00 - 29,00 10/08/1992 12º Classificado Excedente

Página 32 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

OFICIAL ADMINISTRATIVO - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0001403

ELIANA APARECIDA

GALDINO DA COSTA

12,00 12,00 6,00 40,00 - 70,00 05/09/1985 1º Classificado Excedente

0001184

THIAGO LIPORACE

PIRES DA SILVA

4,00 12,00 12,00 40,00 - 68,00 27/02/1982 2º Classificado Excedente

0000250

JENNIFER FRANCIE

SOARES

4,00 9,00 9,00 40,00 - 62,00 07/06/1993 3º Classificado Excedente

0001162 ELIDA MOURA SILVA 8,00 12,00 12,00 30,00 - 62,00 16/05/1994 4º Classificado Excedente

0000446

AMANDA MAGNY DE

ALMEIDA

8,00 6,00 12,00 30,00 - 56,00 26/12/1989 5º Classificado Excedente

0001160

JESSICA TAIS

PARMIGIANI DE

CASTRO

4,00 12,00 9,00 30,00 - 55,00 09/01/1999 6º Classificado Excedente

0000902

GLEICY CHRISTINY DA

CRUZ PINHEIRO

8,00 9,00 6,00 30,00 - 53,00 10/10/1994 7º Classificado Excedente

0001258

ISABELLA LETICIA

FACHIANO BARBOSA

8,00 9,00 6,00 30,00 - 53,00 23/02/1998 8º Classificado Excedente

0001362

SHIRLEE KARINA

SILVA COSTA

12,00 9,00 12,00 20,00 - 53,00 08/08/1990 9º Classificado Excedente

0001349

HERBERT BASILIO

DOS SANTOS

16,00 12,00 15,00 10,00 - 53,00 13/03/1985 10º Classificado Excedente

0000834

THAIS CAMARGO

SANTOS

8,00 15,00 9,00 20,00 - 52,00 08/03/1998 11º Classificado Excedente

0001334

SELMA PRISCILA

BEZERRA DA SILVA

8,00 6,00 6,00 30,00 - 50,00 27/10/1987 12º Classificado Excedente

0001102

VALDIRENE CANDIDA

VIEIRA FERREIRA

12,00 9,00 9,00 20,00 - 50,00 06/08/1996 13º Classificado Excedente

0001154

OTAVIO GABRIEL

SCHUENQUENER DE

MELO

12,00 12,00 6,00 20,00 - 50,00 10/07/1998 14º Classificado Excedente

0001234

VALDENICE MARISA

OLIVEIRA DE BARROS

8,00 6,00 15,00 20,00 - 49,00 06/07/1981 15º Classificado Excedente

0000397

DARLAN NUNES DA

CRUZ

8,00 9,00 12,00 20,00 - 49,00 01/11/1982 16º Classificado Excedente

0000804

LUCIMAR PEREIRA DO

AMARAL

8,00 12,00 9,00 20,00 - 49,00 18/09/1994 17º Classificado Excedente

0000545

VICTOR HUGO

NOGUEIRA DA SILVA

8,00 15,00 15,00 10,00 - 48,00 30/01/1992 18º Classificado Excedente

0000569

JESSICA OLIVEIRA

SANTOS

12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 23/03/1985 19º Classificado Excedente

0000292

ELAINE GONÇALVES

AIRES

12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 24/09/1986 20º Classificado Excedente

0000628

DAIANY NUNES

SCHWENK NETO

12,00 9,00 6,00 20,00 - 47,00 06/09/1990 21º Classificado Excedente

0001297

AILTON DE SOUZA

LEITE

16,00 9,00 12,00 10,00 - 47,00 06/08/1977 22º Classificado Excedente

0000782

KETLEN ANTONIELI DO
NASCIMENTO CANDIL
12,00 15,00 9,00 10,00 - 46,00 22/03/1999 23º Classificado Excedente 0000138
ALESSANDRO DE
SOUZA CAMPOS
4,00 12,00 9,00 20,00 - 45,00 21/06/1991 24º Classificado Excedente 0001330
OTAVIO OLIVEIRA
PESSOA
8,00 12,00 15,00 10,00 - 45,00 12/09/1997 25º Classificado Excedente 0001428
LARA BEATRIZ ROCHA
DA SILVA
8,00 0,00 6,00 30,00 - 44,00 11/09/1998 26º Classificado Excedente 0001070
LARYSA OLIVEIRA
DIAS
12,00 6,00 6,00 20,00 - 44,00 16/09/1995 27º Classificado Excedente 0000084
MARILENE MARCILINO
DOS SANTOS GOMES
12,00 9,00 3,00 20,00 - 44,00 17/10/1999 28º Classificado Excedente 0000953
CHRYS DOS ANJOS
CELLUS
16,00 12,00 6,00 10,00 - 44,00 23/05/1999 29º Classificado Excedente 0000803
NAITIANE MACHADO
FERNANDES
4,00 3,00 6,00 30,00 - 43,00 14/04/1997 30º Classificado Excedente

0000588
JOSE DE MELO
CAMARGO
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 23/11/1991 31º Classificado Excedente 0000963
FERNANDA DANIELE
FARIAS VIEIRA
12,00 9,00 12,00 10,00 - 43,00 26/07/1995 32º Classificado Excedente 0001157
ERIKA TEIXEIRA
MATIAS
12,00 6,00 3,00 20,00 - 41,00 17/02/1997 33º Classificado Excedente 0001194
RICARDO CARLOS
BORGES FERREIRA
12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 23/04/1984 34º Classificado Excedente 0000780
MATEUS ALCIR
CELUPPI
12,00 12,00 6,00 10,00 - 40,00 09/08/1994 35º Classificado Excedente 0000597
VIVIANE MARIA
PEREIRA RIGO
8,00 6,00 15,00 10,00 - 39,00 22/04/1988 36º Classificado Excedente 0000295
LEONARDO
GONÇALVES AIRES
8,00 6,00 15,00 10,00 - 39,00 05/12/1994 37º Classificado Excedente 0001066
ABRAÃO ADRIEL
OLIVEIRA DE ARAUJO
8,00 6,00 15,00 10,00 - 39,00 07/01/2000 38º Classificado Excedente 0000049
PATRICK THIAGO
GOMES QUEIROZ
12,00 3,00 3,00 20,00 - 38,00 23/07/1991 39º Classificado Excedente 0001056
ELIAQUIM GOMES DE
MATOS
8,00 6,00 12,00 10,00 - 36,00 30/09/1977 40º Classificado Excedente 0000287
MATHEUS NUNES
COSTA
8,00 6,00 12,00 10,00 - 36,00 11/02/1996 41º Classificado Excedente 0000513
JOÃO RICARDO
CAETANO DE LOIOLA
8,00 6,00 12,00 10,00 - 36,00 26/05/2000 42º Classificado Excedente 0001310
VIVIANY MACEDES DA
SILVA
8,00 9,00 9,00 10,00 - 36,00 11/12/1989 43º Classificado Excedente 0001071
AMANDA SANTANA DE
LIMA
8,00 9,00 9,00 10,00 - 36,00 30/01/1998 44º Classificado Excedente 0001386
JAELSON CARLOS
SANTANA DE LIMA
8,00 12,00 6,00 10,00 - 36,00 24/09/1995 45º Classificado Excedente

0000591
MICAELLE DE SOUSA
CARNEIRO DOURADO
SAMPAIO
8,00 12,00 6,00 10,00 - 36,00 29/01/1996 46º Classificado Excedente
0001078
KELIANE XAVIER DA
SILVA PESSOA
16,00 3,00 6,00 10,00 - 35,00 06/04/1987 47º Classificado Excedente
0001407
EDSON LEONARDO
FERREIRA DA SILVA
4,00 12,00 9,00 10,00 - 35,00 17/12/1993 48º Classificado Excedente
0001170
GABRIEL SATURNINO
MIRANDA VICTOR
COELHO
8,00 6,00 0,00 20,00 - 34,00 16/07/1996 49º Classificado Excedente
0000604
ALEX SANDRO COSTA
DOS REIS
4,00 6,00 3,00 20,00 - 33,00 24/04/1988 50º Classificado Excedente
0000940
MARCELO DOS
SANTOS
8,00 6,00 9,00 10,00 - 33,00 07/10/1998 51º Classificado Excedente
0000337
KIMBERLY TUANY DE
SOUZA MATOS
8,00 6,00 9,00 10,00 - 33,00 05/05/1999 52º Classificado Excedente
0000908
ELIANE MAGNI
SOARES
4,00 9,00 9,00 10,00 - 32,00 26/08/1976 53º Classificado Excedente
0000026
WEVERTON RICARDO
CAVALCANTE
4,00 12,00 6,00 10,00 - 32,00 18/01/1997 54º Classificado Excedente
0000265
EDICIMAR TEODORO
DE SOUZA
4,00 15,00 3,00 10,00 - 32,00 07/01/1986 55º Classificado Excedente
0000783
CAROLINI ENGELS
DAS CHAGAS
8,00 6,00 6,00 10,00 - 30,00 06/01/1999 56º Classificado Excedente
0000825
DIEGO MORAES DA
SILVA
4,00 6,00 9,00 10,00 - 29,00 16/12/1991 57º Classificado Excedente
0001404
VITOR GODINHO
TEIXEIRA
4,00 15,00 9,00 0,00 - 28,00 21/08/1998 58º Classificado Excedente
0000532
CAROLINE CRISTINA
MENDES DOS SANTOS
12,00 6,00 9,00 0,00 - 27,00 07/11/1986 59º Classificado Excedente
0000572
DANIELLE FRANCISCA
DOS SANTOS
8,00 9,00 9,00 0,00 - 26,00 24/08/1998 60º Classificado Excedente
0001192
EDUARDA FEITOSA
BOTTURA
8,00 9,00 9,00 0,00 - 26,00 05/04/1999 61º Classificado Excedente

0001251
DOUGLAS LUIZ DOS
SANTOS
12,00 0,00 3,00 10,00 - 25,00 07/09/1999 62º Classificado Excedente
0000252 VALDIRENI BRAGA 12,00 3,00 9,00 0,00 - 24,00 07/03/1989 63º Classificado Excedente
0001365
ANA PAULA FERREIRA
TORRES
12,00 9,00 3,00 0,00 - 24,00 05/05/1997 64º Classificado Excedente
0000649
FERNANDA CATIA
GALDINA DA COSTA
4,00 3,00 6,00 10,00 - 23,00 15/04/1996 65º Classificado Excedente
0000961
DANIELY CAVALCANTE
DA SILVA
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 15/08/1999 66º Classificado Excedente
0000522
MAISA RULIM DE
FARIA
8,00 6,00 9,00 0,00 - 23,00 26/08/1996 67º Classificado Excedente
0000225
EVELLIN TAYNA
PEREIRA

8,00 6,00 6,00 0,00 - 20,00 29/09/1994 68º Classificado Excedente

0000556

KARINA SANTOS

CASTELLI

8,00 6,00 6,00 0,00 - 20,00 26/06/1996 69º Classificado Excedente

0000933

FABIO PAZ DE

ARRUDA

8,00 9,00 3,00 0,00 - 20,00 22/02/1981 70º Classificado Excedente

0001090 KARITA VAZ GOMES 8,00 6,00 3,00 0,00 - 17,00 18/02/1989 71º Classificado Excedente

0001370

JOSE ROBERTO

LEANDRO DA SILVA

4,00 0,00 0,00 0,00 - 4,00 16/11/1983 72º Classificado Excedente

Página 35 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - I - CATEGORIA D (ASSISTENCIA SOCIAL) - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000565

EDILSON TAVARES

REIS

16,00 3,00 3,00 50,00 - 72,00 06/11/1975 1º Classificado Excedente

0000042

FAGNER GOMES DA

CRUZ

16,00 6,00 9,00 40,00 - 71,00 21/12/1983 2º Classificado Excedente

0000421

JOAQUIM ANTONIO

MASCARENHAS NETO

16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 31/07/1980 3º Classificado Excedente

0001218

JOSUÉ ALVES DA

SILVA

16,00 15,00 3,00 30,00 - 64,00 28/02/1971 4º Classificado Excedente

0001053

GREGORIO DA SILVA

FILHO

8,00 9,00 3,00 40,00 - 60,00 02/01/1974 5º Classificado Excedente

0000720

FERNANDO ELITON

DOS SANTOS

12,00 6,00 0,00 40,00 - 58,00 28/05/1982 6º Classificado Excedente

0000925

CLAUDIO MARQUES

GONÇALVES

4,00 3,00 0,00 50,00 - 57,00 28/07/1975 7º Classificado Excedente

0001138

LUIZ RODRIGO DOS

SANTOS

8,00 6,00 3,00 40,00 - 57,00 19/09/1985 8º Classificado Excedente

0000966

PAULO AFONSO

SULZBACHER

16,00 6,00 3,00 30,00 - 55,00 27/08/1958 9º Classificado Excedente

0000957

JOSE GERALDO DOS

SANTOS

16,00 6,00 0,00 30,00 - 52,00 18/10/1979 10º Classificado Excedente

0001060

SILVANO ROCHA

BARBOSA

12,00 6,00 3,00 30,00 - 51,00 21/01/1974 11º Classificado Excedente

0001079

SILAS FERREIRA

SANTANA

12,00 6,00 3,00 30,00 - 51,00 24/03/1974 12º Classificado Excedente

0000719

THIAGO MORAIS DA

SILVA

20,00 6,00 3,00 20,00 - 49,00 12/03/1991 13º Classificado Excedente

0001222

GONÇALO MARCELO

ANTUNES

12,00 3,00 3,00 30,00 - 48,00 06/03/1961 14º Classificado Excedente

0001237

ANTONIO FRANCISCO

OLIVEIRA DA SILVA

12,00 3,00 3,00 30,00 - 48,00 01/03/1987 15º Classificado Excedente

0001067

ELIEUDES PEREIRA

DOS SANTOS

8,00 6,00 3,00 30,00 - 47,00 06/09/1988 16º Classificado Excedente

0001307

ALESSANDRO

GALDINO DE OLIVEIRA

16,00 9,00 0,00 20,00 - 45,00 04/12/1985 17º Classificado Excedente

0000819

IVALDEIR FERREIRA

DE SOUZA

8,00 3,00 3,00 30,00 - 44,00 11/09/1977 18º Classificado Excedente

0001223

REINALDO MORAIS

LIMA

8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 13/01/1985 19º Classificado Excedente

0001030 LUIZ NETO DE SOUSA 8,00 3,00 0,00 30,00 - 41,00 29/08/1962 20º Classificado Excedente

0000011

VALMIR DINIZ

FERREIRA

12,00 3,00 6,00 20,00 - 41,00 25/03/1985 21º Classificado Excedente

0000615

OSMAR MACIEL DE

OLIVEIRA

12,00 6,00 3,00 20,00 - 41,00 06/06/1984 22º Classificado Excedente

0001074

SILVIO FERREIRA DA

ROCHA

4,00 3,00 3,00 30,00 - 40,00 04/08/1981 23º Classificado Excedente

0001226

HUELTON CARLOS

GOMES

16,00 3,00 0,00 20,00 - 39,00 30/10/1984 24º Classificado Excedente

0001064

ADEMILSON GALINDO

DE SOUSA

8,00 9,00 0,00 20,00 - 37,00 27/01/1968 25º Classificado Excedente

0001068

ADEILDO JOSE DA

SILVA

4,00 0,00 0,00 30,00 - 34,00 05/02/1979 26º Classificado Excedente

0001034

WELITON DE LIMA

SILVA

8,00 6,00 3,00 10,00 - 27,00 22/06/1990 27º Classificado Excedente

0000816

MOISES LUIS DOS

SANTOS

8,00 6,00 0,00 10,00 - 24,00 02/05/1974 28º Classificado Excedente

0000786

EDIMUNDO ARAUJO

DA SILVA

4,00 3,00 0,00 0,00 - 7,00 08/07/1972 29º Classificado Excedente

Página 36 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

OPERADOR DE MÁQUINAS E VEICULOS - I - CATEGORIA D (EDUCAÇÃO) - DISTRITO DE SELMA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000579

JOSE MARIA

CORDEIRO

16,00 6,00 3,00 40,00 - 65,00 09/09/1971 1º Classificado Excedente

0000561

JACKSON DOS

SANTOS

16,00 9,00 0,00 40,00 - 65,00 06/04/1966 2º Classificado Excedente

0001418

JOAQUIM VIEIRA DE

CASTRO

16,00 12,00 6,00 30,00 - 64,00 19/05/1972 3º Classificado Excedente

0000972

RODRIGO ALVES DA

SILVA

4,00 3,00 6,00 50,00 - 63,00 05/03/1988 4º Classificado Excedente

0000835

GENILDO FERREIRA

DE SOUZA

8,00 9,00 3,00 40,00 - 60,00 28/10/1975 5º Classificado Excedente

0000210 TIAGO ALVES MACEDO 12,00 6,00 0,00 40,00 - 58,00 12/02/1991 6º Classificado Excedente

0000123

LUCIANO DINIZ

FERREIRA

20,00 3,00 3,00 30,00 - 56,00 23/10/1986 7º Classificado Excedente

0001233

RONEIR DOS SANTOS

FELIX

8,00 6,00 0,00 30,00 - 44,00 28/06/1987 8º Classificado Excedente

0001430

JUVENIL FERREIRA

MIRANDA

4,00 3,00 0,00 30,00 - 37,00 10/03/1972 9º Classificado Excedente

0000281

MARCOS PAULO

JACOBIS REPISO

8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 09/01/1979 10º Classificado Excedente

0000529

JUNIOR CESAR

BARBOSA GOUVEIA

8,00 6,00 0,00 20,00 - 34,00 04/07/1993 11º Classificado Excedente

0000926 SERVILIO DA SILVA 4,00 6,00 3,00 20,00 - 33,00 30/05/1966 12º Classificado Excedente

0001211

JHONATAN HENRIQUE

VIEIRA DA SILVA

4,00 6,00 3,00 20,00 - 33,00 27/07/1992 13º Classificado Excedente

0001028

ELIZABETH FERREIRA

DA SILVA

12,00 3,00 3,00 10,00 - 28,00 10/05/1975 14º Classificado Excedente

0000599

VALDINEI DA SILVA

SANT´ANA

12,00 3,00 3,00 10,00 - 28,00 31/08/1982 15º Classificado Excedente

Página 37 de 56

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

PROFESSOR LIC. PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICA DA NATUREZA - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000278

MAGNO RAFAEL

MIRANDA SANTOS

8,00 6,00 15,00 50,00 2,00 81,00 03/08/1986 1º Classificado Excedente

0000417

CLEITON MAGNO DE

MEDEIROS

16,00 3,00 9,00 50,00 2,00 80,00 22/10/1986 2º Classificado Excedente

0000796

CAMILA GOMES

SANCHES

16,00 9,00 12,00 40,00 2,00 79,00 21/02/1992 3º Classificado Excedente

0000236

CLEIDILENE DE JESUS

SOUSA

12,00 9,00 15,00 40,00 - 76,00 22/01/1969 4º Classificado Excedente

0000416

KARLA GISELA DA

SILVA LIMA

12,00 3,00 6,00 40,00 2,00 63,00 29/01/1973 5º Classificado Excedente

0000857

ANA MARIA DE

OLIVEIRA NETA

16,00 3,00 12,00 30,00 2,00 63,00 18/03/1983 6º Classificado Excedente

0000877

VANESSA FERREIRA

DE SOUZA

12,00 3,00 12,00 30,00 2,00 59,00 23/12/1993 7º Classificado Excedente

0001313

DANIELA ALVES DA

COSTA

8,00 9,00 12,00 30,00 - 59,00 29/04/1989 8º Classificado Excedente

0001005

CARLOS HENRIQUE

DAMASCENO

8,00 6,00 9,00 30,00 - 53,00 02/10/1995 9º Classificado Excedente

0000275

MAURA GOMES DA

ROCHA

8,00 3,00 9,00 30,00 2,00 52,00 07/09/1974 10º Classificado Excedente

0000391

FABIANA MOTA

MIRANDA

4,00 3,00 12,00 30,00 2,00 51,00 27/09/1978 11º Classificado Excedente

0001324

JACINTO DE OLIVEIRA

FREITAS

16,00 6,00 6,00 20,00 - 48,00 09/08/1974 12º Classificado Excedente

0000865

MIRIAN SILVA DOS

ANJOS

8,00 9,00 9,00 20,00 2,00 48,00 26/01/1993 13º Classificado Excedente

0000339

VINICIUS CASTAGNO

DOS SANTOS

8,00 0,00 6,00 30,00 - 44,00 31/03/1995 14º Classificado Excedente

0001419

CLEICIANE ANTUNES

DUQUE

16,00 3,00 15,00 10,00 - 44,00 09/03/1980 15º Classificado Excedente

0000638

HELEN CRISCIE

NASCIMENTO SILVA

8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 14/12/1981 16º Classificado Excedente

0000364

SUELI DAL PIZOL

GNOATTO

8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 22/07/1992 17º Classificado Excedente

0000501

ANA PAULA AUREA

FERNANDES

4,00 6,00 12,00 20,00 - 42,00 02/03/1990 18º Classificado Excedente

0000895 ZILDA DE OLIVEIRA 4,00 0,00 6,00 30,00 - 40,00 03/09/1984 19º Classificado Excedente

0000268

ERBILENE ANDREZA

RAMOS

8,00 3,00 9,00 20,00 - 40,00 24/04/1976 20º Classificado Excedente

0000289

JADELY ALVES
BATISTA
12,00 9,00 9,00 10,00 - 40,00 23/07/1994 21º Classificado Excedente
0000924
ALIANDRA GABRIELLE
DOCKHORN
4,00 0,00 3,00 30,00 - 37,00 06/10/1987 22º Classificado Excedente
0000841
DAIANE MACEDES DA
CRUZ
8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 09/04/1991 23º Classificado Excedente
0000266 EDIMARA PAES DIAS 8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 10/12/1995 24º Classificado Excedente
0000409
VIVIANE FURTADO
GOMES
4,00 9,00 12,00 10,00 2,00 37,00 05/10/1986 25º Classificado Excedente
0000923
GILMEIRE RULIM
LOPES
4,00 9,00 12,00 10,00 - 35,00 12/01/1979 26º Classificado Excedente
0001286
KARINNA ANDRESSA
DA SILVA
4,00 0,00 9,00 20,00 - 33,00 17/12/1995 27º Classificado Excedente
0001319
CLENIA BORGES DE
REZENDE
8,00 6,00 6,00 10,00 2,00 32,00 24/04/1977 28º Classificado Excedente
0001123
IRACEMA DOS
SANTOS SILVA
4,00 9,00 9,00 10,00 - 32,00 21/04/1973 29º Classificado Excedente
0001281
CRISTIANE KELY DE
LIMA
12,00 3,00 6,00 10,00 - 31,00 20/08/1976 30º Classificado Excedente
0001287
CAROLINE KLESSE
AGUIAR
8,00 6,00 6,00 10,00 - 30,00 21/02/1995 31º Classificado Excedente

0001308
MARIA ELIZABETE
ALEXANDRE
8,00 9,00 3,00 10,00 - 30,00 24/11/1985 32º Classificado Excedente
0000848
LUCAS VINICIUS
FERREIRA
4,00 3,00 6,00 10,00 - 23,00 27/04/1995 33º Classificado Excedente
0000828
LEONICE ALVES
BEZERRA
4,00 6,00 3,00 0,00 - 13,00 17/03/1974 34º Classificado Excedente

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000922
ALEXANDRE
DEMARCHI
16,00 6,00 9,00 20,00 - 51,00 04/04/1987 1º Classificado Excedente
0001105
LARISSA MAZNA DE
SOUZA ARRAES
12,00 6,00 9,00 20,00 - 47,00 10/07/1989 2º Classificado Excedente
0001411
GISLAINE SOARES
MEDRADO
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 05/08/1992 3º Classificado Excedente
0000631 BIANCA PAES DIAS 8,00 9,00 6,00 20,00 2,00 45,00 10/01/1993 4º Classificado Excedente
0000683
JULIANA PROENÇA
ALVES DE ARRUDA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 15/09/1993 5º Classificado Excedente
0000952
DANIELLE BORGES DE
OLIVEIRA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 13/08/1998 6º Classificado Excedente
0000420
FRANCISCO ALVES
VIANA
12,00 3,00 15,00 10,00 2,00 42,00 01/11/1968 7º Classificado Excedente
0001181
WILLIAN FERNANDO
DA SILVA ALMEIDA
8,00 9,00 12,00 10,00 - 39,00 22/09/1993 8º Classificado Excedente

0000727 KARINA SILVA NUNES 0,00 3,00 12,00 10,00 - 25,00 16/06/1993 9º Classificado Excedente

0001188

EVERTON SOUZA

ANDRADE

0,00 9,00 12,00 0,00 - 21,00 09/08/1991 10º Classificado Excedente

0000290

SILVANIA CABRAL DA

CUNHA

8,00 3,00 6,00 0,00 2,00 19,00 18/07/1980 11º Classificado Excedente

0000862 SELMO DA SILVA 4,00 9,00 3,00 0,00 2,00 18,00 10/11/1991 12º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL

PROFESSOR LIC. PLENA EM GEOGRAFIA - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000046

ROSIMERI DE JESUS

DA SILVA CAMPOS

16,00 6,00 15,00 20,00 2,00 59,00 13/09/1984 1º Classificado Excedente

0000738

ANA MODESTO

GOMES

8,00 6,00 15,00 20,00 - 49,00 06/04/1971 2º Classificado Excedente

0001164

RODRIGO MAIDANA

ROCHA

12,00 9,00 15,00 10,00 - 46,00 23/07/1984 3º Classificado Excedente

0000148

ROSANA JACI DE

ALMEIDA

8,00 15,00 9,00 10,00 2,00 44,00 05/06/1983 4º Classificado Excedente

0001168

JULIANA RODRIGUES

DA SILVA

8,00 9,00 12,00 10,00 2,00 41,00 24/04/1991 5º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL

PROFESSOR LIC. PLENA EM HISTÓRIA - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000249 LUCIANA ZANETTI 12,00 9,00 6,00 10,00 2,00 39,00 06/06/1983 1º Classificado Excedente

0000483

SOLANGE CRISTINA

SOUZA DA FONSECA

4,00 3,00 12,00 10,00 - 29,00 21/03/1977 2º Classificado Excedente

0000573

KEITH LEANDRO DE

SOUZA

8,00 6,00 9,00 0,00 2,00 25,00 26/10/1992 3º Classificado Excedente

0001236

MARIA DE FATIMA

SANTOS DE AQUINO

0,00 0,00 12,00 0,00 - 12,00 18/08/1976 4º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL

PROFESSOR LIC. PLENA EM LETRAS - PORTUGUÊS - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000034

MARLUCIA BORBA

FARIAS VIEIRA

12,00 6,00 0,00 30,00 2,00 50,00 18/01/1972 1º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL

PROFESSOR LIC. PLENA EM LETRAS - PORTUGUÊS INGLES - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000296

CELIA MARIA PEREIRA

NUNES

4,00 9,00 12,00 20,00 2,00 47,00 21/06/1961 1º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL

PROFESSOR LIC. PLENA EM MATEMÁTICA - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000955

IRACEMA RICAS DE

CAMPOS
12,00 9,00 15,00 30,00 - 66,00 05/10/1987 1º Classificado Excedente
0000152 MARLI DIAS DA COSTA 8,00 15,00 9,00 20,00 2,00 54,00 28/04/1984 2º Classificado Excedente
0000621
MARIANA FERREIRA
MENDES
8,00 3,00 9,00 30,00 2,00 52,00 08/10/1977 3º Classificado Excedente
0000752
VANESSA DA SILVA
DAS FLORES MALTEZO
12,00 12,00 6,00 20,00 - 50,00 25/05/1989 4º Classificado Excedente
0000463
GLAYSE DE JESUS
GERMANO
0,00 9,00 9,00 10,00 2,00 30,00 02/07/1992 5º Classificado Excedente
0000641
LUCINEIA FORTUNATO
DOS SANTOS
BACELAR
4,00 9,00 9,00 0,00 - 22,00 22/10/1967 6º Classificado Excedente
Página 45 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
PROFESSOR LIC. PLENA EM PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0001095
PAULO CESAR
OLIVEIRA DA SILVA
16,00 12,00 15,00 30,00 - 73,00 19/02/1982 1º Classificado Excedente
0000396
ELIZETE LIRA
CARVALHO DOS
SANTOS
12,00 6,00 6,00 40,00 2,00 66,00 16/09/1986 2º Classificado Excedente
0000912
ELISANGELA RUIZ DE
SOUZA SANTOS
16,00 3,00 15,00 30,00 2,00 66,00 04/02/1980 3º Classificado Excedente
0000354
LUIZA GORETE
BARROS MARTINS
16,00 9,00 9,00 30,00 2,00 66,00 21/04/1957 4º Classificado Excedente
0001110
CLEONICE ALVES
PEREIRA DA SILVA
16,00 9,00 9,00 30,00 2,00 66,00 23/02/1979 5º Classificado Excedente
0000415
JOSILENE FERREIRA
XAVIER
16,00 9,00 9,00 30,00 2,00 66,00 21/01/1980 6º Classificado Excedente
0000430
INDALICIA DOS
SANTOS LIMA
8,00 9,00 6,00 40,00 2,00 65,00 23/03/1972 7º Classificado Excedente
0000444
CLEOVANDA JORGE
SILVA
12,00 6,00 15,00 30,00 2,00 65,00 11/03/1982 8º Classificado Excedente
0000553
MARIA MARGARIDA
CUNHA SIQUEIRA
12,00 12,00 9,00 30,00 2,00 65,00 17/10/1959 9º Classificado Excedente
0000111
SHEILA SANTANA DE
OLIVEIRA
8,00 9,00 6,00 40,00 - 63,00 13/02/1986 10º Classificado Excedente
0000304
CLAUDILEIA GOMES
PEREIRA DA SILVA
12,00 6,00 15,00 30,00 - 63,00 11/09/1980 11º Classificado Excedente
0000022
FANAIA ROSANI DO
NASCIMENTO
12,00 9,00 9,00 30,00 2,00 62,00 06/12/1984 12º Classificado Excedente
0000893
ALANA KARINE DE
SOUZA ALMEIDA
12,00 9,00 9,00 30,00 - 60,00 28/06/1994 13º Classificado Excedente
0000181
MARLI RAMOS
SANTOS DA SILVA
4,00 9,00 15,00 30,00 2,00 60,00 10/11/1974 14º Classificado Excedente
0000028
CLAUDIANE ALVES
TELES
12,00 6,00 9,00 30,00 2,00 59,00 06/09/1986 15º Classificado Excedente
0000192
KATIUSCIA DE SOUZA
SOARES
8,00 6,00 15,00 30,00 - 59,00 15/04/1978 16º Classificado Excedente
0000504
EVANDRO ANTONIO

SIRQUEIRA SANTOS
12,00 12,00 15,00 20,00 - 59,00 25/04/1989 17º Classificado Excedente 0000001
DEBORA MORAES DE
OLIVEIRA
12,00 6,00 9,00 30,00 - 57,00 14/01/1992 18º Classificado Excedente 0000379
GISELI DAIANY DE
SOUZA
4,00 9,00 12,00 30,00 2,00 57,00 13/09/1989 19º Classificado Excedente 0000371
KAROLINE SARAIVA
PULTRINI
12,00 3,00 9,00 30,00 2,00 56,00 18/03/1995 20º Classificado Excedente 0000189
MARCIA RODRIGUES
LIMA
8,00 3,00 15,00 30,00 - 56,00 01/03/1972 21º Classificado Excedente 0001124
SONIA MARA LEITE
BARBOSA
8,00 12,00 15,00 20,00 - 55,00 02/05/1995 22º Classificado Excedente 0000004
LAURA BRANDALISE
BORGES
16,00 3,00 3,00 30,00 2,00 54,00 07/12/1990 23º Classificado Excedente 0000493
JOSEMEIRE SILVA
PEREIRA
16,00 6,00 9,00 20,00 2,00 53,00 17/08/1981 24º Classificado Excedente 0000634
MARIA ILSA PARRON
RUIZ
12,00 6,00 15,00 20,00 - 53,00 08/01/1969 25º Classificado Excedente 0001117
MARIA APARECIDA
RIBEIRO
12,00 6,00 12,00 20,00 2,00 52,00 11/06/1968 26º Classificado Excedente 0000864
IRIAN SILVA DOS
ANJOS CARDOSO
12,00 9,00 9,00 20,00 2,00 52,00 11/11/1995 27º Classificado Excedente 0000190
CRISTIANE MARTINS
ROCHA
4,00 6,00 9,00 30,00 2,00 51,00 07/07/1980 28º Classificado Excedente 0001284
NEIDE APARECIDA
COSMO DO
NASCIMENTO
16,00 3,00 9,00 20,00 2,00 50,00 16/05/1966 29º Classificado Excedente 0000807
KELY CRISTINI CALOU
ROCHA
12,00 6,00 12,00 20,00 - 50,00 01/01/1986 30º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000981
ANDREIA VIEIRA DOS
SANTOS
12,00 6,00 12,00 20,00 - 50,00 13/04/1986 31º Classificado Excedente 0001172
ANDERSON RODRIGO
DA CRUZ
12,00 6,00 12,00 20,00 - 50,00 01/10/1988 32º Classificado Excedente 0001344
LUZIA BASTOS
NOGUEIRA
4,00 9,00 15,00 20,00 2,00 50,00 22/09/1962 33º Classificado Excedente 0000277
MARIA JOSE
CORDEIRO
4,00 12,00 12,00 20,00 2,00 50,00 06/01/1970 34º Classificado Excedente 0001093
MARIA MADALENA DA
CRUZ
12,00 3,00 12,00 20,00 2,00 49,00 05/08/1966 35º Classificado Excedente 0000380
IRISVANIA OLIVEIRA
AZEVEDO
12,00 6,00 9,00 20,00 2,00 49,00 18/09/1981 36º Classificado Excedente 0000784
ANDREIA APARECIDA
MAIER
4,00 3,00 9,00 30,00 2,00 48,00 17/05/1978 37º Classificado Excedente 0000516
VERA LUCIA GOMES
DA CUNHA
8,00 6,00 12,00 20,00 2,00 48,00 26/05/1967 38º Classificado Excedente 0001035
ELENICE MARTINS DA
COSTA DOS SANTOS
8,00 6,00 12,00 20,00 2,00 48,00 24/08/1984 39º Classificado Excedente

0001017
JULIANA SANTANA
ISRAEL
12,00 3,00 12,00 20,00 - 47,00 08/10/1977 40º Classificado Excedente
0000302
JULIANA GONÇALVES
DA SILVA
12,00 3,00 12,00 20,00 - 47,00 09/07/1990 41º Classificado Excedente
0000321
MARIA CICERA GOMES
DOS SANTOS
12,00 3,00 9,00 20,00 2,00 46,00 01/05/1989 42º Classificado Excedente
0000931
LUCIA ANTONIA
MELQUIADES
8,00 6,00 12,00 20,00 - 46,00 09/09/1960 43º Classificado Excedente
0000941 ELKA DE ARAUJO LIMA 8,00 6,00 12,00 20,00 - 46,00 28/02/1986 44º Classificado Excedente
0001183
VANESSA KELY DA
SILVA MOREIRA
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 11/04/1990 45º Classificado Excedente
0000195
DALYNE CAROLINA
SANCHES
16,00 6,00 12,00 10,00 2,00 46,00 25/04/1988 46º Classificado Excedente
0000232
TANIA MARIA DA SILVA
SOUZA
4,00 3,00 6,00 30,00 2,00 45,00 28/01/1970 47º Classificado Excedente
0000913
CIMARIA FRANÇA DE
OLIVEIRA
8,00 0,00 15,00 20,00 2,00 45,00 08/01/1969 48º Classificado Excedente
0000465
MARILZA DE QUEIROZ
GALVÃO DA SILVA
8,00 6,00 9,00 20,00 2,00 45,00 18/10/1977 49º Classificado Excedente
0000617
SILVANIA APARECIDA
SIQUEIRA DALDACIN
8,00 9,00 6,00 20,00 2,00 45,00 27/04/1977 50º Classificado Excedente
0001277
ELEN CRISTINE PAULA
NANTES
8,00 15,00 12,00 10,00 - 45,00 23/11/1990 51º Classificado Excedente
0000847
CRISTINA AMORIM
OLIVEIRA
16,00 12,00 15,00 0,00 2,00 45,00 27/11/1986 52º Classificado Excedente
0000127
FERNANDA PEREIRA
ARAUJO
12,00 6,00 6,00 20,00 - 44,00 22/10/1990 53º Classificado Excedente
0000686
FANAVIA CANDIDA
NOGUEIRA SILVA
4,00 3,00 15,00 20,00 2,00 44,00 03/08/1990 54º Classificado Excedente
0000147
MARIA ADRIANA
GLORIA PAIVA
4,00 12,00 6,00 20,00 2,00 44,00 01/12/1980 55º Classificado Excedente
0000326
VANETE ROSA AQUINO
DE SOUZA
16,00 12,00 6,00 10,00 - 44,00 22/11/1977 56º Classificado Excedente
0000356
MARIA APARECIDA
MORAES DA SILVA
12,00 3,00 6,00 20,00 2,00 43,00 02/04/1980 57º Classificado Excedente
0000312
PAOLA CRISTINA
PAIXÃO ALEIXO
GOMES
8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 06/12/1993 58º Classificado Excedente
0000433
ROSIANE NUNES DE
OLIVEIRA
8,00 6,00 6,00 20,00 2,00 42,00 07/10/1971 59º Classificado Excedente
0000395
TAINARA CAMILO DE
ARRUDA
4,00 9,00 9,00 20,00 - 42,00 16/11/1995 60º Classificado Excedente
0000344
ELIANA SIRINA
MONTEIRO DA SILVA
12,00 3,00 15,00 10,00 2,00 42,00 10/09/1977 61º Classificado Excedente
0000043
MARLI TEREZINHA
BERTOTTI
12,00 6,00 12,00 10,00 2,00 42,00 17/07/1965 62º Classificado Excedente

0000460
ALDENY PEREIRA DOS
SANTOS
12,00 12,00 6,00 10,00 2,00 42,00 21/06/1976 63º Classificado Excedente
0000406
WALKIRIA ROSA
MOREIRA MAGALHAES
0,00 15,00 15,00 10,00 2,00 42,00 02/12/1981 64º Classificado Excedente
0000419
GLEICE DA SILVA
ANDERSON
12,00 3,00 6,00 20,00 - 41,00 26/01/1985 65º Classificado Excedente
0000519
ERLEIDE VIEIRA DE
FREITAS
4,00 0,00 15,00 20,00 2,00 41,00 18/11/1963 66º Classificado Excedente
0000991
EDNALVA HELENA
FERNANDES
16,00 3,00 12,00 10,00 - 41,00 27/03/1985 67º Classificado Excedente
0000734 PATRICIA DEMARCHI 8,00 0,00 12,00 20,00 - 40,00 19/10/1974 68º Classificado Excedente
0000982
VILMA MARIA DA SILVA
COELHO
8,00 3,00 9,00 20,00 - 40,00 13/04/1972 69º Classificado Excedente
0000887
APARECIDA LUIZA DOS
SANTOS
0,00 6,00 12,00 20,00 2,00 40,00 07/07/1968 70º Classificado Excedente
0000220
EVA APARECIDA
FONTANELI
12,00 3,00 15,00 10,00 - 40,00 06/09/1977 71º Classificado Excedente
0000264
ROBSON RUY
OLIVEIRA BARBOZA
4,00 12,00 12,00 10,00 2,00 40,00 06/11/1984 72º Classificado Excedente
0000811
JOANA DAS CHAGAS
LENDENGUES
8,00 0,00 9,00 20,00 2,00 39,00 26/09/1979 73º Classificado Excedente
0000271
VANDA NETA JOSE DA
TRINDADE
8,00 3,00 6,00 20,00 2,00 39,00 27/10/1982 74º Classificado Excedente
0000222
JUCIMAR JORGES DE
ALMEIDA
8,00 6,00 3,00 20,00 2,00 39,00 07/05/1966 75º Classificado Excedente
0000261
ROSANGELA
BORTOLINI DE
OLIVEIRA
4,00 6,00 9,00 20,00 - 39,00 28/08/1977 76º Classificado Excedente
0000374
VERA LUCIA FEITOSA
CERVIM
4,00 6,00 9,00 20,00 - 39,00 07/11/1982 77º Classificado Excedente
0000767
VALERIA VICENTE DA
SILVA
12,00 6,00 9,00 10,00 2,00 39,00 07/02/1984 78º Classificado Excedente
0000035
TATIANE GONÇALVES
PEREIRA DUQUE
12,00 6,00 9,00 10,00 2,00 39,00 17/09/1986 79º Classificado Excedente
0000093
JESSICA SANTOS DE
OLIVEIRA
8,00 6,00 15,00 10,00 - 39,00 10/08/1992 80º Classificado Excedente
0001273
ISABEL MARIA DE
SOUSA ABUCHAIN
16,00 6,00 15,00 0,00 2,00 39,00 02/07/1964 81º Classificado Excedente
0000743
SIMONE GONÇALVES
GALVÃO
12,00 0,00 6,00 20,00 - 38,00 07/02/1980 82º Classificado Excedente
0000657
MARCILENE
RODRIGUES
GUIMARAES
4,00 9,00 3,00 20,00 2,00 38,00 20/06/1983 83º Classificado Excedente
0000178
ANGELA MARIA DE
LIMA SILVA VIEIRA
8,00 3,00 15,00 10,00 2,00 38,00 11/01/1977 84º Classificado Excedente
0000361
ALCIONE RODRIGUES
DE OLIVEIRA
8,00 9,00 9,00 10,00 2,00 38,00 13/02/1977 85º Classificado Excedente
0000489
YARAY DA COSTA
BUENO
8,00 9,00 9,00 10,00 2,00 38,00 18/02/1978 86º Classificado Excedente

0000030
SOLANGE COELHO
ROCHA
8,00 9,00 9,00 10,00 2,00 38,00 04/11/1985 87º Classificado Excedente
0000080
GLAUCIA REGIANE
LIMA DOS SANTOS
8,00 9,00 9,00 10,00 2,00 38,00 06/09/1987 88º Classificado Excedente
0000095
ANGELA OLIVEIRA
NETO
4,00 12,00 12,00 10,00 - 38,00 09/07/1984 89º Classificado Excedente
0000341
ZELMA MOISES DA
SILVA SANTOS
8,00 3,00 6,00 20,00 - 37,00 04/01/1984 90º Classificado Excedente
0000387
CLEONICE NEVES
CASTRO
4,00 12,00 9,00 10,00 2,00 37,00 26/09/1978 91º Classificado Excedente
0001416
LUCIMAR ALVES DE
OLIVEIRA
8,00 3,00 3,00 20,00 2,00 36,00 07/08/1978 92º Classificado Excedente
0000965
SHARA CRISTINA
MIZAEL PEREIRA
4,00 3,00 9,00 20,00 - 36,00 10/09/1981 93º Classificado Excedente

RESULTADO FINAL
0000790
VALQUIRIA
FORGIARINI
12,00 3,00 9,00 10,00 2,00 36,00 03/11/1985 94º Classificado Excedente
0000142
LURDIANE
RODRIGUES SANTOS
12,00 3,00 9,00 10,00 2,00 36,00 15/02/1986 95º Classificado Excedente
0000299
KATIUSCIA CRISTINA
DE LIMA
12,00 9,00 3,00 10,00 2,00 36,00 13/01/1978 96º Classificado Excedente
0000149
ROSELI TEIXEIRA DA
SILVA FRANÇA
0,00 9,00 15,00 10,00 2,00 36,00 25/01/1976 97º Classificado Excedente
0000114
ROSELITA
NASCIMENTO DOS
SANTOS
12,00 0,00 3,00 20,00 - 35,00 03/11/1965 98º Classificado Excedente
0000506
ANE ENISIA
LAUDELINA DUARTE
12,00 0,00 3,00 20,00 - 35,00 20/12/1981 99º Classificado Excedente
0000154
ROSENY TAVARES
SILVA LEAO
4,00 0,00 9,00 20,00 2,00 35,00 26/11/1975 100º Classificado Excedente
0000140 VALDIRENE GEROLI 4,00 3,00 6,00 20,00 2,00 35,00 11/10/1970 101º Classificado Excedente
0000768
CLAUDILENE DE
ARAUJO MIRANDA
VIEIRA
16,00 0,00 9,00 10,00 - 35,00 02/09/1983 102º Classificado Excedente
0000206
SIBILA CECILIA
SEIDENFUS
8,00 6,00 9,00 10,00 2,00 35,00 31/08/1953 103º Classificado Excedente
0001426
ROSANE MARIA
CESNIQUE
8,00 6,00 9,00 10,00 2,00 35,00 10/09/1969 104º Classificado Excedente
0000535
GEOVANIA
RODRIGUES DE
QUEIROZ
8,00 6,00 9,00 10,00 2,00 35,00 04/12/1983 105º Classificado Excedente
0000505
NAURIA MIKNOV DO
NASCIMENTO
0,00 6,00 6,00 20,00 2,00 34,00 09/11/1967 106º Classificado Excedente
0000481
LUZENI DA SILVA
COSTA
16,00 6,00 0,00 10,00 2,00 34,00 16/06/1984 107º Classificado Excedente
0000713
GISLAINE JANAINA
AVELINO TABOSA
12,00 3,00 9,00 10,00 - 34,00 02/11/1984 108º Classificado Excedente
0000563
FERNANDA SOUZA

COSTA
12,00 6,00 6,00 10,00 - 34,00 20/10/1995 109º Classificado Excedente
0000435
NEIDE DE FRANÇA
PEREIRA
MASCARENHAS
8,00 0,00 3,00 20,00 2,00 33,00 08/10/1980 110º Classificado Excedente
0001208
ANGELA BARROS LIMA
AGOSTINI
12,00 0,00 9,00 10,00 2,00 33,00 18/06/1990 111º Classificado Excedente
0000355
IVANI LOPES DE
SOUZA
12,00 3,00 6,00 10,00 2,00 33,00 21/03/1975 112º Classificado Excedente
0001350 LUANA VIANA SATELIS 8,00 9,00 6,00 10,00 - 33,00 13/10/1996 113º Classificado Excedente
0000158
RUTH DA SILVA
CARNAUBA FREITAS
16,00 0,00 15,00 0,00 2,00 33,00 28/11/1971 114º Classificado Excedente
0000198
DARIANE CRISTINA
SANCHES
16,00 6,00 9,00 0,00 2,00 33,00 09/05/1987 115º Classificado Excedente
0000833
GALDINA MARCELINA
GALINDO
12,00 6,00 15,00 0,00 - 33,00 18/04/1958 116º Classificado Excedente
0000325
LUCIANA PEREIRA DA
SILVA
8,00 0,00 12,00 10,00 2,00 32,00 02/11/1974 117º Classificado Excedente
0000243
SUDERLY DOS
SANTOS DA SILVA
8,00 3,00 9,00 10,00 2,00 32,00 24/07/1975 118º Classificado Excedente
0000313 CELIA LOPES DA SILVA 8,00 6,00 6,00 10,00 2,00 32,00 04/02/1968 119º Classificado Excedente
0001338
GENICE SOUZA
OLIVEIRA
8,00 9,00 3,00 10,00 2,00 32,00 30/03/1963 120º Classificado Excedente
0000562
SIDNEIA DE SOUZA
SOARES
4,00 9,00 9,00 10,00 - 32,00 23/12/1974 121º Classificado Excedente
0000044
VALQUIRIA NEVES DE
ARAUJO
12,00 3,00 6,00 10,00 - 31,00 17/10/1981 122º Classificado Excedente
0000983
JESSICA PEREIRA DE
SOUZA
12,00 6,00 3,00 10,00 - 31,00 13/08/1992 123º Classificado Excedente
0000136 ELIANE MEZARI 4,00 3,00 12,00 10,00 2,00 31,00 17/08/1979 124º Classificado Excedente
0000947
CATIA CRISTINA DE
FRANÇA TAVARES
4,00 6,00 9,00 10,00 2,00 31,00 02/08/1975 125º Classificado Excedente

0000586
LUZITA MARTINS DE
OLIVEIRA SOBRINHO
4,00 3,00 3,00 20,00 - 30,00 07/02/1973 126º Classificado Excedente
0000595
DEBORA CRISTINA
LEITE BRANDÃO
8,00 6,00 6,00 10,00 - 30,00 17/01/1992 127º Classificado Excedente
0000316
MARTA CARDOSO DA
SILVA
8,00 3,00 6,00 10,00 2,00 29,00 19/01/1961 128º Classificado Excedente
0000517
TANIA MARCIA
OLIVEIRA DE MIRANDA
8,00 3,00 6,00 10,00 2,00 29,00 11/07/1972 129º Classificado Excedente
0000156
DEBORAH MARQUES E
SILVA
4,00 6,00 9,00 10,00 - 29,00 07/11/1993 130º Classificado Excedente
0000623
CECILIA DOURADO DE
CARVALHO
8,00 0,00 0,00 20,00 - 28,00 07/07/1988 131º Classificado Excedente
0000502
ROSANGELA
FERREIRA NUNES
4,00 3,00 9,00 10,00 2,00 28,00 03/12/1971 132º Classificado Excedente
0000863
JOSEMIRA LUCIA
BEZERRA DOS

SANTOS
4,00 3,00 9,00 10,00 2,00 28,00 25/05/1972 133º Classificado Excedente
0000680
ROZIVAN GOMES
FARIAS DE SOUZA
4,00 3,00 9,00 10,00 2,00 28,00 14/06/1974 134º Classificado Excedente
0001175
DANIELE CASTEQUINI
DE ANTONIO
4,00 3,00 9,00 10,00 2,00 28,00 16/11/1983 135º Classificado Excedente
0001391 MARISA PEREIRA LIMA 8,00 9,00 9,00 0,00 2,00 28,00 25/04/1983 136º Classificado Excedente
0000473
CRISLAINE CARVALHO
DE MACEDO OLIVEIRA
8,00 9,00 9,00 0,00 2,00 28,00 15/04/1992 137º Classificado Excedente
0000009
ELIANE APARECIDA
SOUSA SILVA
8,00 9,00 9,00 0,00 2,00 28,00 11/08/1992 138º Classificado Excedente
0000844
CHRYSLAINE
MONTEIRO
4,00 0,00 3,00 20,00 - 27,00 09/09/1987 139º Classificado Excedente
0000596
EDINEVA MONTEIRO
CHIAPINO
8,00 6,00 3,00 10,00 - 27,00 09/09/1974 140º Classificado Excedente
0000262
RENILDA SOARES DE
JESUS
8,00 3,00 3,00 10,00 2,00 26,00 02/01/1969 141º Classificado Excedente
0000539
RENATA APARECIDA
DELFINO ARAUJO
8,00 3,00 3,00 10,00 2,00 26,00 10/10/1994 142º Classificado Excedente
0000279
THAIANNE DA SILVA
CANDIDO
4,00 6,00 6,00 10,00 - 26,00 23/12/1994 143º Classificado Excedente
0001427
LUCIA VAHLUX
OLIVEIRA
12,00 6,00 6,00 0,00 2,00 26,00 25/08/1965 144º Classificado Excedente
0000309
JAQUELINE DA SILVA
CRUZ
8,00 9,00 9,00 0,00 - 26,00 16/02/1985 145º Classificado Excedente
0000693
GENILVA CASTRO
BARBOSA SILVA
4,00 0,00 9,00 10,00 2,00 25,00 04/10/1972 146º Classificado Excedente
0000915 IVANIL BASILIA LEITE 0,00 6,00 6,00 10,00 2,00 24,00 01/05/1987 147º Classificado Excedente
0000682
ROSICLEIA BEZERRA
REINER
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 21/04/1987 148º Classificado Excedente
0000911
AUCILENE SOARES
CANACHIRO
12,00 6,00 3,00 0,00 2,00 23,00 13/06/1972 149º Classificado Excedente
0000570
KATLEEN RODRIGUES
DE SOUSA
8,00 6,00 9,00 0,00 - 23,00 18/06/1988 150º Classificado Excedente
0000214
VANIA FERREIRA DE
FRANÇA MORAES
0,00 6,00 3,00 10,00 2,00 21,00 21/10/1970 151º Classificado Excedente
0000954
JUSERLY ALVES
INACIO DE SOUSA
12,00 6,00 3,00 0,00 - 21,00 18/11/1985 152º Classificado Excedente
0000434
ELEUSA ATAIDE
PASSOS DIAS
4,00 9,00 6,00 0,00 2,00 21,00 02/10/1960 153º Classificado Excedente
0000228
LUCIANA MARIA
PEREIRA
4,00 9,00 6,00 0,00 2,00 21,00 25/11/1969 154º Classificado Excedente
0000101
LUCILENE FERREIRA
TORRES
4,00 9,00 6,00 0,00 2,00 21,00 31/03/1978 155º Classificado Excedente
0000358
MARIA CLEUNICE DA
SILVA
8,00 0,00 0,00 10,00 2,00 20,00 16/11/1971 156º Classificado Excedente
0000217
REJANE FERREIRA DA
SILVA
12,00 0,00 6,00 0,00 2,00 20,00 13/10/1975 157º Classificado Excedente

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

0000492 MARLETE DE LIMA 8,00 9,00 3,00 0,00 - 20,00 20/01/1975 158º Classificado Excedente

0000467

INGRID LAIS DA SILVA

FRANÇA

8,00 3,00 6,00 0,00 2,00 19,00 28/11/1994 159º Classificado Excedente

0000100

VANESSA APARECIDA

DA CRUZ

8,00 6,00 3,00 0,00 2,00 19,00 19/08/1980 160º Classificado Excedente

0000989 SIMONE MESQUITA 4,00 6,00 9,00 0,00 - 19,00 13/10/1981 161º Classificado Excedente

0000320

ANA NERI SILVIA

BARROS

8,00 0,00 0,00 10,00 - 18,00 04/04/1964 162º Classificado Excedente

0000176

MARIA HELENA DA

SILVA

4,00 6,00 6,00 0,00 2,00 18,00 04/12/1974 163º Classificado Excedente

0000259

LUCIA HELENA DOS

SANTOS COELHO

4,00 9,00 3,00 0,00 2,00 18,00 18/08/1962 164º Classificado Excedente

0000226

MARIA LUCIA DE

OLIVEIRA

12,00 3,00 0,00 0,00 2,00 17,00 28/03/1969 165º Classificado Excedente

0000587 SHEILA CAMILA VIDOR 8,00 3,00 6,00 0,00 - 17,00 30/07/1981 166º Classificado Excedente

0001087

CATIANE APARECIDA

FELIX DOS SANTOS

8,00 3,00 6,00 0,00 - 17,00 06/09/1994 167º Classificado Excedente

0001019

CRISTIANI

NASCIMENTO

ALVARES

0,00 3,00 3,00 10,00 - 16,00 04/10/1984 168º Classificado Excedente

0001177

ILDA AUGUSTO DA

SILVA

4,00 0,00 9,00 0,00 2,00 15,00 13/06/1973 169º Classificado Excedente

0000751

MARINEZIA SILVA

OLIVEIRA

4,00 3,00 6,00 0,00 2,00 15,00 25/02/1974 170º Classificado Excedente

0000542

THAYNA ROCHA

ARAUJO FERREIRA

0,00 6,00 9,00 0,00 - 15,00 29/04/1991 171º Classificado Excedente

0001057

RUTE RODRIGUES DA

SILVA

0,00 6,00 9,00 0,00 - 15,00 16/02/1993 172º Classificado Excedente

0000520

CRISTIANE

RODRIGUES MENDES

12,00 0,00 0,00 0,00 2,00 14,00 27/09/1981 173º Classificado Excedente

0000431

MARTA RIBEIRO DOS

SANTOS

8,00 3,00 3,00 0,00 - 14,00 17/05/1996 174º Classificado Excedente

0000748

JANETE ARAUJO

MIRANDA

0,00 3,00 9,00 0,00 - 12,00 23/11/1985 175º Classificado Excedente

0000560 AIDE MARIA DA SILVA 0,00 0,00 9,00 0,00 2,00 11,00 22/11/1966 176º Classificado Excedente

0000242

NILZA LOPES DOS

SANTOS

0,00 6,00 3,00 0,00 - 9,00 24/02/1979 177º Classificado Excedente

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

PSICÓLOGO - JACIARA

INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO

0000670

JOSIMARA CARDOSO

DE SOUZA

8,00 9,00 6,00 40,00 - 63,00 08/08/1994 1º Classificado Excedente

0000622

DANYELA RUTH DO

NASCIMENTO

GREGORIO

0,00 3,00 15,00 40,00 2,00 60,00 07/07/1988 2º Classificado Excedente

0001174

KARLA VANESSA

OLIVEIRA DE

CARVALHO

12,00 9,00 9,00 30,00 - 60,00 05/01/1995 3º Classificado Excedente

0001096
DANIELA CRISTINA
SOUZA ALVES
16,00 9,00 15,00 20,00 - 60,00 09/03/1992 4º Classificado Excedente
0000166
RAPHAELA DE SOUZA
FERREIRA
8,00 9,00 12,00 30,00 - 59,00 05/10/1993 5º Classificado Excedente
0000547
JORGINA FARIAS DOS
SANTOS MACHADO
8,00 0,00 3,00 40,00 - 51,00 06/09/1974 6º Classificado Excedente
0000791 PRISCILA SILVA LIMA 0,00 9,00 6,00 30,00 - 45,00 10/10/1992 7º Classificado Excedente
0001325 OTAVIANO DE SOUSA 4,00 6,00 9,00 20,00 2,00 41,00 23/11/1984 8º Classificado Excedente
0000944
KELCI KARINI DIAS DE
SOUZA
8,00 0,00 12,00 10,00 - 30,00 20/04/1991 9º Classificado Excedente
0000381
ISABELA SANTOS
NASCIMENTO
0,00 6,00 3,00 20,00 - 29,00 25/08/1993 10º Classificado Excedente
0000139
THAIANE CAMPOS DE
MEDEIROS
4,00 6,00 3,00 10,00 - 23,00 17/02/1993 11º Classificado Excedente
0000477
MONIKELLI DOS
SANTOS VIEIRA
4,00 3,00 3,00 10,00 - 20,00 24/10/1991 12º Classificado Excedente
Página 52 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000740
ADRIANA MARIA
MODESTO
16,00 9,00 12,00 50,00 - 87,00 20/03/1981 1º Classificado Excedente
0001274
MARLON DRANY
BARROS
12,00 9,00 15,00 50,00 - 86,00 27/04/1970 2º Classificado Excedente
0000632
TIERRE FELIPE MELLO
MARTINS
16,00 9,00 9,00 50,00 - 84,00 04/02/1998 3º Classificado Excedente
0000856
ELIENE DE MOURA
BORGES LIMA
12,00 9,00 12,00 50,00 - 83,00 06/03/1963 4º Classificado Excedente
0000164
LOUISLAINE
DOMINGUES
BALDACIN
16,00 15,00 12,00 40,00 - 83,00 22/01/1999 5º Classificado Excedente
0000179
MARDOQUEU
MIRANDA DE OLIVEIRA
12,00 15,00 15,00 40,00 - 82,00 14/08/1998 6º Classificado Excedente
0000213
SERGIO LEMES DA
SILVA JR
16,00 9,00 6,00 50,00 - 81,00 13/03/1998 7º Classificado Excedente
0000199
ROSENIL FERREIRA
DOS SANTOS ZENATEL
12,00 12,00 6,00 50,00 - 80,00 27/02/1975 8º Classificado Excedente
0001129
THAIS DANIELE
FERREIRA BRAGA
8,00 6,00 15,00 50,00 - 79,00 28/01/1997 9º Classificado Excedente
0000667
ARLENE CRISTINY
PIRES DA SILVA
8,00 9,00 12,00 50,00 - 79,00 31/10/1991 10º Classificado Excedente
0000218
ERICA SINOBRE DE
OLIVEIRA NOVAES
12,00 6,00 9,00 50,00 - 77,00 09/04/1982 11º Classificado Excedente
0000846
JESSICA MARIA
PEREIRA DE OLIVEIRA
ESCARIÃO
12,00 9,00 6,00 50,00 - 77,00 29/09/1993 12º Classificado Excedente
0000964
CLARA ELIS
RODRIGUES OLIVEIRA
8,00 9,00 9,00 50,00 - 76,00 26/08/1999 13º Classificado Excedente
0001189
KESIA BARROS
MARTINS

8,00 12,00 6,00 50,00 - 76,00 03/08/2000 14º Classificado Excedente
0000537
LOURDES MISAEL
MORENO GOMES
12,00 12,00 12,00 40,00 - 76,00 09/01/1967 15º Classificado Excedente
0000938
LORAYNNE ARAUJO DI
LORETO
12,00 15,00 9,00 40,00 - 76,00 20/08/1991 16º Classificado Excedente
0000132
DEISY ANNE BORGES
LIMA
8,00 15,00 12,00 40,00 - 75,00 25/06/1992 17º Classificado Excedente
0000744
MILENA RODRIGUES
FIGUEIREDO
12,00 12,00 9,00 40,00 - 73,00 12/06/2000 18º Classificado Excedente
0000637
CAIQUE DOS SANTOS
GONÇALVES
8,00 15,00 9,00 40,00 - 72,00 23/09/1998 19º Classificado Excedente
0000331
DAYANA LIMA
CARVALHO
8,00 6,00 6,00 50,00 - 70,00 02/09/1998 20º Classificado Excedente
0001315 DAYANI SANDER CRUZ 12,00 6,00 12,00 40,00 - 70,00 06/01/1993 21º Classificado Excedente
0000756
LETICIA LAURA
SOARES BRASILEIRO
12,00 6,00 12,00 40,00 - 70,00 09/11/1995 22º Classificado Excedente
0001309
ANDERSON ANDRADE
DE SOUZA
12,00 9,00 9,00 40,00 - 70,00 16/05/1989 23º Classificado Excedente
0000230
DANIELE DAIANE DE
ALMEIDA RABELO
12,00 12,00 6,00 40,00 - 70,00 08/04/1998 24º Classificado Excedente
0001186
VITOR GABRIEL
RODRIGUES ROSA
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 30/06/1999 25º Classificado Excedente
0000105
ANNY CAROLINE
ALVES DE MIRANDA
8,00 12,00 9,00 40,00 - 69,00 01/03/2000 26º Classificado Excedente
0000050
THIAGO CARDOSO DE
MATOS
16,00 12,00 0,00 40,00 - 68,00 12/11/1999 27º Classificado Excedente
0000362
BETINA GABRIELA
SCHUSTER
4,00 15,00 9,00 40,00 - 68,00 21/02/1996 28º Classificado Excedente
0000580
FRANCISLAINE
FERREIRA
RODRIGUES
8,00 6,00 3,00 50,00 - 67,00 07/01/1988 29º Classificado Excedente
0001107
JOÃO BATISTA DE
FRANÇA OLIVEIRA
12,00 3,00 12,00 40,00 - 67,00 29/09/1997 30º Classificado Excedente
Página 53 de 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0000335
SAMOEL DE FRANCA
OLIVEIRA
12,00 6,00 9,00 40,00 - 67,00 01/12/1999 31º Classificado Excedente
0000227
MARILEIDE
MAGALHÃES DE
ABREU
4,00 6,00 6,00 50,00 - 66,00 03/03/1989 32º Classificado Excedente
0001380
DAYSA CAMILA
SANCHES
8,00 9,00 9,00 40,00 - 66,00 12/09/1997 33º Classificado Excedente
0000759
JOSENIRA RODRIGUES
LIMA
8,00 12,00 6,00 40,00 - 66,00 19/06/1969 34º Classificado Excedente
0001290
TATIANA MARTINS
MACIEL LOCATELLI
ALLI
4,00 9,00 12,00 40,00 - 65,00 07/09/1983 35º Classificado Excedente
0000798 INGLENSON DE JESUS 4,00 12,00 9,00 40,00 - 65,00 26/09/1994 36º Classificado Excedente
0000301
PATRICIA FRANCISCA
DOS SANTOS

4,00 12,00 9,00 40,00 - 65,00 03/06/1997 37º Classificado Excedente

0000854 JESSICA SILVA ROCHA 4,00 15,00 6,00 40,00 - 65,00 10/01/1997 38º Classificado Excedente

0000821

EBER VINYCIUS

OLIVEIRA COSTA

8,00 15,00 12,00 30,00 - 65,00 26/12/1998 39º Classificado Excedente

0000781

AMABILE MAIER

MATHEI

12,00 6,00 6,00 40,00 - 64,00 12/08/1996 40º Classificado Excedente

0000145

LUCAS PEREIRA

LEMOS

8,00 6,00 9,00 40,00 - 63,00 29/02/1996 41º Classificado Excedente

0001295

ANDREIA APARECIDA

SOUZA NASCIMENTO

8,00 9,00 6,00 40,00 - 63,00 15/11/1980 42º Classificado Excedente

0001245

MONICA DA COSTA DA

DIAS

12,00 9,00 12,00 30,00 - 63,00 22/09/1993 43º Classificado Excedente

0000959

VANNE FRANÇA DA

SILVA

4,00 12,00 6,00 40,00 - 62,00 20/06/1988 44º Classificado Excedente

0000438

ANA PAULA RIBEIRO

DE ALMEIDA

12,00 6,00 12,00 30,00 - 60,00 11/08/1999 45º Classificado Excedente

0000765

NATALIA ALVES DA

SILVA

12,00 12,00 6,00 30,00 - 60,00 24/12/1992 46º Classificado Excedente

0000315

RACHEL ARRUDA

PEREIRA

8,00 9,00 12,00 30,00 - 59,00 04/11/1999 47º Classificado Excedente

0001252

EWERSON PATRIK

FERREIRA

MAGALHÃES

8,00 12,00 9,00 30,00 - 59,00 25/04/1987 48º Classificado Excedente

0001329

KAROLINE SANTAN

RAMALHO

4,00 12,00 12,00 30,00 - 58,00 25/04/1997 49º Classificado Excedente

0001158

QUEILIANE DIAS PAES

OLIVEIRA

8,00 6,00 3,00 40,00 - 57,00 18/06/1980 50º Classificado Excedente

0000703

ANA JOELIA DA SILVA

PESSOA

12,00 9,00 6,00 30,00 - 57,00 30/10/1989 51º Classificado Excedente

0000327

LETICIA SOUZA DE

MELO

4,00 6,00 6,00 40,00 - 56,00 17/03/2000 52º Classificado Excedente

0000810

DEBORA SAMAI

RODRIGUES

FERREIRA

8,00 9,00 9,00 30,00 - 56,00 13/08/1991 53º Classificado Excedente

0001388

JAMILE DOS SANTOS

FONSECA

8,00 9,00 9,00 30,00 - 56,00 02/06/1995 54º Classificado Excedente

0000690

ROSANE RODRIGUES

DE FREITAS

16,00 3,00 6,00 30,00 - 55,00 07/02/1969 55º Classificado Excedente

0000514

MARIA MADALENA

BATISTA RODRIGUES

8,00 9,00 6,00 30,00 - 53,00 09/04/1990 56º Classificado Excedente

0000544

PRISCILLA REIS DA

SILVA

12,00 9,00 12,00 20,00 - 53,00 25/02/1996 57º Classificado Excedente

0001303

DANIELLE CRISTINE

TRAJONO

4,00 9,00 9,00 30,00 - 52,00 03/09/1993 58º Classificado Excedente

0000799

HENRIQUE VICTOR

LEAL SIQUEIRA

4,00 12,00 6,00 30,00 - 52,00 17/12/1998 59º Classificado Excedente

0001294 GISLAINE NUNES DIAS 8,00 9,00 3,00 30,00 - 50,00 14/11/1995 60º Classificado Excedente

0000813

NATHALIA GOMES DE

SOUZA

4,00 9,00 6,00 30,00 - 49,00 27/08/1998 61º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0001113
JULIA ISLENY DELFINO
BARBOSA
8,00 12,00 9,00 20,00 - 49,00 05/11/1999 62º Classificado Excedente
0001081
MOISES GABRIEL
MOREIRA DOS
SANTOS
4,00 6,00 6,00 30,00 - 46,00 20/01/2000 63º Classificado Excedente
0001092
LAIS CRISTINA
MONTEIRO DA SILVA
8,00 9,00 9,00 20,00 - 46,00 04/09/1998 64º Classificado Excedente
0000689
KAREN LOPES DE
OLIVEIRA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 13/01/1994 65º Classificado Excedente
0001182
THAIS ROBERTA DE
OLIVEIRA
8,00 9,00 6,00 20,00 - 43,00 13/06/1995 66º Classificado Excedente
0000400
THAIS CAMILA
FERREIRA MACEDO
8,00 9,00 3,00 20,00 - 40,00 11/05/1999 67º Classificado Excedente
0000353
INAJARA CRISTINA
SOARES
8,00 9,00 12,00 10,00 - 39,00 25/04/1980 68º Classificado Excedente
0001159
ANA PAULA DIAS
OLIVEIRA
4,00 3,00 9,00 20,00 - 36,00 30/04/1998 69º Classificado Excedente
0001263
VICTOR LUIZ ASSOLINI
DA SILVA
8,00 12,00 6,00 10,00 - 36,00 04/08/1999 70º Classificado Excedente
0000625
BRUNA KARINY
OLIVEIRA MIRANDA
4,00 3,00 6,00 20,00 - 33,00 03/09/1997 71º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: RENASCER ASSESSORIA E CONSULTORIA
RESULTADO FINAL
0 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MULTIMEIOS DIDÁTIOS - NTM) - JACIARA
INSCRIÇÃO NOME POR MAT CG ESP TÍT NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO RESULTADO
0000102
PAULO RICARDO
MIRANDA
12,00 3,00 12,00 40,00 - 67,00 02/09/1991 1º Classificado Excedente
0001054
GILLIARD SANTOS
PAIXÃO
12,00 6,00 9,00 40,00 - 67,00 12/10/1984 2º Classificado Excedente
0001241
LEANDRO FRANÇA
NASCIMENTO SANTOS
4,00 6,00 6,00 50,00 - 66,00 21/11/1987 3º Classificado Excedente
0001061
KEMERSON WEDLEY
COSTA DA SILVA
8,00 3,00 12,00 40,00 - 63,00 08/05/1994 4º Classificado Excedente
0001240
VIVIANE DOS SANTOS
ALMEIDA
8,00 6,00 9,00 40,00 - 63,00 08/07/1990 5º Classificado Excedente
0000333
LAIS FERNANDES
MENEZES AMARAL
8,00 9,00 9,00 30,00 2,00 58,00 29/03/1989 6º Classificado Excedente
0001152
JOSIANE MENDONÇA
DA SILVA
4,00 3,00 6,00 30,00 - 43,00 28/06/1995 7º Classificado Excedente
0001238
JHOVERTON FACCO
DAMASCENO
8,00 6,00 9,00 20,00 - 43,00 03/11/1992 8º Classificado Excedente
0000060
JAIME MARQUES
FERREIRA JR
8,00 6,00 15,00 10,00 2,00 41,00 30/01/1989 9º Classificado Excedente
0000809 JULIANA MAIA LEITÃO 12,00 3,00 6,00 10,00 - 31,00 18/04/1995 10º Classificado Excedente
0000921
SOLANGE FERREIRA
BRAGA
12,00 3,00 9,00 0,00 - 24,00 16/03/1990 11º Classificado Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.036/2018, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 25/07/2018, para **Aquisição de compra de material Permanente, para atender um paciente Paraplégico que necessita de uma Cadeira de Rodas adequada para atender suas necessidades.**

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 25 de julho de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jauru comunica a adesão a Ata de Registro de Preços nº. 03/2018 referente ao Pregão Presencial nº. 003/2018 da Prefeitura Municipal de Araguainha, para Aquisição de uma unidade móvel de Saúde para atender a Secretaria Municipal de Saúde, tendo como fornecedor a empresa: **CELSINHO VEICULOS EIRELI** , inscrita no CNPJ sob o nº10.707.442/0001-26.

Jauru – MT, 25 de julho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028-A/2018 PREGÃO: N.° 043/2018/SECAD. ASSINATURA: 25 DE JULHO DE 2018. VALIDADE: 25 DE JULHO DE 2019.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/MT e do CPF nº 578. 160.189-91, residente e domiciliado nesta cidade de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa abaixo relacionada, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018, do tipo menor valor por item, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	**SILVENINA UNIFORMES LTDA - EPP**
CNPJ:	**18.386.337/0001-44**
ENDEREÇO:	**Qd. C4, Lotes 10/11, Loja 04 - Taguatinga/DF - CEP: 72.010-040**
REPRESENTANTE:	**Nome: Tiago Tinoco Oliveira Fonseca CPF: 037.044.951-74 RG: 2624326 SSP/DF**
TELEFONE:	**(61) 3037-6222**
EMAIL:	**silveninauniformes@gmail.com**

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL E ROUPARIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / HOSPITAL MUNICIPAL"***,decorrente do Pregão Eletrônico n° 043/2018/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

Item	Cód	Descrição	Und	Quant	V. Unt.	V. Total	Marca
01	90291	**Camisola Cirurgica** aberta atrás com leve transpasse e três tiras para amarrar em tecido liso 100% algodão, 180 fios na cor Verde Água, tamanho GG com silk Verde Bandeira	Unidade	250	23,70	5.925,00	Silvenina
02	107366	**Camisola Cirurgica** aberta atrás com leve transpasse e três tiras para amarrar em tecido liso 100% algodão, 180 fios na cor Verde Água, tamanho G com silk Verde Bandeira	Unidade	250	23,70	5.925,00	Silvenina
03	107367	**Camisola Cirúrgica** aberta atrás com leve transpasse e três tiras para amarrar em tecido liso 100% algodão, 180 fios na cor Verde Água, tamanho M com silk Verde Bandeira	Unidade	250	23,70	5.925,00	Silvenina
04	107368	**Camisola Cirúrgica** aberta atrás com leve transpasse e três tiras para amarrar em tecido liso 100% algodão, 180 fios na cor Verde Água, tamanho P com silk Verde Bandeira	Unidade	100	23,70	2.370,00	Silvenina
05	90292	**Camisola Infantil** Aberta atrás com leve transpasse e três pares de tiras para amarrar em tecido estampado infantil com fundo na cor Verde Água, tamanho G, com um silk branco	Unidade	70	19,70	1.379,00	Silvenina
06	107369	**Camisola Infantil**: Aberta atrás com leve transpasse e três pares de tiras para amarrar em tecido estampado infantil com fundo na cor Verde Água, tamanho M, com um silk branco	Unidade	50	19,89	994,50	Silvenina
17	90303	**Conjunto Cirúrgico**: Em cretone 100% algodão 208 gramas, sarja 2x1 composto de calça comprida com 1,05 mt de altura,com dois bolsos na frente e dois bolsos traseiros, elástico e cordão na cintura para amarrar e blusa manga curta gola em V com um bolso superior tamanho G, na cor **Rosa claro** com um silk verde bandeira em cada peça.	Unidade	02	68,89	137,78	Silvenina
21	90305	**Conjunto Cirúrgico**: Em cretone 100% algodão 208 gramas, sarja 2x1, composto de calça comprida com 1,05 mt de altura, com dois bolsos na frente e dois bolsos traseiros, elástico e cordão na cintura para amarrar e blusa manga curta, gola em V com bolso superior tamanho **GG**, na cor **Azul Celeste** com silk verde bandeira em cada peça.	Unidade	100	58,95	5.895,00	Silvenina
22	90306	**Edredon** de solteiro em percal 100% algodão, 1,60 x 2,40, na cor **rosa claro**, sem silk.	Unidade	05	126,65	633,25	Silvenina
23	90307	**Edredon** de solteiro em percal 100% algodão, 1,60x2, 40 na cor **verde água**, sem silk	Unidade	05	126,65	633,25	Silvenina
24	90308	**Edredon** de solteiro em percal 100% algodão, 1,60x2, 40 na cor **azul celeste**, sem silk	Unidade	05	126,65	633,25	Silvenina
26	90310	**Jogo de lençol sem silk**, solteiro em cretone liso 100% algodão, 180 fios, composto de: 01 lençol com elástico de 1,60x2, 50, 01 virol de 1,60x2, 50, 01 fronha com 0,50x0, 70 na cor **verde água**.	Unidade	10	82,39	823,90	Silvenina
27	90311	**Jogo de lençol sem silk**, solteiro em cretone liso 100% algodão, 180 fios, composto de: 01 lençol com elástico de 1,60x2, 50, 01 virol de 1,60x2, 50, 01 fronha com 0,50x0, 70 na cor **rosa claro**	Unidade	10	82,39	823,90	Silvenina

28	90312	**Jogo de lençol sem silk**, solteiro em cretone liso 100% algodão, 180 fios, composto de: 01 lençol com elástico de 1,60x2, 50, 01 virol de 1,60x2, 50, 01 fronha com 0,50x0, 70 na cor **azul celeste**.	Unidade	10	82,39	823,90	Silvenina
29	90319	**Kit Cirúrgico** composto por Mascara, touca e sapatilha Pro pé em brim com solado de lona na cor **Azul Royal**, tamanho único sem silk.	Unidade	150	20,43	3.064,50	Silvenina
38	90321	**Saco de Hamper** em traçado cru 100% algodão 1,20 m de diâmetro x 0, 80 cm altura, com coz preso por botão de pressão, sem silk.	Unidade	50	39,89	1.994,50	Silvenina
39	107374	**Short** em tecido cretone liso 100%, algodão 180 fios, tamanho **EXGG** na cor Verde Água com um silk verde bandeira	Unidade	300	20,00	6.000,00	Silvenina
40	90320	**Short** em tecido cretone liso 100%, algodão 180 fios, tamanho **GG** na cor Verde Água com um silk verde bandeira	Unidade	300	18,45	5.535,00	Silvenina
41	90322	**Short** em tecido cretone liso 100%, algodão 180 fios, tamanho **G** na cor Verde Água com um silk verde bandeira.	Unidade	300	18,45	5.535,00	Silvenina
42	107375	**Short** em tecido cretone liso 100%, algodão 180 fios, tamanho **M** na cor Verde Água com um silk verde bandeira.	Unidade	100	17,99	1.799,00	Silvenina
43	90323	**Toalha** de banho santista branca basic-plus 0,70x1, 35 com um silk Verde Bandeira	Unidade	700	23,40	16.380,00	Silvenina
Valor Total R$ 73.230,73							

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

3.3. A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

3.4. O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal “Elídia Maschieto Santillo” ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

O recebimento será:

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

3.5. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

3.6. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

3.7. A administração rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

3.8. A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

3.9. Nos termos do art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

5.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

5.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

5.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

6. DA EFICÁCIA

6.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.3. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

7.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

7.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.7. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.9. Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

7.10. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

7.11. Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

8.1.1. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

8.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

8.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.1.5. Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

8.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

8.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

8.6. Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

8.7. O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

9.1. O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

9.2. A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

9.3. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br juntamente com o respectivo Edital.

9.4. O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

9.5. Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

9.6. As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

9.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

9.8. Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

9.9. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

9.10. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018, seus anexos e a proposta da contratada.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

10.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

10.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

10.4. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.5. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

10.6. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

10.7. O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

11.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

12.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

12.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

13. DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes das Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93, do decreto Federal nº 3.555/2000, Código de Defesa do Consumidor e do Decreto Municipal nº 249/2010.

Juara, 25 de julho de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

SILVENINA UNIFORME LTDA - EPP

CNPJ: 18.386.337/0001-44

Tiago Tinoco Oliveira Fonseca - Sócio/Gerente

CPF: 037.044.951-74 e RG: 2624326 SSP/DF

Promitente Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028-B/2018 PREGÃO: N.° 043/2018/SECAD. ASSINATURA: 25 DE JULHO DE 2018. VALIDADE: 25 DE JULHO DE 2019.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/MT e do CPF nº 578. 160.189-91, residente e domiciliado nesta cidade de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa abaixo relacionada, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018, do tipo menor valor por item, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	**SM GIUSTTI ARRUDA E CIA LTDA - EPP**
CNPJ:	**08.711.005/0001-34**
ENDEREÇO:	**Avenida Miguel Sutil, n.º 14.230, Bairro Coophamil, Cuiabá/MT - CEP: 78.028.015**
REPRESENTANTE:	**Nome: Sandra Mara Giustti de Arruda CPF: 545.300.591-20 RG: 08141924 SSP/MT**
TELEFONE:	**(65) 3637-2577**
EMAIL:	**stillusu@terra.com.br**

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL E ROUPARIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / HOSPITAL MUNICIPAL"***,decorrente do Pregão Eletrônico n° 043/2018/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

Item	Cód	Descrição	Und	Quant	V. Unt.	V. Total	Marca
07	90293	**Campo Cirurgico** Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 0,60x0,60 **duplo** com silk branco	Unidade	150	16,00	2.400,00	SM Giustti
08	90294	**Campo Cirurgico** Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 1,0x1,0 **duplo** com silk branco	Unidade	100	49,00	4.900,00	SM Giustti
09	90295	Campo **Cirúrgico**: Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 1,40x1,40 **duplo** com silk branco mesa	Unidade	100	65,00	6.500,00	SM Giustti
10	90296	**Campo Cirúrgico**: Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 0,80x0,80 **duplo** com silk branco	Unidade	100	33,20	1.320,00	SM Giustti
13	90299	**Campo Cirúrgico**: Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 0,60x0,60 **simples** fenestrado com 10 cm de diâmetro no meio com silk branco	Unidade	50	11,90	595,00	SM Giustti
14	90300	**Campo Cirúrgico**: Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 0,50x0, 50 **simples** com silk branco.	Unidade	100	12,00	1.200,00	SM Giustti
16	90302	**Conjunto Cirúrgico**: Em cretone 100% algodão 208 gramas sarja 2x1, composto de calça comprida com 1,05 mt altura,com dois bolsos na frente e dois bolsos traseiros, elástico e cordão na cintura para amarrar e blusa manga curta gola em V, com um bolso superior, tamanho G, na cor **Verde Oliva** com um silk branco em cada peça.	Unidade	100	55,00	5.500,00	SM Giustti
18	107370	**Conjunto Cirúrgico**: Em cretone 100% algodão 208 gramas, sarja 2x1 composto de calça comprida com 1,05 mt de altura,com dois bolsos na frente e dois bolsos traseiros, elástico e cordão na cintura para amarrar e blusa manga curta gola em V com um bolso superior tamanho M, na cor **Rosa claro**.	Unidade	50	55,00	2.750,00	SM Giustti
19	107371	**Conjunto Cirúrgico**: Em cretone 100% algodão 208 gramas, sarja 2x1 composto de calça comprida com 1,05 mt de altura,com dois bolsos na frente e dois bolsos traseiros, elástico e cordão na cintura para amarrar e blusa manga curta gola em V com um bolso superior tamanho P, na cor **Rosa claro** com	Unidade	30	55,00	1.650,00	SM Giustti
20	90304	**Conjunto Cirúrgico**: Em cretone 100% algodão 208 gramas, sarja 2x1, composto de calça comprida com 1,05 mt de altura, com dois bolsos na frente e dois bolsos traseiros, elástico e cordão na cintura para amarrar e blusa manga curta, gola em V com bolso superior tamanho **EXGG**, na cor **Azul Celeste** com silk verde bandeira em cada peça.	Unidade	30	55,00	1.650,00	SM Giustti
32	90315	**Lençol** em tecido cretone liso 100% algodão, 180 fios, 1,10x1, 00 **para RN**, **branco**, **sem elástico** e um silk na cor verde bandeira.	Unidade	50	18,00	900,00	SM Giustti
33	90316	**Lençol** em tecido cretone liso 100% algodão, 180 fios, 1,10x1, 00 para RN, branco, **com elástico** e um silk na cor verde bandeira	Unidade	50	20,00	1.000,00	SM Giustti
44	90324	**Travesseiro** de flocos, tamanho 0,45x0,65 cn	Unidade	200	30,00	6.000,00	SM Giustti
Valor Total R$ 38.365,00							

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

3.3. A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

3.4. O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal “Elídia Maschieto Santillo” ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

O recebimento será:

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

3.5. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

3.6. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

3.7. A administração rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

3.8. A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

3.9. Nos termos do art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

5.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

5.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

5.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

6. DA EFICÁCIA

6.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.3. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

7.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

7.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.7. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.9. Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

7.10. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

7.11. Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

8.1.1. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

8.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

8.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.1.5. Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

8.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

8.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

8.6. Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

8.7. O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

9.1. O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

9.2. A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

9.3. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br juntamente com o respectivo Edital.

9.4. O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

9.5. Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

9.6. As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

9.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

9.8. Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

9.9. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

9.10. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018, seus anexos e a proposta da contratada.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

10.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

10.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

10.4. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.5. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

10.6. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

10.7. O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

11.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

12.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

12.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

13. DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes das Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93, do decreto Federal nº 3.555/2000, Código de Defesa do Consumidor e do Decreto Municipal nº 249/2010.

Juara, 25 de julho de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP

CNPJ: 08.711.005/0001-34

Sandra Mara Giustti de Arruda - Sócio/Próprio

CPF: 545.300.591-20 e RG: 08141924 SSP/MT

Promitente Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2018 PREGÃO: N.° 043/2018/SECAD. ASSINATURA: 25 DE JULHO DE 2018. VALIDADE: 25 DE JULHO DE 2019.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/MT e do CPF nº 578. 160.189-91, residente e domiciliado nesta cidade de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa abaixo relacionada, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018, do tipo menor valor por item, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	**POTENZA CONFECÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL EIRELI - EPP**

CNPJ:	**17.039.110/0001-60**
ENDEREÇO:	**Rua José Bernardo Pinto, n.º 901 - Vila Guilherme - São Paulo/SP - CEP: 02055-0001**
REPRESENTANTE:	**Nome: Cristiane Vitorino de Campos Perregil - Diretora CPF: 297.024.278-86 RG: 32.701.112-9 SSP/SP**
TELEFONE:	**(11) 2901-8453**
EMAIL:	**potenzacomercio@hotmail.com**

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENXOVAL E ROUPARIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / HOSPITAL MUNICIPAL"***,decorrente do Pregão Eletrônico n° 043/2018/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

Item	Cód	Descrição	Und	Quant	V. Unt.	V. Total	Marca
11	90297	**Campo Cirúrgico**: Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 1,60x1,0 **simples** com silk branco lateral	Unidade	200	19,00	3. 800,00	Potenza/ Brasileira
12	90298	**Campo Cirúrgico**: Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1 na cor Verde Bandeira 2,00x1,60 **simples** com silk branco cabeça e pé.	Unidade	200	35,00	7. 000,00	Potenza/ Brasileira
15	90301	**Capote** Em brim pesado tipo solassol 100% algodão com 260 gramas sarja 3x1, comprimento abaixo do joelho, manga comprida com punho e dedal, levemente transpassado nas costas com tira para amarrar. Tamanho G na cor **Verde Bandeira** com um silk branco.	Unidade	160	47,50	7. 000,00	Potenza/ Brasileira
25	90309	**Fronha simples** com barra sobre posta em tecido cretone, com 100% algodão, 180 fios, na cor branca, com um silk **verde bandeira** tamanho 50x70 cm.	Unidade	200	9,50	1. 900,00	Potenza/ Brasileira
30	90314	**Lençol** em tecido cretone liso 100% algodão 180 fios, 1,60 x 2,50, branco **sem elástico** e um silk na cor **verde bandeira**.	Unidade	1.000	23,50	23. 500,00	Potenza/ Brasileira
31	90313	**Lençol** em tecido cretone liso 100%, algodão 180 fios, 1,60x2, 50, branco **com elástico** e um silk **verde bandeira.**	Unidade	1.000	25,00	25. 000,00	Potenza/ Brasileira
34	107372	**Pijama** para paciente em tecido cretone liso 100% algodão 180 fios na cor Verde Água, composto de blusa manga curta, gola V e bermuda tamanho **EXGG**, na cor Verde Água, com um silk Verde Bandeira em cada peça	Unidade	300	38,00	11. 400,00	Potenza/ Brasileira
35	90317	**Pijama** para paciente em tecido cretone liso 100% algodão 180 fios na cor Verde Água, composto de blusa manga curta, gola V e bermuda tamanho **GG**, na cor Verde Água, com um silk Verde Bandeira em cada peça	Unidade	300	36,00	10. 800,00	Potenza/ Brasileira
36	90318	**Pijama** Pijama para paciente em tecido cretone liso 100% algodão 180 fios na cor Verde Água, composto de blusa manga curta, gola V e bermuda tamanho **G**, na cor Verde Água, com um silk Verde Bandeira em cada peça.	Unidade	300	36,00	10. 800,00	Potenza/ Brasileira
37	107373	**Pijama** para paciente em tecido cretone liso 100% algodão 180 fios na cor Verde Água, composto de blusa manga curta, gola V e bermuda tamanho **M**, na cor Verde Água, com um silk Verde Bandeira em cada peça	Unidade	100	36,00	3. 600,00	Potenza/ Brasileira
Valor Total: R$ 105.400,00							

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

3.3. A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

3.4. O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal "Elídia Maschieto Santillo" ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

O recebimento será:

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

3.5. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

3.6. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

3.7. A administração rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

3.8. A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

3.9. Nos termos do art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

5.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

5.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

5.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

6. DA EFICÁCIA

6.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.3. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

7.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

7.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.7. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.9. Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

7.10. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

7.11. Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

8.1.1. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

8.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

8.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.1.5. Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

8.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

8.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

8.6. Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

8.7. O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

9.1. O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

9.2. A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

9.3. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br juntamente com o respectivo Edital.

9.4. O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

9.5. Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

9.6. As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

9.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

9.8. Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

9.9. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

9.10. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018, seus anexos e a proposta da contratada.

10. DAS PENALIDADES

10.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

10.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

10.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

10.4. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.5. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

10.6. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

10.7. O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

11.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

12.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2018 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

12.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

13. DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes das Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93, do decreto Federal nº 3.555/2000, Código de Defesa do Consumidor e do Decreto Municipal nº 249/2010.

Juara, 25 de julho de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito Municipal

POTENZA CONFECÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL EIRELI - EPP

CNPJ: 17.039.110/0001-60

Cristiane Vitorino de Campos Perregil - Diretora

CPF: 297.024.278-86 e RG: 32.701.112-9 SSP/SP

Promitente Fornecedor

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°021/2018 DE 25/07/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2018 DE 25 DE JULHO DE 2018 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017, COM HOMOLOGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO N°2879 DE 20/12/2017, CONFORME DECRETO N°1235/2017 DE 19/12/2017.

O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 10 (DEZ) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZONA URBANA

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Item	Nome	Inscr nº	Classificação
01	MARIA LUCIA SANTANA TEIXEIRA	294	30°
02	SIMONE VEDOVETTO LEANDRO	166	31º
03	CLEUZA ROSA DE SOUZA	5	32º
04	MARIA SOLANGE GONÇALVES	271	33º
05	ROSA MARIA BARBOSA DA SILVA	853	34º
06	EUDES HONORIO LEMUNIER	32	35º

Art. 2º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 25 de Julho de 2018.

Márcia Regina Fernandes de Araujo

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 047/2018 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 200/2018, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 047/2018, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 25.07.2018, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto: Registro de Preços Para Futuro e Eventual Prestação de Serviços de Transporte de Material Betuminoso, Emulsão Asfáltica RR-2C e Cimento Asfáltico de Petróleo CAP 50/70 em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade**, de acordo com especificações do Edital e seus anexos, sagrou-se vencedora a empresa: **EMAM LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CPNJ sob o n.º 11.105.987/0001-25, localizada à Rodovia dos Imigrantes, Km 8,6 - Bairro Capela do Pissarrão - Várzea Grande/MT - CEP: 78.132-400, sendo vencedora para o item único com Valor Unitário de R$ 325,00 (trezentos reais e vinte e cinco centavos), totalizando R$ 113.837,75 (cento e treze mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Juara –MT, 25 de julho de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato do Contrato nº 85/2018 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e o senhor **DIRCEU DAMAZIO SILVEIRA**.

Objeto:O objeto do presente Contrato é na prestação de serviço de aluguel de equipamento Agrícola, Trator de Pneus com grade aradora para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

Data da Assinatura: 12 de Julho de 2018.

Valor R$: 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária: 236-26.782.0021.2047.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

Vigência: 15 (quinze) dias

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 12 de Julho de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Extrato do Contrato nº 86/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e a senhora **CÁTIA STEIN**.

Objeto:É objeto do presente Contrato Temporário a prestação de serviço ao Município, na função de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** com carga horária de **40 horas** semanais**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Data da Assinatura: 16 de Julho de 2018.

Valor R$: *1.832,69 (um mil oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos)*

Dotação Orçamentária: 160-10.301.0017.2037.3.1.90.04-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Vigência: 12 (doze) meses

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 16 de Julho de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Extrato do Contrato nº 92/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e a senhora **RAFAELLA SILVA HENRIQUE**.

Objeto:É objeto do presente Contrato Temporário a prestação de serviço ao Município, na função de **AGENTE ADMINISTRATIVO/FACILITADOR DE OFICINA, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Data da Assinatura: 17 de Julho de 2018.

Valor R$: *1.832,69 (um mil oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos)*

Dotação Orçamentária: 284-08.244.0003.2052.3.1.90.04.00-contratação por tempo determinado.

Vigência: 12 (doze) meses

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 17 de Julho de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Extrato do Contrato nº 94/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e a senhora **MARCIONILA ANGELA PEDRETTI**.

Objeto:É objeto do presente Contrato Temporário a prestação de serviço ao Município, na função de **PROFESSOR NIVEL I/PROFISSIONAL PEDAGOGO,** com carga horária de **20 horas** semanais**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data da Assinatura: 23 de Julho de 2018.

Valor R$: *1.612,17(um mil seiscentos e doze reais e dezessete centavos)*

Dotação Orçamentária: 284-08.244.0003.2052.3.1.90.04.00-contratação por tempo determinado.

Vigência: 12 (doze) meses

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 23 de Julho de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Extrato do Contrato nº 95/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e a senhora **CLAUDIA FAUSTINA DE PAULA**.

Objeto:É objeto do presente Contrato Temporário a prestação de serviço ao Município, na função de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** com carga horária de **40 horas** semanais**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 23 de Julho de 2018.

Valor R$: *1.832,69 (um mil oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos)*

Dotação Orçamentária: 160-10.301.0017.2037.3.1.90.04-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Vigência: 12 (doze) meses

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 23 de Julho de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Extrato do Contrato nº 96/2018 – CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA/MT** e a senhora **CLEMILDA RAMOS CARDOSO**.

Objeto:É objeto do presente Contrato Temporário a prestação de serviço ao Município, na função de **ASSISTENTE SOCIAL,** com carga horária de **30 horas** semanais**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data da Assinatura: 23 de Julho de 2018.

Valor R$: *2.043,15(dois mil e quarenta e três reais e quinze centavos)*

Dotação Orçamentária: 284-08.244.0003.2052.3.1.90.04.00-contratação por tempo determinado

Vigência: 12 (doze) meses

Foro: Comarca de Cotriguaçu – MT

Juruena/MT, 23 de Julho de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: **GRAFICA VALE EIRELI**

CNPJ: **27.766.578/0001-00**

OBJETO:**"Registro de Preços para eventual prestação de serviços de confecção de Materiais Gráficos para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"**

ASSINATURA: **25 de Julho de 2018**

VIGENCIA: **25 de Julho de 2019**

Valor Global: 298.913,35 (Duzentos e noventa e oito mil, novecentos e treze reais e trinta e cinco centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: **LOJA EUREKA LTDA - ME**

CNPJ: **03.339.440.0001/66**

OBJETO:**"Registro de Preços para eventual prestação de serviços de confecção de Materiais Gráficos para atendimento às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"**

ASSINATURA: **25 de Julho de 2018**

VIGENCIA: **25 de Julho de 2019**

Valor Global: 192.280,00 (Cento e noventa e dois mil e duzentos e oitenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 019/2018

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 019/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 24 de JULHO de 2018, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 019/2018 tendo como objeto o "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL PARA LOCAÇÃO INCLUINDO TREINAMENTO PARA ATENDER AS UNIDADES EDUCACIONAIS SENDO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS E CRECHE.**", conforme anexo do edital, a empresas ***PELEGRINO & ALMEIDA LTDA-ME*** **,** CNPJ 09.113823/0001-06- , situada na Av, Tancredo Neves Nº 980 N, Bairro Jardim Tanaka , Tangará Da Serra -MT CEP: 78370-000, sagrou se vencedora dos item (01) valor total de R$54.000,00 (Cinquenta E Quatro Mil Reais).

Lambari D´Oeste –MT 24 de julho de 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENIA SOCIAL – CMAS, MUNICÍPIO DE LAMBARI D OESTE – MT.

ATA nº 092/2018 do CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aos 25 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 09h00min, na sala de reunião do CRAS - Centro de Referência da Assis-

tência Social, situado a Avenida Boa Vista nº 124 – centro de Lambari D' Oeste – MT, reuniu-se em sessão extraordinária, convocados pela presidente deste conselho Rute Soares de Souza Aleixo, contando com a participação dos membros que assinam **a LISTA DE PRESENÇA, sendo: Rute Soares de Souza Aleixo, Demétrio Aparecido Luiz, Maria Helena Teixeira dos Santos, Dina Pereira Neves, Maria da Conceição da Silva, Irenilda Gomes Jardim, Cleilton Tiago de Queiroz, Valdeny Alves Reis, Josefa Torquato de Araújo, Bruna Tiago Pessoa, Jocenildo Silva Santos, Marcos Fernandes Pereira, Darlene Rodrigues Peres de Oliveira, Delzeni Rosa Pimenta, Ana Karla Amaral Costa, Marta Ventura.** A sessão foi aberta, após constar quórum qualificado, que apresentou a pauta do dia**: APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO FEAS DO ANO DE 2018**. Dando inicio a senhora presidente do **CMAS Rute Soares de Souza Aleixo** que cumprimentou a todos. E na sequencia apresentou o **Plano de Ação do Feas** para a aprovação e deliberação de todos, e colocou a importância desses serviços ofertados a população, ficando demonstrado no Resumo Executivo um valor previsto para 2018 do Fundo Nacional da Assistência Social de R$ 281.468,62 (duzentos e oitenta e um mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), Recursos Próprios a serem alocados no Fundo anual R$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil), Recurso do FEAS R$ 30.403,00 (trinta mil quatrocentos e três reais), totalizando o valor 1.094.871,62 (um milhão e noventa e quatro mil e oitocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos). Em sequencia a presidente do **CMAS Rute Soares de Souza Aleixo** passou para a aprovação do conselho que após analisarem e debaterem aprovando através de **RESOLUÇÃO 031/2018**, por todos os membros presentes. Nada mais a relatar eu **Rute Soares de Souza Aleixo** lavrou a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT

AV. BOA VISTA, - 3236, CEP: 78278-000 Fone: (65) 3228-1013,

E-mail: cmas_lambari@hotmail.com

RESOLUÇÃO Nº031, DE 25 DE JULHO DE 2018

A Plenária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, e Lei Municipal nº 322/2008, em reunião realizada no dia 25 de Julho de 2018, registrada na ATA 092/2018, às 09h00min.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR POR UNANIMIDADE O PLANO DE AÇÃO PARA COFINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL DO ANO DE 2018.

Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Sala das reuniões, 25 de Julho de 2018.

_____

Rute Soares de Souza Aleixo

Presidente do CMAS

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 115/2018, DE 24 DE JULHO DE 2018

Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

AMARO CAETANO DA SILVA, - AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias a contar de 12/07/2018 a 09/10/2018 conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia doze de julho de dois mil e dezoito, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 361 DE 25 DE JULHO DE 2018

ALTERA REDAÇAO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 314/18 QUE INSTAURA INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando a constatação de divergências dos dispositivos legais mencionados na Portaria nº 348/2018 com os apontados no relatório final do Processo de Sindicância nº 007/2017, em relação a infringência dos deveres funcionais praticados pelo servidor Celio Salmeron, conforme informado pela Comissão Processante, através do Protocolo nº 2978/2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Alterar a redação do artigo 1º da Portaria nº 348, de 16 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - INSTAURAR Inquérito Administrativo, integrando a este como peça informativa e de instrução, o Processo de Sindicância nº 007/2017 que restou configurada a infringência dos deveres funcionais dispostos no art. 92, incisos III, VII e IX, bem como por ter incorrido nas proibições constantes no art. 93 incisos VIII e XV, ambos da Lei Complementar nº 157/2016, praticado pelo servidor CÉLIO SALMERON, Motorista, Matricula nº 3822.

Art. 2º - Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 348, de 16 de julho de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, sede provisória do Paço Municipal em 25 de julho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 363 DE 25 DE JULHO DE 2018

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, com base no Título IV e V da Lei Complementar nº 157/2016 e,

Considerando a necessidade de apurar fato ocorrido na execução dos serviços referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 319/2017/SINFRA, conforme relatório e declaração apresentada pela ex Prefeita Interina Marinez de Campos;

Considerando que conforme Ofício expedido pelo proprietário do Posto Danúbio Azul, existe um crédito referente a óleo diesel de 19.590 litros, dos 20.000 litros previstos no termo de cooperação, mesmo a obra tendo sido possivelmente concluida,

R E S O L V E

Art. 1º - Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, visando apurar fatos envolvendo a utilização do combustível objeto do Termo de Cooperação Técnica nº 319/2017/SINFRA, destinado a Manutenção e Conservação da Malha Rodoviária Vicinal não pavimentada, localizada nos limites do município de Mirassol d' Oeste-MT.

Art. 2º - Nomear para execução do ato disposto no artigo anterior, os servidores: **EVERSON CUSTÓDIO DO NASCIMENTO**, Técnico Agrícola, Matrícula nº 4237; **MIRIAN DA SILVA FARIA**, Professora, Matrícula nº 5148 e, **SILVANA KIPPAIZ NOGUEIRA**, Agente Administrativo, Matrícula nº 3142, para sob a presidência do primeiro, promoverem as investigações e demais diligências cabíveis.

Art. 3º - Para cumprir suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e demais provas que julgar pertinentes, adotando os procedimentos descritos na Lei Complementar nº 157/2016, inerentes ao Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º - Comprovada a existência ou inexistência de irregularidades, a comissão sindicante, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua constituição, apresentará relatório de caráter expositivo, contendo exclusivamente os elementos fáticos colhidos.

Parágrafo Único: O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, caso as circunstâncias exigirem.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659, em 25 de julho de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 68/2018

PORTARIA N.º 68/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª Jovanil Dias da Silva"***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres**; e** Lei 1.297/13 que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores de Nobres-MT; e Lei nº. 1484/2018 que versa sobre o reajuste salarial;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a **SRª. JOVANIL DIAS DA SILVA**, brasileira, Viúva, portadora da cédula de Identidade 343137 SSP-MT e do CPF nº 320.435.381-87, servidora Efetiva, no cargo de Ajudante de Serviços Gerais, Classe "D", Nível "01", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculadas sob o nº 253, contando com 30 anos e 21 dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** nº. **2018.04.01083P**, a partir de 01 de agosto de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01/08/2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 25 de julho de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 035/2018

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 122/2018, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 035/2018**, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 08/08/2018, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO,** conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4219.

Nobres, 25 de Julho de 2018.

Quezia da Rosa Ferreira

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 67/2018

PORTARIA N.º 67/2018

"*Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 035/2013 de concessão de Aposentadora em nome da* ***Srª.*** **Jacira Rodrigues da Silva Cueni.***"*

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 035/2013, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 05/06/2013, que dispõem sobre a concessão aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, em nome da segurada falecida, **SRª. JACIRA RODRIGUES DA SILVA CUENI**, portadora da cédula de identidade nº 272.957 SSP/MT e

do CPF sob o n.º 415.128.471-00, em obediência ao Acórdão 126/2018 – TP, para regularização de processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOBRES/MT, 25 de julho de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ADVERTÊNCIA 01/2018

EMPRESA ADVERTIDA:

MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.847.096/0001-35.

Objeto: Fica Notificada A Empresa **MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.847.096/0001-35, Detentora Da Ata De Registro De Preços Nº 34/2018, Referente Ao Pregão Presencial SRP Nº 18/2018, Cujo Objeto Visa ***Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT.***

Foi encaminhado ao setor de licitações e contratos comunicação interna da Secretaria de Municipal de Saúde, pedindo a notificação para a empresa supracitada por não entregar o produto no prazo estipulado nos respectivos edital e Ata de RP, e cópia da NAD e Email trocados entre o setor de Compras e a empresa, onde comprova que a empresa tem ciência do prazo da entrega.

Como previsto na Ata de RP em sua CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO**,** no item4.1 "*O prazo de entrega dos produtos será de até 10(dez) dias corridos após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante".*

Na CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES**,** no item8.1. *Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se*:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

Fica **ADVERTIDA** a empresa **MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.847.096/0001-35, a realizar a entrega do produto no prazo de até 48 horas, a contar da efetiva Notificação, respeitando o Direito à defesa e do Contraditório, sob pena de acordo com a CLAUSULA OITAVA - PENALIDADES:

Nobres, 25 de julho de 2018.

Juliane Castro Pereira

Coordenadora do Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.21.2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.21. 2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001/2018, de 02/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, cujo objeto **Registro de preços visando futura e eventual aquisição de Ferramentas, a serem usados em manutenção e reformas das unidades da Secretaria municipal de Educação, Esporte e Lazer, unidades da Secretaria de Saúde; assim como das unidades gerenciadas pela Secretaria de Obras e Infraestrutura do município, conforme quantidade e especificações registradas em anexos a este Termo de Referência.**

, de acordo com as quantidades e especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos que será realizada no dia:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 27/07/2018 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 08/08/2018 às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/08/2018 às 09:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08/08/2018 às 10:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

Conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 019/2018, Processo Administrativo nº 001011/2018-1. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/. Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 06 de julho de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2018

DECRETO Nº 085/2018

DECRETO Nº 085/2018

"CONVOCA O CANDIDATO CLASSIFICADO NO EDITAL Nº 001/2017 PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT".

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Nº 001/2017;

Considerando as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 001/2017 para o Cargo abaixo relacionado para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Coronel

Botelho nº 458, Centro de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, fone: (65) 3351-1200 ou 3351-1500, no período de 26/07/2018 à 10/08/2018, no horário de 08:00 hs às 13:00 hs, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de Procuração Pública.

Psicólogo

1- Rodrigo Jose Santos de Andrade

Art.2º. O candidato ao cargo deverá se apresentar com os seguintes documentos:

1. Documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório. 1.1 Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; 1.2 Certidão de Casamento ou Nascimento; 1.3 Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); 1.4 Título de Eleitor; 1.5 Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse; 1.6 Cartão do PIS/PASEP; 1.7 Diploma ou Declaração de conclusão do curso de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC; 1.8 Registro no Conselho de Classe, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 1.9 Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); **2. Documentação complementar:** 2.1. Certidões da Justiça Federal; 2.2. Certidões da Justiça Estadual 2.3. Certidão de Tributos Municipais; 2.4. Exame Médico Admissional; 2.5. 01 (uma) fotos 3x4, coloridas e recentes; 2.6. Declaração contendo endereço residencial; 2.7. Declaração negativa de acúmulo de cargo público; 2.8. Declaração de Bens; 2.9. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; **2.10.** Conta bancária Banco do Brasil.

Art. 3º Seo candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda queincompleta, no prazo estabelecidopor este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art.4º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será contratado e terá prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo, podendo o prazo para a posse ser prorrogado por 15 (quinze) dias, mediante requerimento do interessado.

Art.5º Se o candidato não entrar em exercício no prazo estipulado, o Decreto de Nomeação será revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE- SE. CUMPRA-SE.

Nossa Senhora do Livramento/MT, em 25 de Julho de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ERRATA NO DECRETO N° 075-2018

ERRATA NO DECRETO N° 075-2018

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 23 de julho /2018 – ANO XIII Nº. 3.026

ONDE SE LÊ:

UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS.

TITULAR: RITA CÁSSIA DA SILVA

SUPLENTE: MAYKON DE FREITAS OLIVEIRA

LEIA-SE:

UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS.

TITULAR: MAYKON DE FREITAS OLIVEIRA

SUPLENTE: RITA CÁSSIA DA SILVA

Nossa Senhora do Livramento - MT, 25 de julho de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONSELHO FISCAL – NOSSA PREVI PARECER Nº 003/2018/CFNP

Nossa Senhora do Livramento

Conselho fiscal – NOSSA PREVI

Parecer Nº 003/2018/CFNP

Expediente: Análise e Parecer dos Balancetes Financeiro e Orçamentário da Conta Gestão, do RPPS/NOSSA PREVI: Regime Próprio de Previdência de Servidores-NOSSA PREVI da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT

Ano Vigente: 2018

Período: Janeiro e Fevereiro.

Data de Aprovação: 24 de Julho do Ano de 2018.

Ata: Nº 003/2018.

Conselheiros: Reinaldo Santana Ferraz – Presidente

Julio César de Oliveira Nascimento – Membro do Conselho Fiscal

José Otacílio da Silva – Membro Conselho Fiscal

Rita Cássia da Silva – Membro do Conselho Fiscal

É o Parecer:

Após realizada a Reunião Ordinária do referido Conselho Fiscal da Nossa Previ, em análise dos Referidos Balancetes Financeiros e Orçamentário da Conta Gestão da RPPS-NOSSA PREVI da Prefeitura Municipal de Nª Srª do Livramento,do ano de 2018 dos meses de Janeiro e Fevereiro, os Senhores Conselheiros na Terceira Reunião Ordinária após Análise, **Aprovaram por Unanimidade** os Balancetes dos Meses de Janeiro e Fevereiro do ano de 2018.

Resultado do Parecer: **FAVORÁVEL.**

Nª Srª do Livramento, 24 de Julho do ano de 2018- as 08:20 .

Registra-se e Publique-se.

Reinaldo Santana Ferraz

Presidente do Conselho Fiscal da NOSSA PREVI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 018/2018

Portaria nº 018/2018

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar o Servidor Maraísa Lopes dos Santos, para acompanhar e fiscalizar a execuçãodo objeto constante no Contrato nº 006/2018, firmado com a Empresa Oi. S. A, CNPJ: 76.535.764/0001-43**,** no qual a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT, é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Andréia Cristina da Silva Della Rosa.

Art. 2 º - Determinar que o fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do convênio, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONVENIADA, em periodicidade adequada ao objeto do convênio, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as prestações de contas relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Bandeirantes-MT, 25 de junho de 2.018

ADELINO SCHMOLLER

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2018

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, através do Sr. Prefeito Municipal Valdir Pereira dos Santos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, tendo em vista o**processo seletivo simplificado nº. 001/2018;** convoca os candidatos aprovado-classificados**,** para preenchimento de vaga existente.

Art. 1º. O candidato convocado por este Edital terá o **prazo máximo** de **15 (quinze) dias uteis** para apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos munido dos seguintes documentos;

Documentos pessoais (CPF, RG, e, Titulo de Eleitor); Fotos 3x4 (recentes); Certidão de nascimento se não for casado; Certidão de casamento e RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento do(s) filho(s) menor de 14 anos; Atestado de vacinação dos filhos; Carteira de trabalho, onde tem a foto e o verso; PIS ou PASEP se houver cadastro, Carteira de Habilitação/ Profissional, exigida para o cargo; Certificado de Escolaridade, para cargos de nível fundamental e médio; Diploma e Histórico Escolar; Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado na forma da lei, Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está **fisicamente** apto (a) para o exercício das atribuições do cargo. Atestado este que deverá ser fornecido por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, e estar acompanhado dos exames clínicos e laboratoriais, os quais, correrão as expensas do candidato; Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está apto **mentalmente** para o exercício das atribuições do cargo, (exame de sanidade mental e psicotécnica). Comprovante de que está em dia com as obrigações eleitorais; Certificado militar; Certidão Negativa de **Antecedentes Cíveis, e, Criminais** do (s) local (is) onde o Candidato residiu nos últimos 05 anos. (Justiça Estadual e, Federal, Declaração de residência; Ficha de cadastro; (RH) Ficha de declarações; (RH) Ficha de declaração de número de conta; (RH)

Art. 2º. Considera-se convocado pelo presente edital o candidato constante da lista objeto do **anexo I.** Anexo este que será parte integrante e indissociável deste Edital de Convocação;

Art. 3º. O Candidato que, no prazo legal, não atender o quanto estabelecido no artigo 1º. Será considerado eliminado do **processo seletivo simplificado nº. 001/2018;**

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE APROVAÇÃO

Classificação	Candidato	Cargos
02°	ILDERES DE JESUS DIODATO DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ZELADOR (a) (SECRETARIA DE DESPORTO E CULTURA- JAPURANA)
02°	ANDRESSA ROSIANE KANITANI SENA	AGENTE ADMINISTRATIVO – (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

Nova Bandeirantes MT, 25 de julho de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADO: **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI - ME**

CNPJ:15.593.959/0001-55

OBJETO: Adesão a ata de Registro de preço nº 006/2018 referente ao pregão presencial 004/2018 do Município de Juína-MT, registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica, genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais, leves, utilitários, caminhonetes, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota municipal, do Município de Nova Brasilândia – MT.

VALOR R$: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

ASSINATURA: **24 de Julho de 2018.**

VIGENCIA:**24 de Julho de 2018a 26 de Janeiro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

LP E LI

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, CNPJ nº **15.023.963/0001-88,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP e LI), para construção da Mini-Indústria de Laticínios, localizada na Rodovia MT – 140, S/ N° no município de Nova Brasilândia/MT.

EXTRATO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.006/2018

EXTRATO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.006/2018 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA/MT.

TIPO: MAIOR DE DESCONTO POR ITEM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI- ME

OBJETO: adesão a ATA de Registro de Preços n° 006/2018 referente ao Pregão Presencial nº. 004/2018 do MUNICIPIO DE JUÍNA/MT, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA, GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS, LEVES, UTILITARIOS, CAMINHONETES, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT.

ITEM	CODIGO	CODIGO TCE	UNI	QTª	DRESCRIÇÃO	TOTAL MAXIMO PARA AQUISIÇÃO	MAIOR DESCONTO OFERTADO (%)
4	462749	1389	UN	001	MERCEDES BENZ, FORD, IVECO, MARCOPOLO, VOLARI AGRALE E DEMAIS MARCAS FUTURAS ADQUIRIDAS – PEÇAS E ACESSORIOS – MICRO ONIBUS (DIESEL)	R$ 250.000,00	60%

DATA DA ADESAO: 24/07/2018

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE JUÍNA/MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/2002

Nova Brasilândia, 24 de Julho de 2018.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

LP E LI

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, CNPJ nº **15.023.963/0001-88,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP e LI), para Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Aguas Pluviais, construção de Bueiro Tubular de Concreto, Pórtico de Entrada e Projeto Paisagístico na MT – 140, S/N° na entrada do perímetro urbano de Nova Brasilândia/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 220/2018/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Edilaine da Silva Pereira	0180	Psicóloga

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e cinco dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 220/2018/GP/PMNG

1ª fase :Apresentação de documentos

a) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e **certidão de regularidade expedida pelo TRE**;

c) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça Comum, Federal (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato.

q) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e ho-

rários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

u) Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor.

v) Cópia do CPF do Cônjuge

x) Cópia do CPF dos Dependentes

2ª Fase - Exame médico Pré-Admissional, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado: -Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL DE LEILÃO Nº. 01/2018

O **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua 16 de Julho, nº. 815, nesta cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.519/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ***UILSON JOSÉ DA SILVA****, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.033.978-7, inscrito no CPF nº. 621.764.391-04, residente e domiciliado na Rua Tulipa Negra, nº. 20, nesta cidade de Nova Lacerda/MT*, estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que fará realizar **ALIENAÇÃO PARTICULAR**, aberto ao público em geral, para a venda de bens descritos no presente Edital dos lotes descritos no anexo I, tornando o ato público e de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência que devem conduzir os atos da Administração.

O leilão será realizado no dia 30/07/2018, às 13:00 horas no(s) endereço(s) da Academia da Saúde, Anexo à Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, Rua 16 de Julho, nº. 815, Nova Lacerda/MT, na modalidade presencial, e simultaneamente através dos sites www.balbinoleiloes.com.br e www.leiloesjudiciais.com.br na modalidade eletrônica, pelos leiloeiros **CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA**, Leiloeira Oficial JUCEMAT nº. 022 e **JOABE BALBINO DA SILVA**, Leiloeiro Oficial JUCEMAT nº. 029 e Leiloeiro Rural FAMATO nº. 067/2013, não podendo ser transferida sua responsabilidade a outra pessoa, salvo mediante procuração específica para realização do ato.

CONDIÇÕES DO LEILÃO:

O pagamento da(s) arrematação(ões) deverá(ão) ser feito(s) à vista, no ato do leilão. O pagamento será realizado em moeda corrente do país ou cheque nominativo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, correspondente ao valor do lance ofertado, de emissão do próprio licitante ou do seu procurador legalmente investido.

Não serão aceitos cheques de TERCEIROS. A(s) arrematação(ões) poderá(ão) ser(em) paga(s) com cheque à Vista, deste modo somente será(ão) liberada(s) para entrega do(s) lote(s) após sua compensação bancária (PRAZO REGULAMENTADO PELO BACEN). Os cheques fora do leilão só serão aceitos como garantia de compra, devendo os mesmos serem resgatado no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data do leilão, no seu primeiro dia útil por ordem de pagamento bancário, TED ou depósito on-line, nominal à Leiloeira **CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA**, no **Banco do Brasil**, conta poupança nº. **6397-5**, agência **4043-6** (CPF nº. 839.660.999-34). Todos os arrematantes que pagarem seus lances com cheques, e que, estes venham a ser devolvido por insuficiência de fundos, divergência de assinatura ou contra ordem do emitente, serão penalizados na forma da lei, conforme previsto no art. 335 do Código Penal: "Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal".

DA COMISSÃO DOS LEILOEIROS

A comissão será no percentual de **5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado**, que deverá ser paga pelo arrematante, no ato da venda, não sendo abatida no valor do lance do bem arrematado.

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE

Caberá ao arrematante assumir os débitos de IPVA, licenciamento, DPVAT, e outros que possam eventualmente recair sobre o bem e ou veículo adquirido, a partir da data de transferência do bem para seu nome. Ou seja, os débitos que vencerão após a arrematação deverão ser assumidos pelos respectivos arrematantes.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações nas modalidades presencial e eletrônica.

Os veículos leiloados na condição de SUCATA (veículos irrecuperáveis, baixados definitivamente no Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, os quais terão chassi inutilizados e placas retiradas e destruídas) não poderão ser registrados ou licenciados, sendo absolutamente proibida a sua circulação em via pública, destinando-se exclusivamente para desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas. O adquirente é responsável ainda pela utilização e destino final dos veículos/sucatas e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação dos mesmos em desacordo com as condições estabelecidas neste edital;

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de ações judiciais, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização.

DARESPONSABILIDADEDOVENDEDOR

Caberá a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA** efetuar os pagamentos dos débitos de IPVA, Licenciamento, DPVAT e outros que possam vir a surgir no veículo, até a data da arrematação, utilizando os valores recebidos do arrematante para quitar o débito, entregando o bem totalmente desembaraçado e livre de ônus.

ADVERTÊNCIAS

É proibido ao(s) arrematante(s) do(s) lance(s) vencedor(es), ceder(em), permutar(em), vender(em) ou de qualquer forma negociar(em) o(s) seu(s) lote(s) arrematado(s), antes do pagamento e da extração da Nota de Venda. NÃO HAVERÁ EM HIPÓTESE ALGUMA SUBSTITUIÇÃO DE NOTAS. Todos os participantes do Leilão estarão sujeitos, em especial, aos artigos 87 a 99 da Lei 8.666/93 e suas modificações, às normas contidas nos Dec. 21.981/32 e 22.427/33 e ao art. 335 do Código Penal Brasileiro; "TODO AQUELE QUE IMPEDIR, PERTURBAR, FRAUDAR, AFASTAR LICITANTES POR MEIO ILÍCITOS ESTARÁ INCURSO NAS PENAS DE 06 (SEIS) MESES A 02 (DOIS) ANOS DE DETENÇÃO COM OS AGRAVANTES DE CRIMES PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA, SE HOUVER".

Em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das condições deste edital, para eximir-se da obrigação assumida.

Nova Lacerda/MT, ao vigésimo quarto dia do mês de julho de 2018.

MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA

Leiloeira Oficial

JOABE BALBINO DA SILVA

Leiloeiro Oficial

ANEXO I

Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços especializados na realização de leilão público extrajudicial de bens móveis/veículos, constituídos por:

Descrições do Bens	Valor (R$)
01 – Veículo Caminhonete, marca Volkswagen, modelo Amarok, ano de fabricação e modelo 2013/2013, cor branca, placas OAQ-5950, Chassi WV1DB42H7DA059042, Renavam 567700208. Ônus: Constam Débitos vencidos e a vencer no Detran/MT no valor total de R$ 601,65 (seiscentos e um reais e sessenta e cinco centavos) em, 24/07/2018.	R$ 35.000,00
02 – Veículo Caminhonete, marca Volkswagen, modelo Amarok, ano de fabricação e modelo 2013/2013, cor branca, placas OAQ-5920, Chassi WV1DB42H6DA058934, Renavam 567698521. Ônus: Constam Débitos a vencer no Detran/MT no valor de R$ 173,54 (cento e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), com vencimento previsto para 31/10/2018.	R$ 25.000,00
03 – Ônibus, marca M. Benz, modelo MB 364, ano de fabricação e modelo 1986/1986, cor branca, placas BSG-7790, Chassi 9BM363101GC054648, Renavam nº. 432706313. Ônus: Constam débitos a vencer no Detran/MT R$ 229,45 (cento e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos), com vencimento previsto para 31/10/2018.	R$ 3.500,00
04 – Ônibus marca Volkswagen, modelo 1621, ano de fabricação e modelo 1998/1998, cor branca, combustível a diesel, placas JYP-7393, Chassi 9BWY2TJB7WRB01127, Renavam 694147346. Ônus: Nada consta, em 24/07/2018.	R$ 2.500,00
05 – Ônibus marca M. Benz, modelo MB 0371, ano de fabricação e modelo 1993/1993, cor prata, placas KTM-8755, combustível a diesel, Chassi 9BM664126PC076724, Renavam nº. 317635425. Ônus: Nada consta, em 24/07/2018.	R$ 20.000,00
06 – Ônibus marca M. Benz, modelo MB 1318, ano de fabricação e modelo 1990/1990, cor branca, placas CPR-5149, Chassi 9BM384088LB895346, Renavam nº. 431560960. Ônus: Constam débitos a vencer no Detran/MT no valor de R$ 229,45 (duzentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos).	R$ 4.000,00
07 – Ônibus marca M. Benz, modelo MB1115, placas JJZ-1152, ano de fabricação e modelo 1989/1990, cor branca, o veículo encontra-se queimado, em estado de sucata.	R$ 250,00
08 – Veículo marca Fiat modelo Ducato 15, ano de fabricação e modelo 2001/2001, cor branca, combustível a diesel, placas JZU-4738, Chassi 93W23174011001632, Renavam nº. 787208841. Ônus: Constam débitos no Detran/MT vencidos e a vencer no valor de R$ 833,29 (oitocentos e trinta três reais e vinte e nove centavos), em 24/07/2018.	R$ 4.000,00
09 – Veículo marca Volkswagen, modelo Gol GL Flex, ano de fabricação e modelo 2013/2014, cor branca, combustível a álcool/gasolina, placas OBS-0609, Chassi 9BWAA05W3EP032265, Renvam nº. 567188400. Ônus: Constam Débitos vencidos e a vencer no Detran/MT no valor de R$ 275,74 (duzentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) em 24/07/2018.	R$ 10.000,00
10 – Veículo marca Hyundai, modelo Santa Fé, ano de fabricação e modelo 2013/2014, cor prata, combustível a gasolina, placas OBQ-4019, Chassi KMHSU81EDEU16897, Renavam nº. 566609495. Ônus: Constam Débitos vencidos e a vencer no Detran/MT no valor de R$ 1.473,88 (um mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos) em 24/07/2018.	R$ 35.000,00
11 – Veículo marca Volkswagen, modelo Voyage 1.6 Flex, ano de fabricação e modelo 2013/2013, cor branca, combustível a álcool/gasolina, placas OBL-6344, Chassi 9BWDB45U3DT297824, Renavam nº. 533732662. Ônus: Nada consta, em 24/07/2018.	R$ 13.000,00
12 – Veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Way, ano de fabricação e modelo 2011/2012, cor prata, combustível a álcool/gasolina, placas NJV-4892, Chassi 9BD15844AC6579869, Renavam nº. 324232080. Ônus: Nada consta, em 24/07/2018.	R$ 10.000,00
13 – Ônibus, marca M. Benz OF 1115, ano de fabricação e modelo 1989/1990, coe branca, combustível a diesel, placas JJD-9783, Chassi 9BM384091KB866124, Renavam nº. 247654612. Ônus: Nada consta, em 24/07/2018.	R$ 10.000,00
14 – Veículo marca, Volkswagen, modelo Gol 1.6, ano de fabricação e modelo 2011/2012, cor branco, placas NTZ-9345, com ar condicionado. Ônus: Não informado. 'CIDESA'.	R$ 10.000,00
AVALIAÇÃO TOTAL	**R$ 182.500,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 011 – DE 25 DE FEVEREIRO DE 1.993.

Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Nova Marilândia, aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I – O atendimento à saúde universalizando, integral, regionalizando e hierarquizado;

II – A vigilância Sanitária;

III – A vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondente;

IV – O controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas Federal e Estadual.

CAPITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

I – Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com conselho Municipal de Saúde;

II – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações prevista no Plano Municipal de Saúde;

III – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o plano de saúde e com Lei de Diretrizes Orçamentária;

IV – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

V – Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI – Subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VII – Assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII – Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

XI – Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art. 4º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

I – Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III – Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

IV – Encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas; b) Trimestralmente, os inventários de estoque de medicamentos e instrumentos médicos; c) Anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo. V – Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente; VI – Preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde; VII – Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico financeira geral do Fundo Municipal de Saúde; VIII – Apresentar, ao Secretário Municipal de Saúde, a análise e a avaliação da situação econômico – financeira do Fundo Municipal de saúde detectadas nas demonstrações mencionadas; IX – Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde; X – Encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior; XI – Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede Municipal de Saúde; XII – Encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção dos serviços prestados pela rede municipal de saúde. SEÇÃO IV DOS RECURSOS DO FUNDO SUBSEÇÃO I DOS RECURSOS FINANCEIROS Art. 5º - São receitas do Fundo: I – As transferências oriundas do orçamento da seguridade social, como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição da República; II – Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras; III – O produto de convênios firmado com outras entidades financiadoras; IV – O produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar; V – As parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o município tenha direito à receber por força de Lei e de convênios no setor. VI – Doações em espécies feitas diretamente para este Fundo. § 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito § 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá: a) Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação; b) De prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde. SUBSEÇÃO II DOS ATIVOS DO FUNDO Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde: I – Disponibilidade monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas; II – Direitos que porventura vier a constituir; III – Bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município; IV – Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de saúde; V – Bens móveis e imóveis destinados à administração do Sistema de Saúde do Município. Parágrafo Único – Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo. SUBSEÇÃO III DOS PASSIVOS DO FUNDO Art. 7º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde. SEÇÃO V DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE SUBSEÇÃO I DO ORÇAMENTO Art. 8º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio. § 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do município, em obediência ao princípio da unidade. § 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração execução, os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente. SUBSEÇÃO II DA CONTABILIDADE

Art. 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na Legislação pertinente.

Art. 10º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e, consequentemente de concretizar os seus objetivos, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11º - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais, receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela Legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO VI

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO I

DA DESPESA

Art. 12º - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento. O Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de saúde.

Parágrafo Único – As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução.

Art. 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único – Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizadas por Lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I – Financiamento total ou parcial de programas integrados de Saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniados:

II – Pagamento de vencimento, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei;

III – Pagamento pela prestação de serviços a entidade de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no § 1º art. 199 da Constituição Federal;

IV – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou local de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII – Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da Presente Lei.

SUBSEÇÃO III

DAS RECEITAS

Art. 15º - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - O fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Art. 17º - Fica o poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Cruzeiros), para cobrir as despesas de implantação do Fundo de que trata a presente Lei.

Parágrafo Único – As despesas a serem atendidas pelo presente crédito correrão à conta do código de despesa 4130 investimentos em Regime de Execução Especial, as quais serão compensadas com os recursos próprios do orçamento Municipal, de acordo com o art. 43 §§ da Lei 4.320/64.

Art. 18º - esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia em 05 de Março de 1. 993.

_____

José Aparecido dos Santos

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 004/2018 ENCERRAMENTO DE CONTRATO A PEDIDO DA SERVIDORA, QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT E D

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 004/2018

Encerramento de Contrato a pedido da servidora, que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Sr.ª.**JULIANA APARECIDA DOS SANTOS.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa avenida Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia MT, devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,** portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 3141561-6 SSP/MT, cadastrado no CPF sob 459.368.209-63, com exercício de suas atividades no endereço supramencionado doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e a Sr.ª.**JULIANA APARECIDA DOS SANTOS.** brasileira, portadora da C.I - RG nº. **1311179-5 - SSP/MT**,, cadastrada no **CPF sob o nº 013.629.011-64**,, residente na rua bahia , Nº 15 , bairro centro – Nova Marilândia - MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **004/2018**, a pedido da servidora celetista , regido pela **Lei Municipal nº 742/2017 alterada pela Lei municipal Nº 747/2017 e Lei Complementar Municipal Nº 725/2016**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o pedido de exoneração da servidora, fica encerrado o contrato administrativo n.º **004/2018**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 13 de julho de 2018.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **004/2018-**

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 04 de junho de 2018 o CONTRATO nº. **004/2018**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS",** a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo de Nova Marilândia-MT, com jornada de 15 (QUINZE) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo, pelo período de 04 de abril de 2018 a 13 de julho de 2018.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos 25 de julho de 2018.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

_____

JULIANA APARECIDA DOS SANTOS PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018 – REGISTRO DE PREÇOS.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nova Maringá torna público aos interessados a Retificação do item 9.3. Relativos à Qualificação Técnica e Anexo I **do Edital do Pregão Presencial nº 016/2018, que tem por objeto o** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ELETRONICOS E DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

O Edital retificado poderá ser retirado no Departamento de Licitações ou pelo site: www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Fica alterada a data de abertura do certame para o dia **14 de Agosto de 2018**, às **09:00 horário local.**

As demais disposições ficam sem alteração.

Nova Maringá - MT, 25 de julho de 2018.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira

LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO.

Em cumprimento ao disposto no Art.165 CF e Art.52 da Execução Orçamentária e Art. 53 da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com referencia a ampla publicidade, A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado; no mural da Prefeitura, Câmara Municipal, jornal AMM, www.no-

vamaringa.mt.gov.br, *Os Relatórios resumidos da Execução Orçamentária do 3º Bimestre e Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Semestre do Exercício de 2018*.

OBS: No Diário Oficial somente esse Edital de Publicação.

Nova Maringá – MT, 25 de Julho de 2018.

_____

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO
1° SEMESTRE RGF 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	948.880,17	896.597,92	894.498,69	881.870,19	886.112,72	1.909.434,24	884.941,50	991.182,87	954.885,06	988.599,25	1.055.431,74	1.053.153,67	12.345.588,02	0,00
Pessoal Ativo	948.880,17	896.597,92	894.498,69	881.870,19	886.112,72	1.909.434,24	884.941,50	991.182,87	954.885,06	988.599,25	1.055.431,74	1.053.153,67	12.345.588,02	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	781.920,41	731.039,69	729.491,71	720.416,78	725.927,78	1.583.999,22	689.883,52	816.374,97	789.261,57	808.986,77	858.540,67	851.570,87	10.087.413,96	
Obrigações Patronais	166.959,76	165.558,23	165.006,98	161.453,41	160.184,94	325.435,02	195.057,98	174.807,90	165.623,49	179.612,48	196.891,07	201.582,80	2.258.174,06	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas													0,00	
Pensões													0,00	
Outros Benefícios Previdenciários													0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	948.880,17	896.597,92	894.498,69	881.870,19	886.112,72	1.909.434,24	884.941,50	991.182,87	954.885,06	988.599,25	1.055.431,74	1.053.153,67	12.345.588,02	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	26.886.787,14	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	26.886.787,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	12.345.588,02	45,92
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.518.865,06	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.792.921,81	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1° do art. 59 da LRF)	13.066.978,55	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	655.017,19	879.750,59	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	655.017,19	879.750,59	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.176.969,61	3.765.621,02	0,00
Disponibilidade de Caixa	3.176.969,61	3.765.621,02	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.306.654,59	3.875.841,88	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	129.684,98	110.220,86	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.521.952,42	-2.885.870,43	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.362.330,28	26.886.787,14	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,48	3,27	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-9,57	-10,73	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	4.217.972,84	4.301.885,94	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.796.175,56	3.871.697,34	
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (**I**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (**II**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (**III**)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	26.362.330,28	26.886.787,14	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (**VII**)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (**VIII**)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (**IX**)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (**XI**) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (**I**)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (**II**)	0,00	0,00
TOTAL (**III**)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.886.787,14	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.301.885,94	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.871.697,34	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.882.075,09	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	26.886.787,14
Receita Corrente Líquida Ajustada	26.886.787,14

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.345.588,02	45,92
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	14.518.865,05	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	13.792.921,80	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	13.066.978,55	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-2.885.870,43	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 015/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAVALO MECANICO E UMA CARRETA TANQUE, USADOS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NOVA MARINGÁ – MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

Nova Maringá – MT, 25 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
3° BIMESTRE RREO 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.959.971,87	29.959.971,87	5.076.286,66	16,94	12.964.202,86	43,27	16.995.769,01
RECEITAS CORRENTES	28.339.971,87	28.339.971,87	4.468.076,87	15,77	12.060.513,57	42,56	16.279.458,30
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.990.642,28	2.990.642,28	646.996,89	21,63	1.170.653,22	39,14	1.819.989,06
Impostos	2.751.598,28	2.751.598,28	612.651,52	22,27	1.006.892,62	36,59	1.744.705,66
Taxas	239.044,00	239.044,00	34.345,37	14,37	163.760,60	68,51	75.283,40
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	183.750,00	183.750,00	22.700,69	12,35	76.813,57	41,80	106.936,43
Contribuições Sociais							0,00
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	183.750,00	183.750,00	22.700,69	12,35	76.813,57	41,80	106.936,43
RECEITA PATRIMONIAL	131.250,00	131.250,00	13.722,10	10,45	42.116,67	32,09	89.133,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	131.250,00	131.250,00	13.722,10	10,45	42.116,67	32,09	89.133,33
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	164.000,00	164.000,00	44.907,96	27,38	159.766,39	97,42	4.233,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	164.000,00	164.000,00	44.907,96	27,38	159.766,39	97,42	4.233,61
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.770.329,59	24.770.329,59	3.589.430,14	14,49	10.460.791,63	42,23	14.309.537,96
Transferências da União e de suas Entidades	8.878.600,00	8.878.600,00	1.305.293,26	14,70	3.873.277,36	43,62	5.005.322,64
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.252.528,62	12.252.528,62	1.707.644,47	13,94	4.925.749,55	40,20	7.326.779,07
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.639.200,97	3.639.200,97	576.492,41	15,84	1.661.764,72	45,66	1.977.436,25
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	100.000,00	150.319,09	150,32	150.372,09	150,37	-50.372,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	150.319,09	150,32	150.372,09	150,37	-50.372,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes							0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.620.000,00	1.620.000,00	608.209,79	37,54	903.689,29	55,78	716.310,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Alienação de Bens Móveis	70.000,00	70.000,00		0,00		0,00	70.000,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.550.000,00	1.550.000,00	608.209,79	39,24	903.689,29	58,30	646.310,71
Transferências da União e de suas Entidades	750.000,00	750.000,00	380.000,00	50,67	675.479,50	90,06	74.520,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	800.000,00	800.000,00	228.209,79	28,53	228.209,79	28,53	571.790,21
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.959.971,87	29.959.971,87	5.076.286,66	16,94	12.964.202,86	43,27	16.995.769,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.959.971,87	29.959.971,87	5.076.286,66	16,94	12.964.202,86	43,27	16.995.769,01
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.959.971,87	29.959.971,87	5.076.286,66	16,94	12.964.202,86	43,27	16.995.769,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.959.971,87	29.919.971,87	4.318.237,29	15.268.211,53	14.651.760,34	4.256.530,06	11.560.433,38	18.359.538,49	11.046.808,02	0,00
DESPESAS CORRENTES	25.170.411,90	25.663.911,90	3.589.595,92	14.312.132,64	11.351.779,26	4.157.422,06	11.235.685,86	14.428.226,04	10.724.370,50	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.735.152,19	12.006.342,19	2.108.585,41	5.928.194,09	6.078.148,10	2.108.585,41	5.928.194,09	6.078.148,10	5.694.058,32	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.430.259,71	13.652.569,71	1.481.010,51	8.383.938,55	5.268.631,16	2.048.836,65	5.307.491,77	8.345.077,94	5.030.312,18	
DESPESAS DE CAPITAL	4.717.900,00	4.184.400,00	728.641,37	956.078,89	3.228.321,11	99.108,00	324.747,52	3.859.652,48	322.437,52	0,00
INVESTIMENTOS	4.712.900,00	4.179.400,00	728.641,37	956.078,89	3.223.321,11	99.108,00	324.747,52	3.854.652,48	322.437,52	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	71.659,97	71.659,97			71.659,97			71.659,97		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.959.971,87	29.919.971,87	4.318.237,29	15.268.211,53	14.651.760,34	4.256.530,06	11.560.433,38	18.359.538,49	11.046.808,02	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	29.959.971,87	29.919.971,87	4.318.237,29	15.268.211,53	14.651.760,34	4.256.530,06	11.560.433,38	18.359.538,49	11.046.808,02	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.959.971,87	29.919.971,87	4.318.237,29	15.268.211,53		4.256.530,06	11.560.433,38		11.046.808,02	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.959.971,87	29.919.971,87	4.318.237,29	15.268.211,53	100,00	14.651.760,34	4.256.530,06	11.560.433,38	100,00	18.359.538,49	0,00
Legislativa	1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	0,00	0,00	1.350.000,00	0,00	0,00	0,00	1.350.000,00	0,00
Ação Legislativa	1.350.000,00	1.350.000,00			0,00	1.350.000,00			0,00	1.350.000,00	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	5.713.500,00	5.834.391,00	768.749,25	3.286.255,25	21,52	2.548.135,75	875.978,28	2.641.028,56	22,85	3.193.362,44	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	5.713.500,00	5.834.391,00	768.749,25	3.286.255,25	21,52	2.548.135,75	875.978,28	2.641.028,56	22,85	3.193.362,44	
Administração Financeira					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	1.120.000,00	1.114.200,00	127.606,10	569.692,30	3,73	544.507,70	155.907,91	506.258,53	4,38	607.941,47	0,00
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00		2.000,00	0,01	18.000,00	314,95	1.056,31	0,01	18.943,69	
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	150.000,00	14.737,91	60.720,20	0,40	89.279,80	15.057,23	52.452,21	0,45	97.547,79	
Assistência Comunitária	510.000,00	503.600,00	47.054,97	233.484,02	1,53	270.115,98	69.089,79	207.825,66	1,80	295.774,34	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	405.000,00	435.600,00	65.813,22	273.488,08	1,79	162.111,92	71.445,94	244.924,35	2,12	190.675,65	
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	6.084.000,00	6.267.800,00	1.015.119,50	4.200.292,91	27,51	2.067.507,09	1.113.793,31	3.246.560,63	28,08	3.021.239,37	0,00
Atenção Básica	1.544.000,00	1.689.600,00	360.149,67	1.021.601,68	6,69	667.998,32	341.524,70	940.503,91	8,14	749.096,09	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.950.000,00	3.906.600,00	509.255,43	2.663.789,92	17,45	1.242.810,08	607.170,32	1.821.407,69	15,76	2.085.192,31	
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	10.000,00	48.500,00	14.975,61	42.978,32	0,28	5.521,68	14.975,61	42.978,32	0,37	5.521,68	
Vigilância Epidemiológica	50.000,00	49.000,00		25.750,00	0,17	23.250,00	14.673,44	20.756,62	0,18	28.243,38	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	470.000,00	514.100,00	130.738,79	431.677,49	2,83	82.422,51	135.449,24	409.942,19	3,55	104.157,81	
FU10 - Demais Subfunções	60.000,00	60.000,00		14.495,50	0,09	45.504,50		10.971,90	0,09	49.028,10	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	7.981.212,19	7.981.212,19	1.407.530,36	3.846.954,72	25,20	4.134.257,47	1.463.213,02	3.394.231,33	29,36	4.586.980,86	0,00
Ensino Fundamental	5.590.000,00	5.170.150,00	861.489,04	2.277.704,45	14,92	2.892.445,55	893.261,64	2.009.307,44	17,38	3.160.842,56	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior	30.000,00	30.000,00			0,00	30.000,00			0,00	30.000,00	
Educação Infantil	1.558.000,00	1.782.600,00	260.147,90	834.536,44	5,47	948.063,56	256.514,18	822.823,66	7,12	959.776,34	
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00			0,00	12.000,00			0,00	12.000,00	
Educação Especial	213.212,19	258.062,19		237.829,56	1,56	20.232,63	39.638,26	99.095,65	0,86	158.966,54	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	308.000,00	449.900,00	227.073,74	356.013,76	2,33	93.886,24	216.031,24	323.186,05	2,80	126.713,95	
FU12 - Demais Subfunções	270.000,00	278.500,00	58.819,68	140.870,51	0,92	137.629,49	57.767,70	139.818,53	1,21	138.681,47	
Cultura	125.000,00	133.500,00	20.021,60	45.025,60	0,29	88.474,40	7.861,20	25.609,21	0,22	107.890,79	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	125.000,00	133.500,00	20.021,60	45.025,60	0,29	88.474,40	7.861,20	25.609,21	0,22	107.890,79	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	1.010.000,00	878.700,00	0,00	0,00	0,00	878.700,00	0,00	0,00	0,00	878.700,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.010.000,00	878.700,00			0,00	878.700,00			0,00	878.700,00	
Serviços Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	225.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	225.000,00	125.000,00			0,00	125.000,00			0,00	125.000,00	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	895.000,00	833.200,00	75.283,99	310.512,90	2,03	522.687,10	70.332,25	203.497,06	1,76	629.702,94	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	590.000,00	508.200,00		77.176,80	0,51	431.023,20	12.862,80	32.157,00	0,28	476.043,00	
FU17 - Administração Geral	305.000,00	325.000,00	75.283,99	233.336,10	1,53	91.663,90	57.469,45	171.340,06	1,48	153.659,94	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	590.000,00	454.450,00	39.637,14	113.283,62	0,74	341.166,38	39.637,14	113.283,62	0,98	341.166,38	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	270.000,00	144.950,00			0,00	144.950,00			0,00	144.950,00	
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00			0,00	50.000,00			0,00	50.000,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	270.000,00	259.500,00	39.637,14	113.283,62	0,74	146.216,38	39.637,14	113.283,62	0,98	146.216,38	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	750.000,00	685.000,00	101.355,01	267.668,23	1,75	417.331,77	74.213,03	202.284,85	1,75	482.715,15	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	460.000,00	460.000,00	101.355,01	266.579,00	1,75	193.421,00	74.213,03	201.195,62	1,74	258.804,38	
FU20 - Demais Subfunções	290.000,00	225.000,00		1.089,23	0,01	223.910,77		1.089,23	0,01	223.910,77	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	230.000,00	230.000,00	0,00	57.664,91	0,38	172.335,09	11.305,36	34.795,43	0,30	195.204,57	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia Elétrica	230.000,00	230.000,00		57.664,91	0,38	172.335,09	11.305,36	34.795,43	0,30	195.204,57	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	2.750.000,00	2.755.859,00	247.445,16	1.742.833,02	11,41	1.013.025,98	389.053,10	1.045.830,36	9,05	1.710.028,64	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	2.750.000,00	2.755.859,00	247.445,16	1.742.833,02	11,41	1.013.025,98	389.053,10	1.045.830,36	9,05	1.710.028,64	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	755.000,00	895.400,00	515.489,18	528.428,36	3,46	366.971,64	4.472,60	17.411,78	0,15	877.988,22	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	740.000,00	880.400,00	515.489,18	528.428,36	3,46	351.971,64	4.472,60	17.411,78	0,15	862.988,22	
Lazer	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
Encargos Especiais	309.599,71	309.599,71	0,00	299.599,71	1,96	10.000,00	50.762,86	129.642,02	1,12	179.957,69	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	299.599,71	299.599,71		299.599,71	1,96	0,00	50.762,86	129.642,02	1,12	169.957,69	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	71.659,97	71.659,97				71.659,97				71.659,97	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00					
TOTAL (III) = (I + II)	29.959.971,87	29.919.971,87	4.318.237,29	15.268.211,53	100,00	14.651.760,34	4.256.530,06	11.560.433,38	100,00	18.359.538,49	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2.385.388,97	2.381.503,59	2.190.050,74	2.978.304,55	2.605.822,35	4.084.444,08	2.182.492,81	2.322.402,33	2.012.664,68	2.127.200,04	2.656.050,77	2.364.826,88	30.291.151,79	32.346.854,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	347.349,58	331.459,88	102.618,86	200.233,87	207.304,39	266.094,85	88.556,06	160.000,14	144.292,00	130.808,13	226.630,17	420.366,72	2.625.714,65	2.990.642,28
IPTU	119.129,95	111.748,17	4.234,21	2.937,93	4.498,54	2.606,76	28.690,88	31.754,36	22.779,34	33.356,11	29.502,32	31.874,98	423.113,55	487.081,60
ISS	53.057,99	58.688,46	54.806,98	62.294,01	52.273,38	67.421,59	31.120,46	37.246,97	42.374,94	59.307,72	36.486,78	71.937,20	627.016,48	1.020.516,68
ITBI	88.449,59	81.099,28	1.007,34	96.894,95	108.889,12	111.002,77	1.618,31	44.866,09	41.281,72	19.844,20	146.843,62	56.576,54	798.173,53	691.000,00
IRRF	41.282,85	35.891,43	37.961,52	35.652,39	37.545,55	80.182,95						239.430,08	507.946,77	553.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.429,20	44.032,54	4.608,81	2.654,59	4.097,80	4.880,78	27.126,41	46.132,72	37.856,00	18.300,10	13.797,45	20.547,92	269.464,32	239.044,00
Contribuições	11.204,39	12.104,53	12.832,11	6.530,65		24.123,85	13.781,90	13.925,19	12.672,25	13.733,54	10.930,26	11.770,43	143.609,10	183.750,00
Receita Patrimonial	15.839,97	13.101,60	9.107,68	9.465,03	7.990,45	5.921,71	7.987,52	6.435,98	7.283,57	6.687,50	6.667,15	7.054,95	103.543,11	131.250,00
Rendimentos de Aplicação Financeira													0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	15.839,97	13.101,60	9.107,68	9.465,03	7.990,45	5.921,71	7.987,52	6.435,98	7.283,57	6.687,50	6.667,15	7.054,95	103.543,11	131.250,00
Receita Agropecuária													0,00	
Receita Industrial													0,00	
Receita de Serviços	35.189,32	34.786,44	32.143,98	58.115,41	26.082,90	35.119,35	35.984,77	24.222,26	32.690,03	21.961,37	21.935,70	22.972,26	381.203,79	164.000,00
Transferências Correntes	1.921.194,08	1.895.416,42	1.986.659,11	2.653.234,52	2.322.459,81	3.682.535,98	2.036.182,56	2.117.818,76	1.815.716,83	1.953.966,50	2.389.867,07	1.752.363,85	26.527.415,49	28.777.211,74
Cota-Parte do FPM	414.453,60	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	614.926,64	562.076,40	734.809,64	494.114,29	516.062,73	635.788,83	595.386,01	6.340.532,95	8.025.000,00
Cota-Parte do ICMS	574.291,07	791.457,56	850.473,64	615.812,67	905.110,06	872.695,33	783.351,69	655.990,17	639.857,85	565.364,70	824.982,41	564.938,92	8.644.326,07	10.481.185,00
Cota-Parte do IPVA	45.261,91	26.633,44	21.893,92	22.672,28	16.988,71	15.428,12	26.869,31	43.619,14	53.996,86	41.582,40	67.022,04	33.528,15	415.496,28	278.225,77
Cota-Parte do ITR	977,27	16.492,07	43.184,54	965.908,04	201.885,16	191.713,93	94.451,00	17.115,26	17.809,74	1.679,77	25.269,13	11.655,83	1.588.141,74	1.200.000,00
Transferências da LC nº 87/1996	2.882,98	2.882,98	2.882,98	2.882,98	2.882,98	2.882,98	2.716,67	2.716,67	2.716,67	2.716,67	2.716,67	2.716,67	33.597,90	50.000,00
Transferências da LC nº 61/1989													0,00	
Transferências do FUNDEB	219.369,32	279.981,60	183.019,79	236.569,18	218.086,78	709.068,59	298.011,26	288.362,87	257.848,05	241.050,13	328.967,15	247.585,26	3.507.859,98	3.639.200,97
Outras Transferências Correntes	663.957,93	308.230,83	490.782,58	362.397,06	517.743,22	1.275.820,39	268.706,23	375.205,01	349.373,37	583.510,10	505.180,84	296.553,01	5.997.460,57	5.103.600,00
Outras Receitas Correntes	54.611,63	94.634,72	46.689,00	50.725,07	41.984,80	70.648,34	0,00	0,00	10,00	43,00	20,42	150.298,67	509.665,65	100.000,00
DEDUÇÕES (II)	207.520,04	261.440,70	262.571,25	410.853,55	317.325,84	339.529,33	293.892,91	290.850,08	241.699,00	225.881,17	311.155,74	241.645,04	3.404.364,65	4.006.882,15
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência													0,00	
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	207.520,04	261.440,70	262.571,25	410.853,55	317.325,84	339.529,33	293.892,91	290.850,08	241.699,00	225.881,17	311.155,74	241.645,04	3.404.364,65	4.006.882,15
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.177.868,93	2.120.062,89	1.927.479,49	2.567.451,00	2.288.496,51	3.744.914,75	1.888.599,90	2.031.552,25	1.770.965,68	1.901.318,87	2.344.895,03	2.123.181,84	26.886.787,14	28.339.971,87

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	28.339.974,87	12.060.513,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.990.645,28	1.170.653,22
IPTU	487.084,60	177.957,99
ISS	1.020.516,68	278.474,07
ITBI	691.000,00	311.030,48
IRRF	553.000,00	239.430,08
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	239.044,00	163.760,60
Contribuições	183.750,00	76.813,57
Receita Patrimonial	131.250,00	42.116,67
Aplicações Financeiras (II)		
Outras Receitas Patrimoniais	131.250,00	42.116,67
Transferências Correntes	24.770.329,59	10.460.791,63
Cota-Parte do FPM	7.525.000,00	3.540.237,90
Cota-Parte do ICMS	10.481.185,00	4.034.485,74
Cota-Parte do IPVA	278.225,77	266.617,90
Cota-Parte do ITR	1.200.000,00	167.980,73
Transferências da LC 87/1996	10.000,00	16.300,02
Transferências da LC nº 61/1989		
Transferências do FUNDEB	3.639.200,97	1.661.764,72
Outras Transferências Correntes	1.636.717,85	773.404,62
Demais Receitas Correntes	264.000,00	310.138,48
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00
Receitas Correntes Restantes	264.000,00	310.138,48
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	28.339.974,87	12.060.513,57
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.620.000,00	903.689,29
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	70.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens	70.000,00	
Transferências de Capital	1.550.000,00	903.689,29
Convênios	1.550.000,00	903.689,29
Outras Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.620.000,00	903.689,29
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	29.959.974,87	12.964.202,86

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	22.772.554,71	14.312.132,64	11.235.685,86	10.724.370,50	364.342,19	281.592,85	269.992,85
Pessoal e Encargos Sociais	10.708.524,00	5.928.194,09	5.928.194,09	5.694.058,32	169.551,91		
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00						
Outras Despesas Correntes	12.064.030,71	8.383.938,55	5.307.491,77	5.030.312,18	194.790,28	281.592,85	269.992,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	22.772.554,71	14.312.132,64	11.235.685,86	10.724.370,50	364.342,19	281.592,85	269.992,85
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.299.900,00	956.078,89	324.747,52	322.437,52	21.613,01	54.858,62	54.858,62
Investimentos	1.299.900,00	956.078,89	324.747,52	322.437,52	21.613,01	54.858,62	54.858,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)	0,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.299.900,00	956.078,89	324.747,52	322.437,52	21.613,01	54.858,62	54.858,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	71.659,97						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	24.144.114,68	15.268.211,53	11.560.433,38	11.046.808,02	385.955,20	336.451,47	324.851,47

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	1.206.588,17

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.206.588,17

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	655.017,19	879.750,59
DEDUÇÕES (XXIX)	3.176.969,61	3.765.621,02
Disponibilidade de Caixa	3.176.969,61	3.765.621,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.306.654,59	3.875.841,88
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	129.684,98	110.220,86
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-2.521.952,42	-2.885.870,43

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	363.918,01

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	19.464,12
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	344.453,89

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
Reserva Orçamentária do RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	129.684,98	366.491,08	385.955,20	0,00	110.220,86	282.056,30	371.480,45	336.451,47	324.851,47	0,00	328.685,28	438.906,14
PODER EXECUTIVO	129.684,98	366.491,08	385.955,20		110.220,86	282.056,30	371.480,45	336.451,47	324.851,47		328.685,28	438.906,14
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	129.684,98	366.491,08	385.955,20	0,00	110.220,86	282.056,30	371.480,45	336.451,47	324.851,47	0,00	328.685,28	438.906,14

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	29.959.971,87
Previsão Atualizada	29.959.971,87
Receitas Realizadas	12.964.202,86
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	29.959.971,87
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	29.919.971,87
Despesas Empenhadas	15.268.211,53
Despesas Liquidadas	11.560.433,38
Despesas Pagas	11.046.808,02
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	15.268.211,53
Despesas Liquidadas	11.560.433,38

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	26.886.787,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha			
Resultado Primário - Acima da Linha			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	496.176,06	0,00	385.955,20	110.220,86
Poder Executivo	496.176,06		385.955,20	110.220,86
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	653.536,75	0,00	324.851,47	328.685,28
Poder Executivo	653.536,75		324.851,47	328.685,28
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	1.149.712,81	0,00	710.806,67	438.906,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO. PREGÃO PRESENCIAL 015/2018.

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 159/2018 de 02 de Maio de 2018, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 015/2018 menor preço por Item, cujo Objeto é **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAVALO MECANICO E UMA CARRETA TANQUE, USADOS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NOVA MARINGÁ – MT,** a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDORES:

MARCELO KROHFGLING, inscrito no CPF N°:816.373.909-63

ITEM 01 - VALOR TOTAL: **59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).**

ITEM 02 – FRACASSADO

Nova Maringá – MT, 25 de Julho de 2018.

Atenciosamente

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 205/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 57/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº57/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **SEGURANÇA GUERREIROS DA NOITE LTDA - ME**

CONTRATO Nº 57/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3838/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE BRIGADA DE INCÊN-

DIO PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO 27º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 17,18 E 19 DE AGOSTO DE 2018 NA PRAÇA DA BÍBLIA.

DATA DA ASSINATURA: 20 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 20 DE JULHO DE 2018 Á 31 DE AGOSTO 2018

VALOR: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

FISCAL TITULAR: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979-48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

FISCAL SUBSTITUTO: ZORAIDE BARBOSA

RG Nº: 12165409 SSP/MT

CPF Nº: 910.892.041-91

CARGO: ZELADORA DA EDUCAÇÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 1864

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 20 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 57/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3838/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 20 de Julho de 2018

VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

PROFESSORA DE PEDAGOGIA

Matrícula nº 136

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde -MT, Sr. Francisco Antonio Sevallo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº.: 126/2018

b) Licitação Nº.: 001/2018

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data da Homologação: 25/07/2018

e) Data da Adjudicação: 25/07/2018

f) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de Assessoria e consultoria Contábil em atendimento a Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal e todas as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

g) Empresa Vencedora:

ERICK MATHEUS QUINTINO MARIA 00980968186, CNPJ 11.559.054/0001-08, no valor de **R$: 21.000,00 (vinte e um mil reais).**

Nova Monte Verde-MT, 25 de julho de 2.018

Aparecida Picon Fornazieri Francisco Antonio Sevallo

CPL Presidente da Câmara Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 204/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 56/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº56/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **SEGURANÇA GUERREIROS DA NOITE LTDA - ME**

CONTRATO Nº 56/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3837/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA O EVENTO DAS COMEMORAÇÕES DO 27º ANIVERSÁRIO EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 17,18 E 19 DE AGOSTO DE 2018 NA PRAÇA DA BÍBLIA.

DATA DA ASSINATURA: 20 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 20 DE JULHO DE 2018 Á 31 DE AGOSTO 2018

VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

FISCAL SUBSTITUTO: ZORAIDE BARBOSA

RG Nº: 12165409 SSP/MT

CPF Nº: 910.892.041-91

CARGO: ZELADORA DA EDUCAÇÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 1864

FISCAL TITULAR: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979-48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 20 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 56/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3837/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 20 de Julho de 2018

ZORAIDE BARBOSA

ZELADORA DA EDUCAÇÃO

Matrícula nº 1864

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO N °126/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

A Pregoeira da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT, Senhora Aparecida Picon Fornazieri , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o artigo 43, inciso VI da lei nº 8.666/93, **ADJUDICA** o processo licitatório nº 126/2018 na Modalidade Pregão Presencial nº 001/2018, após a análise documental efetuada pela Pregoeira e pelos membros da equipe de apoio, a respectiva Empresa:

ERICK MATHEUS QUINTINO MARIA 00980968186, CNPJ 11.559.054/0001-08, no valor de **R$: 21.000,00 (vinte e um mil reais).**

Nova Monte Verde-MT, 25 de julho de 2018.

APARECIDA PICON FORNAZIERI

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
CERTIDÃO NEGATIVA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

CERTIFICAMOS que, o prazo para a **INTERPOSIÇÃO DE QUAISQUER RECURSOS,** conforme o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal n° 10.520/2002 referente ao Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial 001/2018, decorreu sem interposição de recurso.

Nova Monte Verde-MT, 25 de julho de 2018.

APARECIDA PICON FORNAZIERI

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 189/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 51/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº51/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **BEATRIZ DA SILVA FERREIRA 40454727895**

CONTRATO Nº 51/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3675/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DA 22ª EXPOVERDE NO DIA 19 DE JULHO DE 2018.

DATA DA ASSINATURA: 09 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 09 DE JULHO DE 2018 Á 31 DE AGOSTO 2018

VALOR: R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais).

FISCAL TITULAR: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979-48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

FISCAL SUBSTITUTO: ZORAIDE BARBOSA

RG Nº: 12165409 SSP/MT

CPF Nº: 910.892.041-91

CARGO: ZELADORA DA EDUCAÇÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 1864

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 51/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3675/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 09 de Julho de 2018

VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

PROFESSORA DE PEDAGOGIA

Matrícula nº 136

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 203/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 55/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº55/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA**

MONTE VERDE e **ALLIANCE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME**

CONTRATO Nº 55/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3836/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Á FIM DE ELABORAR PROJETO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DO 27º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 17,18 E 19 DE AGOSTO DE 2018.

DATA DA ASSINATURA: 20 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 20 DE JULHO DE 2018 Á 31 DE AGOSTO 2018

VALOR: R$ 4.200,00 (Quatro Mil e Duzentos Reais).

FISCAL TITULAR: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979-48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

FISCAL SUBSTITUTO: ZORAIDE BARBOSA

RG Nº: 12165409 SSP/MT

CPF Nº: 910.892.041-91

CARGO: ZELADORA DA EDUCAÇÃO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 1864

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 20 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 55/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3836/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 20 de Julho de 2018

VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Matrícula nº 136

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 200/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 54/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº54/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **BANCO DO BRASIL SA**

CONTRATO Nº 54/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3736/2018

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo BANCO, dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do Município e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas a todos os pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 18 DE JULHO DE 2018 Á 18 DE JULHO 2019

VALOR: Valor referente a taxa

FISCAL TITULAR: LÚCIA ZUFINO DA SILVA RAMOS

RG Nº: 987683 SSP/MT

CPF Nº: 616.714.871-68

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 3232

FISCAL SUBSTITUTO: MAISA DE OLIVEIRA GALVÃO

RG Nº: 1890372-0 SESP/MT

CPF Nº: 028.637.951-12

CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 3141

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 18 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 54/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3736/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 18 de Julho de 2018

LUCIA ZUFINO DA SILVA RAMOS

DIRETORA DE DEPARTAMENTO

Matrícula nº 3232

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 187/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 50/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº50/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **GUILHERME LUIZ AIMI**

CONTRATO Nº 50/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3288/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATACAO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE TIPO B DO PROGRAMA PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO.

DATA DA ASSINATURA: 09 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 09 DE JULHO DE 2018 Á 09 DE JULHO 2019

VALOR: R$ 939.993,48 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos noventa e três reais e quarenta e oito centavos)

FISCAL TITULAR: ANDERSON CHRISTEN TENFEN

RG Nº: 1355283-0 SSP/MT

CPF Nº: 960.447.211-91

CARGO: PROFESSOR DE PEGAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 143

FISCAL SUBSTITUTO: JUVENAL DA SILVA

RG Nº: 894446 SSP/MT

CPF Nº: 823.367.841-49

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 3187

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 50/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3288/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 09 de Julho de 2018

ANDERSON CHRISTEN TENFEN

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Matrícula nº 143

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 190/2018

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 52/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº52/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e **ADRIANA DE FREITAS 96625279153**

CONTRATO Nº 52/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3676/2018

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO CIRCUITO DE CORRIDA DE RUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SENDO EM NOVA MONTE VERDE A 5º DA ETAPA DO EVENTO QUE VEM ACONTECENDO NO VALE DO TELES PIRES.

DATA DA ASSINATURA: 09 DE JULHO 2018

VIGENCIA: 09 DE JULHO DE 2018 Á 31 DE AGOSTO 2018

VALOR: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais).

FISCAL TITULAR: CLEBERSON LIMA SATIL

RG Nº: 1897138-5 SSP/MT

CPF Nº: 031.622.281-07

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 3095

FISCAL SUBSTITUTO: TIAGO LUIS SCHWANCK DOS SANTOS

RG Nº: 9288193-8 SESP/PR

CPF Nº: 067.407.599-44

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 3099

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Julho de 2018.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 52/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº3676/2018, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 09 de Julho de 2018

CLEBERSON LIMA SATIL

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Matrícula nº 3095

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 235/2018

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 235/2018

Pelo presente instrumento particular **de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**, que entre si celebram o **Município de Nova Ubiratã**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALDENIR JOSE DOS SANTOS**, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) **MICHAEL ANDREW SILVA portador** (a) da Cédula de Identidade RG nº. **1739335-3 SEJSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **403.285.558-78**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO (A),** têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo **CONTRATADO (A)** no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de Administração, na Sede do Município, **durante o período de 24 de Julho de 2018 á 18 de Dezembro de 2018**.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a **CONTRATANTE** se compromete a pagar mensalmente ao **CONTRATADO (A)** o salário de **R$ 1.089,46 (Hum Mil e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos)**, correspondentes a 40 (quarenta) horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de administração, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao **CONTRATADO** exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O **CONTRATADO (A)** obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da **CONTRATANTE**, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATADO (A)** Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do **CONTRATADO (A),** estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

10.001.04.122.0035.2056.319004000000.0389

Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã, ao 24 dia do mês de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MICHAEL ANDREW SILVA

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

AUREA DA SILVA DE MATTOS MAURO ODINEI SOLIANI CPF Nº. 665.631.600-00 CPF Nº. 896.212.121.20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 004/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 004/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

DATA: 25 DE JULHO DE 2018

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Valdenir José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 14.5. do Edital.

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40H/SEM. – SEDE/PSF 2

	CANDIDATO (A)	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
6º	SELMA SANTOS DE SOUSA	CLASSIFICADO

2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CENTRO MUNICIPAL DE EDUC. INFANTIL PEQUENO ANJO

APOIO ADM. EDUCACIONAL NUTRIÇÃO – 40H/SEM. – CADASTRO RESERVA

	CANDIDATO (A)	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
1º	CELIANE SILVA DE ARAÚJO	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 25 de Julho de 2018.

Valdenir José dos Santos

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente.

b) FOTOCÓPIAS ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS DOS SEGUINTES:

c) E-Mail do Candidato

I. CPF, RG;

II. Título de Eleitor e Comprovante da última eleição ou Certidão de quitação eleitoral

III. Certificado de reservista para o sexo masculino;

IV. Certidão de Nascimento ou Casamento;

V. Certidão de nascimento dos filhos.

VI. Cartão de vacina dos filhos menores de 14 anos;

VII. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou;

VIII. Comprovante de Residência **(Em nome do Candidato)**

IX. Cartão Contendo nº. de conta no **Banco do Brasil**;

X. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP;

XI. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o cargo que se habilitou;

XII. Declaração de não acúmulo de cargo público.

XIII Declaração de bens.

XIV.Negativa criminal e cível, expedida pelo Fórum Local e pelo site http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/

XV. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

XVI.Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 014/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 014/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

DATA: 25 DE JULHO DE 2018

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Valdenir José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 14.5. do Edital.

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30H/SEM.

ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

	CANDIDATO (A)	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
5º	ROSANE ROSA DE MOURA	CLASSIFICADO
6º	MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS G. BARROS	CLASSIFICADO

ESCOLA M. ENTRE RIOS

APOIO ADM. EDUCACIONAL

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - 40H/SEM.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH D OU E

	CANDIDATO (A)	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
2º	JOEL VIEIRA NUNES	CLASSIFICADO

2 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

	CANDIDATO (A)	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
7º	TANIA GOMES	CLASSIFICADO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – DISTRITO ENTRE RIOS – 40H /SEM.

Nova Ubiratã, MT – 25 de Julho de 2018.

Valdenir José dos Santos

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente.

b) FOTOCÓPIAS ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS DOS SEGUINTES:

c) E-Mail do Candidato

I. CPF, RG;

II. Título de Eleitor e Comprovante da última eleição ou Certidão de quitação eleitoral

III. Certificado de reservista para o sexo masculino;

IV. Certidão de Nascimento ou Casamento;

V. Certidão de nascimento dos filhos.

VI. Cartão de vacina dos filhos menores de 14 anos;

VII. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou;

VIII. Comprovante de Residência **(Em nome do Candidato)**

IX. Cartão Contendo nº. de conta no **Banco do Brasil**;

X. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP;

XI. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o cargo que se habilitou;

XII. Declaração de não acúmulo de cargo público.

XIII Declaração de bens.

XIV.Negativa criminal e cível, expedida pelo Fórum Local e pelo site http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/

XV. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018 – CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

ORD	Nº DO CONTRATO	SERVIDOR	CARGO	SUBSTITUIÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	REMUNERAÇÃO
62	62	RAFAELLA MENDES MOTA (4312)	**FISIOTERAPEUTA**	Em substituição à servidora Ludmila Martins de Oliveira em gozo de licença maternidade e posteriormente férias	23/07/18	17/02/19	4.025,19

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
CONTRATO 027/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº. 027/2018

(Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados na Capacitação de servidores para alimentação do sistema APLIC, assessoramento e acompanhamento de envio das cargas do APLIC da Prefeitura Municipal de Novo Mundo e do Fundo de Previdência Municipal de Novo Mundo dos meses de janeiro a maio de 2018)

Aos dezoito(18) dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, por este instrumento de **Contrato Administrativo de Prestação de Serviços**, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.614.517/0001-33, com sede na Rua Nunes Freire, n.º 12, Alto da Bela Vista, na cidade de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ANTÔNIO MAFINI,** brasileiro, solteiro, produtor rural, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.631.566-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 554.863.719-34, residente e domiciliado nesta cidade de Novo Mundo/MT; e de outro lado, como **CONTRATADA** a Empresa **E.C. T. PERECO & CIA LTDA - ME**, CNPJ nº. 13.160.754/0001-50, com sede na Travessa Porecatu, nº 08, município de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário e Administrador Sr. **ELEANDRO ANTÔNIO PERECO,** brasileiro, portador do CPF nº 888.347.191-15, doravante designado **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente termo de CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direito e obrigações das partes na execução dos serviços mencionados na Cláusula Primeira deste instrumento, na forma que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 que trata da dispensa de processo licitatório e ainda parecer anexo, prevista no presente contrato, e nas disposições das Leis 8.666/93 e suas alterações, e submetendo-se os contratantes às seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A contratada obriga-se a Executar a ***Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados na Capacitação de servidores para alimentação do sistema APLIC, assessoramento e acompanhamento de envio das cargas do APLIC da Prefeitura Municipal de Novo Mundo e do Fundo de Previdência Municipal de Novo Mundo dos meses de janeiro a maio de 2018.***

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – O Objetivo geral da prestação dos serviços é *Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados na Capacitação de servidores para alimentação do sistema APLIC, assessoramento e acompanhamento de envio das cargas do APLIC da Prefeitura Municipal de Novo Mundo e do Fundo de Previdência Municipal de Novo Mundo dos meses de janeiro a maio de 2018***.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor Global do presente contrato é de **R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)** a ser pago da seguinte forma:

* No momento do encerramento dos serviços, ou seja, do envio final das informações do APLIC e Capacitação dos servidores.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.001.04.122.002.2015.3390.39.00.00

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Para o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a:

a) Fiscalizar, conferir os serviços prestados (prazo, qualidade, especificações);

b) Efetuar o pagamento correspondentes aos serviços prestados, nos termos acordados neste instrumento.

5.2 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: Para o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATADO se compromete a:

a) Prestar fielmente os serviços ora contratados, de acordo com a Proposta apresentada, o Termo de Referência e dentro do prazo fixado neste Contrato.

b) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referente à execução do serviço, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – A vigência deste instrumento é de 60(sessenta) dias a contar de 18/06/2018, que inicia-se com a assinatura deste contrato e termino em 18/08/2018, podendo ser prorrogado, desde que haja comprovada vantagem para a Administração, mediante acordo entre as partes nos termo do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato poderá ser rescindido por conveniência administrativa, com fulcro no artigo 77 e nos incisos I a XVII do artigo 78, ambos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 - – O inadimplemento de quaisquer das cláusulas e disposições deste CONTRATO, implicará na sua rescisão ou na sustação do pagamento relativos aos serviços já executados, a critério da PREFEITURA, independentemente de qualquer procedimento judicial, sujeitando-se ainda a CONTRATADA às penalidades previstas nos arts. 86 e seguinte da Lei nº. 8.666/93;

8.2 – Ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito, que deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA, a PREFEITURA, sem prejuízos das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, aplicará as seguintes multas:

a) a multa de 1% (um por cento) sobre o valor do CONTRATO, por dia de atraso que venha a ocorrer na execução deste com relação aos prazos estabelecidos pelo cronograma Físico-Financeiro,

b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor do CONTRATO, por dia de atraso na entrega das etapas e para o recebimento da Ordem de Serviço,

c) multa de 2% (dois por cento) do valor ora ajustado, pelo não cumprimento de quaisquer condições do CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 – Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, o da Comarca de Guarantã do Norte - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e as normas contidas na Lei 8.666/93.

10.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa acarretar, além do pagamento da multa contratual estabelecida neste termo, e as demais cominações legais.

10.3 – E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas, infra-assinadas.

Novo Mundo – MT, 04 de Junho de 2018.

Empresa, CNPJ nº. 13.160.754/0001-50, com sede na Travessa Porecatu, nº 08, município de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representada por seu sócio proprietário e Administrador Sr. **ELEANDRO ANTÔNIO PERECO**

ANTONIO MAFINI E.C.T. PERECO & CIA LTDA - ME

Prefeito Municipal CNPJ 13.160.754/0001-50

Contratante ELEANDRO ANTONIO PERECO

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2018.

No dia 23/07 **do ano de 2018**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT , Estado de MATOGROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 019/2018, Processo Licitatório nº. 045/2018** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da empresa	Itens
84973	EDIVALDO PEREIRA DE SOUSA 62811401172.	1-2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a

seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
EDIVALDO PEREIRA DE SOUSA 62811401172	29.394.369/0001-08	EDIVALDO PEREIRA DE SOUSA	628.114.011-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:

Item	Especificação	Quantidade	Preço unit.	Preço total	Marca
1/2	REFEICAO PREPARADA - DO TIPO MARMITEX, CONTENDO ARROZ, FEIJAO, MACARRAO, CARNES PESANDO APROXIMADAMENTE 125 GRAMAS, SENDO CARNE BOVINA, CARNE SUINA, AVE OU PEIXE, SALADA NO MININO COM 3 PORCOES, DEVERA VIR ACOMPANHADA DE UMA FRUTA, COM COLHER, FACAS E GUARDANAPOS DESCARTAVEIS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DESCARTAVEIS ALUMINIZADAS OU DE ISOPOR, TENDO PESO MINIMO DE 700 GRAMAS.	1820	R$ 14,000	R$ 25. 480,00	JANTINHA DO ARROZ
2/2	REFEICAO PREPARADA - COM NO MINIMO 2 TIPOS DE SALADAS, MINIMO DE 2 TIPOS DE CARNES, MASSAS VARIADAS, PURE DE BATATA, ARROZ, FEIJAO	1330	R$ 21,000	R$ 27. 930,	JANTINHA DO ARROZ

VALOR TOTAL R$ 53.410,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL E QUATROCENTOS E DEZ REAIS)

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DEPREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou ordem de serviço ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder executar os serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada ordem de serviço, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 02 (duas)horas da data de recebimento ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de serviço.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à execução dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais de serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente a execução dos serviços e, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8. 666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Novo Santo Antônio – MT, 23 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT

GERENCIADOR:

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Empresa Participante:

EDIVALDO PEREIRA DE SOUSA 62811401172

CNPJ: 29.394.369/0001-08

Detentora da Ata:

1ª TESTEMUNHA:

NOME COMPLETO:_____
Nº RG:_____ORGÃOEXPEDIDOR_____
ASSINATURA:_____

2ª TESTEMUNHA:

NOME COMPLETO:_____
Nº RG:_____ORGÃOEXPEDIDOR_____
ASSINATURA:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 001 DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 022/2018

Aos vinte (20) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por **Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro**, para deliberar sobre os fatos que deu origem ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 022/2018 referente o Auto de Infração nº 0693, que trata do estabelecimento Supermercado Kruger , CNPJ 13.437.821/0001-31, situada na Avenida Bandeirantes, 1090, Vila Concordia, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 022/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº001 DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 023/2018

Aos vinte (20) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre os fatos que deu origem ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 023/2018 referente ao Auto de Infração nº 0671, que trata do estabelecimento Supermercado Ponto Certo, CNPJ 19600714/0001-69, situada na Avenida Bandeirantes, 660, Vila Concórdia, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 023/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 001 DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 024/2018

Aos vinte (20) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro, para Deliberar sobre o Auto de Infração nº 0713 referente o estabelecimento Aguas de Paranatinga, CNPJ 20.978.996/0001-11, situada na Avenida Brasil, 1044,Centro, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 024/2018.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 14/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **Dispensa Nº. 14/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1. 005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada paraManutenção do site, Hospedagem e Garantia de Segurança do Banco de dadosda Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Com fulcro no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal 1450/2017 e Decreto Nº 9.412 de 18 de Junho de 2018. **EMPRESA**: **M.P. DE OLIVEIRA SILVA WEB EIRELI. CNPJ: 14.728.004/0001-03. VALOR TOTAL R$: 12.696,00.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 25 de julho de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3º BIMESTRE-2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.827.799,33	64.827.799,33	12.705.936,97	19,60	32.703.203,66	50,45	32.124.595,67
RECEITAS CORRENTES	64.367.799,33	64.367.799,33	11.829.946,97	18,38	30.904.919,85	48,01	33.462.879,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.850.606,77	6.850.606,77	2.876.087,37	41,98	5.106.617,48	74,54	1.743.989,29
Impostos	6.552.140,09	6.552.140,09	2.812.964,20	42,93	4.922.305,86	75,13	1.629.834,23
Taxas	298.466,68	298.466,68	63.123,17	21,15	184.311,62	61,75	114.155,06
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.704.215,03	2.704.215,03	509.994,83	18,86	1.318.745,34	48,77	1.385.469,69
Contribuições Sociais	1.773.237,30	1.773.237,30	361.114,31	20,36	1.038.537,74	58,57	734.699,56
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	930.977,73	930.977,73	148.880,52	15,99	280.207,60	30,10	650.770,13
RECEITA PATRIMONIAL	3.748.778,45	3.748.778,45	67.482,23	1,80	207.074,81	5,52	3.541.703,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	694.416,42	694.416,42	67.329,66	9,70	206.634,88	29,76	487.781,54
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais	3.054.362,03	3.054.362,03	152,57	0,00	439,93	0,01	3.053.922,10
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	30.000,00	30.000,00		0,00		0,00	30.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.011.999,08	51.011.999,08	8.304.067,21	16,28	24.131.803,08	47,31	26.880.196,00
Transferências da União e de suas Entidades	20.921.820,15	20.921.820,15	2.868.087,06	13,71	8.530.177,81	40,77	12.391.642,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.259.108,73	20.259.108,73	3.530.620,32	17,43	10.116.789,11	49,94	10.142.319,62
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.831.070,20	9.831.070,20	1.905.359,83	19,38	5.484.836,16	55,79	4.346.234,04
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.200,00	21.200,00	72.315,33	341,11	140.679,14	663,58	-119.479,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.000,00	20.000,00		0,00		0,00	20.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	1.200,00	1.200,00	72.315,33	6.026,28	140.679,14	11.723,26	-139.479,14

Documento gerado em 25/07/2018 17:06:43

Página 1 de 34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	460.000,00	460.000,00	875.990,00	190,43	1.798.283,81	390,93	-1.338.283,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	460.000,00	460.000,00	875.990,00	190,43	1.798.283,81	390,93	-1.338.283,81
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	460.000,00	460.000,00	875.990,00	190,43	1.798.283,81	390,93	-1.338.283,81
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.872.200,67	1.872.200,67	399.650,72	21,35	1.154.105,00	61,64	718.095,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	66.700.000,00	66.700.000,00	13.105.587,69	19,65	33.857.308,66	50,76	32.842.691,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	66.700.000,00	66.700.000,00	13.105.587,69	19,65	33.857.308,66	50,76	32.842.691,34
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	66.700.000,00	66.700.000,00	13.105.587,69	19,65	33.857.308,66	50,76	32.842.691,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	60.955.799,33	65.013.031,31	11.387.271,95	39.733.502,56	25.279.528,75	11.638.637,75	31.851.632,98	33.161.398,33	27.498.234,82	0,00
DESPESAS CORRENTES	54.976.619,53	56.408.821,20	10.743.409,15	37.703.619,83	18.705.201,37	11.399.270,01	30.262.076,11	26.146.745,09	25.916.706,95	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.418.627,57	32.061.633,74	6.704.559,89	18.947.776,99	13.113.856,75	6.704.559,89	18.946.511,96	13.115.121,78	16.092.308,71	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.000,00	7.000,00	0,00	50,10	6.949,90	0,00	50,10	6.949,90	50,10	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.550.991,96	24.340.187,46	4.038.849,26	18.755.792,74	5.584.394,72	4.694.710,12	11.315.514,05	13.024.673,41	9.824.348,14	
DESPESAS DE CAPITAL	5.942.179,80	8.567.210,11	643.862,80	2.029.882,73	6.537.327,38	239.367,74	1.589.556,87	6.977.653,24	1.581.527,87	0,00
INVESTIMENTOS	5.696.179,80	8.366.210,11	613.492,82	1.926.467,63	6.439.742,48	208.997,76	1.486.141,77	6.880.068,34	1.478.112,77	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	246.000,00	201.000,00	30.369,98	103.415,10	97.584,90	30.369,98	103.415,10	97.584,90	103.415,10	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	37.000,00	37.000,00			37.000,00			37.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.872.200,67	2.486.000,00	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	977.164,11	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	62.828.000,00	67.499.031,31	11.789.307,01	40.906.591,10	26.592.440,21	12.040.672,81	33.024.721,52	34.474.309,79	28.475.398,93	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	62.828.000,00	67.499.031,31	11.789.307,01	40.906.591,10	26.592.440,21	12.040.672,81	33.024.721,52	34.474.309,79	28.475.398,93	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	62.828.000,00	67.499.031,31	11.789.307,01	40.906.591,10		12.040.672,81	33.024.721,52		28.475.398,93	0,00
RESERVA DO RPPS	3.872.000,00	3.872.000,00			3.872.000,00			3.872.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1,872,200,67	1,872,200,67	399,650,72	21,35	1,154,105,00	61,64	718,095,67
RECEITAS CORRENTES	1,872,200,67	1,872,200,67	399,650,72	21,35	1,154,105,00	61,64	718,095,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1,872,200,67	1,872,200,67	399,650,72	21,35	1,154,105,00	61,64	718,095,67
Contribuições Sociais	1,872,200,67	1,872,200,67	399,650,72	21,35	1,154,105,00	61,64	718,095,67
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.872.200,67	2.486.000,00	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	977.164,11	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.872.200,67	2.486.000,00	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	977.164,11	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.872.200,67	2.486.000,00	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	402.035,06	1.173.088,54	1.312.911,46	977.164,11	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.827.799,33	68.885.031,31	11.387.271,95	39.733.502,56	97,13	29.151.528,75	11.638.637,75	31.851.632,98	96,45	37.033.398,33	0,00
Legislativa	3.140.328,34	3.140.328,34	512.662,97	1.586.362,04	3,88	1.553.966,30	513.095,91	1.536.065,93	4,65	1.604.262,41	0,00
Ação Legislativa	3.140.328,34	3.140.328,34	512.662,97	1.586.362,04	3,88	1.553.966,30	513.095,91	1.536.065,93	4,65	1.604.262,41	
Controle Externo					0,00				0,00		
FU01 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU01 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
FU02 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU02 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
FU03 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU03 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	6.801.313,53	7.694.514,30	2.078.507,40	5.101.356,96	12,47	2.593.157,34	1.781.893,30	4.357.567,30	13,19	3.336.947,00	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
FU04 - Administração Geral	4.402.799,23	4.919.000,00	1.441.026,16	3.271.718,82	8,00	1.647.281,18	1.345.616,10	2.921.783,56	8,85	1.997.216,44	
Administração Financeira	1.511.514,30	2.001.014,30	458.489,02	1.387.259,39	3,39	613.754,91	281.482,01	1.027.598,62	3,11	973.415,68	
Controle Interno	100.000,00	125.500,00	35.709,31	106.007,50	0,26	19.492,50	35.709,31	106.007,50	0,32	19.492,50	
Normatização e Fiscalização	130.000,00	12.000,00	3.270,45	3.270,45	0,01	8.729,55	3.270,45	3.270,45	0,01	8.729,55	
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos	20.000,00	0,00			0,00				0,00		
Administração de Receitas	637.000,00	637.000,00	140.012,46	333.100,80	0,81	303.899,20	115.815,43	298.907,17	0,91	338.092,83	
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
FU04 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
FU05 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU05 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
FU06 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU06 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
FU07 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU07 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	3.040.000,00	3.264.655,40	500.121,46	1.765.522,14	4,32	1.499.133,26	529.081,54	1.492.238,83	4,52	1.772.416,57	0,00
Assistência ao Idoso	522.000,00	551.000,00	96.546,58	303.731,00	0,74	247.269,00	96.546,58	294.556,00	0,89	256.444,00	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	443.000,00	493.350,00	89.833,52	236.136,57	0,58	257.213,43	89.833,52	234.026,57	0,71	259.323,43	
Assistência Comunitária	1.571.000,00	1.547.471,73	230.996,75	647.754,30	1,58	899.717,43	267.601,85	481.684,19	1,46	1.065.787,54	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	504.000,00	672.833,67	82.744,61	577.900,27	1,41	94.933,40	75.099,59	481.972,07	1,46	190.861,60	
FU08 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Previdência Social	2.828.000,00	2.828.000,00	361.104,11	1.162.090,90	2,84	1.665.909,10	396.716,81	1.055.252,80	3,20	1.772.747,20	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	2.828.000,00	2.828.000,00	361.104,11	1.162.090,90	2,84	1.665.909,10	396.716,81	1.055.252,80	3,20	1.772.747,20	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
FU09 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU09 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	14.429.307,46	15.989.700,10	2.838.183,21	9.577.069,30	23,41	6.412.630,80	2.667.086,54	7.746.722,89	23,46	8.242.977,21	0,00
Atenção Básica	5.953.000,00	5.998.698,00	1.110.449,23	3.142.120,26	7,68	2.856.577,74	913.470,18	2.672.619,80	8,09	3.326.078,20	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.982.307,46	7.891.002,10	1.335.812,58	5.007.095,79	12,24	2.883.906,31	1.325.719,18	3.820.407,33	11,57	4.070.594,77	
Suporte Profilático e Terapêutico	240.000,00	246.000,00	20.136,20	101.677,60	0,25	144.322,40	20.136,20	101.677,60	0,31	144.322,40	
Vigilância Sanitária	645.000,00	748.000,00	152.293,55	414.687,58	1,01	333.312,42	147.915,57	406.974,04	1,23	341.025,96	
Vigilância Epidemiológica	55.000,00	66.000,00		23.456,15	0,06	42.543,85	419,16	21.304,44	0,06	44.695,56	
Alimentação e Nutrição	55.000,00	95.000,00	24.102,58	68.465,09	0,17	26.534,91	24.102,58	68.465,09	0,21	26.534,91	
FU10 - Administração Geral	479.000,00	945.000,00	195.389,07	819.566,83	2,00	125.433,17	235.323,67	655.274,59	1,98	289.725,41	
FU10 - Demais Subfunções	20.000,00	0,00			0,00				0,00		
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
FU11 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU11 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	17.276.733,00	20.096.319,97	3.023.898,67	13.051.723,70	31,91	7.044.596,27	3.581.659,72	9.348.404,35	28,31	10.747.915,62	0,00
Ensino Fundamental	11.574.733,00	14.025.114,07	2.181.381,80	9.719.792,70	23,76	4.305.321,37	2.517.435,90	6.643.463,29	20,12	7.381.650,78	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	1.000.000,00	1.000.000,00		996.800,00	2,44	3.200,00	209.328,00	463.512,00	1,40	536.488,00	
Educação Infantil	3.004.000,00	3.330.205,90	526.164,06	1.416.978,02	3,46	1.913.227,88	526.164,06	1.413.978,02	4,28	1.916.227,88	
Educação de Jovens e Adultos	180.000,00	122.000,00	4.150,98	4.890,58	0,01	117.109,42	4.150,98	4.890,58	0,01	117.109,42	
Educação Especial	214.000,00	236.000,00	48.681,78	117.714,33	0,29	118.285,67	48.681,78	109.434,33	0,33	126.565,67	
Educação Básica					0,00				0,00		
FU12 - Administração Geral	574.000,00	546.000,00	60.053,19	298.153,71	0,73	247.846,29	72.432,14	215.731,77	0,65	330.268,23	
FU12 - Demais Subfunções	730.000,00	837.000,00	203.466,86	497.394,36	1,22	339.605,64	203.466,86	497.394,36	1,51	339.605,64	
Cultura	351.000,00	299.000,00	74.233,94	139.815,19	0,34	159.184,81	62.763,94	111.734,19	0,34	187.265,81	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	50.000,00	0,00			0,00				0,00		
Difusão Cultural	200.000,00	178.000,00	64.430,00	77.792,00	0,19	100.208,00	47.430,00	60.792,00	0,18	117.208,00	
FU13 - Administração Geral	96.000,00	116.000,00	9.803,94	62.023,19	0,15	53.976,81	15.333,94	50.942,19	0,15	65.057,81	
FU13 - Demais Subfunções	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
FU14 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU14 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	3.733.000,00	5.626.396,20	1.151.052,39	3.621.509,62	8,85	2.004.886,58	1.096.192,43	3.005.398,82	9,10	2.620.997,38	0,00
Infra-Estrutura Urbana	645.000,00	1.466.396,20	221.633,01	499.573,87	1,22	966.822,33	221.633,01	499.573,87	1,51	966.822,33	
Serviços Urbanos	2.800.000,00	4.072.000,00	909.800,38	3.083.649,85	7,54	988.350,15	856.471,05	2.475.058,66	7,49	1.596.941,34	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
FU15 - Administração Geral	288.000,00	88.000,00	19.619,00	38.285,90	0,09	49.714,10	18.088,37	30.766,29	0,09	57.233,71	
FU15 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	25.000,00	0,00			0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana					0,00				0,00		
FU16 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU16 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	0,00			0,00				0,00		
FU17 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU17 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	260.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	215.000,00	63.000,00			0,00	63.000,00			0,00	63.000,00	
Controle Ambiental	30.000,00	0,00			0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
FU18 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU18 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
FU19 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU19 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	645.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00
Abastecimento					0,00				0,00		
Extensão Rural	120.000,00	0,00			0,00				0,00		
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária	525.000,00	14.000,00			0,00	14.000,00			0,00	14.000,00	
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
FU20 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU20 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
FU21 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU21 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
FU22 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU22 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	123.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Promoção Comercial	81.000,00	11.000,00			0,00	11.000,00			0,00	11.000,00	
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo	42.000,00	2.000,00			0,00	2.000,00			0,00	2.000,00	
FU23 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU23 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
FU24 - Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica					0,00				0,00		
Combustíveis Minerais					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
FU25 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU25 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	6.716.117,00	4.940.117,00	677.181,39	3.093.445,38	7,56	1.846.671,62	801.011,79	2.622.498,82	7,94	2.317.618,18	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	6.541.117,00	4.815.117,00	676.501,39	3.053.161,60	7,46	1.761.955,40	800.331,79	2.584.235,11	7,83	2.230.881,89	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
FU26 - Administração Geral	175.000,00	125.000,00	680,00	40.283,78	0,10	84.716,22	680,00	38.263,71	0,12	86.736,29	
FU26 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	1.270.000,00	801.000,00	139.956,43	531.142,13	1,30	269.857,87	178.765,79	472.283,85	1,43	328.716,15	0,00
Desporto de Rendimento	200.000,00	50.000,00		48.954,32	0,12	1.045,68	32.530,80	48.954,32	0,15	1.045,68	
Desporto Comunitário	420.000,00	0,00			0,00				0,00		
Lazer	20.000,00	0,00			0,00				0,00		
FU27 - Administração Geral	630.000,00	751.000,00	139.956,43	482.187,81	1,18	268.812,19	146.234,99	423.329,53	1,28	327.670,47	
FU27 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	250.000,00	205.000,00	30.369,98	103.465,20	0,25	101.534,80	30.369,98	103.465,20	0,31	101.534,80	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	250.000,00	205.000,00	30.369,98	103.465,20	0,25	101.534,80	30.369,98	103.465,20	0,31	101.534,80	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	3.909.000,00	3.909.000,00				3.909.000,00				3.909.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.872.200,67	2.486.000,00	402.035,06	1.173.088,54	2,87	1.312.911,46	402.035,06	1.173.088,54	3,55	1.312.911,46	
TOTAL (III) = (I + II)	66.700.000,00	71.371.031,31	11.789.307,01	40.906.591,10	100,00	30.464.440,21	12.040.672,81	33.024.721,52	100,00	38.346.309,79	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.872.200,67	2.486.000,00	402.035,06	1.173.088,54	2,87	1.312.911,46	402.035,06	1.173.088,54	3,55	1.312.911,46	0,00
Legislativa	60.000,00	60.000,00	15.716,51	43.769,06	0,11	16.230,94	15.716,51	43.769,06	0,13	16.230,94	0,00
Ação Legislativa	60.000,00	60.000,00	15.716,51	43.769,06	0,11	16.230,94	15.716,51	43.769,06	0,13	16.230,94	
Controle Externo					0,00				0,00		
FU01 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU01 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
FU02 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU02 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
FU03 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU03 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	213.000,00	213.000,00	33.796,65	92.883,18	0,23	120.116,82	33.796,65	92.883,18	0,28	120.116,82	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
FU04 - Administração Geral	133.000,00	133.000,00	18.977,90	51.848,92	0,13	81.151,08	18.977,90	51.848,92	0,16	81.151,08	
Administração Financeira	70.000,00	70.000,00	12.179,56	34.952,05	0,09	35.047,95	12.179,56	34.952,05	0,11	35.047,95	
Controle Interno	10.000,00	10.000,00	2.639,19	6.082,21	0,01	3.917,79	2.639,19	6.082,21	0,02	3.917,79	
Normatização e Fiscalização					0,00				0,00		
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
FU04 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
FU05 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU05 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
FU06 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU06 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
FU07 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU07 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	118.000,00	152.000,00	16.801,42	52.796,19	0,13	99.203,81	16.801,42	52.796,19	0,16	99.203,81	0,00
Assistência ao Idoso	28.000,00	28.000,00	4.083,38	12.774,97	0,03	15.225,03	4.083,38	12.774,97	0,04	15.225,03	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.000,00	9.000,00	1.146,78	3.360,05	0,01	5.639,95	1.146,78	3.360,05	0,01	5.639,95	
Assistência Comunitária	75.000,00	75.000,00	11.571,26	17.434,89	0,04	57.565,11	11.571,26	17.434,89	0,05	57.565,11	
FU08 - Administração Geral	6.000,00	40.000,00	0,00	19.226,28	0,05	20.773,72	0,00	19.226,28	0,06	20.773,72	
FU08 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário					0,00				0,00		
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
FU09 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU09 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	385.200,67	960.000,00	160.654,97	469.483,17	1,15	490.516,83	160.654,97	469.483,17	1,42	490.516,83	0,00
Atenção Básica	232.000,00	453.000,00	72.806,68	208.036,19	0,51	244.963,81	72.806,68	208.036,19	0,63	244.963,81	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	110.200,67	416.000,00	60.495,45	184.776,09	0,45	231.223,91	60.495,45	184.776,09	0,56	231.223,91	
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00				0,00		
Vigilância Sanitária	40.000,00	50.000,00	14.019,64	37.254,50	0,09	12.745,50	14.019,64	37.254,50	0,11	12.745,50	
Vigilância Epidemiológica					0,00				0,00		
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
FU10 - Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	3.000,00	41.000,00	13.333,20	39.416,39	0,10	1.583,61	13.333,20	39.416,39	0,12	1.583,61	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
FU11 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU11 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	889.000,00	891.000,00	142.422,23	416.294,78	1,02	474.705,22	142.422,23	416.294,78	1,26	474.705,22	0,00
Ensino Fundamental	616.000,00	616.000,00	104.873,34	308.937,51	0,76	307.062,49	104.873,34	308.937,51	0,94	307.062,49	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior					0,00				0,00		
Educação Infantil	212.000,00	212.000,00	32.520,13	96.592,57	0,24	115.407,43	32.520,13	96.592,57	0,29	115.407,43	
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	474,46	474,46	0,00	14.525,54	474,46	474,46	0,00	14.525,54	
Educação Especial	26.000,00	28.000,00	2.770,59	5.545,34	0,01	22.454,66	2.770,59	5.545,34	0,02	22.454,66	
Educação Básica					0,00				0,00		
FU12 - Administração Geral	20.000,00	20.000,00	1.783,71	4.744,90	0,01	15.255,10	1.783,71	4.744,90	0,01	15.255,10	
FU12 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Cultura	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural					0,00				0,00		
FU13 - Administração Geral	4.000,00	4.000,00			0,00	4.000,00			0,00	4.000,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
FU14 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU14 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	58.000,00	84.000,00	23.056,60	67.373,26	0,16	16.626,74	23.056,60	67.373,26	0,20	16.626,74	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00				0,00		
Serviços Urbanos	50.000,00	76.000,00	22.939,55	66.877,75	0,16	9.122,25	22.939,55	66.877,75	0,20	9.122,25	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
FU15 - Administração Geral	8.000,00	8.000,00	117,05	495,51	0,00	7.504,49	117,05	495,51	0,00	7.504,49	
FU15 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00				0,00		
Habitação Urbana					0,00				0,00		
FU16 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU16 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano					0,00				0,00		
FU17 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU17 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00				0,00		
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00				0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
FU18 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU18 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
FU19 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU19 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento					0,00				0,00		
Extensão Rural					0,00				0,00		
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária					0,00				0,00		
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
FU20 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU20 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
FU21 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU21 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
FU22 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU22 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
FU23 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU23 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
FU24 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU24 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica					0,00				0,00		
Combustíveis Minerais					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
FU25 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU25 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	135.000,00	112.000,00	6.978,05	23.533,21	0,06	88.466,79	6.978,05	23.533,21	0,07	88.466,79	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	130.000,00	107.000,00	6.978,05	23.533,21	0,06	83.466,79	6.978,05	23.533,21	0,07	83.466,79	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
FU26 - Administração Geral	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	2.608,63	6.955,69	0,02	3.044,31	2.608,63	6.955,69	0,02	3.044,31	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário					0,00				0,00		
Lazer					0,00				0,00		
FU27 - Administração Geral	10.000,00	10.000,00	2.608,63	6.955,69	0,02	3.044,31	2.608,63	6.955,69	0,02	3.044,31	
FU27 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	5,773,503.14	6,130,689.44	5,966,044.29	6,242,394.12	6,282,345.08	11,036,202.88	5,589,136.01	5,669,924.24	5,013,788.75	5,405,113.94	6,669,686.72	6,541,473.77	78,520,302.38	75,196,732.75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	508,375.70	896,130.44	970,975.13	2,035,106.83	685,250.39	1,776,591.44	474,159.39	508,197.77	457,824.39	790,247.72	880,104.38	1,995,982.99	11,979,046.57	6,652,119.97
IPTU	26,884.94	46,861.27	46,774.63	11,851.68	8,383.33	10,009.87	24,525.33	14,616.98	27,895.37	36,976.21	209,937.59	269,763.26	734,480.46	1,036,702.34
ISS	306,885.79	644,053.59	736,140.51	1,829,796.78	405,891.97	1,451,714.51	406,377.67	328,023.32	249,158.81	361,655.29	354,798.68	1,207,147.36	8,081,644.28	2,225,362.00
ITBI	29,487.30	16,457.11	38,989.45	257,468.48	136,410.29	59,744.38	20,101.18	0.00	11,375.81	206,690.92	139,822.10	352,697.04	1,271,244.06	1,714,575.95
IRRF	132,299.89	136,043.31	126,210.96	125,462.56	123,847.19	249,222.59	4,916.36	160,551.63	128,844.56	127,639.72	143,080.65	135,717.52	1,593,856.94	1,377,013.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12,817.78	52,715.16	22,859.58	10,507.33	8,717.61	5,900.09	18,238.85	5,005.84	40,649.84	57,285.58	32,465.36	30,657.81	297,820.83	298,466.68
Contribuições	241,533.70	336,959.28	240,936.62	219,944.24	168,965.11	268,887.08	168,785.90	250,600.37	226,350.18	171,359.74	338,793.23	171,201.60	2,804,317.05	2,704,215.03
Receita Patrimonial	394,922.52	263,689.96	267,171.48	130,715.17	124,529.65	218,100.40	39,395.83	32,347.30	37,679.45	30,170.00	35,557.90	31,924.33	1,606,203.99	3,748,778.45
Rendimentos de Aplicação Financeira	394,922.52	263,689.96	267,171.48	130,715.17	124,529.65	218,100.40	39,361.52	32,266.68	37,583.26	30,093.76	35,491.67	31,837.79	1,605,764.06	694,416.42
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	34.31	80.62	96.19	76.24	66.03	86.54	439.93	3,054,362.03
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	31,000.00
Transferências Correntes	4,382,334.99	4,405,403.05	4,244,278.13	5,510,354.47	5,079,593.67	8,552,775.75	4,703,609.96	4,691,867.98	4,265,087.76	4,389,946.29	5,363,553.01	4,122,077.00	59,710,882.06	60,167,418.63
Cota-Parte do FPM	828,374.79	939,475.89	788,843.32	893,984.66	919,525.80	1,229,853.26	1,124,152.79	1,469,619.27	988,228.55	1,036,125.46	1,271,577.64	1,190,772.00	12,680,533.43	15,742,589.15
Cota-Parte do ICMS	1,217,805.41	1,678,314.96	1,803,460.78	1,305,853.51	1,919,319.31	1,850,282.67	1,649,756.01	1,376,780.15	1,344,872.73	1,188,300.77	1,733,973.21	1,187,405.84	18,256,425.35	16,105,300.00
Cota-Parte do IPVA	202,710.83	136,504.46	101,566.33	94,128.78	90,826.37	48,237.21	132,919.34	139,613.26	224,181.11	265,640.23	289,906.86	170,253.75	1,836,488.53	1,433,277.00
Cota-Parte do ITR	46,435.68	11,313.97	65,575.23	1,863,090.83	467,746.67	355,761.19	150,856.80	36,736.96	7,819.55	13,439.44	19,243.61	33,261.82	2,871,275.75	2,591,191.00
Transferências da LC nº 87/1996	6,113.48	6,113.48	6,113.48	6,113.48	6,113.48	6,113.48	5,709.97	5,709.97	5,709.97	5,709.97	5,709.97	5,709.97	70,940.70	73,361.76
Transferências da LC nº 61/1989	4,013.77	11,335.13	10,637.36	11,313.99	21,637.67	16,564.04	11,166.97	10,771.75	11,317.83	10,185.83	11,849.85	9,497.06	140,291.25	109,244.00
Transferências do FUNDEB	693,443.49	885,043.69	578,539.91	747,813.72	689,389.34	2,241,242.04	977,506.80	953,065.67	852,211.17	796,692.69	1,087,068.03	818,291.80	11,320,408.35	9,831,070.20
Outras Transferências Correntes	1,383,437.54	737,301.47	889,541.72	788,055.50	965,041.03	2,804,321.86	651,541.28	697,570.95	830,746.85	1,133,851.90	944,223.84	706,884.76	12,532,518.70	14,281,385.52
Outras Receitas Correntes	246,336.23	228,506.71	242,682.93	346,273.41	224,006.26	219,648.21	203,184.93	186,910.82	26,746.97	23,390.19	251,678.20	220,287.85	2,419,852.71	1,893,200.67
DEDUÇÕES (II)	632,805.91	722,619.65	721,430.81	963,710.23	849,674.21	863,355.59	786,287.76	769,490.30	718,950.11	677,292.56	853,994.90	688,682.21	9,248,294.24	8,956,732.75
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	172,505.14	168,214.47	168,311.79	171,074.00	168,965.11	165,242.62	168,785.90	163,398.47	204,787.80	187,449.48	189,912.71	171,201.60	2,099,849.09	1,773,237.30
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	460,300.77	554,405.18	553,119.02	792,636.23	680,709.10	698,112.97	617,501.86	606,091.83	514,162.31	489,843.08	664,082.19	517,480.61	7,148,445.15	7,183,495.45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - I)	5,140,697.23	5,408,069.79	5,244,613.48	7,278,683.89	5,432,670.87	10,172,847.29	4,802,848.25	4,900,433.94	4,294,838.64	4,727,821.38	6,015,691.82	5,852,791.56	69,272,008.14	66,240,000.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	6.700.000,00	6.700.000,00	2.193.082,67	3.093.845,99
Receita de Contribuições dos Segurados	1.773.237,30	1.773.237,30	1.038.537,74	803.372,31
Civil	1.773.237,30	1.773.237,30	1.038.537,74	803.372,31
Ativo	1.773.237,30	1.773.237,30	1.038.537,74	803.372,31
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	1.872.200,67	1.872.200,67	1.154.105,00	890.885,12
Civil	1.872.200,67	1.872.200,67	1.154.105,00	890.885,12
Ativo	1.872.200,67	1.872.200,67	1.154.105,00	890.885,12
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	3.054.362,03	3.054.362,03	439,93	1.399.588,56
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	3.054.362,03	3.054.362,03	439,93	1.399.588,56
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	200,00	200,00		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	6.700.000,00	6.700.000,00	2.193.082,67	3.093.845,99

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	487.000,00	487.000,00	245.869,30	295.567,62	139.031,20	188.053,92	0,00	0,00
Despesas Correntes	475.000,00	475.000,00	245.869,30	289.036,62		181.522,92		
Despesas de Capital	12.000,00	12.000,00		6.531,00	139.031,20	6.531,00		
PREVIDÊNCIA (VI)	2.341.000,00	2.341.000,00	916.221,60	632.071,44	916.221,60	577.180,42	0,00	0,00
Benefícios - Civil	2.150.000,00	2.150.000,00	857.822,75	577.180,42	857.822,75	577.180,42	0,00	0,00
Aposentadorias	1.000.000,00	1.000.000,00	283.286,38	262.574,11	283.286,38	262.574,11		
Pensões	500.000,00	500.000,00	150.712,58	132.100,50	150.712,58	132.100,50		
Outros Benefícios Previdenciários	650.000,00	650.000,00	423.823,79	182.505,81	423.823,79	182.505,81		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	191.000,00	191.000,00	58.398,85	54.891,02	58.398,85	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias	191.000,00	191.000,00	58.398,85	54.891,02	58.398,85			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	2.828.000,00	2.828.000,00	1.162.090,90	927.639,06	1.055.252,80	765.234,34	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	3.872.000,00	3.872.000,00	1.030.991,77	2.166.206,93	1.137.829,87	2.328.611,65		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	3.872.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.006,42	10.268,07
Investimentos e Aplicações	26.515.026,70	20.878.954,36
Outros Bens e Direitos	0,00	806.434,20

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	64.466.562,70	32.059.024,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.850.606,77	5.106.617,48
IPTU	1.233.189,14	583.707,24
ISS	2.227.362,00	2.907.161,13
ITBI	1.714.575,95	730.687,05
IRRF	1.377.013,00	700.750,44
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	298.466,68	184.311,62
Contribuições	930.977,73	1.318.745,34
Receita Patrimonial	3.748.778,45	207.074,81
Aplicações Financeiras (II)	694.416,42	206.634,88
Outras Receitas Patrimoniais	3.054.362,03	439,93
Transferências Correntes	51.011.999,08	24.131.803,08
Cota-Parte do FPM	12.863.101,95	5.664.380,74
Cota-Parte do ICMS	12.884.240,00	6.786.471,07
Cota-Parte do IPVA	1.146.621,60	930.011,75
Cota-Parte do ITR	2.072.952,80	209.086,61
Transferências da LC 87/1996	58.689,41	27.407,88
Transferências da LC nº 61/1989	87.395,20	64.789,29
Transferências do FUNDEB	9.831.070,20	5.484.836,16
Outras Transferências Correntes	12.067.927,92	4.964.819,58
Demais Receitas Correntes	1.924.200,67	1.294.784,14
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	1.924.200,67	1.294.784,14
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	63.772.146,28	31.852.389,97
RECEITAS DE CAPITAL (V)	460.000,00	1.798.283,81
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	460.000,00	1.798.283,81
Convênios	200.000,00	257.318,81
Outras Transferências de Capital	260.000,00	1.540.965,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	460.000,00	1.798.283,81
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	64.232.146,28	33.650.673,78

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	58.894.821,20	38.876.708,37	31.435.164,65	26.893.871,06	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	34.547.633,74	20.120.865,53	20.119.600,50	17.069.472,82			
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	7.000,00	50,10	50,10	50,10			
Outras Despesas Correntes	24.340.187,46	18.755.792,74	11.315.514,05	9.824.348,14			
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	58.887.821,20	38.876.658,27	31.435.114,55	26.893.820,96	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.567.210,11	2.029.882,73	1.589.556,87	1.581.527,87	0,00	0,00	0,00
Investimentos	8.366.210,11	1.926.467,63	1.486.141,77	1.478.112,77			
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)	201.000,00	103.415,10	103.415,10	103.415,10			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.366.210,11	1.926.467,63	1.486.141,77	1.478.112,77	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	3.909.000,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	71.163.031,31	40.803.125,90	32.921.256,32	28.371.933,73	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	5.278.740,05

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	5.278.740,05

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-695.794,69

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	521.442,80	431.089,30
DEDUÇÕES (XXIX)	11.630.296,15	41.160.927,75
Disponibilidade de Caixa	11.630.296,15	41.160.927,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.933.287,00	42.234.234,80
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	2.302.990,85	1.073.307,05
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-11.108.853,35	-40.729.838,45

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	29.620.985,10

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	1.229.683,80
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	431.089,30
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	28.822.390,60

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	28.822.390,60

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
Reserva Orçamentária do RPPS	3.872.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	499.279,60	1.477.029,82	1.049.968,50	0,00	926.340,92	1.660.675,15	2.556.852,83	967.498,38	853.653,78	325.551,62	3.038.322,58
PODER EXECUTIVO	499.279,60	1.470.162,86	1.046.687,50		922.754,96	1.660.675,15	2.555.152,83	967.498,38	853.653,78	325.551,62	3.036.622,58
PODER LEGISLATIVO	0,00	6.866,96	3.281,00	0,00	3.585,96	0,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
Câmara Municipal		6.866,96	3.281,00		3.585,96		1.700,00				1.700,00
Tribunal de Contas do Município											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	139.634,39	187.047,04	179.715,30		146.966,13	173,03					173,03
TOTAL (III) = (I + II)	638.913,99	1.664.076,86	1.229.683,80	0,00	1.073.307,05	1.660.848,18	2.556.852,83	967.498,38	853.653,78	325.551,62	3.038.495,61

Poder/Órgão	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	3.964.663,50
PODER EXECUTIVO	3.959.377,54
PODER LEGISLATIVO	5.285,96
Câmara Municipal	5.285,96
Tribunal de Contas do Município	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147.139,16
TOTAL (III) = (I + II)	4.111.802,66

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	139.634,39	187.047,04	179.715,30	0,00	146.966,13	173,03	0,00	0,00	0,00	0,00	173,03
PODER EXECUTIVO	139.634,39	182.502,64	175.170,90		146.966,13						0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	4.544,40	4.544,40	0,00	0,00	173,03	0,00	0,00	0,00	0,00	173,03
Câmara Municipal		4.544,40	4.544,40		0,00	173,03					173,03
Tribunal de Contas do Município											

Poder/Órgão - Intra	Saldo Total L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147.139,16
PODER EXECUTIVO	146.966,13
PODER LEGISLATIVO	173,03
Câmara Municipal	173,03
Tribunal de Contas do Município	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	66.700.000,00
Previsão Atualizada	66.700.000,00
Receitas Realizadas	33.857.308,66
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	66.700.000,00
Créditos Adicionais	4.671.031,31
Dotação Atualizada	71.371.031,31
Despesas Empenhadas	40.906.591,10
Despesas Liquidadas	33.024.721,52
Despesas Pagas	28.475.398,93
Superávit Orçamentário	832.587,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	40.906.591,10
Despesas Liquidadas	33.024.721,52

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	69.272.008,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	2.193.082,67
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.055.252,80
Resultado Previdenciário	1.137.829,87
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha	-695.794,69	5.278.740,05	
Resultado Primário - Acima da Linha	-3.243.536,85	5.278.740,05	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.302.990,85	0,00	1.229.683,80	1.073.307,05
Poder Executivo	2.291.579,49		1.221.858,40	1.069.721,09
Poder Legislativo	11.411,36		7.825,40	3.585,96
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.217.701,01	325.551,62	853.653,78	3.038.495,61
Poder Executivo	4.216.001,01	325.551,62	853.653,78	3.036.795,61
Poder Legislativo	1.700,00			1.700,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	6.520.691,86	325.551,62	2.083.337,58	4.111.802,66

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.071.975,05	25,00	27,13
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.516.983,70	60,00	63,89
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	4.008.774,27	5.665.697,35	3.637.680,88	1.355.314,91
Despesas Previdenciárias	1.496.893,25	4.164.342,26	10.420.543,35	7.457.985,25
Resultado Previdenciário	2.511.881,02	1.501.355,09	-6.782.862,47	-6.102.670,34
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		107,17
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	6.095.048,43	15,00	28,61

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 50/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza e utensílios domésticos,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresas Vencedoras **E. R. LOPES - EPP, CNPJ: 08.656.178/0001-05, R$: 666.968,50. APARECIDA MARCIA TOMAZINI – EPP, CNPJ: 00.145.325/0001-62, R$: 473.611,85. MARIA JOSE DOS REIS NETO – ME, CNPJ: 10.226. 940/0001-57, R$: 953.812,67. JOANA FERNANDES – EPP, CNPJ: 22. 753.337/0001-02, R$: 530.097,86.** Em 25 de julho de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO N° 001 DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 021/2018

Aos vinte (20) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por **Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro**, para Deliberar sobre os fatos que deu origem ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal 021/2018 referente o Auto de Infração nº 0675, que trata do estabelecimento Supermercado Rosana , CNPJ 26.547.463/0001-61, situada na Avenida Brasil, 1090, Centro, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 021/2018.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 13/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **Dispensa Nº. 13/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para Planejamento, Desenvolvimento e Implantação do Site com Banco de Dados para a Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. **EMPRESA**: **FACA WEB SITES LTDA - ME. CNPJ: 08.025.335/0001-76. VALOR TOTAL R$: 8.000,00.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 25 de julho de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO N° 001 DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL Nº 020/2018

Aos vinte (20) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas, em uma das Salas da Secretaria Municipal de Saúde, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria 220 de 18 de junho de 2018, composta por **Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Francielle Figueiredo Silva: Secretária e Benvinda Rodrigues Galdino: Membro**, para deliberar sobre os fatos que deu origem ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 020/2018 referente o Auto de Infração nº 0693, que trata do estabelecimento Supermercado Kruger , CNPJ 08.207.006/0001-46, situada na Avenida Bandeirantes, 2167, Centro, Paranatinga/MT, CEP: 788870-000. A Ata na integra está anexa ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº 020/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 025/2018

A Chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Presencial nº 025/2018.

Objeto:O objeto da presente licitaçãoé o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios**, para refeições das Delegações e Alunos que irão Participar dos Jogos Escolares da Juventude de 2018, Etapa Regional no Município de Pedra Preta - MT. Conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.**

Data da Abertura: Dia 06/08/2018 às 09h00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401.

Pedra Preta - MT, 25 de Julho de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

DECRETO N.º 086-2018-CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO N° 086/2018

DE 25 DE JULHO DE 2018

"Autoriza o Poder Legislativo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Pedra Preta".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o **Poder Legislativo Municipal** autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o montante de R$. 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais),** conforme a Lei N° 1.019/2017 e parágrafo único do art. 5° da Lei n° 1.020/2017, segue dotação orçamentária abaixo:

Suplementar

Código Descrição Valor

01.002.01.031.0001.2003-3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 20.000,00

01.002.01.031.0001.2003-3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Ter. P. Jurídica R$ 10.000,00

01.002.01.031.0001.2003-3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições R$ 14.500,00

Total a Suplementar R$ 44.500,00

Reduzir

Código Descrição Valor

01.002.01.031.001.2003 – 3.1.90.94.00.00 – Indenizações e rest. Trabalhistas R$ 3.900,00

01.002.01.031.001.2003 – 3.3.50.41.00.00 – Contribuições R$ 600,00

01.002.01.031.0001.2057 – 3.2.90.21.00.00 – Juros sobre a dívida por contrato R$10.000,00

01.002.01.031.0001.0001.2057 – 4.6.90.71.00.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatado R$30.000,00

Total a Reduzir R$ 44.500,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA - MT

AOS VINTE E CINCO DIAS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 029/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 001, de 10 de Janeiro de 2018, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 029/2018**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO (B), ZERO KM PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME TERMO DE REFERENCIA".** Que será realizado às 08hs do dia 06 de Agosto de 2018, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07hs às 11hs e 13hs às 17hs, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo, 25 de julho de 2018.

ALINE VANESSA MOCHI Presidente da CPL

DECRETO Nº 44/2018

DECRETO Nº 044, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"SÚMULA: Regulamenta Lei Municipal nº 1.001 de 29 de maio de 2018, que cria Crédito Especial para atender ajustes à despesas previamente estabelecidas ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências."

O Senhor **Mauricio Ferreira de Souza**, Prefeito do Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º -Fica regulamentado a Lei Municipal nº 1.001, de 29 de maio de 2018, a qual cria o Crédito Especial para atender ao Orçamento da Câ-

mara Municipal no exercício de 2018, conforme detalhamento no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º -O elemento de despesa ora criado por esta Lei, atenderá a Manutenção e Hospedagens de sistemas de Software no montante total de R$ 33.776,00 (trinta e três mil setecentos e setenta e seis reais)

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

Unid. Orçamentária: 001 – Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

Função: 01 – Legislativa

Sub-Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Projeto/Atividade: 2.003 – Manutenção do Legislativo Municipal

Cat. Econômica: 3.390.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

Art. 3º - A inclusão do Crédito Especial descrito no artigo segundo desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e será anulada da seguinte funcional programática:

Código Geral: 01.001.01.031.0001.2.003.3.390-39 (R$ 33.776,00 – trinta e três mil setecentos e setenta e seis reais).

Art. 4º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo - MT, em 25 de junho de 2018.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 022/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.***

CYAN PAPELARIA MAT DE INFORMÁTICA EIRELLI EPP CNPJ: 10. 832.896/0001-29

R G DA PAZ EIRELLI – EPP CNPJ: 21.058.617/0001-38

BRIVIA COM. DE MAQUINAS INDUSTRIAL CNPJ: 11.618.579/0001-77

WANDA MÓVEIS E MAQUINAS P ESCRITORIO CNPJ: 12.358.170/ 0001-21

GUERREIRO FILHO E CHAVES LTDA CNPJ: 04.911.902/0001-30

Poconé-MT, 25 de Julho de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 06/08/2018**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no **Edital de Licitação n° 25/2018**, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR LISO E CAMINHÃO ESPARGIDOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

DIA DA ABERTURA: 06/08/2018 às 08h00min.

Poconé-MT, 24 Julho de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 07/08/2018**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no **Edital de Licitação n° 26/2018**, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DOS PROJETOS NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.

DIA DA ABERTURA: 07/08/2018 às 08h00min.

Poconé-MT, 24 Julho de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE 2ª PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 018/ 2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **PRORROGADO para o dia 08/08/2018 as 08h00min**, em decorrência de não comparecimento de nenhuma empresa interessada em participar do certame.

A reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° 018/2018, na Modalidade Pregão Presencial deverão ser entregues no endereço Praça da Matriz, s/n° - Centro, Poconé/MT. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se alterado e publicados no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITEX.

DIA DA ABERTURA: 08/08/2018 às 08h00min.

Dia das Amostras: 09/08/2018 das 07:00 às 11:00min.

Poconé, 25 de Julho de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MADEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2018

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço para **Aquisição futura de Madeiras diversas para atender a Secretaria Viação e Obras Públicas**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 08/08/2018, A PARTIR das 09:00 Horas, na sala de licitação da prefeitura de Pontal do Araguaia.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.com.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 25 de julho de2018

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PANIFICAÇÃO PARA AÇÃO SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2018

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema de Registro de Preço para **AQUISIÇÃO FUTURA DE PANIFICAÇÃO TAIS COMO PÃES, SALGADOS, BOLOS E PRODUTOS EM GERAL DE PANIFICADORA PARA ATENDER AOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL** com exclusividade de itens para ME, EPP e MEI, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 09/08/2018, A PARTIR DAS 08:00 Horas, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pmpontaldoaraguaia.com.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 25 de julho de 2018.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO Nº 026/2018, DE 25 DE JULHO DE 2018

DECRETO Nº 026/2018, DE 25 DE JULHO DE 2018

Estabelece o valor da terra nua por hectare do imóvel rural noMunicípio de Ponte Branca para fins de cobrança e fiscalização doImposto Territorial Rural – ITR.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando, em atendimento ao artigo **6° da instrução normativa da RFB número 884, de 5 de novembro de 2008**, o Município deverá informar os Valores da Terra Nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal do Brasil (RFB, e ainda, a **Instrução Normativa 1.562, de 29 de Abril de 2015**, que dispõe sobre a prestação de informações do Valor da Terra Nua (VTN);

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos os seguintes valores da Terra Nua (VTN), por hectare do imóvel rural, para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural – ITR no Município de Ponte Branca, ora como se seguem:

2018	Lavoura Aptidão boa	Lavoura aptidão regular	Lavora aptidão restrita	Pastagem plantada	Silvicultura Pastagem Natural	Preservação Fauna ou Flora
-	12.000,00 *ha*	10.000,00 *ha*	9.000,00 *ha*	6.000,00 *ha*	4.000,00 *ha*	2.500,00 *ha*

Parágrafo Único - Os Valores constantes na tabela referida, serão remetidos à Receita Federal o Brasil para armazenamento e cruzamento de informações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 25 de Julho de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

EXCLUSIVO PARA ME, EPP e MEI

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em transporte de alunos da zona rural, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 14/08/2018, às 08h00min**,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

A presente licitação foi prorrogada tendo em vista que foi considerada DESERTA na sessão licitatória do dia 24 de Julho de 2018 às 08h00min.

Ponte Branca - MT, 24 de Julho de 2018.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

EXCLUSIVO PARA ME, EPP e MEI

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CIMENTO CPII E FERRAGENS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de cimento CPII e ferragens ,conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras.

As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 14/08/2018, às 10h30min**,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

A presente licitação será prorrogada tendo em vista que foi considerada DESERTA na sessão licitatória do dia 24 de Julho de 2018 às 10h30min.

Ponte Branca - MT, 24 de Julho de 2018.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 36/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela portaria nº. 06/2018 comunica aos interessados o resultado da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 36/2018 – do tipo menor preço por item , **OBJETO: é** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Combustível Utilização Automotiva, para atender as secretarias desta Municipalidade, teve como vencedor a empresa **Marcos H. B. Pinheiro inscrito no CNPJ:05.156.937/0001-74, valor R$984.289,00 (Novecentos e Oitenta e Quatro Mil Duzentos e Oitenta e Nove Reais)**

DESCRIÇÃO	*Marca*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Valor Total*
Gasolina Comum	*Zema*	*35.300,00*	*R$5,13*	*R$181.089,00*
Óleo Diesel	*Zema*	*153.000,00*	*R$4,02*	*R$615.060,00*
Óleo Diesel S10	*Zema*	*46.000,00*	*R$4,09*	*R$188.140,00*
				R$984.289,00

Porto Alegre do Norte, 25 de julho de 2018.

Valdisson Santos Barbosa

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 24/2018 **Processo de Licitação nº 66/2018 Pregão Presencial nº 35/2018 Adesão a Ata de Registro de Preço nº 050/2017, Originado da licitação feita pela Prefeitura Municipal de Confresa-MT, na Modalidade Pregão Presencial Nº 20/2018 Processo Licitatório nº 26/2018**, considerando ainda as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

EMPRESA: **ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 07.489.111/0001-52/Contratada. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT/Contratante.

OBJETO: Contrato tem por objeto o fornecimento produtos asfaltico para manutenção e construção de asfalto para manutenção das ruas e avenidas do perimitro urbano no município de Porto Alegre do Norte-MT, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Viação Publica.

Valor Total R$ 462.933,20 (Quatrocentos e sessenta e dois mil e novecentos e trinta e três reais e vinte centavos).

DATA: 23/07/2018

VIGÊNCIA: 23/07/2019

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 211/2018, DE 12 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão de licença prêmio de servidor.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) **SIMONE FRANCO DE FARIAS DA SILVA**, matricula 4957, **Licença prêmio** que deve ser gozada nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 09/07/2012 A 08/07/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a data 01/07/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 12 de Julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO A ATA 06-2018

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

ADESÃO A ATA 06/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 72/2018

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, no uso das atribuições legais, torna público aos interessados a **HOMOLOGAÇÃO** a Ata de Registro de Preços 03/2018, na condição **"CARONA" Do Objeto: CONTRAT. EMP. ESP. P/ FORNEC. DE UMA PÁ CARREGADEIRA.**

PREGÃO PRES. REG. PREÇOS Nº 09/2018,

Em favor da Empresa: ALFA COM. DE EQUIP. LTDA-ME CNPJ: 13. 731.784/0001-70

Valor total de: 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

PORTO ESPERIDIÃO-MT, EM 25 DE JULHO de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 205/2018, DE 02 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de servidor do cargo efetivo de Merendeira da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 39, inciso V, da Lei Complementar n.º 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR,** para fins de aposentadoria**,** a partir desta data (01/Julho/2018), servidora efetiva no cargo de Merendeira, a senhora **DILMA DA SILVA ALMEIDA**, matrícula nº 473, registro nº 220**,** portadora do RG n.º 200250 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 208.013.351-91.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigora partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Julho de 2018

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 206/2018, 12 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

OPrefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de 01 de **JULHO** de 2018, 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

Carlo Cesar Brumati, matrícula nº 893, período aquisitivo 30/04/2015 A 29/04/2016.

Aurora de Almeida Passos Leite, matricula 11337, período aquisitivo 01/08/2016 a 31/07/2017.

Sueli Aparecida Deusdará Pinheiro, matricula 4891, período aquisitivo 01/03/2015 a 28/02/2016.

Cledinei Rocha do Nascimento, matricula 978, período aquisitivo 02/03/2015 a 01/03/2016.

Flavia Maria Antunes Quarezemin, matrícula 11501, período aquisitivo 08/03/2016 a 07/03/2017.

Cristia Melisa Almeida de Souza, matrícula 965, período aquisitivo 13/02/2016 a 12/02/2017.

Sandra Pinto De Miranda Jovior**,** matrícula 5677, referente ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 208/2018, 12 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

O**Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de 01 de **AGOSTO** de 2018, 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

Dineia Serafim dos Santos, matrícula nº 5830, período aquisitivo 13/03/2013 A 12/03/2014

Alvelina Maria de Jesus, matrícula nº 11500, período aquisitivo 01/04/2016 a 31/03/2017

Gilvanete Pereira Silva, matrícula nº 8227, período aquisitivo 10/10/2014 A 09/10/2015

Ana Antônia Garcia de Miranda, matrícula nº 11517, período aquisitivo 10/08/2015 A 09/08/2016

Andreia Cristina Mackert, matrícula nº 1099, período aquisitivo 11/03/2016 A 10/03/2017

Edney Wander Matheus, matrícula nº 1116, período aquisitivo 11/03/2016 A 10/03/2017

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 25 de maio de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 209/2018, DE 12 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão de licença prêmio de servidor.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) **NORZELI VALADARES RODRIGUES DOS SANTOS**, matricula 1273, **Licença prêmio** que deve ser gozada nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 22/02/2012 a 21/02/2017

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a data 01/07/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 12 de Julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 210/2018, DE 12 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão de licença prêmio de servidor.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) **ENILMA DOS SANTOS BACHEGA**, matricula 1039, **Licença prêmio** que deve ser gozada nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 08/03/2009 a 07/03/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a data 01/07/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 12 de Julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2018

A prefeitura de Porto Esperidião/MT, torna público, aos interessados realização da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO 03/2018**, do objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESP. P/ PRESTAÇÃO DE SERV. DE CONSTRUÇÃO DO BARRACÃO DA FEIRA LIVRE**

NO SEGUINTE LOCAL DATA E HORÁRIO:

LOCAL: Sala de Licitações endereço

DATA: 16/08/2018

HORÁRIO: 09 horas

Porto Esperidião -MT, 25 de julho de 2018

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-Prefeito.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 212/2018, DE 12 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio de servidor em abono pecuniário.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONVERTER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) **NIVIA AUGUSTA CARDOSO**, matricula 11790, registro 989 **Licença prêmio** em abono pecuniario que deve ser pago nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 01/07/2010 a 30/06/2015.

Art.2°- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo 01/07/2018.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 213/2018, 15 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 dias de férias, a partir de 01 de AGOSTO de 2018 e converter 10 dias em abono pecuniário ao (a) servidor (a) **IVONEY JUNIOR DE ALVARENGA,** matrícula 953, referente ao período aquisitivo de 18/03/2013 a 17/03/2014.

2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 15 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 214/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre READAPTAÇÃO de servidor efetivo no cargo de Professor do Município de Porto Esperidião-MT.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 45 e 46, da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003 e considerando a solicitação do secretario de Educação do Municipio,

RESOLVE:

Art. 1º – READAPTAR, a partir de 16 de julho de 2018, o servidor JOSE VIEIRA DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Motorista com Registro 357, portador do CPF nº 014.381.148-77.

Art. 2º O servidor será readaptado para desempenhar as funções do cargo de Vigia no Centro de Educação Infantil "Wictor Hugo S. R. Da Silva", na sede de Porto Esperidião-MT.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 16 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 215/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre READAPTAÇÃO de servidor efetivo no cargo de Professor do Município de Porto Esperidião-MT.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 45 e 46, da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003 e considerando a solicitação do secretario de Educação do Municipio,

RESOLVE:

Art. 1º – READAPTAR, a partir de 16 de julho de 2018, a servidora REGINA CELIA DE MORAES GRESINGER, efetiva no cargo de Professora com Registro 296, portador do CPF nº 827.339.109-49.

Art. 2º O servidor será readaptado para desempenhar as funções do cargo de Bibliotecário na Escola Municipal "Maria Gregória Ortiz Cardoso", na sede de Porto Esperidião-MT.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 16 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 216/2018, DE 16 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre READAPTAÇÃO de servidor efetivo no cargo de Professor do Município de Porto Esperidião-MT.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 45 e 46, da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003 e considerando a solicitação do secretario de Educação do Municipio,

RESOLVE:

Art. 1º – READAPTAR, a partir de 16 de julho de 2018, a servidora ANA ADELINA DE ARRUDA FIALHO E MIRANDA, efetiva no cargo de Professora com Registro 73, portador do CPF nº 396.503.911-34.

Art. 2º O servidor será readaptado para desempenhar as funções Administrativas na Secretaria Municipal de Cultura, na sede de Porto Esperidião-MT.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 16 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 217/2018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio de servidor em abono pecuniário.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONVERTER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) EDILAINE MARIA NOGUEIRA, registro nº 1363, **Licença prêmio** em abono pecuniario que deve ser pago nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 09/05/2012 a 08/05/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 18 de julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 218/2018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio de servidor em abono pecuniário.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONVERTER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) JULIANE ROSARIO CEBALHO, registro nº 113, **Licença prêmio** em abono pecuniario que deve ser pago nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 18 de julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 219/2018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio de servidor em abono pecuniário.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONVERTER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) VALERIA DUARTE FONTENELE, registro nº 1228, **Licença prêmio** em abono pecuniario que deve ser pago nos meses de julho, agosto e setembro de 2018, referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2017

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 18 de julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 220/2018, DE 18 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio de servidor em abono pecuniário.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – CONVERTER, a partir de 01/JULHO/2018, ao (a) servidor (a), senhor (a) ELAINE CRISTINA MARTINS, registro nº 368, **Licença prêmio** em abono pecuniario que deve ser paga nos meses de julho e agosto de 2018, referente ao período aquisitivo de 09/06/2009 a 08/06/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 18 de julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 221/2018, 18 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 dias de férias, a partir de 01 de AGOSTO de 2018 e converter 10 dias em abono pecuniário ao (a) servidor (a) **JOSE RENATO MARTINS,** matrícula 1025, registro nº 36 referente ao período aquisitivo de 10/08/2014 a 09/08/2015.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 18 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 222/2018, 18 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 dias de férias, a partir de 01 de AGOSTO de 2018 e converter 10 dias em abono pecuniário ao (a) servidor (a) **KÁRITA FERNANDA ALMISSE MARIANO,** matrícula 10151, registro nº 2454 referente ao período aquisitivo de 06/06/2017 a 05/06/2018.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 18 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 223/2018, 20 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 30, inciso V da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Declarar a vacância dos dois cargos de PROFESSOR DE PEDAGOGIA, ocupados pela servidora **HELVIA NOVAKC**, matrícula 1272-1, registro nº 886 e matrícula nº 1272-3, registro nº 1238 por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 30, inciso V da Lei Municipal nº 017/2003.

Art. 2º - A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido da servidora, a partir da data em que a servidora assumir o outro cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 20 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 224/2018, 23 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

O Excelentíssimo Senhor, **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 20 dias de férias, a partir de 01 de AGOSTO de 2018 e converter 10 dias em abono pecuniário ao (a) servidor (a) **MARIA REGINA DE CASTRO MARTINS,** matrícula 815, registro nº 16 referente ao período aquisitivo de 13/03/2017 a 12/03/2018.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 23 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 225/2018, 21 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão e encaminhamento a PREVIPORTO servidores efetivos em Licença Saúde do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no Inciso I, art. 103, da Lei Complementar n.º 016/2003 e Inciso II, Art. 53 da Lei Complementar nº. 017/2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER LICENÇA SAÚDE E ENCAMINHAR PARA PREVIPORTO OS SERVIDORES COM LICENÇA SUPERIOR A 30 DIAS.**

ASSIS SANTANA DE FIGUEIRERO– registro nº 22, período de 17/07/2018 a 13/01/2019

ANA ODETE KORB DE ANDRADE – registro nº 51,período de 26/06/2018 a 26/06/2019

GERCINA BARBOSA DE FREITAS – registro nº 1304,período de 02/07/2018 a 02/07/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigar a partir de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de julho de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA.

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 226/2018, DE 24 DE JULHO DE 2018.

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de fato consistente em possível acúmulo ilegal de cargo público;

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 64, II da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 229 da LCM 016/2003;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ALEXANDRE PEREIRA DO CARMO, matrícula 982 para, em substituição ao membro ROSALI AGUILAR DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula 64, compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 165/2018 publicado no Diario Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (AMM) na data 06 de junho de 2018 referente ao Processo nº 001/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 24 de julho de 2018.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.104/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JANE GRAZIELE SANCHES DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 1.592,98**

DATA DA ASSINATURA: 04 de junho de 2018

VIGÊNCIA: 04 de junho de 2018 a 22 de dezembro de 2018

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.105/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA VANESSA DE ABREU VIEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 1.227,67**

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2018

VIGÊNCIA: 06 de Junho de 2018 a 22 de dezembro de 2018

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.106/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MIRAMI PARA SORUBI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 1.227,67**

DATA DA ASSINATURA: 21 de junho de 2018

VIGÊNCIA: 21 de junho de 2018 a 22 de dezembro de 2018

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.107/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GRACILDA PARA MASSAVI DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 982,13**

DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2018

VIGÊNCIA: 05 de junho de 2018 a 05 de julho de 2018

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.108/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: VANILDES MERCEDES DE LARA BARROS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 982,13**

DATA DA ASSINATURA: 15 de maio de 2018

VIGÊNCIA: 15 de maio de 2018 a 21 de dezembro de 2018.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.109/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MONIQUE ÉVIS NUNES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 1.227,67**

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2018

VIGÊNCIA: 22 de maio de 2018 a 16 de julho de 2018.

RECURSOS HUMANOS
INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO Nº 024/2018

DISTRATADO: **ROSANGELA ROCHA MACHADO**

FUNÇÃO: PROFESSORA

DISTRATO A PARTIR DE: 01/06/2018

MUNICIPÍO: PORTO ESPERIDIÃO-MT.

Termo este instrumento particular de DISTRATO PARCIAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, temporário que celebram entre si, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO, Entidade de Direito Publico Municipal, inscrita no CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Nº 03.238.904/0001-48, com sede administrativa á Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Bairro Centro, nesta cidade de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, representado neste ato pelo atual Prefeito Municipal **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, portador da cédula de identidade **RG: nº 377970 SSP/MT e CPF nº 299.631.761-00**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **ROSANGELA ROCHA MACHADO, RG N° M-6554412. SJP-MT, CPF sob o n.º 009.085.471-37, residente e domiciliando na Rua Joaquim Borges de Freitas, Centro, 280, Porto Esperidião – MT** até então a primeira denominada contratante e a segunda denominada contratada, destratam na melhor forma de direito como abaixo se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo Presente Instrumento de DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, em comum acordo, fica cancelado e nulo de todos os seus efeitos, obrigação e direito constante das clausulas CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, objeto do contrato celebrado entre si as partes acima nomeadas e qualificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes acima qualificadas dão entre si plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamarem uns dos outros seja que titulo for com fundamento do CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, firmado em 26/02/2018 e no presente distrato para todos os efeitos.

E, por estarem assim justo e distratados, foi lavrado o presente instrumentos em duas vias de iguais teor e forma, que lido e achado conforme assinam juntamente com duas testemunhas.

Porto Esperidião MT, em 01/06/2018

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA PREFEITO	**ROSANGELA ROCHA MACHADO**

	CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1º Kárita Fernanda Almisse Mariano

CPF: 053.759.621-60 Assinatura: _____

2º Antonio Vinicios Ferreira da Silva

CPF: 015.298.321-01 Assinatura: _____

RECURSOS HUMANOS
INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO Nº 026/2018

DISTRATADO: **ELIANE PIRES**

FUNÇÃO: PROFESSORA

DISTRATO A PARTIR DE: 18/06/2018

MUNICIPÍO: PORTO ESPERIDIÃO-MT.

Termo este instrumento particular de DISTRATO PARCIAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, temporário que celebram entre si, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO, Entidade de Direito Publico Municipal, inscrita no CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Nº 03.238.904/0001-48, com sede administrativa á Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Bairro Centro, nesta cidade de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, representado neste ato pelo atual Prefeito Municipal **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, portador da cédula de identidade **RG: nº 377970 SSP/MT e CPF nº 299.631.761-00**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **ELIANE PIRES RG N°1210746-8 SSP-MT, CPF sob o n.º 864.186.451-20, residente e domiciliando na Rua ADALGINO ANTONIO DA SILVA,S/N AEROPORTO, Porto Esperidião – MT** até então a primeira denominada contratante e a segunda denominada contratada, destratam na melhor forma de direito como abaixo se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo Presente Instrumento de DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, em comum acordo, fica cancelado e nulo de todos os seus efeitos, obrigação e direito constante das clausulas CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, objeto do contrato celebrado entre si as partes acima nomeadas e qualificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes acima qualificadas dão entre si plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamarem uns dos outros seja que titulo for com fundamento do CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, firmado em 01/04/2018 e no presente distrato para todos os efeitos.

E, por estarem assim justo e distratados, foi lavrado o presente instrumentos em duas vias de iguais teor e forma, que lido e achado conforme assinam juntamente com duas testemunhas.

Porto Esperidião MT, em 18/06/2018

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA PREFEITO	**ELIANE PIRES** CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1º Kárita Fernanda Almisse Mariano

CPF: 053.759.621-60 Assinatura: _____

2º Antonio Vinicios Ferreira Da Silva

CPF: 015.298.321-01 Assinatura: _____

RECURSOS HUMANOS
INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO Nº 027/2018

DISTRATADO: **MONIQUE ÉVIS NUNES**

FUNÇÃO: PROFESSORA

DISTRATO A PARTIR DE: 16/07/2018

MUNICIPÍO: PORTO ESPERIDIÃO-MT.

Termo este instrumento particular de DISTRATO PARCIAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, temporário que celebram entre si, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO, Entidade de Direito Publico Municipal, inscrita no CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Nº 03.238.904/0001-48, com sede administrativa á Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Bairro Centro, nesta cidade de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, representado neste ato pelo atual Prefeito Municipal **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, portador da cédula de identidade **RG: nº 377970 SSP/MT e CPF nº 299.631.761-00**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **MONIQUE ÉVIS NUNES C. I. N°. 2373313-6**

SSP-MT, CPF sob o n.º 047.686.791-61, residente e domiciliando na Avenida 7 de Setembro, Bairro Aeroporto, Porto Esperidião-MT até então a primeira denominada contratante e a segunda denominada contratada, destratam na melhor forma de direito como abaixo se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo Presente Instrumento de DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, em comum acordo, fica cancelado e nulo de todos os seus efeitos, obrigação e direito constante das clausulas CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, objeto do contrato celebrado entre si as partes acima nomeadas e qualificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes acima qualificadas dão entre si plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamarem uns dos outros seja que titulo for com fundamento do CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, firmado em 22/05/2018 e no presente distrato para todos os efeitos.

E, por estarem assim justo e distratados, foi lavrado o presente instrumentos em duas vias de iguais teor e forma, que lido e achado conforme assinam juntamente com duas testemunhas.

Porto Esperidião MT, em 18/06/2018

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA PREFEITO	**MONIQUE EVIS NUNES** CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1º PAULO HENRIQUE SALES

CPF: 780.630.601-30 Assinatura: _____

2º NILTON ROBERTO CARROCINI

CPF: 073.850.328-26 Assinatura: _____

RECURSOS HUMANOS
INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO Nº 028/2018

DISTRATADO: **LEANDRO DIOGO**

FUNÇÃO: MOTORISTA

DISTRATO A PARTIR DE: 24/07/2018

MUNICIPÍO: PORTO ESPERIDIÃO-MT.

Termo este instrumento particular de DISTRATO PARCIAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, temporário que celebram entre si, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO, Entidade de Direito Publico Municipal, inscrita no CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Nº 03.238.904/0001-48, com sede administrativa á Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Bairro Centro, nesta cidade de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, representado neste ato pelo atual Prefeito Municipal **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade, portador da cédula de identidade **RG: nº 377970 SSP/MT e CPF nº 299.631.761-00**, e de outro lado o (a) Senhor (a) **LEANDRO DIOGO C. I. N°. 1323083-2 SSP-MT, CPF sob o n.º 018.877.961-26, residente e domiciliando na Chácara Boa Sorte, Zona Rural, Porto Esperidião – MT** até então a primeira denominada contratante e a segunda denominada contratada, destratam na melhor forma de direito como abaixo se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo Presente Instrumento de DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, em comum acordo, fica cancelado e nulo de todos os seus efeitos, obrigação e direito constante das clausulas CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, objeto do contrato celebrado entre si as partes acima nomeadas e qualificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes acima qualificadas dão entre si plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamarem uns dos outros seja que titulo for com fundamento do CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, firmado em 26/02/2018 e no presente distrato para todos os efeitos.

E, por estarem assim justo e distratados, foi lavrado o presente instrumentos em duas vias de iguais teor e forma, que lido e achado conforme assinam juntamente com duas testemunhas.

Porto Esperidião MT, em 24/07/2018

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA PREFEITO	**LEANDRO DIOGO** CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1º PAULO HENRIQUE SALES

CPF: 780.630.601-30 Assinatura: _____

2º NILTON ROBERTO CARROCINI

CPF: 073.850.328-26 Assinatura: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 080/2018- CREDITO ADICIONAL

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 602/2017, de 22 de dezembro de 2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0007 – PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 – PREV- PORTO

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0020 – APOIO ADMINISTRATIVO

0050 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2065 – ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR.....R$ 50.000,00

2064 – ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 30.000,00

TOTAL .....R$ 80.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0007 – PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL

0001 – PREV- PORTO

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0020 – APOIO ADMINISTRATIVO

0050 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2066 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 80.000,00

TOTAL.....R$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Porto Estrela/MT, em 20 de Julho de 2018.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2018.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que a LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para a futura e eventual contratação de empresa do ramo para o fornecimento de **Materiais de Expediente** sob o regime de entrega PARCELADA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, que teve seu início no dia 17 de julho de 2018 e foi prorrogada mediante aceite dos presentes para o dia 26 de julho de 2018 conforme consta na ata da sessão, fica novamente **adiada** por razões de interesse público decorrente de fato superveniente. Sendo assim, **fica para o dia 02 de agosto 2018 a nova data para continuação das propostas e habilitação, as 08:00h**, **no mesmo local anteriormente designado**, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 hrs às 11:00 hrs e das 13:00 hrs as 17:00 hrs.

Porto Estrela – MT, 25 de Julho de 2018.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 028/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Porto Estrela"

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto Estrela, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1°: Designar o (a) servidor (a) **ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CARDOSO, CPF 621.064.491-00,** para acompanhamento e fiscalização dos Contratos firmados pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto Estrela – PREVI-PORTO.

Artigo 2°: A fiscalização de que se trata o artigo 1º deverá ser realizada em cada contrato.

Artigo 3°: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 25 de Julho de 2018.

Sergio Aparecido Paulino

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DEPREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA –

PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 003 DE 18 DE JUNHO DE 1998

LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 18 DE JUNHO DE 1998.

Altera o Pano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – Lei n.º 131, de 05 de novembro de 1994, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar

Art. 1º - Os arts. 18, paragrafo único, e 19 da Lei n.º 131, de 5 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal", passam a vigorara com a seguinte redação:

"Art. 18 – Além dos vencimentos e das vantagens previstas nesta Lei, e de outras estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e no Estatuto do Magistério, serão deferidos os servidores a gratificação denominada pela sigla "FG" e números arábicos de 1 a 5, independentemente do cargo que ocupar, por acumulação de tarefas atribuídas a outro cargo, ou pelo exercício de função de chefia.

Parágrafo único – A gratificação que trata este artigo será na forma do Anexo III, e somente será concedida pelo chefe do Poder Executivo Municipal, quando couber, mediante Portaria",

"Art. 19 – O exercício em condições insalubres, perigosas ou penosas, acima dos limites de tolerância estabelecidos por regulamento, assegura a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) e 15% (quinze por cento) incidente sobre o vencimento base do respectivo cargo, segundo se classifique nos graus máximo e mínimo, respectivamente, de acordo com o laudo especializado, mesmo na ausência de regulamentação, ratificando-se com a mesma.

Parágrafo único – Aos Vigilantes ou Guardas Municipais em exercício no período noturno, conceder-se-á um adicional de 20% (vinte por cento) cumulativo com o respectivo vencimento-base do cargo."

Art. 2º - Fica instituída a gratificação por produtividade que será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, e disciplinará sua aplicabilidade, visando maior produção e qualidade no Serviço Público Municipal mediante a ampliação da vida útil do seu patrimônio, sua utilização racional e econômica, e do atendimento eficiente, de educação, saúde e obras e serviços públicos, vedada a concessão de tal gratificação cumulativa com outra de idênticas características prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, no Estatuto do Magistério Público Municipal e/ou em legislação que discipline matéria correlata.

Parágrafo único – A gratificação por produtividade que trata o caput deste artigo não poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o vencimento-base do respectivo cargo, e será concedida pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria, após sua regulamentação por Decreto do mesmo, inclusive dos critérios e valores a serem aplicados.

Art. 3º - Fica criado o cargo em comissão de Direção e Assistência Intermediaria – DAI, de Coordenador de Alimentação Escolar, com uma vaga, e com as atribuições de pesquisa de produtos alimentícios para dieta balanceada, preferencialmente dos encontrados no município e na região, de preços, aquisição, distribuição, conservação e preparo, destinados a merenda escolar e aos programas de alimentação balanceada para gestantes, nutrizes e idosos, desenvolvidos no município.

§ 1º - O vencimento do cargo em comissão de que trata o caput deste artigo corresponderá ao mesmo praticado para o símbolo DAI-03, do Anexo I da Lei n.º 131, de 5 de novembro de 1994, atualizado periodicamente nos termos da mesma.

§ 2 º - O cargo em comissão instituído pelo caput deste artigo, poderá ser preenchido por Servidor do Quadro de Carreira do Poder Executivo, e/ou por indicação do titular do órgão municipal de educação ao Chefe do Poder Executivo, devidamente fundamentada, em nenhuma hipótese sendo cumulativo com o exercício de outro cargo e correspondente vencimento.

Art. 4º - Ficam ampliadas as categorias e/ou vagas abaixo especificadas, para as atividades de nível elementar e de serviços de apoio administrativo:

Atividades de Nível elementar

VIGILANTE – Número de vagas ampliadas de 07 para 08.

CONTÍNUO – Categoria transposta do Serviço de Apoio Administrativo para as Atividades de Nível Elementar, com o mesmo nível, referencia e vagas.

RECEPCIONISTA – Categoria acrescentada para as Atividades de Nível Elementar, com o nível 02, referencia 01 á 25 e 01 vaga.

OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS - Nomenclatura da categoria de Operador de Máquinas com o acréscimo Rodoviárias, para distinção em relação ao Operador de Máquinas Agrícolas, mantendo-se o nível, referencia e numero de vagas.

OPERADOR DE MÁQUINAS AGRICOLAS - Categoria acrescentada para as atividades de Nível Elementar, com nível 03, referencia de 01 à 25 e 02 vagas.

Serviço de Apoio Administrativo

AGENTE DE ADMINSITRAÇÃO – Ampliado o numero de vagas de 04 para 06.

ALMOXARIFE – Categoria acrescentada para o Serviço de Apoio Administrativo, com nível 04, referencia 01 à 25 e 01 vaga.

Art. 5º - Ficam criadas as categorias abaixo relacionadas para as Atividades de Nível Superior com os níveis, referencia e vagas discriminados, em regime diferenciado, na Secretaria Municipal de Saúde, para atender as exigências do Sistema único de Saúde – SUS, disciplinado pela legislação pertinente em vigor, que inclui gratificação por produtividade, não cumulativa com a estabelecida no art. 2º desta Lei:

Atividades de Nível Superior

BIOQUÍMICO – Nível 01, referencia 01 à 25, 01 vaga com vencimento-base fixado em R$ 800,00 para um regime semanal de trabalho de 20 horas, permitida sua redução pelo atendimento intensivo, de acordo com a quantidade de procedimentos, conforme requisição médica.

ODONTÓLOGO – Nível 01, referencia 01 à 25, 01 vaga com vencimento-base fixado em R$ 800,00 para um regime semanal de trabalho de 20 horas, permitida sua redução pelo atendimento intensivo, de acordo com a quantidade de procedimentos, requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde..

ENFERMEIRO - Nível 02, referencia 01 à 25, 02 vagas com vencimento-base fixado em R$ 1.200,00 para um regime semanal de trabalho de 30 horas, permitida sua redução pelo atendimento intensivo, de acordo com a quantidade de procedimentos, requisitados pelo corpo médico e/ou pela Secretaria Municipal de Saúde..

MÉDICO (CLINICO GERAL) - Nível 03, referencia 01 à 25, 02 vagas com vencimento-base fixado em R$ 1.600,00 para um regime semanal de trabalho de 20 horas, permitida sua redução pelo atendimento intensivo, de acordo com a quantidade de procedimentos, requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde..

§ 1º - Os vencimento fixados de acordo com os respectivos níveis, serão proporcionais, se outro for o regime semanal de trabalho, de acordo com o calendário/cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, para o Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 2º - Além dos vencimentos fixados para as categorias retrocitadas, à título de incentivo, ouvido o Conselho Municipal de Saúde, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder Auxílio-moradia aos profissionais que as preencham, em valor estipulado de até um vencimento dase fixado para a respectiva categoria.

§ 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Saúde, autorizado a proceder licitação pública para a contratação dos profissionais de que tratam as categorias mencionadas, para a execução de projetos específicos na Secretaria Municipal de Saúde, permitindo a inclusão de outras categorias, com valores diferenciados de acordo com o mercado de trabalho estadual e regional, podendo terceirizar os serviços públicos pertinentes, necessária e obrigatoriamente mediante gestão pública, com instrumentos de acompanhamento, controle, avaliação e intervenção permanentes, da secretaria Municipal de Saúde e seu órgão colegiado, o Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º - Fica autorizado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a proceder as adequações necessárias à Gestão Compartilhada com a Se-

cretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, em decorrência da implantação do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Munícipio, do Estatuto do Magistério Público Municipal, e da lotação dos profissionais concursados, adotando as medidas exigidas para o período de transição, visando não causar prejuízos ao processo ensino-aprendizagem em desenvolvimento, mediante a edição de decreto (s) e/ou portaria(s) do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - Fica o Edital do Concurso Público de Provas e Títulos número 01/98, de 29 de maio de 1998, subordinado ao conteúdo desta Lei, no que couber, conforme Decreto do Chefe do Poder Executivo e a nota/informação n.º 2, do Anexo I do referido edital, com as alterações dela constantes.

Art. 8º - Ficam automaticamente alterados os dispositivos desta Lei, da Lei n.º 131, de 5 de novembro de 1194, e das demais disposições em contrario que conflitem com a Emenda Constitucional Federal que disciplina a matéria, ajustando-se os mesmos a referida Emenda e sujeitando-se à legislação complementar posterior.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas rublicas constantes no Orçamento-Programa do Município, disciplinado pela correspondente Lei de Diretrizes Orçamentárias, suplementadas, se necessário, na forma da legislação pertinente em vigor,

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em reserva do cabaçal, 19 de junho de 1998.

EZEQUIEL ÂNGELO DA FONSECA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 046/95 DE 31 DE AGOSTO DE 1995

PORTARIA N.º 046/95 DE 31 DE AGOSTO 1995

"NOMEIA ÁULO DINIZ DA SILVA, PARA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, APARTIR DO DIA 31 DE AGOSTO DE 1.995".

Resolve:

Art. 1º Nomear PAULO DINIZ DA SILVA, para o cargo de Fiscal de Tributos, Lotado na Secretaria Municipal de Finanças, apartir do dia 31 de Agosto de 1.995, após aprovação em Segundo lugar no Concurso Público de Provas e Títulos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal em Reserva do Cabaçal, 31 de agosto de 1.995..

Paulo Castro da Silva

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DA LEI N.º 3 DE 30 DE MARÇO DE 1987

LEI N°. 3 DE 30 DE MARÇO DE 1987.

"CRIA O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERV A DO CABAÇAL, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - O serviços publico municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato grosso, no que concerne a Administração direta, terá o Quadro único de Pessoal;

Artigo 2° - O Quadro único integrado pelos Cargos de provimento em comissão e de servidores contratados, nos termos da consolidação das Leis do Trabalho – CLT, considerados essenciais a Administração cujas respectivas atribuições correspondem aos exercícios de trabalho continuados e indispensáveis ao desenvolvimento do serviço público municipal.

Artigo 3° - São Cargos de provimento em comissão, criados por esta Lei, os constantes do Anexo I;

Artigo 4º - Os Servidores contratados nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, são os constantes do Anexo II;

Paragrafo Único – Os servidores de que trata este artigo, não poderão perceber menos que o salário mínimo vigente no país.

Artigo 5º - Os cargos de provimento em comissão constantes do Anexo I, são de livre nomeação do Prefeito devendo a escolha recair em pessoas que satisfaçam os requisitos gerais para a investidura no serviço público, possuam experiência em Administração e habilitação profissional legalmente exigida em cada caso;

Paragrafo Único – Os casos de provimento em comissão, só serão providos a medida em que forem instalados os órgãos de que forem titulares, de acordo com as necessidades e conveniências da Administração.

Artigo 6° - Os funcionários ocupantes de cargos de provimento em comissão, da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, terão um abono anual correspondente ao maior vencimento recebido.

Artigo 7° - Os salários dos servidores correspondera a uma progressão horizontal de 09 (nove) níveis e vertical de 12 (doze) classes, sendo escalonados respectivamente, em ordem crescente, de valores designados ordinalmente de 1 a 9, e, alfabeticamente de A a M, de acordo com o Anexo I, integrante desta Lei.

Paragrafo 1.º – A elevação de novel ocorrera por qualificação profissional adquirida, aperfeiçoamento na respetiva área de atuação; capacidade demonstrada e aferida, e promoção a função hierarquicamente superior; concedida mediante requerimento do interessado, quando for o caso, com a devida anexação dos documentos comprobatórios, sujeitos a analise e parecer de uma comissão designada por portaria de Chefe do Poder Executivo Municipal, e posterior deferimento deste, com a competente publicação do ato legal.

Paragrafo 2.º – A elevação de classe ocorrerá por antiguidade e merecimento.

Paragrafo 3.º – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá por decreto, as diretrizes e critérios que disciplinarão ambas as elevações de nível e de classes, como os respectivos salários.

Artigo 8° - O Secretário e os atuais Chefes de Departamentos Municipais, regidos excepcionalmente pela Consolidação das leis do Trabalho-CLT, passarão a exercer o cargo de provimento em comissão, sendo mantidos os direitos adquiridos pela CLT, fazendo jús ao salário até então pago, mais a respectiva função gratificada.

Paragrafo Único – Uma vez que sejam exonerados do cargo poderão ocupar a maior função hierarquicamente anterior, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, mantendo-se o salário percebido até então, se este for inferior ao constante para a função assumida. Não havendo vaga para a função em que forem enquadrados, ficarão à disposição da Prefeitura, sem prejuízo dos direitos adquiridos pela CLT.

Artigo 9° - Os atuais Encarregados passarão a exercer a função de Chefes de Divisão, sem prejuízos aos direitos já adquiridos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo Único – Os demais servidores que estiverem sujeitos a alteração de função ou de denominação funcional, permanecendo na mesma área de atuação, também terão garantidos os direitos trabalhistas já adquiridos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Reserva do Cabaçal, 30 de Março de 1987.

JOSÉ LEONÍDIO CESÁRIO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SÍMBOLO	CARGOS	FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR CZ$ MENSAL
CCI	Secretário geral	FG - I	50%
CC2	Assessor de Planejamento	FG - 2	50%
CC2	Assessor Jurídico	FG - 2	50%
CC2	Chefe de Departamento de Administração	FG - 2	50%
CC2	Chefe do Depart. De Finanças	FG - 2	50%
CC2	Chefe do Depart. De Educação e Cultura	FG - 2	50%
CC2	Chefe do Depart. De Saúde	FG - 2	50%
CC2	Chefe do Depart. De Obras, Viação e Serviços Urbanos	FG - 2	50%

TABELA DE VENCIMENTOS

SÍMBOLO	VENCIMENTOS
CCI	7.718,40
CC2	3.859,20
-	-

ANEXO I

I – O vencimento do ocupante de Cargo de Provimento em comissão, será opcionalmente:

a . O Valor mensal constante no contrato de trabalho, quando regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, acrescidos do valor fixado para a respectiva função gratificada; tratando-se de servidor público.

ANEXO II

FUNÇÕES CONTRATADAS PELA CLT

FUNÇÃO	NÍVEL	CLASSE	N.º DE FUNÇÕES	SALÁRIO INICIAL CZ$ (NÍVEL I/CLASSE A)
Contador	I a IX	A a M	01	5.788,80
Tesoureiro	‘’	‘’	01	1.929,60
Diretor Educacional	‘’	‘’	01	5.788,80
Supervisor Educacional	‘’	‘’	02	1.929,60
Técnico em Agropecuária	‘’	‘’	01	5.788,60
Guarda Fiscal	‘’	‘’	04	1.447,20
Fiscal de Tributos	‘’	‘’	08	1.447,20
Fiscal de Obras e Postura	‘’	‘’	02	1.447,20
Agente Administrativo	‘’	‘’	12	964,80
Telefonista	‘’	‘’	03	964,80
Professor	‘’	‘’	20	964,80
Mensageiro	‘’	‘’	03	964,80
Motorista	‘’	‘’	06	1.929,60
Mecânico	‘’	‘’	01	1.929,60

ANEXO II

FUNÇÕES CONTRATADAS PELA CLT

FUNÇÃO	NÍVEL	CLASSE	N.º DE FUNÇÕES	SALÁRIO INICIAL CZ$ (NÍVEL I/CLASSE A)
Trabalhador Braçal	I a IX	A a M	20	1.447,20
Coveiro	‘’	‘’	02	964,80
Zelador	‘’	‘’	10	964,80
Contínuo	‘’	‘’	08	964,80
Eletricista	‘’	‘’	01	1.447,20
Secretaria de Gabinete	‘’	‘’	06	964,80
Carpinteiro	‘’	‘’	02	1.929,60
Chefe da UMC INCRA	‘’	‘’	01	1.929,60
Chefe da JSM	‘’	‘’	01	1.929,60
Chefe de Divisão	‘’	‘’	12	1.447,20
Assistente Social	‘’	‘’	01	5.788,80
Almoxarife	‘’	‘’	02	1.447,20
Merendeira	‘’	‘’	20	964,80
Inspetor Sanitário	‘’	‘’	01	964,80

ANEXO II

FUNÇÕES CONTRATADAS PELA CLT

FUNÇÃO	NÍVEL	CLASSE	N.º DE FUNÇÕES	SALÁRIO INICIAL CZ$ (NÍVEL I/CLASSE A)
Operador de Máquinas	I a IX	A a M	06	2.894,40
Auxiliar de Operador de Máq.	‘’	‘’	05	1.447,20
Pedreiro	‘’	‘’	03	1.447,20

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 005 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1999

LEI COMPLEMENTAR Nº 005, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1999.

“ALTERA O NÚMERO DE VAGAS DO ANEXO I, DA LEI MUNICIPAL Nº 131 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1994 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 18 DE JUNHO DE 1998, NOS CARGOS DE: AGENTE ADMINISTRAÇÃO, FISCAL DE TRIBUTOS E CONTINUO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Anexo I da Lei nº 131 de 05 de Novembro de 1994, que “Dispõe sobre a Plano de Cargos, vencimentos e Carreira dos servidores da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal” e Art. 4º da Lei Complementar nº 003, de 18 de junho de 1998, nos cargos: Agente de Administração, Fiscal de Tributos e Continuo passam a vigorar coma seguinte redação:

Art. 2º - Ficam ampliadas as vagas abaixo especificados:

AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO – Ampliado o numero de vagas de 06 para 08.

FISCAL DE TRIBUTOS – Ampliado o numero de vagas de 02 para 03.

CONTINUO - Ampliado o numero de vagas de 15 para 20.

Art. 3º - Ficam automaticamente alterados os dispositivos desta Lei, da Lei nº 131, de 05 de Novembro de 1994 e Lei Complementar nº 003 de 18 de junho de de 1998, e demais disposições em contrario que conflitem com a Emenda Constitucional Federal que disciplina a matéria, ajustando-se mesmos a referida Emenda e sujeitando-se a legislação complementar posterior.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, 17 de Fevereiro de 1999.

EZEQUIEL ÂNGELO DA FONSECA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
DECRETO Nº 38 DE 18 DE JULHO DE 2018.

Fixa os Valores da Terra Nua dos imóveis rurais no Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor TARCÍSIO FERRARI, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a delegação de competência feita ao Município pela Receita Federal do Brasil no âmbito do Convênio ITR;

CONSIDERANDO os resultados obtidos através do Laudo de Avaliação e Vistorias elaborado pela Municipalidade para fins de fixação do Valor da Terra Nua,

DECRETA:

Art. 1° - Este Decreto fixa o Valor da Terra Nua de imóveis rurais no âmbito do Município de Reserva do Cabaçal.

Art. 2º - O Valor da Terra Nua, para o exercício fiscal de 2018, é fixado segundo a aptidão do imóvel e a vocação, caracterizado pela atividade nele explorado ou, na sua falta, a potencialidade de desenvolvimento de atividade, conforme o seguinte quadro sinótico:

Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Ap- tidão Média	Lavoura Apti dão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação Fauna e Flora
9.683,01	7.964,12	7.232,47	7.150,00	4.500,00	2.520,00

Art. 3o. Permanecem inalteradasas condições gerais de tributação, principalmente as inerentes às alíquotas, imunidades e isenções aludidas

na Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, as quais se inserem na competência legislativa da União.

Art. 4o. Este Decreto entra em vigor no dia de sua publicação, e revoga o Decreto Municipal no 01, de 17 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, aos 18 de julho de 2018.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Tarcísio Ferrari

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

TERMO DE HOLOGAÇÃO ADESÃO 006/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Antônio Xavier de Araújo – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente Termo de Adesão nº 006/2018, da Ata de Registro de Preços de nº 0101/2017, proveniente do Pregão Presencial nº 039/2017 da Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT, que teve como vencedora a empresa W.O. MADEIRAS E BENEFICIAMENTO LTDA ME, CNPJ/MF nº 05.821.548/0001-16, cujo objeto é: "**Aquisição de Madeira Serrada para Serem Utilizadas na Construção/ Reforma de Pontes de Madeira**

RIO BRANCO – MT, 23 de Julho de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO 007/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Antônio Xavier de Araújo – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente Termo de Adesão nº 007/2018, da Ata de Registro de Preços de nº 008/2018, proveniente do Pregão Presencial nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Gloria D'Oeste – MT, que teve como vencedora a empresa CASTRO NETO & NETO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 05.366.069/0001-57., cujo objeto é: "aquisição de peças e serviços de posto de molas para manutenção regular dos veículos das Secretarias Municipais.

RIO BRANCO – MT, 23 de Julho de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO 008/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Antônio Xavier de Araújo – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente Termo de Adesão nº 008/2018, da Ata de Registro de Preços de nº 002/2018, proveniente do Pregão Presencial nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Gloria D'Oeste – MT, que teve como vencedora a empresa PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.532.991/0001-41., cujo objeto é: "aquisição de pneus novos não recondicionados, câmaras, protetores e serviços de vulcanização, recapagem, recauchutagem e duplagem para atender as secretarias deste município

RIO BRANCO – MT, 23 de Julho de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 086 - 2018

PORTARIA N° 086/2018, de 23 de julho de 2.018.

"Dispõe sobre exoneração de servidor do Município de Rosário Oeste (MT), e dá outras providencias."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 63, da Lei Municipal nº 1.234/11.

R E S O L V E:

Art. 1°. Fica **EXONERADA**, a pedido, a partir da data de 23/07/2018, a servidora abaixo relacionada do seu respectivo cargo, no âmbito da Administração Publica Municipal de Rosário Oeste (MT), a saber:

SERVIDOR	CARGO
JUCILENE SANTANA HAHN	Professora – Matricula 30394

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação e/ou afixação.

Art. 3º. Cumpra-se e publique-se, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 23 de julho de 2018.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otávio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO DO TIPO AMBULÂNCIA 0KM PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. foi declarada vencedora do certame a empresa INOV9 COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI - ME- CNPJ: 03.478.563/0001-88 com o valor de R$ 88.000,00(OITENTA E OITO MIL REAIS). Informa ainda que a integra dos autos acham-se a disposição dos interessados no setor de licitação.

Rosário Oeste/MT, 25 de JULHO de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otávio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por lote", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 036/2018, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares nº 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:30 horas, do dia 07/08/2018 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 25 de Julho de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0235/2018 DE 24 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 0235/2018

DE 24 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AO SERVIDOR ARTEMIO SYPERRECK, PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL POR SISTEMAS E PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a Lei Complementar nº 082 de 11 de Junho de 2018, art. 48. São criados cargos de funções gratificadas, que terão direito o servidor estatutário que preencher o cargo ou desempenhar alguma função remunerada por gratificação especial;

Considerando o anexo VII, Quadro 01, funções gratificadas - FG da Lei Complementar nº 082/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Artemio Syperreck, portador do RG nº 5877226-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.871.289-18, a gratificação especial no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), pelo exercício da função de Responsável por Sistemas e Programas (GE – 14) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE JULHO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 006/2018

PORTARIA Nº 006/2018

DE 25/07/2018

SUMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade, em favor da servidora**:** EDNA DA COSTA**"**

O Diretor Executivo do Santa Rita Previ – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santa Rita do Trivelato,estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 29 e 30, da Lei Complementar Municipal nº 48/2013 de 16 de maio de 2013.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder o benefício de **Salário Maternidade**, em favor da servidora **EDNA DA COSTA**, efetiva no cargo de Professor Licenciatura plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 22/06/2018 a 19/10/2018.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato/MT, 25 de Julho de 2018.

FABIO LOHMANN

Diretor Executivo

DECRETO ESPECIAL N° 23/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 23/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Especial por Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal n§ 4.320/64, para inclusoes de fontes de recursos no grupo 3 (Recursos de Exercicio Anterior) em dotacoes consignada no Orcamento vigente.:

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 400,00

Sub-Total:R$ 400,00

Total Parcial Suplementado: R$ 400,00

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Especial do Artigo 1§ serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro apurado no exerc¡cio anterior em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 02 de Maio de 2018.

Egon Hoepers
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DECRETO SUPLEMENTAR N° 29/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 29/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 573/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Suplementar no valor de R$ 710.668,92 (setecentos e dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos) para reforco de dotacao consignada no Orcamento vigente:

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.1042.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 4.500,00
03.001.04.122.0022.2003.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 31.200,00
03.001.04.122.0022.2004.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
03.001.04.122.0022.2003.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 10.200,00

Sub-Total:R$ 55.900,00

04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
04.001.04.123.0022.2006.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 24.000,00

Sub-Total:R$ 26.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 40.000,00
05.001.15.452.0008.2007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 102.000,00
05.001.15.452.0008.2007.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 10.000,00
05.001.15.452.0008.2007.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 202.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.002.17.512.0027.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 5.000,00
06.002.10.301.0004.2040.3.1.9.0.11.00.00.00|114000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 3.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 29/2018

06.002.10.122.0030.2009.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 10.000,00
06.002.10.301.0004.2011.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 5.000,00
06.002.10.302.0005.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 151.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
06.002.10.122.0030.2009.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS CIVIL	R$ 2.000,00
06.002.10.301.0004.2041.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 191.000,00

07.001-GABINETE DA SEC. EDUCACAO E CULTURA

07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 28.000,00
07.001.12.122.0031.2026.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	R$ 7.000,00
	Sub-Total:R$ 35.000,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 56.633,00
07.002.12.361.0033.2048.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00
07.002.12.361.0033.2047.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 91.633,00

07.003-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 60

07.003.12.361.0029.2023.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 20.000,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.000,00
08.002.08.241.0015.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
08.002.08.122.0032.2028.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 16.768,92
08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 26.367,00
	Sub-Total:R$ 64.135,92

11.001-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

11.001.27.812.0028.2034.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 29/2018

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 710.668,92

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacao em conformidade com o õ1§ inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0022.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 100.000,00

Sub-Total:R$ 100.000,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

05.001.26.782.0010.1028.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 201.900,00

Sub-Total:R$ 201.900,00

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.367.0029.2051.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
07.002.12.367.0029.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
07.002.12.367.0029.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 15.000,00
07.002.12.367.0029.2051.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 43.000,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2030.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 25.000,00
08.002.08.244.0015.2030.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.450,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.1.13.00.00.00|129000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 8.750,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 26.250,00
08.002.08.244.0015.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.500,00
08.002.08.244.0015.2030.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 550,00
08.002.08.244.0015.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.268,92
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 120.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 35.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 17.500,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENC E VANTAGENS FIXAS P CIVIL	R$ 40.000,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|129000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 29/2018

08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 11.250,00
08.002.08.244.0015.2074.3.1.9.0.04.00.00.00|143000000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	R$ 17.500,00

Sub-Total:R$ 330.768,92

09.001-SEC MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO E MEIO AMB

09.001.20.392.0034.2054.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	R$ 19.500,00
09.001.20.541.0034.1043.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 15.500,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 710.668,92

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 04 de Junho de 2018.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

DECRETO ESPECIAL N° 31/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 04.205.596/0001-17
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 31/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito adicional Especial por Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal n§ 4.320/64, para inclusoes de fontes de recursos no grupo 3 (Recursos de Exercicio Anterior) em dotacoes consignada no Orcamento vigente.:

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.302.0005.2016.4.4.9.0.52.00.00.00|302000000 EQUIP E MATERIAL PERMANENTES	R$ 86.500,00

Sub-Total:R$ 86.500,00

08.002-FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

08.002.08.244.0015.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.673,69

Sub-Total:R$ 28.667,69

Total Parcial Suplementado: R$ 115.167,69

Art. 2§. Para cobertura do Credito Adicional Especial do Artigo 1§ serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro apurado no exerc¡cio anterior em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 25 de junho de 2018.

Egon Hoepers
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

RETIFICA DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

Processo licitatório nº 30/2018

Fica retificado o valor global de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação nº 03/2018, que tem como objeto: Contratação de empresa para realização de show musical com artistas de conhecimento nacional e regional para apresentação no XXIX festival de praia “Verão Vivo 2018" a serem realizados no dia de 28/07 a 29/07/2018 na Praia das Gaivotas no município de Santa Terezinha- MT. ONDE SE LÊ R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). O CORRETO É: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Os demais Termos do Processo permanece inalterados.

Santa Terezinha-Mt, 25 de julho de 2018.

EUCLESIO JOSE FERRETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA N.º 395 /2.018. DE: 24 DE JULHO DE 2.018

TORNA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93, Medida Provisória nº 434/94, Lei Municipal nº 252/2008 de 02/04/2008, Processo Seletivo 001/2017 e Edital de Convocação 002/2017, de 13/07/2017 – Diário Eletrônico nº 2.770 – ano XII;

RESOLVE:

Artigo 1º- TORNAR ESTÁVEL, nos exatos termos das normas e procedimentos acima citados e demais legislação específica vigente quanto à estabilidade e natureza do vínculo, a servidora **GISELE BATISTA VIRGOLINA**, para que produza os devidos e legais efeitos.

Artigo 2º - Determinar à Gerência de Cidade e Coordenadoria de Recursos Humanos que tome as providências necessárias para a execução desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 24 DE JULHO DE 2.018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇAO 047/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 047/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § II, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais). Tendo como objeto a **Aquisição de cilindro em aço para gás oxigênio com capacidade de 10m³ para ser utilizado na máquina de solda da oficina da secretaria municipal de viação obras e serviços públicos**. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **GILIANE LALINE ZIMINIANI - ME – CNPJ: 11.927.094/0001-65**, com sede na Av. Minas Gerais, nº 190 – Centro – Primavera do Leste/MT, CEP: 78850-000**.**

e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA Nº. 397/2018. DE: 25 DE JULHO DE 2018.

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO **ERIKS MATOS DA SILVA,** FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor público contratado **ERIKS MATOS DA SILVA,** Função Gratificada no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) conforme Lei sob nº. 415/2013 de 02 de abril de 2013.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 25 DE JULHO DE 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA N.º 396/2.018. DE: 24 DE JULHO DE 2.018

TORNA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93, Medida Provisória nº 434/94, Lei Municipal nº 252/2008 de 02/04/2008, Processo Seletivo 001/2017 e Edital de Convocação 001/2017, de 24/05/2017 – Diário Eletrônico nº 2.735 – ano XII;

RESOLVE:

Artigo 1º- TORNAR ESTÁVEL, nos exatos termos das normas e procedimentos acima citados e demais legislação específica vigente quanto à estabilidade e natureza do vínculo, a servidora **ÉRICA COSTA DE CASTRO**, para que produza os devidos e legais efeitos.

Artigo 2º - Determinar à Gerência de Cidade e Coordenadoria de Recursos Humanos que tome as providências necessárias para a execução desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 24 DE JULHO DE 2.018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2018

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

Pregão Presencial nº. 023/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2018

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra - se aberta à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Tendo por Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Software de Gestão Educacional para locação incluindo treinamento para atender as unidades educacional sendo a Secretaria de Educação, Escolas e Creche, **por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no anexo I Termo de Referencia deste Edital.** Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as 16h00min do dia 08 de agosto de 2018(quarta - Feira), na Avenida Araguaia nº. 248 no Paço Municipal. A sessão terá início às 16h00min, (horário oficial de Brasília), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do e-mail: pregaosfa@outlook.com e na sede da Prefeitura Municipal “Departamento de Licitação” das 13h00-min às 17h30min, na Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT. Maiores contato: tel. (66) 3522- 1606 ramal “35”.

São Felix do Araguaia – MT, 25 de julho de 2018.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira Oficial

Port.002/2018

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 16/2018

A Secretária de Administração **Sr. Mirian Vieira Freire**, juntamente com o Prefeito Municipal, **Sr. ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, **CONVOCAM** os aprovados dentro da vaga no seletivo EDITAL Nº. **001/2018** no cargo abaixo relacionado para comparecer à Secretaria de Administração desta Prefeitura Municipal, no período de 26 de Julho a 01 de Agosto de 2018, no horário de **13:00 às 17:00 horas**, munidos dos documentos necessários, para manifestar interesse de contratação temporária por prazo determinado conforme edital **01/2018**.

TECNICO EM ENFERMAGEM		
APROVADO		
NOME	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO
EDNA ALCANTARA DE PAULA	4,5	4º

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

A contratação dar-se-á com a assinatura do Prefeito Municipal.
Documentos autenticados a serem apresentados na convocação para a contratação:
Cópia do RG e CPF,
Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral,
Comprovante de escolaridade (diploma ou histórico),
Declaração de não acúmulo ilegal de cargos ou empregos públicos,
Declaração de bens,
Número do Pis/Pasep,
Comprovante de residência atual,
Certidão de Nascimento ou Casamento (caso casado (a) cópia do RG e CPF do cônjuge),
Certidão de Nascimento de dependentes se for o caso,
Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino,
Carteira de trabalho – CTPS (parte da foto e data de expedição) – (comprovante de experiência profissional, caso possua),
Exame médico admissional.

São José do Povo – MT; 25/07/2018

_____

MIRIAN VIEIRA FREIRE

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Registrado nesta Secretaria e publicado

Por afixação no lugar público de costume

Na Data Supra.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I.**

NO Dia 08 de Agosto de 2018 ás 13h00min. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78. 773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 25 de julho de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

MARIA IRANDI DUARTE

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180 DE 25 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE COMISSÃO PARA CONCESSÃO DE INCENTIVO FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

Considerando a Portaria nº 1.243/2015, alterada pela Portaria nº 2.031/2015 ambas do Ministério da Saúde e a Lei Municipal nº 1.623/2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - CRIAR uma comissão para o acompanhamento do que trata as portarias e lei supracitada, composta da seguinte forma:

TITULAR	SUPLENTE
JEUSILENE CRISTINA VOLPATO DA SILVA Coord. da Atenção Básica	ADRIANA RODRIGUES DE MATOS SILVA Diretora de Fundo Municipal de Saúde
MARISTELA APª. DELFORNO LEITE Coord. da Vigilância em Saúde	LALCIMAR RAMOS SANTOS Agente de Combate a Endemias
ELIZABETE APª. NOGUEIRA DOS SANTOS Coord. De Assistência Especializada	KEILA BARBOSA GERALDINI Agente Comunitário de Saúde
MABIA SIMONE DE ANDRADE Agente Comunitário de Saúde	CELIA DIAS RODRIGUES Agente comunitário de Saúde
POLIANA ALVES MACHADO Agente de Combate a Endemias	LUCIO PAES FERREIRA Agente de Combate a Endemias

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, principalmente a portaria 187 de 30 de maio de 2016.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 25 DE JULHO DE 2018

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2018, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **SIMONE CAMILA DA SILVA RANZULLA,** portadora do RG nº 16115123-2 SSP/MT e do CPF nº 017.100.191-58, PIS/PASEP sob o nº 20949510720,residentee domiciliada na Rua Alameda Santa Fé do Sul, nº 1270, Bairro Jardim São Francisco, CEP 78.285-000, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. **Objeto do presente contrato:** Monitora de Informática-TELECENTRO (CRAS). **Valor global: R$ 5.962,50** (Cinco Mil Novecentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos), sendo em 05 (cinco) parcelas mensais de **R$ 1.192,50** (Um Mil Cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 39/2018, firmado em 10/07/2018. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pelo **CONTRATADO**, a Empresa **MARCOS INÁCIO ADVOCACIA**; **Objeto:** contratação de um escritório de advocacia com serviços técnicos profissionais especializados, para elaboração, manejo e acompanhamento judicial de demanda, em face da UNIÃO, com o fito de recuperação das diferenças que não foram repassadas ao Município, nos últimos 05 (cinco) anos, referentes ao FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM), e a retificação da base de cálculo para que a União realize corretamente os próximos repasses das cotas do FPM, com efetiva atuação em qualquer juízo, instância ou foro da Justiça Federal, além dos tribunais superiores sediados em Brasília/DF, defendendo o interesse da CONTRATANTE; **Modalidade:** Inexigibilidade **Nº 04/2018**; **Processo:** 29/2018; **Vigência:** 60 meses; **Valor:** os honorários contratuais equivalentes a 15% (quinze por cento) do proveito econômico decorrente do incremento no valor dos próximos repasses das cotas do **FPM**, em razão da retificação da base de cálculo, até o trânsito em julgado da ação.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 65, DE 02 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre regulamentação dos procedimentos para incorporação de vencimentos de servidores em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no CAPÍTULO II – Dos Atos Administrativos, Art. 94, I-a), da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica regulamentada, com base no Artigo 58, § 1º, da Lei Complementar nº 005/2003, a incorporação composta da diferença entre o valor do salário base e o valor do vencimento do cargo comissionado em que o servidor foi exonerado.

Parágrafo único A incorporação se dará por ato do Poder Executivo, através de Portaria, e contemplará os servidores da Prefeitura Municipal e respectivas autarquias.

Art. 2º Fica determinado que a incorporação será feita uma única vez, por solicitação do servidor, independente de nova nomeação em qualquer outro cargo comissionado.

Art. 3º Para fazer jus à incorporação, o servidor deverá ocupar o cargo comissionado pelo período ininterrupto de 05 (cinco) anos ou 10 (dez) anos alternados – prazos estes contados pelos vencimentos recebidos, independente de portaria de nomeação.

Parágrafo único. Feita a incorporação, mesmo exercendo qualquer outro cargo de chefia o servidor não fará jus à nova remuneração pertinente ao cargo em exercício.

Art. 4º A atualização monetária dos vencimentos da incorporação dar-se-á em consonância com a atualização do cargo em comissão.

Art. 5º Feita a incorporação, serão incididos os descontos previdenciários sobre a diferença do valor do vencimento incorporado; este, por sua vez, deverá ser considerado também para fins pertinentes ao Auxílio Alimentação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 175 DE 13 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Artigo 1º - Conceder Função Gratificada FG – 03 ao servidor ORLANDO ALVES DA SILVA, ficando responsável pelo Setor de Inclusão de Dados.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 02 de julho do corrente ano.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 13 DE JULHO DE 2018

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 176 DE 19 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Artigo 1º - CEDER para PREVIQUAM o servidor MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR, Técnico em Contabilidade, portador do RG nº 1043243-4 – SSP/MT e do CPF nº 793.762.581-34, com ônus para o PREVIQUAM.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 02 de julho do corrente ano.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 19 DE JULHO DE 2018

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 177 DE 20 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCELAR o pagamento da FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 3 da servidora ROSANGELA APARECIDA CORREA concedido através da PORTARIA Nº 330 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017, de acordo com o DECRETO Nº 65 DE 02 DE JULHO DE 2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2018, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 20 DE JULHO DE 2018

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178 DE 20 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCELAR o pagamento da FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 3 do servidor PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA concedido através da PORTARIA Nº 147 DE 19 DE JUNHO DE 2018 de acordo com o DECRETO Nº 65 DE 02 DE JULHO DE 2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2018, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 20 DE JULHO DE 2018

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 179 DE 25 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, a servidora LUCELIA VENTUROLI, portadora do RG nº 1091267-3 - SJ/MT e do CPF nº 805.843.491-49, fazendo jus aos vencimentos de acordo com o DECRETO Nº 65 DE 02 DE JULHO DE 2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 25 DE JULHO DE 2018

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO nº 028/2014

Espécie: Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2014

Objeto: Acréscimo do quantitativo inicial do contrato

Valor: R$ 76.548,26

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada**: J. V Construtora LTDA**

Data Aditivo: 10 de Junho de 2018.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 544/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/08*2018, com término em 04/09/2018*, *referente ao período aquisitivo de 23/01/2016 à 22/01/2017,* a servidora ***HAIULENE DE ARAUJO SILVA DEVES*****,** brasileira, casada, servidora com matricula no RH nº. 913, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Zeladora**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2018

Pelo presente termo de Retificação do edital da **Tomada de Preços Nº 009/2018** cujo OBJETO consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE E DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS (ENTRADA DA CIDADE) DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, tudo em conformidade com o projeto básico e seus anexos, integrantes deste edital**, vem por meio deste, RETIFICAR O EDITAL:

RETIFICAR INTEGRALMENTE:

ONDE SE LÊ:

4.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 – O envelope PROPOSTA DE PREÇOS (CONFORME ANEXO II) deverá ser grafada em reais (R$) e apresentada em língua portuguesa, impressa em papel A4 em 01 (uma) via, em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do respectivo objeto desta **TOMADA DE PREÇOS**, devendo ainda ser datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo respectivo representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação;

4.1.1 - As empresas que apresentarem propostas acima dos valores orçados de **R$: 634.436,25 (Seiscentos trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos),** para o lote 01, serão desclassificada, sem direito a qualquer recurso.

4.2) A proposta de preços deverá indicar, preferencialmente, o nome e o endereço completos do Licitante, números de telefone e de fax, endereço eletrônico (e-mail) se houver, para contato, assim como a qualificação completa do representante legal ou procurador do licitante que ficará responsável pela celebração do CONTRATO (estado civil, profissão, número da cédula de identidade, com a identificação do respectivo órgão emissor, número do CPF, endereço completo de seu domicílio e o cargo por ele ocupado na empresa licitante).

4.3) A proposta de preço deverá consignar expressamente o preço Unitário (por item) do objeto licitado (em valor numérico) incluindo todos os custos e despesas, diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e contribuições), em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação, descrito no Projeto Básico – Especificações Técnicas e deverá ser elaborada em conformidade com a Planilha de Preços, estes constante em anexo.

4.3.1) Vale lembrar que consta na planilha de preços os valores bases, devendo os preços unitários da proposta serem iguais ou menores, e o valor final da proposta não deve ser superior ao orçamento do ANEXO I**.**

4.4) – Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.5) A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.

4.6) Ocorrendo discordância entre o valor numérico e o por extenso contidos na proposta, prevalecerá o menor valor.

4.7) Os valores dos serviços objeto do certame, deverão ser cotados para execução das obras localizadas no município de Tabaporã – MT.

4.8) O prazo de validade das propostas de preços será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9) Será desclassificada a proposta que apresentar vantagens não previstas neste Edital, assim como aquelas que contenham ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

4.10) As impugnações das licitantes contra as ofertas dos seus concorrentes poderão ser formuladas durante a reunião de abertura das propostas desde que o impugnante detenha poderes para tal.

4.11) As concorrentes deverá apresentar junto a proposta de preços, a sua planilha orçamentária junto com o cronograma físico financeiro, caso não apresente os documentos pedido a concorrente será desclassificada automaticamente.

LEIA-SE:

4.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 – O envelope PROPOSTA DE PREÇOS (CONFORME ANEXO II) deverá ser grafada em reais (R$) e apresentada em língua portuguesa, impressa em papel A4 em 01 (uma) via, em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do respectivo objeto desta **TOMADA DE PREÇOS**, devendo ainda ser datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo respectivo representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação;

4.1.1 - As empresas que apresentarem propostas acima dos valores orçados de **R$: 663.342,56 (Seiscentos e sessenta e três mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos),** para o lote 01, serão desclassificada, sem direito a qualquer recurso.

4.2) A proposta de preços deverá indicar, preferencialmente, o nome e o endereço completos do Licitante, números de telefone e de fax, endereço eletrônico (e-mail) se houver, para contato, assim como a qualificação completa do representante legal ou procurador do licitante que ficará responsável pela celebração do CONTRATO (estado civil, profissão, número da cédula de identidade, com a identificação do respectivo órgão emissor, número do CPF, endereço completo de seu domicílio e o cargo por ele ocupado na empresa licitante).

4.3) A proposta de preço deverá consignar expressamente o preço Unitário (por item) do objeto licitado (em valor numérico) incluindo todos os custos e despesas, diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e contribuições), em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação, descrito no Projeto Básico – Especificações Técnicas e deverá ser elaborada em conformidade com a Planilha de Preços, estes constante em anexo.

4.3.1) Vale lembrar que consta na planilha de preços os valores bases, devendo os preços unitários da proposta serem iguais ou menores, e o valor final da proposta não deve ser superior ao orçamento do ANEXO I**.**

4.4) – Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.5) A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.

4.6) Ocorrendo discordância entre o valor numérico e o por extenso contidos na proposta, prevalecerá o menor valor.

4.7) Os valores dos serviços objeto do certame, deverão ser cotados para execução das obras localizadas no município de Tabaporã – MT.

4.8) O prazo de validade das propostas de preços será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9) Será desclassificada a proposta que apresentar vantagens não previstas neste Edital, assim como aquelas que contenham ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

4.10) As impugnações das licitantes contra as ofertas dos seus concorrentes poderão ser formuladas durante a reunião de abertura das propostas desde que o impugnante detenha poderes para tal.

4.11) As concorrentes deverá apresentar junto a proposta de preços, a sua planilha orçamentária junto com o cronograma físico financeiro, caso não apresente os documentos pedido a concorrente será desclassificada automaticamente.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

As modificações do referido edital, estão disponíveis no site do Município **(www.tabapora.mt.gov.br).**

Os demais itens permanecem como no edital, prorrogando-se a data do julgamento para o dia 10/08/2018 as 08:00hr (Horário Local)

Atenciosamente,

Tabaporã – MT, 24 de Julho de 2018.

HELIELSON TEODORO ALVES

Presidente Nomeado

Comissão Permanente de Licitação

Portaria n° 238/2018

PORTARIA Nº. 546/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 13/08*2018, com término em 11/09/2018*, *referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 31/05/2016,* a senhora ***ELINEZ DA SILVA PRACHEDES*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1017, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 545/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/08/2018*, com término em 04/09/2018*, *referente ao período aquisitivo de 09/06/2017 à 08/06/2018, a* senhora ***SILVANA DE CASTRO SOUZA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1759, no cargo de **Agente Comunitária de Saúde - ACS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 3º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	299.856.189,85	302.586.189,85	50.057.349,64	16,54	134.948.593,09	44,60	167.637.596,76
RECEITAS CORRENTES	246.070.330,86	248.800.330,86	49.087.689,99	19,73	132.506.139,19	53,26	116.294.191,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	49.463.452,65	49.463.452,65	11.986.413,46	24,23	30.256.500,07	61,17	19.206.952,58
Impostos	44.488.947,07	44.488.947,07	10.738.349,29	24,14	26.545.347,20	59,67	17.943.599,87
Taxas	4.318.638,23	4.318.638,23	1.179.377,66	27,31	3.478.286,89	80,54	840.351,34
Contribuição de Melhoria	655.867,35	655.867,35	68.686,51	10,47	232.865,98	35,51	423.001,37
CONTRIBUIÇÕES	11.396.221,44	11.396.221,44	1.847.124,79	16,21	5.862.746,80	51,44	5.533.474,64
Contribuições Sociais	7.448.741,48	7.448.741,48	1.104.438,66	14,83	3.758.206,38	50,45	3.690.535,10
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.947.479,96	3.947.479,96	742.686,13	18,81	2.104.540,42	53,31	1.842.939,54
RECEITA PATRIMONIAL	12.019.704,19	12.019.704,19	587.761,09	4,89	1.591.732,78	13,24	10.427.971,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	133.211,82	133.211,82	27.563,70	20,69	65.427,21	49,12	67.784,61
Valores Mobiliários	11.886.492,37	11.886.492,37	560.197,39	4,71	1.526.305,57	12,84	10.360.186,80
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	22.559.258,83	22.559.258,83	3.873.151,60	17,17	11.385.163,12	50,47	11.174.095,71
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.559.258,83	22.559.258,83	3.873.151,60	17,17	11.385.163,12	50,47	11.174.095,71
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	146.626.219,97	149.356.219,97	30.168.006,43	20,20	81.739.628,42	54,73	67.616.591,55
Transferências da União e de suas Entidades	56.398.560,54	59.128.560,54	10.736.872,20	18,16	27.887.313,18	47,16	31.241.247,36
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	48.623.194,03	48.623.194,03	11.785.379,19	24,24	31.890.649,55	65,59	16.732.544,48
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	120.000,00	120.000,00	21.998,35	18,33	48.993,91	40,83	71.006,09
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	41.484.465,40	41.484.465,40	7.623.756,69	18,38	21.912.671,78	52,82	19.571.793,62
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.005.473,78	4.005.473,78	625.232,62	15,61	1.670.368,00	41,70	2.335.105,78
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	212.154,84	212.154,84	41.770,61	19,69	104.622,19	49,31	107.532,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	758.376,37	758.376,37	57.981,97	7,65	334.250,40	44,07	424.125,97
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.034.942,57	3.034.942,57	525.480,04	17,31	1.231.495,41	40,58	1.803.447,16

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	53.785.858,99	53.785.858,99	969.659,65	1,80	2.442.453,90	4,54	51.343.405,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	53.785.858,99	53.785.858,99	969.659,65	1,80	2.442.453,90	4,54	51.343.405,09
Transferências da União e de suas Entidades	50.280.329,78	50.280.329,78	443.345,98	0,88	815.128,16	1,62	49.465.201,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.255.529,21	2.255.529,21	126.313,67	5,60	1.227.325,74	54,41	1.028.203,47
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	1.250.000,00	1.250.000,00	400.000,00	32,00	400.000,00	32,00	850.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	13.538.155,87	13.538.155,87	2.166.159,43	16,00	7.193.137,31	53,13	6.345.018,56
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	313.394.345,72	316.124.345,72	52.223.509,07	16,52	142.141.730,40	44,96	173.982.615,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	313.394.345,72	316.124.345,72	52.223.509,07	16,52	142.141.730,40	44,96	173.982.615,32
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	313.394.345,72	316.124.345,72	52.223.509,07	16,52	142.141.730,40	44,96	173.982.615,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	29.370.852,49			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		29.370.852,49					
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	280.549.958,48	311.827.923,27	42.308.123,99	132.364.446,91	179.463.476,36	38.014.715,61	92.458.885,58	219.369.037,69	88.511.586,59	0,00
DESPESAS CORRENTES	211.859.563,44	232.346.936,45	35.022.166,20	116.378.146,16	115.968.790,29	36.060.746,54	89.469.288,46	142.877.647,99	85.818.075,09	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.745.461,77	146.241.690,75	21.475.899,79	59.215.033,54	87.026.657,21	21.339.172,58	59.028.062,96	87.213.627,79	56.926.919,38	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	271.000,00	271.000,00	0,00	250.000,00	21.000,00	38.538,60	116.935,34	154.064,66	116.935,34	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.843.101,67	85.834.245,70	13.546.266,41	56.913.112,62	28.921.133,08	14.683.035,36	30.324.290,16	55.509.955,54	28.774.220,37	
DESPESAS DE CAPITAL	65.103.538,88	75.894.130,66	7.285.957,79	15.986.300,75	59.907.829,91	1.953.969,07	2.989.597,12	72.904.533,54	2.693.511,50	0,00
INVESTIMENTOS	64.325.038,88	75.115.630,66	7.285.957,79	15.216.300,75	59.899.329,91	1.824.591,71	2.601.465,03	72.514.165,63	2.305.379,41	
INVERSÕES FINANCEIRAS	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	8.500,00	0,00	0,00	8.500,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	770.000,00	770.000,00	0,00	770.000,00	0,00	129.377,36	388.132,09	381.867,91	388.132,09	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.586.856,16	3.586.856,16			3.586.856,16			3.586.856,16		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.565.168,62	16.388.056,32	1.760.042,10	7.759.938,11	8.628.118,21	2.164.891,82	6.462.264,05	9.925.792,27	5.609.705,11	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	296.115.127,10	328.215.979,59	44.068.166,09	140.124.385,02	188.091.594,57	40.179.607,43	98.921.149,63	229.294.829,96	94.121.291,70	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	296.115.127,10	328.215.979,59	44.068.166,09	140.124.385,02	188.091.594,57	40.179.607,43	98.921.149,63	229.294.829,96	94.121.291,70	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	296.115.127,10	328.215.979,59	44.068.166,09	140.124.385,02		40.179.607,43	98.921.149,63		94.121.291,70	0,00
RESERVA DO RPPS	17.279.218,62	17.279.218,62			17.279.218,62			17.279.218,62		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	13.538.155,87	13.538.155,87	2.166.159,43	16,00	7.193.137,31	53,13	6.345.018,56
RECEITAS CORRENTES	11.528.956,18	11.528.956,18	1.812.929,99	15,73	6.147.517,51	53,32	5.381.438,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	11.528.956,18	11.528.956,18	1.812.929,99	15,73	6.147.517,51	53,32	5.381.438,67
Contribuições Sociais	11.528.956,18	11.528.956,18	1.812.929,99	15,73	6.147.517,51	53,32	5.381.438,67
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.009.199,69	2.009.199,69	353.229,44	17,58	1.045.619,80	52,04	963.579,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.009.199,69	2.009.199,69	353.229,44	17,58	1.045.619,80	52,04	963.579,89

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	2.009.199,69	2.009.199,69	353.229,44	17,58	1.045.619,80	52,04	963.579,89

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.565.168,62	16.388.056,32	1.760.042,10	7.759.938,11	8.628.118,21	2.164.891,82	6.462.264,05	9.925.792,27	5.609.705,11	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.225.340,43	15.048.228,13	1.760.042,10	6.710.945,55	8.337.282,58	1.990.550,82	5.936.294,49	9.111.933,64	5.083.735,55	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.721.928,93	13.544.816,63	1.750.152,00	5.281.057,32	8.263.759,31	1.744.639,17	5.275.696,42	8.269.120,21	4.425.140,06	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	899.371,50	899.371,50	0,00	868.904,77	30.466,73	178.888,44	522.596,80	376.774,70	522.596,80	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	604.040,00	604.040,00	9.890,10	560.983,46	43.056,54	67.023,21	138.001,27	466.038,73	135.998,69	
DESPESAS DE CAPITAL	1.339.828,19	1.339.828,19	0,00	1.048.992,56	290.835,63	174.341,00	525.969,56	813.858,63	525.969,56	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.339.828,19	1.339.828,19	0,00	1.048.992,56	290.835,63	174.341,00	525.969,56	813.858,63	525.969,56	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	297.829.176,90	329.107.141,89	42.308.123,99	132.364.446,91	94,46	196.742.694,98	38.014.715,61	92.458.885,58	93,47	236.648.256,31	0,00
Legislativa	8.729.559,67	8.729.559,67	1.241.305,27	4.182.652,28	2,98	4.546.907,39	1.058.856,15	3.507.965,47	3,55	5.221.594,20	0,00
Ação Legislativa	8.729.559,67	8.729.559,67	1.241.305,27	4.182.652,28	2,98	4.546.907,39	1.058.856,15	3.507.965,47	3,55	5.221.594,20	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00
Ação Judiciária	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	26.113.394,19	24.970.596,61	3.036.481,59	15.360.717,48	10,96	9.609.879,13	3.944.096,75	11.693.685,76	11,82	13.276.910,85	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	14.558.260,43	13.457.462,85	1.550.041,64	9.441.799,20	6,74	4.015.663,65	2.341.001,39	6.366.663,94	6,44	7.090.798,91	
Administração Financeira	2.658.400,00	2.658.400,00	388.426,33	1.353.746,21	0,97	1.304.653,79	378.521,86	1.295.593,61	1,31	1.362.806,39	
Controle Interno	302.700,00	302.700,00	43.968,25	103.025,97	0,07	199.674,03	43.778,25	102.835,97	0,10	199.864,03	
Normatização e Fiscalização	2.958.200,00	2.916.200,00	337.878,27	1.057.483,96	0,75	1.858.716,04	336.999,35	986.841,45	1,00	1.929.358,55	
Tecnologia da Informação	1.062.745,78	1.062.745,78	124.935,90	559.969,05	0,40	502.776,73	189.799,52	384.506,43	0,39	678.239,35	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	808.877,38	808.877,38	110.441,45	311.409,01	0,22	497.468,37	108.564,45	309.232,01	0,31	499.645,37	
Administração de Receitas	1.143.100,00	1.143.100,00	119.997,56	657.066,74	0,47	486.033,26	176.344,46	479.794,93	0,49	663.305,07	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	2.621.110,60	2.621.110,60	360.792,19	1.876.217,34	1,34	744.893,26	369.087,47	1.768.217,42	1,79	852.893,18	
Defesa Nacional	93.700,00	93.700,00	4.108,14	11.536,74	0,01	82.163,26	3.772,14	11.200,74	0,01	82.499,26	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	93.700,00	93.700,00	4.108,14	11.536,74	0,01	82.163,26	3.772,14	11.200,74	0,01	82.499,26	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	320.912,29	320.912,29	1.267,70	34.880,62	0,02	286.031,67	7.898,86	19.181,55	0,02	301.730,74	0,00
Policiamento	8.367,83	8.367,83	0,00	8.029,92	0,01	337,91	1.720,44	4.301,70	0,00	4.066,13	
Defesa Civil	312.544,46	312.544,46	1.267,70	26.850,70	0,02	285.693,76	6.178,42	14.879,85	0,02	297.664,61	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	5.957.453,95	8.251.539,90	1.085.711,74	3.545.210,91	2,53	4.706.328,99	1.227.761,09	2.465.809,07	2,49	5.785.730,83	0,00
Assistência ao Idoso	419.800,00	419.800,00	8.735,30	349.534,77	0,25	70.265,23	88.869,34	187.764,15	0,19	232.035,85	
Assistência ao Portador de Deficiência	22.572,20	47.025,85	0,00	24.453,65	0,02	22.572,20	24.453,65	24.453,65	0,02	22.572,20	
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.391.303,06	6.263.834,90	981.879,61	2.699.612,88	1,93	3.564.222,02	920.729,35	1.857.209,28	1,88	4.406.625,62	
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	1.123.778,69	1.520.879,15	95.096,83	471.609,61	0,34	1.049.269,54	193.708,75	396.381,99	0,40	1.124.497,16	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	27.750.218,62	27.750.218,62	1.865.589,24	5.178.289,55	3,70	22.571.929,07	1.865.589,24	5.178.289,55	5,23	22.571.929,07	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	27.750.218,62	27.750.218,62	1.865.589,24	5.178.289,55	3,70	22.571.929,07	1.865.589,24	5.178.289,55	5,23	22.571.929,07	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	58.661.330,71	75.688.660,07	13.743.922,53	34.197.484,88	24,41	41.491.175,19	12.556.141,77	28.169.910,56	28,48	47.518.749,51	0,00
Atenção Básica	14.495.664,13	18.401.985,96	2.708.511,97	8.553.362,40	6,10	9.848.623,56	2.550.306,82	6.960.104,89	7,04	11.441.881,07	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.732.053,13	46.869.677,04	9.437.750,38	21.581.272,11	15,40	25.288.404,93	8.615.335,10	18.086.573,09	18,28	28.783.103,95	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.662.526,68	2.004.961,73	439.661,70	1.082.396,21	0,77	922.565,52	416.152,07	578.740,40	0,59	1.426.221,33	
Vigilância Sanitária	1.135.721,52	1.168.863,67	158.865,84	493.480,68	0,35	675.382,99	168.159,60	481.503,23	0,49	687.360,44	
Vigilância Epidemiológica	3.644.965,25	4.827.829,25	639.474,77	1.495.609,11	1,07	3.332.220,14	528.616,16	1.305.867,10	1,32	3.521.962,15	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	1.990.400,00	2.415.342,42	359.657,87	991.364,37	0,71	1.423.978,05	277.572,02	757.121,85	0,77	1.658.220,57	
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	247.500,00	1.112.501,00	1.042,25	58.556,29	0,04	1.053.944,71	11.314,94	31.388,98	0,03	1.081.112,02	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	247.500,00	1.112.501,00	1.042,25	58.556,29	0,04	1.053.944,71	11.314,94	31.388,98	0,03	1.081.112,02	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	72.194.221,96	77.699.309,63	12.075.678,69	32.976.404,18	23,53	44.722.905,45	9.945.413,33	24.590.870,15	24,86	53.108.439,48	0,00
Ensino Fundamental	40.810.258,41	43.153.202,30	6.801.636,23	19.000.023,30	13,56	24.153.179,00	6.265.213,75	14.301.474,09	14,46	28.851.728,21	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	28.945.963,55	32.056.513,10	5.125.798,18	12.737.241,88	9,09	19.319.271,22	3.310.729,11	9.451.165,17	9,55	22.605.347,93	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	616.000,00	616.000,00	0,00	600.000,00	0,43	16.000,00	150.000,00	300.000,00	0,30	316.000,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	1.822.000,00	1.873.594,23	148.244,28	639.139,00	0,46	1.234.455,23	219.470,47	538.230,89	0,54	1.335.363,34	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	922.500,00	1.050.500,00	112.560,08	457.403,77	0,33	593.096,23	159.255,72	353.981,98	0,36	696.518,02	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	922.500,00	1.050.500,00	112.560,08	457.403,77	0,33	593.096,23	159.255,72	353.981,98	0,36	696.518,02	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	264.392,22	264.392,22	30.460,28	89.622,54	0,06	174.769,68	29.364,44	85.750,08	0,09	178.642,14	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	17.892,22	17.892,22	0,00	0,00	0,00	17.892,22	0,00	0,00	0,00	17.892,22	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	246.500,00	246.500,00	30.460,28	89.622,54	0,06	156.877,46	29.364,44	85.750,08	0,09	160.749,92	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	28.437.981,25	34.787.140,47	4.619.732,94	13.892.821,64	9,91	20.894.318,83	3.013.254,33	6.934.164,48	7,01	27.852.975,99	0,00
Infra-Estrutura Urbana	14.750.233,33	16.371.268,15	3.148.199,90	5.333.856,95	3,81	11.037.411,20	1.065.142,16	2.514.374,08	2,54	13.856.894,07	
Serviços Urbanos	6.008.900,00	6.039.900,00	499.550,41	3.492.761,84	2,49	2.547.138,16	551.778,42	1.368.148,41	1,38	4.671.751,59	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	7.678.847,92	12.375.972,32	971.982,63	5.066.202,85	3,62	7.309.769,47	1.396.333,75	3.051.641,99	3,08	9.324.330,33	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	47.822.845,95	47.822.845,95	1.028.551,59	14.053.211,23	10,03	33.769.634,72	2.127.637,07	5.128.228,03	5,18	42.694.617,92	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	47.822.845,95	47.822.845,95	1.028.551,59	14.053.211,23	10,03	33.769.634,72	2.127.637,07	5.128.228,03	5,18	42.694.617,92	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	5.055.120,35	5.055.120,35	1.462.332,57	1.718.858,81	1,23	3.336.261,54	242.644,20	429.002,09	0,43	4.626.118,26	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	2.874.319,54	2.874.319,54	218.205,32	458.519,25	0,33	2.415.800,29	98.062,18	268.510,96	0,27	2.605.808,58	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	2.101.500,81	2.101.500,81	1.236.231,81	1.241.960,93	0,89	859.539,88	136.686,58	142.415,70	0,14	1.959.085,11	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	79.300,00	79.300,00	7.895,44	18.378,63	0,01	60.921,37	7.895,44	18.075,43	0,02	61.224,57	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	1.130.000,00	1.184.999,00	264.223,06	584.785,10	0,42	600.213,90	166.323,79	312.095,03	0,32	872.903,97	0,00
Abastecimento	1.085.000,00	1.139.999,00	264.223,06	539.785,10	0,39	600.213,90	121.323,79	267.095,03	0,27	872.903,97	
Extensão Rural	45.000,00	45.000,00	0,00	45.000,00	0,03	0,00	45.000,00	45.000,00	0,05	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	1.822.088,00	2.023.008,37	629.418,53	841.780,11	0,60	1.181.228,26	465.897,96	562.745,89	0,57	1.460.262,48	0,00
Promoção Comercial	247.700,00	227.700,00	23.802,82	82.633,48	0,06	145.066,52	22.130,63	77.428,93	0,08	150.271,07	
Comercialização	156.700,00	156.046,30	25.107,72	66.316,32	0,05	89.729,98	25.107,72	66.184,32	0,07	89.861,98	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	1.315.688,00	1.537.262,07	580.507,99	692.830,31	0,49	844.431,76	418.659,61	419.132,64	0,42	1.118.129,43	
FU23 - Administração Geral	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	310.200,00	310.200,00	0,00	237.000,00	0,17	73.200,00	21.532,60	43.759,60	0,04	266.440,40	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	310.200,00	310.200,00	0,00	237.000,00	0,17	73.200,00	21.532,60	43.759,60	0,04	266.440,40	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	5.254.701,89	5.254.701,89	1.062.032,58	2.570.181,51	1,83	2.684.520,38	695.172,24	1.624.897,16	1,64	3.629.804,73	0,00
Transporte Aéreo	149.700,00	149.700,00	1.424,83	27.995,26	0,02	121.704,74	7.785,28	11.330,50	0,01	138.369,50	
Transporte Rodoviário	5.105.001,89	5.105.001,89	1.060.607,75	2.542.186,25	1,81	2.562.815,64	687.386,96	1.613.566,66	1,63	3.491.435,23	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	897.000,00	893.180,00	43.705,21	455.151,94	0,32	438.028,06	119.559,55	267.393,05	0,27	625.786,95	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	897.000,00	893.180,00	43.705,21	455.151,94	0,32	438.028,06	119.559,55	267.393,05	0,27	625.786,95	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	2.239.199,69	2.239.199,69	0,00	1.917.897,33	1,37	321.302,36	353.229,44	1.048.566,36	1,06	1.190.633,33	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	200.000,00	200.000,00	0,00	2.946,56	0,00	197.053,44	0,00	2.946,56	0,00	197.053,44	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	2.039.199,69	2.039.199,69	0,00	1.914.950,77	1,37	124.248,92	353.229,44	1.045.619,80	1,06	993.579,89	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	3.586.856,16	3.586.856,16				3.586.856,16				3.586.856,16	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.565.168,62	16.388.056,32	1.760.042,10	7.759.938,11	5,54	8.628.118,21	2.164.891,82	6.462.264,05	6,53	9.925.792,27	
TOTAL (III) = (I + II)	313.394.345,52	345.495.198,21	44.068.166,09	140.124.385,02	100,00	205.370.813,19	40.179.607,43	98.921.149,63	100,00	246.574.048,58	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.565.168,62	16.388.056,32	1.760.042,10	7.759.938,11	5,54	8.628.118,21	2.164.891,82	6.462.264,05	6,53	9.925.792,27	0,00
Legislativa	514.800,00	514.800,00	60.817,91	206.223,33	0,15	308.576,67	60.817,91	206.223,33	0,21	308.576,67	0,00
Ação Legislativa	514.800,00	514.800,00	60.817,91	206.223,33	0,15	308.576,67	60.817,91	206.223,33	0,21	308.576,67	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	15.050.368,62	15.873.256,32	1.699.224,19	7.553.714,78	5,39	8.319.541,54	2.104.073,91	6.256.040,72	6,32	9.617.215,60	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	15.050.368,62	15.873.256,32	1.699.224,19	7.553.714,78	5,39	8.319.541,54	2.104.073,91	6.256.040,72	6,32	9.617.215,60	
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 – Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 – Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 – Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	19,664,054.24	18,379,768.45	17,292,077.65	23,484,614.18	22,125,999.50	30,418,034.91	18,707,665.87	19,866,796.17	20,498,464.00	27,356,008.15	27,567,894.98	23,380,743.47	268,741,921.57	258,302,648.75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,632,576.20	2,614,111.78	2,278,420.92	2,297,326.67	2,281,206.03	2,302,732.30	1,559,934.99	2,261,230.26	3,479,324.23	7,803,396.51	7,317,737.63	3,217,993.23	40,045,992.75	49,463,452.65
IPTU	400,538.72	425,922.19	233,804.45	306,604.80	150,241.30	246,501.91	250,187.29	370,782.27	1,087,765.79	4,519,450.37	4,751,784.33	836,091.92	13,579,675.34	14,283,452.46
ISS	1,380,250.65	1,275,315.36	1,410,772.39	1,369,620.71	1,447,190.98	1,530,889.29	1,333,532.72	1,229,135.53	1,398,079.77	1,430,340.11	1,399,099.85	1,487,463.10	16,691,890.46	18,182,194.82
ITBI	491,543.41	618,470.02	292,485.80	245,654.14	303,307.94	263,301.21	162,188.51	330,329.19	389,511.76	612,281.84	319,476.23	511,871.90	4,540,421.95	3,263,550.22
IRRF	32,324.55	-11,303.10	96,814.50	160,352.88	109,615.69	55,835.79	-428,873.49	-83,129.12	25,311.08	13,903.69	-63,372.12	45,251.48	-47,268.17	8,759,749.57
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	327,918.87	305,707.31	244,543.78	215,094.14	270,852.12	206,204.10	242,899.96	414,112.39	578,655.83	1,227,420.50	910,749.34	337,314.83	5,281,473.17	4,974,505.58
Contribuições	854,338.96	851,355.39	852,256.35	851,785.01	1,258,685.97	918,643.64	1,404,632.15	795,004.27	905,558.96	910,426.63	929,059.75	925,065.04	11,456,814.12	11,396,221.44
Receita Patrimonial	378,116.40	362,432.23	380,604.70	3,615,153.72	263,841.84	333,931.31	273,033.89	215,843.17	263,130.60	251,964.03	305,583.92	282,177.17	6,925,812.98	5,066,581.74
Rendimentos de Aplicação Financeira	367,848.36	351,257.38	369,312.11	3,336,544.69	253,402.15	321,598.17	264,651.73	215,843.17	249,914.88	235,698.40	289,215.37	270,982.02	6,526,268.43	4,933,369.92
Outras Receitas Patrimoniais	10,268.04	11,174.85	11,292.59	278,609.03	10,439.69	12,333.14	8,382.16	0.00	13,215.72	16,265.63	16,368.55	11,195.15	399,544.55	133,211.82
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	1,780,227.59	1,964,281.85	1,907,000.05	2,131,517.51	1,814,993.76	2,171,523.03	1,879,040.12	1,718,819.43	2,042,147.00	1,872,004.97	1,925,786.05	1,947,365.55	23,154,706.91	22,559,258.83
Transferências Correntes	13,063,704.96	11,982,808.64	11,226,623.14	14,054,437.32	14,474,582.13	23,460,665.99	13,361,853.23	14,583,459.33	13,516,289.99	16,286,705.05	16,778,090.44	16,694,347.05	179,483,567.27	165,811,660.31
Cota-Parte do FPM	3,462,142.93	2,348,689.74	1,972,108.30	2,234,961.60	2,298,814.52	4,423,048.39	2,810,381.98	3,674,048.19	2,470,571.39	2,590,313.62	3,178,944.12	2,976,929.99	34,440,954.77	38,708,284.12
Cota-Parte do ICMS	3,606,727.32	2,953,948.94	4,085,438.72	2,958,192.69	4,347,896.79	4,192,185.49	4,026,282.74	3,435,337.80	3,350,854.82	2,960,743.65	4,320,328.89	2,958,513.86	43,196,451.71	43,155,323.43
Cota-Parte do IPVA	1,264,735.47	879,162.05	660,239.30	512,693.16	497,141.80	277,567.68	824,591.70	1,298,328.26	1,640,481.32	1,453,952.55	1,734,001.06	1,254,969.47	12,297,863.82	10,986,304.17
Cota-Parte do ITR	8,465.13	9,820.10	83,306.72	1,782,516.74	301,730.83	288,644.06	227,834.68	7,149.39	36,531.69	18,799.07	41,376.54	28,638.51	2,834,812.46	2,651,111.79
Transferências da LC nº 87/1996	13,849.06	13,849.06	13,849.06	13,849.06	13,849.06	13,849.06	14,226.84	14,226.84	14,226.84	14,226.84	14,226.84	14,226.84	168,455.40	176,894.66
Transferências da LC nº 61/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferências do FUNDEB	2,633,176.29	3,360,729.63	2,196,858.95	2,839,633.47	2,817,781.66	8,510,930.02	3,877,872.69	3,813,421.69	3,409,881.22	3,187,739.49	4,349,594.27	3,274,162.42	44,071,781.80	41,484,665.40
Outras Transferências Correntes	2,074,608.76	2,416,609.12	2,214,822.09	3,712,590.60	4,397,367.47	5,754,441.29	1,580,662.60	2,340,948.16	2,593,742.71	6,060,929.83	3,139,618.72	6,186,905.96	42,473,247.31	28,649,276.74
Outras Receitas Correntes	955,090.13	604,778.56	647,170.49	534,393.95	2,032,687.77	1,230,538.64	229,171.49	292,439.71	292,013.22	231,510.96	311,437.19	313,795.43	7,675,027.54	4,005,473.78
DEDUÇÕES (II)	1,882,126.56	1,958,746.69	1,961,400.66	2,097,166.35	2,123,479.80	2,621,661.01	2,721,805.68	2,235,323.70	2,136,254.33	1,969,929.12	2,564,367.76	2,079,425.03	26,351,686.69	26,347,180.64
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	535,599.43	532,369.44	536,600.69	534,912.19	554,537.11	562,971.75	1,064,106.93	471,925.22	570,246.39	547,489.18	549,976.97	554,461.69	7,015,196.99	7,448,741.48
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	77,540.61	61,327.20	61,811.60	61,811.60	77,056.21	489,313.44	77,035.25	77,580.66	63,474.81	14,832.88	156,615.38	78,307.69	1,286,707.33	1,712,998.82
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1,268,986.52	1,365,050.05	1,362,988.37	1,500,442.56	1,491,886.48	1,569,375.82	1,580,663.50	1,685,817.82	1,502,533.13	1,407,607.06	1,857,775.41	1,446,655.65	18,039,782.37	19,185,440.34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - I)	17,781,927.68	16,421,021.76	15,330,676.99	21,387,447.83	20,002,519.70	27,796,373.90	15,985,860.19	17,631,472.47	18,362,209.67	25,386,079.03	25,003,527.22	21,301,318.44	242,390,234.88	229,955,468.11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	27.643.818,93	27.643.818,93	10.419.356,64	12.482.620,59
Receita de Contribuições dos Segurados	7.448.741,48	7.448.741,48	3.758.722,42	3.256.097,07
Civil	7.448.741,48	7.448.741,48	3.758.722,42	3.256.097,07
Ativo	7.384.269,84	7.384.269,84	3.718.451,91	3.229.871,13
Inativo	64.471,64	64.471,64	40.270,51	26.225,94
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	7.938.504,98	7.938.504,98	4.125.193,71	3.495.362,84
Civil	7.938.504,98	7.938.504,98	4.125.193,71	3.495.362,84
Ativo	7.938.504,98	7.938.504,98	4.125.193,71	3.495.362,84
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	6.953.122,45	6.953.122,45	43.222,99	3.753.047,64
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.953.122,45	6.953.122,45	43.222,99	3.753.047,64
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.303.450,02	5.303.450,02	2.492.217,52	1.978.113,04
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.712.998,82	1.712.998,82	467.846,67	352.709,95
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.563,09	73,99
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	3.590.451,20	3.590.451,20	2.021.807,76	1.625.329,10
RECEITAS DE CAPITAL (III)	2.009.199,69	2.009.199,69	1.045.619,80	959.040,29
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.009.199,69	2.009.199,69	1.045.619,80	959.040,29
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	26.062.567,42	26.062.567,42	9.443.168,68	11.816.331,78

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	1.822.800,00	1.822.800,00	1.093.231,44	1.624.897,17	663.667,56	898.387,82	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.766.800,00	1.766.800,00	1.072.273,44	997.954,94	642.709,56	606.095,30		
Despesas de Capital	56.000,00	56.000,00	20.958,00	626.942,23	20.958,00	292.292,52		
PREVIDÊNCIA (VI)	10.551.000,00	10.551.000,00	5.178.289,55	4.427.401,59	5.178.289,55	4.427.401,59	0,00	0,00
Benefícios - Civil	10.161.000,00	10.161.000,00	5.070.803,43	4.237.611,65	5.070.803,43	4.237.611,65	0,00	0,00
Aposentadorias	5.365.000,00	5.365.000,00	2.848.753,21	2.181.031,11	2.848.753,21	2.181.031,11		
Pensões	796.000,00	796.000,00	335.801,44	314.809,24	335.801,44	314.809,24		
Outros Benefícios Previdenciários	4.000.000,00	4.000.000,00	1.886.248,78	1.741.771,30	1.886.248,78	1.741.771,30		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	390.000,00	390.000,00	107.486,12	189.789,94	107.486,12	189.789,94	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	300.000,00	300.000,00	89.724,31	77.675,71	89.724,31	77.675,71		
Demais Despesas Previdenciárias	90.000,00	90.000,00	17.761,81	112.114,23	17.761,81	112.114,23		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	12.373.800,00	12.373.800,00	6.271.520,99	6.052.298,76	5.841.957,11	5.325.789,41	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	13.688.767,42	13.688.767,42	3.171.647,69	5.764.033,02	3.601.211,57	6.490.542,37		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	17.279.218,62

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	194.188,54	291.124,35
Investimentos e Aplicações	77.434.754,43	62.868.258,36
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	246.070.330,86	132.506.655,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.463.452,65	30.256.500,07
IPTU	14.283.452,46	11.816.061,97
ISS	18.182.194,82	8.277.651,08
ITBI	3.263.550,22	2.325.659,43
IRRF	8.759.749,57	4.125.974,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.974.505,58	3.711.152,85
Contribuições	11.396.221,44	5.863.262,84
Receita Patrimonial	12.019.704,19	1.591.732,78
Aplicações Financeiras (II)	11.886.492,37	1.526.305,57
Outras Receitas Patrimoniais	133.211,82	65.427,21
Transferências Correntes	146.626.219,97	81.739.628,42
Cota-Parte do FPM	30.966.627,30	14.160.951,61
Cota-Parte do ICMS	34.524.258,74	16.841.649,53
Cota-Parte do IPVA	8.789.043,34	6.565.059,58
Cota-Parte do ITR	2.120.889,43	288.263,16
Transferências da LC 87/1996	141.515,73	68.288,88
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	41.484.465,40	21.912.671,78
Outras Transferências Correntes	28.599.420,03	21.902.743,88
Demais Receitas Correntes	26.564.732,61	13.055.531,12
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	26.564.732,61	13.055.531,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	234.183.838,49	130.980.349,66
RECEITAS DE CAPITAL (V)	53.785.858,99	2.442.453,90
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	53.785.858,99	2.442.453,90
Convênios	52.635.858,99	2.042.453,90
Outras Transferências de Capital	1.150.000,00	400.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	53.785.858,99	2.442.453,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	287.969.697,48	133.422.803,56

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	232.346.936,45	116.378.146,16	89.469.288,46	85.818.075,09	4.474.188,08	5.862.047,01	5.862.047,01
Pessoal e Encargos Sociais	146.241.690,75	59.215.033,54	59.028.062,96	56.926.919,38	3.195.559,60	4.406,37	4.406,37
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	271.000,00	250.000,00	116.935,34	116.935,34	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	85.834.245,70	56.913.112,62	30.324.290,16	28.774.220,37	1.278.628,48	5.857.640,64	5.857.640,64
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	232.075.936,45	116.128.146,16	89.352.353,12	85.701.139,75	4.474.188,08	5.862.047,01	5.862.047,01
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	75.894.130,66	15.986.300,75	2.989.597,12	2.693.511,50	169.137,37	3.701.618,82	3.701.618,82
Investimentos	75.115.630,66	15.216.300,75	2.601.465,03	2.305.379,41	169.137,37	3.701.618,82	3.701.618,82
Inversões Financeiras	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	770.000,00	770.000,00	388.132,09	388.132,09	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	75.124.130,66	15.216.300,75	2.601.465,03	2.305.379,41	169.137,37	3.701.618,82	3.701.618,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	3.586.856,16						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	310.786.923,27	131.344.446,91	91.953.818,15	88.006.519,16	4.643.325,45	9.563.665,83	9.563.665,83

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	31.209.293,12

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-9.141.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	116.935,34

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	31.092.357,78

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.387.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	14.840.833,14	15.414.738,81
DEDUÇÕES (XXIX)	75.986.451,27	103.023.654,46
Disponibilidade de Caixa	74.872.380,09	103.023.654,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	79.485.628,51	106.493.760,84
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	4.613.248,42	3.470.106,38
Demais Haveres Financeiros	1.114.071,18	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-61.145.618,13	-87.608.915,65

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	26.463.297,52

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	1.143.142,04
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	15.414.738,81
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	40.734.894,29

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	40.851.829,63

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	60.609,01	4.580.957,42	4.641.566,43	0,00	0,00	4.254.582,37	16.285.411,07	6.778.931,16	6.778.931,16	2.654.689,82	11.106.372,46
PODER EXECUTIVO	60.609,01	4.580.957,42	4.641.566,43	0,00	0,00	4.252.732,37	16.007.694,72	6.649.951,23	6.649.951,23	2.648.689,82	10.961.786,04
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850,00	277.716,35	128.979,93	128.979,93	6.000,00	144.586,42
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850,00	277.716,35	128.979,93	128.979,93	6.000,00	144.586,42
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	60.609,01	4.580.957,42	4.641.566,43	0,00	0,00	4.254.582,37	16.285.411,07	6.778.931,16	6.778.931,16	2.654.689,82	11.106.372,46

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	313.394.345,72
Previsão Atualizada	316.124.345,72
Receitas Realizadas	142.141.730,40
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	29.370.852,49
DESPESAS	
Dotação Inicial	296.115.127,10
Créditos Adicionais	32.100.852,49
Dotação Atualizada	328.215.979,59
Despesas Empenhadas	140.124.385,02
Despesas Liquidadas	98.921.149,63
Despesas Pagas	94.121.291,70
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	140.124.385,02
Despesas Liquidadas	98.921.149,63

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	242.390.234,88

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	9.443.168,68
Despesas Previdenciárias Liquidadas	5.841.957,11
Resultado Previdenciário	3.601.211,57
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha	1.387.000,00	31.092.357,78	2.241,70
Resultado Primário - Acima da Linha	-9.141.000,00	31.209.293,12	341,42

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.641.566,43	0,00	4.641.566,43	0,00
Poder Executivo	4.641.566,43	0,00	4.641.566,43	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	20.539.993,44	2.654.689,82	6.778.931,16	11.106.372,46
Poder Executivo	20.260.427,09	2.648.689,82	6.649.951,23	10.961.786,04
Poder Legislativo	279.566,35	6.000,00	128.979,93	144.586,42
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.181.559,87	2.654.689,82	11.420.497,59	11.106.372,46

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	17.492.367,59	25,00	12,53
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	12.110.702,09	60,00	55,27
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	27.884.066,31	35.539.407,53	29.604.622,71	8.687.629,26
Despesas Previdenciárias	7.132.156,14	20.066.686,82	43.403.885,83	40.143.510,97
Resultado Previdenciário	20.751.910,17	15.472.720,71	-13.799.263,12	-31.455.881,71
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	11.142.287,22	15,00	15,92

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ANGELA NASCIMENTO DA SILVA:01847985157 Date: 2018.07.25 17:42:00 AMT Perfil: Contador Responsável Instituição: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT
Assinatura: 2
Digitally signed by FABIO MARTINS JUNQUEIRA:10885633172 Date: 2018.07.25 17:51:19 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

SAMAE
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que houve a sessão do Processo Licitatório acima citado no dia 19/07/2018, porém não compareceu nenhum representante de empresa para participar do Certame, sendo assim estaremos Prorrogando novamente o Processo na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018/SAMAE,**para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇÃO A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 07 de Agosto de 2018.** O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 25 de Julho de 2018.

Edinéia G. de Souza Vieira

Setor de Licitação do SAMAE

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 38/2018/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 38/2018/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 38/SAMAE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N. 21/2018/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA**, inscrita no CNPJ n. 14.888.303/0001-05, localizada na Avenida Beira Rio, n. 1.700, bairro Praeiro, Cuiabá – MT, CEP 78.070-500, representada pelo Sr. **THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO BEM COMO PARA A MANUTENÇÃO DAS LIGAÇÕES PREDIAIS DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93. R$ 37.387,50 (Trinta e sete mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 25 de julho de 2018 até 25 de julho de 2019.**

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº000300000071-2015-ADM-2018

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / E. T. W. SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI-ME – REFORCE SERVIÇOS /** Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **12 (doze) meses**, a Cláusula Sexta, item 6.1, da vigência do **Contrato nº 071/ADM/2015** (Objeto: **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MO-**

NITORAMENTO ELETRÔNICO EM REGIME DE COMODATO, **PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO),** passando a vigência de 30/06/2015 a 30/06/2018para **30/06/2015 à 30/06/2019). R$257.199,84 (Duzentos e cinquenta e sete mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).** Data da Assinatura 29.06. 2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º CHAM. PP 048-2018, ADIAM. PP 051, ABERT. PP 057 E 3º TERM. ADIT. ARP Nº 011

AVISO DE REABERTURA- 2ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018- REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria nº 730/GP/2016 e 421/GP/2018, torna público que o certame acima foi considerado **DESERTO** tendo em vista a ausência de licitantes interessadas. Assim, divulga para conhecimento dos interessados, a realização da **2ª CHAMADA** do certame referenciado, cuja sessão para recebimento dos documentos de habilitação e propostas dar-se-á no dia **30 DE AGOSTO DE 2018, às 08:00 horas,** na sala de licitações da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.351- N- 2º Piso- Jardim Europa. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 26 de Julho de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4831/4809. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

ADIAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2018. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE LAMPADA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante deste Edital.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pela Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público aos interessados que, considerando pedidos de esclarecimento e de impugnação em análise, serão feitas readequações no referido edital. Considerando que tais alterações influenciam na elaboração de propostas, o certame acima, cuja data de abertura das Propostas Comercias e documentos habilitatórios, estava marcada para o dia **27 DE JULHO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, a Licitação, foi **ADIADO** para o dia **23 DE AGOSTO DE 2018, às às 08:00 horas.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 10 de Agosto de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4831/4809. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portarias nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **20 DE AGOSTO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA, RECONDICIONAMENTO E FORNECIMENTO DE CARTUCHOS E TONNERS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, parte intergrande do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 07 de Agosto de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2018. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe Departamento de Licitação.

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES E DERIVADOS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E OUTROS), para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e suprir necessidades das demais Secretarias do município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante deste EditalPelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, RESOLVE REEQUILIBRAR o preço da Empresa: **M7 COMÉRCIO DE ALIMENTOS- EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.553.837/0001-00. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2018, no subitem Seção 5.2, conforme a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.
010	13.090	KG	BANANA NANICA DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, DEVENDO SER TRANSPORTADA DE FORMA ADEQUADA.	**2,59**
034	13.720	KG	LARANJA PÊRA DE ÓTIMA QUALIDADE, COM GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, FRESCA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE SUJIDADES, TAMANHO REGULAR, COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. TRANSPORTADA DE FORMA ADEQUADA.	**1,89**
037	12.690	KG	MAÇÃ NACIONAL: TAMANHO REGULAR, SEM ESTRAGOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	**3,79**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2018. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PROCESSO NÚMERO 02/2018 ESPÉCIE: PEDIDO DE RESCISÃO DE CONTRATO LICITATÓRIO DECISÃO

PROCESSO NÚMERO 02/2018

ESPÉCIE: PEDIDO DE RESCISÃO DE CONTRATO LICITATÓRIO

DECISÃO

Considerando a Manifestação da Empresa GUIOMAR LUIS MOLOSSI-EPP em Rescindir o Contrato nº 106/2014 em razão de não possuir condições de finalizar o contrato;

Considerando o Parecer Jurídico nº 94/2018, que concluiu pela legalidade da rescisão amigável, reduzida à termo no processo de licitação, conforme permissivo legal dos artigos 78 e 79, II, da Lei Federal 8.666/93;

DETERMINO que se proceda a rescisão amigável do contrato de prestação de serviços, e em caráter de URGÊNCIA, bem como que se confeccione Termo de Rescisão de Contrato Amigável.

Nesse ponto, entendo por bem que a rescisão do Contrato nº 104/2014, seja feita de forma amigável, sem aplicação de qualquer penalidade ao contratado, uma vez, que requer a rescisão contratual justificando que não há possibilidade em continuar com o serviço**.**

Determino a imediata abertura de processo licitatório para a contratação de empresa a fim de executar o remanescente da obra.

Cumpra-se;

Notifique-se;

Registre-se;

Publique-se.

Terra Nova do Norte/MT, 28 de Junho de 2018.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 114, DE 25 DE JULHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 057/2016 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **HELDER BARBOSA SILVA**, brasileiro, Coordenador Administrativo, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1492575-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 991.967.001-49, Matrícula nº 126930, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do 2° Termo Aditivo ao Contrato nº 057/2016, firmado com a empresa, **PRESTO SERVIÇOS TERCERIZADOS LTDA - ME,** inscrita sob o CNPJ nº 15.291.135/0001-20 e NIRE nº 51201298424**,** cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e desinfecção hospitalar, conservação predial, higiene jardinagem, desinsetização e desratização (controle de pragas), coleta de lixo (comum/hospitalar), com a disponibilização de mão - de- obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos adequados á execução dos serviços, no período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da UPA/IPASE, a partir de 18/07/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

RESOLUÇÃO Nº 015/2018

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de Maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da Republica, que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providencias;

Considerando as disposições do inciso V do artigo 20 e demais dispositivos do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde;

Considerando as deliberações do Plenário do CMS, em sua Reunião Ordinária de 12 de Julho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o 1° Relatório Quadrimestral de 2018.

Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 16 de Julho de 2018.

Erick William Pinto

Presidente do CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução nº 015/2018 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
1. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2018

Pelo presente instrumento, o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, DAE/VG**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2.599, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande/MT, CEP 78.150-000**, representado pelo Sr. RICARDO AZEVEDO ARAÚJO,** portador do CPF n.º 165.914.158-31, e portador do RG nº 27889981 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de Diretor Presidente da Autarquia Municipal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, no Decreto n° 7.892/2013, e as demais normas legais aplicáveis, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa: **NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.862.177/0001-13, neste ato representado pela Sra. **ALEXA AYOUB MALUF RODER,** RG: 871.629-3 SSP/MT, CPF: 760.403.801-87 e o Sr. **SILMAR ESTEVES DE FREITAS**, RG: 722.706 SSP/MT, CPF: 487.147.121-72, doravante denominado CONTRATADA, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 002/2018/DAE-VG** - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Alimentos (Desjejum, Almoço Marmitex e Almoço Self-service), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

2. O objeto inclui o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, materiais de consumo em geral (utensílios, descartáveis, materiais de higiene e limpeza, entre outros), equipamentos complementares necessários para a perfeita execução dos serviços, gás, mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente, desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas e vigências sanitárias, e assim atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

2.1. Para registrar os preços do objeto da ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº **002/2018/DAEVG,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Municipal nº 09/2010, no que couber, conforme autorização da autoridade competente.

LOTE ÚNICO							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**CÓDIGO TCE**		**UNID.**	**QUANTIDADE ANUAL**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
		CÓDIGO	**COD. UNID**				
01	**DESJEJUM**	413203-3	1092	REFEIÇÃO	47.520	R$ 2,00	R$ 95.040,00
02	**ALMOÇO (SELF-SERVICE)**	413204-1	1092	REFEIÇÃO	44.880	R$ 10,10	R$ 453.288,00
03	**ALMOÇO (MARMITEX)**	215605-9	1092	REFEIÇÃO	22.560	R$ 9,26	R$ 208.905,60
TOTAL							**R$ 757.233,60**

Parágrafo Primeiro: Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor global do presente instrumento é de **R$ 757.233,60 (setecentos e cinquenta sete mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos), f**icando o valor remanescente de **R$ 590.263,08 (quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta três reais e oito centavos).**

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA 2ª CLASSIFICADA		
Empresa: **NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA ME**		
CNPJ nº: 11.862.177/0001-13		
Endereço: Rodovia Arquiteto Helder Candia, 2.044 - Ribeirão do Lipa		
Complemento:		
Cidade: Cuiabá	Estado: MT	CEP: 78.048-150
Telefone(s): 065 3028-9800		
Representante Legal: SILMAR ESTEVES DE FREITAS		
RG nº: 722706	Órgão Emissor: SSP/MT	CPF nº: 487.147.121-72

Parágrafo Segundo: Trata-se de empresa que assume o saldo REMANESCENTE, conforme ordem de classificação, para assumir nas mesmas condições o objeto do Pregão Presencial nº 002/2018/DAEVG e Ata de Registro de Preço nº 002/2018/DAEVG.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar os serviços, em estrita observância dos termos e condições constantes no Edital do Pregão Presencial 002/2018/DAE-VG, do Termo de Referência e anexos que integram a presente Ata de Registro de Preços.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura desta Ata de Registro de Preços estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços objeto do Pregão, por todos os signatários.

3.4. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho ou assinar o respectivo contrato de fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades fixadas no edital e seus anexos.

3.5. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo legal de acordo com o edital, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.6. A Administração Pública não está obrigada a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

3.7. O prazo de execução dos serviços será sob demanda conforme a necessidades da Contratante em até 24 horas após o recebimento da solicitação.

3.8. A contratada poderá solicitar, por uma única vez, prorrogação do prazo que se refere o subitem anteriormediante justificativa a ser analisada pela administração pública, sem prejuízo de aplicação da respectiva sanção administrativa.

3.9. Os serviços executados serão conferidos por servidor responsável da administração pública, após a verificação de que a qualidade do serviço prestado está de acordo com as especificações técnicas solicitadas, devendo a unidade solicitante emitir uma Nota de Conferência.

3.9.1. Se, mesmo após a conferência definitiva da prestação de serviço, a qualidade ou características não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 48h, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

3.10. A conferência provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e/ou do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados, após apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, em conformidade com as quantidades e qualidades contratadas no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos pela administração pública.

4.2. A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir discriminados, para verificação do cumprimento dos deveres trabalhistas e previdenciários, pela mesma:

4.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

4.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

4.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.4. Certidão Negativa de Débito junto à Fazendas Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

4.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br);

4.2.6. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicilio Tributário;

Parágrafo Único: Inclusive as certidões negativas constantes nos artigos 74 (se for o caso) e 75 do Decreto Municipal nº 09/2010 do Município de Várzea Grande.

4.3. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da licitante fornecedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

4.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em conta indicada pela contratada.

4.5. Em caso de dúvida ou divergência, o gestor do contrato liberará para pagamento a parte inconteste dos serviços.

4.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Departamento de Água e Esgoto, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

4.6.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

4.6.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto entregue ou serviços executados.

4.7. O Departamento de Água e Esgoto não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

4.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - DA VALIDADE - DO CONTROLE DOS PREÇOS

5.1. O registro formalizado na Ata a ser firmada entre a Administração Pública e os Fornecedores classificados, observado o disposto no item 16 deste edital, terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no respectivo Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Durante o prazo de validade do Registro de Preço, a Administração Pública não ficará obrigada a comprar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

5.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Autarquia Municipal, optar pela aquisição do objeto por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

5.4. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Municipal de Administração.

5.5. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, deforma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

5.6. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da Ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro de preço terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

5.10. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

5.11. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticados no mercado o órgão gerenciador deverá:

5.11.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.11.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

5.11.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderá:

5.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

5.12.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.14. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15. A Ata de Registro de Preço implicará compromisso de prestação de serviço nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

5.15.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

5.16. A contratação com os Fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.18. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

5.19. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.20. A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste Edital.

5.21. A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.22. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

5.23. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

5.24. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.25. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preço, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.26. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE/VG) obriga-se a prestar as informações esclarecimentos necessários a Contratada para que esta possa a realizar os serviços dentro do prazo e normas estabelecidas no instrumento contrato.

6.2. Designar Servidor na condição de Fiscal para acompanhar a execução do contrato.

6.3. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

6.4. Atestar o recebimento dos serviços contratados, notificando a contratado caso haja algum problema verificado.

6.5. Solicitar a reparação do objeto contratado, que esteja em desacordo com a especialização ou apresentar defeito.

6.6. Efetuar o pagamento na forma e prazo especializado no instrumento contratual.

6.7. Autorizar a contratada se necessário a realizar adaptações nas instalações e equipamentos.

6.8. Arcar com as despesas de consumo de agua e energia elétrica das dependências colocada a disposição da contratada.

6.9. É dever do fiscal, fiscalizar e supervisionar todas as atividades previstas para a prestação do serviço realizando avaliações periódicas.

6.10. Solicitar no prazo previsto toda a documentação legal referente á prestação do serviço.

6.11. Controlar diariamente a quantidade das refeições efetivamente servidas, com acompanhamento de preposto designado pela contratada.

6.12. Comunicar por escrito à contratada qualquer falha ou deficiência do serviço exigindo a imediata correção.

6.13. Exercer a fiscalização quando julgar conveniente das etapas de prestação e de distribuição de modo a

assegurar a execução do serviço contratado verificando o cumprimento dos horários estabelecidos, a quantidade de refeição e descartáveis previstos, a compatibilidade com o cardápio estabelecido bem como o fornecimento e aceitação das refeições, registrando eventuais ocorrências.

6.14. A fiscalização do serviço pela contratante terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências do serviço da contratada devendo examinar a qualidade de gêneros alimentícios, vetando a utilização de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições improprias ao consumo, verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios e eventuais veículos utilizados para o transporte das refeições.

6.15. A fiscalização de serviço pela contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão às clausulas do contrato.

6.16. Aplicar as penalidades previstas no contrato e/ou na legislação vigente nos casos de descumprimento contratual.

6.17. Criação de uma comissão composta por 03 (três) funcionários para avaliar as refeições servidas e comunicar ao fiscal caso haja necessidade de notificação.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art.65, da Lei nº. 8.666/93.

7.2. Uma vez comunicadas de que o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer até 03 (três) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura do contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

7.3. Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências, do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.6. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes das obrigações assumidas sem qualquer ônus para o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, e manter as condições de Habilitação e Qualificação exigidas para a sua contratação.

7.7. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a prestação/execução dos serviços.

7.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.10. É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seus serviços atendam as condições exigidas.

7.11. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo serviço objeto do contrato nos termos da legislação vigente.

7.12. Os alimentos serão preparados com gêneros de qualidade, dentro das exigências de higiene e segurança alimentar determinados pela vigilância sanitárias.

7.13. A preparação dos alimentos deverá realizada nas dependências da contratada, com todos os utensílios próprios para tal fim.

7.14. O fornecimento dos serviços, objeto deste termo de referencia deverá ocorrer conforme especificado em requisição emitida pelo fiscal do contrato.

7.15. É de responsabilidade da contratada a substituição de qualquer item que não atenda ás especificações do solicitante e/ou apresentar aspecto duvidoso quanto à qualidade e/ou encontrar qualquer aspecto duvidoso (coro, resíduos plásticos ou outros...) durante o prazo de vigência do contrato , sob pena de rescisão contratual.

7.16. A contratada atenderá a solicitação para substituição dos itens rejeitados dentro do prazo fixado pelo solicitante.

7.17. A contratada manterá as condições de habilitação durante o prazo de vigência do contrato, sob pena de rescisão de contrato.

7.18. A contratada arcará com todas as despesas trabalhistas, sociais e previdenciárias dos seus empregados e demais impostos oriundos da prestação dos serviços.

7.19. A contratada terá de dispor de todo material, equipamentos e utensílios necessários a perfeita prestação dos serviços, deverá utilizar equipamentos, acessórios e utensílios (incluindo descartáveis) higienizados e em perfeita condições de uso adequados para cada tipo de serviço e que possuam atualização compatível com os existentes no mercado.

7.20. Responsabilizar-se pela manutenção predial, bem como das instalações hidráulicas e elétricas vinculadas ao serviço.

7.21. Responsabilizar-se pelos entupimentos causados na rede de esgoto, vinculadas ao serviço, realizando reparos imediatos.

7.22. Os equipamentos, utensílios e moveis pertencentes ao contratante, e disponibilizados á contratada deverão, ao término do contrato ser devolvidos em condições de uso.

7.23. Arcar com as despesas de gás, telefone e fax utilizados na execução dos serviços.

7.24. Manter o padrão de qualidade e uniformidade de alimentação e do serviço independentemente das escalas de serviços adotadas.

7.25. Executar fielmente o objeto deste termo de referencia, comunicando, imediatamente, ao representante legal do Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

7.26. Responder as notificações no prazo estabelecido.

7.27. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT.

7.28. Encaminhar a Nota Fiscal Eletrônica.

7.29. Apresentar junto com a nota fiscal os documentos que aprovem as regularidades fiscais.

7.30. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT.

7.31. No caso da comissão avaliar a refeição como impropria para o consumo será descontado do valor de pagamento do dia.

7.32. Após 03 (três) notificação e não ter solucionado o problema caberá a penalidade da legislação vigente e/ou rescisão contratual.

7.32.1 - DA DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES.

7.32.2. As refeições deverão apresentar condições higiênico-sanitárias adequadas ao consumo e em atendimento ás exigências da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual.

7.33.3. A distribuição de refeições se dará conforme o tipo de refeição por meio de refeições individuais posicionadas em embalagens isotérmicas no sistema “marmitex” ou pelo sistema de balcão térmico para preparações quentes e balcão refrigeração para saladas e sobremesas utilizando-se de bandejas lisas, com pratos de louças brancas para refeição e outro para salada e talheres de inox (garfos, facas e colheres) posicionadas no sistema “self-service” parcial ou com posicionamento integral executado pela contratada, sendo que os empregados da contratada farão o posicionamento do prato principal e das guarnições por ocasião do consumo “self-servive”.

7.34.4. O posicionamento de pães e lanches nas refeições “desjejum” deverão ser acondicionados em saquinhos ou filmes plásticos individualizados e todos os itens dispostos em bandejas ou caixas apropriadas, acompanhados de talheres apropriados, quando for o caso.

7.35.5. O posicionamento das refeições “marmitex” deverá ser da seguinte forma:

1- Almoço, posicionados e acondicionados em recipiente individual descartável aluminizado reciclável, com tampa e fechamento hermético, acompanhados de colheres de sopa descartáveis e recicláveis em plástico resistente e em quantidade suficiente ao numero de comensais, **2-** Saladas e frutas acondicionadas separadamente e de forma adequada em recipientes apropriados em quantidade suficiente ao numero de comensais, **3-** Quanto á sobremesa a fruta deverá ser higienizada para ser fornecida e acondicionada, o doce quando cremoso, ou gelatina, ou pudim, ou industrializado deverá ser acondicionado em recipiente descartável com tampa e fechamento hermético com capacidade de 100 ml, **4-** O suco artificial deverá ser fornecido em copos com capacidade de 240 ml,

7.35.6. O posicionamento das refeições “self-service” devera ser da seguinte forma,

1- As refeições “self-service” dispostos nos balcões térmicos/refrigerados devem ser servidas à vontade. **2-** Suco artificial deverá ser fornecido em copo plástico com capacidade de 240 ml, **3-** Quanto a sobremesa a fruta devera ser higienizada para ser fornecida, o doce quando cremoso, ou gelatina. Ou pudim, ou industrializado deverá ser acondicionado em recipiente descartável com capacidade de 100 ml, **4-** A contratada deverá disponibilizar talheres em aço inox, que deverão ser acondicionadas em embalagens plásticas juntamente com o guardanapo e também bandejas forradas com papel descartável, sendo esses utensílios colocados em “display” apropriado, **5-** A contratada deverá manter nos balcões refrigerados dois tipos de molhos, sendo um, vinagrete, deverão ser disponibilizados, também demais temperos como azeite, vinagre, molho de pimenta, manter farinha de mandioca torrada fina e outros. **6-** A contratada deverá manter os jogos americanos, galheteiro com sal e paliteiro nas mesas.

7.35.7. DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERIÇOS:

1. Dos gêneros e produtos alimentícios e outros materiais de consumo:

2. Os gêneros e produtos alimentícios, produtos de higiene e limpeza e outros materiais de consumo necessários à execução do serviço, deverão ser de qualidade comprovada.

3. Para a utilização dos gêneros e produtos alimentícios deverá ser observado o constante no código sanitário do Município de Várzea Grande além das normatizações e regulamentações Municipais.

7.35.8. DO ARMAZENAMENTO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS:

1. Os gêneros e materiais necessários á execução dos serviços devem ser estocados em local apropriado.

2. O estoque mínimo de gêneros e materiais deve ser compatível com as quantidades necessárias para o atendimento, devendo estar previsto estoque emergencial de produtos perecíveis e não perecíveis destinados a substituição em eventuais falhas no fornecimento regular de gêneros.

7.35.9 DO PREPARO DA ALIMENTAÇÃO:

1. O preparo dos alimentos em todas as suas fases devera ser executado por pessoal treinado observando-se as técnicas recomendadas.

2. Os alimentos não consumidos imediatamente após o preparo deverão ser mantidos a uma temperatura superior a 65° C ou 10° C (saladas e sobremesa), até o momento final da distribuição.

3. Os vegetais consumidos crus deverão obrigatoriamente ser sanitizados com produtos desinfetantes para o uso em alimentos, regularizados na ANVISA e devem atender às instruções recomendadas pelo fabricante e conservados em refrigeração até o momento da distribuição.

4.Todos os alimentos prontos para o consumo deverão ser mantidos em recipientes tampados ou cobertos com fita filme de P.V.C., atóxico e mantidos em temperaturas adequadas.

5. A água para diluição de sucos deverá ser filtrada.

6. Todas as refeições devera ser submetidas a degustação previa devendo a contratada realizar imediata retirada e substituição das preparações e/ou alimentos que forem considerados inadequados ou impróprios ao consumo.

35.10. DA DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES:

1. A distribuição das refeições será de responsabilidade da contratada observando os horários estabelecidos, no posicionamento das refeições deverão ser observadas a uniformidade, temperatura e apresentação das porções.

4.Todos os componentes do cardápio deverão estar disponíveis em quantidades adequadas para servir do primeiro ao ultimo comensal.

4. Os utensílios e recipientes a serem utilizados deverão estar em condições adequadas de uso e em quantidade compatível com o numero de refeições a serem servidas.

5. Todos os componentes do cardápio deveram ser identificados quanto ao seu valor calórico.

35.11. DO CONTROLE BACTERIOLÓGICO DOS ALIMENTOS:

1. Para o controle de qualidade da alimentação a ser servida, a contratada deverá coletar diariamente amostras das preparações, bem como das dietas especiais, se houver, e mantê-las sob refrigeração por 72(setenta e duas) horas, para eventuais analises microbiológicas, as sua expensas, apresentando o resultado (laudo) ao contratante.

35.12. DA HIGIENE:

1. A higienização das dependências, equipamentos e utensílios envolvidos na prestação do serviço será de responsabilidade da contratada.

2. O controle integrado de pragas será realizado, sempre que necessário, por pessoal treinado ou empresa qualificada, cuja aplicação de produtos só deve ser realizada quando adotadas todas as medidas e prevenção nas instalações, insumos e alimentos, só podendo ser utilizados produtos registrados no Ministério da Saúde.

3. A higiene pessoal dos empregados e a limpeza dos uniformes deverão ser supervisionadas diariamente pela contratada.

4. Os resíduos e sobras de alimentação serão recolhidos pela contratada, quantas vezes se fizerem necessárias, acondicionados em sacos plásticos reforçados nas cores recomendadas pela legislação vigente, e transportados até o local indicado pela contratante para o destino final.

5. Os vasilhames e caixotes pertencentes á contratada deverão estar dispostos em local estabelecido pela contratante para tal fim.

6. A higienização da cozinha, do refeitório e das áreas utilizadas pela contratada é de sua responsabilidade.

35.13. DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS:

1. A contratante colocará á disposições da contratada as instalações do serviço de nutrição.

2. As adaptações e instalações que se fizerem necessárias, na área física e nos equipamentos, serão de responsabilidade da contratada, as suas expensas com previa anuência do contratante, no término do contrato poderão ser retirados todos os equipamentos instalados pela contratada.

3. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e das instalações físicas será de inteira responsabilidade da contratada e deverá ser realizada sem prejuízo da perfeita execução dos serviços e sem afetar a segurança.

4. A produção de refeição dentro de padrões de higiênico-sanitário satisfatório e condição importante para saúde, a ocorrência de contaminação pode ser responsável por surto de doenças transmitidas por alimentos, faca e tábuas de apoio representam risco significativo de contaminação recomendando-se o uso de utensílios de corte de cores diferenciadas para cada área de pré-preparo e preparo de alimentos.

35.14. DO PESSOAL:

1. A contratada deverá manter o quadro de pessoal (técnico e operacional) de forma a atender plenamente às obrigações contratuais assumidas.

2. A contratada deverá manter na unidade, obrigatoriamente, um nutricionista responsável técnico devidamente registrado no CRN (Conselho Regional de Nutricionistas), devidamente credenciado e com poder para deliberar e atender a qualquer solicitação do Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do contratante.

3. A contratada devera cuidar para que as normas e regulamentos internos do contratante sejam respeitados.

4. O controle de saúde dos empregados da contratada bem como o cumprimento de todo as exigências da legislação sanitária trabalhista, relativas aos exames médicos, são de sua responsabilidade.

5. Os empregados deverão se apresentar barbeados, com unhas aparadas, sendo vedado o uso de esmaltes, brincos, colares, pulseiras e outros adornos, durante o trabalho.

6. Os empregados deverão se apresentar no local de trabalho devidamente uniformizados portando crachá de identificação funcional e limitar sua presença e aos seus horários de trabalho.

7. Os uniformes devem ser fornecidos pela contratada, compreendendo: aventais, jalecos, calças e blusas, de cor clara, calçados fechados, botas antiderrapantes, incluindo, ainda, obrigatoriamente rede de malha fina proteção dos cabelos, mesmo que o uniforme inclua touca, luvas e máscara higiênica.

7.35.15. Os locais e horários em que deverão ser executados os serviços, são:

As refeições do tipo **Desjejum** serão fornecidos e distribuídos nos seguintes endereços;

1 - ETA NOVA/SEDE ADMISTRATIVA, Avenida Governador Júlio Campos Nº 2599, bairro Jardim dos Estados Várzea Grande/MT.

2 - COMERCIAL CENTRO, Avenida Castelo Branco Nº 325, Edifício Centro Empresarial, Piso Térreo, Cento Norte Várzea Grande/MT.

3 - COMERCIAL CRISTO REI, Avenida Gonçalo Botelho de Campos Nº 1.700, Bairro Cristo Rei Várzea Grande/MT.

4 - COMERCIAL PARQUE DO LAGO: Avenida Julião de Brito Quadra 46 Lote 04 esquina com a rua Cascatinha.

As refeições do tipo **Almoço (marmitex)** serão fornecidos e distribuídos nos seguintes endereços:

1 - ETA NOVA/SEDE ADMISTRATIVA, Avenida Governador Júlio Campos Nº 2599, bairro Jardim dos Estados Várzea Grande/MT.

2 - COMERCIAL CENTRO, Avenida Castelo Branco Nº 325, Edifício Centro Empresarial, Piso Térreo, Cento Norte Várzea Grande/MT.

3 - COMERCIAL CRISTO REI, Avenida Gonçalo Botelho de Campos Nº 1.700, Bairro Cristo Rei Várzea Grande/MT.

4 - CAPTAÇÃO NOVA, Estrada da Guarita S/N, Chácara Santa Inês, região Grande Figueirinha, Várzea Grande/MT.

5 - CAPTAÇÃO VELHA, Rua Brasília S/N, Bairro Jardim Potiguar Várzea Grande/MT.

6 - RESERVATORIO SÃO MATHEUS, Rodovia dos Imigrantes S/N Várzea Grande/MT.

7 - RESERVATORIO MORRO DO URUBU, Avenida Ulisses Pompeu de Campos S/N Bairro Figueirinha Várzea Grande/MT.

8 - RESERVATORIO PARQUE DO LAGO, Rua Vila Alegre S/N Bairro Parque do Lago Várzea Grande/MT.

9 - ETA VELHA, Avenida Ulisses Pompeu de Campos S/N Bairro Centro Várzea Grande/MT.

10 - ETE MARINGÁ I, Avenida São Gonçalo S/N (em frente o cemitério Maringá I) Várzea Grande/MT.

11 - COMERCIAL PARQUE DO LAGO: Avenida Julião de Brito Quadra 46 Lote 04 esquina com a rua Cascatinha.

As refeições do tipo **Almoço (self-service)** serão fornecidos e distribuídos nos seguintes endereços:

12 - ETA NOVA/SEDE ADMISTRATIVA, Avenida Governador Júlio Campos Nº 2599, bairro Jardim dos Estados Várzea Grande/MT.

13 - COMERCIAL CENTRO, Avenida Castelo Branco Nº 325, Edifício Centro Empresarial, Piso Térreo, Cento Norte Várzea Grande/MT.

14 - COMERCIAL CRISTO REI, Avenida Gonçalo Botelho de Campos Nº 1.700, Bairro Cristo Rei Várzea Grande/MT.

15. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da execução desde que observadas às normas de segurança;

16. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço.

17. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA OITAVA - **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

81. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito:

8.1.1. Pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, quando:

8.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

8.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) os prazo estabelecido no edital e documentos que o integram, desde que não seja aceita sua(s) justificativa(s);

8.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no artigo 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

8.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

8.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

8.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Administração Pública, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preço pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

8.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

8.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente a Administração Pública, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Além das penalidades constantes da Minuta do Contrato - AnexoX, e sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a licitante que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, não assinar o Contrato, não retirar a Nota de Empenho, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3. Ficará também impedido de licitar ou contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 05 (cinco) anos aquele que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.4. A inabilitação da licitante classificada, independentemente da declaração prevista no Anexo III deste edital, implicará a aplicação de multa correspondente a 2% do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

9.5. Será devido multa de 20% sobre o valor estimado para a execução do objeto, no período de 12 meses, pela recusa da assinatura do Contrato ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

9.6.1. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Contratante;

9.6.2. Em não ocorrendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo de execução fiscal.

9.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

9.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

9.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CADASTRO RESERVA

11.1. Para fins de cadastro reserva, em atendimento ao disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, tendo aceitado as fornecedoras a redução dos lances ao preço da oferta melhor classificada, registra os preços e a classificação das empresas conforme quadro a seguir:

OBJETOS LICITADOS - LOTE 01				
Item	**Descrição**	**Qtd. Anual**	**Preço Un.**	**Preço Total**
01	DESJEJUM	47.520		
02	ALMOÇO SELF-SERVICE	44.880		
03	ALMOÇO MARMITEX	22.560		
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE				
Posição: 3ª Classificada	Empresa: NUTRANA LTDA			
Posição: 4ª Classificada	Empresa: L. J. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME			

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preço somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no *Jornal Oficial* Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

12.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial nº 002/2018/DAE-VG - Sistema de Registro de Preço.

12.3. A autoridade competente designará o Gestor da Ata de Registro de Preço através de Portaria.

12.4. A presente Ata e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

12.5. A simples apresentação da proposta implicará na aceitação pela licitante de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. As intimações e notificações serão realizadas através no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso,independente de qualquer intimação ou comunicação pessoal do licitante interessado ou contratado.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos no edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

12.8. Fica assegurado o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração Pública, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

12.9. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Autarquia Municipal não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.10. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

12.12. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições do Decreto Federal 7.892/2013 e Lei Federal n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

12.13. A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.

12.14. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital eventuais alterações e retificações pelo site www.daevg.com.br até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Várzea Grande - MT, 12 de julho de 2018

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ALEXA AYOUB MALUF RODER

NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA ME

SILMAR ESTEVES DE FREITAS

NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA ME

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Silvio Aparecido Fidelis, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o (a) Sr.(a) **WILSON NEY SOARES GONÇALVES,** RG n°16703502 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo **TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – PERFIL TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR – 30 h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 29 de junho de 2018 e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 03 de julho de 2018.

WILSON NEY SOARES GONÇALVES

Compromissado (a)

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Silvio Aparecido Fidelis, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o (a) Sr.(a) **WANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA,** RG n°19365926 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo **TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – PERFIL TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR – 30 h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 29 de junho de 2018 e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 03 de julho de 2018.

WANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA

Compromissado (a)

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 742/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 12 de julho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria Nº 102/2013, de 01 de março de 2017, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 271, de 02 de março de 2016, objeto da Sindicância nº. 002/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Silvio Aparecido Fidelis, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o (a) Sr.(a) **VICTOR PEREIRA AL-**

VARENGA, RG n°3135205-7 - SSP/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo **TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – PERFIL TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR – 30 h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 29 de junho de 2018 e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 03 de julho de 2018.

VICTOR PEREIRA ALVARENGA

Compromissado (a)

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 115, DE 25 DE JULHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 087/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **SEBASTIÃO NEY DA SILVA PROVENZANO**, brasileiro, Assessor de Gestão e Atenção Hospitalar, Portador da Cédula de Identidade RG nº 344655-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº 395.494.101-52, Matrícula nº 109053, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 087/2018, firmado com a empresa, **DIAG RAG DIAGNÓSTICOS RADIOLÓGICOS LTDA - ME,** inscrita sob o CNPJ nº 22.545.782/0001-87 e NIRE nº 51201475768, cujo objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Exames de Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada, Endoscopia, Colonoscopia/Retossigmoidoscopia e Broncoscopia com comodato de equipamentos e aparelhos, incluindo manutenção, insumos mão de obra e materiais, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande – MT, partir de 20/07/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 758/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 531146/2018,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (14/04/2017 a 14/04/2019) concedido ao servidor **JULIO RONALDO NASCIMENTO,** Matrícula 25558, exercendo o cargo de Agente de Segurança e Manutenção, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Saúde, partir de 17/07/2018.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 782/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALZENYR BAMBIL FLORES**
MATRICULA	2338
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	518923/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.02.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	17.07.2018 à 14.10.2018

SERVIDOR	**ANDREIA DE FREITAS FERREIRA**
MATRÍCULA	84125
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	451595/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	19.07.2018 à 16.10.2018

SERVIDOR	**ÂNGELA DE PAULA TEIXEIRA**
MATRICULA	3610
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	184604/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	02.07.2018 à 29.09.2018

SERVIDOR	**ANISIO BARBOSA DO NASCIMENTO**
MATRICULA	3795
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	515669/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.02.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	26.06.2018 à 23.09.2018

SERVIDOR	**CESAR MURILO MOURÃO LOPES**
MATRICULA	82115
CARGO	Professor V a VIII
PROCESSO N°	459628/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	30.07.2018 à 26.10.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 24 de Julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 783/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**DÉBORA CENIRA DA SILVA**
MATRICULA	10065
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	271270/2014
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.01.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	16.07.2018 à 13.10.2018

SERVIDOR	**EDIMEIRE ALVES DA SILVA**
MATRÍCULA	11854
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	342489/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.07.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	21.06.2018 à 18.09.2018

SERVIDOR	**ELY REGINA ALBUES JADEYSKI**
MATRICULA	14452
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	296706/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**05.12.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	16.07.2018 à 13.10.2018

SERVIDOR	**JOSÉ AUGUSTO SOMBRA VERÍSSIMO**
MATRICULA	23570
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	72158/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	16.07.2018 à 13.10.2018

SERVIDOR	**KARLA JEOVANNA GALDINO DELGADO ALBUQUERQUE**
MATRICULA	87208
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	513920/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**29.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	25.07.2018 à 22.10.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 24 de Julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 118, DE 25 DE JULHO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 086/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **RENATA PEREIRA ALEIXES,** brasileira, Cirurgiã Dentista, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1700976-6 SSP/MT, Data de Emissão 11/11/2016, e inscrita no CPF nº 011.856.261-40, Matrícula nº 130110, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 086//2018, firmado com a empresa, **EQUIPOS COMERCIAL LTDA – ME,** inscrita sob o **CNPJ nº** 11.674.540/0001-77, cujo objeto é Aquisições de Equipamentos necessários para implantação das Clinicas Odontológicas e Redes de Saúde do Município - MT, a partir de 19/07/2018.

.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, de-

vendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Resolve **RATIFICAR E HOMOLOGAR** o presente processo licitatório, processo nº 005/2018, pregão presencial nº 002/2018, tipo menor preço global por lote, que tem como objeto:registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Alimentos (Desjejum, Almoço Marmitex e Almoço Self-service), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Dispositivo: Com base nas informações constantes do Processo nº 005/2018, parecer de justificativa emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores, ACOLHO O PARECER, RATIFICO e HOMOLOGO e o procedimento ora escolhido, em favor da empresa:

Lote Único: **NOVO SABOR REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ** nº 11.862.177/0001-13, com o valor global total de **R$ 757.233,60 (setecentos e cinquenta sete mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos),** assumindo ovalor remanescente de **R$ 590.263,08 (quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta três reais e oito centavos).**

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado, que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a análise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

Várzea Grande, 12 de julho de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 119, DE 25 DE JULHO DE 2.018.

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **OSMARINO TEÓFILO LARA**, brasileiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1064867-4 SSP/MT, Data de Emissão 14/10/2015, e inscrito no CPF sob o nº 782.534.461-87, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016, firmado com o Locatário **NELÇO SANTOS**, brasileiro, casado, Portador da Cédula de Identidade RG nº 243531 e inscrito no CPF sob nº 621.674.481-04, cujo objeto é a locação de um imóvel urbano comercial, localizado na Rua Salim Nadaf nº 480, Bairro Centro, Município de Várzea Grande – MT, destinada única e exclusivamente para alojar o almoxarifado da Secretaria de Saúde do Município de Várzea Grande/MT, a partir de 13/07/2018.

Art. 2º - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 784/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** à servidora abaixo:

SERVIDOR	**MARILZA JOSÉ DA SILVA**
MATRICULA	34183
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	314988/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	16.05.2018 à 13.08.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 24 de Julho de 2018.

‘ ‘/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 117, DE 25 DE JULHO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 083/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **RENATA PEREIRA ALEIXES,** brasileira, Cirurgiã Dentista, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1700976-6 SSP/MT, Data de Emissão 11/11/2016, e inscrita no CPF nº 011.856. 261-40, Matrícula nº 130110, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 083//2018, firmado com a empresa, **DENTAL ALTA MOGIANA - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA,** inscrita sob o **CNPJ nº** 05.375.249/0001-03, e **NIRE** nº 35217879127, cujo objeto é Aquisições de Equipamentos necessários para implantação das Clinicas Odontológicas e Redes de Saúde do Município - MT, a partir de 19/07/2018.

.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

AVISO DE RESULTADO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCOIMADAS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2018

Processo: 490126/2017. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação, drenagem no Bairro Nilda de Paula, localizado na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Coordenadas Geográficas 15°37’24.29” S e 56°11’25.49”O, conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico. ACPL **ACATA** o relatório Equipe Técnica da SMVO/VG, e **DECLARA** a licitante**LEAO MARCONDES - CONSTRUÇÕES, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS LTDA - EPP VENCEDORA do certame com a proposta de preços no valor de R$ 847.665,50.** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. A CPL abre prazo para interposição de recurso, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item 12.1. VÁRZEA GRANDE-MT, 25 DE JULHO DE 2018. ALINE ARANTES CORREA – PRESIDENTE CPL.

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 116, DE 25 DE JULHO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 082/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **RENATA PEREIRA ALEIXES,** brasileira, Cirurgiã Dentista, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1700976-6 SSP/MT, Data de Emissão 11/11/2016, e inscrita no CPF nº 011.856. 261-40, Matricula nº 130110, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 082//2018, firmado com a empresa, **EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA,** inscrita sob o **CNPJ nº** 71.505.564/0001-24, e sob o **NIRE** nº 3120431086-1, cujo objeto é Aquisições de Equipamentos necessários para implantação das Clinicas Odontológicas e Redes de Saúde do Município - MT, a partir de 19/07/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Silvio Aparecido Fidelis, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o (a) Sr.(a) **WELLINGTON DE FIGUEIREDO SILVA,** RG n°03325847850 - DETRAN/MT, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo **TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – PERFIL TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR – 30 h**, conforme ATO de nomeação datado do dia 29 de junho de 2018 e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

Várzea Grande – MT, 03 de julho de 2018.

WELLINGTON DE FIGUEIREDO SILVA

Compromissado (a)

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 048/2018

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 048/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições na modalidade self-service para funcionários em deslocamento a trabalho na cidade de Pontes e Lacerda, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, com proposta no valor global de **R$ 26.650,00** (vinte e seis mil e seiscentos e cinquenta reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de julho de 2018.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 037-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 048-2018 PROCESSO: 118/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA MODALIDADE SELF-SERVICE PARA FUNCIONÁRIOS EM DESLOCAMENTO A TRABALHO NA CIDADE DE PONTES E LACERDA**, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL

PRAZO: 12 Meses, a partir de 20 de julho de 2018.

CONTRATADO:

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

CNPJ: 27.084.955/0001-20

Valor: **R$ 26.650,00 (vinte e seis mil e seiscentos e cinquenta reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de julho de 2018.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 047/2018

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 047/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa para prestação de serviços na elaboração de projeto de Lei do Orçamento 2019 da prefeitura municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **JOÃO ANTONIO TOSTI - ME**, com proposta no valor global de **R$ 28.700,00** (vinte e oito mil e setecentos reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de julho de 2018.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 048/2018.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 048/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições na modalidade self-service para funcionários em deslocamento a trabalho na cidade de Pontes e Lacerda, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, com proposta no valor global de **R$ 26.650,00** (vinte e seis mil e seiscentos e cinquenta reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de julho de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 038-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 049-2018 PROCESSO: 119/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PRODUTOS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA** ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAL, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL

PRAZO: 12 Meses, a partir de 25 de julho de 2018.

CONTRATADOS:

MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA – ME

CNPJ: 11.280.902/0001-45

valor global de R$ 585.030,90 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trinta reais e noventa centavos).

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP

CNPJ: 26.877.656/0001-80

Valor global de R$ 536.472,90 (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2018.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 047/2018.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 047/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa para prestação de serviços na elaboração de projeto de Lei do Orçamento 2019 da prefeitura municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **JOÃO ANTONIO TOSTI - ME**, com proposta no valor global de **R$ 28.700,00** (vinte e oito mil e setecentos reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 20 de julho de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2018

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 049/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, produtos de limpeza e utensílios de cozinha para atender as diversas secretarias municipal no exercício de suas atividades, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, as empresas: **MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA - ME**, com proposta no valor global de **R$ 585.030,90** (quinhentos e oitenta e cinco mil, trinta reais e noventa centavos) e **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP**, com proposta no valor global de **R$ 536.472,90** (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa centavos)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2018.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2018.

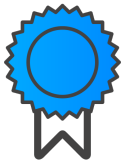
O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 049/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, produtos de limpeza e utensílios de cozinha para atender as diversas secretarias municipal no exercício de suas atividades, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA - ME**, com proposta no valor global de **R$ 585.030,90** (quinhentos e oitenta e cinco mil, trinta reais e noventa centavos) e **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP**, com proposta no valor global de **R$ 536.472,90** (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa centavos)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Jul 25 22:31:46 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)